

MARCEL MANO

OS CAMPOS DE ARARAQUARA:

Um estudo de história indígena no interior paulista

**Trabalho apresentado ao Programa de Pós Graduação
em Ciências Sociais – área de concentração:
Antropologia, como requisito para obtenção do título
de doutor.**

Orientador - Prof. Dr. John M. Monteiro

Banca Examinadora:

Titulares:

Prof. Dr. Paulo Santilli

Prof. Dr. Pedro Paulo Funari

Profa. Dra. Renate Brigitte Viertler

Profa. Dra. Silvia Maria S. de Carvalho

Suplentes:

Profa. Dra. Nádia Farage

Profa. Dra. Maria da Glória Porto Kok

Campinas - SP

2006

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

Mano, Marcel.

M317c Os campos de Araraquara : um estudo de história indígena
no interior paulista / Marcel Mano. -- Campinas, SP : [s.n.],
2006.

Orientador: John Manuel Monteiro.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Índios da América do Sul - Brasil. 2. Antropologia -
Araraquara (SP). 3. Araraquara (SP) - História. I. Monteiro,
John M. (John Manuel), 1956- II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Título em inglês: The Araraquara fields.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Indians of South America - Brazil.
Anthropology - Araraquara (SP), Araraquara (SP) - History.

Área de concentração:

Titulação: Doutor em Ciências Sociais.

Banca examinadora: John Manuel Monteiro, Paulo Santilli, Pedro Paulo
Funari, Renate Brigitte Viertler, Silvia Maria Schmuziger de Carvalho, Nádia
Farage, Maria da Glória Porto Kok.

Data da defesa: 20-02-2006.

RESUMO

Este trabalho conjuga interesses da história e da antropologia, partindo ao mesmo tempo de uma certeza e uma constatação. A certeza de que as explicações históricas sobre a formação de uma determinada área ou região devem inserir em seus discursos os povos indígenas e seus contextos; e a constatação da irrelevância dada para a construção de uma história sobre os índios nos Campos de Araraquara. Com objetivo de contribuir ao estudo do povoamento humano proto-histórico e histórico dos denominados Campos, o trabalho estuda e analisa as informações históricas, bibliográficas, arqueológicas e ecológicas referentes à área em estudo e aos povos indígenas que a ocupavam. Nesse sentido, foi trabalhada uma vasta fonte de documentos que incluem a documentação histórica deixada por agentes da administração colonial, cronistas, viajantes, padres e exploradores que entre os séculos XVII e XIX atuaram na região; bem como informações bibliográficas da historiografia regional e dados sobre a arqueologia paulista em geral e dos Campos de Araraquara em particular. Essa área, geograficamente situada no interior do atual estado de São Paulo e delimitada pelos rios Tietê, Mogi-Guaçu, Grande e Paraná, é aqui considerada uma unidade passível de investigação em virtude do seu modo de aparecimento na documentação e na cartografia paulista dos séculos XVII ao XIX. Como área geográfica ou espaço físico onde ocorre a adaptação humana, essa região não apresenta uma homogeneidade ecológica, mas comporta uma variabilidade de ecossistemas interligados que vão da floresta ao cerrado. Isso permitiu avaliar e constatar que as populações humanas dos períodos colonial e pré-colonial desenvolveram estratégias adaptativas voltadas para a exploração e manejo de recursos diversificados. Do ponto de vista da antropologia, uma leitura dos documentos arqueológicos e escritos, consubstanciados por projeções etnográficas, permitiram retirar pistas, marcas ou sinais para entender essa área como de trânsito e ocupação de povos indígenas culturalmente diferentes. Desde os vestígios líticos associados a grupos exclusivamente caçadores-coletores-pescadores até os vestígios ceramistas de grupos agricultores, os dados apontaram para a ocupação de grupos associados a tradições centrais e meridionais. Nas fontes históricas, as menções aos povos indígenas da área não aparecem de forma diferente, indicando a ocupação e trânsito de diferentes etnias. Ao discutir o contexto desses diferentes registros históricos, ecológicos e arqueológicos, o trabalho mapeia e estuda essas ocupações, reavaliando alguns enganos e distorções da historiografia regional.

ABSTRACT

This study incorporates interests relating to history and anthropology, having as a starting point a certainty and a confirmation. The certainty has to do with the fact that historical explanations about the formation of a certain area or region must incorporate in their discourse the Indian people and their contexts; the confirmation relates to the irrelevance given to the construction of a history of the Indians in the 'Campos de Araraquara' (Araraquara Fields). Aiming at contributing to the study of the proto-historical and historical human settling in the so called 'Campos', this paper studies and analyses the historical, bibliographical, archaeological and ecological information relating to the area under study and to the Indian population which inhabited it. In this sense, a vast range of documents was analysed, including historical documentation left by agents of the colonial administration, chroniclers, travellers, priests and explorers, which, between the XVII and XIX centuries carried out their jobs in the region; bibliographical information pertaining to the regional historiography and data about 'paulista' archaeology in general and of the 'Campos de Araraquara' in particular, were also analysed. This area, geographically situated in the interior of the current state of São Paulo and bound by the rivers Tietê, Mogi-Guaçu, Grande and Paraná, is herein considered an area subject to investigation, due to the manner of its appearance in the documentation and São Paulo state cartography from the XVII to the XIX centuries. As a geographical area or physical space where human adaptation occurs, this region does not present an ecological homogeneity, but shows a variety of interlinked ecosystems, which include forests and 'cerrado' (a Brazilian type of vegetation: meadows covered with bushes and small trees with twisted branches). This led to the evaluation and verification that the human populations of the colonial and pre-colonial periods, developed adaptive strategies linked to exploration and management of a variety of resources. From the point of view of anthropology, a study of the archaeological writings and documents, confirmed by ethnographical projections, allowed for the discovery of clues, marks or signs that lead to the understanding of this area as a transit area and area of occupation for Indian people of different cultures. From the lithic vestiges, associated to groups that are exclusively hunters-collectors-fishermen to the ceramic vestiges of agriculture groups, the data points to the occupation of groups associated to the central and meridian traditions. In the historical sources, any mention of Indian peoples in the area does not appear in a different form, indicating the occupation and transit of different ethnical groups. While discussing the context of these different historical, ecological and archaeological registers, the study maps out this occupation, re-evaluating mistakes and distortions in the regional historiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
PARTE I – A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UMA ÁREA	21
1. Continuidades e Rupturas	25
2. O Contexto da Construção	39
3. Os Processos e o Produto	49
4. A Toponímia	99
PARTE II –UMA RECONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA DA ÁREA	105
1. O Meio Ambiente dos Campos de Araraquara: modelos adaptativos	109
1.1 A adaptação humana aos cerrados	129
1.2 As Culturas de Floresta Tropical	141
1.3 Áreas Antrópicas nos Campos de Araraquara	158
2. Achados e Perdidos da História	169
2.1 Caçadores – Coletores - Pescadores Pré Coloniais	172
2.2 Agricultores Pré Coloniais	188
3. O Contexto Indígena em Tempos Históricos	231
EPÍLOGO	313
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS	319
APÊNDICE	355

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – A área em estudo	12
Mapa 2 – Trecho do mapa A Capitania de São Paulo em 1800	65
Mapa 3 – Trecho da Carta Corográfica da Capitania de São Paulo em 1792/93	82
Mapa 4 – Trecho do Mapa Topográfico da Província de São Paulo em 1875	85
Mapa 5 – Distribuição atual dos grupos Macro-Jê no Brasil	131
Mapa 6 – Distribuição atual dos grupos Tupi no Brasil	145
Mapa 7 – Distribuição das Tradições líticas mencionadas	186
Mapa 8 – Distribuição das Tradições ceramistas mencionadas	224
Mapa 9 – Localização das etnias mencionadas	311

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Artefatos líticos das Tradições Humaitá e Umbu	177
Figura 2 – Artefatos líticos da Tradição Itaparica	183
Figura 3 – Formas cerâmicas da Tradição Itararé	193
Figura 4 – Formas cerâmicas da Tradição Tupi-Guarani	200
Figura 5 – Urnas Funerárias Tupi-Guarani de Pirassununga e Rincão	206
Figura 6 – Machado semilunar encontrado na bacia do Mogi-Guaçu	209
Figura 7 – Formas cerâmicas e artefatos da Tradição Aratú-Sapucaí	227

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte de uma idéia muito simples: a de que as explicações históricas sobre a formação de uma determinada área ou região devem inserir em seus discursos os povos indígenas e seus contextos sócio-culturais. Parte também de uma constatação: a ausência ou irrelevância dada até agora a esse tema pelas histórias produzidas para os Campos de Araraquara. Em face desses fatos, a intenção é formular um quadro no qual se apresente a construção do povoamento proto-histórico e histórico aos Campos de Araraquara, uma macro-região situada entre os rios Tietê, Mogi-Guaçu, Paraná e Grande no atual estado de São Paulo, procurando assim contribuir para preencher a lacuna existente em sua historiografia. Para isso este trabalho dialoga tanto com a Antropologia como com a História, cujas influências recíprocas têm, em ambas disciplinas, redirecionando interpretações seculares.

Ao longo das últimas três décadas, um diálogo renovado e fecundo entre essas duas disciplinas tem feito não só a história buscar a incorporação de grupos sociais antes ignorados, tais como os povos indígenas; como abordagens antropológicas têm formulado interpretações históricas a partir das categorias nativas. Uma história dos ou sobre os índios só foi possível de acontecer quando o encontro entre essas duas áreas do conhecimento remodelou tanto os ditames da História como da Antropologia.

Pelo lado da História, o caráter economicista de uma abordagem que primava pela análise da sociedade a partir da lógica do capital, cedeu cada vez mais espaço a um resgate da visão e ação históricas daquelas parcelas da sociedade silenciadas na história tradicional. Naquela antiga tradição, os povos colonizados foram estudados por uma visão globalizante e determinista, formados e plasmados a partir da sociedade ocidental e do capitalismo hegemônico. Como afirmou J. Monteiro (1992, p. 13) a respeito do movimento de revisão dessas abordagens, existe uma parcela da historiografia do período colonial que “luta para sair da camisa-de-força conceitual e teórica orientada pelos ditames do capitalismo comercial”. É assim que obras importantes de revisão histórica passaram a mostrar o “papel ativo dos índios na história social e econômica da colônia, e a importância de economias não exportadoras para a formação do Brasil” (Monteiro, 1994, p. 7).

Pelo lado da Antropologia, o caráter às vezes atemporal ou mesmo histórico sob influência do paradigma da aculturação, transfiguração e fricção interétnica presente em clássicos da antropologia brasileira como E. Galvão, D. Ribeiro, H. Baldus, E. Schaden e R. Cardoso de Oliveira, no qual as sociedades indígenas eram vistas como em vias de extinção pela ação de uma lógica que lhes é exterior, cedeu agora lugar a uma abordagem dos conteúdos internos que, nessas sociedades, absorvem e reagem às mudanças, fazendo-as permanecerem índias.

Em ambos os casos, tanto na História como na Antropologia, as parcelas da sociedade até então excluídas como sujeitos históricos e sociais, reféns de um processo ditado pela sociedade ocidental e capitalista, abriu caminho para uma abordagem que busca os significados das ações conscientes dos mesmos como sujeitos históricos e sociais.

No Brasil, desde a década de 1980 vem sendo produzida uma série de trabalhos (Carneiro da Cunha, 1992; Fausto, 2001; Hill, 1988; Monteiro, 1994a; Porro, 1996)¹, produtos das atividades de campo e de pesquisas em arquivos históricos, que têm insistentemente demonstrado a visão endógena dos processos de contato e mudança. Trilham assim o estudo histórico de sociedades ágrafas, aplicando um método que supõe tanto o emprego de metodologias tomadas de empréstimo da antropologia -a etnografia e a etnologia -, quanto da história -o trabalho com documentos primários.

Quando essas pesquisas surgiram, recuperaram então, na antropologia, a dimensão e o lugar da história esquecida pelas análises funcionalistas e estruturalistas comuns até fins dos anos de 1970 que, embora desvendando uma lógica formal, esterilizaram a compreensão das transformações. Sob aquela nova perspectiva, o material produzido sobre os povos das terras baixas sul-americanas, acima mencionado, somado com o de outras áreas originalmente “não ocidentais” do planeta (Rosaldo, 1980; Sahlins, 1990) colocaram em xeque mitos clássicos da interpretação do universo sócio-histórico e cultural indígena e abriram um amplo debate.

¹ Embora orientados por diferentes bases de pesquisa, tais como mitos e tradições orais (Hill), documentos primários (Monteiro, Porro), ou a junção de ambos (Carneiro da Cunha), esses diferentes trabalhos trazem em comum a perspectiva histórica a partir da percepção e reação dos povos indígenas, afirmando, como Sahlins (1990, p. 11) que “culturas diferentes, historicidades diferentes”.

É situada nesse debate geral que se encontra esta tese. A ocupação humana dos Campos de Araraquara, no planalto ocidental paulista, é o que se discute. A trajetória histórica e cultural dessa área aparece à luz somente no século XVIII por meio das penetrações pelo interior por tropas compostas de portugueses, índios cativos e paulistas e, no XIX, pela ocupação caipira. Contudo, evidências arqueológicas e documentais revelam uma profundidade temporal bastante anterior que só agora é objeto de estudos sistemáticos por parte de ciências sociais como a história, a arqueologia e a antropologia.

Embora existam para o estado de São Paulo infindáveis e célebres estudos e documentos históricos publicados (Azevedo Marques, 1954; Debret, 1975; Florence, 1977; Machado D'Oliveira, 1897; Mello Nóbrega, 1948; Rodrigues, 1956; Saint-Hilaire, 1976; Seckler, 1885; Tasques, s/d; Taunay, 1975; 1976a, 1976b), só a partir dos anos de 1980 foram retomados os trabalhos de orientação histórica (Carvalho et alli 1984; Monteiro, 1988, 1989/90 e 1994a etc.) que têm produzido um conhecimento mais sistemático da ocupação humana original nessa parte do território brasileiro. Orientados por eles, trabalhos como os de Preziosi (1997), por exemplo, sobre a etnografia e a etnolingüística do planalto paulistano nos séculos XVI e XVII, têm contribuído para aprimorar e prolongar, nesse trecho do estado, os estudos pioneiros de Schaden (1954), Fernandes (1958 e 1970), Sampaio (s/d), Von Ihering (1904) e Freitas (1910).

Do litoral e planalto paulistano, seguindo o curso do rio Tietê em direção ao interior, os estudos sobre a ocupação humana proto-histórica têm igualmente se avolumado. Embora sempre constantes para quase todas as regiões do interior do atual estado de São Paulo, à guisa daquele fluxo geral só atualmente estudos sistemáticos têm se proliferado. Mais recentemente, por exemplo, o sucesso de tentativas interligadas tem levado a um mapeamento etnográfico, etnohistórico e arqueológico da área situada entre a margem esquerda do Tietê e o rio Paranapanema, e daí passando para o território paranaense –área de ocupação histórica dos Guarani, Kaingang e Xokleng (Araújo, 1995; Faccio, 2000; González, 2000; Mello Mota, 1994; Pallestrini, 1977 e 1978; Pinheiro, 1992; Rodrigues, 2000; Santos, 1997)-; ou mesmo para além do território paulista, a oeste do rio Paraná, em terras do Mato Grosso do Sul e Chaco, área tradicionalmente ocupada por Terena, Ofaié, Guató, Kadiwéu (Guaicuru), entre outros (Carvalho, 1992; Isaac, 2000).

Porém, ao contrário do que ocorre com essas áreas do atual território paulista e estados limítrofes, as pesquisas sobre a ocupação indígena do território situado a partir da margem direita do Tietê, após a confluência do rio Piracicaba, tendo a oeste o rio Paraná, a leste o Mogi-Guaçu e a norte o rio Grande, macro região conhecida historicamente como Campos de Araraquara (ver mapa 1), são ainda extremamente incipientes (Lima, 1978; Mano, 1998). Afloram, isto sim, e por toda essa imensa área, achados de relevância arqueológica –e alguns também paleontológicos– que têm colocado definitivamente essa região na rota das pesquisas sobre a pré-história. São, dentre muitos, casos conhecidos os de Monte Alto (Alves 1999; Alves e Calleffo, 1996; Alves e Cheuiche Machado, 1995/6; Moraes, 2000; Oliveira e Viana, 2000), Rio Claro (Altenfelder Silva, 1968; Beltrão, 1966 e 1982), Pirassununga (Godoy, 1974), Monte Mor (Myazaki e Aytai, 1974), Mogi-Guaçu (Aytai 1994, Caldarelli, 1983a), Brotas, Pederneira (Maximino, 1985), Serra Azul, São Simão e Cravinhos (Afonso, 1989) etc.

Apesar disso, ainda não foi realizado para essa região nenhum trabalho de abordagem histórica que coloque a descoberto elementos intrínsecos à ocupação e fixação de populações humanas originais e que, inclusive, possa corroborar com as informações arqueológicas disponíveis. Basta lembrar para isso que na área onde se encontram atualmente as cidades de Araraquara, São Carlos, Rio Claro, Jaú, Brotas, Ribeirão Preto etc., mesmo os achados líticos e ceramistas, muitas vezes feitos ao acaso, ressentem-se de uma relação mais concreta com o contexto de uso, manejo e adaptação dos grupos humanos aos ambientes da região.

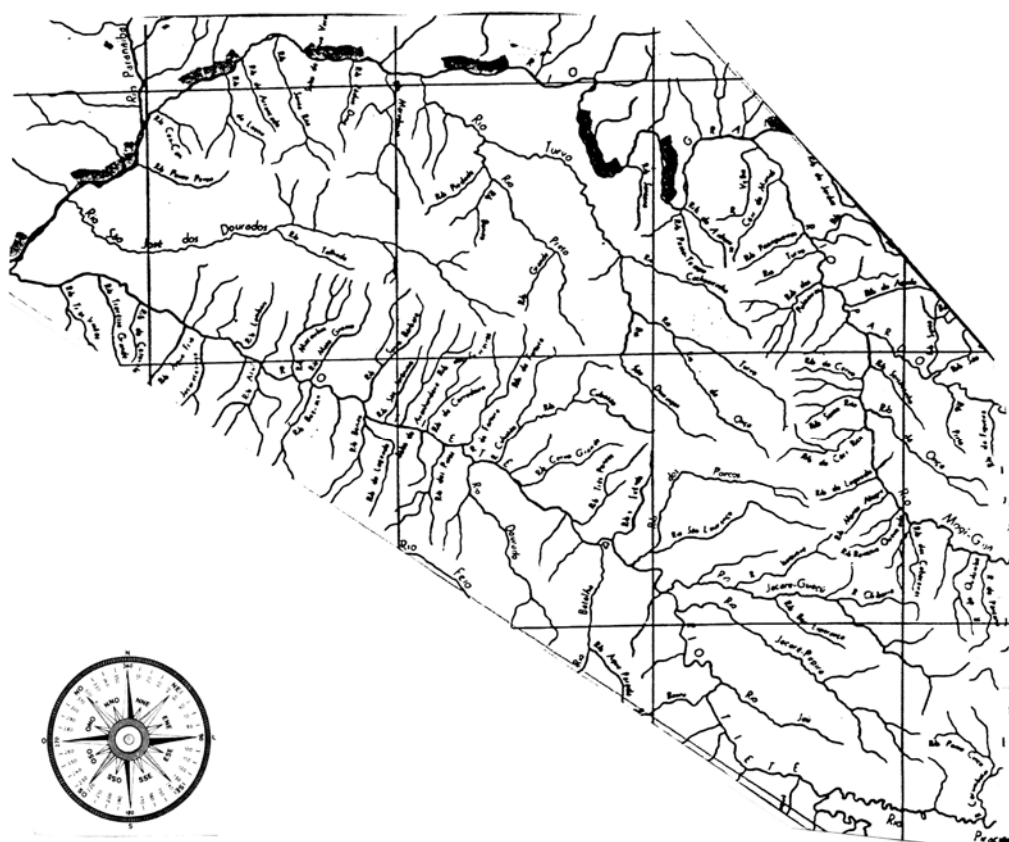
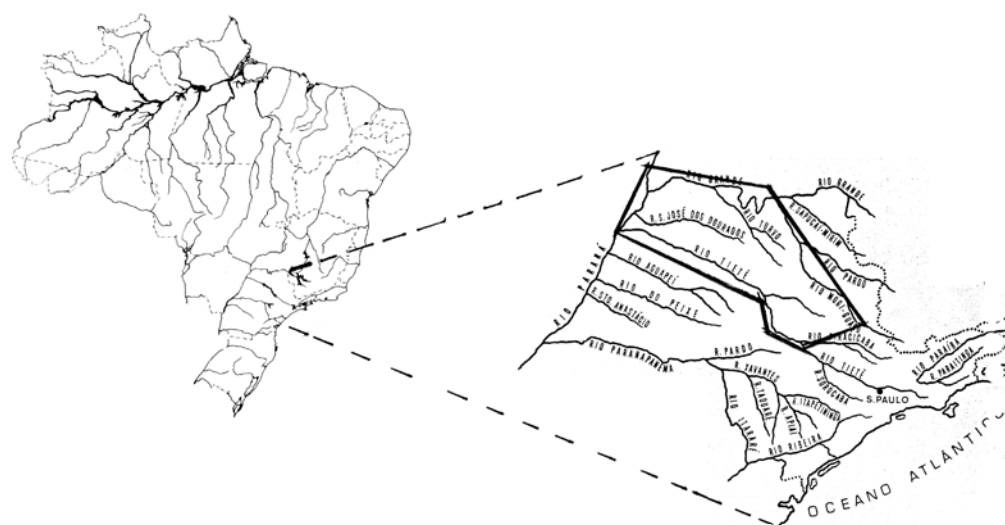
Assim, quando se deu início ao trabalho de pesquisa com os documentos históricos, descobriu-se um acervo pouco trabalhado do ponto de vista da ocupação humana proto-histórica e histórica dessa região (Mano, 1998). Esse acervo, constituído de materiais publicados e inéditos, tais como ofícios, cartas, crônicas, impressões de viagem, relatos, documentação administrativa e os mais diversos documentos oficiais de diferentes procedências escritos sobre os Campos de Araraquara, permitiam mapear uma série de informações sobre as ocupações humanas. O contato com esse material proporcionou, de imediato, um duplo impacto. Primeiro porque, um pouco invertendo ontologicamente uma frase de Gilberto Freyre, pode-se dizer que “é um passado que se estuda tocando em nervos [...]; uma aventura da sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos” (Freyre, 1984, p.LXXV).

Por outro lado, o contato inicial com aquele material abriu a possibilidade de trilhar um campo acadêmico pouco explorado até então; pois levou à descoberta da completa ausência de trabalhos academicamente comprometidos com a problemática da ocupação humana proto-histórica aos Campos de Araraquara. Sobre os povos indígenas da região os trabalhos historiográficos traziam, tão somente, considerações superficiais e esparsas sem nenhum questionamento ou aprofundamento das fontes e das informações. Esses trabalhos reproduziram e continuam a reproduzir sempre os Guayaná (Aguar, 2003; Almeida, 1948; Braga 1893/1994²; Castro, 1916-17; Corrêa 1967; França, 1915; Lemos, s/d; Neves, 1983) como os primitivos habitantes da região, tomando o etnônimo como um povo indígena homogêneo. E sem no entanto haver uma discussão sobre o significado e a veracidade das informações à luz de um quadro etnológico mais amplo, isso passou a ser verdade.

Esta tese procura justamente, entre outras, uma problematização dessa interpretação. Ela parte da idéia de que os Campos de Araraquara sempre foram um corredor de influências culturais distintas (Mano, 1998) já em período pré-colonial, e esses Guayaná, por isso, devem ser entendidos tanto nesse contexto como no da ocupação não-índia na região. Para o primeiro desses casos, a ocupação por grupos culturais diferentes está registrada não só nos relatos e impressões, como também nos vestígios materiais deixados por aquelas populações. Os sítios ceramistas nessa região, por exemplo, revelam registros de diferentes tradições culturais: Tupi Guarani (Aytai 1994; Godoy 1974); Aratu-Sapucaí (Alves 1999); Itararé (Prous, 1992, p.330). Essa situação conduz a um intrincado cenário e um quadro etnológico no mínimo complexo que merece ser estudado.

Mas o terreno em que se pisa ainda tem certezas movediças. Em quaisquer condições os dados apenas permitem um conhecimento imperfeito do contexto pré-colonial. Reconstruir processos e dinâmicas de relações intertribais, de estratégias de sobrevivência e de características sócio-culturais de uma área em seu passado é trilhar por um caminho pouco iluminado. As informações garimpadas em documentos e registros são, nesses casos, pontas de icebergs a esconderem submersos os processos (Bosi, 1992, p.19). Pontas, porém, reveladoras de cenários e fios condutores de uma leitura. Por meio delas, tem-se às mãos

² A primeira dessas datas corresponde ao ano em que a obra é escrita; a segunda à edição utilizada. Sempre que esta forma de referência aparecer ao longo deste trabalho, é a este sentido que o leitor deve se reportar.



Mapa 1: A área em estudo

pistas, marcas, vestígios que permitem uma recomposição de quadros. Usá-las dessa forma é compreender que se pode “passar do desconhecido ao conhecido na base de indícios” (Ginzburg, 1989, p. 179). É aplicar alguns princípios básicos do paradigma indiciário no tratamento dos documentos históricos; entendendo então as informações garimpadas como resíduos e o paradigma indiciário como “a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais considerados reveladores” (Ginzburg, 1989, p. 149). Talvez seja exatamente por isso, e como bem lembrou Mauss (1979, p.191), que “a incerteza histórica em casos específicos não deve porém desencorajar a pesquisa”.

Traçar esse caminho para os Campos de Araraquara é fazer uma reconstituição histórica que não é, no entanto, a fotografia possível de uma imagem primeva; mas fragmentos de momentos, retratos produzidos em circunstâncias e por escolhas históricas, ecológicas e sócio-culturais precisas. As informações garimpadas em documentos históricos dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, tais como os acima mencionados, lidos à luz da etnologia, da arqueologia e da adaptação humana iluminam pegadas para a locomoção no terreno das certezas movediças.

A busca de informações, de pontas de icebergs para esse caminhar conduziu, então, ao método que conjuga história e antropologia, no qual confluem duas linhas de investigação não excludentes entre si. A primeira é primordialmente um trabalho de campo e consiste teoricamente na valorização das tradições orais para a historiografia das populações ágrafas (cf. Hill, 1988). Porém, neste primeiro caso, o fato empírico da extinção, redução, integração e emigração das populações autóctones e pré-históricas da região³, torna esse primeiro tipo de abordagem um tanto árido.

Solo mais fértil nesse caso oferece a segunda linha de investigação característica da história que ficou consagrada no Brasil com os estudos de Florestan Fernandes (1958 e 1970) sobre a sociedade Tupinambá. Baseia-se na reconstituição de aspectos dessa sociedade a partir das fontes documentais das mais diversas procedências: crônicas da ação missionária, registros

³ Embora exista na região central do atual estado de São Paulo, na qual está situado os Campos de Araraquara, a reserva indígena do Araribá, com 9.186 hectares, a população indígena que aí se encontra – uma delas transferida do Mato Grosso pelo SPI na década de 1930, já se encontra bastante mesclada entre si (são três etnias diferentes que compartilham a reserva: Guarani, Terena e Kaingang), e impregnada de elementos sincréticos tanto em nível material quanto social e simbólico.

de viajantes e exploradores, documentação administrativa etc. Foi especificamente esse tipo de material, oriundo da costa brasileira, que permitiu àquele autor reconstituir a sociedade Tupinambá dos séculos XVI e XVII.

Apesar das ressalvas já feitas por diversos autores sobre o cuidado que se deve ter na valorização das informações apresentadas pela documentação histórica (Meggers, 1977, p. 153; Prous, 1992, p.55), acredita-se que os dados fornecidos pelas mesmas (feita-lhes a devida crítica interna), junto com a arqueologia e projeções etnográficas⁴, são o modo mais direto que possuímos para conhecer as sociedades indígenas e os contextos etnográficos de regiões em seus passados, como é o caso aqui para os Campos de Araraquara.

As informações presentes nesses documentos, vistas como resíduos, permitem, pois, uma reconstituição parcial da ocupação humana original nessa região. Porém, a ocupação humana não existe e não se dá no vazio, no abstrato. Ela sempre pressupõe a natureza do ambiente físico no qual as populações estão inseridas. Nesse sentido, a reconstituição do cenário humano não pode prescindir, então, de uma análise do ambiente físico e material no qual ela se desenvolve. Julga-se que a natureza das relações que são estabelecidas entre a comunidade humana e não humana em uma região fornecem pistas interpretativas do conteúdo sócio-histórico e cultural dessas populações.

Assim sendo, as séries de informações resultantes do tratamento dos documentos históricos e do contato com os estudos arqueológicos, históricos e etnográficos disponíveis para essa área, foram submetidos a uma leitura teórica que se apropria de alguns conceitos básicos da antropologia econômica e ecológica que podemos entender como ecologia humana (Morán, 1990). O processo de ocupação e fixação de populações humanas em ambientes naturais, como um mecanismo global, é um processo de relações reflexivas entre comunidade e ambiente como substrato sobre o qual se edifica o modo de subsistência e, portanto, o modo de produção e reprodução dos sistemas sócio-culturais humanos.

A concordância com um pressuposto biológico e antropológico básico: o de que o primeiro dado humano é a própria existência real e perceptível dos seres vivos como corpos

⁴ Existe dentro da etnologia indígena brasileira uma controversa sobre a utilidade do método de projeção etnográfica. Alguns autores como Roosevelt (1992), por exemplo, rejeita-o firmemente; ao passo que outros, como Fausto (1992) e Viveiros de Castro (1986) defendem o uso do conhecimento etnográfico para o estudo da história, no caso deles, Tupinambá.

orgânicos, fisicamente constituídos, inseridos num ambiente natural com o qual se relacionam para darem respostas à necessidade intrínseca fundamental de manterem essa existência física (Marx 1987, p.27), faz com que se coloque justamente em questão o problema das relações homem – natureza. Isso porque, e sobretudo ao se tratar de sociedades tradicionais (que vivem da exploração direta da natureza), o quadro histórico dessas sociedades e culturas não se resume apenas às características internas das mesmas: relações econômicas, técnicas produtivas, padrões de sociabilidade, esquemas de representação etc., mas incluem ainda a natureza externa das relações com outros povos e, de maneira bastante significativa também, das relações com a natureza e suas forças produtivas, entendendo-se por essas últimas os processos naturais que se desenvolvem independentemente da ação humana (Diegues, 1983, p.93).

Ecos de uma perspectiva que colocam um olhar mais globalizante sobre a questão são ouvidos desde a emergência do movimento ambientalista da década de 1960. Desde lá, as discussões e debates têm levado, então, a um rápido crescimento da perspectiva ecológica dentro das ciências humanas e biológicas. Na antropologia, a emergência de estudos multidisciplinares levou a uma preocupação crescente em compreender o homem e os sistemas sócio-culturais como partes integrantes do meio ambiente, nem mais, nem menos importantes que os outros elementos do sistema ecológico.

Dessa antropologia, na qual confluíam os interesses das ciências sociais e biológicas (Foley, 1993; Morán, 1990), brotou, pois, o conceito de sistema ecológico ou ecossistema. Transformado em ferramenta analítica de alguns antropólogos ecólogos (Harris, 1966; Rappaport, 1967 e 1990), ecossistema foi definido como as espécies (dentre as quais a humana é apenas uma) que existem no ambiente físico abiótico e as relações funcionais e estruturais que existem entre elas sob a forma de requerimentos tróficos. Baseados nos princípios da termodinâmica sobre troca de energia (Foley, 1993, p.82), o circuito da cadeia alimentar presente na idéia de ecossistema transformaram-no no palco onde ocorre a produção/reprodução e desenvolvimento do modo de adaptação das sociedades humanas. Nesse sentido, o processo de construção social é entendido como uma dimensão dinâmica que inclui tanto o homem como a natureza e suas relações (Diegues, 1983; Terrail, 1974) e, portanto, um dos caminhos para estabelecer as relações entre economia – sociedade – história

(Godelier, s/d, p. 363) é centrar parte da análise na modalidade da interação entre homem e meio, como parte de um ecossistema.

Em consequência, mas sem entrar propriamente na pertinência do conceito de adaptação (Alland Jr., 1975) ainda que neural para a análise ecológica, aqui basta considerar sua acepção mais ampla possível. De acordo com os fundamentos da ecologia humana (Foley, 1993, p.92-94), a adaptação é a manifestação ecológica da seleção natural e por isso é entendida como os complexos biológicos e/ou sócio-culturais que os organismos colocam em ação para a manutenção da vida. Nesse campo, a adaptação humana pode ser compreendida como os complexos bio-sócio-culturais elaborados para responder, cada qual com sua eficácia relativa, às pressões que o meio ambiente exerce sobre os homens. E sob esse prisma a adaptação humana jamais é perfeita porque determinada, primeiro, pela capacidade de suporte do território; isto é, pelos fatores limitantes do ambiente natural. O uso e manejo desses recursos, fundamentados em formas específicas de punção (Meillassoux, 1978) e reposição, são elementos que definitivamente contribuem para a organização das atividades sócio-culturais, como já pensava Steward (1955, p. 42 e ss) quando propôs a sua metodologia de trabalho dentro da ecologia cultural. Seguindo essa trilha, ainda hoje antropólogos e ecólogos afirmam: “o grau pelo qual a exploração dos recursos do ambiente determina formas culturais e sociais é uma questão empírica a ser considerada em qualquer investigação” (Morán, 1990, p.60).

Mas o diálogo que aqui se estabelece com uma abordagem materialista –é bom dizer– não implica, no entanto, na tendência de se focar fatores técnico-econômicos a priori, tão característicos dos reducionismos e do determinismo ecológico, cujas influências, por exemplo, no desenvolvimento social indígena da Amazônia (Lathrap, 1970; Meggers, 1977; Meggers & Evans, 1974), foram reavaliados a partir de dados provenientes da arqueologia (Roosevelt, 1991 e 1992), da etnohistória (Porro, 1996), da ecologia (Vickers, 1984) e da interpretação etnológica (Descola, 1998; Viveiros de Castro 1996)⁵. Além disso, hoje sabemos

⁵ Para o caso da arqueologia, desde a década de 1990 Anna Roosevelt, escavando na foz do rio Tapajós, demonstrou uma anterioridade sem precedentes (8.000 a. p.) para a cerâmica de tradição Tapeirinha. Na etnohistória não só Porro, mas vários outros (cf. Carneiro da Cunha, 1992), têm mostrado a existência de grandes cacicados amazônicos junto aos grandes rios, como os Omagua reconstituídos por Porro (1996). No campo da ecologia, depois do longo debate entre Ross (1978) e Lizot (1979) sobre a importância da caça na dieta das populações amazônicas, Vickers (1984) demonstrou que a questão da produtividade da caça e do solo devem ser

exatamente que as populações tradicionais não assumem uma posição passiva face ao meio ambiente (Ballée, 1986; Balée e Gely, 1989) acomodando-se aos seus fatores limitantes, mas que igualmente lidam e manejam de forma ativa como o mesmo, criando espaços antrópicos e fazendo escolhas, estas últimas compatíveis com seus esquemas ideológicos e culturais (Déscola, 1986) e, portanto, variáveis de povo para povo. E por isso, a adaptação humana também é, em certa medida, culturalmente ordenada, pois ela depende aqui dos valores sociais, políticos e religiosos que as sociedades impõem às suas relações com o meio ambiente e com os outros povos.

É certo que em virtude da natureza do objeto e dos instrumentos disponíveis nesta pesquisa, a ausência do trabalho de campo (dada a inexistência de remanescentes dos povos autóctones na região) teve de ser substituída por uma perspectiva analítica comparativa e contextual que se serviu do modelo ecológico acima esboçado.

Assim sendo, embora os indícios colhidos nas fontes documentais só permitam recompor retratos do cenário pré-colonial aos Campos de Araraquara, observá-los a partir do contexto da ecologia humana e de uma projeção etnográfica permitem ampliar as referências para a composição desses quadros. Assim, a análise das informações fornecidas no tratamento das fontes documentais é feita por uma perspectiva que permite pôr em evidência as características dos sistemas ecológicos e sócio-culturais dos Campos de Araraquara à época da “colonização”.

Sob esta ordem de problemas, este texto divide-se em duas partes. Na primeira se percorrerá, do ponto de vista histórico e documental, a construção da área. Na segunda, e agora do ponto de vista adaptativo, arqueológico e etnográfico, os povos pré-coloniais ou contemporâneos ao contato serão objetos de estudo. Sob perspectivas diferentes essas duas partes têm uma mesma preocupação: entender a ocupação humana a uma determinada região.

estudados em termos micro ecológicos. Por fim, a interpretação etnológica de dados referentes à cosmologia das populações amazônicas (Descola, 1998 e Viveiros de Castro, 1996) têm colocado os limites da interpretação estruturalista baseada na ênfase unilateral na metáfora e na lógica totêmico-classssificatória em favor de um perspectivismo ou ontologia naturalista, na qual a caça, diretamente relacionada com o xamanismo e com uma ética da caça, tem revelado uma ideologia venatória de importância simbólica e não de dependência ecológica. Todos esses dados, uma vez somados, superam definitivamente as primeiras interpretações sobre os fatores limitantes e o retardamento cultural das populações levado a efeito pelo determinismo ecológico

Na primeira delas se partirá da idéia que essa área é construída historicamente, pois é através do processo de reconhecimento na documentação histórica e na cartografia paulista do século XVI em diante que se constrói a área e o topônimo Araraquara. Esse processo, com seus respectivos sujeitos, circunstâncias e produtos, fez possível o reconhecimento histórico de sertões situados desde a confluência do rio Piracicaba com o Tietê e daí ao norte até o rio Grande e oeste até o rio Paraná. Intitulada “A Construção Histórica de uma Área”, essa primeira parte divide-se em quatro momentos. Dada a intenção de apresentar a área como constructo histórico ela inicia pelo construtor e o define como componente das armações e tropas compostas por lusos, índios escravos e paulistas. Enquanto indivíduo ou categoria esse construtor existe num contexto (a vida colonial) que é esboçada no segundo momento para que se entendam as motivações, as visões e as ações, em diferentes momentos históricos, engendradoras da conquista de terras e povos. Disso resulta o processo de construção e o produto construído, no qual a história e o mapeamento da área serão apresentados e discutidos. Finalmente, no último momento dessa primeira parte do trabalho uma rápida discussão sobre a etimologia do topônimo Araraquara encerra os esforços empreendidos para reunir uma série de informações até então dispersas.

A segunda e última parte do trabalho se baseia numa visão antropológica sobre os processos dinâmicos de ocupação e fixação de populações em ambientes naturais. Essa é uma perspectiva analítica que permite contextualizar as informações decorrentes da arqueologia e do tratamento das fontes documentais sobre as populações humanas proto-históricas e históricas da região. Objetiva-se com isso mostrar que, localizados sobre alguns princípios da ecologia humana, artefatos não são só formas, etnônimos não são só anotações. Ao entender os mecanismos, formas ou estratégias sócio-culturais e adaptativas das populações, crê-se que se lêem melhores os indícios que brotam daqueles dados primários. Intitulada “Uma Reconstituição da História da Área” a segunda parte divide-se em três momentos. No primeiro se discute os ambientes da região da perspectiva do oferecimento de oportunidades e limites à ocupação humana e infere-se, com base numa projeção etnográfica sobre as populações indígenas históricas e atuais, o modelo de ocupação e manipulação dos ecossistemas encontrados na área em foco. No segundo, e sobre a base do momento anterior, se apresentam as discussões arqueológicas para a região, desde os sítios mais antigos de lascamentos

associados às populações caçadoras – coletoras – pescadoras até as ocupações mais recentes de populações ceramistas e agricultoras. No terceiro, e com base nos dois momentos anteriores, as pistas documentais são tratadas na tentativa de se conseguir um esboço do contexto intertribal em tempos históricos propondo discutir a área com uma região de transição entre ocupações indígenas diferentes, questionando a utilização acrítica do etnônimo Guayaná na historiografia regional.

I - A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE UMA ÁREA

Quando os termos “área”, “região” ou “território” são utilizados normalmente eles vêm carregados de significados que expressam determinadas características naturais e/ou culturais num determinado espaço geográfico. No primeiro desses casos, quando por exemplo a geografia física se refere a uma área, ela o faz de acordo com critérios paisagísticos. No segundo caso, quando por exemplo a etnologia fala de área, ela se refere a um território onde se encontra uma contigüidade espacial de caracteres culturais.

Para o caso dos Campos de Araraquara nenhuma dessas conotações do termo área podem ser aceitas como válidas. Primeiro porque ela se faz ambientalmente como um mosaico de ecossistemas diferentes e, segundo, porque os registros arqueológicos e documentais sobre as populações pré-coloniais também apontam para uma heterogeneidade incompatível com o termo “área cultural” (ambos temas constarão na parte II deste trabalho). As ausências de elementos ou critérios geográficos e/ou culturais definidores da área em estudo levaram, então, à concepção desta primeira parte do trabalho. Nela essa área será tratada como histórica. O que torna por assim dizer os Campos de Araraquara uma unidade passível de ser apreendida em termos investigativos é justamente o seu modo de aparecimento na documentação histórica. Assim, o recorte espacial que o termo “Campos de Araraquara” representa não é geográfico, não é cultural, nem tampouco aleatório, mas consiste no seu mapeamento e reconhecimento pela documentação e cartografia paulista dos séculos XVII ao XIX.

Na intenção de entender e explicar esse recorte espacial, esta primeira parte do trabalho tem a intenção única e exclusiva de através da documentação disponível conduzir o leitor a visualizar a formação histórica dos Campos de Araraquara, rastreando na documentação as informações que permitam assim entendê-la.

Dessa forma, parte-se da idéia de que os Campos de Araraquara, como topônimo designativo de um espaço geográfico específico (no centro leste do atual estado de São Paulo) e como propriamente uma área, é um constructo histórico. Para entendê-los é necessário ingressar na recapitulação crítica de fatos e explicações norteadores de uma interpretação na qual repousam mitos fundadores de uma história considerada, até pouco tempo atrás, oficial.

Para a história convencional é certo que a emersão dessa região e do seu topônimo designativo se dá com o próprio processo de esgarçamento paulatino das “fronteiras do conhecido” promovido pelos paulistas. Mas, em primeiro lugar, neste processo são distinguíveis momentos específicos que se sucedem, prolongam e completam ao longo da história colonial de São Paulo. Muitas vezes, no entanto, só uma parte deste processo é afamada pela história: a dos primeiros movimentos de vicentinos e piratininguaras nos séculos XVI e XVII. Até agora é óbvia a aceitação do fato do esgarçamento das fronteiras ter tido início nesses séculos com os famosos bandeirantes ou armadores, como os mesmos são tratados nos documentos seiscentistas e setecentistas, embora com isso não se esteja querendo dizer que as primeiras expedições paulistas (as de apresamento) pudessem ter algo a ver com a expansão territorial. Como já mostrou S. B. de Holanda (1957) elas eram uma “civilização adventícia” na qual os caminhos e não a posse de terra era importante e por causa disso, ao longo desses caminhos, antes de povoações fixas os paulistas deixaram rastros. Assim, o termo esgarçamento da fronteira aqui usado não significa a expansão territorial, mas simplesmente que, ao penetrarem pelo interior, essas primeiras expedições descortinaram pouco a pouco os sertões desconhecidos para os brancos reinóis e paulistas. Nesses primeiros movimentos os paulistas foram, então, deixando rastros ao longo dos caminhos que palmilhavam desde o planalto até o interior em direção aos Campos de Araraquara. No interior do atual estado de São Paulo, seguindo o curso do rio Tietê, esses rastros aparecem já em meados do XVII (1658) quando surge a povoação de Nossa Senhora da Candendária, hoje Itu, e no final desse mesmo século (1693), Araraitaguaba, hoje Porto Feliz, esta última usada durante todo século XVIII como ponto de partida para as monções que, descendo o curso do Tietê, alcançavam Cuiabá.

Porém, a partir daí, isto é, do início do século XVIII, quando começam a aparecer as primeiras menções diretas aos Campos de Araraquara (Pedroso de Barros, 1724⁶), as armações dos séculos XVI e XVII, mais tarde chamadas de entradas e/ou bandeiras, não existiam mais como tais. Muitas das incursões ao interior passaram a assumir um caráter de organização militar legalmente constituída, com Capitão e Sargento mores escolhidos e nomeados pelo

⁶ Trata-se de um ofício manuscrito depositado no Arquivo Público do Estado de São Paulo no qual Luís Pedroso de Barros dá ciência ao governador Rodrigo César de Menezes da abertura de estrada desde as barrancas do rio Tietê até o rio Paraná, cruzando os Campos de Araraquara.

Governador e Capitão Geral da Capitania, como está impresso no Alvará Régio de 18/out/1709. Em função da formação de corpos militares em São Paulo, com a criação da 1ª Cia de Infantaria já em 1710 (Melo 1982), as entradas aos sertões passaram a ser tarefa de tropas militares, algumas das quais –como as Regulares–, custeadas pela fazenda real (Coelho, 1850, p. 152; Sequeira, 1850, p. 07) e configurando-se, portanto, como Exércitos. No século XVIII, são as tropas militares que assumem a função de conquista das populações indígenas nas Capitanias de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. São essas organizações militares que, por assim dizer, “desbravaram” o território brasileiro nos séculos XVIII e XIX; não muito embora as iniciativas particulares tenham sido incentivadas e realizadas (D.I⁷, vol. 3, p.137,8). Então, e não obstante as diferenças cronológicas e de organização, as tropas militares são as bandeiras dos séculos XVIII e XIX. Entre elas há certas continuidades e rupturas. Igualmente elas serão responsáveis pela abertura de caminhos e destruição de povos indígenas e quilombos e terão, ambas, a mesma composição de gentes. Mas a partir das tropas militares há a intenção direcionada da ação administrativa de apropriação de territórios com as tentativas de abrir povoamentos fixos, como a desastrosa praça de Nossa Senhora dos Prazeres, uma colônia fundada pela Capitania de São Paulo no século XVIII às margens do rio Iguatemi, fronteira com os espanhóis (Juzarte, 1769/1976; Kók, 1998).

Portanto, é a partir daí e desse movimento contínuo que abrange três séculos, do XVII ao XIX, que os Campos de Araraquara devem ser entendidos como realidade construída. E para assim entendê-los, é preciso caracterizar antes o construtor.

⁷ A abreviatura aqui e doravante utilizada refere-se à série de publicações dos *Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo*, publicação oficial do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tipografia Cardozo Filho, 3ª. ed., 1913.

1. Continuidades e Rupturas.

Desde longa data, e disso não se há dúvida, é clara a realidade do fato da penetração não índia pelo interior de extensas áreas do Brasil ter sido obra, como muitas vezes já se falou, desse intrépido e destemido aventureiro: o bandeirante. Para cantar a glória de seus feitos, muitos já lembraram a saga, por exemplo, de Antonio Raposo Tavares que na primeira metade do século XVII abriu as fronteiras do Brasil meridional num roteiro que, de sul a norte, percorreu cerca de 12 mil Km (História do Brasil, vol. 1, 1972, p. 133), ou as de Fernão Dias Pais na segunda metade do XVII em busca das famosas esmeraldas. Há, porém, nessas alusões e caracterizações, ao menos dois problemas. O primeiro é o limite cronológico acima anunciado; e o outro, é a imagem afamada do herói civilizador.

A fama do bandeirante desbravador não se ajusta mais, e há muito tempo, à caricatura romântica de um protagonista de epopéias heróicas; tais quais foram imortalizadas nas “trovas” de uma historiografia tradicional. Embora presente desde os séculos XVIII e XIX, o apelo a uma figura romântica, criada como um fantasma ideológico, foi impulsionado sobretudo no contexto em que São Paulo se encontrava no segundo quarto do século XX. O malogro da Revolução de 1932 e a perda de uma hegemonia política vivida durante toda a República Velha (1889 – 1930), criaram as condições para a efervescência, entre outras, da imagem bandeirante. A busca de São Paulo por suas origens gloriosas deveria representar e fundar a natureza de seu povo ativo e trabalhador. Nesse contexto, o bandeirismo, fenômeno unicamente paulista, se prestou notavelmente para a recriação de um mito.

Recriação porque, como mencionado, ele já existia nos séculos XVIII e XIX. De acordo com Kók (1998, p. 69) é na segunda metade do século XVIII que se elabora a construção da memória paulista do XVII. E isto já aparece em certos documentos do período. Joseph Barboza de Sâ (1775/1904), sob o apelo da fé católica, exalta, na segunda metade do XVIII, as façanhas paulistas como catequizadores e civilizadores.

Continuando os moradores daquela estensa capitania operários desta Santa Lavoura em millitares progresos a expugnasaó das barbaridades que aquelles lugares ocupavaó de donde colhiaó almas para Deos e utilidades humanas, ..., foraó se estendendo aos longes [...]. (Barboza de Sâ, 1775/1904, p.05)

No século XIX, Couto de Magalhães em sua obra *O Selvagem* (1876/1913), do ponto de vista da raça, traça para o paulista a exaltação gloriosa de um homem criado para o trabalho. Escreve esse autor:

[...]. O índio e o branco produziram uma raça mestiça, excelente pela sua energia, coragem, sobriedade, espírito de iniciativa, constância e resignação em soffrer trabalhos e privações: é o mameluco, tão justamente célebre na história colonial de S. Vicente (Couto de Magalhães, 1913, p. 108).

Mas é entre os anos de 1920 a 1940, pelas mãos de dois historiadores, um dos quais, na época, diretor do Museu Paulista, Afonso Taunay e Alfredo Ellis Jr (Bueno, 1997, p.41; Monteiro, 2001, p. 196 e ss), que se proliferou o mito bandeirante. Os documentos históricos que esses dois pesquisadores começaram a compilar e publicar (Ellis Jr, 1936; Taunay, 1975, 1976a, 1976b), embora recheados de provas contrárias, foram usados para forjar a imagem idealizada do desbravador e criador. Nela se apresenta o paulista não como o opressor, mas como o necessário civilizador e criador, em vários trechos do Brasil, da nacionalidade, numa narrativa constituída por aquilo que Monteiro (2001, p. 196) chamou de “construção de mitos de origem”. Essa imagem perdurou por várias décadas e está inscrita não só nas páginas de livros didáticos e manuais de história com os quais gerações de brasileiros foram educadas, mas também em monumentos, nomes de ruas, praças etc, e na iconografia neoclássica de artistas plásticos brasileiros⁸.

No entanto, de uns tempos pra cá, a releitura dos textos e documentos históricos revela uma outra perspectiva da realidade e propõem uma revisão desses temas. A partir dos anos

⁸ São vários os artistas que retratam os bandeirantes e seus feitos. No acervo do Museu Paulista há uma coleção de retratos naturalistas, tais como os de “Antonio Raposo Tavares” feito por Manuel Victor Filho e o de “Domingos Jorge Velho” feito por Benedito Calixto. Há ainda neste Museu quadros de cena como “Pouso de uma monção” de Aurélio Zimmer. Entre outros artistas importantes que retrataram o tema do bandeirismo encontra-se Rafael Falco, cujas obras estão em coleções particulares, como é o caso de “Morte de Fernão Dias Pais no Sertão” e os “Pioneiros”. Todas essas pinturas recheiam os livros e manuais de história do Brasil. Observando-as, nota-se em todas o olhar romântico do artista, a situação bucólica e ao mesmo tempo a posição alterosa, o olhar destemido, seguro e encorajador dos bandeirantes retratados; artifícios que colocam o observador sob uma aura mística e uma contemplação quase divina dos bandeirantes e dos seus feitos. Basta neste caso se deter na descrição da obra “Os Pioneiros”. É uma cena que procura retratar a chegada dos bandeirantes no Planalto de Piratininga. Nela, à beira do rio e da natureza selvagem, canoas, cavalos, carroças, parafernália e pessoas são retratadas. Mas dentre essas se destaca o bandeirante. Ocupando quase que o centro da cena, ele é representado em proporções anatômicas maiores que as dos outros personagens, com roupas melhores e com o braço em posição horizontal e o dedo em riste como quem a indicar o caminho a ser tomado e, portanto, numa clara posição de comando; elementos que, somados, ajudam a criar a imagem idealizada e romântica de um herói à frente de uma missão.

1970/1980, uma inversão do enfoque histórico sobre questões seculares da história e da antropologia brasileiras, conduziu a uma visão menos romântica do bandeirismo. No veio de um dos legados da história social de L. Febvre e M. Bloch: o que coloca para a reflexão histórica uma abordagem mais próxima da antropologia, consolidou-se por todo o mundo nos anos 1960/1970 uma história radicalmente oposta à visão tradicional. Não mais a história dos acontecimentos, mas a história das estruturas. Não mais a história narrada a partir das categorias dos dominantes, mas uma nova história, vista sob a ótica dos dominados, como já pedia Brecht.⁹

Essa história nova, colocada mundialmente por historiadores e antropólogos (Le Goff, Nora, 1988; Rosaldo, 1980; Sahlins, 1990), fez surgir também no Brasil vários projetos e pesquisas desenvolvidos por importantes centros acadêmicos (UNESP, 1989; USP/UNESP/UNICAMP, 1989). Em todos eles rediscutiu-se a história a partir da visão daquelas categorias sociais consideradas não hegemônicas¹⁰; como classes sociais trabalhadoras, minorias étnicas, gênero feminino, negros etc., e no uso do método que em alguns casos isso implica: a etnohistória. Para o caso do bandeirante paulista, e agora sob a ótica dos povos indígenas, mostraram, pois, não mais a saga doce, romântica e feliz; mas uma história de horrores e crueldades (Monteiro, 1994a, 1994b; Ribeiro, 1995) que hoje já faz parte do livro didático (Cáceres, 2000, p. 74; Schmidt, 1999, p. 265). A partir daí o bandeirante não é mais, como na visão anterior, o demiurgo; mas o homem de guerra, criado para escravizar e matar.

E as provas para isso são históricas. Não só porque elas saltam das informações documentais, como se encontram já imbricadas nas suas próprias raízes formativas. Compreendê-las, exige reconsiderar as estruturas sócio - políticas e econômicas que se engendraram no processo de construção e desenvolvimento do Brasil e, novamente aqui, como

⁹ Refiro-me a Bertolt Brecht, famoso dramaturgo antifascista, emigrado alemão já em 1933 por se opor ao teatro do Terceiro Reich, fez parte da resistência artística ao nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial e escreveu, entre outros, o poema “Perguntas de um Operário Diante de um Livro de História”, na qual aparece a perplexidade do olhar do excluído face a narrativa da história tradicional.

¹⁰ Tal situação pode ser vista como análoga àquela que nos anos 60/70 Florestan Fernandes realizava em relação à escravidão negra. Se em Gilberto Freyre, autor ao qual Fernandes se opõe, a escravidão, vista sob a ótica da Casa Grande, tinha traços de candura, de docilidade, perpetuada na “democracia racial”; para Fernandes, que se coloca então aí na perspectiva do negro, a escravidão havia deixado marcas ainda vivas na sociedade contemporânea, pois ao negro era dado um duplo fardo: a pobreza e a cor. Portanto, como oposta a noção de democracia, o negro tem de vencer na sociedade brasileira duas barreiras: a de classe e a racial.

no caso da imagem do bandeirante, é preciso fugir das armadilhas de uma narrativa do mito da criação.

Vários clássicos da história política e econômica brasileira, produzidos na década de 1930 (Furtado, 1986; Prado Jr., 1987) e ainda hoje reproduzidos (Ribeiro, 1995), procuram entender o Brasil e o povo brasileiro como o resultado esperado de um processo comandado pela lógica do capital. Para eles, dado o fato da economia colonial ter sido monopólio da burguesia mercantil metropolitana, ela estava a serviço da acumulação primitiva nos Estados Nacionais europeus. Isso é certo para as economias mercantis exportadoras, tal com teve lugar no nordeste açucareiro. Neste caso, ainda que as formas concretas de produção possam ter apresentado um sistema baseado na grande propriedade rural monocultora, associado a formas de produção arcaicas, relações sociais de produção centradas no escravismo e forças produtivas rudimentares, sua produção esteve, desde o início, associada ao circuito do capitalismo europeu.

No entanto, essa interpretação não se aplica às economias mercantis não exportadoras do período colonial brasileiro que se tornaram importantes tanto para afirmação de São Paulo como para a formação do Brasil (Monteiro, 1994a). As lacunas provenientes daquelas interpretações economicistas talvez sejam elas mesmas o resultado esperado da visão que fizeram dos paulistas e de suas expedições ao sertão no XVII. Para essa raça de gente, aquelas velhas interpretações ditadas pelo enfoque hegemônico do capitalismo comercial fizeram um raciocínio linear. Segundo seus princípios, São Paulo dos séculos XVI e XVII, em contraste com o Nordeste açucareiro (Furtado, 1986; Ribeiro, 1995, p. 361), não dispunha de nenhuma riqueza comercial e, por isso, não havia por assim dizer se constituído aos paulistas um sistema produtivo por meio do qual eles pudessem consolidar laços mercantis e reconhecimento social exigidos então pela sociedade colonial. Para suprir, digamos, essa deficiência, segundo Ribeiro (1995) os paulistas haviam herdado da via paterna a disciplina militar e a propensão ao sacrifício (mesmo que não o seu) para a conquista de suas ambições e ascensão social. Permeado por esse horizonte, aquelas historiografias entenderam que o modo mais direto escolhido por São Paulo para integrar-se à colonização foi realizar as bandeiras de apresamento. E quando então o domínio holandês no nordeste (1630 - 1654) desorganizou o tráfico negreiro que abastecia de mão de obra escrava os engenhos de açúcar, as mercadorias

transitadas nas bandeiras paulistas (os índios escravizados) puderam colocar definitivamente São Paulo na rota do eixo econômico colonial. Por estas vias, as atividades paulistas se ajustavam perfeitamente às demandas do capitalismo e era isso de tal monta que certos historiadores estimaram em cerca de trezentos mil os índios escravizados que os paulistas venderam aos engenhos de açúcar do nordeste em todo esse período (Ribeiro, 1995, p. 365).

Não fosse por si só o exagero das cifras, essa visão economicista da história esconde, por sua generalidade, as especificidades de economias não exportadoras, como as de São Paulo no século XVII. Ainda de acordo com aqueles velhos modelos, os sítios paulistas coloniais viviam de atividades de subsistência de base tribal (Ribeiro, 1995, p. 362) e indígena e só no comércio escravo se associavam à economia mercantil exportadora colonial. No entanto, esse modelo não só generaliza verdades como esquece que a utilização crescente de força de trabalho propicia a produção de excedentes. Aplicada às agriculturas paulistas, a mão de obra escrava indígena foi mais rentável que o seu comércio. Nesse sentido, ainda que o comércio de escravos índios intercapitanias tenha ocorrido, esse não era o objetivo último das armações. Segundo J. Monteiro (1994a), ao invés de estar relacionada com a inserção dos paulistas no contexto das economias mercantis exportadoras, o surto bandeirante do século XVII relacionava-se muito mais com a “necessidade crônica da mão-de-obra indígena para tocar os empreendimentos agrícolas dos paulistas” (Monteiro, 1994a, p.56) e, por isso, se houve a articulação mercantil de São Paulo com o restante da colônia essa não se deu através da venda de escravos para o litoral açucareiro. Não foi através de economias que tinham o vínculo com o capitalismo mercantil europeu que os paulistas marcaram sua posição no cenário colonial. Muito pelo contrário, foi uma economia mercantil não exportadora de excedentes agrícolas que colocou São Paulo em uma posição estratégica durante o período colonial. Em *Negros da Terra*, J. Monteiro (1994a) ao analisar as bandeiras de apresamento do século XVII mostrou que

[...] as freqüentes incursões ao interior, ao invés de abastecerem um suposto mercado de escravos índios no litoral, alimentavam uma crescente força de trabalho indígena no planalto, possibilitando a produção e o transporte de excedentes agrícolas; assim articulava-se a região da chamada Serra Acima a outras partes da colônia portuguesa e mesmo ao circuito mercantil do Atlântico meridional. [...] (Monteiro, 1994a, p.8)

Como que em conclusão, mais tarde Monteiro (2001, p. 205) fala que foi para solucionar o problema da mestiçagem dos paulistas com índios cativos que historiadores paulistas como “Ellis Jr, Taunay, Washington Luís e outros transferiram, sem escala em São Paulo, esses cativos diretamente do ‘império teocrático jesuítico’ para os engenhos do nordeste que, em decorrência das invasões holandesas, careciam de escravos”.

Nesse sentido, a fase do bandeirismo de apresamento no século XVII que trazia para São Paulo índios em número crescente e provenientes de regiões cada vez mais remotas, tinha o intuito de expandir as bases econômicas da colônia. Os índios escravos eram usados na agricultura paulista e, esta sim, articulava esses indígenas e os paulistas -seus donos- ao comércio intracolonial. Com essas condições, São Paulo no XVII foi considerado o celeiro do Brasil (Monteiro, 1988; 1994) e embora os paulistas não tenham sido nesse período efetivamente povoadores, eles foram os protagonistas da produção da terra e de gêneros agrícolas usando os índios escravizados na produção e transporte de excedentes e como soldados nas expedições aos sertões.

Nessa nova visão lançada sobre a história paulista, os armadores não se articulam ao comércio de escravos do litoral e também já não são mais vistos como os povoadores ou demiurgos criados no mito bandeirante. As expedições paulistas, ao atacarem impiedosamente as populações indígenas não tiveram nada a ver com a expansão territorial porque foram, antes, despovoadoras. Mas, com elas, descortinavam-se os sertões desconhecidos, abrindo-se caminhos para a conquista de povos. Foram eles assim os terrores das missões, dos índios silvícolas e dos negros quilombolas. Sobre essa nova perspectiva, uma nova visão das atitudes dos paulistas coloniais emerge.

Já no início do século XVII, os paulistas se lançam então à chamada primeira fase ou ciclo¹¹ das entradas e bandeiras: o sertanismo de apresamento (Monteiro, 1994b, p. 108 ss).

¹¹ Embora seja usado o termo ciclo ou fase, é clara a imperfeição do mesmo se tratado na acepção natural que ele representa: a de momentos sucessivos e lineares. Como em qualquer outro campo da economia, a idéia de ciclo não deve representar a exclusividade, mas sim a hegemonia de um sistema num determinado momento sem que isso implique, no entanto, na exclusão dos demais. Portanto, em muitos casos há a simultaneidade de todos os sistemas possíveis, fato que ocorreu durante o bandeirismo paulista.

Durante esse período são conhecidas as atrocidades cometidas pelos bandeirantes paulistas contra as missões jesuíticas espanholas no Guairá (oeste paranaense), Itatim (sul do Mato Grosso) e Tape (Rio Grande do Sul). Essas missões representavam uma frente pioneira hispano-jesuítica, que, a partir de Assunção, buscava alcançar o Atlântico (Guairá, Uruguai e Tape) e articular-se ao Alto Peru (Itatim). Eram missões extremamente prósperas, pois contavam com milhares de índios guaranis sedentários e domesticados para o trabalho agrícola, além de ferramentas, riquezas e gado. Mas os ataques dos sertanistas paulistas iriam frustrar a ação do colonialismo espanhol na região; pois aos olhos dos paulistas essas missões se apresentavam como uma mercadoria que poderia ser facilmente aprisionada. Ao entrarem nelas, os paulistas mataram, queimaram e saquearam seus bens: gado, adornos de igrejas e ferramentas, e escravizaram os índios catequizados. Ainda no século XVII o sertanismo de contrato nos dá um outro exemplo conhecido das atrocidades bandeirantes: a campanha de Domingos Jorge Velho que aniquilou o Quilombo dos Palmares. Em contrato assinado com o Governo de Pernambuco em 03 de março de 1687 esse bandeirante, usado como força da ordem colonial, comprometia-se em extinguir os redutos de negros em Palmares. Em campanha sangrenta os bandeirantes davam provas definitivas do cumprimento do contrato enviando no final do século XVII a cabeça de Zumbi ao governador (Carvalho Franco, 1989, p.429).

Nessas campanhas do século XVII, o bandeirante era o chefe e o índio cativo –carijó, termo genérico no século XVII para os Guarani– era o soldado. Na maioria dos casos, as bandeiras se apresentavam com uma proporção de índios e mestiços bastante superior à de brancos reinóis. Nos documentos históricos da época há registros de bandeiras, como a de Antonio Raposo Tavares em 1636, na qual havia 120 brancos e mamelucos e cerca de 1.000 índios “amigos” (Bandeccchi et alli, 1971, p. 252). Aliciados como mão de obra, os índios escravizados, além de guerreiros, eram carregadores e supridores de alimentos às empresas das entradas. Barboza de Sâ (1775/1904) ao mencionar essas primeiras expedições paulistas as descreve claramente com uma composição de luso (brancos reinóis) tupi (carijós) brasileira (paulistas).

[...] rodoando as aghoas do Tieté e Anhandohy chamado hoje rio grande foraó colhendo varias gentes thé as barras dos rios Panema e rio pardo....Versando aquelles famosos aventureiros tantos Americanos a quem

chamo Paullistas pela nominação da pátria como eropeos chamados emboabas [...] auxiliados dos mesmos índios que amasavaó com quem faziam guerra as mais bárbaras [...] (Barboza de Sâ, 1904, p.05)

No final do século XVII e início do XVIII, quando são descobertas as minas de ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, ainda com esta composição mista a penetração paulista ao sertão iria mudar a sua forma de organização e, enfim, assumir sua função expansionista. Com o descobrimento do ouro houve inevitavelmente a intensificação de atividades econômicas entre as regiões auríferas e os centros da organização política administrativa como São Paulo e Rio de Janeiro. Tal situação fez a Coroa portuguesa se preocupar em abrir, manter e controlar as vias de escoamento das riquezas. Embora só no governo de Antonio Sousa Botelho Mourão (o Morgado de Mateus -1765 – 1775) esta tarefa tenha sido atribuída pelo Marques de Pombal à Capitania de São Paulo, datam já do início do século XVIII as tentativas do Governo desta Capitania em abrir os caminhos por terra às minas de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. É no governo de Rodrigo César de Meneses (1721 – 1727) que Luis Pedroso de Barros (1724) abre o caminho por terra de São Paulo às barrancas do rio Paraná passando pelos Campos de Araraquara. Ele abre esse caminho seguindo paralelo à margem direita do Tietê e ao caminho fluvial Tietê – Paraná percorrido pelas monções, conhecido como Caminho de Cuiabá (D.I., vol. 18, p. 176; vol. 20, p. 71,2, 156, 191). E é ainda no governo de Rodrigo César de Meneses, em 1722, que se efetiva a construção do caminho por terra de São Paulo à área de ocupação dos índios goyazes passando pelo atual triângulo mineiro e sul de Goiás, o conhecido Caminho de Goiás.

Paralelamente a essa preocupação em abrir e manter as vias de escoamento havia também no século XVIII uma crescente militarização de São Paulo. E não só para proteger o tráfego de riquezas nessas vias de escoamento, mas também porque a política pombalina de demarcação e ocupação das fronteiras conduziu à criação de corpos policiais para essas funções específicas. Segundo Melo (1982), em obra que analisa a formação dos corpos militares em geral e da capitania de São Paulo no século XVIII em particular, as Tropas Militares do XVIII e início do XIX (até 1824) se dividiam em três: as Regulares, as Auxiliares (chamadas milícias após 1796) e as Ordenanças. As primeiras e as segundas, com suas patentes de mestre de campo, coronéis e tenentes coronéis, eram tropas pagas que formavam,

pois, um exército profissional. E as Ordenanças por sua vez, com seus capitães e sargentos mores, organizadas em cada vila ou cidade, pressupunham a convocação universal de todos os cidadãos sem receberem soldos. Nestas últimas, abandonadas à própria sorte, muitas vezes o difícil era controlar as muitas deserções (Juzarte, 1769/1976). Além desses três tipos de tropas, havia também as tropas pagas (mercenárias), semelhantes ao sertanismo de contrato do século XVII, só que agora com seus líderes empunhando títulos e patentes militares. Esse conjunto de forças policiais foi usado, então, para várias finalidades: guerrear nas fronteiras com os espanhóis e índios hostis, escoltar o tesouro real, proteger o território de invasões estrangeiras, exterminar e escravizar as populações indígenas, aniquilar os quilombos de negros e expandir o domínio luso-brasileiro cada vez mais ao interior.

[...] As expedições militares percorreram o sertão envolvidas na conquista de novos territórios, na expulsão dos espanhóis, na guerra contra os índios hostis e na intrincada questão da delimitação das fronteiras meridionais. (Kók, 1998, p. 76)

Sob essas circunstâncias, elas são, em parte, a prolongação das bandeiras dos séculos XVI e XVII. Militarizados, os paulistas da segunda metade do século XVIII são reaproveitados pelo interesse metropolitano em expandir seu domínio aos sertões. As expedições paulistas continuam assim a se lançar ao interior dessa capitania e também das capitanias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Ao longo do século XVIII são vários os relatos que indicam a participação das tropas paulistas em atividades militares que, se em alguns aspectos as diferenciam das armações do XVII, em outras se assemelham prontamente. Vamos rapidamente a exemplos das duas.

A tentativa de povoação do sertão do Tibagi, nos rios Iguatemi e Paraguai, entre 1767 e 1777 por ordem dos governadores Morgado de Mateus e Luiz Antonio de Souza (D.I., vol 4, p 37 – 111; vol. 33, p. 53,4, Taunay, 1975, vol 3 e 1976a), é uma dessas atividades que se ajustam ao controle e demarcação das fronteiras com os espanhóis, algo impensável aos paulistas do XVII. De 1767 em diante, o Morgado de Mateus faz marchar diversas expedições para o Iguatemi, Ivaí, Tibagi, Guarapuava etc. Só no ano de 1769, três expedições saíram do porto de Araraitaguaba conduzindo povoadores de São Paulo ao Iguatemi. A segunda delas, noticiada pelo diário do Sgto. Mor Theotônio José Juzarte (1976) carregava consigo mais de

oitocentos povoadores. Nesta viagem ia Francisco Pais, também paulista, que seria o responsável por “descobrir o caminho por terra da Povoação do Guatemi até o rio Pardo, e daí atravessando a outra margem donde foi a sair por terra a Sorocaba” (Juzarte, 1976, p.246).

Nas mãos dos paulistas do XVIII estava, pois, e ainda de forma clara, a tarefa de abrir os caminhos e agora, também, povoar os sertões. Mas não só abrir caminhos era a semelhança entre esses dois momentos da história colonial de São Paulo, porque tal como as expedições do XVII, índios e negros quilombolas também continuaram a ser os alvos das empresas paulistas no XVIII e XIX. Em suas memórias cronológicas da Capitania de Mato Grosso, o provedor da fazenda real e intendência do ouro, Felliipe José Nogueira Coelho, menciona bandeira para achar quilombo de pretos (Coelho, 1850, p 42). E sobre as bandeiras de apresamento escreve:

[...] em maio de 1734 chegou a Cuiabá o mestre de campo e general Manoel Rodrigues Carvalho, para se dar á execução a provisão de 6 de março de 1732, pela qual mandára Sua Magestade dar guerra ao gentio Payaguá e conferederados, que lhes queimassem e destruíssem as aldêas, ficando captivos os prisioneiros, que se repartiriam pelas pessoas que entrassem na dita guerra, pagando o quinto (Coelho, 1850, p.152).

Essa milícia, comandada por um português – Manoel Rodrigues Carvalho -, trazia três regimentos comandados por paulistas: os coronéis Antonio Antunes Maciel, Felliipe de Campos Bicudo e Antonio Pires de Campos (o Pay – Pirá). Esse fato demonstra a importância dada pela Coroa aos paulistas como conhecedores e dominadores dos sertões ainda no século XVIII. A eles então sempre foi dada a tarefa de combater, aliciar, escravizar os índios hostis e expandir o domínio colonial. Ao longo do século XVIII os paulistas iriam participar de várias expedições de apresamento e conquista contra os índios Payaguá, Guaicuru, Cayapó, Bororo, Xavante, Pareci etc. que obstruíam as vias de escoamento e os planos de colonização das regiões de fronteira. No início do século XVIII, apenas um desses paulistas acima mencionados, Antonio Pires de Campos, fez vinte e quatro entradas no sertão (Kók, 1998, p.24).

Alguns desses novos bandeirantes com patentes militares (os paulistas que comandavam as tropas militares do século XVIII), eram originários de Itu (como o próprio Antonio Pires de Campos), Araraitaguaba, Sorocaba, Piracicaba (Coelho, 1850, p.15),

povoações que se encontravam nas franjas da região conhecida historicamente como Campos de Araraquara. Essas cidades são as mesmas que, no século XVIII, iriam fornecer pessoas para o povoamento do Iguatemi e no XIX para fazer incursões ao rio Paraná em busca dos índios Cayapó (D.I., vol 3, p. 137,8).

Portanto, mais uma vez aqui fica reiterado. As atividades das tropas militares paulistas dos séculos XVIII e XIX substituíram as bandeiras dos séculos anteriores. E da mesma forma que estas, também na sua composição étnica assistia-se à configuração de uma composição de brancos reinóis, índios escravos e paulistas. As Ordenanças, por exemplo, que como acima mencionado pressupunham a convocação universal de todos os cidadãos, eram companhias formadas por brancos, pardos, bandos de aventureiros, bastardos -termo genérico no século XVIII para quem tivesse descendência indígena (Monteiro, 1989)- e carijós -termo genérico no século XVIII para índio escravo (Monteiro, 1994a, p. 16,7)-; e, a partir de 1767, o exército paulista permitiu também a participação de negros libertos e mulatos, usados maciçamente a partir de então e mais tarde, na segunda metade do século XIX, na campanha do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai (1865 – 1870). Conforme consta em ofícios, ordens, bandos e cartas de oficiais de comarcas da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII (D.I., vol. 19, p. 87; vol. 22, p. 165; vol. 33, p. 60; Giralдин 1997, p.187; Kók, 1998, p. 73 e ss; Souza, 1908), a partir de então sempre se mandavam formar companhias de soldados pardos, mulatos, bastardos, negros, aventureiros e carijós.

Quanto à participação indígena nas campanhas paulistas dos XVIII e XIX, embora alguns autores, como Kók (1998, p. 73), mencionem que a participação dos mesmos nas tropas militares tenha sido em escala bem menor que nas bandeiras, os indícios do uso amplo da população indígena são claros. Quando Antonio Pires de Campos foi contratado em 1742 pelo governador de São Paulo d. Luis de Mascarenhas (D.I., vol. 21, p. 153-4) para proteger o caminho de Goiás dos ataques Cayapó, ele utilizou um exército de índios Bororo (D.I., vol. 22, p. 210-211; Taunay, 1975, vol 2, p. 248) por ele deslocados de Cuiabá e aldeados no Triângulo Mineiro. De acordo com Giralдин (1997, p. 20 e ss), foram essas forças Bororos comandadas pelo coronel Antonio Pires de Campos que mantiveram livre o tráfego do Caminho de Goiás. E, ainda na segunda metade do século XIX (1876), Couto de Magalhães nos informa sobre o grande número de indígenas no Exército brasileiro. Embora não cite

explicitamente nenhuma cifra, sua colocação é clara quanto ao grande número de soldados indígenas. “[...]. Duque de Caxias, então ministro da Guerra, deu ordem aos diversos corpos do exército que puzessem à minha disposição todas praças que fossem aborígenes, as quaes eu ouvi durante semanas e mezes.” (Couto de Magalhães, 1913, p. 272). Do mesmo modo, a iconografia do XIX também mostra soldados índios nos exércitos da província de São Paulo (Debret, 1834/1975, vol. 1, p. 53 –56).

Não obstante à formação pluri-étnica essas tropas mantinham, ainda, uma forte estrutura hierárquica; pois nessas companhias muitas vezes só os brancos de posse possuíam os títulos militares, o que explica a avalanche de títulos de coronel, major, capitão, tenente etc. entre as famílias de paulistas poderosos.¹²

Como nas bandeiras, nas quais o bandeirante era o chefe e o índio cativo era o soldado, nas tropas militares os paulistas de famílias que se tornaram poderosas com as bandeiras - como os Campos, os Lemes, os Pires, os Camargos, os Barros, os Borbas, os Borges, os Bueno etc.-, eram os chefes, os comandantes, e todos os outros os soldados. Nomes de ituanos como Antonio Pires de Campos, Pedro Vaz de Campos, Felipe de Campos, João Martins de Barros, João Leme e Lourenço Leme, alguns dos quais descobridores das minas de Cuiabá (Carvalho Franco, 1989); ou os nomes de moradores, em 1779, dos pousos que se tinham no caminho de Goiás, “do sertão do rio Pardo até o rio Grande” tais como Joana Pires, Maria Pires, Salvador Pedroso, Miguel e Maria Bueno; ou, ainda, os nomes dos primeiros sertanistas a entrar nos Campos de Araraquara entre 1790 e 1820, como Antonio e Domingos Soares de Barros, José de Campos, Joaquim Pinto de Moraes Leme, José Cunha Abreu, muitos dos quais ostentando títulos de capitão, tenente, coronel, alferes, sargento mor (Secondo, livro IV, fl. 161), ilustram a origem bandeirante sob a forma militar dos séculos XVIII e XIX.

Dessa forma, os paulistas que dos séculos XVII ao XIX foram os protagonistas do reconhecimento e conquista do interior, embora tenham se estruturado em organizações

¹² A tática de agraciar pessoas com títulos e patentes militares foi uma constante na história brasileira e, em algumas ocasiões, os títulos eram dados à quaisquer indivíduos que pudessem potencialmente desempenhar uma atividade estratégica. Já nos séculos XVIII e XIX quando essa tática é inventada no Brasil, foi comum lideranças indígenas receberem esses títulos para serem os veículos de contato (D. I. vol. 3, p. 138, 9). Na história republicana é conhecido o título de capitão outorgado a Lampião para combater a Coluna Prestes, fato que nunca se realizou. Entre as famílias paulistas, porém, os títulos militares escondiam, embora apenas aparentemente, as origens e as características bandeirantes.

militares diferentes -as bandeiras do XVI e XVII e as tropas ou exército paulista no XVIII e XIX-, consolidaram uma mesma forma de ser, pensar e fazer.

2. O Contexto da Contrução.

Se através dos movimentos de penetração dos paulistas se estabelecia o reconhecimento documental de uma área e do topônimo Araraquara, essa construção não pode se abster do contexto sócio-cultural no qual os mesmos estão inseridos porque marca suas maneiras de ver, pensar e fazer. Cientes disso, colocar o construtor em contexto é a tarefa deste capítulo.

Em nome de mercadorias que lhes pudessem garantir status, glórias e prestígios -o índio escravizado, a captura de negros foragidos, as pedras preciosas, a posse de territórios etc.-, os paulistas tornaram o sertão o seu mundo. Como homens pobres, construíram pela ambição a sua identidade e, lançando-se aos sertões, tornaram lenda seus nomes. Nos sertões se acharam e nos sertões se perderam. A pobreza original em que viviam e os percalços da administração colonial, criaram a imagem do sertão como o espaço por excelência da “liberdade e das possibilidades”. Mas o lançar-se ao desconhecido hostil, do qual muitos jamais voltaram, também fazia do sertão a imagem do “tormento e da destruição”. Visões contraditórias de um espaço não só geográfico, mas de representação. Um misto imaginário e presencial do sertão como ente à “presidir a vida e a morte” (Alcântara Machado, 1929/1980, p. 223). Visões que, no entanto, não afugentaram as andanças e as penetrações dos paulistas cada vez mais para o interior na expansão do domínio luso-brasileiro sobre terras e povos.

Ao fazerem isso os paulistas desenvolveram e expandiram formas de sociabilidade, estratégias de sobrevivência e um modo de vida original, bastantes diferentes do modelo que se desenvolvia durante a colônia no engenho de açúcar do litoral nordestino (Freyre, 1933/1984; Holanda, 1957; Prado Jr., 1987). Lá o negro, aqui o escravo índio.

Sob essas circunstâncias, já no século XVII São Paulo exercia uma hegemonia genética e cultural sobre áreas cada vez maiores.

[...] São Paulo [...] contrastava flagrantemente com as organizações tribais de aldeias agrícolas indiferenciadas, com as quais interagira, sem com elas confundir-se. Ao contrário, lhes impunha sua dominação e as conduzia ao extermínio físico para fazer surgir um outro povo no território até então ocupado por elas. (Ribeiro, 1995, p. 367).

O paulista se construía a meio passo entre a natureza mercantil não exportadora de excedentes agrícolas e as aldeias tribais, da qual queria se diferenciar. Não era plenamente índio e nem era plenamente branco. Era mestiço e por isso era exatamente um novo ser. Fez-se então como homem livre e sem dono, por suas próprias custas, aquele que não tem nada a herdar, e marcou sua identidade justamente à base dessa dupla oposição: o outro branco e o outro índio, o primeiro como o outro superior e o segundo como outro inferior¹³. Embora, como bem lembrou Kók (1998, p. 93,4), o mameluco não tenha constituído uma identidade coletiva porque marcado por uma existência individual em eterna luta pela sobrevivência, ele criou uma cultura cindida e multifacetada, transformou-se num verdadeiro intermediário cultural e, nas entradas aos sertões, tomou de empréstimo categorias gerais de suas duas matrizes formativas. Sob essas categorias, nos paulistas originais que entram nos sertões, há de um lado a disciplina militar e a ambição por glórias, prestígios e status; e de outro os núcleos indígenas, dos quais também eram produtos, mas dos quais se diferenciavam e dominavam, ao mesmo tempo em que com eles se mesclavam.

Seu modo de vida, sua língua, suas feições, sua visão de mundo, seu ethos etc. eram a fusão nova do encontro desses dois mundos. À luz desse enfoque, e se há algo de verdadeiramente concreto na realidade da cultura brasileira, o paulista, como todo povo do resto do Brasil, é mestiço (Freyre, 1984, p. lvii; Ortiz, 1994; p.19; Ribeiro, 1995, p.19; 1996, p.196; Veloso e Madeira, 1999, p.39). Com raras exceções em meio a uma crescente massa de brasileiros plasmados pelos paulistas, os homens que tomavam parte das entradas e bandeiras, e depois das monções e tropas militares, eram homens mestiços, rudes e pobres. Até o século XVIII, como mostrei anteriormente, os mestiços nas campanhas de penetração eram apenas os mamelucos e, a partir do XVIII, a eles se juntam também os crioulos.

Essas povoações em marcha vagavam, pois, pelos sertões, movidas pelo signo da cobiça e ambição do português e do mameluco, e pelos pés descalços do índio e do próprio

¹³ Talvez a melhor maneira de ilustrar essa posição do mameluco seja usando a definição do próprio termo, conforme dada por D. Ribeiro (1996, p.196). Segundo esse autor, a filha da índia prenhada por um branco foi apelidado de mameluco por Montoya, padre jesuíta espanhol que atuou na região do Guairá. Para Ribeiro, “mameluco é uma palavra para o menino criado na casa árabe. Tomavam meninos de dois anos de idade e os criavam; (...) os que revelassem talento para exercer o mando alcançavam a alta condição de mameluco. Este era devolvido a seu povo para administrá-lo; tinha, então, a cara de seu povo, mas a alma árabe.” Feliz então essa expressão de Montoya, pois o paulista mameluco exercia o comando sobre os “parentes” da mãe.

mameluco. Nas mãos destes, pouco ou quase nada de seu. Roupas simples ou às vezes simples farrapos, conduzidos por armas e conhecimentos etnobotânicos e etnozoológicos tomados de empréstimo dos indígenas. Para estes homens os sertões eram o seu mundo e nele perambulavam muitas vezes sem projeto maior senão a luta pela sobrevivência. Quando por exemplo Pedro José Neto em 1790 atravessou o rio Piracicaba entrando na região dos Campos de Araraquara, ele o fazia fugindo da justiça de Itu (Braga, 1893/1994, p. 11; Lemos s/d, p 80; Secondo, Livro III – fl. 21) e não com um plano de povoar e colonizar pelas mãos do não índio a região. Como a dele –fundador da cidade de Araraquara-, as conquistas dos bandeirantes e sertanistas foram geralmente resultado de suas ações e não de um plano pré-estabelecido. Mesmo que durante as tropas militares tenha havido um projeto político-administrativo engendrado pela Coroa e pelo governo da Capitania de São Paulo, os soldados participantes ou eram recrutados à força ou estavam em busca de vantagens individuais. Então, se com seus ataques no século XVII às missões jesuíticas espanholas eles frustraram os planos coloniais hispânicos na região, ou se entrando para além de Tordesilhas eles ampliaram o domínio português e esboçaram o que seria o território brasileiro, isso não foi obra de um projeto, de um plano intencional; mas ações de milícias e pessoas atrás de sobrevivência e mercadorias, fossem elas quais fossem.

Sob esta soma de características, os primeiros núcleos paulistas que desde São Vicente e Planalto de Piratininga começaram no século XVII a se estender para o interior do atual estado de São Paulo, se definiam pelas mesmas características. Eram frentes pioneiras e rastros de uma rede de caminhos que levavam ao interior. Postos avançados de abastecimento e pousada para as entradas, bandeiras e monções. Por volta de 1727, ao longo do caminho das monções, “quase todo o rio margiado de roças e fazendas” nas quais “plantava-se feijão e milho, excelentes mandiocas, das quais se fazia farinha, batata, fumo e melancias” (Taunay, 1976a, p. 68,9). Nesses núcleos conviviam mamelucos, índios, brancos, negros escravos, mulatos. Internamente, se definiam em sua estrutura pelo domínio da família poligâmica e patriarcal, com base em relações de trabalho escravagistas, forte influência da religião católica e uma economia básica de produção agrícola para subsistência e comércio.

Quanto às relações escravagistas entre índios e paulistas, ainda no século XVIII o relato da viagem de d. Antonio Rolim, o Conde de Azambuja, de São Paulo a Cuiabá em

1751, ao descrever o caipira do interior do estado de São Paulo, anota a utilização da mão de obra escrava indígena e a forma de aliciá-la:

[...] como todas as que vi na Comarca de São Paulo, porque a maior parte de seus moradores assistem nos seus sítios, onde lhes vai o tempo a cachimbar e embalar-se na rede, em camisas e ceroulas, seu vestido ordinário, e mandando os seus Carijós, adquiridos pelo sertão com grande trabalho (Rolim 1751/1976, p.182, 3).

No que possa ter de elementos caricaturais nessa descrição, a menção ao carijó escravo indica um certo tipo de estrutura que nasceu com a fundação dos núcleos paulistas e persistia ainda no século XVIII. Desde seus primeiros sítios, os paulistas sempre tiveram no índio a mão de obra escrava. Até fins do século XVII mesmo São Vicente, a célula mãe dos paulistas e do bandeirismo, utilizava trabalho indígena recrutado nas missões (Couto de Magalhães, 1913, p. 281). Eram os braços do índio que sustentavam todo o ônus da sobrevivência dos paulistas em seus sítios e nas entradas aos sertões.

Em consequência, as atividades econômicas desenvolvidas nesses núcleos se caracterizaram durante séculos exclusivamente como atividades de produção de excedentes agrícolas para um mercado interno. Nas entradas aos sertões, porém, era a adaptação indígena que lhes provia totalmente o sustento. Como já bem mostrou Sérgio Buarque de Holanda (1957, p. 67 e ss), existe uma copiosa documentação monçoneira e sertanista, de diferentes épocas, a mencionar práticas venatórias nos caminhos dos bandeirantes (Juzarte 1769/1976; Taunay, 1975, vol 3; Rolim, 1751/1976). Práticas como a pesca de dourados, jaús, pintados; a caça de capivaras, antas, pacas, veados, porcos do mato, cobras; a coleta de laranjas silvestres, palmitos, castanhas, e uma variedade de outras frutas são constantes nos relatos. Bastante comum nas entradas era também a prática de fazerem horticulturas de cultígenos de crescimento rápido como milho e mandioca para se proverem de alimento quando o mesmo estava rareando e na ausência de aldeias para saquear. Constituíam-se assim o bandeirismo num modo de vida guerreiro e nômade sustentado pelos saberes e fazeres indígenas.

[...]. Além da caça e pesca, que mantinha a bandeira alimentada, as provisões de boca eram, em regra, farinha de mandioca, paçoca, aguardente, canjica, erva congonha, limões. Quando os víveres começavam a escassear, plantavam-se milho ou então assaltavam-se as aldeias indígenas que tivessem cheios os seus jiraus. Ainda assim, não raro tinham de comer carnes de cobras, sapos, lagartos [...] (Bandeccchi et alii, 1971, p. 251)

Por meio do bandeirante se afirmava, pois, em São Paulo colonial, um ser novo num modo de vida novo e num modelo igualmente novo de sociedade. Vivendo numa economia agrícola e à base de um renovado escravismo, o paulista construía seu mundo. Como quase tudo à sua volta, as categorias lingüísticas através das quais ele representava esse mundo e projetava a sua ação nele também eram novas. Não era o tupi antigo. Tampouco o português. Seja no núcleo de povoamento ou nas entradas, os paulistas se comunicavam entre si, com os outros -índios, brancos, mestiços, negros- e com os grupos contatados, pela língua geral brasílica ou *nheengatú*, fala habitual no Brasil até meados do século XVIII quando houve a proibição do uso das línguas indígenas pela administração pombalina. Língua extinta por decreto, mas que deixou marcas e características importantes no português falado no Brasil.

Sobre essa língua geral, há uma longa tradição de estudos que a consideram uma língua do tronco Tupi. Couto de Magalhães (1913, p. 81 e ss) é quem parece ter popularizado essa visão. Esse autor divide as línguas sul-americanas em dois grandes grupos: as “línguas arianas”, na qual ele classifica o quíchua, e as “línguas gerais não arianas”, em cuja tipologia ele classifica o tupi e o guarani. Para o tupi ele adotou o termo *nheengatú* como tradução de língua boa, isto é, que todos os falantes de línguas tupis entendem. Para o guarani ele adotou a forma *ava nhehen* como tradução de língua de gente. Assim, *ava nhehen* seria a fala geral guarani e *nheengatú* a fala geral tupi. E era esta última forma que os paulistas (Ribeiro, 1995, p.362; 1996, p. 197), com suas expedições, espalharam para o interior do Brasil.

Nesse sentido, embora também modernamente classificada como uma língua da família tupi-guarani do tronco Proto-Tupi (Teixeira, 1995, p.300), a língua geral *nheengatú* não existia antes da colonização. Ela se formou e se desenvolveu no Brasil justamente durante o período colonial. De acordo com Rodrigues (1994), do tupi antigo se desenvolveram dois dialetos muito parecidos: a língua geral amazônica e a língua geral paulista. A primeira, falada em toda Amazônia e floresta tropical brasileira até a fronteira com o Peru, Colômbia e Venezuela, foi espalhada pelas campanhas missionárias dos padres jesuítas. A segunda, fala comum de São Paulo colonial, foi espalhada, como mencionado, pelas bandeiras paulistas. Sob as condições que os estudos lingüísticos a colocam, a língua geral *nheengatú* pertence ao tronco tupi, mas é produto do contato.

Está claro então. A formação dessa língua é associada aos processos de contato, confronto e imbricação entre lógicas culturais distintas. Para ser mais preciso, o *nheengatú* é o resultado semântico desse encontro. Entendê-lo como construção significa admitir que os processos de origem e desenvolvimento de uma língua estão associados aos usos e funções que a mesma exerce num contexto sócio-cultural; e exatamente em virtude disso as línguas são elementos vivos e históricos, portanto mutáveis. E é isso que acontece para o caso dessa língua geral brasílica. As provas para demonstrar esse argumento são buscadas nas condições mais elementares de uma visão antropológica do contato.

É lição aprendida que em quaisquer condições dadas, sempre a chegada do estrangeiro no desconhecido, como se deu com o europeu nas Américas, é acompanhada pela construção de uma imagem do novo a partir de seus próprios critérios (etnocentrismo); como ilustram as alegorias iconográficas da experiência marítima européia, mostradas por Sevcenko (1996) para o caso da América, e Said (2001) para o caso do Oriente. A posição eurocêntrica na construção do novo mundo possui o seu correlato lingüístico naquela atitude que Todorov (1988) chamou de *adâmica*. Diz ela respeito ao processo de identificar-se com o desconhecido, torná-lo familiar e dele tomar posse por meio da atitude simbólica de nomear e significar lugares e povos com categorias da sua cultura. Daí o hábito comum dos conquistadores em “batizar”. Monte Pascoal, Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Porto Seguro, São Vicente etc. são nomes de batismo português a lugares da costa atlântica brasileira. Nesse sentido, a atitude *adâmica* é verdadeira também para o modelo português. No entanto, tal como esse modelo colonizador foi implantado no Brasil, ele implicou no contato íntimo e familiar entre uns e outros (brancos e índios). Assim, se houve inicialmente uma ressemantização dos lugares a partir das categorias exclusivamente portuguesas, num segundo momento, e a partir da própria confluência genética e cultural entre brancos, índios e depois mestiços, a necessidade de uma comunicação eficaz tornou-se imperativa e dela emergiram os esforços portugueses de entender e formar um vocabulário da língua falada pelos indígenas. Equivale a dizer que as circunstâncias concretas do contato engendraram a necessidade e as condições para a apreensão portuguesa da língua nativa.

Porém, tanto os gramáticos jesuítas como os primeiros brancos leigos no Brasil ouviam das bocas dos índios tupis do litoral, sons que não tinham, em sua língua, representante gráfico

ou fonético. Outras vezes, sobravam representantes gráficos do alfabeto português, pois a eles não correspondiam representantes fonéticos tupis. Além disso, as línguas ouvidas eram de aglutinação, isto é, línguas que, primeiro, geralmente substituem os verbos por prefixos pronominais nas palavras e, segundo, aglutinam palavras para formar outras; e os jesuítas e leigos portugueses, falantes de uma língua de flexão, desconheciam até então esse tipo de fala. Diante de tal situação, foi comum a prática de substituição de signos lingüísticos por outros semelhantes ao do código gráfico e fonético conhecido. Não há como negar o fato de que tal atitude, embora mantendo a raiz da palavra ouvida, modifica-a também. Vista ao fato de sempre nos situarmos num círculo limitado de representações gráficas e fonéticas imposto por nosso alfabeto, a língua ouvida pelos jesuítas e leigos é, por assim dizer, aportuguesada. O *nheengatú* é exatamente isso: uma mistura de tupi e português, uma língua nova como tudo que se constituía em São Paulo a partir do século XVI.

A proliferação dessa língua no tempo e no espaço tornou-a conhecida já no século XVI como a língua geral. Isto é, a língua que todos entendem e por meio da qual todos se comunicam. Se lembrarmos as definições de *nheengatú* e *avanhehen* como língua boa e fala de gente respectivamente, isso traz implicações sérias (no contexto da mencionada visão antropológica do contato) para o encontro de índios tupis, brancos reinóis e paulistas com outros povos do interior do Brasil falantes de línguas não tupi-guarani. Pois as designações de língua boa e fala de gente implica em aceitar a existência de línguas ruins e que não são de gente. Tais línguas não tupi-guaranis seriam as línguas conhecidas no Brasil colônia como travadas, a fala dos Tapuias¹⁴. Quando em 1769 Juzarte navega pelo rio Iguatemi próximo do Paraguai, ele escreve sobre os índios Cavaleiros (Guaycuru): “sua língua é embaraçada” (Juzarte, 1769/1976, p. 264), informação que ele completa ao longo da descrição com os adjetivos de “bárbaros”, “miseráveis”, “muito traidores e desconfiados”. Os índios de língua travada, os não tupis, não participam dos critérios usados para definir os índios mansos, os paulistas e os próprios brancos reinóis. E tal atitude corresponde à criação do etnocentrismo e de uma visão determinada do processo de contato.

[...]. A humanidade cessa nas fronteiras da tribo, do grupo lingüístico, às vezes mesmo da aldeia; a tal ponto, que um grande número de populações

¹⁴ A discussão Tupi – Tapuia será colocada mais adiante nesta tese.

ditas primitivas se autodesignam com um nome que significa ‘os homens’ (ou às vezes – digamo-lo com mais descrição? – os ‘bons’, os ‘excelentes’, os ‘completos’), implicando assim que as outras tribos, grupos ou aldeias não participam das virtudes ou mesmo da natureza humana, mas são, quando muito, compostos de ‘maus’, de ‘malvados’, ‘de macacos da terra’ ou de ‘ovos de piolho’. Chega-se freqüentemente a privar o estrangeiro deste grau último de realidade, fazendo dele um ‘fantasma’ ou uma ‘aparição’ (Lévi-Strauss, 1989b, p. 334).

Verdade universal acerca do encontro entre povos, o etnocentrismo e a construção da identidade pela diferença lingüística, fisionômica, cultural etc., tem seu corolário preconceituoso na construção do outro e do processo histórico a partir de oposições de caráter classificatório e hierarquizante. No caso do mameluco paulista que invade o interior do Brasil, essas oposições gravitam, entre outras, nas noções de língua geral e língua travada; boa e ruim; de gente e não gente; homem livre e escravo; civilizado e selvagem; rico e pobre; cristão e pagão; feroz e manso. Todas as expedições ao sertão durante a colônia se serviram dessa alegoria da colonização, sobretudo no século XVIII quando as tropas paulistas que se lançavam contra os “índios hostis” eram exclusivamente para o extermínio e escravização (D.I., vol 22, p. 168). Aquela representação, lançada sobre os índios hostis (Cayapó, Payaguá, Guaycurú, Kaingang etc), representou-os como ferozes, bárbaros, selvagens e de língua travada, elementos que justificavam, inclusive, as ações de conquista e extermínio.

Quando então, a partir do século XVII, o bandeirante começa a descortinar o interior do atual estado de São Paulo, ele leva consigo esse modo de vida e essa visão de mundo. Nesse sentido, é sob a ótica desse ser que se tem notícia documental dos Campos de Araraquara. É do paulista e do índio cativo que se constrói a imagem dessa região, de seu topônimo e dos povos que aí se encontravam e/ou perambulavam.

O reconhecimento dessa área está, pois, e isso não é novidade, associada ao processo de penetração das bandeiras e das tropas militares pelo interior do atual estado de São Paulo. Mas por essas bandeiras e tropas acima descritas. E como sempre o mundo é criado de acordo com os moldes da própria feitura humana; isto é, “o mundo que percebemos é governado por nossas próprias experiências” (Leakey, 1995, p.138), a construção dos Campos de Araraquara pelo olhar e pelas mãos do paulista deve por isso mesmo ser entendido como **uma** construção.

Óbvio que como se trata de um determinado homem situado em um determinado ponto, é também determinada a construção histórica que ele faz.

Chegado a este ponto, e conduzido pela própria urdidura deste texto, na qual foram dadas as características do construtor, passo agora ao processo de construção e ao produto construído.

3. Os Processos e o Produto.

Não há exagero nenhum em novamente lembrar que esta parte do trabalho consiste em percorrer na documentação histórica disponível o trajeto de delimitação de um território conhecido nas fontes como Campos de Araraquara. Como unidade analítica ele só existe no reconhecimento que esta documentação faz dele. É uma área por assim dizer criada através do sucessivo mapeamento que os paulistas fizeram em suas diferentes penetrações ao interior. Mostrar histórica e temporalmente como pouco-a-pouco foi-se criando documentalmente essa área é o objetivo deste capítulo.

A origem mais remota dessa saga se situa no litoral de São Vicente na primeira metade do século XVI. A partir daí, usando as veredas indígenas (Holanda, 1957, p. 23, Taunay, 1975, vol. 2, p. 307) e os cursos dos rios em todas as direções, os paulistas rapidamente se espalharam atingindo os denominados Campos de Araraquara já nos séculos XVII e XVIII. A aparição dessa região e desse topônimo, como venho insistindo, é resultado da saga dessa nova linhagem de gente. E se toda linhagem tem seu herói fundador (mítico ou não), a linhagem paulista também tem o seu.

Quando em 1532 Martim Afonso de Sousa chega para tomar posse da Capitania de São Vicente e fundar a cidade homônima, ele encontra aqui com os índios um tal João Ramalho, português de origem e apresentado em algumas historiografias como sendo casado com Bartira –filha de Tibiriçá (chefe Guayaná famoso na fundação de São Paulo). Na verdade, são poucas as descrições de João Ramalho, mas muitos indícios apontam para uma outra visão desse personagem, muito longe da monogamia e fidelidade desejadas. E isso é importante salientar, porque aí se encontram novamente as condicionantes de uma determinada história. E outra vez, a reconstrução dos fatos aponta, orienta e explica o modo de ser paulista acima descrito. Sobre João Ramalho, Couto de Magalhães (1913, p. 281), apoiado no Frei Gaspar Madre de Deus, diz que Santo André, fundada em 1550, era “a aldeia no campo onde vivia João Ramalho. Ficava a aldeia ao pé de S. Bernardo de hoje, junto ao rio Jerivatyba (Pinheiros)”. Ribeiro (1996, p.196) por sua vez, embora não citando explicitamente a fonte das informações, escreve: “Santo André era um covil de criminosos, uma coisa terrível. Os

jesuítas descrevem isso: cada qual com muitas mulheres e muitos filhos, todos reproduziam em todas...”. E Kók (1998, p. 31) afirma que “já em 1508 João Ramalho capturava índios no sertão para vendê-los como escravos aos espanhóis e portugueses”.

Sobre esses alicerces se funda a paulistanidade. Um evento grávido de conseqüências porque nos primeiros núcleos paulistas, como vimos, aninhavam-se os ovos da serpente. A partir deles estabelece-se paulatinamente o domínio luso brasileiro em todas as direções. Nesse processo, São Vicente (1532) é a *célula mater*. A partir dela, em direção ao sul pelo litoral, surge Itanhaém (1533), e Iguape e Cananéia, povoados de origem castelhana e mestiça, são tomados. Para oeste, subindo a serra do mar, fundam, em 1550, a Vila de Santo André da Borda do Campo, o primeiro povoado no Planalto de Piratininga. E em 1554 aparece o mais importante núcleo paulista, no qual os clérigos fundam colégio: São Paulo de Piratininga.

Em meados do século XVI, São Paulo era o ponto mais avançado de penetração luso-brasileira no interior. Desde esse posto acima da serra do mar, nova e rapidamente ramificaram-se as células de penetração. Em sentido nordeste, acompanhando o rio Parnaíba, fundam Mogi das Cruzes (1560) e Taubaté (1640), ponto de ocupação do Vale do Paraíba e Mantigueira, caminho que iria dar acesso aos rios das Velhas, Paraobepa e São Francisco. Em sentido oeste, a 96 Km de São Paulo, aparece Sorocaba, região explorada desde 1661 e ponto a partir do qual, no século XVII, se vasculhou um largo perímetro do interior de São Paulo. Pelo caminho do rio Tietê, surge Santana do Parnaíba (1580), o terceiro povoado no Planalto de Piratininga, ainda hoje considerada o berço do bandeirismo. De Santana de Parnaíba, e cem anos depois dela, acompanhando o curso do rio Tietê surge Itu (1658), e mais tarde Araraitaguaba (1693), hoje Porto Felix. De Itu desmembra-se um século e meio mais tarde Piracicaba (1767) e, desta última, emancipa-se Araraquara (1817).

A partir do século XVII, o fluxo do rio Tietê no sentido planalto - interior havia, então, levado os paulistas a rastreamento todo o seu curso até a foz do Piracicaba. Como na ocupação de várias outras regiões do interior do Brasil, aqui também os rios foram os primeiros demarcadores dos caminhos e dos espaços geográficos. Os cursos d'água sempre foram os limites naturais de demarcação, mapeamento e presença de uma região na consciência histórica, e isso estava acontecendo nos séculos XVII e XVIII para a região aqui em estudo. Eram os rios os demarcadores do limite entre o conhecido e o desconhecido. Somente a partir

dos postos avançados próximos às calhas fluviais é que o interior da região começou a ser palmilhado pela abertura de caminhos por terra. A partir desse fluxo, novos lugares e novos povos são conhecidos e nomeados pelos paulistas.

A designação genérica Campos de Araraquara começa a aparecer com mais frequência no século XVIII quando os caminhos que passavam por Araraitaguaba (Porto Feliz), Itu e Piracicaba começam a ser usados com mais frequência. Paulatinamente, desde São Vicente e São Paulo, foram-se aprofundando as “fronteiras do conhecido”. Nos séculos XVII e XVIII elas terminavam em Araraitaguaba, Itu e Piracicaba. A partir daí e das referências aos grandes cursos d’água, marcavam-se, nesses séculos, os limites de uma área. Pois tudo mais que havia a partir da margem direita do rio Piracicaba, tendo ao sul a sua confluência com o Tietê, e daí para norte margeando o rio Mogi-Guaçu até sua foz no Rio Pardo e deste no rio Grande, e a oeste até o rio Paraná, era para a consciência ocidental um desconhecido sertão tratado pelo termo genérico de Campos de Araraquara (Almeida, 1948; Corrêa 1967; D.I., vol. 44; Juzarte, 1769/1976; Lacerda e Almeida, 1788/1841; Lemos, s/d; Pedroso de Barros 1724).

A localização geográfica desses denominados Campos desde cedo o colocou como obstáculo a ser transposto por aqueles que, desde São Paulo, queriam atingir a região centro oeste do Brasil; local onde no século XVIII iriam ser descobertas as minas de Goiás e Cuiabá, fato que incrementaria o tráfego e a ocupação histórica da região em estudo. Mas apesar desse limite temporal, está certo que mesmo antes da descoberta de ouro o uso do Tietê pelas diligências paulistas expôs, já no início mesmo do século XVII, as franjas ou limites meridionais dos Campos de Araraquara ao tráfego constante das populações que historicamente se construíram nas primeiras décadas do período colonial brasileiro. No início do século XVII, quando os paulistas se voltaram contra as missões jesuíticas do Guairá, um dos caminhos percorridos nessa travessia era seguindo o curso do Tietê até sua foz no Paraná e daí para o sul percorrendo a bacia Paraná - Paraguai.

A primeira notícia de uma expedição a seguir esse percurso é de 1602. Nesse ano, por ordem de d. Francisco de Sousa, o paulista Nicolau Barreto foi incumbido de descer o Tietê a procura de metais preciosos. Para isso, “organizou uma bandeira composta de cerca de trezentos brancos e mamelucos, além de um corpo indígena” (Carvalho Franco, 1989, p. 58) e, ao não encontrar os famosos metais, atacou e apresou índios na região do Guairá, voltando a

São Paulo em 1604. Ao longo do século XVII, esse trajeto foi notadamente utilizado pelos paulistas. Numerosas expedições se sucederam à de Nicolau Barreto, muitas delas chefiadas por ícones bandeirantes da história tradicional: Antonio Raposo Tavares, Pedro Brás de Barros, Brás Leme, Borba Gato, Manuel Preto, entre outros, responsáveis por trazer um grande número de índios escravos daquela região. Tal era a utilização freqüente desse percurso ao Guaíra que os próprios espanhóis, na segunda metade do XVII, tinham o conhecimento preciso dos roteiros seguidos pelos paulistas.

Em 1676, certo documento do Arquivo de Assunção, ..., já fixava os caminhos para o Guairá, a partir de São Paulo: o primeiro pelas cabeceiras do Paranapanema, pelo Ivaí e Piquiri, atravessando '*los Pirianes y tierra de los infieles Guayanás*'; o outro pelo Anhembi e Paraná, e de certo ponto em diante por terra; o terceiro, inteiramente por via fluvial, Tietê e Paraná abaixo, até o Salto, e daí continuando por terra. (Melo Nóbrega, 1948, p. 71)

Se lembrarmos que Anhembi é o nome primitivo do Tietê, nota-se que dos três caminhos citados, dois passavam pelo Tietê – Paraná, limites hidrográficos respectivamente do sul e oeste dos Campos de Araraquara. Assim, o caminho para o Guairá fixado no governo de d. Francisco de Sousa, colocava desde cedo as franjas meridionais dos referidos campos em contato com brancos reinóis, paulistas e índios cativos que participavam dessas penetrações. O tráfego das bandeiras no trecho do Tietê, totalmente fluvial, não permitiu, porém, que as mesmas se aventurassem para além das margens, e por causa disso não chegaram a produzir um conhecimento da região, muito embora, a partir dos rios, tenha servido para demarcar o perímetro que separava no XVII o conhecido do desconhecido.

Simultaneamente a essas direções para a região do Guaíra, a penetração paulista traçada por d. Francisco de Sousa tomou também a rota das Minas, no atual estado de Minas Gerais. Ainda que o caminho preferido para esse último alvo tenha sido o de Mogi das Cruzes, e daí pelo vale do Paraíba e serra da Mantiqueira, boa parte do território paulista estava sendo vasculhado na demanda de metais preciosos e de caminhos de acesso à região mineira. Para levar adiante esses projetos, já em 1598 d. Francisco de Sousa envia Diogo Gonçalves Laço como administrador das minas e capitão da Vila de São Paulo. A partir de 1601, quando recebeu um regimento para serviço das minas, ele visitou Jaraguá, São Roque e as minas de ferro de Araçoiaba de onde partiu uma bandeira para Itapucú na serra da Mantiqueira

(Carvalho Franco, 1899, p.203 e 205). Nessas diligências pelos sertões de São Paulo, há indícios opacos de que bandeiras fizeram incursões à região de Araraquara no intento de encontrar por terra um caminho para as Minas dos Cataguases. Dois autores modernos (Leite, 1941 e Lemos s/d), acreditam que “a gente de Diogo Gonçalves Laço, em 1602, derivando de São Paulo pelo Tietê abaixo, saltaram a margem direita e, após visitar os campos de Araraquara, subira o rio Moji Guaçu até o sopé da futura Ouro Fino em Minas” (Lemos, s/d, p. 14). Ainda que seja tentadora a idéia de poder aprofundar temporalmente o conhecimento histórico dessa região, não há, no entanto, sustentação documental suficiente para isso. Uma via de acesso à região mineira através do Tietê, campos de Araraquara e vale do Mogi-Guaçu, era oficialmente desconhecida até o final do século XVIII e início do XIX. A primeira notícia documentada da tentativa de abrir estrada pelos campos de Araraquara em direção à foz do Mogi-Guaçu é do governo de Antonio Manoel de Melo entre 1797 e 1802 (D.I., vol 44, p. 119 e 125), porém uma tentativa logo abandonada. Em instrução do desembargador e ouvidor geral da comarca de Itu, Miguel Antonio de Azevedo Veiga, datada de 8 de junho de 1816 (D. I., vol. 44, p.118), ele informa que, depois dessa tentativa, só em 1813 foram retomados pelo governo da Província de São Paulo projetos para “fazer a exploração para seguir pelo rio Mogygassú abaixo”. À vista disso, até então era oficialmente desconhecido esse trajeto como caminho das minas.

No século XVII havia sim um roteiro que ligava São Paulo às regiões centrais do Brasil, mas ele não cruzava os Campos de Araraquara. Taunay (1975, vol. 2, p. 306), apoiado em Capistrano de Abreu, escreve que “viajando em rumo de Jundiaí a Moji deixavam as bandeiras a esquerda o salto do Urubupungá chegando a Goiás pelo Paranaíba”, rio que limita pelo lado norte o triângulo mineiro, formando, na junção com o rio Grande, o rio Paraná e o ângulo agudo desse triângulo. Abandonado no século XVIII por caminho que iria passar mais ao oriente deste, no XVII esse trajeto não se servia do Tietê e passava a montante do rio Piracicaba, deixando, portanto, os campos de Araraquara a oeste e sul de seu trajeto. Se lembrarmos que o salto de Urubupungá fica no rio Paraná, pouco acima da foz do Tietê, eles o deixavam a esquerda quando passavam do rio Grande para o Paranaíba. Nesse sentido, esse trajeto servia-se da linha de direção do Mogi e do rio Grande e assim marcava, ao norte e leste

(tal como acontecia ao sul e oeste com o Tietê e Paraná) os limites dos desconhecidos sertões situados no quadrilátero formado por esses rios.

Assim sendo, mesmo que no XVII possam ter ocorrido incursões a esses sertões como pensam Leite (1941) e Lemos (s/d), elas deviam ser esporádicas e produzidas, sobretudo, por iniciativas particulares não documentadas; haja vista os roteiros mencionados pelos cronistas, os dados oficiais e o fato de não ter vindo à luz até agora documentação na qual apareça o topônimo Araraquara no século XVII. Isso produziu entre os historiadores regionais (Aguilar, 2003; Almeida, 1948; Corrêa, 1937; Corrêa, 1967; França, 1915, Secondo, s/d) o consenso de que nos seiscentos as terras araraquenses eram um denso e incógnito sertão, sem nome algum ou de nome desconhecido para a consciência ocidental. E há, ainda, outras provas disso. De acordo com Neme (1974, p. 33), historiador que se baseou em farta documentação para escrever a história de Piracicaba, mesmo o sertão deste nome, geograficamente anterior aos campos de Araraquara, só é conhecido em 1693. Finalmente, outro indicativo para o desconhecimento do topônimo Araraquara no XVII é o mapa de d. Luiz de Céspedes Xéria (Taunay, 1922 e 1975 vol. 3, p.104 - 107), governador geral do Paraguai que, em 1628, desceu o Tietê e Paraná até a cidade real do Guairá (Assunção), produzindo o primeiro documento cartográfico do Tietê. Pelo roteiro deixado, eram conhecidas as navegações do Tietê, Sorocaba e Paraná (Rebelo, 1727/1976, p. 101 e ss; Taunay, 1975, vol. 2, p. 176 e vol. 3, p. 101), mas a região de Araraquara, a margem direita do Tietê, aparece em branco, sem menção ao topônimo Araraquara ou Mogi-Guaçu. O único topônimo usado para rios da região que aparece nessa cartografia é “*yacarepepi*” (sic) como afluente da margem direita do Tietê, rio este que pode ser, pela nomenclatura já que o mapa não tem escala, o atual Jacaré-Pepira que corre no sentido sueste - noroeste entre os atuais municípios de Jaboticabal, Araraquara, Brotas e Jaú. No mais, há uma lacuna documental ainda muito grande no XVII com relação ao conhecimento dessa região.

O certo até agora é de que nesse período apenas se mapeavam os contornos da área em estudo à medida que surgiam os trajetos que acompanhavam os rios e a instalação de povoados mais próximos dos limites entre o conhecido e o desconhecido. Os paulistas que tomaram parte das primeiras entradas no Guairá e na região mineira foram, assim, pouco a pouco ocupando e povoando os sertões paulistas. Pelo caminho do Tietê eles penetraram, já no

início do XVII, nos campos de Pirapitingui, região onde iriam aparecer Itu e Araraitaguaba (Azevedo Marques, 1954, p. 358), pontos a partir dos quais, no século XVIII, se efetivariam as entradas na região de Araraquara. Itu, por exemplo, tem sua origem em meados do XVII pelas mãos de paulistas que escravizaram os índios do Guairá.

Nos campos de Pirapitingui [...] Domingos Fernandes funda capela em louvor a Nossa Senhora da Candelária onde aldeia a grande bugrada que trouxera do sertão, bugrada essa que ele conquistara na entrada que, em 1602, fizera em companhia do capitão Nicolau Barreto (Bandecchi et alli, 1971, p. 252).

Paulistas e índios fundavam o povoamento histórico da área marginal sul dos Campos de Araraquara. E como em todas as áreas constituídas pelos paulistas, essa estrutura de povoamento se manteria e prolongaria espacial e temporalmente. No século XVIII, na mesma Itu, o coronel Antonio Pires de Campos, por exemplo, possuía a fazenda Itaiçi, onde “chegou a ter centenas de índios aldeados” (Taunay, 1975, vol 2, p. 245). Em Potunduva, no médio Tietê (hoje distrito de Jaú), e em Mogi-Mirim, no caminho de Goiás, Rolim (1751/1976, p. 182,3 e 187) anota entre os moradores, carijós –índios escravos-. Entre tantos outros exemplos válidos, na essência redescobrimos aqui aquela estrutura inicial de povoamento apresentada no capítulo 2 desta parte do trabalho.

Nesse novo contexto, os povoamentos marginais aos campos de Araraquara que surgiram no século XVII, como os exemplos de Itu e Araraitaguaba acima tomados, eram núcleos mistos e ponto de partida e passagem das bandeiras. A partir do primeiro quarto do século XVIII, quando ituanos participam da descoberta de ouro em Cuiabá, desde esses postos avançados da civilização e de paulistas e índios escravizados, passa a aparecer o uso freqüente do topônimo Araraquara. Portanto, como acima anotado, os primeiros conhecimentos dessa área surgem associados ao movimento de tropas paulistas em direção aos sertões e à descoberta das minas de ouro em Cuiabá (1719).

A descoberta dessas minas, como as de Goiás (1725), levou o governo da Capitania de São Paulo às tentativas de disciplinar as remessas de quintos, conduzindo a uma preocupação constante com os registros e fiscalização dos caminhos. Nesse intento, todas as possíveis vias de acesso às minas foram vasculhadas e protegidas. Por isso mesmo, no século XVIII os governadores de São Paulo preocuparam-se sobremodo com duas tarefas estratégicas: a

abertura, fiscalização e defesa dos caminhos às minas, e a criação de colônias militares e regimentos para ocupação das fronteiras e controle de pessoas e bens que afluíam para e das regiões auríferas.

O uso comercial e militar do percurso fluvial Tietê – Paraná, seguido para atingir ao sul o Guairá e a região de Iguatemi e ao noroeste Cuiabá, continuou a ser extremamente utilizado ao longo do século XVIII. Mas se até 1720 esse era o único acesso de São Paulo à região aurífera de Cuiabá, a partir dessa data começam a surgir também tentativas oficiais e documentadas de abertura de caminho por terra a essas minas e as de Goiás. Inicialmente, os fluxos dos rios serviram como verdadeiras estradas abertas no meio das florestas e ajudaram a mapear as rotas e os limites entre o conhecido e o desconhecido. À medida que os povoamentos se colocavam como postos avançados de penetração se estabeleceram as aberturas de estradas terrestres. Nesses caminhos que começam a ser trilhados no século XVIII, o que levava a Cuiabá iria cortar os desconhecidos sertões existentes a partir da margem direita do rio Piracicaba, e o caminho de Goiás (ou Guayazes) iria passar pelo vale do baixo Mogi-Guaçu e Pardo e seguir sempre a leste desses rios.

De acordo com Taunay (1975, vol 2, p. 31) é o conde de Assumar (antecessor de Rodrigo César de Menezes no governo de São Paulo) quem, em 1720, ajusta por cinco anos a construção de estrada de Sorocaba a Cuiabá com Gabriel Antunes Maciel. Esse sorocabano recebera em 14 de abril de 1721 a “licença para abrir um caminho de Sorocaba a Cuiabá, evitando os perigos do rio Tietê, indo pelos campos de Ibiticatu até o rio Paraná” (Carvalho Franco, 1989, p. 234). São esses campos de Ibiticatu (Hybyticatu) termo da vila da Sorocaba (Lemos, s/d, p. 17), e cruzá-los para chegar às barrancas do Paraná significa traçar um projeto de abertura de caminho guiando-se pela margem esquerda e não direita do Tietê, não cruzando, pois, os campos de Araraquara. Mas, no entanto, não foi esse primeiro projeto concretizado. A lacuna deixada por Gabriel Antunes Maciel é ocupada por Bartolomeu Pais de Abreu que, em 1721, sai de São Paulo e abre uma estrada através das selvas, de Sorocaba à barranca do Paraná (Carvalho Franco, 1989, p. 12; Taunay, 1975, vol. 2, p. 31). Porém, quando Rodrigo César de Menezes toma posse do governo da Capitania de São Paulo em setembro de 1721, ele não apóia e sim contraria as pretensões de Bartolomeu Pais de Abreu (Taunay, 1975, vol. 2, p. 31 e 180). Na demanda de construir essa estrada, Rodrigo César de

Meneses expede um bando em 27.11.1721, convocando todas as pessoas com préstimo e inteligência para abrir o caminho pelo sertão até as minas de Cuiabá (D.I., vol. 12, p. 14). Em janeiro de 1722, o paulista Manuel Godinho de Lara se habilita a abrir caminho da Vila de Piratininga às minas de Cuiabá (D.I., vol. 12, p. 27), mas, mais uma vez, esses planos não chegam a se concretizar, pois devido a diversos infortúnios ele também abandona a construção dessa estrada (D.I., vol. 20, p. 69; vol. 23, p. 15).

Nos documentos que retratam essas tentativas, fracassos e êxitos na abertura do caminho por terra a Cuiabá entre 1720 e 1723, não há menção ao topônimo Araraquara. É só em 1724, ainda na tentativa de abrir esse caminho a Cuiabá, que aparece a primeira menção a esse topônimo. A primeira penetração documentada aos Campos de Araraquara encontrada até agora é do sargento mor Luís Pedroso de Barros em 1724. Ante o fracasso de Manuel Godinho de Lara, esse paulista, também conhecido como Luis Pedroso Castanho, oferece-se para realizar tal tarefa. Em carta de 29.06.1723 (D. I., vol. 20, p. 71,2) Rodrigo César de Menezes concede permissão para essa nova empreitada.

Entre agosto de 1723 e maio de 1724 Luís Pedroso de Barros abre uma picada de Itu às barrancas do rio Paraná pelos campos de Araraquara. A 2.08.1723 com uma pequena tropa de soldados ele sai da Vila de Itu seguindo o caminho do rio Capivari e deste ao rio Piracicaba, então os limites do conhecido. Cruzou esse último rio “athé o morro de Araquara donde principiam os ditos campos de Araquara”. Passou pelas cabeceiras do rio Jacaré-Pepira e daí rompeu as matas, campos e cerrados até o rio Grande (Paraná), dando conhecimento de seu sucesso ao governador da capitania em ofício de 02.05.1724.

A naturalidade e a recorrência com a qual é mencionado o topônimo Araraquara nesse documento tornam plenamente admissível o fato desse termo ser usado correntemente em período anterior a essa documentação escrita. Fazia ele referência, primeiro, ao morro que se avistava das alturas do Tietê próximo à foz do Piracicaba e, em seqüência, ao desconhecido que se escondia por detrás desses morros ou serras como aparecerão em outras fontes. A partir das margens do mundo conhecido se nomeava por Araraquara todo um extenso sertão, e por isso é aceitável que esse termo nominativo já fosse empregado desde o século XVII quando os limites do conhecido esbarravam na margem esquerda do rio Piracicaba. Os “Campos de Araraquara [...] delimitada ela da que se separa pela serra de Araraquara, ia atingir as

longínquas paragens das Capitanias de Guayazes e Cuyabá” (Almeida, 1948, p. 17). Mas é naquele ofício de Pedroso de Barros a Rodrigo César de Meneses, de 1724, que ele é pela primeira vez grafado para a posteridade.

Ainda sobre a picada aberta por Luis Pedroso de Barros, Taunay (1975, vol. 2, p.32) diz que esse sertanista “se oferecera a realizar tal obra. Estivera nove meses no sertão e voltara mal satisfeito com os resultados”. O grau mal satisfeito atribuído por esse historiador esconde, porém, o sucesso daquela empreitada. Há uma série de indícios que apontam para a concretização não só da picada, mas de uma estrada regular para Cuiabá pelos campos de Araraquara. Há na série de publicações dos *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, cópia de carta régia confirmando a concessão da comenda de Christo feita a Luis Pedroso de Barros pela abertura de caminho de São Paulo às barrancas do Paraná (D. I., vol. 18, p. 176-7). Por outro lado, Carvalho Franco (1989, p.65) e Lemos (s/d, p.19) acertadamente afirmam que em 1726 o mestre de campo Manuel Dias da Silva, sobrinho de Luis Pedroso de Barros, trazia de Mato Grosso por esse caminho o primeiro comboio de gado vacuum e cavalar (D.I., vol. 32, p. 158). Além disso, em documento anônimo que o próprio Taunay (1975, vol. 2, p. 21) acredita ser anterior a 1727, *Demonstração dos diversos caminhos que os moradores de S. Paulo se servem para os rios Cuiabá e Província de Coxiponé* (Taunay, 1975, vol 2, p. 21-22 e 1976b, p. 201-209) é mencionado um caminho totalmente terrestre que coincide perfeitamente com o traçado de Pedroso de Barros.

[...] direi o cainho, que alguns dizem-se poder fazer por terra de S. Paulo para o Cuiabá, do que se representa mais fácil e de Itu caminhar para o rio Pirachicaba aberto caminho pelo mato de outra parte.

Em quatro dias se pode chegar ao Campo de Araquara, daí ao Nordeste levando a mão esquerda do Rio Tietê, chegasse ao Rio Grande, julgam alguns será caminho de um mês; mas outros julgam que feito o caminho e abatido os pastos, que são altos com o fogo, em menos dias se fará essa viagem. (Taunay, 1976b, 204).

Em vista disso, é patente o conhecimento dessa via terrestre. Os documentos da década de 1720 são claros quanto à existência e uso desse caminho. No entanto, logo após a sua construção, o mesmo é trancado por proibição legal em 1730. Ante o medo das fugas do fisco por uma estrada não patrulhada, Rodrigo César de Meneses escrevia a Sebastião Fernandes do Rego, seu intendente em Cuiabá, pedindo que os mineiros não seguissem “o caminho de Luiz

Pedroso de Barros, ou vereda alguma, por onde se possa descaminhar o ouro que devem apresentar” (D.I., vol. 20, p. 191). De acordo com Taunay (1975, vol. 2, p. 92) isso produziu, na segunda metade da década 1730 um documento a colocar em foco a não utilização desse ou de qualquer outro trajeto terrestre para Cuiabá. Escreve esse autor que “A 14 de julho de 1736 representava a Câmara de São Paulo a D. João V, com extraordinária veemência sobre a inadiável necessidade de abertura de uma via terrestre para o Cuiabá”. Essa situação desenha uma condição histórica na qual o caminho para Cuiabá, pelos campos de Araraquara, é usado oficialmente numa década e abandonado, também oficialmente, na década seguinte. E é possível provar o abandono oficial desse caminho associando-o não apenas àquela proibição legal.

Quando em 1724 Luis Pedroso de Barros escreve o ofício acima mencionado, ele concluiu que para efetiva construção da estrada era imprescindível o povoamento da região. Ora, nesse momento e nas décadas subseqüentes as diretrizes de povoamento se colocavam nas áreas de fronteira e de mineração. Todas as migrações eram orientadas oficial e pessoalmente para essas áreas. Oficialmente trancado como acesso às minas de Cuiabá, o caminho já estava aberto e, embora seja bastante provável que os primeiros povoadores tenham entrado por ele nos Campos de Araraquara atrás de lavras e do estabelecimento de minas, como inclusive indicam a toponímia de lugares como rio do ouro e impressões oficiais do final do século XVIII (Lacerda e Almeida, 1788/1841, p. 58) e mesmo cem anos depois, no final do século XIX, a colocar os “montes de Araraquara como auríferos” (Andrada e Silva, 1885, p. 358); o povoamento não índio da região só se estabelece definitivamente em função de outras atividades e no final do XVIII e início do XIX. A inexistência de qualquer achado aurífero relevante na região hoje ou em qualquer um desses séculos fez com que tais mineradores não chegassem a estabelecer povoamento. Isso colocou, no segundo quarto do século XVIII, a área fora dos planos de povoamento oficiais. Por isso, ao não serem criadas as condições estruturais de povoamento para manutenção da estrada aberta e usada na década de 1720, tal como pedia Luis Pedroso de Barros, e ao ser proibido seu uso como caminho para minas, a mesma foi abandonada na década subseqüente, precisando por isso ser retomada a sua construção, o que parece ser o pedido daquela representação da Câmara de São Paulo em 1736. Soma-se a isso ainda o fato do documento anônimo publicado por Taunay (1975, vol. 2

e 1976b) e acima longamente citado, mencionar que se fará em menos tempo a viagem se “feito o caminho e abatido os pastos que são altos”, criando uma clara imagem de abandono da estrada aberta.

Nesse sentido, a via fluvial Tietê – Paraná continuou a ser o caminho mais usado para Cuiabá ao longo do século XVIII. E é a partir desse percurso que mais freqüentemente aparece o topônimo Araraquara nesse século. Esse caminho será trilhado mais adiante neste texto. Antes, é necessário proceder a um movimento de rotação do olhar e focá-lo no limite leste da área em estudo. Porque, no primeiro quarto do XVIII, enquanto eram trafegados os caminhos fluviais e abertas as vias terrestres para Cuiabá pelo eixo da margem direita do rio Tietê até a foz no Paraná; ao mesmo tempo uma outra via terrestre, a leste do rio Mogi-Guaçu e Pardo era construída para alcançar Goiás.

Com instruções dadas por d. Rodrigo César de Meneses datadas de 30 de junho de 1722, Bartolomeu Bueno da Silva, filho do lendário Anhanguera e alcunhado de Anhanguera II, e João Leite da Silva Ortiz, conduzem com uma “tropa de cento e cinqüenta e duas armas composta de paulistas, reinóis e índios” (Carvalho Franco, 1989, p. 374), a abertura da estrada entre 1722 e 1725 (Barboza e Bernardes, 1911, p. 7 e ss; Taunay, 1975, vol. 2, p. 182). Saída de São Paulo, o seu eixo passava pelo vale dos rios Mogi-Guaçu e Pardo, atravessava o rio Grande e o triângulo mineiro cruzando o rio das Velhas e o Paranaíba para depois alcançar Goiás. Seu trajeto passava, no atual território paulista, pelo alto curso dos rios Atibaia, Jaguari, Mogi, Pardo, Sapucaia até chegar ao Grande (D.I., vol. 22, p. 213). Com esse percurso, a nova estrada para Goiás seguia a leste do roteiro conhecido no século XVII para chegar àquele mesmo destino, como acima mencionado. A partir desse último roteiro traçado pela tropa de 1722, “jamais se modificaram os rumos da nova estrada dos Guaiases” (Taunay, 1975, vol 2, p. 306). Neste, a área conhecida como Campos de Araraquara ficou à margem oeste e não figura no roteiro como passagem necessária. Embora, como afirma Taunay (1975, vol. 2, p. 189) baseado nas “Notícias” do alferes João Peixoto da Silva Braga -integrante da tropa que abriu esse caminho-, “em território paulista as indicações toponímicas são as mais deficientes, apenas menciona a mata de Jundiá e o Mogi Guaçu”, o seu roteiro nunca passou à margem direita dos rios Mogi e Pardo que delimitam, a leste, aqueles campos.

Com essa delimitação também das vias terrestres, a área que aparece a oeste do caminho de Goiás e a nordeste do caminho de Cuiabá ficou ilhada para as entradas oficiais e, por isso, esse imenso sertão foi designado até a segunda metade do XVIII pelo topônimo genérico de Araraquara. Não obstante a isso, a extensão de sua aplicação nominal é reconhecida também fora dos limites até agora colocados. Mesmo no caminho de Goiás aparecem, posteriormente à sua abertura, várias menções a esse topônimo.

O caminho terrestre de Goiás, ao contrário do caminho terrestre de Cuiabá, exerceu uma importância estratégica comercial e militar que o fez prontamente povoado. Os soldados, cabos, alferes e tenentes que participaram da primeira entrada por esse caminho, bem como seus herdeiros, solicitaram sesmarias por todo seu eixo (D.I., vol 12). De acordo com Carvalho Franco (1989, p. 374), já em 1728 havia trinta pousos pelo caminho. Entre 1726 e 1736 foram sessenta e sete pedidos de sesmarias (Lages, 2004, cap.1), algumas das quais dando origem a cidades atuais como Mogi-Mirim, Cassa Branca, Batatais e Franca. Associado a esse processo é que surge nessa região, na primeira metade do século XVIII, o topônimo Araraquara.

Sua primeira aparição no roteiro do caminho de Goiás está inscrita no registro de sesmaria datado de 31.07.1728 em favor de Urbano do Couto e Meneses, integrante da expedição do Anhanguera II que abriu aquela estrada: “um dos primeiros descobridores das Minas dos Guaizes [...] ele tinha povoado e feito suas plantas no primeiro ribeiro depois de passar o Cubatão onde faz ponta o **Araraquara**, para continuar neles e ter suas criações” (Carvalho Franco, 1989, p. 254 –grifo meu)

Designativo que aparece para denominar um afluente oriental do baixo rio Pardo, o topônimo Araraquara iria balizar, a partir daí, os marcos de uma área que estava sendo ocupada. A partir da sesmaria de Urbano Couto e Meneses, outros paulistas iriam solicitar “léguas de terra em quadra no caminho do sertão das minas dos Goiases vizinho ao ribeiro Araraquara ou na paragem chamada Araraquara entre o rio Pardo e o Sapucaí” (Lemos, s/d, p. 30,1). Nesta localidade e no mesmo período, o topônimo aparece ainda como nominação de um povoado (fazenda) criado pelo paulista Francisco Pedroso de Almeida. Citando Pedro Tasques de Almeida Paes Leme, Lemos (s/d, p. 22) escreve.

Foi Francisco Pedroso de Almeida o fundador da fazenda chamada **Araraquara**, do sertão e estrada de Goiases, onde se estabeleceu com grossas culturas, de cujos frutos pelas sementeiras de milho e feijão, e criação

abundante de porcos, se aproveitam os viandantes daquela comprida estrada.
(grifo meu)

Esta fazenda tem documentalmente uma vida longa. Fundada no início do século XVIII, ela aparece em 1779, sob propriedade de Salvador Pedroso, como um dos dezesseis pousos a figurar no sertão do rio Pardo até o rio Grande. O mapa da Capitania de São Paulo em 1800 (ver mapa 2- fonte - MHPVP¹⁵ – caixa 2) apresenta no caminho de Goiás sobre a grafia *Araquara* um pouso pouco ao sul de Batatais. Em 1811 o sítio de Araraquara, de propriedade de Francisco Xavier de Azevedo e José Pedroso de Almeida, era inscrito na freguesia de Franca, termo da Vila de Moji Mirim (Lemos, s/d, p.31). Entre 1816 e 1822 Saint-Hilaire (1976), em sua Viagem à Província de São Paulo, diz que a três léguas de Batatais deteve-se para pernoitar na pequena fazenda de Araraquara. Segundo Carvalho Franco (1989, p. 25) o arraial de Araraquara, fundado por Francisco Pedroso de Almeida, tornou-se depois cidade, mas não com essa nomenclatura. Esta fazenda, hoje inexistente, certamente se encontrava no atual município de Cajuru, próximo a Batatais.

Os dados aqui colocados servem como subsídios para fazer duas colocações. A primeira é a extensa utilização do topônimo Araraquara. Ele se apresenta como uma difusão nominal ampla que abrangia, nos séculos XVII, XVIII, terras, rios, serras e outros acidentes geográficos, bem como construções humanas como povoados que se encontravam não só entre os rios Mogi-Guaçu, Grande, Paraná e Tietê, mas também a leste dessa área até as fronteiras de Minas Gerais. Tal fato reafirma a idéia desse topônimo ser correntemente utilizado antes da sua primeira anotação escrita em 1724, tal é a avalanche de contextos diferentes em que o mesmo aparece.

Em segundo lugar, a duração histórica da fazenda Araraquara como um dos pousos no caminho de Goiás, revela a citada importância comercial e militar desse roteiro. Nesse contexto, foi sempre notória a preocupação do governo da capitania em manter livre de assaltos esse caminho. Para torná-lo seguro houve, durante o século XVIII, uma movimentação constante de tropas. A partir de 1741 o governador d. Luis de Mascarenhas expediu uma série de bandos e regimentos para tentar manter livre dos ataques Cayapó a

¹⁵ A abreviatura aqui e doravante utilizada refere-se ao Museu Histórico e Pedagógico “Voluntários da Pátria”, da cidade de Araraquara.

estrada de Goiás (D.I., vol 22, p. 165 – 213), mandando alistar bastardos e carijós nessas campanhas. Mas é com um contrato assinado em 1742 com o coronel Antonio Pires de Campos (D. I., vol. 21, p. 153,4) que mais veementemente o governo luta contra os Cayapó nessa região. Aliciando e arregimentando índios Bororo do Mato Grosso, Antonio Pires de Campos (o Pay – Pira), formou um exército de 500 índios. Estabelecidos no triângulo mineiro por regimento de 15 de julho de 1748 (D. I., vol 22, p. 210) a partir deles e das atrocidades cometidas manteve-se livre o acesso terrestre a Goiás. Para se ter uma idéia do que representaram essas tropas na conquista dos povos indígenas em geral e dos Cayapó em particular, um regimento de 6 de janeiro de 1742 assinado por d. Luis de Mascarenhas anuncia a consagração da barbárie:

[...] mas não se rendendo os ditos Gentios, e sendo tomado as mãos na pelleja os passarão a espada sem distinção ou diferença de sexo, só não executarão a d.^a pena de morte nos meninos e meninas de des annos p.^a baixo, porque estes os conduzirão a esta V.^a para delles se tirar o quinto de S.^a Mag. e os mais se repartirem por quem tocar (D.I., vol. 22, 168 – grifo do editor)

Até o final do século XVIII, os Cayapó foram alvos no caminho de Goiás e, na segunda metade desse século, na rota desse caminho no atual estado de São Paulo. No governo de Morgado de Mateus (1765 – 1775), durante o qual ficaram consolidadas as ocupações dos pontos estratégicos e reafirmados os traçados de estradas que uniam as nascentes dos rios paulistas e os caminhos da mineração (D.I., vol. 7, p. 142 e ss), o caminho de Goiás foi, novamente, centro de atenção especial. Entre 1767 e 1772 há diversas ordens e bandos expedidos por Morgado de Mateus ao capitão José Gomes de Gouvêa para formar um corpo de homens nos distritos de Jundiaí, Mogi-Mirim e Mogi-Guaçu (D.I., vol 7, p. 134 – 136; vol. 65, p. 129 -130) para combater os Cayapó nesse caminho. As consequências foram não só o extermínio, a escravização, a expulsão e a pacificação dos Cayapó na região, como também a uma movimentação populacional que, por um lado, enraizou o povoamento histórico e, por outro, manteve os Bororo no triângulo mineiro até a primeira metade do século XIX (Barboza e Bernardes, 1911, p. 9), dando um novo caráter ao contexto intertribal, tema que será assunto de capítulo particular (Parte II – cap. 3).

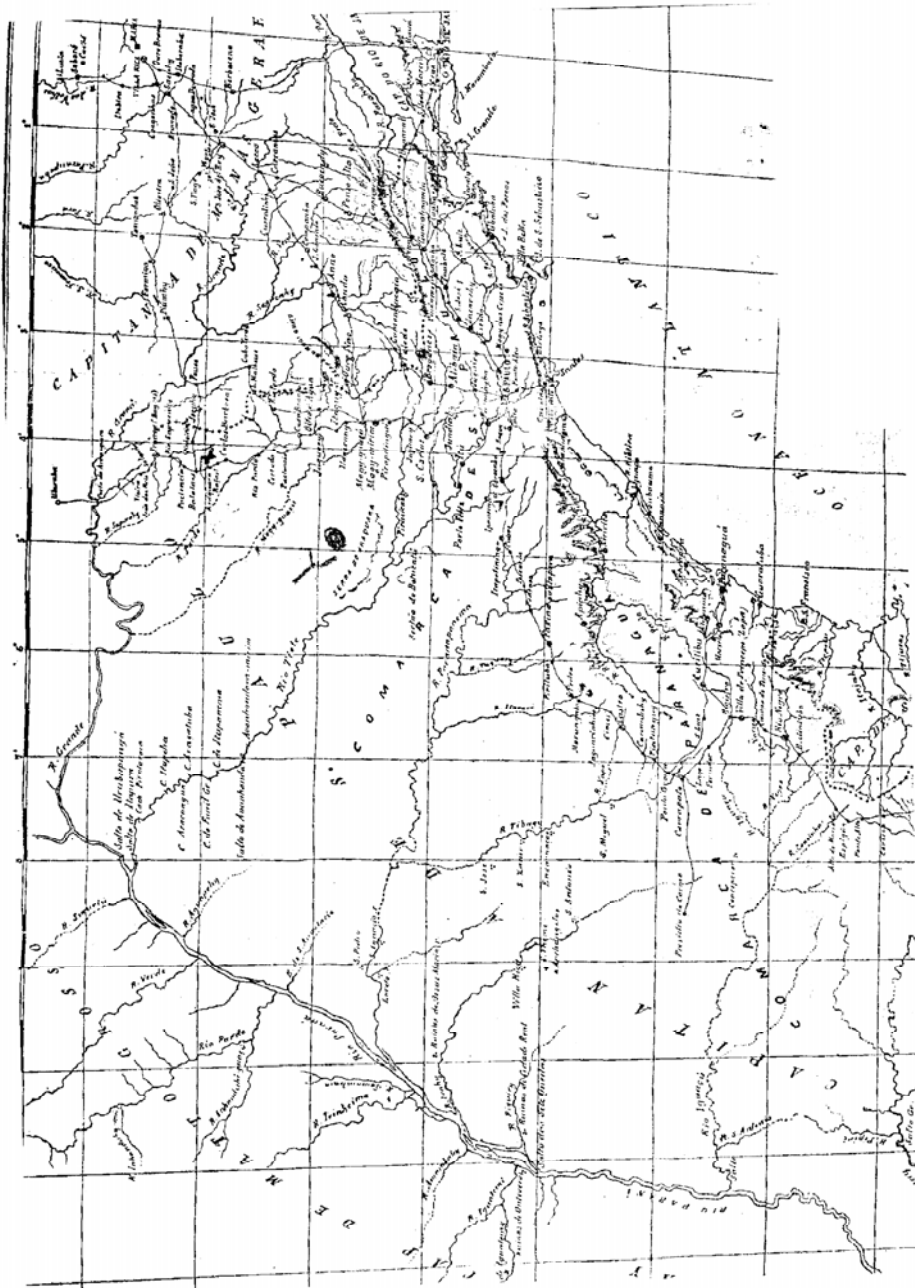
Agora, procedendo a um novo movimento de rotação do olhar, é preciso focá-lo a sudoeste do caminho de Goiás e reencontrar o caminho para Cuiabá abandonado nas páginas anteriores. Tal como o caminho terrestre para Goiás desempenhou no XVIII uma importância estratégica comercial e militarmente, o caminho fluvial Tietê - Paraná que levava a Cuiabá também foi sempre importante. E a partir dele que com maior frequência no XVIII aparecem menções ao topônimo Araraquara, à margem direita do Tietê e Piracicaba.

Por volta de 1720 começam a partir de diferentes povoados uma enormidade de gente para as conquistas em Cuiabá. Divididas em diversos comboios de canoas, elas embarcavam em Araraitaguaba e desciam os rios Tietê e Paraná. A era das monções regulares começa com a elevação de Araraitaguaba a freguesia em 1728, mas antes já era notória a preocupação do governo da capitania de São Paulo em proteger esse caminho. Já em 1722 Rodrigo César de Meneses criou um regimento à margem do rio Paraná para registrar os passageiros das monções; numa cabal demonstração de que, mesmo existindo caminhos por terra, o fluvial deveria ser mantido e vigiado. Assim, muito rapidamente, ao lado das monções “bandeirantes” que percorriam os rios, havia as oficiais a serviço da capitania. Nessas condições, ao longo de todo o século XVIII, mesmo com a extinção da capitania de São Paulo entre 1748 e 1765, o uso múltiplo da via Tietê – Paraná empurrou as fronteiras do conhecido. As monções tornaram conhecidos os terrenos ribeirinhos do Tietê e, a partir deles, apontaram o conhecimento da toponímia e a ocupação histórica do lugar chamado Araraquara.

Essas monções, como as bandeiras terrestres, enfrentavam sempre dificuldades de toda natureza. No caminho das monções paulistas os constantes ataques indígenas e a vizinhança com os espanhóis eram os obstáculos que, somados à preocupação em fiscalizar o tráfego pelos caminhos fluviais, colocaram em movimento as monções e tropas oficiais.

Os ataques indígenas às essas monções são cedo documentados. Em 1725 os Payaguás já são mencionados como os inimigos desse caminho, a eles vindo se aderir ao longo do século os Guaicuru e Cayapó (Barboza de Sâ, 1904, p. 15 e 54; Camello, 1727/1976, p. 117 e ss.; Lourenço de Araújo, 1730/1976, p. 134; Valmaseda, 1730/1976, p. 138). Em vista disso, as tropas que protegiam o caminho de Cuiabá tiveram logo a função de guerrear, exterminar e escravizar esses índios.

Em maio de 1734 chegou a Cuiabá o tenente de mestre de campo general Manoel Rodrigues Carvalho, para se dar à execução a provisão de 6 de março de 1732, pela qual mandára Sua Magestade dar guerra ao gentio Payaguá e confederados, que lhes queimassem e destruísem as aldeãs, ficando captivos os prisioneiros, que se repartiriam pelas pessoas que entrassem na dita guerra pagando o quinto. (Coelho, 1850, p. 152).



Mapa 2 : Trecho do mapa a Capitania de São Paulo em 1800.
Fonte: M.H.P.V.P. - Caixa 2

Essa prática continuaria comum durante todo o século XVIII e entraria ainda pelo XIX. Em 1772, por exemplo, há ordens expressas de Morgado de Mateus para “dezinfectar do Gentio Cayapó a navegação do Cuyabá” (D.I., vol. 7, p. 136).

Se por esses meios estavam controlados os ataques indígenas, por outro lado o problema das fronteiras meridionais com os espanhóis precisava ainda ser solucionado. Nesse intento, em 1767 Morgado de Mateus resolve construir a Fortaleza de Iguatemy, situada nas margens do rio homônimo em território fronteiro ao Paraguai, no atual estado de Mato Grosso do Sul. Não obstante a Colônia de Iguatemy haver sido tomada e arrasada pelos paraguaios em 1777, sua duração serviu para aprofundar as fronteiras e manter constante o tráfego de tropas militares no caminho monçoneiro. É nesse movimento que aparecem, ao longo do XVIII, povoados que se aproximam cada vez mais dos Campos de Araraquara, como Piracicaba.

A primeira notícia de ocupação do rio Piracicaba data de 1723 quando o itano Felipe Cardoso, por ter aberto um “picadão” de Itu ao Salto do rio Piracicaba, obteve uma sesmaria de terras que circundavam o porto do rio situado nas proximidades do salto, cerca de um quilômetro da atual Piracicaba rumo rio abaixo (Neme, 1974, p. 25). Daí em diante começaram a se congregar em torno do salto de Piracicaba alguns sertanejos, posseiros e portadores de cartas de sesmaria. Mas até a metade da década de 1760 não havia se constituído ainda o povoamento oficial. No início do século XVIII, a região do salto de Piracicaba, distante 90 km da foz deste rio no Tietê era a parte mais interiorana do conhecido. Quando começou a se efetivar sua ocupação em 1723 sua posição atraiu aventureiros, degradados, bastardos forros que, por razões diversas, fugiam dos percalços da administração colonial. Prova disso é o fato de que enquanto o salto do Piracicaba era ocupado, as margens do próprio Tietê no trecho entre a foz do Piracicaba e do Sorocaba, mantinham-se desertas. O capitão João Antonio Cabral Camello, em notícia da viagem que fez às minas de Cuiabá em 1727 (Camello, 1976), quando viaja da barra do rio Sorocaba à do Piracicaba diz que “as margens estavam então absolutamente desertas, não havendo vestígio algum de morador ribeirinho” (Taunay, 1976a, p.44). Nas imediações da foz do rio Piracicaba, Camello também não menciona nenhuma ocupação e somente dia e meio de viagem pelo Tietê abaixo “estão dois moradores com suas roças, em que colhem milho e feijão, e têm criação de porcos e galinhas

que vendem aos cuiabanos” (Camello, 1727/1976, p. 115). Esse último povoado mencionado por Camello é, com certeza, Potunduva, registrado por Gervásio de Leite Rebelo (Rebelo, 1727/1976, p. 103) um ano antes (1726), quando Rodrigo César de Meneses fez o roteiro de Araraitaguaba a Cuiabá, assunto ao qual se voltará logo a seguir.

Quanto a Piracicaba, sua efetiva instalação como ponto avançado no sertão só se consolida mesmo em 1767 por ordem de Morgado de Mateus. Sua instalação está associada a um plano estratégico que visava atender as necessidades militares e comerciais do trajeto fluvial a Cuiabá e ao Iguatemy. Em 1766 d. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, encarrega Antonio Corrêa Barbosa de fundar uma povoação na foz do rio Piracicaba a fim de facilitar o transporte de víveres e munições para as tropas da vila militar de Iguatemy (D.I., vol. 23, p. 40). Ao invés, porém, da povoação ser fundada junto à foz como pedia aquele governador, ela se formou nas imediações do salto do rio Piracicaba, onde já havia aquelas ocupações (Neme, 1974, p. 24; 56). Os novos povoadores de Piracicaba, como em todas povoações que se consolidavam em São Paulo setecentista, eram índios, mulatos e bastardos administrados por um capitão diretor. “Fundou-se a povoação de Piracicaba em o 1º dia do mês de agosto de 1767, com índios vadios, dispersos e vagabundos, que mandou congregar o Exmo. Snr. D. Luiz, e pelo mesmo foi nomeado diretor e primeiro povoador Antonio Corrêa Barbosa” (Neme, 1974, p. 97). A partir de Piracicaba novamente são retomadas as entradas oficiais aos Campos de Araraquara.

Assim sendo, o uso do caminho fluvial ao longo do XVIII, embora possa ter deixado inicialmente de lado as tentativas oficiais dos caminhos por terra a Cuiabá que atravessavam os Campos de Araraquara, serviu, porém, para o alargamento dos limites do conhecido e a instalação definitiva dos mencionados campos na documentação histórica. Como a intenção nesse momento é percorrer na documentação disponível a trajetória histórica de delimitação de um território conhecido como Campos de Araraquara, a documentação do XVIII se presta notavelmente a esse papel.

A primeira expedição militar oficial do século XVIII pelo caminho das monções é a de Rodrigo César de Meneses entre 1726 – 1727. Com 380 canoas e mais de 3 mil pessoas, essa expedição foi relatada por Gervásio Leite Rebelo (Rebelo, 1727/1976). No seu relato não há

menção ao topônimo Araraquara, mas a ocupação paulista desse espaço já é indicada e, até agora, esta é a primeira informação de povoamento histórico dos Campos de Araraquara.

No início do século XVIII, o porto de partida das monções, Araraitaguaba, era o ponto mais avançado de ocupação não exclusivamente índia na calha do Tietê. A montante desse povoado as margens desse rio tinham alguns pontos incrustados de ocupação. A jusante, porém, até o rio Paraná, o Tietê era plenamente desocupado de paulistas. Até antes daquela primeira expedição oficial, este era o quadro de conhecimento dessa área. Mas a monção chefiada por Rodrigo César de Meneses, saída de Araraitaguaba em julho de 1726, encontra próximo ao rio Jaú, afluente da margem direita do Tietê entre as fozes dos rios Piracicaba e Jacaré-Pepira, um povoado onde viviam dois brancos com alguns carijós. Deu a ele o nome de Pitanduva (Potanduva). No relato de Rebelo (1727/1976, p. 103) é escrito: “por ser este um sertão muito afastado de povoado e com única roça que se fez a pouco tempo em Pitanduva” (sic).

Nesta pequena passagem ficam explicitadas duas sugestões. Primeira: Potanduva era um ponto de ocupação recente e, segunda, era em meados da década de 1720 o ponto mais avançado de ocupação. Como disse Taunay (1976a, p. 69) o “último ponto de civilizados no Tietê era Potanduva”. Em 1751 a monção chefiada por d. Antonio de Rolim Moura, o Conde de Azambuja, presencia a mesma cena: “Pitanduva vive dois moradores com alguns carijós” (Rolim, 1751/1976, p. 187). A Carta Corografia da Capitania de São Paulo de 1793 (Taunay, 1922) situa Potanduba (sic) nas margens do médio Tietê entre os rios Piracicaba e Jacaré-Pepira nos Campos de Araraquara, também identificado nessa cata (vide mapa 3). Nesta, ela também é o último ponto de ocupação do Tietê. Nota-se, então, que ao longo de todo o século XVIII, a colônia de Potanduva aparece como ponto de referência. Atualmente considerado distrito de Jaú e situada a 20 km dessa cidade às margens do médio Tietê, sua localização, em todos essas fontes, o inscreve dentro dos limites ainda hoje conhecidos como campos de Araraquara (Perides, 1980, p. 18; Teixeira, 1900, p. 2). Essa situação se mantém até o final do século XVIII quando esse ponto avançado serviu para abastecimento das monções que desciam e subiam o Tietê indo e vindo de Cuiabá e da colônia de Iguatemy. Contudo, no início do XIX o arrefecimento do tráfego monçoneiro fez esse antigo povoado ser abandonado. Há documentos do início do século XIX (Claro, 1998; D.I., vol. 3; Perides 1980; Teixeira 1900),

que informam o abandono dessa colônia e indicam a mudança dos povoadores para Porto Feliz. O primeiro desses documentos data de 25 de março de 1816 e foi escrito em Porto Feliz pelo Pe. João Ferreira de Oliveira Leite. Neste, o referido padre narra sua viagem pelo Tietê e escreve: “o lugar denominado Potunduva, e que já foi povoado” (Perides, 1980, p. 19 - 20; Teixeira, 1900, p. 3 - 4), o que claramente indica seu abandono recente. O segundo documento é um ofício datado de 22 de maio de 1820, redigido pelo capitão mor de Porto Feliz Antonio da Silva Leite, no qual o mesmo dava informação sobre o pedido de Francisco Peixoto de Souza Machado, para fundar uma colônia no “certão de Potanduva” (D.I., vol. 3, p. 155). Neste ofício se lê:

A cauza da imigração dos antigos abitantes de potanduva para essa Villa talvez não tivesse por cauza a falta de Sacerdote; antes me parece, Secando as expedições que hião e vinham de yguaitemim, secou por consequência avenda e exportação dos gêneros coloniais de potunduva, e porisso dezampararam os colonos aquela paragem fértil, porem enfestada de selvagens, e pouco vizitada então pelas munções de povoado ... (D.I., vol. 3, p. 154).

Entre os últimos anos do setecentos e o início do oitocentos, esse primeiro povoado nos Campos de Araraquara caiu então no ostracismo. Mas ao contrário do que pensa Perides (1980, p. 20), para quem a Colônia de Potanduva teve curta duração e representou um acontecimento temporário, os dados aqui colocados mostram que ela teve a duração de um século e exerceu, no médio Tietê, em pleno sertão de Araraquara, o papel de ponto estratégico e posto avançado de ocupação ao longo do XVIII. E mesmo após seu abandono, já em 1820, havia pessoas interessadas em lá se estabelecerem legalmente, conforme fica claro pela natureza do documento aqui citado. Então, e novamente ao contrário do que pensa aquele mesmo autor, a fundação de Jahu e de outras cidades do médio Tietê vizinhas a Potanduva, como Bariri, Brotas e Dois Córregos, não estão dissociadas daquela colônia, mas lhe são concomitante no século XIX. Até meados do século XIX “os sertões do Jahu, vertente do rio Tietê apresentava uma matta absolutamente virgem” (Secondo, caixa II – Livro IV, fl. 117) que, a partir de 1830, serviu como frente de expansão da fronteira demográfica do Brasil, agora de caráter permanente e relacionada a novas condições históricas –como adiante se mostrará-, que fez pouco a pouco ser ocupada a área onde hoje se encontram aqueles

municípios. Em 1900 Teixeira (1900, p. 2) diz que “Potanduva é local onde o tenente Antonio Manoel de Moraes Navarro tem um estabelecimento agrícola”.

No XVIII e início do XIX existe então um processo de povoamento esporádico e mais tarde permanente dos Campos de Araraquara, tornando-o nesses séculos um marco geográfico importante e cabalmente conhecido, ponto de referência a partir do qual, no final do XVIII, começam a ser solicitadas sesmarias. Mas enquanto no início dos setecentos a calha do Tietê, limite sul da área em foco, é documentalmente ocupada, o sertão continua preso à sua condição de desconhecido, embora haja tentativas oficiais de abertura de estradas, conforme acima discutido. Pelas informações até agora aferidas da documentação, desde a carta régia de 10.01.1730 que proibia haver mais de um caminho para Goiás e Cuiabá (D.I., vol. 20, p. 191; Leite, 1944, p. 40), associada à pobreza aurífera da região e as dificuldades de ligação com a área de mineração, os sertões de Araraquara, como antes acontecia com Piracicaba, era povoado não oficialmente por pessoas que, fugidas dos percalços da administração colonial e ante o avanço das fronteiras do conhecido, refugiavam-se para o interior desconhecido. Reforça essa idéia da área estar sendo usada como refúgio alguns indícios que apontam para a existência de quilombos de negros na região durante o século XVIII. O astrônomo português Francisco José de Lacerda e Almeida, em 1788 passa pelos campos de Araraquara e informa que “nestes campos há negros fugidos” (Lacerda e Almeida, 1788/1841, p. 58). Informação já citada por historiadores regionais (Braga, 1893/1994; Lemos, s/d, p.55), ela é corroborada com outro documento, de 1804, através do qual o governador Franca e Horta encarregava o Sargento mor e capitão das Ordenanças de Piracicaba, Carlos Bartolomeu de Arruda Botelho, de atacar quilombos de negros foragidos na região (D.I., vol. 55, p. 287). Tais informações documentais se coadunam, ainda, com descrições da toponímia local. Em 1812 o vigário da capela de Piracicaba, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, tem concedido a seu favor uma sesmaria chamada Quilombos, situada onde hoje se encontra o bairro da Babilônia em São Carlos (Braga 1994, p. 12), local por onde passa, ainda, um Ribeirão chamado dos Negros.

(Assim) Livre dos cuidados das autoridades, a região passou a atrair àqueles que por elas se sentiam perseguidos. A função de refúgio passou a ser o principal atrativo. Deduzimos isso pelos constantes pedidos de proteção policial feitos pelos primeiros moradores. Também alguns topônimos podem

sugerir essa função, como Fugidos, Quilombo e Fortaleza. (Corrêa, 1967, p. 25).

Desde Piracicaba, Araraitaguaba e Itu os caminhos não oficiais levavam ao norte, passando pelos Campos de Araraquara. É lógico supor, pelo exposto até aqui, que mamelucos (bastardos), negros foragidos e outras categorias sociais pudessem estar usando a região como um corredor de ocupação e refúgio. E embora tal condição não possa ser consubstanciada com informações diretas, o reconhecimento não oficial desse espaço e desse topônimo é sugerido por uma série de indícios que brotam dos documentos e das crônicas. Documentalmente é possível verificar que, a partir da segunda metade do XVIII, os viajantes das monções tinham um conhecimento minucioso dos lugares e acidentes geográficos à margem direita do Tietê após a confluência do Piracicaba, que levavam o nome Araraquara; conhecimento este que se refinaria durante o século XIX. Por essa razão, nesse período acontecia de forma literal a apropriação de um conhecimento informal.

Em 1769 o Sgt. Mor Teotônio José Juzarte, em comboio que levava povoadores ao Iguatemi deixa um diário de viagem no qual relata esse conhecimento. Seu diário de navegação principia em 14 de abril de 1769 e somente quatro dias depois do início de seu diário ele anota:

Amanhecendo esse dia me embarquei em uma Canoinha com sete homens com suas armas, e saí Rio abaixo ... navegando duas voltas grandes do Rio achei da parte esquerda um ribeirão e entrando por ele acima em bastante distância achamos um grande Campo; em o qual fica o **morro de Araraquara-mirim**, ... fica o dito morro ao rumo do noroeste ...; e dali correndo a procurar o rumo de Les-Nordeste em distância de quatro léguas pouco mais ou menos da parte esquerda do Tietê, se acha o **famoso morro de Araraquara-Guaçu que dizem ter muitos haveres**...Deste lugar se descobre muita Campanha... (Juzarte, 1769/1976, p. 228; 1975, p. 244,5–grifos meu).

No dia seguinte, 19 de abril de 1769, retomando a viagem e passando a descer o Tietê escreve:

[...] vindo em distância de duas léguas abaixo da Barra do Piracicaba **se avista** pelos cortais **todo o morro de Araraquara**, cujos pontais **em distância grande vêm afastar no Tietê pelas quais se passa e tudo se avista em distância**. (idem – grifos meu).

A minúcia de seu relato permite fazer uma série de inferências. Em primeiro lugar ele anota não um, mas dois morros de Araraquara. Isso indica a aplicabilidade genérica desse termo que, como já indicado, aparece inclusive fora dessa área, no caminho de Goiás, e como designativo dos campos que junto a esses morros se iniciam.

Disso decorre a segunda colocação. Juzarte escreve que o primeiro morro se situa num grande campo e que desde o morro de Araraquara-guaçu “se descobre muita campanha”. Ainda que não apresente nesse documento o nome desses campos e campanhas, é fácil supor que eles sejam os campos de mesmo nome dos morros, isto é: Araraquara, como aparece já em 1724 com Luis Pedroso de Barros. Além disso, a menção a campos pode ajudar nas inferências sobre as condições ecológicas que possibilitaram e/ou limitaram a adaptação proto-histórica, tema que será tratado em capítulo particular (Parte II – cap. 1), e a ocupação histórica como mais adiante neste capítulo aparecerá.

Terceiro, a menção ao fato das pessoas crerem que, no morro Araraquara-guaçu, há muitos haveres merece também certas considerações. Se lembrarmos que nesse século, como nos anteriores, a ambição do ouro era movedora de ações, os muitos haveres são sem dúvida as esperanças de existência de minas auríferas, crença que aparece em outros relatos do final do XVIII (Lacerda e Almeida, 1788/1841, p. 58) e se manteve até final do século XIX mesmo para os dados oficiais (Andrada e Silva, 1885, p. 358). Isso reforça a tese de que os Campos de Araraquara desde cedo serviram de palco para as intrusões não documentadas. Tal como Juzarte coloca em sua narrativa, a impressão dos *muitos haveres* pertencia a um imaginário social, porque ele escreve: “que dizem ter muitos haveres”; frase repetida por Lacerda e Almeida dezenove anos depois: “É tradição que n’estes montes há muito ouro” (Lacerda e Almeida, *idem*). Certamente, o sujeito plural indeterminado usado por ambos ajuda a entender que eles recolheram essas impressões de pelo menos algumas pessoas com as quais entraram em contato; provavelmente canoieiros e habitantes das margens do Tietê. Neste caso, seus interlocutores são porta-vozes de uma coletividade. Assim entendido, e aceito o fato que as ações humanas são valorativas; ou melhor, que nossas ações são permeadas por uma relação de dialeticidade com os valores simbólicos (Sahlins, 1978 e 1990); a representação social de no morro de Araraquara *ter muitos haveres* sem dúvida ajudou a direcionar a ação de

aventureiros, bastardos etc para penetrarem, longe dos olhos das autoridades, nos Campos de Araraquara à busca das sonhadas lavras.

Quarto, quando a monção retoma a navegação do Tietê abaixo, Juzarte reconhece, “a duas léguas abaixo da Barra do Piracicaba, o morro de Araraquara”, do qual “se avista por longa distância” enquanto se afasta dele pelo Tietê. Essa situação coloca esses morros como um marco geográfico importante na navegação desse rio. É dado irrefutável que na construção e uso dos caminhos os marcos naturais e humanos são centelhas que auxiliam os viajantes e aventureiros a se conduzirem. E isso é válido para todas as sociedades humanas situadas e separadas no tempo e no espaço. Um morro que se avista do Tietê e por longa distância não poderia, assim, passar despercebido pelas pessoas que neste rio trafegavam desde pelo menos o início do XVII. E uma vez avistado e reconhecido é justo que ele servisse como uma daquelas centelhas que brilham pelos caminhos. Fortalece essa hipótese mais uma colocação que se afere, ainda, daquela citação de Juzarte. Ele escreve explicitamente: “o famoso morro de Araraquara-guaçú”, frase que indica pelo menos duas condições: o seu uso como marco geográfico, e o conhecimento antigo da existência desse espaço e desse topônimo. Isso vem, pois, não só ao encontro da idéia dele ser um marco natural reconhecível; mas, inclusive, ao encontro também da condição de que o uso freqüente desse topônimo é anterior à sua anotação documental. Por isso o seu uso informal era bastante comum, embora seja pouca a sua anotação na documentação dos séculos XVII e XVIII, fato, aliás, já indicado com relação ao documento de 1724 que é, portanto, anterior a esse. Ainda com relação ao fato do morro de Araraquara ser um marco para os navegadores do Tietê, as crônicas posteriores à de Juzarte, escritas por viajantes e cientistas que não se aventuraram para além das margens do Tietê entre os rios e Piracicaba e Jacaré-Pepira, citam longa e minuciosamente os morros de Araraquara (Lacerda e Almeida, 1788/1941), revelando-o indubitavelmente como marco de navegação e de reconhecimento de uma região.

Finalmente, a citação de Juzarte, por revelar uma descrição minuciosa e um reconhecimento popular da área e do topônimo induz a pensar, a partir daí, numa restrição do alcance dessa toponímia. Diferentemente da maioria dos documentos até agora citados e nos quais aparece o termo Araraquara, após a descrição minuciosa de Juzarte anotada nos dias 18 e 19 de seu diário, e que se vem discutindo, não há mais anotação alguma ao longo da viagem

pelo Tietê a esse topônimo. Todos os outros documentos se referiam genericamente aos campos homônimos imputando-lhe uma aplicação genérica a uma extensa área; pois não mencionam mais nenhum topônimo para o que se encontrava além da calha do Tietê. Ao contrário daqueles, o diário de Juzarte menciona os morros de Piracicaba e o morro de Botucatu, respectivamente ao leste e ao sul do morro de Araraquara (Juzarte 1769/1976, p. 228). A localização precisa feita pela expedição comandada por aquele Sargento Mor, e a menção a outros nomes de lugares e acidentes geográficos na área onde aparecem os campos e morros de Araraquara, indicam que esse último termo aparece, a partir daí, restrito a uma região específica entre os rios Piracicaba e Jacaré-Pepira, fato consumado nos mapas e crônicas do final do XVIII e XIX. Com esta última colocação é importante retomar alguns dados para depois lançar outros, pois aqui reside um fato crucial, qual seja, mais um elemento das condições históricas de construção através da documentação de uma área e de um topônimo pela e na consciência ocidental.

No século XVII e primeira metade do XVIII, a área situada entre os limites das calhas dos rios Tietê, Grande, Paraná, Piracicaba e Mogi-Guaçu era um desconhecido sertão. Todos os caminhos laterais estavam sendo percorridos e, por eles, sobretudo pelo fluxo do rio Tietê, paulatinamente era ocupada a região fronteira à delimitação geográfica do chamado Campos de Araraquara. Apesar disso, os sertões que se anunciavam a partir desses postos avançados e dos caminhos eram ainda desconhecidos. A inexistência do contato direto e prolongado dos reinóis, paulistas e índios cativos com o interior da área, e também a ausência de informações dos sertões mais distantes da calha do rio Tietê e dos limites do povoado; isto é, a inexistência também do contato indireto com a área através de pessoas ou grupos que pudessem conhecê-la, deixou-a incógnita. Essa situação conduziu a ausência na documentação de uma toponímia específica para cada trecho desse extenso sertão do Tietê ao Grande e Paraná.

Sob essas condições, o problema do reconhecimento nominal e utilitário de uma realidade está colocado e ele desenha, para o caso aqui em discussão, duas possibilidades: a persistência da não nominação ou o empréstimo de um nome, usando as referências da contigüidade ou semelhança com outros elementos análogos. No primeiro desses casos, a ausência do (re)conhecimento *in loco* ou indireto de uma realidade poderia ter mantido essa

área inominável, e isso se apóia no fato de que a toponímia é produto de ocupação e utilização de um espaço. Como lembrou Fausto (2001, p. 105, 106), a toponímia é

resultado de um longo processo de sedimentação de experiências coletivas. Não é algo abstrato, mas conhecida na atividade cotidiana e reconhecida pela inscrição desses atos, através do tempo, no espaço físico e na memória coletiva. Dar nome [...] resultado de um longo processo de ocupação.

Nesse sentido, a ausência da ocupação histórica e o desconhecimento daqueles viajantes de informações sobre a ocupação proto-histórica, poderia ter deixado essa área sem nome. Mas não foi isso o que aconteceu, pois aqui foi aplicado o segundo daqueles casos no qual o pensamento humano conhece e nomeia: o empréstimo de um nome com referência às condições de semelhança e/ou contigüidade entre elementos análogos. Afirmar isso é entrar na discussão sobre a atitude unicamente humana de simbolizar, sobre a qual tanto já se discutiu nas diferentes ciências humanas e, sobretudo, na antropologia. Sem pretender entrar na pertinência dessa questão, me é útil apenas lembrar, como aparecem nos trabalhos de Lévi – Strauss (1964; 1968; 1985; 1989 etc.) que a simbolização se efetiva pelos mecanismos do pensamento (portanto para ele também lingüísticos) metafórico (semelhança) e metonímico (contigüidade). Como se avistavam muitos campos a partir do morro de Araraquara, a se perder de vista, as referências de contigüidade e semelhança do pensamento humano estendeu por consequência esse apelativo (já conhecido informalmente desde pelo menos o início do XVIII) a toda uma extensão geográfica desconhecida que, a primeira vista, possuía as mesmas características e lhe eram igualmente contíguas. O desconhecimento com relação ao tamanho da área e seus gradientes ambientais, tornou justa essa atitude inicial de nominação.

Assim, ao longo do século XVII até o terceiro quarto do XVIII, na condição histórica de sertão desconhecido, os cronistas e documentos que fizeram referência a essa área e que anotaram o termo Araraquara impuseram a ele, por contigüidade e semelhança àquelas serras e campos, uma conotação ampla. Dessa forma, nesse período, os “Campos de Araraquara [...] delimitada ela da que se separa pela serra de Araraquara, ia atingir as longínquas paragens das Capitanias de Guayazes e Cuyabá” (Almeida 1948, p. 17), com o ficou acima anotado.

À medida, porém, que no último quarto do século XVIII e XIX se estende o conhecimento desse espaço, os Campos de Araraquara e essa toponímia, antes usada para

referir-se a uma grande extensão territorial, passam a ser conotação restrita àqueles morros e campos adjacentes, estendendo-se à área que está entre o rio Piracicaba e as nascentes do rio Jacaré-Pepira; muito embora continue ele a ser uma referência nominal ampla aplicada a nomes de rios, serras, campos e ocupações humanas. Desta localização e em direção ao interior, historicamente outros topônimos locais passaram a substituir o termo genérico Araraquara, como o de Botucatu que Juzarte já anotava em 1769.

De tudo isso se deduz ainda que, a partir do último quarto do século XVIII, o reconhecimento, o uso regular e o povoamento não exclusivamente índio da região à margem direita do Piracicaba e Tietê, esquerda do Jacaré-Pepira e Mogi-Guaçu, chamada de Campos de Araraquara, era irreversível. Em 1658 já existia a futura Itu. Em 1693 a região de Araraitaguaba começa ser povoada. O rio Piracicaba já era ocupado no mínimo desde 1720 quando aparecem as primeiras informações documentais, e oficialmente o povoado passa a existir em 1767. Entre o Piracicaba e o Jacaré-Pepira já havia o povoado de Potanduva na década de 1720. Entre 1724 e 1730 é tráfegada e depois disso abandonada a estrada de Itu ao rio Grande que cruzava os Campos de Araraquara. Em 1725 a estrada de Goiás já é roteiro conhecido. Em 1728 começam as monções regulares e, por isso, entre 1728 e o final do século XVIII o tráfego pelo Tietê-Paraná era constante. Em 1767 o ituano João Martins de Barros parte para fundar a Colônia de Iguatemi. Em 1769 é produzida a primeira descrição minuciosa dos morros e Campos de Araraquara. Por todos esses episódios narrados, as fronteiras do conhecido avançavam pelo sul e leste em direção aos campos de Araraquara.

A preocupação com o povoamento da área pode ser registrada nas ordens expressas daquele que foi considerado o estrategista da ocupação paulista no XVIII: o Morgado de Mateus. Durante dez anos, entre 1765 e 1775, ele se dedicou a estender cada vez mais longe os tentáculos da dominação paulista. Atividades estratégicas para controle das fronteiras e atitudes para reafirmar as estradas que uniam São Paulo às regiões auríferas já foram aqui apresentadas. Em virtude de seus esforços para atingir tais objetivos, suas ações se direcionam para os campos de Araraquara e não só com a criação oficial de Piracicaba.

Em 1772 ele expede ordens para os capitães e sargentos mores das vilas de Jundiaí, Itu, Sorocaba para fazer abrir e manter caminho de acesso dessas vilas a Araraitaguaba e Piracicaba (D.I., vol. 7, p. 142), numa clara demonstração que Piracicaba, povoamento mais interiorano nessa região, não deveria ser abandonado. Isso contribui para que, a partir daí, retomasse-se oficialmente as entradas na área aqui em estudo. Após a fundação oficial de Piracicaba em 1767, Morgado de Mateus nomeia Antonio Correa Barbosa como capitão diretor do povoado e o credencia a orientar e comandar o povoamento de todo o território que se estende pelos dois lados do Tietê abaixo. “Nessas diligências ele percorre o sertão, desce o rio e abre estradas” (Neme, 1974, p. 23). Entre muitas de suas tarefas encontrava-se, na época, a incumbência de abrir a estrada de Piracicaba até a colônia militar de Iguatemi (D.I., vol. 9, p. 82). A posição escolhida para o traçado dessa estrada cortaria os Campos de Araraquara na mesma direção da picada aberta em 1724 por Luis Pedroso de Barros. Sobre isso se expressa o próprio Morgado de Mateus: “tendo resolvido mandar fazer a dita picada pela povoação de Piracicaba, por onde entraram antigamente os descobridores, pela dita paragem em direitura ao rio Grande” (D.I., vol. 6, p. 98). Em outro documento, o mesmo governador da capitania de São Paulo escrevia ao provedor da Fazenda Real:

Porquanto tenho encarregado a António Corrêa Barbosa (povoador de Piracicaba) a abertura do caminho para a nova praça de Iguatemi, e tem mostrado nesta diligência tanto adiantamento que se acha na direitura da Cachoeira de Avanhandava, de onde facilmente, por ser campo, se poderá passar ao Rio Grande [...] (D.I., vol 6, p. 139).

De acordo com esses documentos, essa estrada para Iguatemi seguia o antigo roteiro de Luiz Pedroso de Barros, pois a estrada aberta entre 1767 e 1770, segundo Neme (1974, p. 201), encontrou o trajeto da antiga estrada. Nessa última afirmação, o uso não oficial desse caminho volta a baila. Quase cinquenta anos depois, só o uso poderia permitir a sobrevivência de uma picada aberta na mata. Ao encontro dessa tese colabora outra informação. Taunay, em sua *História das Bandeiras Paulistas*, menciona um mapa anônimo de 1764 (1975, vol. 2, p. 175) intitulado “*Mapa do Continente das Capitânicas de Mato Grosso e São Paulo, com a configuração mais exata, até agora, de todas as terras, rios e serras, **principalmente dos dois caminhos; um pelos rios, outro por terra, de São Paulo para o Cuiabá***” (grifo meu). Embora não tenha consultado o original mencionado, a parte final do título do mapa, aqui grifada, dá

clara noção do conhecimento de caminho por terra a Cuiabá. Como na documentação pesquisada só é mencionada nesse roteiro a estrada aberta por Luis Pedroso de Barros que cortava os Campos de Araraquara, está claro que se trata exatamente da mesma estrada. Assim sendo, uma estrada aberta em 1724, oficialmente abandonada, mas utilizada, reaparece na documentação na segunda metade do século XVIII, reafirmando os caminhos e incrementando o povoamento histórico da área em estudo.

Assim, durante o último quarto do século XVIII e o primeiro do XIX, Piracicaba foi o ponto a partir do qual se consolidou o roteamento dos Campos de Araraquara. Quando entre 1784 e 1786 os piracicabanos representavam ao governo da Província de São Paulo petição para mudar Piracicaba da margem direita para a margem esquerda do rio homônimo, ela era apontada como o único ponto aberto para a vasta campanha de Araraquara. Na representação assinada pelo capitão mor de Itu, Vicente da Costa Taques Góes Aranha, datada de 05.05.1786 e reproduzida por Neme (1974, p. 101), se lê sobre Piracicaba: “e pode ser que tendo aumentado essa povoação, se possa descobrir o ouro que consta nas tradições antigas, além das fazendas que se podem fundar nos campos de Araraquara”.

Mais tarde, em 1816, em representação dos moradores para elevar Piracicaba de Freguesia a Vila, o papel estratégico desta para o povoamento dos Campos de Araraquara é novamente lembrado.

A criação desta vila terá também influência nos interesses gerais desta capitania, de Goiaz e Cuiabá porque facilitando o roteamento do sertão desconhecido entre as três capitanias, fará um dia, e não muito tarde, mais curtas as suas comunicações para o que já se tem avançado muito no roteamento nos campos de Araraquara.. (apud Neme, 1974, p. 147).

No atestado que acompanhou aquela representação, assinado pelo vigário de Piracicaba Manuel Joaquim de Amaral Gurgel e pelo Sargento mor Domingos Soares de Barros, também citado por Neme (1974, p. 150), encontram-se as seguintes observações quando os mesmos se referem aos limites geográficos de Piracicaba:

[...]. Ao norte tem moradores até sete dias de viagem e segue adiante o sertão desconhecido que confina com Goiaz e Cuiabá. [...].
Ao norte tem os campos de Araraquara, de que ainda não se conhece a extensão muito próprios para a criação de gados.

Observa-se pelas descrições que parte dos Campos de Araraquara já é plenamente conhecida e habitada, mas continua, porém, incógnito os sertões que vão além, provavelmente, das cabeceiras do rio Jacaré-Pepira. E os moradores de Piracicaba e Itu, entre o final do XVIII e início do XIX, em suas petições de sesmarias tinham o sertão, ou fundo das mesmas, para a parte da serra de Araraquara (R.S.¹⁶, vol. 4). Todos os capitães e sargentos mores de Itu e Piracicaba passaram a ter cartas de sesmarias na região, como capitão povoador de Piracicaba Antonio Corrêa Barbosa que, em 1782, era proprietário de sesmaria próximo a um rincão que acompanha o rio Jacaré-Pepira e a serra de Araraquara (Lemos, s/d, p. 45; Secondo, livro 6, fl. 149); o sargento mor Domingos Soares de Barros (R.S., vol. 4, p268); o padre Manuel Joaquim do Amaral Gurgel (Braga, 1893/1994, p.11) só para mencionar os nomes acima citados. Nesse sentido, pouco a pouco pelos caminhos por terra e pelas doações de sesmarias aos patenteados, abriam-se as veredas para o povoamento histórico dos campos de Araraquara.

Enquanto isso, pelo caminho das monções, as expedições científicas pelo Tietê produziam o conhecimento de toda a extensão desse rio. Em 1774 – 1775 o engenheiro militar e brigadeiro José Custódio de Sá e Faria em viagem da cidade de São Paulo à praça Nossa Senhora dos Prazeres no rio Iguatemi, faz o primeiro mapeamento do rio Tietê com caráter científico. No mapa que se fez imprimir (RIHG, vol. 39, p. 217) os morros e campos de Araraquara figuram como pontos geográficos conhecidos. Após ele, entre 1780 e 1790, o astrônomo português Francisco José de Lacerda e Almeida, por ordem do governo da Metrópole, chefiou várias expedições científicas através dos sertões do Brasil e, em 1788, em viagem de Cuiabá a São Paulo, subindo o rio Tietê ele também anota os morros de Araraquara. No dia 24 de outubro de 1788, em seu diário de viagem se lê a seguinte notícia:

Com 3 h. de navegação passei a cachoeirinha do Banharon e pouco acima um poço de mesmo nome. Um quarto de légua acima desse poço, e da parte côncava da enseada se avista á distancia de 3 léguas para N.E. uns **montes** que lhes chamão **Araraquara**, que pela tarde quando lhes bate o sol representa uma grande cidade ...**É tradição que n'estes montes há muito ouro. Varias pessoas tem tentado chegar a elles, e não o tem conseguido...** (Lacerda e Almeida, 1788/1841, p. 58 – grifo meu).

¹⁶ A abreviatura aqui e doravante utilizada refere-se à publicação do *Repertório das Sesmarias Concedidas pelos Capitães de São Paulo (1721 – 1821)*, publicação oficial do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Tipografia Globo, 1944.

Esta citação é bastante importante por duas razões principais. Primeira por ser nela que se baseia a maioria dos autores para discutir dois pontos importantes para a história regional. Por um lado, foi esta anotação considerada por muito tempo a mais importante na qual aparece a grafia Araraquara (Almeida, 1948; Braga, 1893/1994, p. 10; Corrêa, 1937; França, 1915). Essa informação está definitivamente atrasada e não é preciso continuar sendo reproduzida. Até onde é possível aprofundar documentalmente agora, o conhecimento da região e o aparecimento documental do topônimo recuou para o primeiro quarto do século XVIII. Por outro lado, foi nessa documentação que os mesmos autores se basearam para discutir a etimologia do topônimo Araraquara (Corrêa, 1937), tema que encerrará esta primeira parte do trabalho.

A segunda razão da importância daquela observação feita por Lacerda e Almeida é a confirmação de uma série de argumentos até aqui defendidos. Novamente aparecem sinais explícitos por meio dos quais desenha-se uma realidade; tais como o conhecimento informal da área; o imaginário social sobre existência de ouro; as penetrações não oficiais em busca das sonhadas lavras; e a confirmação de que as mesmas nunca foram achadas.

Dessa forma, no final do século XVIII a região já está conhecida e palmilhada. Paulatinamente a era das monções acabava, mas havia deixado como produto o conhecimento e a ocupação sistemática dos Campos de Araraquara. Desde o final do século XVIII, as monções pelo Tietê-Paraná começaram a arrefecer. O próprio Sgt. Mor Teotônio José Juzarte, quando usava essa via para levar moradores ao Iguatemi em 1769 assinalava sobre Araraitaguaba: “È muito pobre por não ter comércio algum salvo algumas canoas que fabricam para as expedições de Cuiabá, e a Mato Grosso cuja navegação já está hoje extinta por seguirem estes comerciantes por terra pela Capitania de Guaiazes” (Juzarte, 1976, p 218). E em meados do XIX essa via fluvial já estava completamente abandonada. Castelnau, ao fazer referência ao comércio entre Cuiabá e o Rio de Janeiro, escreve em 1845: “Antigamente era pelos rios que se fazia quase todo o comércio [...] Esta rota, que era conhecida das canoas, hoje está completamente abandonada” (Castelnau, 1949, p. 167,8).

Muito embora haja o arrefecimento e o abandono da via fluvial que tangia pelo sul os Campos de Araraquara, o período entre o final do século XVIII e primeira metade do XIX marca também, e definitivamente, o conhecimento e a ocupação da região.

Do ponto de vista do conhecimento, os vários mapas produzidos no período e as impressões de viajantes não deixam dúvidas. Em 1792/93 a *Carta Corográfica da Capitania de São Paulo* de João da Costa Ferreira (ver mapa 3) traz explícita entre os rios Piracicaba, Tietê, Mogi-Guaçu e Jacaré-Pepira a serra e os Campos de Araraquara. Neste mesmo mapa há menção ainda à colônia de Potanduva e rio Jacaré-Guaçu (todos conservando até hoje a grafia apresentada) nos Campos de Araraquara. A partir daí, a leste e a norte, rareiam-se as informações toponímicas nessa carta, e mesmo a área à esquerda do Tietê entre o Paraná e o Paranapanema aparece como sertão desconhecido. Isso justifica o conhecimento pormenorizado que no final do XVIII já se tinha da área chamada Campos de Araraquara, em detrimento a outras partes do atual interior paulista.

Tal situação é confirmada por outro documento cartográfico produzido pouco depois. Trata-se do mapa da Capitania de São Paulo em 1800 (ver mapa 2). Neste, a área a leste do Mogi-Guaçu está repleta de topônimos, dentre os quais, no caminho de Goiás, o pouso Araquara (sic) como antes mencionado. E entre a área a oeste do Mogi-Guaçu e direita do Tietê e Piracicaba aparece a Serra de Araquara e o Sertão do Botucatu (sic). Em 1837, o *Mapa Chorográfico da Província de São Paulo* desenhado por Daniel Pedro Muller (Taunay 1922) menciona dois morros de Araraquara entre o Tietê e o Mogi-Guaçu, um margeando o primeiro desses rios desde o rio Jaguari até o Piracicaba, e o outro margeando o Mogi até a altura da cidade de Limeira. Entre os morros consta já a cidade homônima (tornada freguesia em 1817). Enquanto esse mapa reconhece a área em estudo, a região entre o rio Tietê e Paranapanema continua sendo grafada como sertão desconhecido.

Essas descrições cartográficas, produzidas no final do XVIII e ao longo da primeira metade do século XIX, são confirmadas pelo reconhecimento científico e histórico que continua a se produzir na segunda metade do XIX. Nestes, entre os rios Piracicaba e Jacaré-Pepira sempre aparecem a “serra de Araguara e os extensos campos de mesmo nome” (sic) (Zaluar, 1860-1/1954, p. 120). No final do século XIX o conhecimento era extremamente preciso. Com dados de 1876 escreve Azevedo Marques (1954, p. 260):

Serra de Araraquara situada entre os paralelos meridionais 22° e 23° e entre 4° e 6° ao ocidente do meridiano do Rio de Janeiro. Sua direção mais geral é sueste para noroeste. Abrange perímetro de 800 léguas quadradas. Em seus contornos compreende os municípios de Constituição¹⁷. Limeira, Rio Claro, Brotas e Araraquara. (nota minha)

Nesse mesmo período, em 1875, Godoy também faz a precisa localização cardinal dos morros de Araraquara de Azevedo Marques, fornecendo inclusive o *Mappa Topográfico da Província de São Paulo* (Godoy, 1875/1978, ver mapa 4) no qual aparece essa localização. E em sua descrição ele completa Azevedo Marques:

A cadeia principal desta serra desenvolve-se aproximando-se ao lado direito do rio Tieté para onde fornece ramificações; a outra porção denominada morros de Araraquara desenvolve-se pela margem esquerda do Mogy-gassú.

A noroeste da serra de Araraquara estão ... serra do Jaboticabal ... ao norte serra das Pederneiras... Na parte mais septentrional do município do Rio Claro está a Serra de Morro Grande [...] (Goody, 1875/1978, p. 5)

Por tudo isso, é patente o contínuo conhecimento que se processa dessa área desde o final do XVIII e ao longo do XIX. Se antes um extenso sertão desconhecido recebia a denominação genérica de Araraquara, a partir do momento em que ele começa a ser palmilhado e conhecido, uma das decorrências é a restrição da aplicação do topônimo a uma delimitação mais precisa geograficamente. Desde a segunda metade do século XVIII, as tropas e ordenanças que se formavam nas freguesias de Araraitaguaba, Itu e Piracicaba para seguirem a Cuiabá e Iguatemi (D.I., vols. 3 e 4) haviam também definitivamente aberto as possibilidades de ocupação dos Campos de Araraquara. Ao alargarem as fronteiras; ao retomarem as estradas que passavam pela margem direita do Piracicaba indo à direita do Tietê até Avandava; ao promoverem perseguições, fugas e deserções; ao criarem patentes militares para moradores ilustres dessas cidades etc., estavam selando também o destino do conhecimento e da ocupação não índia da região em foco. Conforme as informações até agora garimpadas, são as fugas da justiça (Braga, 1893/1994, p 11, Lemos, s/d, p 80; Secondo, Livro 3 – fl. 21), a posse ilegal da terra (Corrêa, 1967, p. 28), as intrusões para reconhecimento da área na demanda de ouro (Lacerda e Almeida, 1788/1841, p. 58) e a doação de sesmarias a

¹⁷ Trata-se do nome da cidade de Piracicaba entre 1821 e 1877.

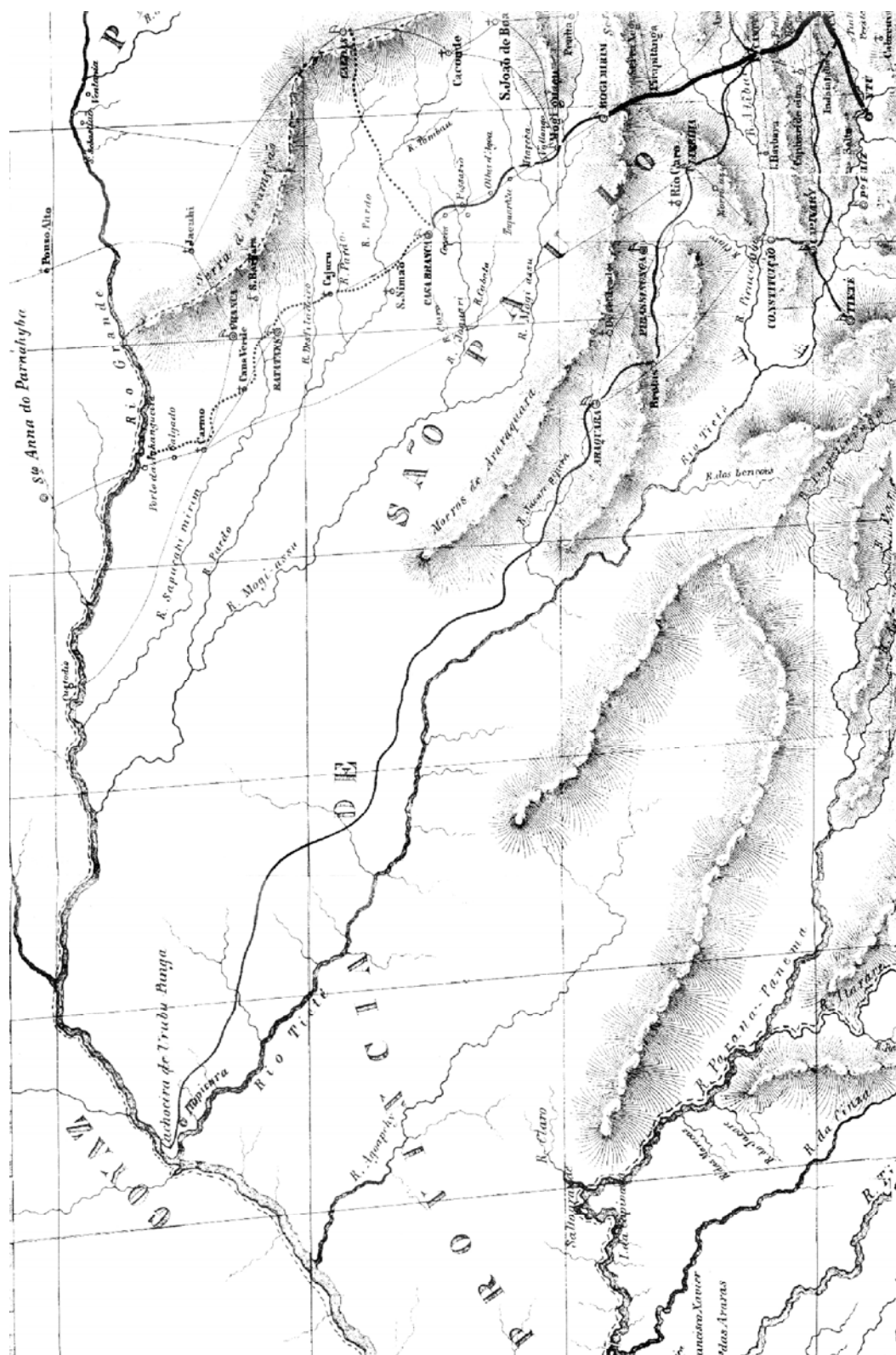
coronéis, tenentes e capitães das vilas de Itu, Porto Feliz (nome de Araraitaguaba a partir de 1797) e Freguesia de Piracicaba (R.S., vol 4) que se processa a ocupação histórica dessa área.

Assim sendo, é também nesse sentido que os espaços geográficos são aqui entendidos como construídos historicamente pela ação humana. Pois o conhecimento, a delimitação geográfica e a restrição do topônimo Campos de Araraquara coincide com o processo oficial de ocupação histórica dessa região. Embora haja indícios contundentes para se crer na ocupação não oficial dessa área desde pelo menos o início do XVIII, até onde foi possível investigar as primeiras informações documentais para a existência de moradores nos Campos de Araraquara é do final do setecentos. Desde as duas últimas décadas desse século, os morros e campos do mesmo nome se tornaram referências geográficas a partir das quais os paulistas começaram a fincar as estacas de suas posses e sesmarias.

Tal como é comum aos processos de ocupação de terra tanto hoje como no passado, e ilustrado aqui para pontos do interior de São Paulo como Piracicaba, na área em estudo a posse legal e a posse de fato nem sempre caminharam juntas. Posseiros e sesmeiros foram concorrentes nos processos de ocupação das terras e, entre eles, mais tarde eclodiram conflitos. Um processo de 1819, movido pelo tenente José Ribeiro de Araújo, proprietário da sesmaria Fortaleza, contra Francisco Martins Bonilha (Corrêa, 1967, p. 31; Gois de Aranha, 1819), é exemplo nítido desse conflito de terra na região. De acordo com esse processo, Francisco Martins Bonilha viera de Jundiaí para os Campos de Araraquara em 1816 e se estabelecera com sua família em terras despovoadas. Porém, tais terras eram de propriedade do tenente José Ribeiro de Araújo conforme carta de sesmaria de 15 de fevereiro de 1813 (R.S., vol 6 apud Secondo, livro 10, fl.149). Em vista disso, o referido tenente acusou o posseiro de apropriação indevida de terra e gado que culminou com a prisão do acusado e seus filhos (Góis de Aranha, 1819).

Esse caso é ilustrativo por conter uma série de indícios reveladores da situação na qual se processou a ocupação histórica da região. Por isso, a ele se voltará constantemente nas próximas páginas para reconstruir o processo de povoamento não índio dos Campos de Araraquara.

Em primeiro lugar, a posse legal da terra, já confirmada desde 1781 (R.S., vol 4), não gerou em alguns casos a ocupação de fato da terra por seus beneficiários. Ao contrário disso,



Mapa 4 : Trecho do mapa topográfico da Província de São Paulo em 1875
 Fonte: Godoy, 1875/1978

episódios freqüentes revelam uma espécie de especulação financeira, pois muitos dos primeiros donatários acabaram vendendo pouco mais tarde suas posses a terceiros e alguns desses também não assumiram de imediato a posse de fato das mesmas. A obrigação que se impunha aos sesmeiros de “lavar com Arado hû pedaço de terreno de seis braças de frente e seis de fundo para cada légua quadrada” (Braga, 1983/1997, p. 13 – sic.) só é criada com o Alvará Régio de 18.05.1801 e, antes disso, e mesmo algum tempo depois, a concessão legal não era entendida como sinônimo de povoamento e produção. E isso estava acontecendo no final do XVIII para a região em estudo. As primeiras sesmarias concedidas na região datam de 1781, mas a ocupação efetiva por parte de seus beneficiários só se processa mesmo no início do XIX. A partir do rumo do Piracicaba e do morro de Araraquara, em 1781 ao menos três sesmarias foram concedidas na região. A primeira para o Tenente Domingos Fernandes Lima, com carta datada de 18.05.1781 na qual lhe era concedido “légua e meia por légua e meia entre os matos do rio Piracicaba e os morros de Araraquara” (R.S., vol. 4, p. 124). Somente um dia depois (19.05.1781), outra carta era expedida em favor de Manoel Antonio de Araújo que conseguia terras “entre os matos que acompanham o rio Piracicaba e o morro de Araraquara” (R.S., vol. 4, p. 360). E, finalmente, com carta datada 6 de julho de 1781 o cirurgião mor do Regimento de Voluntários Reais de São Paulo, Manuel Martins do Santos, tornava-se proprietário de “três léguas de terras nos sertões de Araraquara” (Braga, 1893/1994, p. 8). A partir dos anos 1781 e 1782 os rios Piracicaba, Jacaré-Pepira e o Pinhal (local onde se situa a atual cidade de São Carlos) eram os pontos de referência para as petições de sesmarias (R.S., vol. 4, p. 132, 401, 449). Mas, como indicado, as mesmas não chegaram a ser povoadas e a maioria só foi tomada posse de fato no início do XIX. É o caso da sesmaria do cirurgião mor do Regimento de Voluntários Reais de São Paulo, uma das três primeiras concedidas na área. Segundo Braga (1893/1997, p. 9), essa sesmaria foi mais tarde vendida “ao capitão Carlos Bartholomeu de Arruda, da villa de Ytú, por ecriptura de 30 de março de 1786” (sic). Essa sesmaria, chamada do Pinhal pelos muitos pinheiros ali encontrados, só seria ocupada, no entanto, no começo do século XIX dando origem a cidade de São Carlos do Pinhal (desmembrada de Araraquara em 1865). Reforça a tese do abandono das terras por parte dos proprietários legais pelo menos durante o final do XVIII e início do XIX, a demora em ser solicitada a demarcação das terras. Só em 1812 aparece na região, vindo de Porto Feliz, o

primeiro juiz a fazer medições na área, o Sargento mor José Joaquim Corrêa Barbosa, que deu início então à divisão das terras ocupadas por Pedro José Neto (França, 1915, p. 68), sobre o qual adiante se voltará. Quanto à demarcação da sesmaria do Pinhal, Braga (1893/1997, p. 15) escreve:

Em 1831, vieram da então villa da Constituição o juiz Francisco José Machado e escrivão Pedro Liberato de Macedo para proceder-se à demarcação da sesmaria do Pinhal, a requerimento de Carlos José Botelho, que a herdou do capitão Carlos Bartholomeu de Arruda.

Muito embora a demarcação do Pinhal possa ser entendida como produto das condições dos direitos de herança em que a mesma se encontrava em 1831, e não ao processo efetivo de ocupação, esse fato ilustra a pouca preocupação anterior com a sua demarcação, o que pode ter influenciado as ocupações de posseiros em terras despovoadas, mas com direitos legais de posse reservados a outros, como acontece com o processo de 1819 acima exposto e no qual venho procurando pistas. Somadas, essas informações são contundentes para considerar o exposto, qual seja, que a posse legal nem sempre foi acompanhada da posse de fato por parte dos sesmeiros.

Tal situação, como é evidente, favoreceu aquela outra face da condição de povoamento ilustrada no processo de 1819. Pela situação descrita, a propriedade legal e a ocupação ilegal, firmada por categorias sociais diferentes, ocorreram simultaneamente. Enquanto tenentes, coronéis e capitães tornavam-se legalmente proprietários dessas terras, homens livres e pobres, aventureiros e perseguidos pela justiça ocupavam essas mesmas áreas. Os primeiros moradores de que se tem registro nos Campos de Araraquara não eram, quando entraram na região, portadores de cartas de sesmarias. Em 1809 apareciam sob os fogos 156 e 157 do Bairro de São Bento de Araraquara, Freguesia de Piracicaba, Gabriel de Moraes Dutra e Pedro José Neto (Corrêa, 1937, p. 28; Lemos, s/d, p. 97, Segundo, livro 10 – fl. 148), considerados então, documentalmente, os primeiros moradores dos Campos de Araraquara. De acordo com Corrêa (1967, p. 28), o primeiro desses moradores aparece na documentação subsequente até 1812, ano no qual se inicia a medição legal das sesmarias na região, como acima mencionado. E isso é bastante indicativo, pois o súbito desaparecimento documental indica a atitude de ocupação ilegal da terra e a falta de condições para os posseiros legalizarem suas posses, dado

confirmado ainda pelo fato de não haver, entre os vários portadores de sesmarias da região (R.S., vol. 4; Braga, 1893/1994, p. 7 e ss; Corrêa, 1967, p. 28 e ss; Lemos, s/d, p. 41 e ss; Secondo, livro 10, fls., 148, 149) nenhum de sobrenome Dutra ou Dutra entre final do século XVIII e 1822 quando o governo suspende a concessão de cartas de sesmarias. O segundo morador indicado no censo de 1809, Pedro José Neto, é aceito como o fundador da cidade de Araraquara. Mas, como o primeiro, este também não tinha posse legal da terra embora, diferentemente daquele, o tenha conseguido no ano de 1811 (R.S., vol. 4, p.449; MHPVP, caixa 2).

É consenso na história regional que Pedro José Neto, natural de Barbacena, participou da conjuração mineira e, após a derrota desse movimento, refugiou-se na Vila de Itu. Envolvendo-se aí também em complicações políticas e policiais foi obrigado a abandonar essa vila e refugiou-se no sertão (Almeida, 1948; Braga, 1994, p. 11; Corrêa, 1967, p. 28; França, 1915; Lemos, s/d, p. 88; Secondo, livro 4, fl. 117; livro 19, fl. 30). A partir de 1790 ele inicia sua perambulação pelos campos de Araraquara explorando uma extensa área que atinge os atuais municípios de São Carlos, Araraquara, Boa Esperança, Nova Europa, Nova Paulicéia, Gavião Peixoto e Jaboticabal.

Foi por 1790 que de Ytú escapou à ação da justiça o criminoso Pedro Jose Netto; e nas mattas onde está agora S. Carlos do Pinhal veio procurar couto e homisio.

Percorreu-as em diversas direções, e sempre fugitivo à justiça ytuaana, procurando paragens remotas, descobriu todo o vasto território que deste município vae além de Jaboticabal. (Braga, 1893/1994, p.11 - sic)

Dessa forma, sempre fugindo da justiça e no intento de fazer fortuna que lhe pudesse facilitar o perdão pelos crimes cometidos, Pedro José Neto estabeleceu diversas posses na região, denominado-as Cruzes, Almas, Lageado, Rancho Queimado, Cambuí, Ouro, Bonfim, Brejo Grande e Monte Alegre (Almeida, 1948; Braga, 1994, p. 11; Corrêa, 1967, p. 28; França, 1915; Lemos, s/d, p. 88; Secondo, livro 4, fl. 117; livro 19, fl. 30). Dado o número de posses que ele abriu em quinze anos, de 1790 a 1805 (ano em que ele vai a Campinas para constituir procurador que por ele solicitasse do Governo a legalização de suas posses), é bem possível que ele tenha tido a ajuda de outros moradores que, pelos mesmos motivos que os seus, tenham chegado à região, ou de índios que ele tenha conquistado. No entanto, não há

prova documental até agora que permita concluir por essa tese, embora, de outra maneira, isto é, com a ajuda apenas de sua família, seria praticamente impossível ele ter explorado uma região tão grande. Além disso, ainda que não haja prova documental, segundo escreve Secondo (livro 19, fl. 30) sobre Pedro José Neto, "é tradição que era brando de tracto, e muito sabido em cauzos de medicina, pelo que logo conseguiu grangear a estima e a confiança do gentio, em cujo auxílio explorou a extensa zona" (sic). Contudo, a falta de comprovação documental fará essa questão permanecer em aberto.

Muito embora Pedro José Neto tenha aberto várias posses, quando, porém, foi pedir a legalização das mesmas, ele só solicitou a do Brejo Grande. Em carta de sesmaria datada de 07.06.1811 (R.S., vol. 4, p. 449; MHPVP – caixa 2) foi concedida a ele e a seus dois filhos, José da Silva e Joaquim Ferreira Neto, "três legoas de terra de testada e huma de sertão nos Campos de Araraquara termo da Villa de Itu", principiando a testada no Morro do Espigão que verte para o córrego do Brejo Grande. No intuito de conseguir o perdão pelos seus crimes e a legalização de sua posse, ele cedeu todas as outras em benefício de seus protetores. Ao major Joaquim Duarte do Rego vendeu Monte Alegre (R.S., vol. 4, p. 263) e ao mesmo fez doação das posses do Ouro, Cruzes e Rancho Queimado. A João Manoel do Amaral doou Bonfim (R.S., vol. 4, 241), ao capitão Domingos Soares de Barros doou a do Lageado (R.S., vol. 4, p.268, MHPVP, caixa 2) e ao coronel Joaquim José Pinto de Moraes Leme, a do Cambuí (R.S., vol. 4, p. 266). Com essa sua atitude, Pedro José Neto conseguiu não apenas o perdão pelos seus crimes como também serviu de amortecedor dos possíveis conflitos entre posseiros e sesmeiros.

Na sesmaria do Brejo Grande, então com a posse legalizada, Pedro José Neto abriu a fazenda Araraquara levantando a capelinha em louvor a São Bento em 1814. A partir de então, o povoado de São Bento de Araraquara, bairro da freguesia de Piracicaba, era cabalmente conhecido como ponto avançado no interior. Quando por exemplo o Pe. Manuel Ferraz de Sampaio Botelho, vigário de Porto Feliz, parte para a "catequese" dos índios do Tietê e Paraná (D.I., vol. 3, p.105 - 157, vol. 4, p. 128 –159) entre 1810 e 1815 ele recomenda aos habitantes da margem esquerda do Paraná e às autoridades da povoação de Araraquara, que os admitissem à suas práticas (D.I., idem; Lemos, s/d, p. 118; Secondo, livro 1, p. 186; Vidal, 1937, p. 31), assunto que será tratado em capítulo particular (Parte II – cap. 3). Em 1810, para

realizar essa tarefa esse reverendo não só solicita do governador Franca e Horta auxílio de uma tropa de soldados que poderiam ser tirados “das tropas auxiliares e ordenanças da vila de Porto Feliz e outras circunvizinhanças, em que há muitos ociosos” (D.I., vol. 3, p. 110), como também propõe a fundação de uma aldeia na foz do rio Piracicaba (D.I., vol. 3, p. 142). E embora esse plano não tenha sido financiado pelo governo da Capitania, em um parecer assinado pelo ouvidor Miguel Antonio de Azevedo Veiga, endereçado ao governador Franca e Horta, esse se coloca favorável à representação e plano do referido reverendo e assinala ao governador da capitania que podem ser escolhidos os “Povoadores nos Districtos, das Villas de Sorocaba, Porto Feliz, Itu, e toda Freguezia de Piracycaba” (D.I., vol. 3, p. 116). Essa situação revela ao menos dois fatos. Um, a região de Araraquara já é povoada e disso se tinha amplo conhecimento e, dois, era o ponto mais avançado a oeste do Mogi-guaçu e norte do Tietê.

Outro sinal indicativo naquele processo de 1819 da realidade concreta na qual se processa a ocupação histórica dos campos de Araraquara é a importância dos títulos militares e da posse da terra na ordenação da vida social e cultural da região, fato ilustrado também na atitude de Pedro José Neto. Conforme aquele processo de 1819, mesmo com o pedido de clemência do capitão da Vila de Itu Vicente da Costa Taques Góis de Aranha ao presidente da Província (Gois de Aranha, 1819), a acusação do tenente José Ribeiro de Araújo levou à prisão o posseiro Francisco Martins Bonilha e seus filhos. Esse caso marca uma das características mais comuns do século XIX e início do XX na região, o poder legal associado às patentes militares e à posse de terra. Sempre foram os coronéis ao mesmo tempo a lei e a injustiça que persegue e protege. No final do século XIX, já durante a República Velha (1889 – 1930), esse fato é ilustrado pelo incidente entre a família Brito e o coronel Antonio Joaquim de Carvalho, brilhantemente analisado por Rodolpho Telarolli em *O poder local na República Velha* (1977). Os desentendimentos entre esse coronel e Rosendo de Brito levou a manipulação de um linchamento em praça pública na cidade de Araraquara em 1898 que, na verdade, foi um assassinato arquitetado e executado pelos jagunços desse coronel com a conivência do poder público (Telarolli, 1977).

Finalmente, do ponto de vista da ocupação econômica da terra, o processo de 1819 indica o real motivo da ocupação histórica dos Campos de Araraquara: a criação de gado e a atividade agrícola. Desde os documentos de Piracicaba do final do XVIII e início do XIX acima comentados, a região de nome Araraquara aparece como promessa para a abertura de fazendas de criar. Desde as primeiras petições de sesmarias, como a do tenente Manuel Antonio de Araújo, concedida em 19.05.1781, há menções a campos devolutos, suficientes para neles criar gado vacuum (RS, vol. 4, 360). Em 1788, Lacerda e Almeida (1841, p. 58), em suas impressões sobre os campos de Araraquara escreve: “nestes campos que já se vão povoando com fazendas de gado”. Quando em 14.07.1814 Nicolau Pereira dos Campos Vergueiro comprava do sargento mor Felipe de Campos Bicudo e do tenente José Campos Paes a sesmaria do Monjolinho, hoje parte da cidade de São Carlos, nos conhecidos Campos de Araraquara, era para ali fazer uma fazenda de criação (Neme 1974, p. 136). Os censos econômicos do povoado de Araraquara, em 1816 e 1817, assinalam a venda de queijo e bois (Corrêa, 1967, p. 32). Assim, inicialmente a criação de gado para venda fora da região foi um dos marcos do processo histórico de ocupação da terra nessa área. A ausência empírica de minas auríferas conduziu a um novo processo de ocupação no atual estado de São Paulo a partir de fins do século XVIII, e que caracterizaria a conquista do oeste paulista nos séculos XIX e XX: a exploração do solo para fins agrícola-pastoris.

Desde o início da ocupação histórica da área em estudo, ao lado da atividade pecuária para fins de “exportação”, existiu também uma economia agrícola de subsistência. Invariavelmente as petições de sesmaria solicitavam léguas de campos e matos. Os primeiros povoadores também ergueram suas posses entre os campos e os matos, nos quais, nos primeiros, costumava-se fazer a criação de gado e, os matos, eram devastados e queimados para o cultivo e plantio de espécies, tais como feijão, milho e arroz, que serviam unicamente ao consumo do posseiro e de sua família; e citados por Corrêa (1967, p.33) como “planta para o gasto”.

Nesse novo modelo de ocupação da terra repousa então outro elemento da construção histórica de uma área. Ao longo dos séculos XVI, XVII e os três primeiros quartos do XVIII, as vilas e povoações em São Paulo colonial havia todas, direta ou indiretamente, surgido em função das bandeiras (como aconteceu com os pousos do caminho de Goiás já aqui

analisados); ou foram fundações planejadas pelo governo da capitania (como Piracicaba e a colônia militar do Iguatemi). Através desse longo processo, historicamente se construiu ao longo da documentação um extenso sertão que se interpunha entre o Tietê e as minas de Cuiabá, chamado de Campos de Araraquara. Porém, a fundação de núcleos de povoamento mais para o interior dessa região, distantes da calha do Tietê e do Piracicaba, não está associada aos processos do ouro, embora a esses processos estejam relacionados o conhecimento e reconhecimento da região. Os povoados que se vão construindo nos Campos de Araraquara, a exceção de Potanduva, não se prendem ao movimento das bandeiras, mas a uma nova frente de fronteira. No final do século XVIII e início do XIX, o ouro havia escasseado, e se antes essa riqueza móvel não havia permitido a permanência de estabelecimentos naqueles sertões, sua escassez motivou uma nova frente de expansão demográfica do Brasil, agora de caráter permanente e associado às condições históricas que permitiram a exploração econômica do solo. No final do século XVIII, a feição militarista da capitania coincide, então, com a fase de transição em São Paulo da era das bandeiras (ouro e índios) para a era da exploração agrícola como nova fonte de riqueza. Nesse processo, os Campos de Araraquara são construídos e depois ocupados.

Tal como vem se desenhando, numa economia rústica de criação de animais para venda e numa economia agrícola “para o gasto”, a ocupação histórica dos campos de Araraquara pode parecer a primeira vista dispensar o braço escravo do índio e do negro. No entanto, a permanência de paulistas e carijós nas novas povoações que se vão formando, ainda que menor em proporção quando comparadas a outras povoações importantes como Itu, acima comentada, ilustra o mesmo modelo sócio-cultural que caracterizou São Paulo e os paulistas no seu modo de ser, pensar e fazer. De acordo com os censos demográficos levantados por Corrêa (1967, p. 33 e 35) e confirmados também por Lemos (s/d, p. 101 e ss), em 1811, a população do bairro de São Bento de Araraquara, freguesia de Piracicaba, era de 82 moradores, dos quais 12 eram escravos e 17 agregados. Seis anos depois, em 1817, havia 303 moradores, dos quais 54 eram escravos e 100 eram agregados. Sob o termo de agregado talvez estivesse escondida uma enorme soma de pessoas, parentes dos moradores, ou famílias inteiras que se colocavam sob a proteção de um patrão. Embora não ilustre trabalho escravo, a

existência de agregados novamente reflete o poder dos coronéis e de donos de terra na ordenação da vida econômica, política e social.

Nesse sentido, embora possa ser diminuta a proporção de escravos pelas próprias características dessa economia nascente, o mesmo continuou a existir, inclusive nos planos de colonização da região como se verifica em documento de 1820 assinado pelo capitão mor de Porto Feliz Antonio da Silva Leite. Ao se expressar sobre a fundação de uma colônia de agricultores nas margens do Tietê, no local chamado Potanduva, ele escreve.

A povoação d'aquelle lugar interessante por sua posição física, e política seria augmentada por mais de quatro mil selvagens amigos dos Portuguezes, cujos braços, attendida a fecundidade do lugar, tornariam em breve aquélla Colônia considerável, e florente [...] (D.I., vol. 3, p. 155 – sic)

Por este relato observa-se ainda no século XIX a insistência dos paulistas na utilização da mão de obra escrava indígena. Uma vez congregada nessas novas povoações agrícola-pastoris que iam se firmando nos Campos de Araraquara, coronéis (proprietários da terra) colonos e agregados (posseiros ou trabalhadores em terra alheia) e escravos, consolidavam uma mesma estrutura social que se desenvolvia em São Paulo desde os primórdios do período colonial. Aos poucos, é claro, elas foram cedendo lugar a novas relações sociais de produção baseadas no trabalho assalariado; mas esse já é, no entanto, outro capítulo dessa história.

No decorrer do século XIX outro movimento populacional que iria caracterizar as povoações nos Campos de Araraquara foi a de “mineiros entrantes”. Num fluxo populacional diferente dos séculos anteriores, pois agora orientado no sentido norte-sul, famílias inteiras de mineiros iriam procurar terras devolutas ou trabalho nas terras já cercadas, incrementando aquela tipo de economia de criação para a venda. Referindo-se ao período posterior à década de 1830, quando já estavam demarcadas de forma oficial todas as terras dos Campos de Araraquara, Braga (1893/1994, p. 16) escreve:

De então em diante começou de Minas (especialmente da comarca de Alfenas) alguma imigração para este território, a qual situou-se dos lados do actual município de Belém: - toda a família Mendes, o fallecido José Rodrigues dos Reis (*o Rodriguinho*), João dos Reis, João Alves de Oliveira, e outros são dessa origem. (sic).

Em período posterior a esse, na segunda metade do XIX, Leverger (1864) não apenas confirma a entrada de mineiros, como também menciona a passagem de cuiabanos para a região que historicamente ficou conhecido como Campos de Araraquara. Assim ele escreve:

[...]a exploração d'aquellas paragens, até então desertas, e que começaram a povoar-se de alguns emigrantes vindos de Minas, deu lugar a intentar-se a abertura de um caminho terrestre, que, vindo em direitura de Cuyabá, fosse atravessar o Paraná e entrar na Província de São Paulo pelo espigão, entre os rios Tietê e Mogiguassú. A picada foi aberta em 1835. É a este caminho que de chama estrada do Pequeri. (Leverger, 1864, p. 146).

Além de colocar em foco a constante migração de mineiros e cuiabanos para a região, essa citação também retoma a questão da abertura de estradas pelos Campos de Araraquara, tema premente desde o início do XVIII. Como anotei, já no final do XVIII se tinha conhecimento preciso e ocupação histórica da região entre os rios Piracicaba, Tietê, Mogi-Guaçu até as cabeceiras do Jacaré-Pepira. A partir dos anos 1810 a fazenda Araraquara, de propriedade de Pedro José Neto, já é cabalmente conhecida e, a partir dela, se propõe, na primeira metade do XIX, a abertura de caminhos que a ligassem ao sul e ao norte da Província (D.I., vol. 44, p. 119 e ss; Neme, 1974, p.161 e 165).

Entre 1810 e 1815 a região em estudo ainda não havia saído absolutamente da sua condição de sertão. Com uma economia pobre e dependente da compra e venda de produtos, os caminhos mais do que nunca eram necessários. Além disso, como posto avançado houve o interesse do poder legal em retomar, a partir desse ponto, as tentativas de abrir caminho por terra à Cuiabá e Minas Gerais. Depois das tentativas dos governadores Rodrigo César de Meneses, cumprida por Luiz Pedroso de Barros, e Morgado de Mateus, cumprida por Antonio Corrêa Barbosa, ambas direcionadas ao rio Paraná; entre 1779 e 1802 o governador Antonio Manoel de Mello e Castro projetou e deu início à exploração de uma estrada pelos campos de Araraquara, em direitura à foz do Mogi-guaçu, em direção ao rio Grande, mas logo abandonou o projeto (D.I., vol. 44, p.119). Em 1813 o Marques de Alegrete retoma esse projeto e designa o sargento-mor engenheiro Frederico Luiz Guilherme Varnhagem para “seguir pelo rio Mogyguassú abaixo, tomar a latitude de sua foz [...] seguir então rio Grande abaixo e vir subir pelo rio Tietê” (D.I., idem). Nesse plano, havia também a intenção de abrir-se

huma estrada pelos Campos de Araraquara, em direção àquela foz do rio Mogyguassú, onde se devia formar huma povoação que facilitasse a viagem

por terra para as duas Capitanias e a comunicação dos Campos Geraes, da margem direita do rio Grande, com os de Araraquara. (idem).

Mas ambos os projetos não parecem ter sido levados a efeito. Pois em 1816, o desembargador e ouvidor geral da comarca de Itu, Miguel Antonio de Azevedo Veiga, escrevia ao Conde de Palma sobre os planos e os métodos para a execução da estrada que pudesse ligar as capitanias de São Paulo, Mato Grosso e Goiás (D.I., vol. 44, p. 120 - 126). Nesse último plano havia a descrição de se formar uma povoação no salto do Urubupungá no rio Grande para a qual “se devia abrir uma estrada pelos campos de Araraquara que siga pelo espigão ou primeiras vertentes dos ribeirões que deságuam no Tietê” (D.I., vol. 44, p. 120). Este roteiro que devia seguir rumo ao rio Grande não coincide com o traçado da estrada de 1724. Esta seguia pela margem direita do Tietê e este plano, pelas coordenadas geográficas, deveria seguir pelo alto curso dos rios que deságuam à direita do Tietê. Mais adiante, em seu plano, escreve Azevedo Veiga (D.I., vol. 44, p. 120-121):

Eis aqui lançados os primeiros traços da estrada pelos **Campos de Araraquara**, porque descoberta a facilidade daquelle ponto em deante fica muito fácil tomar do mesmo ponto o rumo do leste, a procurar os ditos campos, porque o ultimo estabelecimento ou **fazenda de Pedro José Netto**, nas cabeceiras do Jacaré, não pode ficar dali a grande distância. (grifo meu).

Como anotado em várias outras ocasiões aqui discutidas, na década de 1810 a fazenda Araraquara é colocada à luz como posto avançado no interior, ponto de referência para as novas entradas oficiais em direção ao sertão. Tal situação se prolonga ao longo do século XIX e há várias tentativas de se firmar os caminhos por terra. Em 1823, é expedido ofício ao capitão comandante de Araraquara, João Pinto Ferreira, para que o mesmo providenciasse a construção da estrada daquela freguesia à vila de Piracicaba (Neme, 1974, p. 165). De acordo com Secondo (MHPVP – caixa 2) em 1825 o alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda e o capitão mor de Piracicaba Domingos Soares de Barros contrataram com o governo da Província de São Paulo a abertura de uma estrada da Vila de Piracicaba a freguesia de São Bento de Araraquara e daí prosseguiram até o rio Grande. É esta a estrada do Pequeri mencionada por Leverger (1864, p. 146). Em 1856, à porta da morada de um agregado de Carlos J. Botelho, proprietário da sesmaria do Pinhal (futura São Carlos), diz Braga (1893/1994, p. 18) “passava a estrada que, de Rio Claro e Piracicaba, ia ter a Araraquara, e

depois, sertão a fora, até Sant'Anna do Parnahyba e Cuiabá". E em nota em pé de página esse autor completa.

Em 1874 temos lembrança de ter visto ainda passar pela villa uma comitiva conduzindo um juiz de direito nomeado para Matto-Grosso. Ao tempo da guerra contra o Paraguay foi muito utilizada essa via de comunicação. Nos campos do Monjollinho, um campeiro da *Fazenda Velha* encontrou os restos de uma besta, cargueiras de balas e outras munições bélicas, naturalmente desgarrada e perdida da caravana em viagem para os campos de batalha. (Braga, 1893/1994 – nota 16, p.18).

Pelo exposto, ao longo do XIX os caminhos por terra pelos campos de Araraquara tornaram essa passagem de importância estratégica militar e econômica, situação que se consolidaria, no final do XIX e início do XX, com os traçados das estradas de ferro construídas para ligar São Paulo a Mato Grosso e Minas Gerais, e prontas para escoar o café, a nova riqueza agrícola do centro e oeste paulista. A estrada de ferro de Araraquara, inaugurada em 1898, ligando essa cidade a Taquaritinga em trecho de 75 km, expandir-se-ia até atingir São José do Rio Preto em 1902 e daí continuaria até atingir o porto do Toboado, na junção do rio Grande e Paranaíba acima do Salto do Urubupunga. A outra linha férrea saída de Araraquara iria acompanhar o eixo oeste dos rios Mogi-Guaçu e Pardo, passando pelas cidades de Jaboticabal, Bebedouro e Barretos até o rio Grande. Coincidentemente ou não, os trajetos das linhas férreas que saem de Araraquara superpõe-se, mais ou menos, ao rumo das estradas que no século XIX se abriam pelos campos de Araraquara; tal como Taunay (1975, vol. 2, p. 306) e Holanda (1957, p. 23) se expressaram sobre o caminho por terra a Goiás cujo traçado seguiu a Estrada de Ferro Mojiana, de Campinas a Jaraguá sobre o rio Grande.

Do ponto de vista político administrativo, Araraquara começa a sua trajetória de emancipação em 1816. Neste ano, a população de Araraquara era de 190 habitantes e, em nome dos mesmos, o Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, proprietário da sesmaria do Monjollinho, envia requerimento ao Pe. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, datado de 9.10.1816, que o repassa ao bispo de São Paulo e este a D. João VI, solicitando que a Araraquara fosse elevada à categoria de freguesia, desmembrando-se de Piracicaba. É elevada a essa categoria por Alvará Régio de 22.08.1817 e em despacho real de 22.04.1818 é nomeado o Pe. Francisco Manuel Malachias, vigário da Freguesia de Araraquara (MHPVP – caixa 2;

Secondo, livro 1, fls. 22 e 23). Assim sendo, Araraquara é constituída então, como todas freguesias no período colonial e imperial, através do seu patrimônio religioso.

Nos documentos de 1821 que elevam Franca e Piracicaba à categoria de vilas se lê: “se espessam ordens para erigir em vilas as freguesias de Franca com a dos Batatais que se denominará – Vila Franca d’El Rei – e a de Piracicaba com Araraquara, que se chamará Vila Nova da Constituição” (D.I., vol. 2, p. 79). Araraquara, porém, é definitivamente desmembrada de Piracicaba por decreto de 10.07.1832, constituindo-se em município que abrangeria toda a região onde se encontram hoje as cidades de São Carlos, Brotas, Jaú, Jaboticabal etc. nos ainda hoje conhecidos Campos de Araraquara. Em ata de instalação da Vila de São Bento de Araraquara de 24.08.1833 (Arquivo Público de Araraquara, código 490) é colocada a serra de Araraquara como limite entre este novo município e Piracicaba. Daí em diante, a abertura de fazendas de café e, a partir de 1870, a imigração italiana, dariam um novo rumo para essa região; mas esse já é tema que não cabe nos limites deste trabalho, pois se configura como outro capítulo dessa história.

4. A Toponímia

O esforço em reunir essa série de informações dispersas que possibilitaram refazer nas páginas anteriores a construção histórica dos Campos de Araraquara não estará terminado se não se discutir a etimologia desse topônimo. Porém, antes de passar aos possíveis significados atribuídos ao mesmo é necessário fazer algumas referências ao ato humano de nomear; mesmo porque em certa passagem acima se esbarrou tangencialmente nessa discussão. O momento agora permite aprofundá-la.

A toponímia é a atribuição de nomes a determinados acidentes ou elementos geográficos com os quais os homens entram em contato prolongado. Como parte do repositório de palavras que compõe uma cultura, a toponímia é parte essencial do repertório cultural de uma determinada sociedade e, através dela, os homens reconhecem a natureza e se posicionam frente a ela situando-a, como a si mesmos, no tempo e no espaço. Assim, certo de que a toponímia, como toda linguagem, se refere à capacidade unicamente humana de atribuir valores e qualidades, ela denota o uso ou o sentido dos elementos representados na e para a vida concreta dos povos.

Produto do pensamento abstrato, a linguagem é um sistema simbólico que estabelece relações entre o mundo objetivo e a consciência subjetiva dos homens. Em outras palavras, mas que dizem o mesmo, o símbolo lingüístico é uma ponte construída entre um significante (o suporte material) e um significado (a atribuição do sentido). Ainda que o sistema simbólico, a construção de signos lingüísticos, seja arbitrário e convencional; ele obedece aos mecanismos através dos quais se processa o pensamento humano. Nos diferentes trabalhos sobre mitologia e totemismo, Lévi-Strauss (1964; 1975)¹⁸ tentou mostrar a qualidade do pensamento classificatório humano. Seguindo suas pistas é possível afirmar duas possibilidades da utilização lingüística e do pensamento classificatório, tema que na verdade ele toma de empréstimo da lingüística estrutural (Saussure e Jakobson). Nesse sentido, se a

¹⁸ Embora reconheça os limites da interpretação estruturalista quando colocada à luz dos dados etnográficos sobre a cosmologia das populações ameríndias (Déscola, 1998; Viveiros de Castro, 1996), o que interessa aqui é entender a nominação de lugares, e não a construção de um esquema simbólico de representação das relações entre entidades humanas, naturais e sobrenaturais. Nesse sentido, no de escolha e utilização de topônimos, as deduções levistraussianas podem auxiliar.

relação entre os elementos do sistema é de semelhança o signo lingüístico ou ícone se estabelece como metáfora. Se, pelo contrário, a relação se assenta no reconhecimento da contigüidade, ou seja, no reconhecimento do todo por uma das partes, o símbolo lingüístico se estabelece como relação metonímica. Embora os estruturalistas possam crer que a significação e o sentido das palavras estejam no sistema, há que se levar em conta outra afirmação de Lévi-Strauss: a de que o pensamento indígena, por ele denominado de “pensamento em estado selvagem”, é uma ciência do concreto. Os elementos com os quais ele trabalha repousam na própria natureza real e tangível da vida e da natureza. Daí o fato dos topônimos fazerem referência sempre a aspectos da realidade concreta. Não são puras abstrações, mas denotam elementos da realidade que se conjugam num código. Palavras que denominam, por exemplo, povoações como Araraitaguaba (onde as araras comem pedra), Mogi (rio das cobras) e Piracicaba (lugar onde chegam os peixes) entre outras têm essa conotação. São os usos de metáforas e metonímias aplicadas em referência a elementos concretos e percebidos pelos sentidos humanos.

Por este esquema, que é de desesperar o especialista, creio ser suficiente para dizer que as línguas não são um decalque ou uma rotulação da realidade; elas expressam, antes, aspectos de uma experiência observada, vivida e pensada pelos homens. Por isso, nenhuma palavra, gesto ou nome pode ser desprovido do contexto social e cultural em que foi criado. É a ele que se deve fazer referência para entender que a toponímia é resultado do uso e da ocupação de um espaço. A persistência de nomes indígenas na toponímia local, em nomes de rios, acidentes geográficos, povoações etc. devem ser assim entendidos. E se a eles, ao longo da história, foram incorporados nomes portugueses como santos (São Carlos, São Bento etc.) ou sobrenomes de famílias, isso se deve a uma nova forma de penetração, ocupação e significação dos espaços naturais.

A discussão da etimologia do topônimo Araraquara se coloca, pois, nesse patamar de referências. Tocar nesse tema é para alguns exumar um cadáver que parecia há muito enterrado. Desde a sentença de morte promulgada por Pio Lourenço Corrêa, sob o pseudônimo de Mota Coqueiro (Corrêa, 1937), havia se eternizado na consciência e na história regional o

apelativo Araraquara como morada do sol. Depois da veemência das suas conclusões, os autores regionais reproduziram essa conclusão sem nenhum questionamento.

Acontece, porém, que hoje vindo à luz novos dados e documentos, novas interpretações ressurgem. Em primeiro lugar esse autor está baseado em uma nota de pé de página de um documento datado de 1788: o diário de viagem do astrônomo português Francisco José de Lacerda e Almeida (1841). À p. 58 desse diário, quando é anotado o termo Araraquara, ele remete o leitor a uma nota na qual se lê a notícia que lhe deu uma velha de bom juízo em Araraitaguaba, de que na mocidade dela se dizia Araquara. Isso foi suficiente para Corrêa (1937) deduzir que *Ara* significa dia ou claridade e *quara* morada. Baseado em Montoya, Von Martius, Teodoro Sampaio e Batista Caetano, Corrêa (1937, p. 103) afirma que *Ará* com acento agudo no último “a” significa Arara e que *Ára*, com acento agudo no primeiro “a” significa luz. Sem mais nenhum fundamento, nem mesmo na anotação de Lacerda e Almeida, na qual não aparece nenhum acento ortográfico, ele conclui pelo segundo *ára* e define Araquara ou Araraquara como morada do sol. Por conveniência, estupidez ou comodidade, sua conclusão foi aceita até agora como correta.

No entanto, o diário de Lacerda e Almeida não é o primeiro documento no qual aparece a grafia Araraquara ou Araquara. Como anotei, desde 1724 esse topônimo aparece na documentação e sempre sem o acento forçado por Corrêa. Soma-se a isso ainda a extensão do apelativo Araraquara por um longo trecho do interior do atual estado de São Paulo. Ele aparece em 1728 no caminho de Goiás e em diferentes mapas constando como nomes de rios, serras, cidades etc. Azevedo Marques (1954, p. 89 e ss) menciona dois rios com o nome Araraquara, o primeiro como afluente do rio Pardo e o segundo -denominado de Araraquara-mirim- como um ribeirão afluente do rio Jaú que corre entre os municípios de Jaú e Piracicaba. Além desses, ele anota um rio de nome Araquan (Araqua), afluente da margem esquerda do Tietê entre os rios Lençóis e Capivara. Esse mesmo autor (Azevedo Marques, *idem*) ainda menciona Araraquara como nome dos dois morros ou serras e da cidade homônima. Outros dados geográficos também confirmam a extensão do apelativo Arara por essa região, tais como as cidades de Araras e Araraitaguaba. Por outro lado, entre as cidades de Araraquara e São Carlos, o ribeirão Araras é o limite da divisa desses municípios, local onde se encontra o morro das Araras, entre o rio Chibarro e o rio das Cabaceiras (Comissão

Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, 1926). Entre as cachoeiras que estavam no caminho dos monçoneiros do rio Tietê, há pelo menos duas que trazem o prefixo Arara. Juzarte (1769/1976, p. 145) no vigésimo sétimo dia de viagem pelo Tietê abaixo desde Araraitaguaba, menciona as cachoeiras de Araracanguava e Araracanguá-mirim.

Nos mapas históricos consultados só um, elaborado em 1800, aparece o nome da serra de Araquara, mas contígua aos campos de Araraquara (ver mapa 2). Nos outros mapas a grafia é sempre Araraquara, como, aliás, aparece também na documentação histórica com mais frequência a grafia Araraquara. Além disso, junto a este mapa de 1800, se encontra uma carta assinada por Afonso Taunay e endereçada a José Ferrari Secondo, datada de 8.11.1940, na qual se lê:

[...] serra de Araquara contígua aos campos de Araraquara [...]; vi sempre numerosos mapps de antigos paulistas Araraquara; só neste é que encontro Araquara; em diversos há serra de Araraquara e campos de Araraquara, sempre Araraquara. (MHPVP – caixa 2).

Seria então ignorar os fatos aceitar como certa a grafia ARA em detrimento a de ARARA se é esta com mais recorrência que aparece na documentação desde o início do XVIII. A extensão dessa toponímia, não só pela região, mas por longos trechos do interior do atual estado de São Paulo induzem a pensar na aplicação do uso desse termo com referência a toponímia e a observação dos fatos. Quanto a estes, Corrêa (1937, p. 8), no afã de sustentar sua tese, chega mesmo a afastar da região a presença das araras, indo contra a própria natureza das informações. Tal como os monçoneiros cansaram de ver, as araras se aninhavam nos paredões do rio Tietê e dele retiravam o barro salitroso que, conservado em suas moelas, serve para ajudar na trituração dos alimentos. Isso levou ao nome de Araraitaguaba àquele porto, local situado a frente dos morros e Campos de Araraquara para onde, em grandes revoadas e alvoroço, as Araras deviam seguir. E ainda antes da análise de Pio Lourenço Corrêa, no início do século XX, testemunhas oculares reafirmavam a imensa quantidade dessas aves nos arredores das matas virgens ainda existentes nos Campos de Araraquara.

Quem conheceu esta região, há trinta annos, lembra-se da abundância das araras, papagaios e periquitos que cortavam os ares em bandos ruidosos. Nos mezes de Junho a Agosto, em que o café amadurece, viam-se cafeeiros litteralmente cobertos d'aquellas aves.

Pois bem, há poucos dias, n'este anno da graça de 1914, presenciámos equal espetáculo nas grandes extensões da mattas virgens, que orlam as margens do “Rio Feio”, cortadas pela Estrada de Ferro Noroeste. (França, 1915, p. VI-VII – sic).

Além desses fatos históricos, Corrêa (1937), como vários outros autores (Almeida, 1948; França, 1915), acredita ser o termo Araraquara utilizado pelos índios ribeirinhos do Tietê: “os nomes foram ouvidos e conservados pelos colonos que, nos pontos extremos até então por eles habitados, entraram em relações com os índios aí estabelecidos, nas vizinhanças e nas margens do Tietê” (Corrêa, 1937, p. 20 e 96). Disso ele concluiu que esse termo é tupi. No entanto, para a maioria das línguas tupis, o nome da ave da família dos psitacídeos é Canindé (Bueno, 1987, p. 87) e ARA possui, no mínimo, quatorze definições diferentes, que vão desde verbos como nascer, acontecer, colher; como substantivos como dia, tempo, estação do ano, espiga de milho (Bordoni, s/d, p. 89; Bueno, 1987, p.41); e atos como o de arar a terra (Assis, 2000). Portanto, na escolha de um desses significados, Corrêa buscou aquele que mais agradava a si e aos araraquarenses.

Isso levanta sérios problemas na definição etimológica da palavra Araraquara; pois, além disso, há de se lembrar que a língua falada entre os sertanistas e as tropas militares até meados do século XVIII, através da qual eles se comunicavam entre si e com os outros, e por meio da qual é produzida historicamente a grafia aqui em questão, era o nhengaatú. Por isso, mesmo que tivessem ouvido Araraquara dos índios ribeirinhos do Tietê há mais dois problemas: índios do Tietê no seu médio curso eram tupis? Como os índios cativos e mamelucos (intérpretes do contato), iriam passar isso para a língua que os escribas pudessem compreender e transcrever? Essas são questões que nunca foram abordadas pelas poucas discussões que se fizeram até aqui sobre o topônimo Araraquara.

Sobre a filiação cultural dos índios do médio Tietê haverá um capítulo particular em que o assunto será tratado Quanto ao termo arara, tudo indica ser uma onomatopéia, fato muito próprio do pensamento concreto em que se situam esses povos. Seria então agora de ignorar a perspicácia da observação indígena, com a qual mamelucos e índios cativos estavam acostumados, responder que Araraquara é morada do sol. Nos vários dicionários atuais sobre a língua Tupi-Guarani, da qual o nheengatú é um dialeto, mesmo a palavra Ara aparece como

definição de Periquito à qual os lingüistas completam: “os índios como aumentativo, usavam repetir a última sílaba e às vezes a palavra. Arara, pois vem a ser o aumentativo de ‘ara’ é a maior do gênero” (Bordono, s/d, p. 89; Houassis, 2001, p. 269). E outras palavras que trazem o prefixo ARA são também traduzidas como aves; tais como Araguá que significa baixada dos papagaios (Bordono, s/d, p. 91) e Araquara como o paradeiro, o esconderijo ou o habitat dos papagaios (Bueno, 1987, p. 53). Por sua vez, as palavras com o prefixo ARARA não deixam dúvida alguma com relação à sua referência, tais como Araracanga (cabeça de Arara) ou Araranguá (o barulho das araras). Por tudo isso, Bueno (1987, p. 54) concluiu como definição da palavra Araraquara: “O refúgio ou o paradeiro das araras, o habitat das araras. O bairrismo dos araraquarenses inventou que a palavra significa morada do sol, mas sem nenhum fundamento”.

Não há, pois, nenhum fundamento lingüístico, documental, cartográfico ou de percepção dos povos tradicionais para crer na definição proposta por Pio Lourenço Corrêa. Por experiência da observação e por uso do jogo algébrico das regras do pensamento metafórico e metonímico, Araraquara é, com segurança, a morada ou o refúgio das Araras.

II - UMA RECONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA DA ÁREA

Ao iniciar esta parte do trabalho algumas diretrizes norteadoras do mesmo devem ser recolocadas para que novamente o leitor possa entender seu percurso. Como já mencionado, a motivação inicial para o desenvolvimento da pesquisa foi a constatação da ausência ou irrelevância dada até agora a uma história sobre os índios nos Campos de Araraquara. No entanto, antes de passar a mesma fazia-se urgente entender, histórica e concretamente, o que é exatamente essa área e esse apelativo. Toda a primeira parte deste trabalho foi então dedicada à discussão desses temas. No geral, foi de interesse demonstrar que a área conhecida como Campos de Araraquara só pode ser apreendida como unidade passível de investigação se tratada como espaço paulatinamente reconhecido na documentação e na cartografia paulistas dos séculos XVII a XIX. Por isso tratou-se a área como construção histórica.

A partir de informações garimpadas durante a consulta de uma vasta documentação, certos indícios e sinais permitiram até aqui apontar para algumas interpretações que sucintamente é importante retomar. Dentre elas a de que o construtor também é um ser histórico. Nesse sentido ele mesmo é construído, não só como ser biótico, mas como ser que produz e se conforma a uma determinada estrutura sócio, política, econômica e cultural que comporta a relação entre brancos reinóis, paulistas e índios cativos. Visto através do tempo, entre os séculos XVII e XIX, há uma relação de continuidade, ruptura e transição entre o fenômeno bandeirante do XVII - XVIII e os patenteados militares do final do XVIII e XIX. Os primeiros –bandeirantes- em suas andanças na preação de índios e busca de lavras ajudaram a mapear os contornos da área e os limites entre o conhecido e o desconhecido; e os segundos, compostos nas tropas militares, não só continuaram esses processos como já rastrearam e desbravaram o interior da área. Assim, quando os Campos de Araraquara passam a ser ocupados para povoamento não exclusivamente índio no final do XVIII, o papel da Capitania militarizada de São Paulo correspondia então a uma transição entre o modo de vida bandeirante errante e do agricultor criador sedentário.

E isso, como também ficou apontado, tem repercussões para o processo de construção dos Campos de Araraquara. Primeiro porque seu reconhecimento na documentação está associado ao processo de movimentação das “frentes de expansão” paulistas durante os

séculos XVII a XIX. Segundo porque ao longo desse período, e como resultante dessa movimentação, a toponímia Araraquara passou por um processo de extensão e restrição de sua aplicação a uma realidade física. E, por fim, mostrou-se também que esse apelativo é construído no processo de observação e conhecimento empírico dessa realidade.

Por uma série de instantâneos fotográficos foi possível inferir algumas passagens e cenários do movimento histórico de construção de uma área. Agora, de uma vez por todas entendido ao que se refere o apelativo Campos de Araraquara, esta segunda parte do trabalho vem completar o quadro de referências sobre o processo de ocupações humanas nesse território. Se enquanto na parte I a discussão fazia-se com referência aos processos históricos de reconhecimento e ocupação não índia, nesta segunda parte a discussão se baseia em pressupostos arqueológicos, etnográficos e adaptativos que procurarão resgatar retratos de uma história sobre os índios na região. Sob este prisma, o elemento articulador entre essas duas partes é a área e a ocupação humana da mesma. Assim sendo, esta parte do trabalho que agora se inicia só se faz possível porque já se encontra delimitado o espaço territorial de referências. Daqui a diante, com base naquela mesma documentação produzida no processo de penetração paulista ao interior; bem como nos vestígios arqueológicos e no uso de um quadro comparativo, tem-se a intenção de retratar a ocupação indígena nos Campos de Araraquara.

Nesse sentido, as informações presentes naqueles mesmos documentos, vistas novamente como sinais e resíduos, permitem, pois, uma reconstituição parcial da ocupação humana original nessa região. Mas as particularidades das informações acolhidas no tratamento das fontes documentais são fragmentos de momentos, pontas de *iceberg* a esconder submerso os processos. Em vista disso, essas informações serão corroboradas com dados arqueológicos, etnológicos e de adaptação humana que possam permitir a inferência de dados mais gerais. O arqueológico permitirá aprofundar temporalmente o processo de ocupação e inferir certas características da ocupação e povoamento humano proto-histórico. O etnológico possibilitará a comparação dos dados arqueológicos e documentais com populações humanas históricas e atuais. E a adaptação humana, por fim, não existe e não se dá no vazio, no abstrato. Ela sempre pressupõe a natureza do ambiente físico no qual as populações estão inseridas. Assim sendo, a reconstituição do cenário humano não pode prescindir, então, de uma análise do ambiente físico e material no qual ela se desenvolve. É certo que a natureza

das relações que são estabelecidas entre a comunidade humana e não humana em uma região podem fornecer pistas interpretativas do conteúdo sócio-histórico e cultural dessas populações.

Além disso, a adaptação implica não só numa relação mutuamente reflexiva entre comunidade e ambiente, mas também numa adaptação ao contexto humano e contato com outros povos. Por isso o cenário de movimentação de grupos e etnias numa área também é importante para entender o produto das ocupações humanas. Com isso em mente, as séries de informações resultantes da consulta de vasta documentação histórica e do contato com os estudos arqueológicos, históricos e etnográficos disponíveis, permitiram a elaboração desta parte do trabalho. Tal como concebido, ele apresenta três momentos que se completam na tentativa de reconstituição da ocupação indígena aos Campos de Araraquara. O primeiro tem como base o meio ambiente e, a partir de inferências por um quadro comparativo, pretende interpretar o modo de adaptação das populações proto-históricas. O segundo busca informações arqueológicas que possam corroborar, primeiro, com as projeções adaptativas, e depois com as informações documentais e bibliográficas sobre as etnias aí apresentadas; tema este que será tratado no terceiro e último momento. Nesse, interessa recompor o cenário intertribal dos Campos de Araraquara e contribuir para um melhor entendimento sobre a história dos índios na região.

1 – O Meio Ambiente dos Campos de Araraquara: modelos adaptativos.

Este capítulo se traduz como um elemento de transição entre as duas partes do trabalho. Enquanto na primeira rastreou-se na documentação histórica disponível a formação dos Campos de Araraquara e na segunda pretende-se discutir as ocupações indígenas na região, as discussões sobre o meio ambiente permitirão não só recheiar a área com seus estratos e gradientes naturais como oferecerão elementos às análises dos modelos adaptativos humanos. É preciso salientar que desde o início entende-se que a ocupação ou adaptação não se dá no vazio. Ela requer a construção de relações dos homens e suas culturas com os elementos bióticos e abióticos do espaço nos quais estão inseridos.

Cientes disso, com base em informações das mais diversas procedências: descrições documentais, estudos geológicos, pedológicos, botânicos, faunísticos etc., tem-se a intenção, primeiro, de apresentar descritivamente os ecossistemas presentes na área em foco. Após isso, e ainda neste capítulo, à base de um quadro comparativo com a etnografia e a adaptação humana de populações históricas e atuais pretende-se inferir os amplos modelos adaptativos para os povos indígenas dos Campos de Araraquara. Assim, este capítulo servirá de pano de fundo para as discussões posteriores dos vestígios arqueológicos (Parte II -Cap. 2) e documentais (Parte II - Cap. 3).

Desde as primeiras menções ao topônimo Araraquara, do início do século XVIII, quando a área situada a partir da margem direita do Tietê, após o Piracicaba, passa a ser paulatinamente explorada pelas tropas paulistas, a paisagem que é descrita nos documentos corresponde genericamente à de campos e cerrados, designativos que, desde então, iriam acompanhar o apelativo Araraquara em suas várias versões: os campos de Araquara (Pedroso de Barros, 1724), os morros e campos de Araraquara (Juzarte, 1769/1976), as planuras de Araraquara (Lemos, s/d) etc.

Quando em 1724 se tem a primeira informação documental para a área, a paisagem vegetal dominante (e não exclusiva) é descrita como cerrado. O sargento mor Luís Pedroso de Barros, em ofício a d. Rodrigo César de Menezes, de volta de sua viagem na qual consolidara a abertura de caminho por terra desde Itu até o rio Paraná, atravessando a região de

Araraquara, justificou a demora pela falta de campos que pudessem facilitar sua tarefa (Pedroso de Barros, 1724). Em seu roteiro ele atravessa por campos até as cabeceiras do rio Jacaré-Pepira e, a partir daí, por cerrados, estes últimos entremeados em vários trechos por manchas de campos e pontas de matas.

[...] seguindo o curso do rio Capivari e dali ao rio Piracicaba e daí até o morro de Araquara, donde principiam os campos do dito Araquara [...] Atravessei os dito campos até as cabeceiras do rio Jacaré-Pepira que serão dez dias. Desta paragem continuei a marcha na demanda e diligência de ver se podia descobrir mais campos; e ai caminhei sempre por serrados, cortando algumas pontas de mata virgem, porém tudo mais catanduvras, a que chamam serrados até dentro do rio Grande – Paraná.(Pedroso de Barros, 1724).

Disso é fácil concluir que a vasta região historicamente conhecida como Campos de Araraquara oferecia como cenário natural um mosaico de ambientes inter-relacionados. As descrições que se fez não só nessa, mas em várias crônicas desde o início da penetração paulista, coincide, em parte, com o que atualmente os biólogos entendem mais extensamente por cerrado *lato sensu*. Como categoria ambiental o cerrado é um bioma de grandes ecossistemas (Coutinho, 1990, p.25). Por isso, de acordo com sua formação vegetal o cerrado é subdividido, pela ciência e pelo saber popular, em cinco ecossistemas. O campo limpo, de formação campestre com apenas um estrato herbáceo e despojado de árvores e arbustos. O campo sujo, o campo cerrado e o cerrado *stricto sensu* (genericamente apresentados como formações savânicas), são formações gradientes nas quais o estado arbustivo e lenhoso vai adquirindo importância progressiva, com árvores atingindo a altura de até 8m na última categoria. E, finalmente, o cerradão, de formação florestal, com árvores de até 12m e com as copas se tocando, no qual a formação herbácea é pobre e rarefeita (Coutinho, *idem*).

Se compararmos essa classificação atual do cerrado com a descrição de Luis Pedroso de Barros em 1724 do ambiente por ele encontrado ao atravessar os Campos de Araraquara, temos, em parte, a mesma constatação. De um extremo a outro de ambas descrições temos os campos e as florestas e, entre um e outro, um gradiente de formações de cerrados. Luis Pedroso de Barros certamente não encontrou, pois, campos limpos que pudessem facilitar a abertura de estradas, mas campos cerrados e cerradões, catanduvras na língua geral.

No entanto, há mais um elemento na descrição de Luiz Pedroso de Barros (e na realidade dos fatos) que não se encaixa na definição de cerrado *lato sensu*. A menção as

pontas de mata virgem, ou matas boas, matas virgens, matas espessas como aparecerão em outras anotações históricas, indica formações vegetais que se diferenciam na paisagem baixa e de médio porte do cerrado. Além disso, a confecção das canoas para as monções, esculpidas num único tronco de madeira, exigia a existência de formações vegetais maiores e mais grossas do que as que se apresentam no cerrado. Mesmo hoje, quase 300 anos daquela primeira descrição, o viajante observador ainda se depara na região com florestas densas e cerrados remanescentes.

As diferentes associações vegetais do cerrado *lato sensu* encontradas em tempos históricos na região de Araraquara não representam, então, as únicas formas vegetais da região. A elas se associam, ainda, as áreas de floresta latifoliada tropical semidecídua (Vários Autores, 2001a, p. 20). Como o próprio nome indica, essa floresta compõe-se de árvores altas, de folhas largas e que trocam de folhagem em determinadas épocas do ano. Essas florestas se diferenciam do cerradão, também de aspecto florestal, pelo tipo de vegetação e solo correspondente. No cerradão a formação florestal é composta de árvores de pequeno diâmetro e altura de uns 6 a 10 m, porém numa população densa, cheia de cipós e palmeiras esguias mais altas (Setzer, 1966, p. 47). Por outro lado, as florestas tropicais apresentam árvores imensas, tal como o jequitibá rosa ainda existente na Reserva Florestal de Vassununga em Pirassununga, vale do Mogi-Guaçu, que “mede 38 m de altura e a 1,0 m acima do nível do solo tem 8,4 m de circunferência e 2,67m de diâmetro” (Godoy, 1974, p. 16,7; 2002, p. 9). Enquanto essas florestas se ergueram nos locais onde a condição do solo permitiu seu enraizamento, isto é, solos vermelhos, profundos, argilosos e humosos; o cerrado *lato sensu* se ergueu nos solos menos férteis.

Somadas essas condições, o ambiente original da região de Araraquara, desde o médio Tietê e Piracicaba e daí ao norte até o rio Grande e a oeste até o rio Paraná, apresenta diferentes formações. Seguindo os espigões de terreno suavemente ondulado e as encostas viceja a floresta semidecídua. Nas faixas aos longos dos rios a floresta pluvial tropical (matas ciliares) e em áreas de topografia quase plana, sob rocha arenítico estéril, as diferentes formações de cerrado (campos, savanas e cerradões). Por estas condições, observa-se que os Campos de Araraquara não podem ser classificados como uma região geográfica, e isso

fortalece a idéia esculpida na primeira parte deste trabalho que os Campos de Araraquara é uma região histórica.

Pelas descrições documentais, tanto quanto pelos estudos geológicos, pedológicos e botânicos, esses vários ambientes não se distribuem de acordo com uma norma ou regularidade. Na realidade eles se entremeiam e formam um verdadeiro mosaico. Por sua vez, essa distribuição em mosaico dos vários ecossistemas só pode ser entendida em virtude de uma série de outras condições, tais como formação, qualidade e distribuição dos solos, ação de queimadas e outras formas de ação antrópica. Para melhor entendê-las, e dela inferir as condições para a ocupação e manejo humanos, é necessário, ao menos superficialmente, estabelecer relações de natureza ambiental.

De acordo com as informações documentais disponíveis, esses cerrados, campos e florestas iniciam-se ao pé da serra Araraquara e daí estendem-se até o rio Grande e Paraná. Portanto, é essa serra o marco inicial da formação ambiental da área histórica Araraquara. De Piracicaba e Araritaguaba, pelo curso do Tietê entre os rios Piracicaba e o Jacaré-Pepira em seus trechos altos, avistavam-se ao longe os cumes dessa serra. Ela se ergue a aproximadamente 44 km da foz do Piracicaba, estendendo-se no sentido dos rios Mogi-Guaçu, Piracicaba e Jacaré-Pepira (Azevedo Marques, 1954, p. 260; Godoy, 1875/1978, p. 5; Zaluar, 1954, p. 120). Desde cedo essa serra foi um marco natural que os viajantes e moradores das adjacências aprenderam a chamar de serra ou morro de Araraquara.

Esse marco natural não é, porém, propriamente uma serra como aparecem nos relatos. Geograficamente são escarpas de planalto chamadas *cuestas*. De definição relativamente recente, a *cuesta* é um desnível compensado por outro declive abrupto (Ab'Saber, 1956, p. 18). Como cadeia geológica se compõe do derrame de rochas basálticas e morfologicamente marca um limite de transição geológica no estado de São Paulo (IPT, 1981, vol 1, no. 5 p. 63 e ss). A área de Depressão Periférica do médio Tietê, seguindo o divisor de água desta bacia com o rio Mogi-Guaçu, encontra-se aí com um relevo escarpado –a escarpa da *cuesta*. Em direção a oeste –até o rio Paraná- essas escarpas são seguidas de uma sucessão de grandes plataformas estruturais de relevo suavizado –o reverso da *cuesta*. A *cuesta*, com sua escarpa e seu reverso, correspondem ao Planalto Ocidental Paulista. Na região de Araraquara, a escarpa

da *cuesta* que com o tempo recebeu a designação regional de serras, como as de Brotas, São Pedro, Cuscuzeiro, Jaboticabal, atingem uma altitude média de 600 a 700 m., sendo o seu cume máximo de 900 m. em São Pedro. Pelo outro lado, o reverso da *cuesta* nessa região compõe-se paisagisticamente como um conjunto dessimétrico com desníveis de 300 a 500 metros, numa inclinação suave de 500 km de extensão.

O que se convencionou então chamar historicamente de Campos de Araraquara são, portanto, áreas do planalto ocidental paulista e o reverso das *cuestas*. Como área de limite geológico, essa região apresenta uma série de formações sedimentares diferentes que se influenciam reciprocamente e justificam a constituição botânica e fauna encontrada desde os primeiros relatos. A uma mescla de ambientes naturais, como cerrados, campos, matas e florestas, associa-se uma mescla de formações sedimentares, pois solos derivados de processos geológicos diferentes combinam nutrientes de forma diferentes. Por consequência, suas formas botânicas e faunas são igualmente diferentes. Essa cadeia de relações influencia em cada um dos ecossistemas a concentração de biomassa animal, vegetal e fluvial disponível para a sobrevivência humana.”A cada província geomorfológica corresponde um quadro de fragilidades e riscos à ocupação humana, intrínseca às suas características associadas aos tipos de rocha, solo e relevo”. (Vários Autores, 2001a, p. 20).

Essa série de encadeamentos naturais envolve, pois, o homem e, assim, este só pode ser entendido como uma espécie dentro do ecossistema. Deste ponto de vista, a primeira realidade humana é a inserção do homem no mundo e na vida prática. E seu primeiro ato histórico é a elaboração de respostas técnicas, sociais e simbólicas às condições oferecidas pela rede funcional e estrutural de relações tróficas num ambiente. Como escreveu o próprio Marx (1987, p. 27),

O primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza [...]. Toda historiografia deve partir destes fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens.

Sob essa perspectiva, a adaptação de uma sociedade ao meio ambiente começa a ser definida de maneira direta e objetiva pelas peculiaridades de cada um dos habitats ocupados.

Ainda que os conteúdos de ordem subjetiva, como os valores e aportes simbólicos, sejam ferramentas importantes na edificação das relações que cada povo ou cultura mantém com o meio ambiente circundante; a compreensão inicial dos limites e oportunidades que cada ambiente proporciona às relações materiais objetivas dos homens é, por assim dizer, fundamental para o estudo tanto das possíveis formas produtivas desenvolvidas por uma sociedade, como da elaboração de seus esquemas sócio-culturais como veículos que respondem ao processo de produção e reprodução de seu modo de subsistência.

Na intenção de reconstruir esses processos para a área em estudo, será aqui novamente refeito o caminho que desde São Paulo de Piratininga os paulistas trilhavam ao interior, mas só que agora não de ponto de vista histórico, mas geológico e natural.

Ao sair do Planalto Atlântico paulista, com seu relevo de elevações cristalinas e acidentadas, em direção à região do médio Tietê e Mogi-Guaçu, abre-se ao viajante um corredor de topografia colinosa que se encontra mais à frente com a escarpa da *cuesta*. Entre o Planalto Atlântico e a formação das *cuestas* está a Depressão Periférica que, na região em estudo, avança ao médio Tietê, Piracicaba e Mogi-Guaçu. “A Depressão Periférica corresponde a uma área rebaixada e deprimida com colinas [...] embutida entre as regiões serranas elevadas e acidentadas do Planalto Atlântico e as escarpas das altas *cuestas* arenítico basálticas” (Vários Autores, 2001a, p. 20). Nesta região, predomina a formação geológica Pirambóia que avança sobre a calha do médio Tietê e de todo o Piracicaba, em ambos lados de seus cursos, passando à formação Botucatu em seu topo (IPT, 1981, no. 6, p. 62,3). Dirigindo-se do rio Piracicaba para o norte e oeste, até a escarpa das *cuestas*, a formação Botucatu apresenta-se como uma faixa contínua entre as serras basálticas e suas escarpas, cobrindo extensa área entre os rios Piracicaba e Mogi-Guaçu.

As formações Pirambóia e Botucatu são genericamente apresentadas como rochas resistentes, formadas de arenitos com baixa porcentagem de materiais solubilizáveis (IBGE, 1977). Por isso, os solos que dela provém se apresentam de certa forma como "estéreis". Esse solo arenoso, indo do amarelo ao amarelo avermelhado, sustenta faixas grandes de campos cerrados, sobretudo na área de Depressão Periférica paulista. De acordo com Ab'Saber (1956,

p 23), as manchas de solos ricos nessa área geográfica são apenas pequenas ilhas situadas na parte central e uma grande mancha na borda centro ocidental que coincide com parte da região do baixo Piracicaba e médio Tietê. Nesses locais, densas matas ciliares e florestas tropicais surgem, montando ilhas e faixas entre os cerrados. Porém, ao sair da região do médio Tietê e baixo Piracicaba rumo ao norte, ao encontro das superfícies planas de colinas do Mogi-Guaçu, ocorrem solos profundos com baixa fertilidade, derivados de arenito e argilitos isentos de cimento calcário (Setzer, 1966, p. 45; Vários Autores, 2001a, p.20).

Na região da Depressão Periférica existem, ainda, os depósitos aluviais de várzeas e terraços que têm uma expressão notável, sobretudo nas áreas da margem direita do Tietê onde se iniciam os Campos de Araraquara. Próximos a Piracicaba, são comuns os baixos terraços com cascalhos conhecidos na língua geral por itaipavas. Margeando, pois, os campos de Araraquara desde o Piracicaba, médio Tietê e Mogi-Guaçu, até a escarpa da cuesta, em plena Depressão Periférica paulista, desde cedo surge uma enorme variedade de ecossistemas inter-relacionados: florestas, campos cerrados e várzeas.

Esse argumento é corroborado com diferentes informações documentais nas quais se apresenta uma variedade de descrições do meio ambiente. Em 1727 Camello escreve sobre o rio Piracicaba: “este rio tem algumas itaipavas mas todo ele é cercado de matos capazes de todas as rossas” (Camello, 1727/1976 p. 31). O astrônomo português Francisco José de Lacerda e Almeida quando se refere em 1788 “aos montes que lhes chamam Araraquara” escreve que “várias pessoas tem tentado chegar a elles, e não o tem conseguido pelos muitos pantanaes e obstáculos que se encontram” (Lacerda e Almeida, 1788/1841, p. 58). Seguindo pelo caminho das monções do Tietê – Paraná, em 1751 Antonio Rolim de Moura escreve a D. João V: “quanta terra e quanta água tenho passado! Rios caudalosos, matas tão espessas e campos tão distantes que fazem admiração” (Rolim, 1751/1976, p. 45). No final do século XVIII, em 1784, o Dr. Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, em passagem pelo Tietê, escreve: “o rio Tietê até mais da metade tem suas bordas montuosas: o resto são rasas, mas tudo muito frondoso e de mato muito elevado, e madeira muito grossa, e por isso não se vê, até o fim, abertura ou campo” (Ordonhes, 1784/1976, p. 208). No início do século XIX continuam a ser produzidas descrições idênticas para a calha do Tietê no seu médio curso. Em 1817, Aires de Casal menciona a “vastíssima mata de corpulentas árvores ribeirinhas do Tietê” (Taunay,

1976, p. 59). E, em 1820, o capitão mor de Itu Antonio da Silva Leite escreve sobre a área do médio Tietê onde se fundou o primeiro núcleo de povoamento nos Campos de Araraquara – Potunduva.

O terreno situado a margem do tieté, no lugar denominado – potanduva – offerece aos veajores hum golpe de vista pitoresco, e agradável; o solo é fértil, o contorno abundante de caça, e coberto de um dilatado bosque d'alvoredado magestoso; o ar he saudável, o Rio navegável, e assaz piscozo. (D.I., vol. 3, p. 153 –sic.)

Se, porém, ao longo da calha dos rios encontram-se florestas, à medida que se avança para o interior da região, surgem campos e cerrados. Em 8.04.1769 quando Teothônio José Juzarte sobe um ribeirão onde encontra, “em bastante distância, um grande campo em o qual fica o morro de Araraquara-mirim”, ele menciona grandes extensões de cerrados. Escreve esse Sargento mor: “e deste ponto fixo sobre a coroa do dito morro se acha em distância de dez léguas do Rumo de Leste os morros de Piracicaba, ou quase tudo Campanha, porém agreste e com pouco préstimo” (Juzarte, 1769/1976, p. 228).

Essas descrições confirmam a variedade de ecossistemas na Depressão Periférica na região entre o rio Piracicaba, médio Tietê e a escarpa da *cuesta*, chamada aí de morro de Araraquara. Enquanto se tem como referência a calha dos principais rios da região é comum a menção a florestas, certamente associadas aos bolsões de terra boa na faixa centro ocidental (Ab'Saber, 1956, p. 23), e pântanos e várzeas. Porém, à medida que se afasta dessas calhas, campos cerrados de “pouca utilidade” aparecem associados aos solos mais pobres da formação Botucatu.

Apesar desta apresentação linear, a distribuição de campos, cerrados e florestas na região –como mencionado- não é uniforme e não apresenta nenhuma regularidade. Tanto nos relatos quanto nas descrições biológicas, elas formam um verdadeiro mosaico de ambientes, nas quais a formação geológica, a qualidade do solo e a cobertura vegetal se influenciam mutuamente na composição das paisagens naturais. Essa distribuição em mosaico das condições também se confirma no reverso da *cuesta*.

Aproximando-se da zona de transição do médio Tietê com as *cuestas*, as rochas de formação Botucatu se encontram com lavas basálticas. Os derrames dessas rochas eruptivas

recobriram aí os depósitos da formação Pirambóia e Botucatu. Conhecidas como as eruptivas da Formação Serra Geral, compreendem um conjunto de derrames de basaltos entre os quais se intercalam arenitos da formação Botucatu. Sobre a Serra Geral, pesquisas tecnológicas afirmam que “afloram os derrames em São Paulo, na parte superior das *cuestas* basálticas e de morros testemunhos deles isolados pela erosão” (IPT, 1981, vol. 1, no. 6, p. 64). Nessa mesma região, mas em manchas mais irregulares ao longo do reverso da *cuesta*, ocorrem também depósitos da Formação Itaqueri, constituído por membros alternados de arenitos com cimento argiloso, tornando o solo mais profundo e fértil. As *cuestas*, serras ou morros testemunhos da região de Araraquara são, pois, formadas por erupção da Serra Geral e da Itaqueri, tais como as serras de Rio Claro, São Carlos e Cuscuzeiro (IPT, 1981, vol. 1, no. 6, p. 70). Nesses locais, e de acordo com as mais diferentes descrições, a cobertura das *cuestas* e os morros testemunhos estavam originalmente cobertos por matas e apresentavam cerrados na base (Afonso, 1989, p. 86; Secondo, - livro 1, fl. 78).

Ao descer pelo reverso das *cuestas*, nas áreas recobertas por essas pedras basálticas desenvolvem-se solos conhecidos como terra roxa ou grés de Bauru, solo avermelhado, argiloso e humoso, excelente para o aproveitamento agrícola devido à qualidade de seus nutrientes. Tal como ocorre na Depressão Periférica, o reverso da *cuesta* com seus chapadões areníticos, apresenta ao mesmo tempo solos profundos associados à alteração de arenitos e basaltos e solos mais rasos e pouco desenvolvidos. A interface dessas diferentes formações geológicas e pedológicas na área em estudo é tão contundente que um único rio, o “Rio Jacaré Guaçu corre sobre sedimentos de formação Pirambóia e Botucatu, depois de deixar suas cabeceiras instaladas sobre rochas da Formação Serra Geral e do Grupo Bauru” (IPT, 1981, vol. 1, no. 5, p.65). Essas diferentes condições fazem surgir, nas áreas de relevo de *cuestas*, vegetações de cerrados, campos e matas ciliares (Vários Autores, 2001a, p. 20).

Ao entrar pelo Planalto Ocidental paulista, as Formações Serra Geral e Itaqueri cedem lugar à Formação Adamantina do Grupo Bauru. Esta formação ocorre por vasta extensão do oeste paulista, constituindo os terrenos da maior parte do Planalto Ocidental, avançando sobre o Triângulo Mineiro, leste de Mato Grosso e norte do Paraná. Quando derivados de arenitos com porcentual de no mínimo 10% de argila encontrados, sobretudo nos locais onde a topografia é mais acidentada, desaparece prontamente o cerrado (SETZER, 1966, p 44 e ss) e

nelas surgem as matas de aspecto florestal. Porém, quando a Formação Adamantina deriva de arenito isento de cimento calcário, ocorre na região a permanência de uma rocha pobre, bastante permeável que, por não reter a água na superfície, torna o solo quase que estéril, dando espaço para as formações vegetais do cerrado. Desde a Depressão Periférica, em direção ao interior, “quer na direção Norte ou Noroeste, como na direção dos chapadões ocidentais do Estado [...] as faixas de basaltos e diabásicos se agigantam em alguns pontos, na forma de grandes manchas circundadas por áreas de arenitos extremamente pobres” (Ab’Saber, 1956, p. 23).

Enquanto isso, ao longo dos rios desenvolvem-se igualmente condições diferenciadas. Planícies aluvionares bem desenvolvidas, principalmente ao longo dos rios Jacaré-Guaçu e Jacaré-Pepira (IPT, 1981, vol. 1.no. 6, p. 95), tornam os solos férteis e ricos, ao passo que ao longo das calhas terraceadas dos rios que vão ter ao Paraná, os solos são pobres e desprezados (Ab’Saber, 1956, p. 25).

Nesse sentido, tanto quanto na Depressão Periférica, no reverso das *cuestas* e no Planalto Ocidental paulista não existe nenhuma regularidade para a distribuição dos solos e vegetação associadas.

O que interessa destacar, sob o ponto de vista geográfico, é a grande irregularidade de distribuição espacial apresentada pelas áreas de solos ricos em face das áreas de solos pobres, no interior de São Paulo. Espanta o observador encontrar um mosaico irregular de terras-roxas dispersas no meio de solos extremamente pobres, constituídos por arenitos às vezes praticamente estéreis do ponto de vista agrícola... (Ab’Saber, 1956, p. 24,5).

Essas informações geográficas são, novamente, corroboradas como as descrições de viajantes. Quando entre 1833 e 1835 Peter Wilhlem Lund, o mesmo que descobriu o homem das cavernas de Lagoa Santa (MG), empreende uma viagem a Araraquara ele escreve:

Toda extensão de campos, de São João até a Villa de Araraquara era de origem Catanduva, com uma e outras manchas de matta boa. Ao redor da villa encontra-se catanduvás, cerrados e matta boa; estas nos altos dos morros (apud Secondo, livro 1, fl. 78).

Na segunda metade da década de 1960, o pedólogo José Setzer, em viagem exploratória pela região, também descreve essa passagem gradativa para tipos fitogeográficos diferentes. Escreve esse autor:

Por vezes, como no alto do interflúvio entre os rios Jacaré-Guaçu e Jacaré-Pepira, o cerrado acaba ao nos aproximarmos do Tietê (na altura da foz do rio Itaquerê no rio Jacaré-Guaçu) e ao mesmo começa topografia mais acidentada e com córregos fortemente encaixados, pois o arenito Bauru adquire camadas com cimento calcário, mais resistente a modelagem do terreno pelo clima úmido.

Existe, aliás, na formação Bauru, regra geral, praticamente sem exceção: quanto mais acidentada a topografia, tanto mais rico o solo. E com a ocidentalidade do terreno [...], o cerrado desaparece prontamente. (Setzer, 1966, p. 46).

Essa inter-relação entre ambientes diferentes não aparece apenas na vista macro estrutural da região de Araraquara, mas se revela, também, numa visão micro. Em 1812, ano que começam a surgir os autos de medição e demarcação das sesmarias nos campos de Araraquara, as chamadas fazendas de criar compunham-se de diferentes ecossistemas. O caso da demarcação da sesmaria de Santo Antonio do Lageado, de propriedade do capitão Domingos Soares de Barros, datada de 04.01.1812, é ilustrativa para a composição de um quadro geral, pois o seu modelo acompanha quase sem alteração todas as outras demarcações. Nesse auto constam como área da sesmaria 1640 braças de **Campo**, 300 braças de **Mata Virgem**, 700 de **Mata Virgem com Brejos**, 40 braças de **Cerrado de Camboiuva** e 240 braças de **Campo Cerrado** (MHPVP – caixa 2). Campo limpo ou sujo, floresta tropical, mata ciliar, cerrado *stricto sensu* e campo-cerrado são as áreas nominalmente citadas na composição paisagística dessa sesmaria. E, extraíndo os dados estatísticos, na composição geral 56,16% das terras eram de campo (limpo ou sujo); 34,24% eram matas (ciliares e florestas), e 9, 57% eram de cerrado e campo cerrado. Passados mais de cento e cinquenta anos da data em que esse auto de demarcação foi assinado, em 1975 a Prefeitura de Araraquara, em documento da Assessoria de Planejamento, escreve que a vegetação original era de floresta tropical e cerrados devastados para o aproveitamento agrícola (Prefeitura Municipal de Araraquara, 1975, p. 05).

Assim sendo, observa-se que a composição em mosaico de vários ecossistemas é uma característica marcante do ambiente na região. E essa constatação brota ainda de outro dado importante: a nomenclatura popular de lugares. Por relação de comparação com a vegetação, muitos locais na área definida como Campos de Araraquara, tiveram (e alguns ainda têm) nomes como Campo Alegre, Campo Belo, Campanha, Catanduva indicando as formações

típicas de cerrado, e nomes como Matão, Mato Alto, indicando as formações florestais. Há nomes ainda indicativos de espécies vegetais particulares como Macaúba, Buriti, Taquaral, Jaboticabal todas de cerrados. E nomes associados à larga presença de água como Bebedouro, Brotas, Brejo Grande. Há, também, nomes associados aos diferentes horizontes pedológicos como Ibitinga, Botucatu, Bauru. Fortalecendo então aqueles dados geológicos, pedológicos e botânicos, este rápido retrato da toponímia regional, ajuda elaborar a construção de um desenho em mosaico dos diferentes ambientes nos Campos de Araraquara.

Pelo exposto até aqui está evidente que as áreas que compõem os denominados "Campos de Araraquara" estão incrustadas, em sua maior parte, sobre terrenos de formação arenito basáltico e sustentam, do ponto de vista pedológico, desde os solos mais pobres e menos férteis –distróficos ou oligotróficos- até os mais ricos solos derivados de basaltos e diabásicos –latossolos-, estes últimos usados nos séculos XIX e XX como corredor pelo qual entrou o café na conquista do oeste paulista. Ao procurar recompor as oportunidades e limites da adaptação humana proto-histórica na região é importante agora aprofundar essa apresentação geral, esboçada em seus quadros essenciais, com o desenho de cada uma dessas regiões.

As regiões de solos oligotróficos, associados às áreas de ocorrência de rochas pobres e resistentes, normalmente de topografias planas, apresentam uma textura areno-argilosa derivada do alto percentual de areia encontrado em sua composição. Por isso, são solos que revelam razoáveis graus de permeabilidade, porosidade e arejamento (Coutinho, 1990, p. 25). Do ponto de vista químico, são solos ácidos com pH médio de 4,0 a 5,0 (Setzer, 1966), pobres em húmus, vulnerável à lixiviação, com pouca carga de fósforo e cálcio, baixa soma de bases e alta saturação de alumínio (idem), e por isso árido; o que o torna restrito ao aproveitamento agrícola. A drenagem proporcionada por sua composição arenosa não permite, por consequência, o desenvolvimento de uma vegetação arbórea de grande porte. Por isso esse solo, de tom em geral esbranquiçado, indo até o amarelo avermelhado, é coberto por uma vegetação baixa típica do cerrado *lato sensu*.

Nos campos limpos, ocorrem meramente uma cobertura graminóide e herbácea com a ausência de árvores, escolhidos pelos povoadores como campos para criar gado. Nas

formações savânicas de cerrado, existem pequenas árvores e arbustos de portes geralmente atrofiados e esparsos, disseminados num substrato graminóide no qual ocorre com frequência um capim xeromórfico não comestível conhecido como “barba de bode”. Nos cerradões, florestas de tipo estacional (Coutinho, 1990, p. 30), embora as árvores possam atingir alturas maiores, elas se apresentam com troncos e galhos retorcidos, casca espessa e fendilhada, esgalhamento baixo e copas assimétricas. Essas características gerais da flora do cerrado estão intrinsecamente relacionadas com as condições com que as mesmas têm de se adaptar. Além da qualidade do solo, o clima úmido e estacional, representado por uma estação chuvosa de novembro a março procedida de uma estação de estiagem que se estende de maio a setembro, deixa as plantas acima do solo com um aspecto verde e viçoso durante boa parte do ano e cinza e seco no período final da estiagem, época que normalmente coincide com o fogo, causado por ação natural e antrópica -ao qual se voltará mais adiante. Abaixo do solo, e dada a grande permeabilidade e profundidade do mesmo, as árvores do cerrado desenvolvem raízes profundas de até 25 m (Godoy, 1974, p. 23) para atingir o lençol freático, representado na região pelo aquífero Guarani –a maior reserva subterrânea de água mineral do planeta.

Essa descrição textual do cerrado, fria como a maioria das descrições textuais, pode camuflar uma verdade importante. Pois, atrás de uma aparente homogeneidade da vegetação, o cerrado esconde, de acordo com estimativas (Coutinho, 1990, Vários Autores, 2001a), a segunda maior diversidade de flora do Brasil. Isso quer dizer que, em número de espécies, a vegetação do cerrado só perde para as florestas tropicais úmidas.

Dentre as plantas arbóreas e arbustivas, a botânica conhece no cerrado perto de 800 espécies distintas. Entre as herbáceas, estima-se que exista um número de espécies muito maior, talvez o dobro. Embora falte um levantamento rigoroso, pode-se dizer que nos cerrados estão presentes ao todo 2 500 espécies de vegetais superiores. (Coutinho, 1990, p. 24).

Por isso, a monotonia da vegetação do cerrado contrasta com a rica e diversificada biomassa vegetal que possui. Assim posto, essas condições certamente oportunizam para as populações humanas e animais uma ampla rede de possibilidades alimentares e utilitárias das plantas naturais do cerrado. Dentre elas, muitas são conhecidas como de importância econômica em madeiras de construção como o angico e o faveiro; alimentar como o caju do campo, o araticum, o pequi, a pitanga, a mangaba, o araçá, a gabioba entre outras; e

medicinal, como a espilina, o cipó prata, a erva cidreira etc., mencionados por especialistas e pelas fontes documentais (Godoy, 1974, p. 20; Taunay, 1976, p. 65 e ss), e usados ainda hoje por setores da população regional como reminiscências dos conhecimentos tradicionais.

Apesar do já amplo conhecimento que se tem desse ecossistema, as expectativas mais otimistas acreditam que além das inúmeras plantas do cerrado já identificadas pela ciência, “ali podem estar presentes espécies de excelente valor alimentar para o homem e outras cujo estudo fitoquímico permitiria a pesquisa de medicamentos contra o câncer, a AIDS e tantas outras doenças”. (Coutinho, 1990, p. 25).

Essa ampla diversidade de espécies ofuscou os dois limites para a adaptação de animais herbívoros aos cerrados: as plantas não comestíveis e venenosas, e a estiagem prolongada, quando as árvores do cerrado perdem quase que totalmente suas folhas. No primeiro caso, a vegetação xeromórfica aí presente, em seu processo de adaptação aos solos pobres, desenvolveu a produção de matéria tóxica com o objetivo de reduzir a predação por parte dos herbívoros. Conforme estudos confiáveis, “as plantas desse ecossistema produzem componentes secundários que são tóxicos ou impalatáveis aos herbívoros” (Morán, 1990, p. 167). Em consequência, isso produz uma baixa concentração e maior dispersão da biomassa animal, tornando, para as populações humanas, a caça mais dispendiosa do que na floresta tropical. As oportunidades para a adaptação de herbívoros são grandes já que a diversidade de plantas no cerrado, como acima aludido, é enorme. Porém sua concentração é baixa e isso acarreta a dispersão dos herbívoros. Os atrativos vegetais e o fato da evolução ter provido as espécies animais de senso e discernimento para escolher as plantas alimentícias e evitar as venenosas, comportamento copiado mais tarde pelas populações humanas, ajudou na existência de uma ampla, mas dispersa biomassa animal.

No segundo caso mencionado, a oscilação entre um período de alta quantidade de biomassa vegetal disponível e um período de estiagem, implicou além da dispersão, na utilização de diferentes ambientes pelas espécies. Os animais adaptados ao biótipo do cerrado geralmente são encontrados em área de transição entre diferentes ecossistemas. Entre os cerrados e as áreas fluviais são comuns a paca, a cotia e a capivara. Entre o cerrado e a floresta o veado, o lobo guará e a maioria dos roedores. Nos cerrados propriamente ditos o tamanduá, o tatu, o gambá, serpentes como coral, cascavel e urutu, lagartos, aranhas, abelhas, as várias

espécies de saúvas -algumas ainda hoje apreciadas como aperitivos por setores da população regional- etc.

Assim caracterizado de forma genérica, esse é o cerrado *lato sensu*, formação típica de ampla região do planalto ocidental paulista delimitada como campos de Araraquara.

Mas não obstante a essa aparente generalidade, o cerrado da região de Araraquara apresenta uma passagem gradativa para tipos fitogeográficos de solos menos pobres, capoeiras ou terras de cultura, que são as que geralmente apresentam vestígios de ocupação humana. Embora então existam os solos arenosos, há áreas de terra roxa, argilosa, sobretudo nos espigões aplainados correspondentes às maiores altitudes, e também terras sílico-argilosas que se prestam notavelmente à agricultura (Prefeitura do Município de Araraquara, s/d, fl.01). De acordo com Corrêa (1967, p. 16) “a maior parte do solo não é constituída pela ‘terra roxa legítima’, mas contém em sua composição formações areníticas fazendo aparecer variações como ‘terra roxa misturada’, ‘terra roxa de campo’ etc.”

Esses solos férteis são mais argilosos, húmidos e de maior profundidade quando comparados aos solos dos cerrados e, por isso, sobre sua coloração vermelha exibem uma formação botânica diferente daquela caracterizada para o cerrado. São estes os capões de mato, ilhas de mata exuberante, característica da floresta tropical onde crescem árvores de porte alto e largo, como o jacarandá, a peroba, o jequitibá, a maçaranduba. De acordo com Godoy (1974, p 18) algumas árvores da floresta eram usadas pelos primeiros povoadores como indicadores de solos bons para a agricultura, tais como o “pau d’alho”, a “figueira branca”, a “lixreira” etc. Assim, como se vem insistindo, qualidade do solo e formações florestais são correlatas.

Para que as plantas construam toneladas de folhas, troncos e raízes por hectare, edificando a grande biomassa que caracteriza uma floresta tropical, é necessário que dezenas de quilos de nitrogênio, fósforo, cálcio, potássio, magnésio e outros elementos estejam disponíveis, naquele mesmo hectare. (Coutinho, 1990, p.26)

Esses solos férteis, os latossolos, ao contrário dos solos oligotróficos, são capazes de suportar um grupo razoável de cultígenos tropicais, tais como o milho, o algodão, o feijão e o arroz de espigão (Ab’Saber, 1956, p. 23). Tradicionalmente derrubadas para a abertura de pequenas roças de subsistência, tanto pelos primeiros povoadores como pelos indígenas, as

florestas sobre solos férteis nessa região passaram por um desmatamento incontável após o café tomar essa rota de expansão. Como já se expressaram alguns historiadores, o café teve fome de terra e gente. O problema da mão de obra é solucionado no final do XIX com a imigração que remodelou a fisionomia étnica e cultural da região no XX. E o problema da terra é solucionado com a invasão e desmatamento das áreas de solos férteis do centro e oeste paulistas.

Estas florestas, quando comparadas aos cerrados, oferecem mais oportunidades que limitações. A alta concentração de biomassa vegetal conduz a uma maior concentração de herbívoros. Assim, completando o quadro de distribuição das espécies animais, entre a floresta e o cerrado vivem o veado, o lobo guará e a maioria dos roedores. Entre a floresta fluvial e a floresta tropical a anta, a lontra, a ariranha, o jacaré, os insetos hematófagos, as serpentes de água como a sucuri e a jibóia, os anfíbios, cágados e tartarugas etc. Na floresta o cachorro e o porco do mato (catitu), a onça, a jaguatirica, várias espécies de saquis, aranhas, insetos, lagartas etc.

Ao retomar então a rede de relações naturais que ligam todos os seres, a diversidade de sedimentos geológicos na área dos Campos de Araraquara gerou a diversidade de condições pedológicas responsáveis pela série de ambientes e flora vicejantes na região. Em consequência, a fauna também é bastante diversificada. São encontrados com frequência tipos de fauna adaptáveis ao ambiente ribeirinho, tais como a lontra, o jacaré, a anta e a capivara, os dois últimos considerados os maiores mamíferos autóctones do Brasil; espécimes característicos de campo como o veado, o tatu e o tamanduá; animais de áreas florestais como o macaco, o queixada, a onça entre outros, além de uma rica diversidade de avifauna (Assis Cintra, 1928, p. 2,3). De acordo com os estudos de Godoy (1974) realizados no vale do rio Mogi-Guaçu, foram catalogadas 45 espécies de aves aquáticas e 159 de aves dos cerrados e florestas (Godoy, 1974, p. 33 – 46).

Essa rica diversidade de espécies animais, adaptadas a ambientes diferentes, é confirmada tanto pelas crônicas documentais, como pela resistência de nomes na toponímia regional. Rio Capivari (y = rio, rio da Capivara), rio Jaguari (rio do Jaguar – onça pintada) rio Mogi-guaçu (rio da cobra grande – provável sucuri, a maior cobra do Brasil), rios Jacaré-Pepira e Jacaré-Guaçu (rio do Jacaré de pernas curtas e do Jacaré grande), Motuca (inseto e

localidade que é distrito da cidade de Araraquara), ou mesmo o nome primitivo do Tietê (Anhembi –das aves Anhumas) são toponímias que indicam a associação com a presença de animais perigosos e/ou alimentares. Do ponto de vista documental, as crônicas também falam de diferentes animais e fontes de subsistência. Em 1628 d. Céspedes Xeria em viagem pelo rio Tietê fala sobre “la abundancia de pescado, y la grandíssima suma de caza de tigres, leones (sic), y muchissimas antas” (Taunay, 1975, vol. 2, p. 108). Em 1751 o conde de Azambuja relata no rio Tietê “muita caça, onde abundam as pacas, as capivaras, os porcos montezez e os veados” (Rolim, 1976). Theotônio José Juzarte menciona no caminho das monções “gigantescos tatus canastras, abudantísimos símios, queixadas e catetus, enquanto nas águas dos rios menciona ariranhas, antas e capivaras” (Juzarte, 1976). Esse mesmo cronista observa, nas matas próximos ao Rio Piracicaba, um “grande número de porcos do mato perseguidos por uma onça de extraordinária grandeza” (Juzarte, 1976, p. 228). Ordonhes (1784/1976) fala de antas, porcos, onças, lobos, tamanduás e uma imensidão de aves como patos, perdizes, anhumas, araruanas e araras. E todos mencionam as variedades de serpentes e o hábito dos sertanejos (mamelucos e índios) das monções de comê-las (Taunay, 1976, p. 76). Tais descrições, como mencionei, são um retrato das diferentes espécies adaptadas aos ecossistemas de cerrado, floresta e ambiente fluvial presentes nos Campos de Araraquara.

Finalmente, para completar esse quadro é importante ainda discutir, mesmo que rápida e superficialmente, os ecossistemas fluviais que se formam na região. Como acontece com a concentração e distribuição da biomassa vegetal e animal, a composição do solo e dos sedimentos sobre os quais correm os rios, determinam os nutrientes presentes em cada aluvião e a concentração de biomassa fluvial. Nesse sentido, a variedade de composição dos solos nos Campos de Araraquara, permitiu que surgissem vários tipos de rios ou que um mesmo rio adquirisse em seu percurso aspectos diferentes.

Quando os rios atravessam as formações assentadas sobre as rochas pobres e solos oligotróficos, do ponto de vista hidromórfico há pouca dissolução de materiais e sedimentos inorgânicos. Isso certamente contribui para a ausência de vegetações flutuantes que, por serem uma rica fonte de alimentação para os peixes, influi na baixa biomassa dos mesmos e na ausência de peixes de grande porte (Morán, 1990, p. 179). É comum nesses rios se encontrar uma variedade de espécies miúdas, tal como o lambari, abundante em muitos rios da região. A

coloração clara desses rios e o seu fundo rochoso deu nomes a vários locais, como Água Azul, Água Branca, Lajeado (regato cujo leito é rocha), Lajeadinho etc.

Quando, porém, esses rios atravessam as áreas sobre latossolo eles acumulam uma grande carga de minerais altamente solúveis e partículas de solo extraídas do alargamento de seus leitos. Sua coloração se torna assim mais escura, às vezes barrenta, e esta condição está também associada a nomes como Rio Preto, Rio Turvo, Rio Pardo etc. Suas águas, ligeiramente alcalinas,

são ricas em cátions como cálcio, potássio, sódio, magnésio e outros, o que permite grande produção primária, isto é, síntese de matéria orgânica a partir de gás carbônico, sais minerais e energia solar, e, portanto, a presença de macrófitas flutuante e fitoplâncton (Wálker, 1990, p. 46)

A existência dessa vegetação flutuante e o fitoplâncton a ela associado permitem, por sua vez, a sobrevivência de uma fauna aquática densa e diversificada que é, sem dúvida uma rica fonte de proteína para as populações animais e humanas. A piscosidade da região está, como todos os outros caracteres naturais mencionados até agora, associados à toponímia local como Jaú, Dourados, Piracicaba; bem como com as anotações documentais. No século XVII Céspedes Xeria (1628/1976) fala de muitas espécies de peixes no Tietê; no XVIII Rolim (1751/1976) menciona abundância de pescado, sobretudo em Itapura e Avanhadava e todos falam da abundância de dourados, jaús e pintados. Diversos documentos do XVIII mencionam no trajeto monçoneiro a pesca e a caça ao longo dos rios (Holanda, 1957, p. 67 e ss; Taunay, 1976a, p. 73-76). No século XIX o rio Mogi-Guaçu é relatado como “muitíssimo piscoso; porém não mais que o Paraná, e o Tietê é abundante em peixe abaixo da barra do Piracicaba; dahi para cima é relativamente pobre e não é comparável com o Mogy-guassu” (D.I., vol 44, p. 126).

Por essas descrições, tem-se claro que a área historicamente conhecida como Campos de Araraquara, apesar das diferenças químicas que existam entre os rios ou ao longo de um mesmo rio, possui uma afamada reputação de produtividade pesqueira e fauna ribeirinha. Conforme os documentos citados o trecho piscoso do Tietê é após a barra do Piracicaba, marca histórica e natural do limite meridional da área em estudo, o Paraná o limite oeste e o Mogi-Guaçu é o marco do limite leste.

Para esse último rio, e de acordo com estudos realizados entre 1954 e 1971, Godoy (2002, p. 18-22) catalogou mais de 177 espécies de peixes, muitos dos quais de hábitos migratórios, como Curimatá, Dourado, Pacu, Mandi, Cascudo, Piapara, Pintado etc. Com seus estudos Godoy verificou que os hábitos alimentares e reprodutivos de certas espécies extrapolavam os limites de um único leito de rio. Ao longo de suas diversas fases esses peixes migratórios transformavam a rede fluvial de diferentes rios que se comunicam entre si como um único ecossistema explorado. Para aqueles peixes do Mogy-Guaçu Godoy (2002) demonstrou que os mesmos podem ser encontrados ao longo de todo Mogy-Guaçu, baixo e médio rio Pardo e médio rio Grande e, em virtude disso ele identificou duas rotas principais de migração. Uma desde o baixo Mogy-Guaçu rio acima até o Grande no “lar” de alimentação, chamada de migração trófica, e uma rota de volta ao “lar” de reprodução, chamada de migração reprodutiva. Embora esse estudo tenha sido realizado em uma bacia hidrográfica específica, as mesmas conclusões podem ser extraídas para as várias redes hidrográficas de rios onde peixes migratórios como esses são encontrados. Assim, peixes mencionados com facilidade no Tietê, Piracicaba e Paraná, como o Dourado, o Jaú e o Pintado, são também encontrados em muitos de seus afluentes principais. Ainda hoje, muitos pescadores naturais à beira de certos trechos de rios como o Mogy-Guaçu, Tietê, Jacaré-Guaçu e outros, continuam a motivar pescadores para a captura de bons exemplares dessas espécies.

Essa descrição da fartura, porém, não nos deve enganar. Do sertão que se abria nos séculos XVIII e XIX, não só se produziu a visão de um paraíso natural. Em diferentes crônicas e relatos, as ocorrências de insalubridade, morte e pestes também são constantes. As águas escuras e vermelhas do Paraná sempre foram consideradas barrentas e pestilentas, e mais de uma vez se advertiu para que os monçoneiros não bebessem suas águas (Rolim, 1976, p. 50; Taunay, 1976a, p. 65). As presenças de detritos orgânicos que tornavam essas águas piscosas, ao mesmo tempo a deixavam não potável e por isso não eram recomendadas. As águas do Tietê sempre foram também de fraca reputação (Taunay, 1976a, p. 50) e eram igualmente evitadas. Durante todo o século XVIII, as monções relataram como, na época das cheias, o estirão entre o Tietê e o Pardo tornava-se cheio de pestes. No final do século XVIII, a Colônia do Iguatemi, embora distante da região em estudo, é atacada por ratos, pulgas, baratas e

gafanhotos (Juzarte, 1976, p. 260,1). E ainda no final do século XIX a febre amarela grassa sobre as cidades da região de Araraquara, propagada pela presença de um mosquito hematófago.

As condições então sobre as quais se dava a adaptação humana original tem que ser entendida à base desses fundamentos naturais. Oportunidades e limites se colocam na trama das relações tróficas formando ecossistemas nos quais as populações humanas são apenas mais uma das espécies. Sobre este ponto procurou-se até aqui mostrar que os Campos de Araraquara, aplainado pelo trabalho de várias bacias hidrográficas, apresenta ao invés de uma uniformidade pedológica, botânica e de fauna (terrestre, ribeirinha e fluvial), uma grande variabilidade de ecossistemas que influenciam de maneira diferenciada e integrada a adaptação dos grupos humanos. Como se mostrou, esta região apresenta, ao invés de uma paisagem homogênea, um mosaico de ambientes naturais que se sobrepõem e se completam em ecossistemas variados. Próximos à calha aluvial dos principais rios que cortam o planalto ocidental paulista surge a floresta pluvial tropical (matas ciliares) e no período de outubro a março, quando a região se encontra no período das chuvas, ocasionalmente ocorrem extensas áreas de inundação, de charcos, criadas pela dinâmica de cheias e vazantes associada a pouca declividade do terreno que fazem surgir, ainda, pântanos, lagos e lagoas temporárias que se transformam em fontes importantes de acesso das populações humanas à biomassa fluvial e adaptada às condições do ambiente alagadiço. À medida que se avança dos rios rumo aos interflúvios sucedem-se áreas de matas naturais típicas da floresta tropical, associada aos solos quimicamente mais ricos, às quais se interpõe a paisagem baixa e por vezes árida dos campos cerrados e cerradões.

Isso inquestionavelmente coloca à disposição dos grupos humanos (sobretudo em período pré-colonial) uma enorme variedade de recursos alimentares que, conjugadamente, deveriam compor as formas de produção das populações humanas originais.

Por sua vez, quanto ao desenvolvimento de estratégias, formas ou mecanismos sócio-culturais e adaptativos dessas populações aos Campos de Araraquara são necessárias ainda outras colocações, agora de cunho projetivo e etnográfico. Com esse intuito, para melhor exposição dos dados será aqui utilizada a divisão cerrado – floresta, mesmo ciente tanto dos gradientes naturais de ambos macro-ambientes, como do fato de que do ponto de vista da

adaptação esses diferentes ambientes se completam e são simultaneamente usados pelas populações humanas. Essa divisão corresponde, em si, a um contraste biótico que possibilita, primeiro, caracterizar de um extremo a outro os diferentes ecossistemas encontrados na área em estudo e, segundo, propor modelos adaptativos para as populações humanas nos Campos de Araraquara.

1.1 - A adaptação humana aos cerrados.

De fato nunca existiu a ocupação exclusiva deste ou daquele ecossistema por uma dada população. Na verdade o uso e manejo simultâneos e interligados de diferentes ambientes são os elementos que conformam a adaptação humana. Grupos que se encontram em áreas de cerrado invariavelmente usam os recursos dos rios e das florestas e vice-versa. Independente do ambiente preferencialmente usado as diferentes culturas e sociedades indígenas sempre elaboraram estratégias combinadas de adaptação para explorar os diversos recursos disponíveis. Estratégias que incluem, entre outras, a divisão de territórios de exploração, a divisão sexual e/ou social das atividades, o uso sazonal dos diferentes recursos, o manejo e criação de ambientes naturais etc. sempre permitiram a essas sociedades transitarem por vários ecossistemas simultaneamente. Deste ponto de vista a complexidade adaptativa dessas populações não é reduzível a modelos. Os padrões gerais que podem ser observados e que são descritos pela etnografia só têm validade se não forem entendidos como exclusividades adaptativas, mas como quadros ilustrativos que indicam uma tendência de respostas sócio-culturais que as populações põem em ação no processo de ocupação, uso e manejo dos macro-ambientes. Diante disso, compor modelos significa entender que o que de fato existe em termos de adaptação não é uma ocupação ou adaptação exclusiva, mas preferencial de determinados ambientes em função de questões geopolíticas, visões de mundo, disposições existenciais etc. Assim, o modelo cerrado – floresta mesmo com suas limitações é aqui usado, pois sugere certos padrões preferenciais de ocupação humana. Como qualquer modelo ele só vai indicar os quadros gerais de adaptação proto-histórica aos ambientes dos Campos de Araraquara que serão definitivamente consubstanciados nos capítulos finais deste trabalho.

Cientes disso, passemos à adaptação humana ao cerrado.

Tradicionalmente os povos indígenas adaptados aos cerrados se filiam ao grupo Jê. Eduardo Galvão, em conhecido estudo sobre as áreas culturais do Brasil (1979), localiza a região predominantemente campestre da área Tocantins – Xingu como território onde se encontra a maior concentração de povos indígenas pertencentes ao tronco lingüístico Macro – Jê (Galvão, 1979, p. 217,8). Embora se reconheça a ocupação dessa mesma área por povos Tupi: Parakanã, Assurini, Araweté etc., as savanas e florestas do Brasil central seriam o *locus* de uma ocupação sistemática e especializada dos povos Jê, porque só ocasionalmente eles se estendem para além dessa área e mesmo assim de forma bastante esparsa, como os Timbira (Krikat, Gavião e Canela) ao sul do estado do Maranhão e os Kaingang e Xokleng bem mais ao sul do país (RS, SC, PR e SP). Ao contrário, nas regiões de campo do Brasil central, no interflúvio Tocantins – Xingu, grupos como os Apinayé, Krahó, Timbira, Bororo, Xavante, Suyá, Xerente e a designação genérica Cayapó (Xikrin, Gorotiré, Panará, Mekranoti, Mentuktire etc) entre outros, formariam o maior contínuo de ocupação Jê (ver mapa 5). Os estudos lingüísticos falam exatamente que as “línguas Macro-Jê no seu conjunto formam um anel em torno do Brasil centro-oriental” (Urban, 1992, p. 91). Esse padrão de ocupação levou Schwerin, em um trabalho sobre a adaptação cultural às terras baixas sul-americanas, à seguinte afirmação:

[...] a extensão de representantes do tronco Jê (*stricto sensu*) coincide quase perfeitamente com o campo savana do Brasil central. Onde existem Jê existe campo. Onde não ha campo não existem Jê. (Schwerin, 1985, p.21)

Evidências etnográficas e históricas sobre os diferentes povos Jê confirmam a preferência dos mesmos pelas áreas abertas de campo e cerrado. Maybury – Lewis (1985, p. 09 - 10) ao relatar suas experiências com os Xavante e Xerente diz que eles expressavam uma “forte preferência pelo cerrado e regiões abertas em oposição a florestas”. Afirma ele que “na verdade o termo que usam para região fechada poderia ser traduzido como ‘região ruim’” (Ro wasté-di, de Ro = ”coisa em geral – natureza” + waté = “horrível”). Mais à frente desse texto escreve ainda esse autor.

Os habitantes de um certo povoado Xerênte que estudei em 1955 e ao qual voltei em 1963, estavam ocupando terras bem arborizadas, altamente favoráveis ao cultivo pela técnica de coivara, todavia eles escusavam-se repetidamente por “*viverem em floresta como macacos*” e não construírem seus povoados em campo aberto como verdadeiros Xerênte deveriam fazer. [...] acredito que tenha sido em parte devido a sua antipatia pela floresta que muitos abandonaram aquele antigo povoado, pois apenas encontrei um punhado de habitantes quando voltei oito a nos mais tarde. (Maybury – Lewis, 1985, p. 12).



Mapa 5 : Distribuição atual dos grupos Macro-Jê em território brasileiro.
Fonte: Mensageiro, 1988

Entre os Jê meridionais (Kaingang) a história se repete. Embora não por causa de um motivo adaptativo, mas sim devido às próprias condições concretas em que se deu o contato, os Kaingáng (a seu contra-gosto) são obrigados a ocupar áreas de florestas. Quando na segunda metade do XIX e primeiras décadas do XX o café e a Estrada de Ferro Noroeste do

Brasil avançam sobre seus territórios no oeste do atual estado de São Paulo há fortes e cruéis conflitos entre os Kaingang e as frentes de expansão cafeeira (Pinheiro, 1992). O empecilho representado por esses índios legitimou a visão do bárbaro e uma política sistemática de extermínio. Ante esses acontecimentos os Kaingang passam a se refugiar na floresta, não por opção, mas por pressão.

“Os conflitos com os povos brancos fizeram os Kaingang ocuparem as florestas para viverem, em vez de campos, que eram os seus espaços favoritos, pois durante os períodos de guerra as florestas serviam como habitat e esconderijo e com isso procuravam preservar suas vidas [...]” (Carvalho, 1994, 14).

Seriam então os Jê os povos secularmente adaptados ao bioma do cerrado. A distribuição contínua no espaço e a preferência por áreas abertas revelam que essas culturas não representam sobrevivências marginais, isto é, povos empurrados para o interior pelo avanço dos Tupi no litoral e que tiveram que se adaptar a ecossistemas mais frágeis. Esse continuum e os registros históricos e etnográficos revelam, antes, uma longa adequação cultural a zona ecológica do cerrado, fato constatado ainda em pelo menos mais dois aspectos das culturas Jê. Primeiro, a ausência de canoas. Embora eles possam utilizar a jangada para atravessar alguns rios, a ausência da canoa indica a adaptação a ambientes onde os cursos d'água não são caudalosos. Via de regra, rios de floresta tropical apresentam-se mais largos, profundos e extensos que rios de cerrados e, por isso, povos adaptados à floresta tropical têm a canoa (Steward, 1948) como elemento importante¹⁹. Por consequência, a ausência de canoas entre os Jê indica não uma adaptação à floresta, mas aos campos e cerrados.

E o segundo aspecto a indicar a adaptação antiga dos Jê aos cerrados é a construção de uma representação simbólica desse ambiente como ecossistema integrado de entidades naturais, humanas e sobrenaturais. A percepção das relações concretas, a construção de representações simbólicas e a fixação das mesmas na memória coletiva só são possíveis por meio de uma longa história adaptativa. É assim que para os Xavante, por exemplo, o cerrado é o *Ró*, palavra que denota toda a rede de relações tróficas que ligam o homem ao ambiente do cerrado onde habitam homens, animais, rios, plantas, espíritos, inimigos ...

¹⁹ Este é um dos itens que definem a chamada Cultura de Floresta Tropical, como se verá mais adiante neste trabalho.

O Xavante depende do cerrado e o cerrado depende do Xavante. Os animais dependem do cerrado e o cerrado depende dos animais. Os animais dependem do Xavante e o Xavante depende dos animais. Isso é o Ró. Ró significa tudo para os caçadores Xavante: o cerrado, os animais, os frutos, as flores, as ervas, o rio e tudo mais [...]. Antigamente o Ró era assim: havia a aldeia, envolta a roça, envolta as frutas, envolta a caça junto com os espíritos, envolta mais caça e mais caça sempre junto com os espíritos. (Top'Tiró e Tseretsu, 2000).

Embora possam ser reconhecidas variantes significativas entre os diferentes grupos Jê, alguns elementos em comum permitem a associação a um certo padrão. Em vista de pelo menos essas características iniciais desses povos, a saber: ocupação contínua no espaço de campos cerrados no Brasil central, preferência por habitar áreas abertas, ausência de canoa e representação do cerrado como ecossistema, é fácil constatar uma ampla profundidade temporal do complexo adaptativo Jê aos cerrados. E dessa ocupação especializada decorre um importante elemento para o estudo dos Campos de Araraquara.

Ao levar em consideração o contínuo geográfico que liga os campos e savanas do Brasil central com os cerrados do triângulo mineiro e planalto ocidental paulista, é fácil propor essa área como uma rota de ocupação e perambulação de grupos Jê. A dinâmica de movimentação espacial de grupos Jê por áreas de cerrado já foi revelada por dados arqueológicos, lingüísticos, etnográficos e etnohistóricos (Giraldin, 1997; Schwerin, 1985; Urban, 1992). Esses estudos apontam uma mobilidade desses grupos por corredores de cerrados, tanto no sentido norte – sul, norte - leste como nos sentidos inversos. Giraldin (1997), por exemplo, baseado em farta informação documental propôs que os Panará históricos, descendentes dos Cayapó, empreenderam uma rota migratória desde a região do alto Araguaia, através do vale do rio Teles Pires onde “os solos se caracterizam por serem de pouca fertilidade” (Giraldin 1997, p. 135), para atingir a região do rio Peixoto de Azevedo ao norte de Mato Grosso divisa com o Pará, área tradicional dos Panará. Urban (1992, p. 91), ao mencionar a separação lingüística e espacial dos Jê meridionais em relação ao Macro-Jê, fala que no sul eles se dirigiram a “uma região de planalto semelhante ao seu hábitat original”.

Schwerin (1985), baseado em dados arqueológicos, lingüísticos e etnográficos, aprofunda temporalmente essa mobilidade dos povos Jê. Ele propõe a secção NO dos campos do Brasil central, adjacente à floresta tropical, como o centro de dispersão das tribos Jê.

Segundo seus argumentos neste ponto os Proto-Jê adquiriram das tribos da floresta tropical, provavelmente dos Aruak, as técnicas e produtos da agricultura, tais como o milho, o algodão e o tabaco, que são produtos melhor adaptáveis à floresta e não ao cerrado e fazem parte, junto com a canoa, do complexo da Cultura de Floresta Tropical, ao qual voltar-se-á mais adiante. Munidos desses produtos e dessas técnicas, a aproximadamente 1000 anos antes da era cristã os Jê começaram a sua expansão pela região de cerrado ao sul da floresta tropical da Amazônia.

Os Jê foram incapazes de penetrar na própria floresta tropical porque esta região já estava ocupada por horticultores bem estabelecidos. Conseqüentemente a única via de expansão aberta era o caminho para leste e sul. Os povos Jê, portanto, se deslocaram para preencher este vacuum até que ocuparam a totalidade do campo. Ao mesmo tempo sua cultura evoluiu e se adaptou às exigências do ambiente (Schwerin, 1985, p. 23,4).

Parte da afirmação desse autor pode ser enganosa, sobretudo à medida que induz a pensar nos Jê como povos empurrados para o cerrado por serem incapazes de penetrar na floresta tropical. Na verdade, como já ficou acima aludido, a escolha do cerrado é uma preferência, uma escolha sócio-cultural e não uma imposição externa aos povos Jê como se pensava há tempos atrás quando os modelos de ocupação os interpretavam como povos marginais. O tom taxativo em que aquele autor escreve contém de certo alguns enganos, mas revela, no entanto, uma verdade: a de que etnográfica e historicamente os Jê se expandiram pelas áreas do Brasil central ocupando-a em toda sua extensão. Assim sendo, se há uma rota original de dispersão e expansão dos povos Jê desde a borda da floresta tropical em direção ao sul pelos cerrados, é lícito considerar que os Jê meridionais que ocupam os campos do sul do país são originalmente descendentes da expansão desses povos no sentido norte-sul e se encaixam na descrição das populações que se expandiam desde o Brasil central disseminando um complexo adaptativo eficaz aos cerrados.

Essa suposição se coaduna com uma série de informações oriundas de diferentes campos de estudo. Do ponto de vista lingüístico já foi proposto que os Jê meridionais teriam se deslocado para as suas áreas atuais vindos do norte, numa separação que ocorreu aproximadamente há 3.000 a. p. (Urban, 1992, p. 90-91). Embora através apenas dos dados lingüísticos não se possa estabelecer o motivo ou a rota e duração da migração, os

especialistas estão certos de que os Jê meridionais foram a primeira separação ocorrida no Macro-Jê, tendo eles se expandido ao sul onde “o estudo do relevo geográfico”, como mencionado, “mostra que se dirigiam a uma região de planalto semelhante ao seu hábitat original” (Urban, *ibid*). Os indícios arqueológicos também apontam para essa possibilidade. Entre eles há machadinhos semilunares encontrados em sítios em territórios gaúcho e catarinense que os arqueólogos interpretam como tendo sido obtidos por troca com os Jê do Brasil central (Prous, 1992, p. 325). E, finalmente, os dados históricos também sugerem essa mesma possibilidade, pois, segundo a reconstituição documental, há um continuum Cayapó desde Mato Grosso e Goiás que se estende até as franjas meridionais do Tietê nos Campos de Araraquara, e daí em diante um continuum Kaingang em direção sudoeste pelo Paraná e Paranapanema que atinge os estados do sul do país. Esses dois últimos temas (arqueológico e histórico) serão discutidos com maior profundidade respectivamente nos cap. 2 e 3 desta parte do trabalho.

Voltando então aos Jê meridionais, desde os primeiros contatos como ainda hoje os Kaingang e Xokleng espalhados por São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são os grupos Jê mais ao sul do país. Se for aceita então a hipótese de relação dos Jê meridionais com os Jê centrais, há que se considerar que os Campos de Araraquara não só se interpõem geograficamente a essa expansão e a esse contato como possuem ecossistemas que se assemelham aos cerrados do Brasil central. Por isso os cerrados da região podem ser entendidos como locais de ocupação proto-histórica de grupos Jê. E como se verá nos dois últimos capítulos deste trabalho –como acima já se fez alusão– tanto os vestígios materiais como documentais permitem essa conclusão, pois em ambas as fontes de dados a presença de povos Jê é uma constante.

Nos cerrados esses povos tiveram que se adaptar a condições específicas. Como mencionado esse meio ambiente, comparado ao da floresta, é biologicamente mais frágil. A acidez do solo e muitas vezes a oligotrofia leva ao crescimento de uma vegetação xeromórfica não muito apetitosa aos herbívoros que, em consequência das relações tróficas, torna a caça muito dispendiosa, levando os Jê que atualmente habitam o Brasil central à prática de longas expedições de caça.

Os limites e os problemas da captura de proteína animal através da caça fez com que muitas populações adaptadas a esses ambientes diversificassem as suas estratégias produtivas buscando outras fontes para completar o seu requerimento protéico e calórico. Entre as atividades que completam o requerimento de proteína animal numa dada população estão a pesca e a coleta de insetos. Esta última categoria, a entomofagia, é uma técnica etnograficamente observada em inúmeras populações tradicionais. Em alguns dados levantados entre os povos situados nas regiões de solo pobre da floresta amazônica, no alto rio Negro, há indicações de que esta atividade chega a contribuir entre 12 a 26% de toda proteína animal consumida numa temporada (Dufor, 1987). Embora sejam poucos os dados conhecidos sobre o exato papel dos insetos na dieta das populações ameríndias (Posey, 1986a), em geral, formigas, lagartas, cupins, moluscos terrestre e fluviais etc. são alimentos ricos em calorias e não são desprezados por nenhuma população tradicional. Via de regra a captura de insetos e sua ingestão não requerem a utilização de objetos e técnicas instrumentais. Por isso, ao contrário da atividade de caça, para a coleta de insetos não se despende nenhum esforço técnico ou social. Para essa atividade o conhecimento indígena das espécies exploradas e não mais do que galhos ou pedaços de pau são forças produtivas suficientes, tal como acontece também na captura do mel²⁰, para o qual a habilidade de acompanhar a abelha em seu vôo é o mais importante instrumento. Por essas suas características a entomofagia é um hábito alimentar que acompanha a humanidade durante todo o seu percurso evolutivo, como o comprovam o fato dele ser praticado por todos os primatas superiores não humanos e por inúmeras populações tradicionais. Quando Nimuendaju descreve a forma simples de coleta de insetos entre indígenas da Amazônia, é impossível não se lembrar dos chimpanzés de Gombe –África- estudados durante décadas por Jane Goodall, e que mostraram a ela a capacidade dos primatas não humanos utilizarem instrumentos: “introduzem um objeto delgado no formigueiro para que os insetos se agarrem neles e assim são transportados para a boca” (Nimuendaju, 1948, p. 247). Apesar dessa prática comum e milenar, a coleta de insetos na forma de larva ou madura só pode ser mesmo considerada como uma atividade que representa

²⁰ De acordo com Ribeiro (1995a, p. 211) os Kayapó conhecem e classificam em sua língua 54 espécies de abelhas sem ferrão e duas espécies de abelhas com ferrão.

um fator complementar no requerimento de proteína animal de uma dada população, e não como substitutivo da caça ou da pesca.

Quanto a essa última atividade -a pesca-, os dados etnográficos sobre populações adaptadas a ambientes oligotróficos (Chernela, 1986; Moran, 1990) apontam para algumas características que são importantes destacar. Como mencionado, os ecossistemas fluviais que cortam áreas oligotróficas apresentam uma baixa biomassa fluvial e por isso o sucesso na pesca depende muitas vezes da localização das populações. Com frequência, e em virtude da distribuição dos peixes e de seu comportamento na desova, os grupos humanos situados no baixo curso dos rios, abaixo das cachoeiras, desfrutam de um nicho onde a produtividade pesqueira é maior e mais promissora que rio acima. Disso resulta o fato de que nessas condições os povoados situados rio abaixo serem geralmente maiores que os situados rio acima, como mostrou Chernela (1986) para os Tucano. Sob essas condições, o acesso à biomassa fluvial implica numa disputa ou numa norma social hierárquica para a localização dos grupos ao longo dos rios e utilização dos recursos fluviais. Na região historicamente conhecida como Araraquara, e não obstante a piscosidade amplamente citada pelas fontes e pelos estudos ecológicos, a distribuição e concentração diferenciada da biomassa fluvial também ocorrem. De acordo com os relatos monçoneiros, eram próximos às quedas d'água como Avanhandava no rio Tietê, Saltão no rio Piracicaba, cachoeira das Emas no Mogy-Guaçu, salto do Urubupungá no Paraná que se encontrava a maior concentração de peixes.

Contextualizados, esses elementos permitem inferir a utilização de uma ampla rede de recursos, mesmo para as populações adaptadas ao cerrado e aos solos frágeis. A infinidade de árvores e plantas comestíveis e medicinais que são listadas e exploradas; a existência e captura da biomassa animal através das atividades de pesca e caça; o consumo e a coleta de mel e insetos são até aqui os elementos arrolados. A esses, soma-se tradicionalmente a agricultura.

Neste ponto, mais uma vez os limites impostos pela presença no cerrado de um solo ácido e pobre em nutrientes, afetam também as suas condições de aproveitamento agrícola. A quase ausência de matéria orgânica, a permeabilidade e às vezes a alta saturação de alumínio não tornam rentáveis o cultivo de espécies como o feijão e o milho pelas suas altas exigências de nutrientes e susceptibilidade à seca. A única espécie de cultígeno que mostra perfeita adaptabilidade às condições de solos ácidos, arenosos e pobres em nutrientes é a mandioca.

Pela capacidade de produzir boas safras em ambientes oligotróficos, a mandioca se torna em muitos casos a principal fonte de caloria para determinadas populações ameríndias. Mas como acima mencionado os Jê adaptados aos cerrados são povos que cultivam espécies da floresta tropical e, por isso, suas roças têm que ser feitas em solos ricos. De acordo com Galvão (1979, p. 232), entre as plantas alimentícias cultivadas pelos povos indígenas do Brasil central está a batata-doce, cuja importância é notadamente observada entre os Timbira e Cayapó, embora os mesmo cultivem em larga escala a mandioca e a macaxeira, segundo ele por resultado de empréstimos historicamente recentes (Galvão, *ibid*).

Sob essas condições, em virtude dos vários limites e das várias oportunidades do ambiente ocupado, os grupos Jê procuram, na medida do possível, aproveitar as mais diferentes condições naturais que vicejam no território. A preferência pelo cerrado não esconde (como já está alertado desde o início deste capítulo) a ocupação, exploração e manejo de outras áreas. Os territórios de exploração abrangem igualmente áreas de cerrado, de campo e de floresta. Entre os Jê do Brasil central a divisão de zonas de exploração entre as metades e a partilha comunal dos diferentes produtos encontrados nas diversas áreas exploradas revela uma adaptação bastante complexa que busca aproveitar as mais diferentes condições naturais. Os Cayapó-Xikrin, por exemplo, “sempre ocuparam zonas ecológicas de transição –campo, floresta e cerrado- de forma a terem o fácil acesso a uma grande variedade de espécies animais e vegetais, exploradas de maneira planejada” (Giannini, 1995, p. 207). Em geral, as estratégias ou formas produtivas levam esses grupos a uma perambulação durante as estações do ano entre os vários ambientes. Uma descrição dos Xavante no início do século XX, em 1901, quando estes ainda tinham pouco contato com as frentes de expansão luso-brasileira, dá uma idéia da sazonalidade e complementaridade das estratégias de adaptação:

Os índios Chavantes têm dois tipos de habitação. Durante a estação seca, vivem sobre a barranca do rio ou perto da água. As planícies são evitadas porque há nelas muitos mosquitos e carrapatos. É a estação da pesca... Nesta estação os índios ficam em grandes casas permanentes [...]. Ao redor das aldeias há pequenas plantações de mandioca.

Durante a estação das chuvas, ao contrário, toda população vai caçar os animais selvagens que, fugindo dos mosquitos, embrenham-se nos campos. Os índios erram, então, sem habitação permanente. (Loukotka, 1991, p. 47).

É natural, ainda, que essas populações construam suas aldeias entre a mata e o campo, o primeiro utilizado para a prática da horticultura de cultígenos da floresta tropical, o segundo como campo de caça. Desde os primeiros contatos, as tribos Jê estavam todas engajadas em agricultura extensiva. Habitando os campos e savanas eles conseguiam (e os remanescentes ainda conseguem) manter uma horticultura de floresta tropical, uma vez que eles invariavelmente voltam às faixas de floresta galeria que ocorrem ao longo dos trechos de savana e campo para cultivo de plantas alimentícias e de utilidade doméstica, tais como a mandioca, milho, batata-doce, algodão, tabaco etc, que compõem, junto com os produtos da caça, pesca e coleta, a dieta e o modo de subsistência dessas populações. Os remanescentes Jê que ocupam o Brasil central habitam geralmente em aldeias circulares dispostas a um meio termo entre a mata e o campo e, “rumo aos pontos cardeais, partem da aldeia estradas pelo campo afora” conforme descreveu Nimuendaju (1976, p. 46) as habitações Timbira. De acordo com Viertler, (1999, p. 119), as aldeias Bororo são “formadas por casas de palha tradicionalmente dispostas em um círculo subdividido em duas metades por um eixo leste – oeste sobre a qual se acha erguida a casa central”²¹.

²¹ O formato circular da aldeia e as linhas norte – sul e leste – oeste que cortam o plano circular das aldeias Jê em eixos diametrais têm relações com o universo social e simbólico dessas populações. Tal como se fez emergir na etnografia praticada entre os povos Jê do Brasil central nos anos 60 e 70, essas organizações sociais, chamadas de dualistas, colocavam a clássica formulação dialética de pares de opostos (Maybury Lewis, 1979), tão cara a uma certa leitura estruturalista. Metades que se julgam e se representam diferentes, mas que trocam mulheres, serviços produtivos, serviços rituais etc fazendo circular entre elas e no circuito fechado da aldeia bens, pessoas, serviços e símbolos foram vistas à imagem de pares carregados de antagonismos complementares. Essa antinomia na organização social se associa a uma antinomia na imagem de mundo (Zerries, 1976, p. 117). Constatação etnográfica clássica e em várias partes do planeta (Durkheim e Mauss, 1978; Lévi-Strauss, 1975, Radcliffe-Brown, 1978) nas organizações dualistas as espécies naturais associadas como totens às metades sempre se apresentam sob a forma de pares portadores de características antitéticas. Entre os Jê a parêntese mais comum de opostos é a de gêmeos míticos fundadores das metades, às vezes acompanhada de uma associação à parêntese sol – lua às quais se associam uma série de outras oposições que, no extremo, dividem e classificam o mundo natural, social e sobrenatural de acordo com uma lógica da associação. Entre os Xerente a oposição sol - lua se associa à dia – noite, sul e norte; entre os Apinayé a oposição sol –lua se segue às vermelho e preto, sul e norte, em cima e em baixo e ao dualismo vegetal sapucaia e castanha. Os Canela associam a dualismo animais como gavião e pato, onça e cotia. Os Bororo a norte e sul, moço e velho, rio acima e rio abaixo. Os Cayapó e Xavante a leste e oeste etc. Mesmo povos não Jê das terras baixas sul americanas que apresentam o sistema social de metades exogâmicas representadas totemicamente, como os Tupi – Kagwahi (Tenharim e Parintintin) as metades Mutum e Kwandú-Taravé se associam às divisões baixo e alto, horticultura e caça, novo e antigo (Menéndez, 1989). Por essas características e pelas vias abertas por uma leitura estruturalista, os povos Jê foram quase sempre pensados na espacialidade em detrimento à temporalidade. O espaço circunscrito pelo espaço da aldeia foi entendido (Carneiro da Cunha, 1978) como um lugar imutável onde o tempo parecia não atuar. No campo da sociabilidade interna, entre os Jê, ao contrário dos Tupi, os nomes e as posições cerimoniais se transmitem ao longo das gerações, as metades se posicionam e se relacionam ontem como hoje. Na sociabilidade externa,

Na região de Araraquara, em vista do mosaico de ambientes naturais e da disponibilidade de uma rede integrada de recursos; a saber, a fauna associada às matas galerias (planícies de inundação) e aos cerrados das baixas vertentes, a flora do cerrado com sua infinidade de plantas alimentícias e medicinais, a biomassa fluvial e os solos ricos das áreas de floresta, encorajaram um modelo de ocupação humana aos quais os Jê estão secularmente adaptados. O que se quer afirmar é que pelas condições ambientais e adaptativas os Campos de Araraquara comportam características que satisfazem à elaboração do complexo cultural Jê, e os dados que serão apresentados nos dois próximos capítulos deste trabalho tornarão definitivamente válida essa conclusão.

No entanto, antes de passar aos mesmos, outras importantes considerações sobre o processo de uso e manejo dos ecossistemas da região precisam ser apresentadas. Até agora ficou ilustrada a ocupação humana ao bioma do cerrado. Como, porém, esse não é o único nicho ecológico que existe na região, as condições para a adaptação aos ambientes da floresta tropical devem completar essa descrição e a tentativa de indicar os quadros gerais da adaptação proto-histórica aos Campos de Araraquara.

relações com amigos e inimigos são pensadas como trocas iniciadas e terminadas no momento; são transações dadas no espaço sem nenhuma referência ao tempo. A guerra Jê por exemplo, foi interpretada não sob a ótica da vingança como entre os Tupinambá (Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro, 1985) porque a vingança tem associação com o passado e com o futuro; mas como troca (Lévi-Strauss, 1976), terminada no encerramento da batalha e na apropriação de cantos, nomes e rituais dos inimigos. Portanto uma guerra dada no presente, iniciada e terminada no espaço. Por isso, para uma certa antropologia, o círculo da aldeia e o campo da sociabilidade interna e externa, parecem querer encerrar o mundo em si e no agora. Para esses, os Jê procedem por assim dizer a uma miniaturização do mundo, pois a aldeia e suas relações são vistas como um espaço no qual encontra-se introjetada a totalidade do mundo, uma cápsula resistente ao tempo. Sociedades que por isso foram chamadas de centrípetas, substanciadas no espaço e não materializadas no tempo (Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro, 1985, p. 203).

1.2 - As Culturas de Floresta Tropical.

Em observações etnográficas e arqueológicas nas terras baixas sul americanas, sobretudo na Amazônia (a maior floresta tropical do mundo), há muito se definiu um complexo adaptativo a esse ambiente conhecido como Cultura de Floresta Tropical (Lathrap, 1970 e 1975; Meggers e Evans, 1974; Schwerin, 1985; Steward, 1948). Economicamente definido pela horticultura do milho e da mandioca e no aproveitamento máximo dos recursos alimentares dos rios, margens e lagos, e na utilização da canoa com meio de transporte, a Cultura de Floresta Tropical foi entendida como um modelo adaptativo que se expandiu das várzeas para as terras firmes.

De acordo com essas interpretações a adaptação original à floresta tropical consistiu na ocupação sistemática das várzeas. O antropólogo Robert Carneiro (1970), por exemplo, respaldando essa hipótese, acredita que a emergência de culturas complexas na Amazônia ocorreu apenas quando a intensificação do crescimento populacional ao longo das várzeas dos rios provocou uma disputa pelas ricas áreas agriculturáveis e de pesca, tese posteriormente enriquecida com dados provenientes da arqueologia (Roosevelt, 1991 e 1992) e da etnohistória (Porro, 1996). No modelo de ocupação humana da floresta tropical o eficiente aproveitamento dos recursos do ambiente, no caso as extensas várzeas fluviais do Amazonas e seus tributários, teria provocado um contínuo crescimento das populações e o deslocamento de posteriores vagas migratórias que resultaram num processo de “expulsão” de algumas sociedades que acabaram sendo empurradas para os altos cursos dos afluentes do Amazonas e para as regiões interfluviais dos mesmos. Essa dinâmica de ocupação teria provocado num ajuste dessas sociedades às regiões de terra alta e firme que, embora distantes das várzeas do Amazonas, puderam manter um substrato econômico baseado na caça, na pesca, na coleta e na agricultura itinerante de floresta; e na utilização da canoa como meio de transporte, por isso definidas então como Cultura de Floresta Tropical.

É preciso salientar, no entanto, que esse conceito, de uso consagrado, tem pelo menos dois problemas aparentes. O primeiro é porque dele decorreu uma ênfase na questão dos fatores limitantes da adaptação humana à floresta tropical. Pelo esquema apresentado, a orientação da ocupação humana das várzeas para a terra firme teria provocado, segundo essa

interpretação, uma simplificação dessas sociedades que, quando forçadas a se transferirem para essas áreas de recursos reduzidos, se viram obrigadas a se adaptarem a uma produtividade mais baixa de subsistência. Lathrap (1970, p. 34), por exemplo, afirma que as sociedades de terra firme podem ser interpretadas como “náufragas de sociedades agrícolas avançadas” que se viram obrigadas a viver num ambiente desfavorável ao padrão econômico básico. Longe dos recursos ribeirinhos, mas utilizando um mesmo substrato econômico, essas sociedades passaram a uma decadência na produtividade agrícola, um maior nomadismo e uma grande dependência da caça em detrimento da pesca para obtenção de proteína. Em consequência disso, as categorias cosmológicas relacionadas à caça, como os tabus, foram vistas como fatores reguladores da necessidade de armazenar certas espécies de fauna (Ross, 1978, p. 02). Esse reducionismo e determinismo ecológicos com suas conclusões generalizantes sobre a baixa biomassa animal na floresta tropical com fator limitante, inibidor do desenvolvimento cultural dos povos aí alocados (como as conclusões de Meggers –1977-, que substituiu a baixa disponibilidade de proteína na floresta pela baixa produtividade agrícola), já foram revistos pelos estudos sobre a ecologia alimentar dos povos da floresta (Dufor, 1983; Moran, 1990; Vickers, 1984), pela arqueologia (Roosevelt, 1991, 1992), pela etnohistória (Porro, 1996) e pela interpretação da caça e do simbolismo a ele relacionado como ontologia natural e não como dependência ecológica (Déscola, 1998; Viveiros de Castro, 1996). Além disso, ao focar os fatores limitantes esse modelo excluiu como estratégia adaptativa das populações humanas técnicas de manejo da fauna e flora, como a semi-domesticação de espécies da fauna aquática como a tartaruga, criada em currais (cercos de estacas feitos à margem dos rios e lagos) e alimentada com mandioca e outros tubérculos, amplamente citadas nas crônicas amazônicas dos séculos XVI e XVII (Acuña, 1639/1941; Betendorf, 1669/1910; Carvajal, 1542/1941); como também a construção de ambientes por ação humana, ao qual se voltará mais adiante.

O segundo problema aparente no uso do conceito de Cultura Floresta Tropical repousa no fato de na verdade ele ser muito amplo, pois engloba diferentes grupos com igual substrato econômico, mas que se diferenciaram tanto na ocupação de ambientes diferentes (várzeas, terras firmes e campos) como por terem seguido caminhos culturais distintos -Tupi, Aruak, Karib e Pano- (Menéndez, 1989, p. 13).

Além disso, ao apropriar-se do mesmo para entender a ocupação humana proto-histórica nos Campos de Araraquara, é importante salientar, como já frisaram E. Galvão (1979, p.231 e ss) e B. Ribeiro (1995a, p. 199 e ss), a importância diferencial que cada uma das plantas cultivadas, sobretudo o milho e a mandioca, têm para as populações humanas pré-coloniais. Enquanto a batata doce predomina entre os povos do Brasil central, como acima mencionado, a mandioca tem como área central a região entre o norte do rio Amazonas e o Orenoco, com infiltração para o sul e para leste a partir do rio Madeira. De acordo com Galvão (1979, p.231,2), “nessa área parecem estar reunidos todos os elementos básicos do chamado complexo da mandioca, raladores, peneiras, tipitis e fornos de barro”. Mais ao sul, na bacia Paraná-Paraguai, área de importante concentração de grupos Guaraní, instrumentos como o tipiti e o forno, associados ao complexo da mandioca, são menos importantes e é o milho, ao invés da mandioca e da batata doce, o cultígeno que assume importância estratégica.

Apesar desses limites, o uso do conceito de cultura de floresta tropical deverá indicar inicialmente a especialização adaptativa a esse nicho ecológico, em contraposição ao cerrado. Embora os grupos Jê adaptados aos cerrados mantenham o mesmo substrato econômico descrito para a floresta tropical, mas com ênfase na horticultura da batata doce, a utilização da canoa como meio de transporte é um elemento importante na diferenciação de ambos modelos adaptativos. Projetando essas considerações para os Campos de Araraquara, não só se encontram aí as condições para o florescimento de um processo adaptativo Jê, como também para o desenvolvimento de culturas de floresta tropical. Para o último desses casos, dois fatos importantes podem servir de ilustração. Primeiro, a ampla variedade de espécies de milho que eram cultivadas pelos Guaraní de Cachoeira das Emas no rio Mogi Guaçu (Godoy, 1974) e, segundo, a “escavação de uma canoa de 6m de comprimento que possui entre 250 a 300 anos” (Notícias IPEF –ESALQ/USP – Piracicaba, 1999 apud Catharino, 2001, p. 2). O desenvolvimento de uma economia baseada na horticultura do milho e a utilização da canoa como meio de transporte são pistas iniciais que permitem inferir sobre o desenvolvimento de um complexo adaptativo aqui chamado de Cultura de Floresta Tropical.

Na região historicamente conhecida como Campos de Araraquara o desenvolvimento desse complexo está inequivocamente associado aos povos Tupi-Guarani. Essa dedução se baseia em alguns dados importantes, não só arqueológicos e documentais que serão tratados

nos capítulos subseqüentes, mas na constatação etnográfica de distribuição das populações Aruak, Karib, Pano e Tupi pelo território brasileiro. As regiões sudeste e sul do país não apresentam nenhum representante daqueles três primeiros troncos lingüísticos; a exceção dos Terena (povo Aruak) da reserva do Araribá em Avaí no interior de São Paulo. Mas a localização aí dos Terena deve ser entendida como um movimento ocasionado pela pressão da sociedade nacional, pois esses índios, originários do Mato Grosso do Sul, foram transferidos para o Araribá pelo extinto Serviço de Proteção aos Índios na década de 1930 (Diniz, 1978, p. 15). Ao contrário dos Aruak, Karib e Pano, povos remanescentes de tradição cultural Tupi, e com já disse –também- Jê, sempre habitaram a região.

Do ponto de vista de suas localizações em ambientes naturais no sul e sudeste do país, é possível verificar desde os primeiros tempos históricos que os Guaraní (tupi) ocupam as florestas do planalto e do litoral, e as margens dos rios da bacia Paraná – Paraguai; enquanto os Kaingang e Xokleng (jês) têm o domínio dos campos do planalto e dos bosques de pinheiros (Monteiro, 1992, p. 476,7; Santos, 1997, p. 15). Sob essa perspectiva, para os Campos de Araraquara a antinomia cerrado – floresta leva a pensar uma antinomia clássica da etnografia das terras baixas sul-americanas: os Jê e os Tupi. Assim, enquanto são as culturas Jê moldadas e moldadoras do cerrado, as culturas Tupi são o produto e produzem o verdadeiro *Ka'a eté*, povo da floresta.

Em comparação aos Jê, ao olhar o mapa etnográfico do Brasil o observador imediatamente nota duas particularidades dos Tupi: a sua enorme distribuição espacial e o grande número de povos falantes de línguas pertencentes a esse tronco lingüístico (ver mapa 6). Diferentemente dos Jê que ocupam preferencialmente o campo cerrado do Brasil central, os Tupi têm uma distribuição geográfica dispersa ocupando praticamente todo o território brasileiro, mas de preferência áreas de floresta. Atualmente são cerca de vinte e uma línguas distribuídas em torno de trinta e três tribos (Laraia, 1986, p. 45) só no Brasil, sendo a Guaraní Kaiwá a de maior número de falantes. Sobre a ocupação territorial dos Guaraní, por exemplo, Schaden (1974, p. 25) afirma:

[...] portadores de cultura característica da região floresta, em que as atividades de subsistência incluem as lides da caça em combinação com o amanho da terra, os guarani se estabelecem, sempre que possível, no seio da

mata, evitando a paisagem aberta dos campos. As suas aldeias [...] consistem em casas isoladas, mais ou menos distantes umas das outras, espalhadas por áreas abertas na floresta.



Mapa 6: Distribuição atual dos grupos Tupi em território brasileiro.
Fonte: Mensageiro, 1988

O grande número de remanescentes e a vasta documentação histórica e etnográfica produzida sobre os Tupi tornaram-nos com uma espécie de modelo de índio original presente no imaginário sobre os povos das terras baixas sul-americanas. A importância desses povos na formação do povo, topônimos, imaginário, língua, costumes etc. desta terra já foi densamente estudada (Holanda, 1957). Celebrizados tanto nas crônicas seiscentistas e setecentistas sobre os Tupinambá do litoral atlântico quanto nos feitos jesuíticos das missões espanholas entre os Guarani do sul do país e áreas circunvizinhas, os Tupi tornaram-se a marca do ponto zero da nossa história, que mais tarde Florestan Fernandes (Fernandes, 1958 e 1970) tentaria reconstituir a partir dos dados Tupinambá. Desde então, foram inúmeros os estudos (Baldus, 1970; Fausto, 1992 e 2001; Laraia, 1986, Métraux, 1927 e 1979; Viveiros de Castro, 1986) que procuraram encontrar um substrato cultural Tupi. Entre esses estudos, emergiram a

antropofagia, o messianismo²², a adaptação à floresta, o uso da canoa e a horticultura do milho e da mandioca como marcas culturais Tupi.

²² A antropofagia Tupinambá e o messianismo em busca da terra sem males dos Guarani são retomados hoje pela etnologia Tupi (Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro, 1985; Fausto, 2001; Mélia, 2000; Viveiros de Castro, 1986), sob a perspectiva de novas interpretações. O tema da terra sem males e o messianismo guarani, tal como estudado por P. Clastres nos anos 1970 (Clastres, 1986) evocou uma imagem do profetismo como esfera que se opõe à chefia. Para esse autor, a causa implícita à busca da terra sem males é a recusa do Estado. Se, como no modelo apresentado, a explosão demográfica poderia conduzir a formas de Estado autoritário, os Tupi preferiam migrar. Ora, a aceitação desse pressuposto implica na aceitação da existência de uma homogeneidade social entre os Tupi cuja potência interna pronta a explodir é a de uma chefia centralizada, de um Estado autoritário. Os dados etnográficos disponíveis mostram, ao contrário, uma diversidade das formas sociais Tupi incompatível com essa generalização. Diferentemente dos Jê, as aldeias e a morfologia social Tupi não apresentam nenhuma homogeneidade. As aldeias parecem a primeira vista não obedecer a padrão algum; são antes desordenadas se comparadas à circularidade e simetria das aldeias jê. A estrutura social Tupi também se mostra bastante diferente de povo para povo e, às vezes, dentro de um mesmo grupo, como mostrou Fausto (2001) para os Parakanã. Há povos Tupi caçadores – coletores que se compõem em grupos de *trekking* compostos por germanos, vivendo momentos de dispersão e contração (Guajá, Sirionó, Parakanã oriental etc). Entre os horticultores de floresta há os que se estruturam em clãs (Suruí, Waiãpi, Mawé etc), em metades (Mundurukú, Tapirapé, Kagwahi, Parakanã ocidental etc), com famílias extensas co-habitando (Mundurukú, Zo'é etc) ou famílias nucleares (Kagwahi-Parintintin, Mawé etc) entre outras possíveis combinações. Em vista disso, Mélia (2000) faz uma leitura do messianismo diferente da de Clastres. Ao invés de uma leitura política da metafísica ele fala de messianismo em termos de uma economia e de uma memória do futuro. Mélia argumenta em prol de uma economia da reciprocidade ampla entre homens, entre homens e animais, entre esses e os espíritos. A reciprocidade é o fulcro sobre o qual se assenta a vida e a visão de mundo dos guaranis. Para eles, as relações de homogeneidade e equilíbrio só podem ser mantidas por meio da reciprocidade, o maior grau de perfeição de ser e estar no mundo, um verdadeiro dom *-jopói* -em guarani-, palavra que Mélia traduz como mão aberta reciprocamente (Pó = mão, i = sufixo que indica abertura, jô = recíproca). Assim, o messianismo é interpretado como a visão profética da sociedade da excedência e da reciprocidade que garantem o Jopói. Para não destruir essa relação com a saturação do ambiente ou com o aparecimento de conflitos internos, os guarani migram. Por sua vez, a guerra e a antropofagia Tupi tiveram a sua primeira leitura séria com a obra de F. Fernandes (1970) sobre a função social da guerra na sociedade tupinambá. Neste livro ele nos oferece uma análise da guerra e do sacrifício com um sistema. A partir da noção de função como relação ele passa a uma descrição de dentro para fora. Elegendo a guerra como foco institucional segue mostrando as relações funcionais dela com outras esferas da sociedade tupinambá. Ao final, conclui que a guerra é um instrumento da religião, relacionada, em especial, com o culto aos ancestrais, item cultural que as fontes documentais disponíveis não parecem, no entanto, sustentar, e que Metraux (1979) já havia antes contestado. Guerra e vingança são, nessa análise, mecanismos reestruturadores da integridade do grupo, posta em risco pela perda de um de seus membros. Nesse sentido, e no contexto do recorte teórico utilizado, a guerra foi analisada no seu caráter contextual, espacial e funcional. Para Fernandes, desde os motivos para a guerra (a vingança) até a consumação do sacrifício, as relações com o mundo exterior –o inimigo– moviam o funcionamento não só da máquina de guerra (entendida então como fato social total) como de toda a sociedade tupinambá. Ao contrário dessa leitura, espacialmente determinada, Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro (1985) ao analisarem os mesmos fatos tupinambás foram os primeiros a chamarem a atenção para a infinitude da vingança e seu caráter projetivo (futuro). Para esses autores, ao contrário então dos Jê, o fato de não ter havido entre os Tupinambá instância alguma que ligasse passado e presente, pois os nomes não se transmitem, nem tampouco as posições cerimoniais ou o status, a guerra de vingança desempenharia o papel que em outras sociedades é ocupado pela filiação e estrutura social. Os atributos e o status de prestígio tupinambá eram conquistados na guerra e no canibalismo; na apropriação da memória do inimigo. Guerra se põe pois a serviço da pessoa ao longo do tempo e sempre no futuro. Embora a antropofagia não seja praticada pelos povos Tupi remanescentes do contexto colonial, Viveiros de Castro (1986) observou entre os Araweté uma forma cosmológica de antropofagia: deuses canibais que devoram as almas dos mortos (matadores em vida) – tornando-os igualmente imortais no futuro e no além. Mais recentemente, Fausto (2001) entre os Parakanã notou o hábito

Com relação à floresta e a horticultura, ao menos em tempos históricos é possível associá-los inequivocamente aos Tupi. Todos os cronistas são enfáticos em destacar o cultivo da terra entre os povos dessa tradição cultural. Tal situação, associada às observações etnográficas levou à afirmação de que

A agricultura consiste na principal atividade econômica dos Tupi representando um a grande floresta um fator importante do êxito da adaptação cultural destes índios. Significa também o resultado de uma soma de conhecimentos fundamentais, que se tornaram parte de seu acervo cultural. (Laraia, 1986, p. 176).

Nota-se, então, que dos cinco itens mencionados como marca dos Tupi (antropofagia, messianismo, adaptação à floresta, utilização da canoa e horticultura do milho e da mandioca), os três últimos coincidem, pois, exatamente com o modelo adaptativo conhecido como Cultura de Floresta Tropical. Nos campos de Araraquara, a existência de uma rede hidrográfica composta de rios importantes como o Tietê, o Piracicaba, o Mogi-Guaçu, o Jacaré-Guaçu entre outros, tornavam oportuno a qualquer população humana o domínio do transporte fluvial –o que parecia ser o caso, como acima mencionado. Através dele, não só se percorria uma grande extensão territorial como se tinha facilitado o acesso à biomassa das florestas pluviais. Além da rede hidrográfica e do uso da canoa, a existência nos Campos de Araraquara de florestas sobre solos férteis que suportam o cultivo de espécies como o milho (exigente no seu requerimento de nutrientes), torna possível o desenvolvimento do complexo adaptativo à floresta tropical.

Do ponto de vista da ocupação de um determinado tipo de ambiente natural, a expansão do complexo adaptativo Tupi por quase todo o território brasileiro é exemplar, de tal modo que se pode afirmar que, diferentemente dos Aruak, Karib e Pano (também pertencentes à chamada Cultura de Floresta Tropical), nas diversas áreas de floresta tropical e subtropical espalhadas pelo Brasil se associam quase sempre ocupações de povos Tupi. Suas migrações

de flecharem em suas expedições de guerra cadáveres e concluiu que essa atitude não era apenas uma socialização do homicídio, mas uma oportunidade de se obter ganhos sociais em cima de um único inimigo. Só o matador – flechador pode participar do ritual *opytemo* no qual ele receberá novos nomes e status sociais. Por isso, salienta-se na guerra e na vingança o seu caráter temporal. E aqui não a guerra como troca (Lévi-Strauss, 1976) ou como instrumento da religião (Fernandes, 1970), mas como predação familiarizante e predação produtiva, produção ontológica, porque através dela se apropriam nomes, cantos e rituais dos inimigos. Nesta visão, em contraste aos Jê, para os quais a memória é reiteração, reprodução do passado, para os Tupi é a produção do futuro (Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro, 1985, p. 201,2).

sempre foram, pois, orientadas para a ocupação dessas áreas e pelo deslocamento ao longo dos rios.

Pelo menos em tempos históricos a maioria das migrações Tupi foi fomentada pela busca da terra sem males, o paraíso terrestre, no qual se dariam os elementos para a economia de reciprocidade da qual fala Mélia (2000) -anotada na nota de pé página no. 22 deste trabalho. A busca da terra de *Ñanderuvucu* (Métraux, 1979, p.177) teria sido o elemento que levou, por meio das visões proféticas dos xamãs, a uma migração contínua dos Tupi. De acordo com Schwerin (1985, p. 24, 25) o centro mais lógico para a dispersão inicial desse tronco lingüístico é a área centro-sul do Amazonas entre os rios Madeira e Xingu, área limitada lingüisticamente pelos Aruak a oeste e pelos Jê a leste. De um modo geral, os estudos da cultura material, em especial da expansão geográfica das cerâmicas policrômicas (Brochado, 1989), têm sugerido essa região como uma eminente área cultural de domesticação de cultígenos e invenção cerâmica, cuja propagação estaria relacionada com a própria expansão Tupi a partir de um ponto qualquer da área centro sul da Amazônia.

As várias críticas que se podem fazer a esse modelo, já sintetizadas por Prouss (1992, p. 410), não conseguiram, ainda, refutar completamente essa teoria. Enquanto as datações arqueológicas para a cerâmica policrômica nas várias regiões do Brasil fizeram reavaliar certas tentativas de se reconstruir um quadro evolutivo da cultura tupi guarani (Brochado, 1981 e 1989), a dispersão a partir da Amazônia continua, em parte, aceita. Por ela, inicialmente as migrações proto-histórica dos Tupi se direcionaram à Costa Atlântica, rio Paraná e afluentes (Schwerin, 1985, p.29). Em tempos históricos, movimentos análogos continuaram a existir pelo menos até o início do século XX e entre povos tupis distantes geograficamente entre si, como os Guarani e Chiriguano do Paraguai e Mato Grosso, os Tembê do baixo Amazonas, os Tupinambá do litoral atlântico, os Arapaço no alto rio Negro e Uaupés, entre outros tantos exemplos (Métraux, 1927 e 1979, Susnik, 1975).

Esse estado de coisas leva a crer na ancestralidade e na dispersão continuada, no espaço e no tempo, de grupos e traços culturais tupis. Em tempos históricos, desde os séculos XVI - XVII são registrados movimentos messiânicos entre esses grupos que levaram a intrusões pelo interior do atual estado de São Paulo.

Uma rápida síntese permitirá entender. Se Schwerin (1985) e Brochado (1989) estiverem corretos as rotas migratórias Proto-Tupi levaram à dispersão ao menos do ramo Guarani desde seu lar ancestral na Amazônia centro sul (Schwerin, 1985, p. 25) até a ocupação da bacia Paraná-Paraguai. A partir daí, pelo menos desde o século XVI quando são registrados movimentos messiânicos na área paraguaia e sul mato-grossense (Métraux, 1979, p. 179), as migrações se orientaram para vários sentidos. Embora Schwerin (1985, p.24) acredite ser bastante recente a ocupação guarani no baixo rio Paraná, não superior a dois séculos, Métraux (1927, p.18) menciona um movimento dos chiriguanos no século XVI do Paraná para o Paraguai e para a Bolívia oriental. Esse movimento de povos guarani desde a bacia do rio Paraná para oeste foi acompanhado de movimentos análogos que se expandiram também à leste do Paraná penetrando no interior do atual estado de São Paulo. Exemplo claro dessa rota é o encontro de Nimuendajú em 1912, no litoral de São Paulo, com um grupo de guaranis remanescentes de um movimento migratório iniciado em 1810 entre os apapocuvás, tanhinguas e oguauívas (Métraux, 1979, p. 176). Originários do sul do Mato Grosso do Sul, em região próxima à fronteira paraguaia, esses índios, para estarem no litoral de São Paulo em 1912, cortaram e usaram durante um século a região do interior paulista, local para onde voltaram definitivamente quando seus últimos remanescentes foram aldeados na década de 1940 na reserva do Araribá, no município de Avaí (Diniz, 1978).

Movimentos análogos e movimentos decorrentes estavam ocorrendo em várias direções e empurrando a penetração de levadas migratórias para diferentes áreas. Um caso apenas permitirá ilustrar mais uma vez esse quadro. Quando ao tempo da chegada dos portugueses os Tupinambá e os Tupiniquim ainda se encontravam na disputa pelas áreas litorâneas e na expulsão dos antigos habitantes da costa, genericamente referidos nas crônicas como "tapuias" (Métraux, 1927, p.2-6). Isso implica na migração forçada, decorrente, de povos expulsos do litoral para o interior, e na guerra como o modo de migração. Não quero com isso afirmar, baseado nas crônicas, que "a causa da migração é o desejo de guerras e aventuras" (Métraux, 1979, p. 184); mas sim que a hostilidade, como resultado da incursão em território estrangeiro, encorajou a belicosidade entre os povos Tupi que encontraram na guerra a marca característica da produção da pessoa –como anotado na nota de pé de página no. 22 deste trabalho.

Envolvidos nessas sucessivas migrações e nos contínuos processos de dispersão, os povos indígenas sempre encenaram com um alto grau de dinamismo a história humana nas terras baixas sul-americanas. Os ambientes geográficos foram continuamente palcos onde se alojaram, realojaram e desalojaram os grupos humanos e esses movimentos, sem dúvida, se intensificaram com a conquista. É nesse quadro de referências que se situa a ocupação humana aos Campos de Araraquara. Entende-se a mesma não como exclusividade de uma ou outra etnia, mas na interface de ocupações de representantes dos Jê aos cerrados e dos Tupi à floresta –o que deverá ficar definitivamente posto nos capítulos subseqüentes. Inicialmente, em virtude do exposto, ao menos genericamente e para os tempos históricos é possível concluir essa questão. Através da reconstituição histórica do Brasil meridional nos séculos XVI e XVII (Monteiro, 1992) é possível registrar que pelos corredores das redes hidrográficas que ligam a bacia Paraná-Paraguai ao litoral atlântico, e pelas florestas tropicais e subtropicais, os Guaraní ocupavam quase que continuamente toda a região sul e sudeste do Brasil, dividindo o espaço com os Jê, ocupantes dos campos.

Do Chaco até o Atlântico, das capitanias do sul até o rio da Prata, a presença guarani abrangia, no século XVI, uma imensa área que hoje inclui os estados brasileiros de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de parte de países vizinhos. Contudo, [...] não ocupavam esta vasta região de modo homogêneo ou exclusivo. A maior parte dos grupos locais encontrava-se nas florestas tropicais e subtropicais, ao longo do litoral e entre os principais rios do sistema Paraná-Paraguai. Os extensos campos abertos e as florestas de araucária [...] eram ocupadas por grupos prioritariamente caçadores e coletores, ancestrais dos Kaingang e Xokleng [...]. (Monteiro, 1992, p. 476,7).

Isso posto é hora de retornar ao desenvolvimento do modelo adaptativo dos Tupi à floresta tropical. Se, como mostrado para o caso Xavante, os Jê desenvolveram uma percepção e uma representação do cerrado que denota uma ampla profundidade temporal desse complexo adaptativo; os Tupi igualmente desenvolveram o mesmo para floresta. A percepção decorrente da adaptação milenar dos Waiãpi, por exemplo, faz com que eles reconheçam pelo menos oito tipos de formações vegetais dentro do território ocupado, cada uma das quais explorada de maneira diferenciada em virtude da alternância sazonal dos produtos vegetais e faunísticos (Gallois, 1989, p. 12). Por isso, eles reconhecem de forma pragmática não apenas a diversidade biológica (espécies) como ecológica (ecossistemas) da floresta. Do ponto de vista

da relação simbólica e cultural, os povos da floresta desenvolveram uma percepção da natureza que são manifestações do modo pela qual uma dada sociedade concebe o universo e nele se situa (Giannini, 1995, 207) e que traz subjacente, como Carvalho (1985, p. 177) definiu, uma “problemática que diz respeito justamente às condições de reprodução do sistema de adaptação dos seres humanos”.

É assim que, ao tomar novamente os mesmos dados Waiãpi, Gallois (1989) fala dos mitos que estabeleceram como se repartiu a ocupação e o domínio dos espaços entre as espécies humanas e animais, entre natureza e cultura:

Ao contrário dos animais, os homens não encontram seu domínio pronto, mas têm que forjá-lo, alterando a superfície terrestre em sua distribuição de árvores e águas para criar suas aldeias e roças. Para isso, eles precisam do auxílio de outras espécies, e especialmente dos animais, que –de acordo com as tradições- lhes ensinaram a se adaptar e a se desenvolver na terra. A civilização dos homens resultou, assim, numa radical mudança de posição dos animais: eles se tornaram presas, “comida” para os homens. Porém, para capturá-los, é necessário respeitar, sem abusos, o equilíbrio das relações entre cada espécie e seus “donos”, entidades sobrenaturais que se encarregam da sobrevivência e da reprodução de tudo que existe no universo. (Gallois, 1989, p. 8).

Tal como o cerrado para os Jê, a floresta para os Tupi é, pois, habitada por espécies humanas, animais e sobrenaturais em relações recíprocas entre si, cujo equilíbrio deve ser perpetuado. Essa noção de totalidade com as práticas sociais a ela associadas, bem como o conhecimento, a mobilidade e uso sazonal dos diferentes espaços da floresta são os elementos que garantem aos povos adaptados a esse nicho ecológico a reprodução de seu sistema de adaptação. Por isso, as características de seus sistemas produtivos obedecem, em parte, as oportunidades e os limites dos ecossistemas da floresta tropical.

Via de regra, essas sociedades possuem um sistema produtivo que as definem como sociedades horticultoras de floresta tropical. Também conhecido como horticultura de coivara, esse é um sistema agrícola que consiste na abertura de pequenas roças por meio da técnica de derrubada, corte e queima de áreas de floresta virgem. No ciclo de trabalho que caracteriza essa atividade, descrito por diversos autores em diferentes sociedades da floresta tropical (Carneiro, 1985; Frikel, 1959; Leacock, 1964; Menéndez, 1989), primeiramente se corta o mato miúdo que descansa por um certo período até secar. Seco, começa-se à derrubada das

árvores que se processa em uma espécie de dominó. Após a mata ter descansado por um bom período são feitas as queimadas, após a qual se processa a coivara que consiste no ajuntamento e pilhagem de ramagens e pedaços de troncos que ainda não foram inteiramente queimados, em cima de troncos mais grossos ainda fumegantes, ateando-se fogo novamente. O sistema de derrubada, corte e queima de pequenas áreas da floresta tem vantagens adaptativas importantes. Primeiro porque uma queima efetiva do terreno elimina as pragas e sementes de plantas invasoras que concorrem com as plantas cultivadas, propiciando um espaço livre maior para o crescimento destas últimas. Segundo porque a coivara realiza pelas cinzas uma fertilização do solo (Morán, 1990, p. 209) contribuindo para o seu melhor aproveitamento agrícola. Os produtos plantados nessas pequenas áreas abertas na floresta correspondem, em alguns casos, a 50% dos alimentos consumidos pelo grupo, como no caso dos Waiãpi (Gallois, 1989, p. 18), e em outros a 70% do consumo total de energia, como entre os Tucano (Dufor, 1983). Os alimentos tradicionalmente responsáveis por isso são a mandioca e o milho, o primeiro um cultígeno básico do qual é feita a maioria dos elementos presentes nas refeições cotidianas, como a farinha, o beiju, a tapioca, o tucupi; e o segundo, de importância estratégica sobretudo para os povos ocupantes da área sul e sudeste do país, é largamente consumido em forma de fubá, canjica, mingaus. Nessas populações do sul e sudeste, o número de variedades e as técnicas de preservação do milho, como entre os Guarani, são sintomas da longa habituação ao seu cultivo. Com uma ênfase menor, mas igualmente importantes na horticultura de floresta, estão espécies como o feijão –rico em ferro-, o cará –rico em carboidratos- e a batata-doce –rica em calorias e sais minerais-. Além desses produtos, é comum encontrar nessas roças árvores frutíferas e uma ou outra erva medicinal (Nimuendaju, 1948, p. 246).

A essas características do sistema de horticultura de coivara praticado pelas sociedades de Cultura de Floresta Tropical, associa-se a prática do cinegismo. Consiste no “abandono” do terreno após dois ou três anos de uso consecutivo e a abertura de uma nova roça em lugar próximo. Imprescindível para a recuperação dos solos, esse escalonamento das áreas cultivadas impõe aos grupos uma certa mobilidade que se passa dentro de um mesmo território. Entre os Mundurukú, Friel (1959, p. 29) anota de maneira ilustrativa esse processo comum a todas sociedades horticultoras de floresta tropical: “De fato existe uma certa

migração dos grupos, resultante das condições agrárias [...]. Se passa dentro de uma área bem definida que é justamente o habitat da tribo”. A vista disso, nessas sociedades a importância da roça aparece não apenas no seu papel econômico estratégico e nos esforços sociais que ela requer, mas também cumpre uma importância geográfica. O cinegismo faz mudar periodicamente a localização das roças. O roteiro desse movimento condiciona a localização das habitações permanentes e o ritmo, a frequência e a extensão dos deslocamentos sazonais.

Entre alguns povos horticultores de floresta, como os Mawé (Leacock, 1964); Parakanã (Fausto, 2001); Tenharim (Menéndez, 1989); Waiãpi (Gallois, 1989), Kuikuro (Carneiro, 1985), Munduruku (Friel, 1959), Guaraní-Kaiwá (Galvão, 1979) e quase todos os outros (Ribeiro, 1995a, p. 212, 13), as roças são parcialmente plantadas até uma terceira vez e, via de regra, são abandonadas antes mesmo de todos os tubérculos terem sido colhidos. A observação etnográfica mostrou que essas antigas roças, “capoeiras”, não são roças abandonadas, mas sim roças residuais que continuam a armazenar tubérculos e a prover outras espécies úteis anteriormente plantadas. E, importante, essas capoeiras oferecem também inúmeros brotos e folhagens para alimento da fauna terrestre e arbórea e, por isso, são também importantes “campos de caça” onde espécies frutíferas são plantadas exclusivamente com o objetivo de atrair os animais. Essa estratégia foi considerada, em alguns casos, o substituto da domesticação de animais na América Tropical (Morán, 1990, p. 200). Conforme se expressou Berta Ribeiro (1995a, p. 201) “as capoeiras são por isso: bancos de germoplasma, pomares, ‘fazendas de caça’. Em essência, os estágios progridem de: roça de mandioca, de outros tubérculos e de frutas, para roça residual (capoeira) e pomar e, finalmente, para floresta alta”.

Nesse sentido, a prática de horticultura itinerante de floresta possibilita aos povos adaptados a esse nicho ecológico oportunizar a combinação de estratégias alimentares com ações que conduzem a uma renovação natural dos solos utilizados. Padrão básico observado em toda floresta tropical sul-americana, essas técnicas são milenares e continuam ainda hoje sendo reproduzidas pelos povos remanescentes entre os quais, em muitos casos, a horticultura é a forma produtiva dominante dada a sua colaboração efetiva no consumo de proteínas de algumas populações. Além de constituir padrão básico na adaptação à floresta, é bom ainda lembrar que não é observado na literatura, documentos ou observações etnográficas sobre a adaptação humana à floresta, sistema de cultivo que não obedeça ao regime da horticultura de

coivara itinerante²³. Por estas amplas vias projetivas, a adaptação de povos indígenas às florestas do interior paulista seguia esses mesmos princípios. Nas florestas sobre terra roxa do estado de São Paulo sempre se observou a densa ocupação de povos indígenas, muitos dos quais tornados entraves para a expansão do café na primeira metade do século XX.

As regiões ocupadas por aborígenes no Estado de S. Paulo, ainda são mui consideráveis, e entre ellas estão esplendidas florestas em terra roxa, próprias para as culturas de café e formando um triangulo colossal, quase tão grande e mais rico, do que a Itália européa; é ao Norte, Nordeste e Oeste pelo rio Grande ou Paraná [...].(Couto de Magalhães, 1913, p. 278 -sic).

Uma vez aí localizados esses povos certamente desenvolviam a horticultura de floresta. Todas as crônicas são unânimes em apontar a agricultura entre os índios situados nos caminhos fluviais e terrestres (Taunay, 1975, 1976a e 1976b), embora não descrevam suas técnicas e, por isso, novamente são válidas aquelas projeções.

Ao lado da horticultura de coivara, e como acontece igualmente com os Jê no cerrado, os povos da floresta completam sua dieta alimentar com a caça, a pesca, a coleta de frutas, de insetos e mel. A primeira dessas atividades, a caça, é uma forma produtiva cuja importância varia muito entre as populações de floresta tropical e, em especial, entre os Tupi. Entre os Sirionó ela é preferível à agricultura (Laraia, 1986, p. 176), entre os Tapirapé, Aweti e Kamayura a pesca, ao invés da caça constitui, na atividade econômica mais importante após a agricultura (Baldus, 1970, p. 178; Laraia, 1986, p. 181). Entre os Surui há grandes expedições de caça (Morán, 1990, p. 211), entre os Mawé é uma atividade individual (Nunes Pereira, 1954, p. 43) etc. Embora haja essas oscilações, a caça é de grande importância entre os Tupi (Laraia, 1986, p. 183) e, em todos os casos observados etnograficamente, ela é uma atividade cercada de preceitos mágico-religiosos que não interessam discutir neste trabalho.

²³ Exceção feita à adaptação humana às várzeas, na qual se plantavam os cultígenos nas áreas alagadiças. Sobre essa prática, escreve um cronista do século XVII. “Fazem as lavouras pella margens do rio quando está baixo, e em quatro ou seis mezes cresce tanta mandioca como em outras partes de anno e meio. Em crescendo o rio, arrancam todas as roças e as enterrão debaixo da terra donde se consevam todo o anno, e daí vão tirando e comendo, athé que passam as crescentes, para tornarem a plantar” (Heriarte, 1662/1975, p. 183). Porém, os sistemas sociais responsáveis por essa adaptação, como os Tapajó, Omagua, Iruri, foi completamente alterado e/ou destruído no século e meio que se seguiu à conquista (Beckerman, 1991, p.153; Meggers, 1977, p. 153). Embora possam existir ainda povos remanescentes desse complexo adaptativo, como os Mawé (Mano, 1996) e os índios contemporâneos do Xingu e Uaupés (Beckerman, 1991, p. 153), suas adaptações à alta floresta tornaram-nos há séculos horticultores de floresta.

Tratada genericamente, essa atividade produtiva foi durante muito tempo debatida sob o prisma de ser ela um fator limitante para a ocupação humana nessas regiões (Lathrap 1970; Carneiro, 1970; Ross, 1978). Segundo os argumentos utilizados, para manter um insumo mínimo de proteína animal as populações de floresta tropical mantiveram-se em níveis demográficos baixos e se concentraram muito mais na captura de presas pequenas que, pelo comportamento e taxas reprodutivas altas, são mais comuns entre a biomassa animal. As críticas sistemáticas que se fizeram a esses trabalhos (Vickers, 1984) passaram a mostrar, ao contrário, que os caçadores de floresta tropical não sofrem e não estão sujeitos às deficiências protéicas e que precisam exatamente de animais terrestres de grande porte, como anta e o porco do mato, para manterem o insumo de proteína animal. Em termos absolutos, e dadas as condições de concentração de biomassa vegetal, a fauna terrestre na floresta, ao contrário do cerrado, é relativamente abundante, porém em alguns trechos dispersa; o que torna a caça uma atividade na qual prevalece a paciência e a perseverança do caçador e seu conhecimento dos hábitos dos animais. A existência de espécies que andam em bandos enquanto outras têm hábitos solitários; algumas com hábitos noturnos; outras arbóreas; outras terrestres; algumas com hábitos ribeirinhos etc são condições que os caçadores procuram conhecer para obter sucesso na caça. Esses fatos parecem hoje contribuir para uma definição dessa atividade não como fator limitante, porque realmente caça não falta, mas de uma atividade dispendiosa para os povos da floresta tropical. E mais; na maioria dos casos descritos para os Tupi, a caça é a segunda atividade produtiva na colaboração do requerimento total de proteína consumido por essas populações.

Finalmente, completando as formas de produção desenvolvidas pelos povos adaptados aos ecossistemas da floresta, a pesca e a coleta são largamente desenvolvidas e seu sucesso depende, entre outros, da produtividade ambiental e do manejo que as populações humanas fazem dos ecossistemas. Sabe-se, e já foi mencionado, que rios de composição química diferenciada têm concentrações diferentes de biomassa fluvial. Em condições hidromórficas de baixa produtividade, como entre as populações Aruak do rio Negro, as pressões limitantes do meio ambiente ribeirinho parecem ter contribuído para a distribuição da população ao longo dos rios, mas com uma organização hierarquia de clãs. Grupos com alto prestígio social têm acesso facilitado aos melhores locais de pesca, enquanto grupos menos importantes

socialmente se restringem a locais de menor produtividade, como acontece entre os Tucano (Chernela, 1986). Essa elaboração social constitui uma resposta para as condições tróficas nas quais a pesca, ao contrário da caça, apresenta um maior sucesso na captura de proteína. Para os povos Tupi, no entanto, a pesca não engendrou nenhum arranjo social elaborado; isso porque, à exceção dos Tapirapé (Baldus, 1970, p. 178), a pesca para os Tupi constitui uma atividade econômica secundária quando comparada à caça. Entre os Guaraní, Laraia (1986, p. 181) afirma que existem poucas pescarias em contraste com o número de caçadas. E esse mesmo autor escreve: “durante a nossa permanência entre os Suruí, não temos registro de pescarias” (Laraia, 1986, p. 182).

A coleta, por sua vez, implica primeiramente na observação minuciosa da floresta e no reconhecimento dos diversos caminhos que percorrem o território ocupado. Via de regra, os produtos coletados pelos povos indígenas são extremamente diversificados. Vão desde frutas e outros produtos silvestres como mel, ovos, moluscos, insetos e larvas; até produtos não silvestres, cultivados, plantados pelas sociedades tradicionais. Esta última colocação leva a aceitar o fato de que tanto quanto a observação e o conhecimento da floresta, o manejo consciente de ecossistemas é fator decisivo nas estratégias produtivas das populações.

Aceitar esse pressuposto é considerar o fato das populações humanas não se limitarem a adaptar-se passivamente ao meio ambiente, acomodando-se aos seus fatores limitantes. Durante muito tempo, como acima mencionado, os estudos sobre as Culturas de Floresta Tropical das terras baixas sul-americanas enfatizaram esses fatores como elementos que explicariam o grau de desenvolvimento sócio-cultural das populações indígenas nessa região. Hoje, se reconhece a importância do meio ambiente como entidade com a qual as populações humanas se relacionam de forma interdependente, e enfocam aí não só os limites e oportunidades, mas também o manejo e o uso ativo e consciente da natureza. Por duas razões, primeiro porque as populações humanas fazem suas escolhas -estas compatíveis com seus esquemas ideológicos e de representação, portanto variáveis de povo para povo-, mas também porque as populações criam, ao longo de suas histórias sociais, nichos ecológicos favoráveis à exploração econômica com o plantio de árvores frutíferas, o que se denomina pois de arboricultura. Há algumas décadas atrás se imaginava que a arboricultura de certas espécies úteis fosse uma forma produtiva própria de apenas alguns povos indígenas da floresta, entre os

quais se destacariam os Waiká, grupo Aruak do rio Negro que plantam pupunheiras; os Makú que cultivam o açaí, os Mundurukú que plantam mucujás e os Mawé com o célebre guaraná (Frikel, 1978). Estudos posteriores (Balée e Gely, 1989; Morán, 1990) estimaram, de acordo com os estudos ecológicos, que cerca de 10% da floresta tropical amazônica é de origem humana, criada especificamente com o intuito de facilitar a subsistência das populações. Além disso, tal atividade de manejo do ambiente não se encontra só entre as populações da floresta, mas também entre as populações do cerrado, como entre os Cayapó (Posey, 1986b, p. 181; Ribeiro, 1995a, p.198). Sobre esse manejo cayapó do cerrado escreve Ribeiro (ibid):

os Kayapó procuram pequenas depressões do terreno que retêm água da chuva; preenche-nas com palha misturada com terra de cupinzeiro e pedaços esmagados de formigueiros. Formigas e cupins vivos são também aí depositados: lutam entre si e deixam os brotos em paz; decompõem-se e agregam nutrientes ao solo assim formado. Esses montículos de terra medem um a dois metros de diâmetro por 50 a 60 cm de profundidade e são plantados com espécies úteis. Com o tempo crescem, transformando-se em “ilhas de floresta” em pleno cerrado.

Com essa ação consciente sobre o meio ambiente, as populações humanas tradicionais modificam o solo e a paisagem botânica dos territórios ocupados. Tal fenômeno, como indica a observação recente, não está restrito à floresta tropical, mas caracteriza, em diversas regiões, o manejo consciente do meio ambiente pelas populações humanas; e há indícios para se crer nisso tomando o caso da ocupação proto-histórica dos Campos de Araraquara. De um ponto de vista geral áreas antropogênicas, formadas pela ação humana (solos, vegetação), indicam que elas são produtos históricos associados a processos de mudanças sócio-culturais. A interação entre meio ambiente, sua transformação pelo homem, e a reprodução das sociedades humanas, é também, do ponto de vista aqui adotado, a reprodução do meio ambiente, da natureza. Áreas antropogênicas devem ser entendidas como processos históricos que retratam essas relações, pois são o manejo e a transformação do ambiente em benefício da reprodução das espécies exploradas e, em consequência, dos sistemas adaptativos humanos.

1.3 – Áreas antrópicas nos Campos de Araraquara.

Em várias ocasiões os documentos produzidos ao longo dos trajetos monçoneiro e sertanista fazem referência à existência de áreas onde se concentram certas espécies de árvores frutíferas importantes, inclusive, no abastecimento das tropas. Theotonio José Juzarte, à frente do comboio que levava povoadores ao Iguatemy menciona “matos densos e cerrados de laranjeiras e limoeiros” (Juzarte 1976, p. 255). Em 1751 o conde de Azambuja (Rolim 1976, p. 187), descendo o Tietê, um pouco antes do salto de Avanhandava passa por “um laranjal que está dentro do mato sem cultura alguma, e contudo as laranjas são maravilhosas”. Em outros textos são mencionados largos palmitais e castanhais. (Taunay, 1976a, p. 69).

Recorrente nas observações documentais, a concentração densa de espécies frutíferas em meio à mata não é uma característica natural das mesmas. Via de regra, as espécies botânicas do cerrado e da floresta são representadas por um grande número de espécies, mas com uma concentração esparsa dos seus indivíduos. Tal como os textos documentais são produzidos os encontros com esses pomares são ocasionais e, antes desses encontros, nenhuma das observações botânica indicava a presença das espécies frutíferas que seriam encontradas. Se fossem de origem natural, a dispersão de indivíduos de uma mesma espécie vegetal teria se alastrado de forma contínua ou dispersa por toda área na qual fossem encontradas as mesmas condições pedológicas e climáticas. Ao contrário então do que pensa o conde de Azambuja - para o qual os laranjais estavam “no meio do mato sem cultura alguma”- (Rolim, *ibid*), a concentração densa de árvores frutíferas formando verdadeiros pomares é indicativa da característica humana de sua origem.

Nos textos históricos e nos documentos regionais (Braga, 1994, p 3, 4; Ferraz, 1955; Lemos, s/d, p. 118 e ss) há, também, informações que indicam o fato de algumas áreas com o plantio de pinheiros -araucárias- e outras espécies frutíferas existentes na região serem de origem humana. Ao comentar alguns achados arqueológicos ceramistas encontrados no final do século XIX próximo à estação Conde do Pinhal da via férrea Rio Claro – São Carlos, Braga (*idem*) escreve que de feito, “naquelle logar foram encontradas muitas laranjeiras que alli (os índios) haviam plantado, e com cujos fructos fabricavam beberragens fermentadas e refrigerantes” (*sic*). Em nota de pé de página esse autor, no entanto, aventa a hipótese das

laranjeiras ali plantadas terem sido adquiridas por contato direto ou indireto com os portugueses, dado o fato de uma das espécies de laranja por ele mencionada (a *citrus aurantium*) ter sua origem na China. Porém, essa sua hipótese, primeiro, não invalida a prática indígena de plantio de árvores frutífera e, segundo, é deveras generalizante. A *citrus aurantium* mencionada como espécie de laranja não é a única trazida pelos portugueses da China, como também não é a única encontrada no Brasil. Se aceitasse a hipótese de Braga, devia igualmente considerar os *matos de limoeiro* mencionados nos documentos como tendo a sua origem no contato direto ou indireto que as populações proto-históricas do interior do atual estado de São Paulo tiveram com os portugueses; pois tal como a *citrus aurantium* a espécie *citrus limon* foi introduzida a partir da Ásia –Índia. No entanto, essas não são as únicas classificações botânicas para laranjeiras e limoeiros. Há espécies desse primeiro gênero de plantas como a *citrus sinensis* que também tem sua origem na China, mas outras como a *cordia alliodora* e a *guatteria citriodora*, cujos frutos são conhecidos popularmente como laranja-do-mato, laranja-do-cerrado, laranjinha etc., são nativas do Brasil. Do mesmo modo, limões, como os da espécie *siparuna brasiliensis* são também nativos do Brasil (Houaiss, 2001, p. 1724, 1759). Esses fatos permitem continuar a aceitar a origem humana de pomares nos quais ocorrem as concentrações de certas espécies de árvores frutíferas e aprofundá-lo temporalmente como uma prática bastante anterior ao contato colonial.

Com relação aos pinheiros –araucária-, há indícios de que eles eram bastante abundantes na região. Quando em 1800 Carlos Bartholomeu de Arruda sai de Piracicaba para comprar a sesmaria que iria dar origem a atual cidade de São Carlos, ele encontra no local extensa plantação de pinheiros que o levam a registrar suas posses como sesmaria do Pinhal, nome mantido na origem da cidade conhecida por São Carlos do Pinhal, e nome emprestado pelo seu primeiro grande chefe político –o Conde do Pinhal. É o mesmo Cincinato Braga (1893/1994, p. 4), reproduzido por diversos historiadores regionais (Almeida, 1948; Camargo. 1916; Castro, 1916/1917; Lemos, s/d, p. 118 e ss; Neves, 1983; Secondo, livro 1, fls. 241-242; livro 3, fl. 97 etc.), quem sugere o cultivo de pinhões como prática daquela população pré-histórica que teria deixado os objetos cerâmicos encontrados em 1883 quando da construção do trecho da estrada ferro que liga Rio Claro a São Carlos.

Do cultivo dos pinhões também a tribo expatriada não se abstinha: - seguindo desta cidade a do Rio-Claro, pela via-férrea, o observador curiosos e atento verá, á direita, 3 ou 4 minutos depois da estação da Colônia, um pinheiral vetusto, plantado logo além de um cafezal, por entre o arvoredo da mata. (Braga, *ibid* - sic).

Atualmente ainda há uma discussão científica no meio de botânicos e fitogeógrafos para saber se as araucárias existentes no interior do atual estado de São Paulo seriam de ocorrência natural ou plantadas pelos homens (Catharino, 2001). Para resolver esse problema com relação às araucárias dos Campos de Araraquara algumas considerações de natureza botânica e geográfica devem ainda ser feitas.

A araucária *angustifolia* não é uma espécie endêmica dos campos cerrados, nem mesmo de floretas tropicais sob clima quente. Sua ocorrência está relacionada, antes, com os latossolos das florestas úmidas de clima mais ameno que ocorrem em altas altitudes (Vários Autores, 2001a, p.25). Por isso, as florestas de araucária se prolongam, sobretudo, no sul do país onde formam verdadeiras florestas em meio aos campos abertos ocupados no passado por grupos caçadores e coletores ancestrais dos atuais Kaingâng e Xoklêng (Monteiro, 1992, p. 477; Oliveira, 2000). Ainda hoje, os Xoklêng são nômades que coletam os pinhões da araucária, dos quais conhecem inúmeras formas de consumo e conservação, e caçam a fauna associada aos bosques de pinheiros (Santos, 1997, p. 15). E também, ainda hoje, os Kaingang realizam uma de suas principais festas, Kiki –reza para os mortos- em sua relação com as araucárias. Essa festa Kaingang leva o nome da bebida distribuída na ocasião –kiki- e, para prepará-la, os índios cavam a parte interna de um tronco de pinheiro –araucária- que servirá de recipiente para a bebida fermentar. Além disso, a época da festa, realizada uma vez por ano, coincide com o amadurecimento dos pinhões que serão consumidos em grandes quantidades na festa e após a mesma (Mensajeiro, 1998, p. 26).

De acordo com as características e distribuição espacial das araucárias, bem como das relações que as populações do sul do país mantêm com elas, está claro que as floresta de araucárias são um tipo de vegetação originalmente exclusivo do Planalto Meridional Brasileiro, embora ocorra de forma também natural em áreas isoladas e nas partes mais elevadas da Serra do Mar e Mantiqueira. O chamado Planalto das araucárias, onde de forma contínua se acham distribuídas as florestas dessa conífera, “inicia-se a partir da região central

do Rio Grande do Sul e distribuí-se até próximo o paralelo 24 onde ocorrem altitudes superiores a 1000 metros” (Vários Autores, 2001b, p. 2).

Ao considerar essa distribuição natural das araucárias em território brasileiro há que se mencionar duas características cujas implicações permitem entrever, em parte, a origem humana das mesmas nos Campos de Araraquara. Conforme as condições mencionadas a ocorrência do Planalto das araucárias cessa próximo ao paralelo 24. As convenções cartográficas mostram que essa linha imaginária que esquadrinha o globo terrestre passa no Brasil ao sul do rio Tietê, na altura da cidade de São Vicente, abaixo do Trópico de Capricórnio. Por essa situação, os Campos de Araraquara estariam fora do Planalto das araucárias porque ele se inicia ao norte do Tietê muito acima do paralelo 24. Além disso, a altitude média das *cuestas* basálticas, pontos mais altos dos Campos de Araraquara, é de 600 metros, e a ocorrência natural dessas árvores está relacionada a altitudes superiores a 1000 metros. Nos Campos de Araraquara, a ocorrência de araucárias está geralmente associada a altitudes não muito altas. O local que Cincinato Braga (1994) indica, na linha férrea Rio Claro - São Carlo, é um trecho que consiste numa topografia plana com altitude não superior a 800 m e entremeado atualmente por uma vegetação baixa de cerrado. Em outros locais em que as encontramos com frequência e de forma relativamente abundante, embora às vezes esparsa, como em Dois Córregos, Itirapina, e boa parte do trecho da Rodovia Washington Luiz entre as cidades de Rio Claro e São Carlos, as mesmas condições são observadas.

Por estas razões, ainda que as araucárias possam ser naturais na região o seu manejo humano não pode ser descartado. Colabora, inclusive, com essa tese, a pesquisa realizada por Eduardo Catharino (2001) na Reserva Florestal de Morro Grande no município de Cotia – SP. Reserva cuja área é coberta por vegetação de Mata Atlântica (Vários Autores, 2001a, p. 54), nela ocorre de forma endêmica as araucárias. No entanto, mesmo aí, e voltando à discussão se essas árvores são naturais do atual estado de São Paulo ou plantadas pelas populações humanas, Catharino (2001, p. 1) conclui que existem ambas espécies de araucárias nessa região.

[...]. Estudos que estamos realizando na região do Morro Grande, têm demonstrado que a espécie, além de plantada, ocorre naturalmente na região, com populações de pinhões menores e mais espessos. As plantadas

normalmente são oriundas do sul (PR, SC ou RS), e têm pinhões mais longos e mais finos, muito provavelmente já cruzados com os naturais.

A introdução de árvores plantadas, mesmo nos locais onde as araucárias ocorrem de forma endêmica, põe em evidência alguns pontos. No caso mencionado aparecem ao menos três. Um: a antiguidade das plantas introduzidas pelos homens dado o fato de já haver, provavelmente como disse o pesquisador, cruzamento entre árvores endêmicas e árvores plantadas. Dois: a existência antiga de conhecimentos e técnicas de manejo, transporte, escolha do solo e plantio de brotos e sementes que levam a migração das espécies botânicas. E três: o contato e/ou migração das populações humanas entre o sul e o sudeste do Brasil, em vista da origem das espécies plantadas.

O exposto até aqui fortalece a tese de que, tal como em outras áreas onde há concentração de árvores frutíferas, as araucárias existentes nos Campos de Araraquara são, ao menos em parte, antropogênicas. Todas as condições até aqui arroladas levam a acreditar nisso. Ao mesmo tempo, a idéia do manejo humano das araucárias também fortalece e é fortalecida por outra questão mencionada páginas atrás. Antes, há de se lembrar que a concentração de araucárias ocorre no sul do país (RS, SC, PR) de onde vieram as espécies plantadas em Morro Grande (Catharino, 2001), e que as populações humanas tradicionais do sul do país se beneficiam extensamente das araucárias, sobretudo os Kaingang e Xokleng, povos Jê. A vista disso está aberta então a associação das araucárias com a questão mencionada páginas atrás: a de que os cerrados dos Campos de Araraquara pudessem ser utilizados como corredor por diferentes grupos Jê em trânsito desde o Brasil central até a região sul do Brasil, passando por esses denominados campos e plantando aí seus pinheiros. Essa associação é mais um elemento que ajuda enfim a compreender a ocupação Jê nessa região, tema –que como também já mencionado– será definitivamente comprovado nos capítulos subsequentes.

Quanto à arboricultura, tal como é possível entender, em quaisquer condições as áreas de florestas antropogênicas eram manejadas conscientemente pelas populações humanas com o intuito de criar sítios, campos de exploração econômica com dupla finalidade: a coleta de frutos propriamente dita, e a caça, já que algumas das espécies plantadas servem de atrativo alimentar para alguns animais terrestres como a paca, a cutia, entre outras e para uma enorme

avifauna, sendo a gralha azul conhecida como dispersora das sementes da araucária. A arboricultura consiste, então, no cultivo racional de certas espécies de árvores por grupos que delas se beneficiam economicamente. Segundo Friel (1978, p. 45), sua prática na floresta tropical precederia, em alguns casos, o advento da agricultura. As evidências apontadas pelos estudos sobre o manejo de recursos naturais pelas populações indígenas das terras baixas sul-americanas (Posey, 1986b; Morán, 1990) mostram que, ao lado do sistema de roça e de plantio, esses povos também praticam desde tempos imemoriais o “transplante” de mudas e brotos de espécies úteis da floresta para áreas de fácil acesso. Assim, criam por esse processo não roças, mas, antes, áreas florestais com concentração de árvores frutíferas e espécies úteis em geral. Conforme informações arqueológicas e etnográficas disponíveis (Neves, 1995) a experimentação e aperfeiçoamento das espécies transplantadas deram possibilidades ao desenvolvimento de outras formas de cultivo, como as roças, nas quais o plantio é mais importante que o transplante de mudas e brotos. Em quaisquer casos, o processo de desenvolvimento de técnicas de domesticação e beneficiamento de plantas decorre da observação das mesmas e do acúmulo de conhecimentos etnobotânicos. Por meio delas plantas transplantadas da floresta para locais próximos às residências ou aos caminhos percorridos formam verdadeiros quintais (*home gardens*).

Além da arboricultura há indícios de que também o solo da região dos Campos de Araraquara estava sendo modificado por ocupações humanas prolongadas. Quando no início da década de 70 se encontram vestígios de aldeia pré-histórica nas proximidades da cidade de Rincão, na única documentação produzida na época e disponível até o momento sobre o assunto (Folha, 06.04.72), os pesquisadores do Museu Paulista, responsáveis pelo salvamento, detectaram no sítio “três grandes manchas escuras”. Recorrente não só nessa localidade, mas em todas as áreas da região onde há evidências de ocupação humana pré-colonial, como Monte Alto (Alves e Calleffo, 1996, p 123, Alves e Cheuiche Machado, 1995, p. 300) e Pirassununga (Godoy, 1974, p 154), essas manchas escuras estão associadas às chamadas “terras pretas”. Ainda que não se tenha procedido em nenhum desses casos a uma análise laboratorial dessas terras, de acordo com os estudos ecológicos em outras regiões onde ocorrem esses solos, essas “manchas escuras” são notáveis pela sua fertilidade. Análises

laboratoriais deste solo efetuadas por Balée (1989) em amostras colhidas nos territórios dos índios Assurini e Araweté do baixo Xingu apontaram alta concentração de cálcio e fósforo e baixa concentração de alumínio em comparação às áreas adjacentes, o que confirma as ótimas qualidades desse solo para o cultivo de plantas como o milho (Morán, 1990, p.202).

A formação das terras pretas hoje já está bem esclarecida como processo associado a um horizonte antropogênico. A presença de material arqueológico: fragmentos de cerâmica, restos de carvão, material lítico (Éden et alli, 1984) e materiais orgânicos (Carvalho, 1986, p.08) encontrados nesses solos vêm corroborar com a hipótese de associação dos mesmos com ocupações humanas densas e prolongadas no tempo. De acordo com Kern (1988), a acumulação de nutrientes na terra preta depende precisamente da contribuição desses dois fatores: o tempo de ocupação e a densidade demográfica. Portanto, a partir desses dados pode-se inferir com um certo grau de segurança que nas áreas onde ocorrem solos de terra preta, a mesma pode ser associada com a ocupação humana e uso prolongado por populações pré-coloniais que durante gerações “modificaram, sem querer, o ambiente, alterando a composição do solo com restos de comida, ossos, conchas, espinhas de peixe, sementes e com os próprios mortos aí enterrados. Nessa terra adubada muitas plantas se reproduziram otimamente” (Carvalho, 1986, p. 08). Isso permite afirmar que a ocorrência dessas manchas pretas nos Campos de Araraquara é produto antrópico de longa profundidade temporal.

Finalmente, outro indício da ação antrópica na mudança e manejo do ambiente nos Campos de Araraquara é ilustrado pela expansão do campo cerrado por meio do fogo. A prática de queima de uma determinada área de campo foi seguida, e não iniciada, pelos primeiros povoadores – criadores de gado. Atitude observada em várias áreas de cerrado, mesmo fora do estado de São Paulo, como no Triângulo Mineiro onde também se instalaram as “fazendas de criar”, o cerrado dessas áreas sempre foi queimado para favorecer o crescimento do capim com a destruição de árvores e arbustos, e para garantir alimento para o gado em plena estiagem (Setzer, 1966, p. 46). As árvores dos cerrados, embora sejam pirofíticas, isto é, adaptadas a uma condição ambiental que inclui a presença de fogo, quando submetidas a queimadas freqüentes acabam por se abrir e transforma em campo limpo ou sujo (Coutinho, 1990, p. 28).

Assim, através do fogo expandem-se áreas de campos sobre as áreas dos cerrados. E há indícios ambientais e humanos para se crer numa ampla profundidade temporal desse processo. Do ponto de vista ecológico diz-se que o cerrado é um ecossistema do fogo. As características de parte significativa de sua biomassa vegetal, composta de árvores que apresentam uma tortuosidade acentuada nos troncos e galhos, cobertos por uma camada espessa de cortiça -como o pequi- e raízes profundas, são entendidas como mecanismos que essas espécies desenvolveram ao longo de seu processo evolutivo para serem mais resistentes às queimadas. Ao contrário da floresta tropical, nos cerrados o fogo selecionou as espécies pirofíticas que não só resistem até certo ponto ao fogo, como necessitam dele. “Devido a aridez do meio os incêndios são comuns e exercem um papel significativo na manutenção das comunidades vegetais” (Foley, 1993, p. 246). De acordo com estudos sobre a importância ecológica do fogo para o ecossistema do cerrado, a prática da queima, quando controlada, permite aos componentes orgânicos do ambiente se reciclar na cadeia de relações tróficas que mantém o ecossistema. Invariavelmente os solos sobre os quais se erguem os cerrados são pobres em nutrientes como potássio, magnésio, cálcio entre outros. Sobre esse primeiro estrato as queimadas propiciam a transferência de nutrientes através das cinzas que promovem uma fertilização do solo. Com o fogo, a palha seca que recobria o solo é eliminada possibilitando absorção das águas da chuva e das sementes lançadas ao vento. Além disso, a queima induz ao rebrotamento da flora de cujos brotos se beneficiam muitos animais herbívoros do cerrado, como a veado-campeiro e, por isso, as áreas queimadas apresentam uma certa concentração de herbívoros na estação seca. O rebrotamento e a resposta floral das plantas às queimadas dão aos insetos uma grande disponibilidade de pólen e néctar. Etc. Por esses exemplos, a importância do fogo para os ecossistemas do cerrado é o de propiciar a reciclagem da própria vida. Estudos têm demonstrado (Branco, 2000; Coutinho, 1990) que as queimas controladas em áreas de cerrado permitem a reciclagem de nutrientes, o complemento dos ciclos biológicos das diferentes espécies, o aumento da produtividade dos ecossistemas, além de suprir os animais com alimentos durante a seca.

Por estas vias o cerrado é um ecossistema que evoluiu com o fogo. E há ainda indicativos arqueológicos para se crer nessa questão. Pesquisas realizadas numa reserva de

cerrado em Pirassununga –bacia do Mogi-Guaçu- indicaram a presença do fogo nessa área em 8.600 anos a. p.

Escavando uma trincheira nos cerrados de Pirassununga, encontrei acidentalmente fragmentos de carvão vegetal a cerca de dois metros de profundidade. Pelo método do carbono 14, a idade dos fragmentos foi determinada como de 8600 anos, o que prova que, naquela época, o fogo já estava presente. (Coutinho, 1990, p. 26).

A presença e importância secular do fogo em áreas de cerrado não se apresentam somente em seu caráter ecológico, mas também humano. As populações históricas e pré-coloniais que ocuparam áreas de cerrado no interior do Brasil sempre usaram o fogo como estratégia de manejo de pastos, caça e roças. A observação etnográfica tem mostrado como, ainda hoje, essa prática é comum entre populações indígenas do Brasil central, e como prática das frentes de expansão pastoris.

Um dos efeitos bióticos mais significativos da ação das queimadas nessas áreas, a mudança fisionômica da paisagem (que de cerrado vai se abrindo para campo), já havia sido mencionada por diversos viajantes. Em um dos manuscritos de Secondo (livro 1, fl. 78) há uma indicação, confirmada em Coutinho (1990, p. 28), que foi Peter W. Lund na primeira metade do século XIX a afirmar que “foram as queimadas que transformaram as catanduvás (termo tupi para cerradões) em cerrados e campos limpos”, e que essas queimas já eram praticadas pelas populações pré-coloniais. Baseado nessas asserções e em estudos realizados, Setzer (1966, p. 47) diz que o campo cerrado é formação fitogeográfica resultante do fogo. E em vista dos campos cerrados já estarem presentes nas descrições dos primeiros viajantes ele conclui que “foram os índios que muito antes do descobrimento da América criaram pelo fogo os primeiros campos cerrados do Brasil Central e persistindo nas queimadas alargaram os campos cerrados até ligá-los aos campos limpos do Sul do Brasil”.

Nessa rota, a expansão dos campos cerrados pelo fogo atinge os Campos de Araraquara. Nessa área histórica a existência de capoeiras, antigas áreas queimadas e abandonadas onde cresce uma vegetação secundária (Vários Autores, 2001a, p.20), encontram-se regularmente os vestígios de ocupação humana.

Pelas condições ambientais e adaptativas arroladas ao longo deste capítulo, os Campos de Araraquara apresentam áreas naturais de floresta pluvial (mata ciliar), de floresta tropical, de cerrados, campos e cerradões, e áreas geográficas transformadas pela ação humana que, juntas, compõem a variedade de ecossistemas interligados que caracteriza essa região. Por essas condições, e em vista dos sistemas adaptativos discutidos até aqui, essa região histórica comporta características que satisfazem à elaboração de complexos culturais adaptados aos cerrados e às florestas tropicais, cujas ocupações arqueológicas e históricas serão reconstituídas nos dois capítulos seguintes. A partir daqui, a intenção é mostrar que, tal como os ambientes se apresentam em mosaico, a região pode ser apresentada como área de transição etnográfica.

2. Achados e Perdidos da História.

A área historicamente conhecida como Campos de Araraquara foi rastreada documentalmente na primeira parte deste trabalho. Tendo-a como unidade de análise a segunda parte quer discutir a ocupação humana proto-histórica na região. Como, porém, a ocupação não se dá no vazio, o capítulo 1 desta segunda parte objetivou, primeiro, descrever os ecossistemas, seus limites e oportunidades à adaptação humana. Verificou-se, então, um mosaico de ambientes inter-relacionados genericamente apresentados como cerrado e floresta. A partir daí procurou-se discutir os amplos modelos adaptativos das populações históricas e atuais a esses macro-ambientes, mesmo ciente da exploração simultânea dos mesmos. De acordo com as condições colocadas foi proposto que os Campos de Araraquara possui os elementos necessários para a adaptação de povos e culturas associadas aos cerrados e às florestas tropical e subtropical.

Na tentativa de consubstanciar essa proposta com dados particulares, este capítulo tem a intenção de apresentar e analisar os vestígios arqueológicos das ocupações humanas originais aos Campos de Araraquara. Com base naqueles modelos discutidos acima será de interesse aqui demonstrar que, desde os sítios mais antigos contendo indústria de lascas até os mais recentes assentamentos agricultores e ceramistas, há na região a coexistência de elementos culturais diferentes.

Com base nos registros consultados pode-se inicialmente considerar que a série de ambientes inter-relacionados que faz dos Campos de Araraquara uma zona de intersecção ambiental onde –grosso modo- a floresta estacional semidecidual é respingada por manchas de cerrado foi uma área onde em período pré-colonial se alojaram, desalojaram e realojaram vários grupos humanos. Ao longo do tempo, eles encenaram com um alto grau de dinamismo a história deste trecho do planalto meridional brasileiro, na região a leste do curso do rio Paraná. E isso o comprovam não só a modificação provocada pela ação humana no ambiente botânico e pedológico, como também vestígios materiais encontrados em várias localidades.

Esses vestígios materiais de populações humanas pré-coloniais nos Campos de Araraquara não foram, no entanto (e salvo poucas exceções), objeto de estudos sistemáticos ao

longo do tempo. Normalmente trata-se de achados ocasionais procedidos de rápidos projetos de salvamento que não resultaram em estudos e análises posteriores. Assim, ao contrário do que ocorre com algumas outras regiões de São Paulo e estado vizinhos onde o sucesso de tentativas interligadas tem levado a um mapeamento etnográfico, etnohistórico e arqueológico, a região à direita da calha do Tietê, historicamente conhecida como Campos de Araraquara, só é parcialmente conhecida. Enquanto, por exemplo, pesquisas são exaustivamente realizadas em áreas situadas ao sul do estado, no rio Paranapanema, e daí passando para o território paranaense –área de ocupação histórica dos Guarani, Kaingang e Xokleng (Araújo, 1995; Faccio, 2000; González, 2000; Mello Mota, 1994; Pallestrini, 1977 e 1978; Pinheiro, 1992; Rodrigues, 2000; Santos, 1997)-; ou mesmo para além do território paulista, a oeste do rio Paraná, em terras do Mato Grosso do Sul e Chaco, área historicamente ocupada por Terena, Ofaié, Guató, Kadiwéu (Guaicuru), entre outros (Carvalho, 1992; Isaac, 2000), a área em foco carece ainda de estudos mais sistemáticos.

Esse estado de coisas fez com que se reproduzisse para os Campos de Araraquara a idéia de que, tal como todo o território paulista, essa região é arqueologicamente meridional. Assim, as tradições líticas Umbu e Humaitá e as tradições ceramistas Tupiguarani e Itararé (essas últimas etnologicamente associadas aos Guarani e Jê meridionais respectivamente) serviram de modelo para explicar a ocupação humana nessa área. Ainda que haja fortes relações da arqueologia paulista com as tradições ceramistas e pré-ceramistas do Brasil meridional (Moraes, 1999/2000, p. 201), indícios também apontam intrusões de elementos dos Jê centrais ao norte do território paulista e ao longo do rio Grande, representado, entre outras, pela tradição ceramista Aratu ou Sapucaí que chegou a se estabelecer na Serra de Jaboticabal (Alves e Cheuiche Machado, 1995; Alves e Calleffo, 1996). Conhecidos pelas grandes aldeias agrícolas e o sepultamento secundário em urnas, os Aratu Sapucaí estavam firmemente instalados na região e parecem ter contido a expansão dos Tupiguarani ao norte pelo curso do rio Grande. Além disso, as interpretações apontam para o fato desses povoamentos Aratu Sapucaí aí localizados manterem contato com os Jê meridionais. Em sítios arqueológicos de tradição Itararé escavados no sul do país (SC e RS) foram encontrados dois machados semilunares que os arqueólogos interpretaram como tendo sido “obtidos por troca com os jês do Brasil central e fabricado pelos grupos da tradição Aratu” (Prous, 1992, p. 325).

Nesse contexto, e em conformidade com o exposto no capítulo anterior, os Campos de Araraquara se colocam arqueologicamente como uma área dinâmica onde a existência de elementos meridionais, como os Guaranis pré-coloniais e históricos, e elementos centrais, como os Aratu-Sapucaí, se colocam em interface. Sob essas condições, é bom desde já salientar duas coisas. Primeiro, que sob o enfoque do povoamento pré-colonial evidencia-se, então, a fragilidade do contorno regional do espaço geográfico e histórico até agora delimitado. E, segundo, que o uso de termos classificatórios dos vestígios materiais de populações humanas pré-coloniais (tais como os usados no parágrafo anterior) conhecidos como tradição e fases, se faz a partir de determinados traços diagnósticos e, por isso, apresentam uma generalidade incompatível com o que a etnografia e etnologia entendem por cultura. Nesse sentido, qualquer aproximação entre dados arqueológicos e realidades etnográficas deve ser cautelosa.

Apesar disso, essas unidades arqueológicas artificiais (as tradições) permitem, porém, apresentar um quadro geral do sistema de povoamento ou de ocupação de um território e por isso serão aqui utilizadas mesmo cientes de suas limitações. Assim sendo, as descrições e os estudos ocasionais e sistemáticos dos achados arqueológicos nos Campos de Araraquara permitem, mesmo assim, a inferência de uma série de questões que serão objeto de estudo neste capítulo.

A julgar pelas características e datações desses vestígios materiais, a região apresenta cronologicamente dois momentos distintos de ocupação humana. O primeiro deles representado por um amplo horizonte de sítios líticos mais antigos associados a grupos caçadores – coletores - pescadores; e o segundo a um horizonte de sítios lítico-ceramistas mais recentes associados a grupos agricultores de floresta. Essa classificação cronológica não deve, no entanto, esconder a diversidade interna entre os grupos caçadores – coletores - pescadores, bem como a diversidade existente entre os agricultores. Nos Campos de Araraquara, cada uma dessas etapas de povoamento está representada, pelos vestígios materiais encontrados, por diferentes tradições. Expostos a seguir de acordo com essa sequência cronológica, os dados discutidos permitirão comprovar a presença, desde tempos pré-coloniais, de ocupações humanas diferenciadas nessa região.

2.1 – Caçadores – Coletores - Pescadores Pré-Coloniais.

Recentemente um projeto de resgate de patrimônio pré-colonial no município de Araraquara reacendeu entre alguns setores a discussão sobre o processo de povoamento humano proto-histórico na região. Em 2003, uma área que seria impactada pela construção do gasoduto Brasil-Bolívia (gás brasileiro) recebeu um tratamento arqueológico prévio que cobriu 20 Km de extensão entre as cidades de Boa Esperança do Sul e Araraquara. Dois sítios líticos a céu aberto foram identificados contendo indústria de lascas e, embora os resultados não tenham ainda sido publicados, em comunicações científicas os responsáveis pelo salvamento (Oliveira, 2003; Rodrigues, 2003) afirmaram tratar-se de acampamentos temporários associados a grupos caçadores - coletores cuja idade não confirmada por técnica radiocarbônica foi estimada entre 1.000 e 3.000 anos a. p.

Os sítios, localizados em elevações de planícies nas proximidades do rio Jacaré-Pepira, contêm artefatos de indústria de lasca compostos em sua maioria por raspadores, lâminas e lascas com e sem retoque, sendo uma característica marcante dos artefatos a ausência de pontas de flechas e lanças. Por isso, em vista da tipologia dos artefatos, esses sítios podem ser caracterizados como contendo indústria lítica de lascas sem ponta de projétil. Essa classificação tipológica os aproxima de outros sítios líticos escavados nas proximidades da cidade de Rio Claro (Beltrão, 1966 e 1982) -conhecida como fase Monjolo Velho (Prous, 1992, p. 165)- e no vale do médio rio Pardo (Afonso, 1989), ambos nos Campos de Araraquara; e também em sítios escavados em outras áreas do atual estado de São Paulo, como no sistema médio-superior do rio Paranapanema (Pallestrini, 1977) onde igualmente aparecem indústrias de lascas sem ponta de projétil.

Em contraste com esses sítios, no vale do médio Tietê, a 70 Km da cidade de Boa Esperança do Sul sentido Jaú, são comumente encontrados por populares nas barrancas do Tietê e de seus afluentes artefatos produzidos por uma indústria de lasca com pontas de projétil. A ocorrência comum desses artefatos na região é confirmada pelos estudos de Caldarelli (1983b) sobre os sítios com pontas de flecha no vale médio do Tietê, onde ela encontrou uma ocupação densa em abrigos e várias em sítios a céu aberto datada entre 5540 e 120 anos a. p. (Prous, 1992, 154). A existência de sítios contendo artefatos de lascas com

pontas de projétil são comuns não só nas franjas meridionais dos Campos de Araraquara, mas também no interior dessa área histórica. O sítio Alice Boër, por exemplo, escavado por Maria Beltrão em Rio Claro, apresenta uma das mais antigas datações para as pontas de flechas da indústria lítica em território brasileiro, estimadas em mais de 6000 anos a. p. Essa indústria lítica, em contraste com as mencionadas no parágrafo anterior, se caracterizam pela presença de pontas de flechas serrilhadas e com pedúnculo que estão associadas às técnicas da caça e pesca.

Embora alguns arqueólogos coloquem restrições na utilização da tipologia dos artefatos para a elaboração de modelos explicativos (Morais, 1999/2000, p.204), a tipologia já suscitou uma ampla discussão que coloca em relevo o horizonte de povoamento proto-histórico do interior paulista e dos Campos de Araraquara, e por isso merecem ser destacados. A presença de sítios com e sem pontas de projétil serviu para dividir e classificar não apenas as culturas líticas meridionais (Umbu e Humaitá) como para relacioná-las às indústrias líticas centrais (Itaparica). Essa classificação tipológica, ao mesmo tempo em que serviu para a elaboração de modelos explicativos sobre o povoamento proto-histórico de grupos caçadores – coletores pré-ceramistas no interior paulista, levantou também uma controvérsia que ainda não está plenamente resolvida.

De acordo Prous (1992, p.165), as indústrias de lascas sem ponta de projétil que ocorrem no interior de São Paulo têm relações com as regiões do Brasil central. Quando se refere a essas indústrias de lascas sem ponta de projétil, em Rio Claro, Ribeirão Preto e Piraju, escreve esse autor (idem) que “um grande número de sítios, particularmente nos estados de São Paulo e Paraná, entra nesta categoria, **talvez** filiando-se à grande família das culturas de lascas do centro brasileiro”. (grifo meu).

Em contraposição a essa afirmação Moraes (1999/2000, p. 203) argumenta em favor de uma ocupação do interior paulista no sentido sul – norte, o que, portanto, colocaria as indústrias líticas do território paulista em relação com as indústrias líticas meridionais. Segundo esse autor, as indústrias líticas da região sul teriam se expandido por São Paulo de 6000 a.C. a 450 d.C. Assim, em oposição ao argumento de Prous, Moraes (idem) conclui que:

Caracterizar os caçadores – coletores do sudeste em território paulista significa discutir suas “tradições” consolidadas na região sul, cujo correspondente povoamento **talvez** tenha avançado para o norte até as

vertentes do rio Grande um dos formadores do Paraná. Falo dos umbus e humaitás [...]. (grifo meu).

Até agora o estado atual dos conhecimentos não permite ainda uma aceitação unilateral que leve a privilegiar uma proposta em detrimento da outra. Qualquer afirmação categórica sobre essa questão seria a de reduzir a complexidade do tema; haja vista, inclusive, o fato de que mesmo os autores aqui colocados em relevo anotarem claramente as suas idéias como hipóteses, pois ambos usam cautelosamente a palavra **talvez**. Diferentemente dos complexos ceramistas que serão apresentados mais adiante neste capítulo, nos quais a classificação de sistemas regionais de acordo com as técnicas de fabrico, formato, desenho e pintura das cerâmicas permite a elaboração de classificações e rotas migratórias mais seguras; os artefatos líticos, pelo exposto, ainda não nos podem oferecer os mesmos critérios de segurança. Nesse sentido, para discutir a ocupação de caçadores - coletores – pescadores nos Campos de Araraquara é preferível abrir todas as vias possíveis e procurar sondar as várias possibilidades que se colocam. E isso implica entender essa ocupação tanto à base das classificações taxonômicas como, também, à base da ocupação do meio ambiente. Pelo exposto no capítulo anterior a ecologia humana permite mostrar a interface entre as populações humanas e secções da fauna e flora da comunidade biótica com a qual interagem e, desta perspectiva, os vestígios materiais, a localização e o conteúdo dos sítios arqueológicos pré-coloniais podem ser contextualizados.

A profundidade temporal do processo adaptativo de populações humanas ao mosaico de ambientes que compõe a paisagem natural da região de Araraquara já mereceu destaque na arqueologia brasileira. O sítio Alice Boër, localizado do lado direito do rio Passa Cinco a doze quilômetros da cidade de Rio Claro, escavado por Maria Beltrão em 1964, levantou uma controvérsia que ainda não terminou. Durante muito tempo esse sítio forneceu, de acordo com Beltrão (1966; 1974), a mais antiga datação radiocarbônica do Brasil: 14.200 anos a. p. associada a um raspador unifacial; embora ela mesma tenha considerado mais tarde (Beltrão, 1982) que o sítio conteria indústria lítica de 20 a 40 mil anos. Porém, em se tratando de um sítio localizado em terraço fluvial, parcialmente erodido e remexido pelas saúvas (Prous, 1992, p.134), não foi encontrada nenhuma estrutura arqueológica preservada, o que fez muitos

autores não aceitar sua datação e outros, ainda, duvidarem da origem antrópica das peças dos níveis inferiores que forneceram aquelas datações (Guidon, 1992, p.39).

A despeito dessa controvérsia, os resultados publicados por Beltrão (1966, 1974, 1982) permitem, pela longa estratigrafia exposta, estabelecer uma seqüência regional de ocupação proto-histórica. Numa profundidade máxima de escavação de quatro metros, seis camadas foram classificadas em Alice Boër. Dentre elas, a camada III, com um metro de espessura, é o nível onde foi encontrado o maior e mais diversificado número de artefatos líticos. De acordo com a tipologia desses artefatos, a proporção dos achados e as datações conseguidas por termoluminescência e radiocarbono, essa camada apresenta níveis plesitocênicos e holocênicos que permitem aferir aquela seqüência regional. Com base nessas datações e na proporção e tipologia dos artefatos, a camada III desse sítio foi dividida em dois níveis (IIIA – superior- e IIIB –inferior) datados em 2190 a. p. para os níveis mais recentes e 14200 a. p. para os níveis mais antigos.

A partir dos níveis superiores da camada III, no mesmo sentido da escavação, aparecem nos primeiros estratos do nível IIIA os instrumentos que a arqueologia considerada como característico do holoceno: machados lascados e polidos (2190 a. p.) e numerosas pontas de projétil. Até o estrato datado em 6.085 anos a. p. se encontram lesmas e pontas de projétil, e embora estas rareiem a medida que se alcança os estratos mais antigos, neste nível elas forneceram até agora a datação mais antiga para as pontas de flecha em território brasileiro (6000 a. p.). Ao se penetrar nos níveis mais baixos da camada IIIA e por toda camada IIIB, a ausência das lesmas e das pontas e o predomínio de objetos maciços plano-convexos, raspadores unifaciais e côncavos (nos níveis mais inferiores datados em 14.200 a. p.) indicam a indústria pleistocênica.

Esse estado de coisas levou à elaboração de uma seqüência regional de ocupação na qual se reconhecem ao menos três fases expostas na estratigrafia da camada III de Alice Boër. De acordo com os dados apresentados e seguindo agora o sentido temporal das ocupações, os níveis do arcaico antigo apresentam raras pontas pendunculadas com aletas, e objetos plano-convexos. Posteriormente aparecem lâminas de machado e se diversificam as pontas de projétil (rabo de peixe). A fase seguinte é caracterizada pela multiplicação das pontas de projétil e o aparecimento, junto aos machados lascados, dos machados polidos. Essa

seqüência, porém, não permite responder se os diferentes níveis correspondem a diferentes tipos de tradições. Nessa seqüência regional, responder à pergunta se os níveis mais antigos representam tradições pré ou sem ponta de projétil, nem mesmos os arqueólogos experientes e profissionais arriscam dizer. Ao menos para a camada mais inferior de Alice Boër, a camada V, assentada diretamente sob embasamento rochoso na qual foram coletados raspadores espessos e lascas não laminares (estimadas entre 20 e 30 mil a. p.), houve tentativas para se afirmar que os artefatos de Rio Claro pertencem a duas tradições líticas (Beltrão, 1982). Mas muito embora não tenham sido publicados os critérios intrínsecos usados para separar culturalmente os objetos entre si, é unânime a aceitação do fato que ao menos os objetos da Camada IIIA de Alice Boër pertencem à tradição Umbu (Prous, 1992, p.153) e compõem uma variação regional da mesma.

Indústria lítica consolidada no Rio Grande do Sul, a tradição Umbu se caracteriza justamente pela presença das pontas de projétil (ver figura 1) e de uma indústria com lascas retocadas, sendo raros ou ausentes os objetos pesados (Guidon, 1992, p. 50,51; Moraes, 1999/2000, p.204; Prous, 1992, p. 148 e ss). Em virtude de algumas diferenças regionais e cronológicas consideradas difíceis de descrever com exatidão, os arqueólogos reconhecem na tradição Umbu ao menos duas fácies geográficas: meridional (Rio Grande do Sul) e setentrional (a partir do Paraná). As diferenças entre elas se assentam na proporção de instrumentos retocados (maior na face meridional) e na proporção maior ou menor de raspadores, lesmas e plainas quando comparadas às pontas de flecha (proporção maior na setentrional). Assim sendo, não só pela localização geográfica, os objetos da camada III do sítio Alice Boër em Rio Claro onde se desenvolveu uma técnica de lascamento preciso para o retoque do corpo das pontas e na qual se associam níveis com maior proporção de instrumentos plano-convexos (lesmas) e raspadores côncavos, pertenceriam à fácies Umbu setentrional.

As presenças do retoque e das pontas de projétil são comumente aceitas como características particulares da tradição Umbu. Só que em Rio Claro, como no alto Paraná; há níveis onde elas rareiam. E para explicar a proporção maior de instrumentos pesados na fácies setentrional quando comparada à fácies meridional, os arqueólogos argumentam que “a fácies setentrional teria uma porcentagem maior de instrumentos plano-convexos (plainas e lesma) e

de raspadores côncavos, que denotam, talvez, uma certa influência da tradição Humaitá” (Prous, 1992, p. 153).

Embora em algumas áreas as tradições Umbu e Humaitá possam ter dividido o território (Guidon, 1992, p. 50) se alternando nos mesmos locais (Morais, 1999/2000, p. 206), o que ajuda explicar a influência supra mencionada e a existência de sítios multicomponensiais no vale médio superior do Paranapanema, essas indústrias líticas possuem artefatos com características tipológicas bastante diferentes (ver figura 1). Na tradição

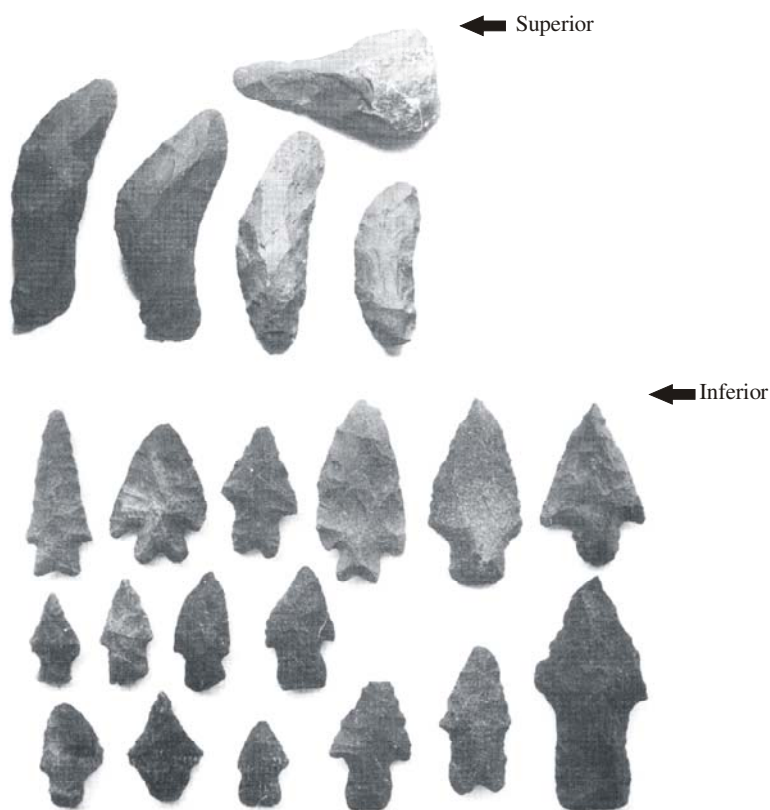


Figura 1 : Artefatos característicos das indústrias líticas Humaitá (superior) e Umbu (inferior).
Fonte: Guidon, 1992

Humaitá, ao contrário da tradição Umbu, predominam os instrumentos morfologicamente maciços sobre a massa central e desprovida de pontas de projétil (Guidon, 1992, p. 50,51; Moraes, 1999/2000, p.204; Prous, 1992, p. 148 e ss). Em território paulista entra nessa

classificação a maioria dos sítios pré-ceramistas do Paranapanema (Guidon, 1992, p. 50). Em sítios localizados na bacia deste rio, como o Camargo no município de Piraju escavado por uma equipe liderada por Luciana Pallestrini em 1976 (Pallestrini, 1977), a tipologia dos artefatos permitiu verificar um processo de ocupação inverso ao de Alice Boër. Em Camargo, o ataque vertical da escavação colocou em evidência, de baixo para cima, um desaparecimento da técnica de lascamento. As peças mais bem trabalhadas e que apresentavam pontas de projétil estavam no nível mais baixo (IV - 185 cm), enquanto nos outros dois níveis líticos (II - 60 cm e III - 120 cm) não apareceram as pontas de flecha. Já o nível I (0 a 30 cm) caracterizou-se pela presença de artefatos líticos e ceramistas (Pallestrini, 1977, p 90).

Segundo essas condições de composição foi possível propor um sistema regional de ocupação para o curso médio superior do Paranapanema que Moraes (1999/2000 p. 206), seguindo um recorte desde as ocupações mais recentes até as mais antigas, assim apresenta:

[...] os estratos I (aldeia do ano 1450 d.C.) e II (acampamento do ano 920 d.C.) do sítio Camargo integram-se no Sistema Regional Guarani. O estrato III (acampamento do ano 110 a.C.) integra-se no Sistema Regional Humaitá. O estrato IV (acampamento do ano 2700 a.C.) integra-se no Sistema Regional Umbu. [...].

Assim sendo, novamente a tipologia dos artefatos determina a classificação das ocupações. Excetuando o nível mais recente do sítio Camargo associado ao complexo agricultor e ceramista Guarani, nos níveis puramente líticos desse sítio (bem como em outros) a ausência ou presença das pontas de projétil é o traço diagnóstico na separação e classificação das tradições caçadoras-coletoras–pescadoras no sul e parte do território paulista. Os sítios nos quais se encontram as denominadas pontas são Umbu, e os sítios nos quais elas são ausentes são Humaitá. Na área mais ao sul do estado de São Paulo vemos como os níveis mais recentes de ocupação estão associados aos humaitás e, inversamente a essa constatação, à medida que se avança no sentido sul – norte para o interior de São Paulo são os níveis mais recentes de ocupação que apresentam as pontas de projétil. Nos anos 80, Caldarelli (1983) estudou vários sítios a céu aberto e um em abrigo (Sarandi) no médio Tietê. E tal como na Camada IIIA de Alice Boër e o nível IV de Camargo as pontas de projétil foram o elemento diagnóstico para a classificação dos sítios do médio Tietê. “Concluiremos sobre os sítios do rio Tietê, dizendo

que podem ser inseridos na tradição Umbu por possuírem pontas de flechas” (Prous, 1992, p. 154).

Essas condições forçam a admitir que a arqueologia do interior paulista e dos Campos de Araraquara é meridional. Simplesmente induzem a aceitar a noção de traço diagnóstico como um elemento guia do registro fóssil na região sul e sudeste. No entanto, essa classificação (ponta = Umbu, sem ponta = Humaitá) explica em parte a ocupação de caçadores – coletores – pescadores nos Campos de Araraquara. Para entender os limites desse quadro explicativo de ocupações proto-históricas é necessário considerar algumas questões relativas à ocupação ecológica das tradições líticas pré-ceramistas e suas respectivas distribuições espaciais. Neste aspecto, humaitás e umbus, tal como na tipologia dos artefatos se diferenciam nitidamente entre si.

Nas várias pesquisas arqueológicas realizadas no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e parte de São Paulo foi possível aos arqueólogos constatarem certos padrões de ocupação que serviram para entender e classificar essas duas tradições. Com isso em mãos é possível traçar uma comparação que servirá como ponto de fundo para entender o limite da ocupação e distribuição espacial das culturas líticas pré-ceramistas meridionais pelo interior do atual estado de São Paulo.

Os vestígios de ocupação dos portadores da indústria lítica Humaitá formam sítios localizados geralmente a céu aberto, nas barrancas de grandes rios e seus tributários. Poucos são os vestígios encontrados em abrigos e, em raras exceções, como na fase Amandaú e Caaguaçu em Santa Catarina, há a ocupação de morros altos, nestes casos associados a acampamentos provisórios de caça. Em geral, a localização dos sítios a céu aberto da tradição Humaitá apresenta uma certa preferência ambiental que os ligam quase que invariavelmente às matas de galeria e vales de altitudes baixas. Os sítios nos quais se encontram registros de ocupações mais demoradas estão localizados justamente na parte superior plana de barrancos dos rios principais, nas imediações da confluência de um curso de água menor; e suas datações aproximadas estão entre 7020 e 1920 anos a. p. (Guidon, 1992, p. 50; Prous, 1992, p. 156). Quando esses sítios se encontram junto a corredeiras, cachoeiras ou saltos, eles se associam à apanha de peixes migratórios. Por essas condições as populações Humaitá são caçadoras –

coletores – pescadoras de florestas tropicais úmidas e, talvez por isso, é que não se encontram vestígios de suas ocupações nas regiões mais altas de campo e matas de araucária que ocorrem no sul do país.

Enquanto, porém, os humaitás possuem um padrão de ocupação especializada às matas ciliares ou de galeria, os umbus parecem ter ocupado áreas menos arborizadas e realizado raras incursões nas encostas do planalto. Seus vestígios de ocupação a céu aberto apontam para uma preferência dos campos localizados nas bordas do planalto e elevações artificiais construídas nas planícies. Também são igualmente comuns os sítios em abrigo sob rocha, alguns destes ocupados por séculos (Prous, 1992, p. 149) e outros utilizados também para sepultar mortos (Miller, 1964). São em vários desses abrigos e nos terraços do planalto meridional que se encontram os vestígios de sítios de habitação dos umbus. No abrigo Cerrito Dalpiaz no Rio Grande do Sul escavado por Miller (1964) as presenças de sepulturas e vestígios de fogueiras não apenas indicam a função morar como também, pelo fato das fogueiras apresentarem restos das ossadas da fauna, permitem ainda inferir alguns dados paleoetnográficos referentes à sua dieta. Por esses achados, entre 5950 e 290 anos a. p. os portadores da indústria lítica Umu concentram-se na caça de pequenos e médios animais, coleta de frutas, moluscos e tartarugas (Guidon, 1992, p. 51).

Em face dessas considerações não só a presença ou ausência das pontas de projétil, mas também os parâmetros localizacionais ajudam a diferenciar as tradições líticas pré-ceramistas Umu e Humaitá. Ainda que ambas as tradições possam ser identificadas como contendo um mesmo substrato econômico, a preferência (e não exclusividade) por ocupação de campos ou florestas pode ter acarretado num peso diferencial de cada uma de suas formas produtivas para o conjunto da dieta dessas populações, tema arriscado de desenvolver a base apenas dos vestígios materiais encontrados. De certo são ambas tradições caçadoras – coletoras – pescadoras e, segundo as datações absolutas disponíveis, os integrantes desses dois sistemas regionais de povoamento estiveram em território paulista entre 6.000 a C. e 450 d. C.. De acordo com o perfil cronológico da bacia do Paranapanema e do médio Tietê, a partir de núcleos centrais situados na região sul, primeiro a tradição Umu, e depois a tradição Humaitá, penetraram em território paulista. As evidências encontradas no vale do Paranapanema, segundo as quais a seqüência de ocupação é primitivamente Umu e

posteriormente Humaitá; bem como as evidências de ocupação Umbu em Rio Claro e no médio Tietê, corroboram com esse argumento.

No entanto, deve-se ter para com o mesmo um certo cuidado. Como acima mencionado, por este prisma toda a área interior de São Paulo, do rio Paranapanema ao Tietê e deste ao rio Grande poderia ser identificada como contendo relações com as tradições líticas consolidadas no sul e, por isso, o território paulista poderia ser definido como arqueologicamente meridional. Mas como também ficou mencionado, essa bipolaridade Umbu e Humaitá explica apenas em parte a existência de sítios com pontas e sem pontas de projétil na região sudeste. E os limites dessa classificação se explicam pela territorialidade das ocupações dos sistemas regionais de povoamento Umbu e Humaitá no interior do atual estado de São Paulo. Segundo os mesmos argumentos discutidos no parágrafo anterior, a tradição Umbu teria se expandido no sentido sul-norte até próximo ao rio Grande e talvez tenham freado sua expansão devido “aos pequenos ciclos de clima quentes e localmente mais secos, ocorrentes entre 3050 e 2050 a. C.” (Morais, 1999/2000, p. 206). Os humaitás teriam seguido posteriormente o mesmo curso de expansão, mas não chegaram a ir além da bacia do Paranapanema.

Seguindo as mais diferentes e variadas pesquisas arqueológicas nas regiões sul e sudeste, Moraes (1999/2000, p. 206) discutindo então a ocupação de caçadores – coletores – pescadores em território paulista a partir de áreas nucleares situadas na região sul escreve:

[...]. Ao que parece, a expansão do sistema regional Umbu teria alcançado antes o Paranapanema, ultrapassando-o até as vertentes setentrionais da bacia do Tietê. O sistema regional Humaitá teria vindo logo depois, não ultrapassando as vertentes setentrionais do Paranapanema. [...].

Essa conclusão responde algumas das questões que aparecem nos vestígios materiais encontrados na arqueologia paulista. Em primeiro lugar explica porque no médio Tietê, ao contrário do Paranapanema, as pontas de projétil são mais recentes. A expansão dos umbus ao norte, até as vertentes do rio Grande, é anterior à expansão dos humaitás até o Paranapanema e, por isso, enquanto no arcaico recente os humaitás ocupavam o sul do atual estado de São Paulo, os umbus ocupavam a região mais central. Explica também a existência dos sítios com ponta de projétil na área entre o Tietê e o Grande, pois teria sido aí introduzido com a

expansão dos umbus ao norte. Porém, essa conclusão não explica, e mesmo deixa em aberto, uma questão crucial: a presença dos sítios sem ponta de projétil além das vertentes do Tietê, penetrando na região historicamente conhecida como Campos de Araraquara. Pelas considerações aqui comentadas o sistema regional de povoamento Humaitá, sem ponta de projétil, não ultrapassou as vertentes setentrionais do Paranapanema e por isso não pode ser a ele associado os sítios sem ponta de projétil na região entre os rios Tietê e Grande.

Nesse sentido, enquanto o traço diagnóstico da ponta de projétil é um registro fóssil utilizado para classificar como Umbu sítios líticos pré-ceramistas nos Campos de Araraquara, como a camada IIIA de Alice Boër (Beltrão, 1966, 1974, 1982), os sítios e o abrigo Sarandi no médio Tietê (Caldarelli, 1983b), os sítios e os abrigos em Serra Azul, São Simão e Cravinhos no médio Pardo (Afonso, 1989); a ausência das pontas de projétil não é suficiente para classificar sítios líticos nos Campos de Araraquara como Humaitá. A fase Monjolo Velho em Rio Claro, as fases Santa Rosa e Serro d' Água próximas a Ribeirão Preto (Prous, 1992) e os sítios entre Boa Esperança do Sul e Araraquara (Oliveira, 2003; Rodrigues, 2003) que não apresentam as denominadas pontas não se encaixam, pois, naquela classificação bipolarizada.

Seguindo então as pistas indicadas por Prous (1992, p. 165) as indústrias de lascas sem ponta de projétil em território paulista, incluindo aí os sítios encontrados nos Campos de Araraquara, teriam relações com as grandes indústrias de lascas do centro brasileiro. E se estas condições forem aceitas, mesmo para as ocupações humanas do arcaico antigo essa área se apresenta como região de transição entre tradições culturais diferentes; uma área na qual se encontram intrusões de elementos meridionais e centrais. Se considerarmos ainda que dentre os ecossistemas descritos para os Campos de Araraquara no capítulo anterior encontram-se florestas, campos, cerrados e cerradões, podemos também concluir que, pelo sistema de ocupação das culturas líticas pré-ceramistas meridionais, os cerrados não são um nicho ecológico preferencial dos Umbus e Humaitás. Mesmo os Umbus que atravessaram no sentido sul-norte o território paulista além da calha do Tietê cessaram sua expansão ante os climas mais quentes e secos (Morais, 1999/2000, p. 206) próprios dos cerrados em certas épocas do ano. Por essas vias se reforça a possibilidade dos Campos de Araraquara terem sido ocupados por tradições líticas não meridionais, genericamente chamadas então de centrais.

Ao contrário do que ocorre com as indústrias líticas meridionais ainda há um parco conhecimento das indústrias líticas pré-ceramistas centrais. Os poucos sítios escavados concentram-se no centro mineiro (Lagoa Santa, Serra do Cipó), noroeste mineiro (Januária, Unaí) e sul de Goiás (Formosa). Nesses diferentes locais de escavação a ausência das pontas de flecha é um elemento de informação concordante na indústria lítica central. De acordo com Prouss (1992, p. 170 e ss), entre milhares de peças coletadas em pelo menos três sítios no centro mineiro um só exemplar de ponta foi encontrado, e entre os sítios do noroeste mineiro e sul de Goiás, numa seqüência regional de ocupação datada de 11.000 a 4.000 a. p. não aparecem nem machados nem pontas de flecha lascada (ver figura 2). Da raridade ou completa ausência desses artefatos nas indústrias líticas centrais se conclui que nenhuma dessas culturas tenha utilizado as pontas de projétil. Os chamados fósseis - guia na arqueologia do Brasil central são os instrumentos plano-convexos (lesmas) e, por isso, segundo Oliveira e Viana (1999/2000, p. 158,9), “a caracterização dessa indústria lítica é enfatizada pela pouca quantidade de pontas líticas”.

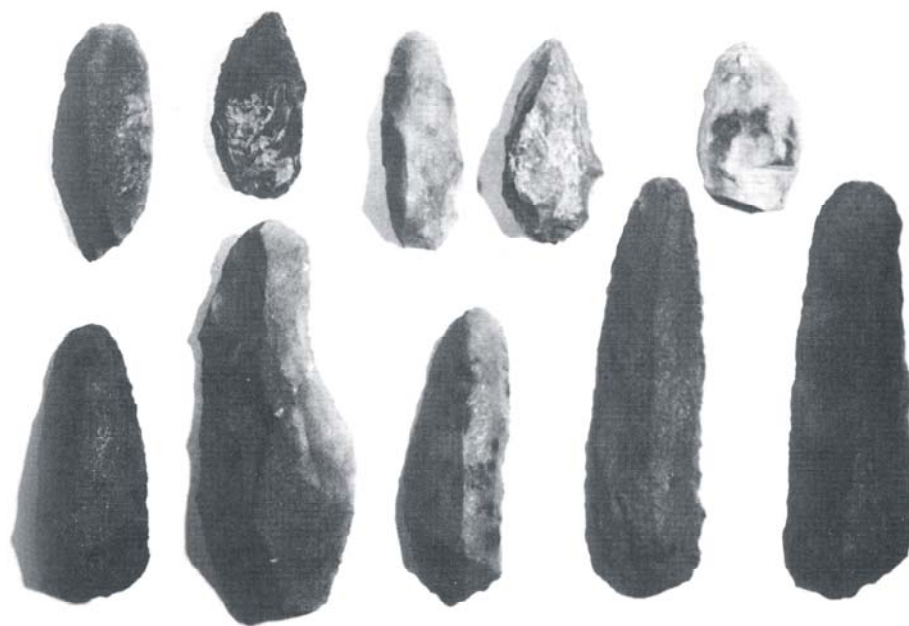


Figura 2 : Longos raspadores típicos da tradição Itaparica
Fonte: Guidon, 1992

Essa constatação, associada à da ocupação ambiental das culturas pré-ceramistas centrais, se colocam a favor da relação entre essas indústrias líticas e os sítios sem ponta de projétil nos Campos de Araraquara. Ao lado do traço diagnóstico um dado importante de natureza ambiental permite, pois, sustentar tal hipótese. Como mencionado as culturas líticas meridionais pareciam ser substancialmente adaptadas ao clima úmido das florestas e campos do sul, fugindo dos climas secos e sazonais do cerrado que vicejam também na região centro - leste do atual estado de São Paulo. Ao contrário dos portadores das indústrias líticas meridionais muitos sítios da indústria lítica central se encontram em abrigos localizados justamente em zona de caatinga e cerrado, tais como no noroeste de Minas Gerais e sul de Goiás. Embora não possa ser considerado como um dado absoluto, a maioria dos sítios de caçadores-coletores-pescadores pré-coloniais escavados no centro-oeste brasileiro indicam exatamente um tipo de localização em regiões de planalto onde ocorrem as vegetações abertas. E mesmo que a ecologia humana nos ensine que as populações históricas não se restringem à exploração de um único estrato vegetacional, modelo que pode ser transportado para as formas produtivas das populações pré-coloniais por meio de uma análise do forrageio; a localização preferencial e os dados paleoetnográficos referentes à dieta dessas populações indicam uma adaptação e um uso especializado (e não exclusivo) dos recursos do cerrado.

[...] dados paleoambientais sugerem uma preferência por vegetações abertas, entre as quais inclui-se o complexo sistema de áreas de cerrado, fundamental no sistema de abastecimento dos grupos (Oliveira e Viana, 1999/2000, p. 148, 9).

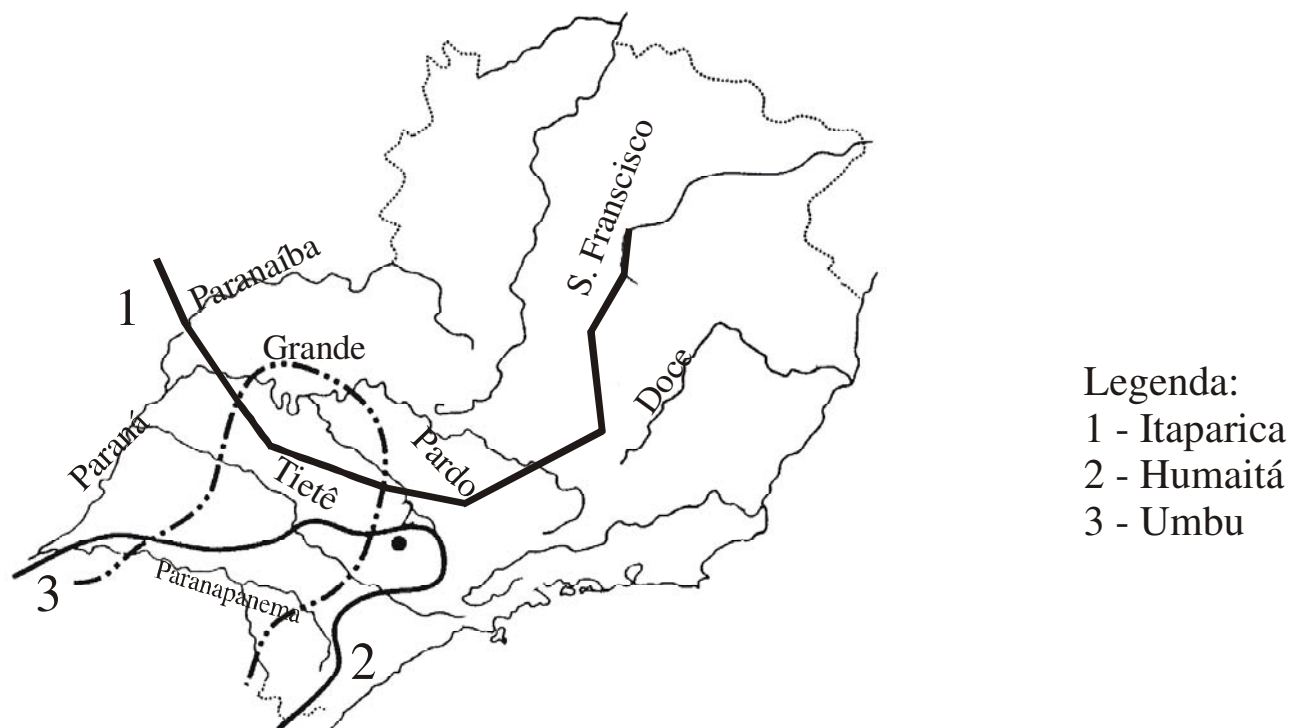
Esses dados uma vez somados permitiram Schmitz (apud Almeida e Viana, 1999/2000, p. 149; Guidon, 1992, p. 409; Prous, 1992, p. 168) definir na região centro brasileira uma genérica tradição Itaparica na qual as pontas de projétil são raríssimas e os raspadores longos são característicos das populações que ocupavam áreas de cerrado. Por vezes questionada devido a sua abrangência, incluindo sítios que se estendem da região nordeste ao sudoeste de Mato Grosso, essa tradição foi caracterizada por uma economia caçadora – coletora generalizada que explorava nichos variados. “Em um extremo está o cerrado, a caatinga ou a savana; no outro está a floresta. Tipos de vegetação intermediárias e transicionais incluem o semi deserto (agreste) e o cerrado denso” (Guidon, 1992, p. 49).

A despeito dessa generalidade, nos sítios do centro e noroeste mineiro e sul de Goiás, vestígios de alimentação encontrados nas fogueiras sob abrigo sugerem que a tradição Itaparica aí reconhecida tinha uma alimentação baseada na utilização dos recursos do cerrado e cerradão e, secundariamente, da água. De acordo com as informações disponíveis essas populações concentravam-se na caça de pequenos animais, sendo completamente ausente da dieta os animais de grande porte como a anta e o porco do mato. Para os sítios do noroeste mineiro e sul de Goiás, os vestígios da fauna e flora indicam que “a maior parte dos restos de alimentação são ossos de vertebrados de pequeno porte [...] tratava-se de caçadores-coletores generalizados; peixes e veados estão quase ausentes da lista e os vestígios de coleta são poucos” (Prous, 1992, p. 179). E sobre os vestígios alimentares encontrados em abrigos do centro mineiro, o mesmo Prous (1992, p. 174) comenta:

Nas fogueiras maiores em camadas de ocupação intensiva a caça tem um papel muito mais relevante: animais pequenos, inclusive répteis, pequenos e médios roedores, pássaros e também tatus e cervídeos [...]. Um fato inexplicado é a ausência total de ossos de anta, porco do mato e emas [...].

Esse estado de coisas permite aferir características adaptativas que devem ser levadas em consideração. Em primeiro lugar, a ausência de animais de grande porte na dieta permite sondar duas questões: a relativa escassez de proteína animal e a adaptação à caça nos cerrados, dado o fato dos animais de grande porte, como o porco do mato e anta, serem mais comuns em áreas florestais ou de inundação e nunca em cerrados. Em segundo lugar, de acordo ainda com os mesmos dados paleoetnográficos referentes à dieta dessas populações, são os caramujos terrestres e não os bivalves das lagoas que se encontram entre as presas coletadas. Esses dados, uma vez reunidos, permitem afirmar que a tradição Itaparica no centro brasileiro estava firmemente adaptada ao cerrado e só secundariamente retirava sua dieta das condições ribeirinhas. E embora não se tenha ainda conseguido estudar a extensão da territorialidade e expansão dessa tradição em território paulista, a série de informações até aqui arroladas justificam entender que elas possam ter avançado ao norte do atual estado de São Paulo sendo responsáveis pelos sítios de lascas sem ponta de projétil que aí ocorrem, fazendo fronteira e confluência com a tradição meridional Umu (ver mapa 7). Essa tese, de caráter provisório, só poderá ser inteiramente afirmada ou refutada quando os estudos arqueológicos na região

historicamente conhecida como Campos de Araraquara se avolumarem para colocar em evidência um sistema regional de ocupações pré-coloniais. Em caráter temporário e ilustrativo, e dadas as informações até agora disponíveis, é salutar para os amplos quadros explicativos aceitar previamente essas condições, cujas conclusões mais sistemáticas fica em aberto para os arqueólogos profissionais e experientes colocarem à prova dos fatos.



Mapa 7 : Distribuição das Tradições líticas mencionadas.

Sob certas condições os sítios líticos pré-ceramistas reconhecidos nos Campos de Araraquara permitem sustentar inicialmente essa colocação. De forma resumida é necessário primeiro lembrar a existência nos Campos de Araraquara de sítios com ponta de projétil associado aos Umbu, e sítios sem ponta de projétil que não podem ser associados aos Humaitá, mas muito mais provavelmente então aos Itaparica. E, em seguida, é necessário reler algumas informações adaptativas a luz da localização de alguns sítios.

Via de regra os sítios contendo indústria de lascas nos Campos de Araraquara são localizados a céu aberto, embora haja também sítios em abrigo sob rocha que combinam a

existência de materiais líticos e petróglifos, como o sítio Sarandi no médio Tietê (Caldarelli, 1983b) e o abrigo de Furnas no médio Pardo (Afonso, 1989). Entre os que estão em céu aberto há duas localizações privilegiadas por esses antigos povoamentos humanos, cada uma das quais tendo implicações diferentes para o modo de adaptação. Quando os sítios estão localizados em compartimentos geomorfológicos mais elevados, fora das áreas de inundação, eles se associam à existência de matéria prima para a confecção dos artefatos líticos, pois se assentam sobre afloramentos de arenito silicificado, quer na forma de diques clásticos ou de cascalheiras. Em alguns casos, como o sítio de Jataí em Serra Azul escavado por Niéde Guidon em 1964, a existência apenas de lascas e núcleos, muitos dos quais fixos, os tornam sítios onde apenas acontece a debitagem de pedra. Mas, em outros casos, os sítios sobre esses compartimentos geomorfológicos mais elevados também apresentam grandes extensões, alta densidade de vestígios líticos e existência de artefatos desgastados pelo uso que revelam, ao contrário daqueles, uma permanência cronológica prolongada e a hipótese deles serem sítios de habitação. Afonso (1989, p. 85), ao estudar sítios que apresentam as características acima descritas no vale do médio rio Pardo, conclui que eles “são sítios com oficina de lascamento, mas onde se desenvolviam outras atividades domésticas além da debitagem de pedra para confecção de artefatos”. Esses sítios de habitação em compartimentos mais elevados, geralmente morros testemunhos, eram situados entre a floresta e o cerrado. Dados paleoambientais mostram que originalmente esses morros testemunhos existentes no reverso das *cuestas* basálticas nos Campos de Araraquara eram cobertos de mata com cerrados na base (Afonso, 1989). Embora dados mais efetivos sobre a dieta dessas populações não foram realizados em virtude da ausência de material orgânico preservado nas diferentes escavações, os indicativos de localização denotam o uso de matas e cerrados. E isso o comprova ainda outro dado sobre a localização de sítios líticos pré-ceramistas na área em estudo.

Além dos sítios em céu aberto situados sobre afloramento de arenito silicificado, são comumente encontrados sítios nos compartimentos mais rebaixados em planícies de inundação de rios. Como são áreas sujeitas à inundação, esses são sítios de ocupação temporária e estão associados ao aproveitamento sazonal dos recursos, indicando as famosas técnicas de forrageamento, muito comuns entre a maioria das populações caçadoras – coletoras – pescadoras observadas etnograficamente.

Nesse sentido, sítios em planícies de inundação (médio Pardo, médio Tietê), em terraço fluvial (Alice Boër, médio Pardo), em abrigo sob rocha em arenito da formação botucatu (Sarandi e Furnas) e sítios localizados entre cerrados e matas de galeria (Boa Esperança do Sul, médio Pardo) denotam a ampla rede de recursos usada pelas populações caçadoras – coletoras –pescadoras pré-coloniais nos Campos de Araraquara. Na maioria desses sítios a atividade principal estava associada à caça e ao aproveitamento da fauna adaptada às matas de galeria das planícies de inundação e aos cerrados das baixas vertentes. Em comum, são todos sítios encontrados em solos pobres, em contraste com os aldeamentos ceramistas posteriores instalados nas matas de solo rico.

De acordo com as datações absolutas extraídas da estratigrafia dos sítios na bacia do Paranapanema e de sítios ao norte do atual estado de São Paulo (na bacia do rio Turvo), por volta do ano 450 d. C. um novo modelo adaptativo é imposto pelos Guaraní ao sul e Aratu ao norte. Nesta nova ordem, ao invés de grupos exclusivamente caçadores – coletores – pescadores instalam-se no interior paulista culturas adaptadas à agricultura de coivara e às grandes aldeias. O horizonte ceramista e os machados de pedra polida, este último um novo material lítico associado ao desflorestamento para a agricultura de coivara, indicam essa nova ordem adaptativa que se firma e que iria persistir até o século XVI – XVII com o início da expansão paulista. Nesse novo período de ocupação regional, do século V ao XVII, assim como para os períodos de ocupação anterior (puramente líticos), os vestígios materiais apontam para a intrusão de elementos culturais meridionais e centrais nos Campos de Araraquara.

2.2 - Agricultores Pré-Coloniais

Uma das questões mais controvertidas do registro fóssil é saber se existe uma continuidade e/ou ruptura entre as tradições pré-ceramistas e ceramistas em uma determinada região. Ao contrário da relação que ocorre entre os grupos ceramistas pré-coloniais e os grupos históricos e etnograficamente documentados na qual a linha da continuidade pode ser

descrita com maior segurança, as relações entre pré-ceramistas e ceramistas são mais arriscadas de se descrever em vista apenas das estratigrafias e dos vestígios materiais disponíveis. Talvez isso explique os poucos estudos que trilhem essa linha de investigação. Em geral, as discussões arqueológicas se abstêm dessa discussão em favor de uma análise descritiva e funcional dos objetos encontrados. Mas apesar dessas dificuldades pelo menos para algumas áreas etnográficas brasileiras, como a área de ocupação histórica Bororo no rio Vermelho em Mato Grosso e a região do alto Araguaia em Goiás, estudos arqueológicos (Moreira, 1981-84; Oliveira e Viana, 1999/2000; Wüst, 1990) apontam para a linha da continuidade. Através de sucessões estratigráficas esses estudos consideram a possibilidade de grupos caçadores – coletores mais recentes (tardios) do centro – oeste brasileiro terem participado de um processo de transição no qual, primeiramente, haviam adotado a prática de cultivo (agricultura incipiente) e, posteriormente, a produção da cerâmica da tradição Una. Certos elementos desses sítios, tais como a implantação dos mesmos em áreas de mata/cerrado com solos melhores (mais propícios ao cultivo e com acesso a recursos mais diversificados); o declínio nos níveis superiores dos produtos alimentares de origem animal; os indícios de prática agrícola em contexto acerâmico; a esporádica ocorrência de líticos polidos e artefatos cerâmicos em suas superfícies; e o aumento no tamanho dos assentamentos são características representativas da transição de grupos caçadores – coletores para agricultores. Os argumentos apontam então para o fato dos grupos da tradição Una representarem uma evolução desde grupos caçadores - coletores pré-ceramistas para agricultores ceramistas. A linha da continuidade aí constatada é, no entanto, difícil de se traçar com exatidão em outras regiões.

Em toda arqueologia meridional, por exemplo, ainda pairam certas dúvidas difíceis de responder; pois a hipótese da continuidade aí colocada elegeu apenas semelhanças na indústria lítica de povos pré-ceramistas e ceramistas como critério de inferências. Esse critério, porém, não ofereceu, neste caso, uma segurança absoluta e gerou contradições. É nesse sentido que, para alguns, os Humaitá teriam se desenvolvido no sentido da tradição ceramista Itararé (Prous, 1992, p. 328,9) e, para outros, os Humaitá e Guaraní, pela semelhança na indústria lítica, faz vez por outra eles serem confundidos (Morais, 1999/2000, p. 206).

Ante esses problemas e alguns fatos de ordem arqueológica que estão disponíveis no contexto paulista, o mais sensato para a área aqui em estudo é optar não pela linha da

continuidade, mas a da ruptura. Uma série de indícios aponta a favor da idéia de grupos agricultores ceramistas em território paulista serem de intrusão recente. Em primeiro lugar, cabe lembrar que dentre as datações absolutas para sítios cerâmicos no Brasil, enquanto a Amazônia oferece até agora o mais antigo horizonte de povoamento agricultor e ceramista – 8.000 anos a. p. associada à fase Tapeirinha na foz do Tapajós- (Roosevelt, 1991, p. 113; 1992, p. 63)²⁴, no interior paulista as datações de sítios lítico ceramistas recuam, no máximo, a 1.500 anos a. p. A introdução tardia da agricultura e da cerâmica pode ser atestada tanto no norte do estado como no sul, onde sítios ceramistas de diferentes tradições culturais apresentam até agora as mesmas datas, estimadas entre o século V e XVI d. C. Ao norte, como na região de Monte Alto, os sítios Aratu-Sapucaí apresentaram apenas um único nível lítico cerâmico (Alves, 1999; Alves e Cheuiche Machado, 1995, p. 298) e ao sul, como na região do Paranapanema, o povoamento de ceramistas, assentado sobre níveis inferiores puramente líticos, são intrusões modernas associadas à expansão Guarani (Pallestrini, 1977).

No último desses casos as vias sugeridas para a expansão Guarani os correlacionam aos Proto-Tupi da Amazônia central e desde aí avançando ao sul até a bacia Paraná – Paraguai, ocupada no início da era cristã (Brochado, 1989, Schwerin, 1985). Nesse sentido, os povoamentos guaranis assentados na bacia do Paranapanema sobre os níveis pré-cerâmicos são interpretados como avanço dos mesmos sobre áreas ocupadas por outros povos (Pallestrini, 1977 e 1978) que teriam sido empurrados para outras áreas ou guaranizados (Susnik, 1975, p. 58). De acordo com as estratigrafias extraídas desses sítios e a ausência de elementos de transição entre os diferentes níveis inferiores (pré-ceramistas) e superior (ceramista), se conclui que as grandes aldeias guaranis pré-históricas se impuseram na região e por volta de 700/800 d. C. haviam feito a conquista completa dos humaitás (Moraes, 1999/2000, p. 207). Aceita-se assim na arqueologia meridional como um todo a recente intrusão Guarani na região, com seus sítios mais antigos em São Paulo datando do século V d. C. (González, 2000, p. 21). E conforme se avança o olhar desde o sul para o norte do estado, as ocupações guaranis tornam-se ainda muito mais recentes, como os sítios de cachoeira de

²⁴ Fora da Amazônia é o Nordeste que oferece a mais antiga datação para artefatos cerâmicos no Brasil. Na área arqueológica de São Raimundo Nonato, no interior do Piauí, *uma datação de 3320 anos a p. está associada a uma cerâmica de técnica aprimorada* (Guidon, 1992, p. 52).

Emas no rio Mogi-Guaçu que têm uma data estimada entre 1625 a 1880 d. C. (Godoy, 1974, p. 149).

Por estas vias iniciais os agricultores ceramistas pré-coloniais em território paulista não devem representar uma continuidade dos grupos caçadores – coletores – pescadores pré-ceramistas, mas sim uma ruptura. Em termos gerais, uma nova modalidade adaptativa baseada nas grandes aldeias agrícolas sedentárias e no uso de uma tralha cerâmica associada ao cozimento e ao funeral é imposta a partir da intrusão de novos elementos culturais no interior do atual estado de São Paulo. Retomar esses diferentes elementos -quando possível- em suas sucessões cronológicas, estilos cerâmicos, sistemas de distribuição, ocupação e características adaptativas é buscar recompor o processo de ocupação humana de grupos agricultores sedentários e entender definitivamente, pelos vestígios materiais, como a região do interior paulista e os Campos de Araraquara em particular podem ser retratadas a partir da intrusão de elementos culturais diferentes.

Tal como para o contexto pré-cerâmico durante muito tempo persistiu na arqueologia paulista um modelo segundo o qual as ocupações de grupos ceramistas estariam, também, associadas à arqueologia meridional. Essa assunção se deve, sobretudo, aos resultados obtidos nas escavações na bacia do rio Paranapanema que colocaram em relevo, nessa região, assentos de duas tradições: Tupiguarani (associados aos Guaraní históricos) e Itararé (associados ao grupo lingüístico Jê –os Jê meridionais, Kaingang e Xokleng). Em termos de distribuição regional os guaranis são povos da bacia platina (Morais, 1999/2000, p, 207) e os Itararé teriam na região de Lages e norte gaúcho o seu centro de dispersão (Prous, 1992, p. 328,9). A partir do século V d. C. tupiguaranis, itararés e humaitás estariam em contato na área do Paranapanema e, a partir daí, ao norte, vestígios arqueológicos apontam intrusões guaranis sistemáticas além do Tietê e Mogi-Guaçu, nos Campos de Araraquara, ao passo que os Itararés, com assentos restritos e dispersos mesmo na região do Paranapanema (González, 2000, p. 14), são poucos estudados no contexto arqueológico do interior paulista. Salvo as referências históricas a grupos Jê meridionais no Tietê, a ocupação Itararé pré-colonial no interior paulista ainda é pouco conhecida.

Os Itararé são apontados na arqueologia meridional como os responsáveis pelos sítios lítico – ceramistas mais antigos, localizados no Rio Grande do Sul e datados entre os séculos I e VI d. C. (Guidon, 1992, p. 52). Por semelhança na indústria lítica, os Itararé foram por vezes considerados como mantenedores de certos padrões líticos da tradição pré-ceramista Humaitá, como os objetos conseguidos a partir de blocos maciços (Prous, 1992, p. 325). Estejam ou não correlacionados o certo é que a definição de uma indústria ceramista não passa apenas pela classificação de seus objetos líticos. Tomados isoladamente eles são elementos insuficientes para isso. O que confere por assim dizer uma determinada identidade ou traço diagnóstico nas sociedades agricultoras pré – coloniais que justifica –embora com restrições- o emprego do termo tradição, podem ser, entre outras, a cerâmica, a predileção por um determinado tipo de ambiente e conseqüente exploração e manejo dos recursos, as formas de habitação etc.. Assim sendo, correlacionados ou não aos humaitás, a tradição ceramista Itararé (como as outras) deve ser descrita em função desses elementos não meramente líticos.

Deste ponto de vista, os vários sítios Itararé escavados nos sul apresentam traços em comum que apontam para a identificação de um certo padrão. Sua cerâmica, reunida em maior coleção pelo Pe. Rohr, ao contrário da Tupiguarani por exemplo, se caracteriza por possuir formas simples, por vezes mais altas que largas e com raras decorações, nunca atingindo 10% dos cacos (ver figura 3). Quando existentes, as pinturas se restringem à parte superior de vasos particularmente pequenos (Prous, 1992, p. 322). Desses dados, outros se deduzem. Os formatos altos e não rasos de seus objetos cerâmicos os associam à função culinária de ferver e não de assar ou torrar. Para essas duas últimas funções o mais comum é a existência de objetos com formas abertas muito comuns onde se encontra o complexo da mandioca (Galvão, 1979). A presença de utensílios para ferver em detrimento de objetos usados para assar ou torrar revela a preocupação em processar alimentos como o milho, favas como o feijão e não tubérculos como a mandioca. Por isso os agricultores Itararé deviam ter roças onde predominavam esses produtos, tal como é descrito histórica e etnograficamente sobre os Jê meridionais, com suas plantações de milho, abóbora, feijão e algodão (Gonzalez, 2000, p. 23; Pinheiro, 1992). Além disso, as formas de sua cerâmica excluem as urnas funerárias, que serão bastante particulares no contexto arqueológico tupiguarani. Entre os Itararé a cerâmica não aparece associada à mortuária e aos rituais funerários, pois cerâmicas nunca foram

encontradas nos cemitérios atribuídos aos Itararé. Ao invés do sepultamento direto ou indireto em urna ou vaso cerâmico, há indícios no RS e em SC da existência de abrigos sob rocha usados exclusivamente para o enterro de mortos. O sepultamento em abrigos substituiu entre os povos Itararé a urna funerária. Nesses abrigos cemitérios ou câmaras mortuária o amontoado de ossos e certos padrões rituais dos sepulcros fortalecem a idéia de uso para fins funerários.

[...]. Os esqueletos, acompanhados por pequenas fogueiras de pinhão, trançados e conchas, receberam também oferendas alimentares vegetais: milho e sementes de porongo. E, acima dos corpos depositados no solo, estava levantado um aterro baixo de 1,80 X 0,70 m de diâmetro feito com terra, xaxim, folhas de taquara e capim, conservado devido ao ambiente seco. [...]. (Prous, 1992, p. 321).

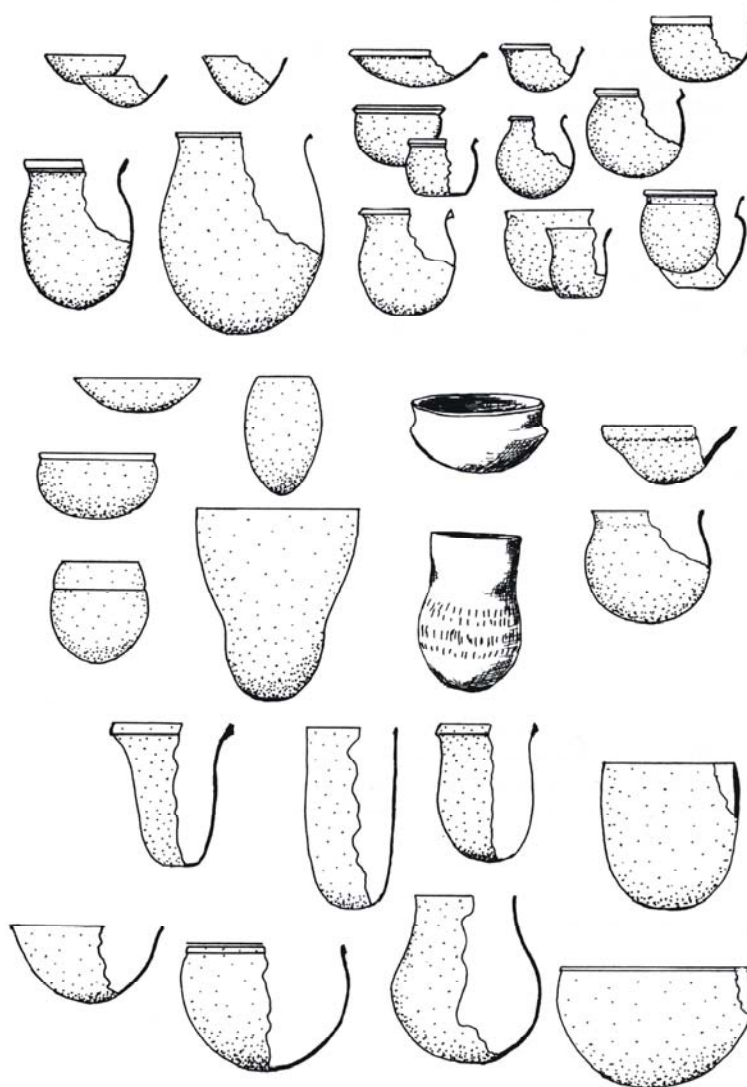


Figura 3 : Formas cerâmicas da tradição Itararé
Fonte: Prous, 1992

Esse padrão ritual, além de descartar o uso da cerâmica nos rituais funerários, levanta outros elementos que podem ser caracterizadores da chamada tradição Itararé. Observe que entre as oferendas estão o milho e sementes de porongo (também conhecida como cabaça), confirmadores do domínio do milho na agricultura desses povos; conchas que denotam um certo uso dos recursos faunísticos, e as fogueiras de pinhão, importante porque nos falam do ambiente usado e de um recurso alimentar importante ainda hoje. A partir deles e de outros vestígios que brotam dos sítios escavados é possível continuar então a estabelecer certos padrões.

Via de regra o habitat favorito dos povos da tradição Itararé (e novamente bem ao contrário da tupiguarani) é a região alta e fria de altitudes médias entre 600 e 1100 metros que se distribuem do RS ao PR (Morais, 1999/2000). Esse território é marcado por uma paisagem acidentada onde os campos alternam-se com as matas de pinheiro –araucárias (Vários Autores, 2001b). Nele, os Itararé habitaram tanto em abrigos como em sítios a céu aberto, mas uma das características mais marcantes de suas habitações talvez seja as casas subterrâneas encontradas nos bosques de pinheiros (Guidon, 1992, p.52; Moraes, 1999/2000, p 209). Essas inusitadas habitações eram particularmente usadas durante o inverno quando a maturação do pinhão devia corresponder à dieta básica da população. Inicialmente ao menos dois fatos ajudam a sustentar essa hipótese. Em primeiro lugar, muitas dessas casas subterrâneas apresentam fogueiras de nós de pinheiro na sua parte central (Prous, 1992, p.321) o que contribui para afirmar o papel social e econômico que o pinhão devia representar pelo menos em determinada época do ano. E, segundo fato, as únicas informações auferidas dos poucos estudos sobre os esqueletos dos cemitérios sob abrigo Itararé apontaram para uma alimentação predominantemente vegetal (Rohr, 1971).

Na ausência de dados antropométricos mais precisos a predominância de uma dieta vegetal é confirmada, ainda, pela localização de seus sítios de habitação que restringem ou dificultam o acesso à parte da proteína animal: a biomassa fluvial. Frequentemente encontrados nas encostas abruptas próximas a rios pequenos não navegáveis (Guidon, 1992; Moraes, 1999/2000; Prous, 1992) e raramente próximos a rios principais; ao invés de ocuparem as áreas ribeirinhas e as matas ciliares eles parecem ter optado pela habitação junto às cabeceiras de rios secundários onde é menor a concentração de biomassa fluvial.

Normalmente os rios são mais piscosos cachoeira abaixo e, nas condições de habitantes de cabeceiras, a pesca ou coleta da biomassa fluvial pelos Itararé não devia por isso representar papel significativo na dieta dessas populações. O insumo de proteína animal deveria ser provido menos pela pesca e mais pela caça associada às matas de pinheiro e campos. Sobre essa base de inferências, a coleta e o manejo do pinhão, a agricultura baseada no milho e a caça associada às matas de pinheiros e campos formavam a base do modo de produção Itararé.

De acordo com as datações absolutas, a partir do início da era cristã, desde a região de Lages no Rio Grande do Sul os Itararé se expandiram ao norte. Embora seja aceito que, em virtude da ausência de abrigos – cemitérios a região do atual estado do Paraná foi ocupada tardiamente (Prous, 1992, p.321), as ocupações Itararé devem ter chegado a constituir um continuum até o sudeste de São Paulo, nas encostas da serra do mar. Sítios como Itapeva, no vale do Ribeira – Iguape (Aytai, 1970) apresentam casas subterrâneas, abrigos – cemitérios e cerâmica pouco ou nada decorada que são justamente traços Itararé.

Na sua área nuclear, por volta do ano 1000 d. C. os Itararé viram seu território ser varrido por densos grupos que seguiam trilhando o curso de seus rios principais. Contatos e trocas devem ter se seguido, como o comprovam cacos de cerâmica Itararé freqüentemente encontrados em sítios Tupiguarani no Paraná (Prous, 1992, p.332). E muito embora os habitantes das casas subterrâneas ocupassem áreas de cabeceiras onde canoeiros não pretendiam se estabelecer, eles não deixaram também de sofrer agressões. Esses grupos intrusos, canoeiros, belicosos, propensos à migração e providos de uma consciência de superioridade cultural e combativa (Susnik, 1975, p. 57), na forma de expedições devem ter investido contra aquelas populações movidos não pela conquista de territórios, pois estes ecologicamente não lhes interessavam, mas de propósitos para pôr em prova a valentia dos jovens e de guerreiros, pedra angular no modo de ser Tupiguarani.

É então justamente nesse período que a arqueologia meridional reconhece o deslocamento dos grupos Itararé no sentido planalto - litoral (Gonzalez, 2000, p. 24) e na ocupação do Parapanema. No último desses casos, se expandido no sentido sul – norte, por volta do século IX d. C. os Itararé teriam iniciado a ocupação do vale desse rio e, durante o período pré-colonial, teriam compartilhado e competido com os Tupiguarani na ocupação da região ao sul do atual estado de São Paulo. Do que se tem de notícia os guaranis já estavam aí

instalados desde o século V d. C. (Pallestrini, 1977) e por isso, ao menos até o século XVII, os Itararé tiveram aí uma ocupação restrita e dispersa quando comparada à dos Tupiguarani. São apenas nove sítios em toda essa área, em contraste com os mais de cem creditados aos Tupiguarani (Gonzalez, 2000, p. 15). A partir daí é bem provável que os Itararé tenham continuado a sua expansão ao norte. Pelos vestígios fósseis, eles estavam ocupando o sul e sudeste paulista, das proximidades da confluência dos rios Paranapanema, Peixes e Aguapei a oeste até a serra do mar, no vale Ribeira – Iguape a leste. E embora os estudos arqueológicos da tradição Itararé rareiem à medida que se avança para o centro e norte do atual território paulista, ao menos dois dados: um arqueológico e outro documental, comprovam o reconhecimento e trânsito dos Itararé pelos Campos de Araraquara. As fontes documentais que serão tratadas no próximo capítulo desta tese citam ocupações Kaingang no médio Tietê, povo que pelas características das casas – poço, cerâmica pouco trabalhada, a continuidade temporal de ocupação num mesmo espaço antes Itararé, e a predileção pelo hábitat de campos e matas de araucárias, filiam-nos à tradição Itararé (Morais, 1999/2000, p. 209)²⁵..

As fontes arqueológicas, por sua vez, revelam contatos entre as populações Jê meridionais (Itararé) e os grupos dos Jês centrais (Aratu). Em dois sítios Itararé localizados no RS e em SC, as escavações revelaram os achados inusitados de machados semilunares. Na arqueologia meridional essas peças são mencionadas apenas nesses dois sítios lítico-ceramistas e a raridade dos mesmos aponta para a não endemia desses objetos na área, mas para a hipótese de uma intrusão. Em outros termos, dada a raridade dos machados semilunares no contexto arqueológico meridional esses achados são assim interpretados como tendo sido obtidos por troca com grupos não meridionais. De acordo com as revisões mais gerais (Guidon, 1992; Prous, 1992) os machado semilunares são muito comuns na arqueologia central. Sítios no sul de Goiás, sudoeste mineiro e Mato Grosso associados à tradição Aratu exibem um bom número de exemplares dessas peças. Esses Aratu, dos quais mais à frente se

²⁵ Apesar de reconhecer que os traços diagnósticos de uma tradição são incompatíveis com o que a etnologia e a etnografia entendem por cultura a aproximação cautelosa entre dados arqueológicos e realidades etnográficas pode ser tentada. É em vista disso e dos elementos comparativos arrolados que a tradição Itararé pode ser entendida como um sistema de ocupação regional Kaingáng. É desta forma também que mais adiante neste trabalho a tradição tupiguarani será associada etnograficamente com os grupos Tupi-Guaranis, e a tradição Aratu com os Jê centrais. Isso só se faz possível mediante a comparação cautelosa de características na indústria cerâmica, na localização e ocupação preferencial de habitats, na dieta básica, nas modalidades de habitação etc.

falará pois chegaram a ocupar os Campos de Araraquara, podem ser associados etnograficamente às populações históricas Cayapó e Xavante, portanto àqueles grupos que se convencionou chamar de Jês centrais.

Por estas vias iniciais os raros achados de machados semilunares na arqueologia meridional e a evidência de seu centro de dispersão ter sido áreas do Brasil central colocam em contato essas diferentes áreas e povos. Baseado nesses princípios o balanço de Prous (1992, p. 325) concluiu sobre a presença dos machados semilunares em sítios Itararé que a ocorrência dos mesmos “sugere que estas lindas peças, consideradas cerimoniais, eram obtidas por troca com os Jês do Brasil central e fabricado pelos grupos da traição Aratu”. Para que esse comércio de fato se efetivasse há de se considerar que entre as regiões meridional e central do Brasil interpõe-se todo o interior de São Paulo. Os Itararé, por volta do século IX d. C. já haviam alcançado a bacia do Paranapanema e avançavam ao norte até o médio Tietê. Daí para alcançar o rio Grande, triângulo mineiro e sul de Goiás, estavam os Campos de Araraquara como passagem necessária dessa rota ou via de escoamento de objetos e povos que os transportavam. Os indícios da existência de uma rota de troca entre os Jê meridionais e os Jê centrais, fortalecem a idéia dos cerrados e cerradões dos Campos de Araraquara terem atraído os povos Jê em suas perambulações. Embora os estudos sobre sítios Itararé em São Paulo sejam poucos, as informações documentais sobre ocupações históricas Kaingáng e as relações entre o consumo - manejo do pinhão pelos Itararé e a existência de áreas antrópicas de pinheiros –araucárias- nos Campos de Araraquara (conforme capítulo anterior) reforçam ainda mais a idéia dessa região ser um corredor de influências culturais entre as populações Jê meridionais e Jê centrais. A estes últimos voltar-se-á mais adiante.

Por ora, e para reforçar os contornos desse esboço sobre as ocupações ceramistas pré-coloniais na região aqui em estudo, continuemos ainda nas tradições meridionais. Como acima mencionado, há muito existe um modelo na arqueologia paulista segundo o qual as populações agricultoras ceramistas pré – histórica e históricas em São Paulo são classificadas como sendo ou Itararé (Kaingang) ou Tupiguarani (Guarani), estes últimos também considerados no quadro de ocupação regional como tradição meridional.

Originalmente os tupiguaranis são portadores de cultura amazônica e podem ser associados ao chamado complexo da Cultura de Floresta Tropical descrito no capítulo anterior. Embora Susnik (1975, p. 67) considere que “os tupi-guarani não possuem todos os elementos culturais que se consideram formativos do complexo amazônico tropical”, vários elementos se coadunam para permitir aquela associação. Entre esses elementos figuram aspectos adaptativos definidores daquele complexo, tais como a ocupação preferencial de florestas tropicais e subtropicais, uso e deslocamentos ao longo de rios principais, utilização da canoa e ênfase na horticultura e pesca (Steward, 1948). Além destes elementos, as rotas sugeridas para as migrações Tupiguarani, estabelecidas em vista das datações de sítios em diferentes regiões do Brasil, apontam a Amazônia como o provável centro de dispersão dos proto tupi.

Uma série de estudiosos da floresta tropical, com base em informações de cunho arqueológico e lingüístico, indica o território ao sul do rio Amazonas entre o Madeira a oeste e o Tocantins a leste como a região onde teria ocorrido a produção e difusão do Tronco Tupi (Lathrap, 1975; Meggers e Evans, 1974; Métraux, 1928). Desde esse ponto que corresponde atualmente ao estado de Rondônia teria havido a partir de 2.500 anos a. p. uma dispersão geográfica dos Proto – Tupi. Datações semelhantes são aceitas também por Rodrigues (1964, p. 103-104) para o surgimento do Tronco Lingüístico Tupi (5.000 anos a. p.) e da família lingüística Tupi Guarani (2.500 anos a. p.).

Há cerca de alguns anos, Brochado, com base na caracterização e difusão da cerâmica Tupi também apontou para os mesmos resultados. Uma análise comparativa entre o material cerâmico Tupi de diferentes regiões apontou para uma diferenciação dos tupis em duas subtradições: a meridional (Guarani) e a leste - nordeste (Tupinambá) que são contemporâneas e correspondem, segundo esse autor (Brochado, 1981), a uma divisão regional. Na tentativa de traçar as diferenças entre as duas subtradições Guarani e Tupinambá ele sugere (Brochado, 1989) que essa diferenciação ocorreu a partir de movimentos populacionais oriundos do baixo e médio curso do rio Amazonas. A separação entre prototupis e protoguaranis teria ocorrido, também conforme esse autor, ao sul da calha do rio Amazonas, entre a foz do rio Madeira e a ilha de Marajó por volta do ano 500 a. C. (ou 2.500 anos a. p.). A partir daí o ramo Guarani teria se expandido em direção ao sul e o ramo Tupi para leste. Apartados, esses ramos

desenvolveram características cerâmicas diferenciadas que permitem, no registro fóssil, a identificação dessas duas subtradições e a sua diferenciação não só estética como adaptativa. No ramo leste – nordeste (Tupinambá) se desenvolveu uma cerâmica de tradição policrômica e vasos – utensílios de formas abertas que indicam procedimentos para processar a mandioca brava. No ramo meridional (Guarani) prevaleceu a tradição corrugada, em poucos sítios igualada pela policrômica, e utensílios de formas globulares próprios para ferver o milho (ver figura 4).

Desde 2.500 anos a. p. as duas subtradições Tupi se dispersaram a partir da Amazônia central, provavelmente devido a pressões populacionais num trecho de alta concentração de grupos. O ramo tupi que seguiu o rumo leste nordeste atingiu o litoral e lá estava instalado nos séculos XVI e XVII quando são conhecidos como os Tupi históricos. O ramo Guarani que teria se locomovido em direção ao sul deslocando-se pelo Madeira e Guaporé alcançou a bacia dos rios Paraná e Uruguai pouco antes da era cristã e aí estavam densamente instalados nos séculos XVI e XVII quando são aliciados pelas missões jesuíticas espanholas e atacados pelas bandeiras paulistas.

A subtradição meridional do Tronco Tupi: a cultura ou tradição Tupiguarani, é o ramo que mais contundentemente penetra pelo interior do atual território paulista. Exímios navegadores, belicosos e em grupos extremamente numerosos eles dominaram e proliferaram por toda a bacia do Paraná. As florestas de galerias dos baixos vales do sul do Brasil e Paraguai formaram por assim dizer um reservatório de populações guaranis que já em período pré-colonial se expandem em direção ao leste. Datações comparadas da cerâmica tupiguarani da bacia do Paraná e do litoral meridional, sugerem, entre o século XI e XIII d. C., um sistema migratório desde a rede fluvial do rio Paraná em direção ao litoral e finalmente subindo a costa atlântica (Guidon, 1992, p. 52, Susnik, 1975, p. 94). Além disso, se as datações mais antigas para os tupiguarani estão no sul (Prous, 1992, p. 410) foi fácil aceitar que a ocupação do interior de São Paulo por grupos filiados a essa tradição se originou a partir de movimentos migratórios iniciados na bacia do Paraná. Por volta do século V d. C. os Guarani se instalaram de forma intensiva ao sul do atual estado de São Paulo, tendo povoado todo o curso do rio Paranapanema desde a foz no Paraná a oeste à serra do mar a leste, em sítios com datações aproximadas entre 410 d. C. e 1480 d. C. (Gonzalez, 2000, p. 16). É nesse processo de

movimentação, continuado no período histórico e movido tanto por fatores de ordem interna (a terra sem males) como externa (as condições históricas do contato), que os Campos de Araraquara são ocupados por populações tupiguarani. Essas ocupações, então, em termos pré-coloniais são recentes.

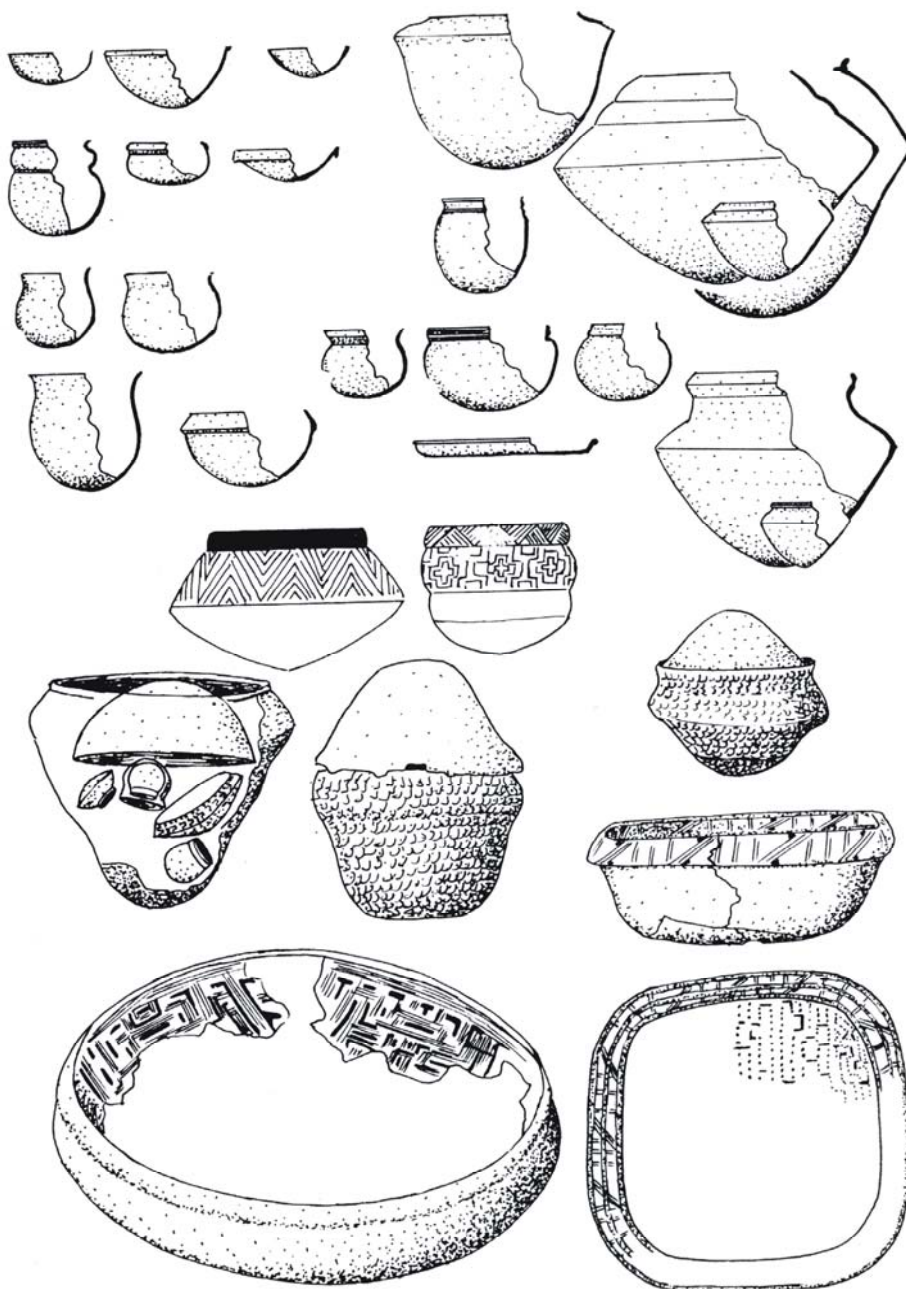


Figura 4 : Formas Cerâmicas Tupi-Guarani
Fonte: Prous, 1992

Não obstante a isso, as mesmas se encontravam espalhadas por todo médio Tietê, rio Piracicaba, Jacaré-Guaçu; médio Mogy – Guaçu, baixo Pardo (Afonso, 1989; Aytai, 1994; Caldarelli, 1983a; Godoy, 1974, Myazaki e Aytai, 1974) e ainda pelo interior da área que é delimitada por esses rios, como atestam achados nas proximidades das cidades de Rincão (Folha, 1972), Rio Claro (Godoy, 1974) e Brotas. Sua expansão os levou, talvez pelo sistema fluvial do Paraná, até o triângulo mineiro onde foram encontradas aldeias guaranis pré-coloniais na margem esquerda do rio Paranaíba (Moraes, 1999/2000) e no rio Grande (Prous, 1992). Alguns desses sítios tupiguaranis nos Campos de Araraquara ou em seus limites foram estudados com maior sistematicidade, mas, na maioria dos casos, como ocorre também com os já mencionados sítios pré-ceramistas, tratam-se mais de projetos de salvamento que trabalhos continuados de escavações e investigações. Devido à boa qualidade do solo sobre os quais estão assentados esses sítios, somados a uma boa dose de superstição²⁶, os proprietários das terras onde eles se encontram preferem o plantio ou arrendamento das mesmas para as usinas de álcool a perdê-las para a morosidade que o trabalho arqueológico sério requisita. Mesmo assim são vários os indícios a apontar para o período pré-colonial recente e início do período histórico uma ampla ocupação de grupos tupi ou guarani, sobretudo ao longo do curso de rios principais e seus afluentes. Com base em alguns vestígios é possível perceber que diferentes grupos espalhados pelo interior paulista deviam compor em período pré-colonial um continuum demográfico desde o planalto paulistano pelo Tietê até o médio curso deste rio, nos Campos de Araraquara.

Do ponto de vista da documentação histórica (que será tratada em capítulo particular) os indícios já levaram, entre outros, Schaden (1954) e Von Ihering (1907), e mais recentemente Preziosi (1997), a considerar fortes laços entre os tupis do planalto e os do médio Tietê. De acordo com o primeiro desses autores o rio Piracicaba seria o limite norte dessa ocupação tupi (Schaden, 1954, p. 397), e para o último deles ela avançaria até o rio Jaú (Preziosi, 1997, p. 169). Os estudos sobre vestígios fósseis de que dispomos permitem não apenas a comprovação desses acertos como também aprofundar regionalmente essa ocupação. Desde o médio Tietê, no trecho entre os rios Piracicaba e Jaú, essa ocupação se estendeu ao

²⁶ Relacionada, sobretudo, ao contexto das urnas funerárias.

norte-nordeste cortando os Campos de Araraquara até atingir o rio Mogi-Guaçu, e a oeste esticou-se até o Jacaré-pepira.

Sucessivos achados arqueológicos permitem pincelar esse continuum de ocupações tupi ao longo do caminho do Tietê desde o planalto até os Campos de Araraquara. Ao sair do planalto pelo curso desse rio, logo após as cidades de Itu e Porto Feliz (antiga Araraitaguaba - ponto das monções no século XVIII) está a foz do rio Capivari. A montante desse rio, na cidade homônima e em Monte - Mor -já no seu alto curso-, alguns achados apontam para ocupações tupiguarani. As igaçabas –urnas funerárias- encontradas em 1982 próximas a cidade de Capivari (Pazinato, 1983; Pereira et alii, 1982) e o sítio de Monte Mor (Myazaki e Aytai, 1974) apontam nessa direção. Um dos elementos que em particular permite essa associação é a decoração cerâmica e seu uso mortuário. Via de regra os enterramentos em urnas não são uma exclusividade dos Tupi e Guaraní. Mas este item, associado a outros fatores, como o enterramento primário e não apenas secundário em urnas e próprio fato das mesmas aparecerem nesses contextos sempre decoradas (corrugada ou pintada) tornou as urnas um de seus elementos diagnósticos (Moraes, 1999/2000; Pallestrini, 1977). Reforçam essa tese inclusive as descrições históricas sobre o uso das igaçabas entre os Tupinambás litorâneos e os Guaranis da região Paraná – Paraguaia (Carvalho, 1999). Com base nisso, as áreas onde ocorrem as urnas mortuárias decoradas são assim substancialmente definidas como áreas de ocupação Tupi e Guaraní, tal como ocorre na região de Capivari e Monte-Mór.

Na primeira dessas regiões onde só as urnas foram encontradas, uma primeira em janeiro de 1982 e uma segunda oito meses depois, elas trazem as mesmas descrições (Pazinato, 1983; Pereira et alii, 1982). São igaçabas de base convexa com tampa invertida contendo ossada humana. Ambas urnas são pintadas e as tampas não apresentam decoração. Quando são descritos os motivos decorativos das urnas, os autores mencionam as mesmas características. A pintura da primeira urna é assim descrita: “[...] Os desenhos de cor marrom escuro são pintados em engobo branco, enquanto as duas linhas que separam as três faixas do ombro escalonado são vermelhas. Parte dos desenhos geométricos foi obliterada [...]” (Pereira et alii, 1982, p. 6-7). E a pintura da segunda, identificada como “similar à primeira” (Pazinatto, 1983, p. 1) é também descrita da mesma forma: “Apesar de bastante apagada, a pintura da urna que foi feita em engobo branco, revelou a existência de desenhos

geométricos/gregas/marrons. As linhas que separam as três faixas do ombro escalonado e a borda são vermelhas [...]” (Pazinato, 1983, p. 4). Mais do que similares, as igaçabas de Capivari são idênticas e foram produzidas por parâmetros definidores da cerâmica tupiguarani, entre os quais se incluem a presença de uma decoração policrômica (vermelho, branco e preto) com traços lineares sobre fundo engobado.

Do mesmo modo, para a cerâmica pintada de Monte Mor também é certa essa mesma associação. Entre os cacos cerâmicos aí escavados o vermelho, ao invés do branco, aparece como a cor preferida do engobo. No nível inferior do sítio de Monte Mor a decoração com engobo vermelho é exclusiva, e no médio inferior ela é a dominante (Miyzaki e Aytai, 1974). De acordo com Prous (1992, p. 412), essa particularidade do engobo vermelho é encontrada nos sítios Tupiguarani instalados na margem do rio Uruguai. Naquela região, está sendo discutida inclusive a criação de uma subdivisão regional apoiada na exclusividade do engobo vermelho entre os sítios tupiguaranis situados às margens do Uruguai. Ainda que não interesse a esse estudo a validade ou não dessa subdivisão, o certo é que, arqueologicamente, a dominância decorativa do banho ou engobo vermelho na cerâmica de Monte Mor correlaciona a população aí alocada com os tupiguaranis da região sul. Quanto às urnas de Monte Mor, ao contrário das urnas de Capivari, são as tampas ricamente decoradas. As urnas aí apresentam a decoração corrugada e as tampas –alguidares- é que apresentam a decoração policômica com motivos geométricos, do mesmo modo que aparece na região do rio Mogi-Guaçu como adiantei aparecerá.

Ao rumar do rio Capivari para noroeste o viajante encontra o rio Piracicaba, ponto a partir do qual inicia-se a área historicamente conhecida como Campos de Araraquara. Nos afluentes da margem direita desse rio “fronteira” também aparecem vários vestígios de ocupação tupiguarani. Numa área que corresponde às bacias dos rios Passa Cinco, Rio Claro e Corumbataí que aflui ao sul para desaguar no médio Piracicaba, se encontra hoje a cidade de Rio Claro, famosa pelos sítios pré-ceramistas estudados por Beltrão (1966, 1974, 1982). Menos conhecida na literatura é, no entanto, a coleção arqueológica do Cel. Guálter Martins. Durante a primeira metade do século XX ele chegou a colecionar de forma amadora mais de 2.300 peças arqueológicas entre materiais líticos e cerâmicas, depois adquiridas pelo Museu Nacional (Godoy, 1974, p. 152). De acordo com descrições (Godoy, *ibid*) o material cerâmico

da região de Rio Claro é constituído de diferentes recipientes e inclui urnas funerárias com decorações policrômica e corrugada. Em geral, os cacos cerâmicos policrômicos aí encontrados são ornados com faixas largas em vermelho e desenhos geométricos e simétricos, muitas vezes em preto e vermelho e, ocasionalmente, combinados com ornamentação pontular arredondada e virgular, da mesma maneira que irá aparecer mais para o interior dos Campos de Araraquara e que se inclui, de norte a sul, como uma marca da cerâmica tupiguarani.

Da região de Rio Claro rumo a leste encontra-se o curso baixo do rio Mogi-Guaçu onde, próximos à cidade homônima, também já foram encontrados cacos cerâmicos e urnas funerárias tupiguaranis (Aytai, 1994; Pallestrini, 1981/1982). Voltando a Rio Claro e seguindo a oeste, estão as cabeceiras dos rios Jacaré-Pepira e Jacaré-Guaçu que deságuam na margem direita do médio Tietê. Nesse rumo oeste os vestígios materiais de ocupações pré-coloniais igualmente apontam intrusões tupiguarani. Entre 1994 e 1995 numa lavoura de cana de açúcar em Brotas, na região do baixo Jacaré-Pepira, foi achada de forma ocasional uma igaçaba completa, com tampa, de tipo corrugado, na qual o esqueleto se encontrava inteiro. De acordo com diferentes depoimentos populares essa igaçaba foi, por superstição, destruída pelos seus descobridores. Esse achado levou a uma investigação preliminar por arqueólogos da USP, mas o proprietário das terras onde foi realizado o achado preferiu o arrendamento da mesma para a lavoura. Colhem-se muitos cacos cerâmicos à flor da terra, removidos e remexidos pelas máquinas agrícolas. Em mãos de populares da cidade de Brotas pode-se observar vários desses cacos. Na sua maioria pequena, os poucos cacos que permitiam uma identificação apresentam uma decoração corrugada. Não foi encontrada documentação impressa sobre o assunto, mas certas referências presentes nos diferentes relatos e a impressão de alguns cacos permitem certas inferências. As urnas mortuárias corrugadas indicando enterramento primário e os cacos também corrugados são, de certo, marca dos tupiguarani. Por esses indícios colhidos informalmente a região de Brotas, no baixo Jacaré-Pepira, e daí em linha reta a leste até os afluentes da margem direita do Piracicaba, na região de Rio Claro, e ainda mais a leste, até o baixo Mogi-Guaçu, é de ocupação tupiguarani.

E mais, pois desde essa faixa que liga Mogi-Guaçu no leste até Rio Claro no centro e Brotas a oeste, pode-se esticar ainda ao norte os prováveis limites de uma ocupação tupiguarani. A partir dos afluentes da margem direita do Piracicaba e das cabeceiras do Jacaré-

Pepira em direção ao norte, passando por uma região onde se encontram as cidades de São Carlos, Araraquara, Pirassununga e Porto Ferreira, esse território de ocupação pré-colonial guarani alcançava o vale do rio Mogi-Guaçu, já quase no seu médio curso. Conforme os dados disponíveis, o trecho baixo e médio desse rio, em ambos os lados de seu leito, bem como alguns de seus afluentes, apresentam sítios com vestígios cerâmicos de ocupação tupiguarani.

Por mais de meio século Manuel Pereira de Godoy escavou, colecionou e estudou uma série de artefatos, peças e urnas funerárias na região de Cachoeira de Emas no baixo Mogi-Guaçu pertencentes a essa tradição. Desses seus achados resultou um museu particular, montado em sua própria residência. Formado em História Natural e, portanto, arqueólogo e etnólogo amador, em seus escritos (Godoy, 1946, 1974) ele utiliza o etnônimo Paingúá para se referir ao povo que habitou a região, o que por vezes provocou a lembrança dos Payaguá -uma horda dos Guaycuru que aparecem nos documentos monçoneiros no baixo Tietê-. Mas apesar disso, nem o autor, nem as características cerâmicas, nem o modelo de ocupação deixam dúvidas sobre a origem tupiguarani dos mesmos. Por isso, ao invés de Paingúá é mais provável que ele esteja se referindo aos Guarani-Kaiowá como são conhecidos historicamente alguns grupos tupiguarani.

Os achados arqueológicos nessa área trazem, eles mesmos, indicações desse seu contexto. Machados polidos para o desfloramento, pilões para triturar grãos, pontas de lança e flecha para a caça e pesca são comuns entre os povos agricultores; mas as cerâmicas pintadas com os mesmos motivos geométricos descritos acima para a região de Rio Claro e Monte Mor, e igaçabas com decoração corrugada que o autor define como “escultura em relevo em forma de escama de peixe”, cobertas com “tampas ornamentadas com motivos geométricos intrincados” (Godoy, 1974, p. 171 e 193), são características únicas dos tupiguaranis (ver figura 5). Nas urnas do Mogi-Guaçu os indícios apontam para a prática do enterro secundário, pois em algumas dessas igaçabas haviam determinados ossos humanos em quantidade triplicada, caso de 3 úmeros encontrados em uma urna de Cachoeira de Emas, ou quadruplicados, caso de 4 fêmures encontrados em urna escavada na mesma localidade (Godoy, 1974, p. 193). Embora testemunhas oculares tenham presenciado o enterro direto em urnas entre os Tupinambás da costa brasileira nos séculos XVI e XVII (Carvalho, 1999, p. 8) e em algumas escavações de

sítios tupiguaranis elas terem aparecido, é muito comum também presença de enterro secundário nos diferentes sítios dessa tradição.

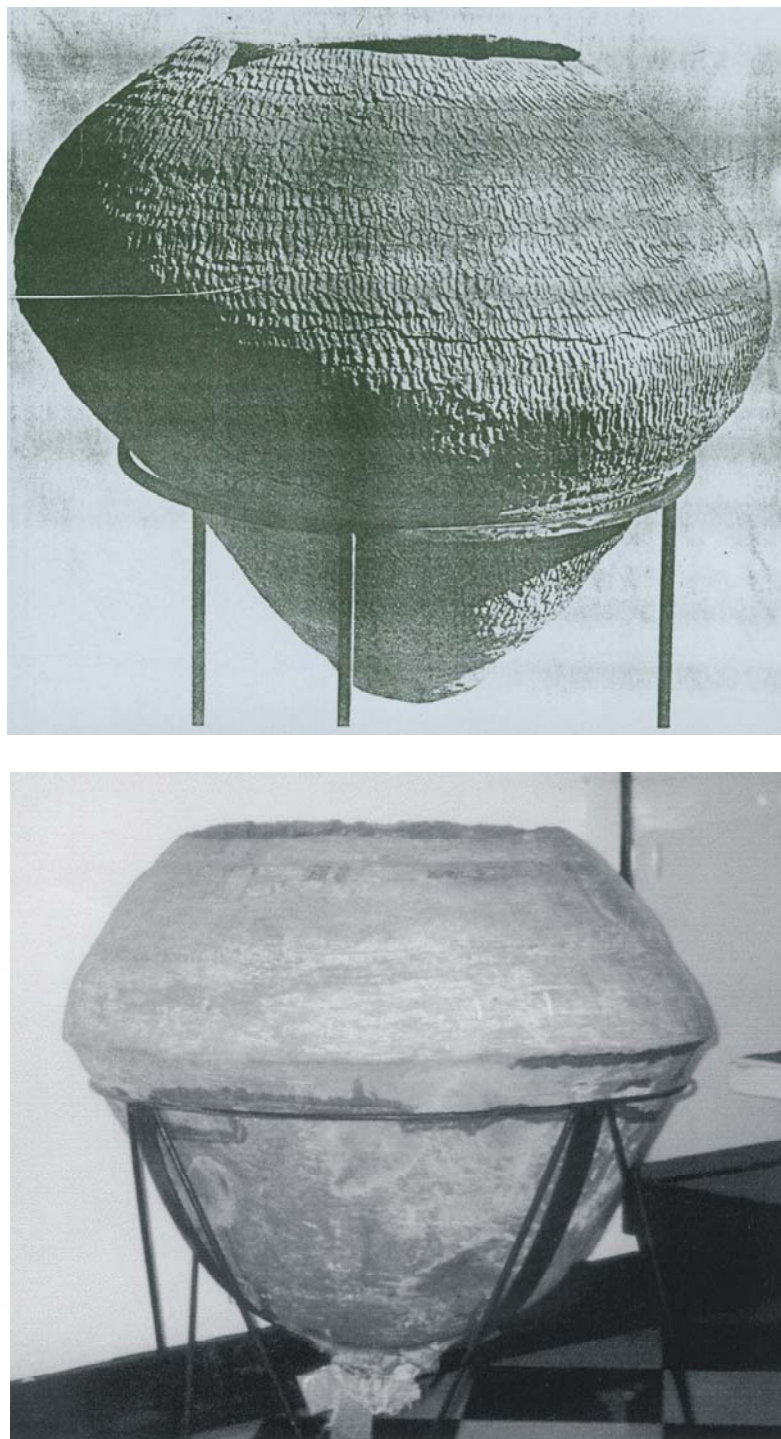


Figura 5: Urnas funerárias Tupi-Guarani da região de Pirassununga (superior) e da região de Rincão (inferior).
Fontes: Godoy, 1974 e M.H.P.V.P. - Araraquara

Além disso, os cachimbos encontrados em cachoeira de Emas e no antigo porto de balsas do Mogi-Guaçu, próximo a Pirassununga (Godoy, 1974, p.169), os aproximam também dessa tradição ceramista. Os cachimbos em argila aí encontrados apresentam sinais de uso (queima interna) e uma ornamentação externa em baixo relevo, em forma de círculo e de linha quebrada regular, respectivamente no bordo do forninho e da porta – boquilha, tal como aparece entre os cachimbos encontrados em sítios tupiguaranis do Rio Grande do Sul (Prous, 1992, p. 398). Quando assim comparados, os cachimbos do Mogi-Guaçu apresentam semelhanças típicas com a indústria dos tupiguarani meridionais. Pela via das decorações cerâmicas, urnas funerárias e cachimbos, está claro que esse trecho do vale do Mogi-Guaçu era de ocupação Tupiguarani em certo grau de relacionamento com os povos meridionais filiados a essa mesma tradição.

Outra questão que pode ser aferida dos achados mortuários do Mogi-Guaçu é o contato direto ou indireto que esses grupos mantiveram com os luso-brasileiros, devendo assim a ocupação tupiguarani corresponder temporalmente a um processo que, iniciado em período pré-colonial na região, adentrou o período histórico. Em 1940, na fazenda Cachoeira às margens do rio Mogi-Guaçu, um velho e gasto machado de ferro foi encontrado dentro de uma urna junto com restos de ossos humanos (Godoy, 1974, p.203). De acordo com vestígios de uma arqueologia histórica (as espingardas de pederneiras do século XVIII) os paulistas já se encontravam no Mogi pelo menos na segunda metade do setecentos. É bem provável então que daí até o XIX esses paulistas tenham entrado em contato com os Guaranis aí instalados, fato que explicaria o achado supra mencionado. Ainda segundo a informação de Godoy (1974, p. 157,8), até 1966 viveu em Cachoeira das Emas um tal Raimundo Rosa que se “lembrava da figura de índio do pai, com arco e flecha na mão”. Segundo o depoimento colhido por aquele autor Raimundo nascera em Rio Claro e, ainda menino, mudara-se para o Mogi-Guaçu. Isso reforça não só a tese dos grupos tupiguaranis pré-coloniais nessa área terem em parte permanecido aí durante o período histórico, entrando em contato com os paulistas; como colocam em relação os assentamentos Guaranis instalados entre os afluentes da margem direita do Piracicaba (região de Rio Claro) com os assentamentos Guaranis mais ao norte, na área do Mogi Guaçu.

Há ainda entre o material encontrado no vale do baixo curso desse rio dois intrigantes machados semilunares (ver figura 6), designados pelo autor como machados-âncora (Godoy, 1974, p. 200). Como acima mencionado para a tradição ceramista meridional Itararé, esses instrumentos não são meridionais e se associam, isto sim, aos Jê centrais. Tal como então para os Itararé, os Tupiguaranis não são os produtores desses machados e sua ocorrência é bastante limitada nesses sítios. O próprio Godoy (1974, p. 200, 1), baseado em Spix e Martius, faz essa inferência ao mencionar que “entre as tribos Jê do nordeste do Brasil um pequeno machado-âncora era trazido pelos chefes de guerra, como um símbolo de mando”. Estejam ou não esses machados relacionados a concepções mágicas ou a símbolos de dignidade de chefia, o certo é que tal como ocorre com os dois desses achados em sítios Itararé em SC e no RS, esses machados devem ter sido obtido por troca dos Tupiguarani do Mogi com os grupos Jê²⁷. Se isso for correto, esse achado vem corroborar com a idéia de que a área norte e noroeste do atual estado de São Paulo deviam ser uma região de fronteira e trânsito entre grupos centrais e meridionais, e isso deverá ficar mais claro quando chegar ao fim deste capítulo.

Por ora, voltemos às ocupações Tupiguarani pré-coloniais nos Campos de Araraquara para finalizar os argumentos expostos até agora para os vestígios fósseis no Mogi-Guaçu. Do ponto de vista da concentração e ocupação desses grupos, Godoy acredita que além de vários acampamentos temporários, marcados pela presença apenas de material lítico lascado e polido; a concentração dos cacos cerâmicos e a distribuição das urnas funerárias, indicam pelo menos cinco sítios de habitação principais, dois na margem esquerda do Mogi-Guaçu, dois na direita e um na foz do rio Jaguari-Mirim. Mas pelos diferentes achados mencionados na região (Aytai, 1994; Caldarelli, 1983a), é certo afirmar que o

[...] vale do Mogi-Guassu, então, toda a região compreendida entre Piracicaba, Rio Claro, Porto Ferreira, Pirassununga e até Mogi-Mirim e Mogi-Guassu foi ocupada por volta de 1625, como grande território de caça, de pesca, de obtenção de recursos naturais para o citado grupo Tupi-Guarani, pois, todos os materiais líticos (machados, martelos, raspadores, pilões, pontas de lança e de flechas, etc.), a cerâmica, os desenhos e os rituais funerários são semelhantes entre si em toda a mencionada região [...] (Godoy, 1874, p. 150,151).

²⁷ Tal como ocorre também em alguns sítios tupiguarani de Santa Catarina, o achado de machados semilunares é interpretado como tendo sido certamente obtido por troca com grupos Jê (Prous, 1992, p. 402).



Figura 6 : Machado Semi-lunar encontrado no rio Mogi-Guaçu próximo a Pirassununga
Fonte: Godoy, 1974

Ao que tudo indica, essa área de ocupação tupiguarani devia ainda se estender à oeste do curso médio do Mogi-Guaçu. A partir das cidades de Pirassununga e Porto Ferreira, rumando cada vez mais para o interior dos Campos de Araraquara, desde pelo menos o início da década de 1970 se reconhecem os vestígios fósseis de ocupação tupiguarani. Em março de 1972 o Museu Paulista da USP escavou três urnas mortuárias em uma fazenda “situada quase no ápice de uma colina com rio em sua base” nas proximidades da cidade de Rincão, aproximadamente 30 km da cidade de Araraquara. Uma dessas urnas, desde então em exposição no Museu de Araraquara, apresenta ainda em seu interior vários fragmentos ósseos, não possui tampa, tem base cônica, perímetro circular, seu estilo é pintado com engobo creme (branco) e linhas vermelhas na borda, e sua forma se compara à de outras urnas escavadas em território paulista (Myiazaki e Aytai, 1974; Pazinato, 1983; Pereira et alii, 1982; Pallestrini, 1977; Prous, 1992).

Segundo o único documento produzido sobre essa escavação (Folha, 06.04.72), o local de onde foram retiradas as urnas apresentava indícios de aldeia pré-histórica com preservação, na época, inclusive de algumas estruturas arqueológicas “com vestígios e restos de choupanas e abundância de material lítico e fragmentos de cerâmica lisa, corrugada, pintada e ungluada”.

Segundo esse mesmo documento, algumas características desse sítio, quando comparadas às dos sítios tupiguarani em Itapeva, Angatuba e Pirajú na bacia do Paranapanema, permitiram a associação do mesmo a grupos Tupiguarani. Dentre essas características, além das urnas içaabas, as grandes manchas de solo escuro (antropogênico) e os enterramentos em urnas no exterior dessas manchas, são também caracterizadores desse horizonte (Moraes, 1999/2000; Pallestrini, 1977). Os enterramentos primários e secundários em urnas foram aspectos até agora relevantes que, junto aos padrões decorativos das cerâmicas, permitiram identificar as ocupações pré-coloniais tupiguaranis nos Campos de Araraquara, e agora as manchas pretas de solo podem conter implicações importantes para descrever o modo de adaptação desses povos.

As grandes manchas de solo antropogênico que acontecem em sítios dessa tradição ceramista correspondem, de acordo com os arqueólogos (González, 2000, p. 15; Moraes, 1999/2000, p. 207; Pallestrini, 1977), aos remanescentes de cada solo de habitação e respectivo entorno. Na região de ocupação tupiguarani esses núcleos de solo antropogênico se espalham por grandes extensões de terreno. Como estes, as ocorrências de núcleos cerâmicos no Mogi-Guaçu também se espalham por grandes extensões e, embora não mencionadas por Godoy (1974), as manchas pretas devem lhes ser concomitantes. Do ponto de vista arqueológico formam um sítio tupiguarani o conjunto de núcleos de solo antropogênico, então entendidos como remanescentes de uma aldeia. Assim, e respaldado por projeções etnográficas (Schaden, 1974), cada sítio constitui uma aldeia com diferentes números de unidades residenciais, correspondente ao número de manchas de terra preta encontrado nos sítios. Os sítios tupiguarani mais estudados em território paulista, os da bacia do Paranapanema, falam em mais de cem sítios identificados (González, 2000, p. 15). Nos Campos de Araraquara, em vista dos poucos estudos e da natureza dos mesmos, o número de sítios conhecidos é bastante limitado, mas uma série de inferências a partir de combinações comparativas, tanto entre a região do Paranapanema como as reconstituições feitas na bacia do Mogi-Guaçu (Godoy, 1974), como entre essas e o sítio de Rincão etc., é possível acertar alguns componentes referentes à ocupação tupiguarani.

Assim sendo, em cada sítio pré-colonial ceramista tupiguarani é possível identificar núcleos de solo antropogênico, resíduos de antigas habitações das famílias extensas,

reconhecendo-se etnograficamente cada sítio como uma aldeia. Tanto do ponto de vista arqueológico, como etnográfico, cada um desses sítios-aldeia ocupou no passado uma grande clareira na floresta e se distribuíam por um longo trecho de terreno com várias aldeias que se interligavam por redes de trilhas vicinais e fluviais. Indica isso a distribuição dos sítios do Paranapanema e, nos Campos de Araraquara, os da bacia do Mogi-Guaçu.

Devido talvez a duas das características formativas do complexo tupiguarani: canoieiros e agricultores, os sítios pré-coloniais, como as primeiras aldeias históricas, invariavelmente se encontram a uma curta distância de rios navegáveis em zonas de mata. Segundo estimativas 96% de seus sítios estão em matas pluviais (Prous, 1992, p. 373) e essa localização estratégica pode, entre outras versões, ser vista como adaptativa. Os sítios situados dentro ou nas imediações da floresta procuravam ocupar os melhores pontos para a agricultura de coivara. Como o alimento básico da agricultura guarani é o milho, muito exigente em seu requerimento de nutrientes, só a ocupação de terras boas, latossolos ou terras roxas, originalmente associadas às florestas e não ao cerrado, interessava aos tupiguarani.

Por sua vez, a proximidade dos rios maiores facilita a locomoção e coloca a pesca como importante recurso alimentar. Além dos rios serem verdadeiras estradas abertas no meio das florestas, eles são importantes fontes de recursos alimentares para as populações e, em alguns casos claros, os tupiguaranis ocupavam pontos importantes para a pesca, como cachoeiras para a apanha de peixes migratórios, inclusive nos Campos de Araraquara, como a Cachoeira de Emas no Mogi-Guaçu. Dessa atitude provém a toponímia de alguns lugares como Pirassununga (onde o peixe faz barulho –referência ao ronco dos curimbatás na piracema) e Piracicaba (onde o peixe pára –referência à Cachoeira do Saltão). Esses dados permitem inferir, ao menos para o período pré-colonial, numa importância maior que hoje da pesca no montante de proteína animal consumida por essas populações. E tal situação está nos registros fósseis. Em sítios tupiguarani mais recentes, que correspondem já ao período histórico, os vestígios de fauna terrestre são muitos maiores quando comparados aos fluviais que aí se encontram rarefeitos, sendo inversa a relação para os sítios mais antigos (Prous, 1992, p. 407). Se isto for correto, historicamente se processa uma passagem de ênfase na busca de proteína animal. Tanto arqueológica como etnograficamente os sítios e aldeias tupiguaranis recentes são encontrados em cabeceira de rios onde a produtividade pesqueira é

menor. Essa situação de recuo, desde a proximidade com as calhas principais para as cabeceiras de afluentes, deve obviamente ser entendida como resultado do processo de fuga ao contato. Nessas novas condições, com a captura de biomassa fluvial diminuída, a caça de anta, tatu, veado, aves etc. passou a exercer uma importância maior que outrora na captura de proteína animal, não querendo dizer com isso que houve uma simplificação dessas sociedades, como postulou o determinismo ecológico –já discutido no capítulo anterior.

Finalmente, a última característica dos tupi e guarani que é necessária discutir porque aparece como um de seus traços diagnósticos é a existência de uma cerâmica elaborada (policrômica e/ou corrugada) associada a rituais mortuários, com urnas funerárias –igaçabas– indicando enterro primário e secundário.

O sepultamento secundário de adultos em urnas, ao contrário do primário, não aparece apenas no contexto tupiguarani, estando também presente em algumas tradições ceramistas centrais como adiante se apontará. No entanto, nos contextos não Tupis em que as mesmas aparecem suas formas são simples e com ausência geral de decoração, tornando-se este um elemento diferenciador importante. Nos sítios tupiguaranis, o enterro secundário aparece nas áreas de ocupação do delta e alto Paraná e, como acima indicado, em sítios de ocupação no interior paulista e nos Campos de Araraquara. Na região do Paraná, algumas urnas encontradas só continham o crânio e ossos dos sepultados (Carvalho, 1983) e nos Campos de Araraquara uma mesma urna continha ossos de diferentes indivíduos (Godoy, 1974).

Apesar de bastante comum nesses sítios não são os enterros secundários, mas os sepultamentos primários em urnas o elemento *sui generis* dos ritos funerários tupi. Nos relatos históricos vários cronistas do século XVI descrevem sobejamente o enterro direto de adultos em urnas entre os Tupinambás do litoral atlântico (Cardim, 1583-90/1980, p. 94; Souza, 1587/1964, p. 582). E na área de ocupação Guarani são encontrados enterros primários em urnas na região Paraná – Paraguaia e no chaco. Nordenskiöld, citado por Carvalho (1999, p. 9), no início do século XX desenterrou uma urna na região do chaco boliviano contendo um índio chiriguano acorado e reproduziu mais dois vasos com a indicação “sepulture des Chiriguanos de Caipipendi”, um dos quais pintado (Carvalho, *ibid*). Se lembrarmos que de acordo com Susnik (1975, p. 58) os Chiriguano são povos guaranis emigrados do Paraguai no

século XVI, a presença dos enterros primários em urnas na região do chaco é, obviamente, atribuída aos tupiguaranis. Os tais enterros primários acontecem no delta e no alto Paraná (Carvalho, 1992, p. 458), passando à área oeste, onde é encontrado entre os Chané -Aruak guaranizados- e Chiriguanos -Tupiguaranis- (Carvalho, 1992; 1999; Susnik, 1975).

Fora da área de ocupação Tupinambá e Guaraní, são bastantes raras as menções ao sepultamento primário em urna. Entre os documentos históricos é Debret (1975, p.30-32), em 1834, que se refere a um desses achados. Sob a indicação “Múmia de um Chefe Coroado” ele reproduz uma urna de base plana, com alças e sem decoração contendo o corpo intacto de um indivíduo acoroadado. Não há menção ao local de onde foi extraída essa urna e muito menos das circunstâncias de sua escavação, e os indícios apontam tanto para a região de Campos no Rio de Janeiro, pois ele diz que ali, próximos às margens do rio Paraíba existia uma aldeia de índios Coroados; como para o sul do país, pois ele também escreve que “os mais civilizados estão na extremidade meridional da Província de São Paulo”. Seja como for, o importante aqui é a sua informação de que esses Coroados são os antigos Goitacazes “e um dos fragmentos da grande raça dos Tapuias” (Debret, 1975, p. 31). Historicamente, com veremos no próximo capítulo, Tapuia é um termo construído para se opor ao Tupi. Se for correta então essa afirmação de Debret, a urna apresentando o morto intacto que ele desenha indicaria que o costume era de aquisição recente dos Coroados, justamente por empréstimo dos tupiguaranis, como antes já afirmou Carvalho (1992, p. 473). Se for lícita essa conclusão, os Coroados, como os Chanés da região chaquenha (Susnik, 1975) ou os Tupinambaranas da área Madeira – Tapajós (Mano, 1996; Menéndez, 1981/82), podem ser grupos não tupi ou guarani em processo de “tupinização” ou “guaranização”.

Nesse sentido, a existência de sepultamentos primários em urnas entre povos não Tupi não invalida a proposição desse rito funerário ser referência de um culto Proto – Tupi. Pois, ao contrário das raras menções a sepultamentos direto em vasos de barro entre não Tupis –o que reforça a idéia de intrusão-, há uma certa avalanche de informações arqueológicas e documentais sobre os mesmos em áreas ocupadas por povos Tupi. Os indícios mostram exatamente que tanto na região de ocupação histórica dos Tupinambás como na região de ocupação histórica Guaraní, as urnas com enterramentos primários são marcantes. Com base nesses dados, observa-se que o ramo leste – nordeste e o ramo meridional dos Tupi

(Tupinambá e Guarani) compartilhavam um mesmo tipo de sepultamento, o que deve ter implicações lógicas para uma determinada visão de mundo em comum. Pelas vias iniciais da interpretação histórica isso leva a crer na origem amazônica do hábito, não só porque ali ele aparece em vários contextos arqueológicos, como porque deve ser anterior à subdivisão inicial do Proto - Tupi naqueles dois ramos, a partir de um ponto qualquer da Amazônia central (Brochado, 1989; Lathrap, 1975; Meggers e Evans, 1974; Métraux, 1928; Rodrigues, 1964; Schwerin, 1985).

Nos vestígios arqueológicos do contexto tupiguarani, essas urnas aparecem associadas a enterramentos feitos fora das áreas de terra preta, portanto exteriores ao círculo de habitações que compunham uma aldeia pré-histórica. As urnas funerárias assim dispostas - sempre fora dos núcleos de solo antropogênico- deviam representar enterramentos no meio da floresta (Morais, 1999/2000, p. 208), tal como o comprovam também alguns relatos históricos sobre os Tupinambá (Souza, 1587/1964, p. 581,2). Do mesmo modo, tanto quanto no registro arqueológico, nos relatos dos cronistas os enterramentos primários em urnas são mais raros que os secundários. Cronistas importantes como Jean de Lery, Nóbrega e outros (Carvalho, 1999) não chegam a menciona-los. E os que os mencionam, como Souza (1587/1964) e Cardim (1583-90/1980), e mesmo Debret (1834/1975), afirmam que apenas os chefes e seus filhos são assim inumados. Isso leva a crer no caráter esporádico desse tipo de sepultamento, o que pode ser interpretado por duas leituras não excludentes. Primeira, a confecção demorada, custosa e, portanto, rara de urnas capazes de receber um corpo humano masculino adulto e, segunda, as implicações rituais que devem ter relações lógicas com o universo mágico – religioso – guerreiro dos Tupi - Guarani.

Na maioria dos relatos históricos, tanto na área Tupinambá como Guarani, os termos usados para as urnas são cuias, vasos, panelas ou potes. Gabriel Soares de Souza (1964, p. 582). escreve: “[...] mettem-no em cócoras, atados os joelhos com a barriga, em um pote em que elle caiba [...]”. Fernão Cardim (1980, p. 94) diz que “[...] assentado o metem em um pote [...]”. Entre os Chiriguanos, Nordenskiöld (apud Carvalho, 1999, p. 9) fala sobre “[...] o costume de a viúva partir uma yambui (vaso para chicha) ao meio a fim de enterrar o marido[...]”. Métraux (1979, p. 107), reproduzindo Thevet, afirma que “[...] metem-no em um grande vaso de barro, cobrindo-o com a gamela onde o defunto costumava lavar-se [...]”. Do

mesmo modo, ao comentar os vestígios arqueológicos das urnas de Mogi-Guaçu, Godoy (1974, p.193) comenta que “[...] os colocavam numa igaçaba (que acabava servindo como urna funerária) [...]”. A observação minuciosa de alguns dos fragmentos de urnas comprovam esses registros bibliográficos e históricos. Entre eles, as urnas tupiguaranis escavadas em Capivari, acima mencionadas, apresentam de forma marcante a ação do fogo em seu exterior, o que fez os arqueólogos afirmarem que “a tampa da Urna II é um bom exemplo de cerâmica utilitária” (Pazinato, 1983, p. 6). Por esses rápidos registros, percebe-se, assim, que os vasos e as tampas não eram fabricados exclusivamente para o uso funerário. Eles eram recipientes com finalidades práticas e culinárias, tais como potes para a água e cocção de alimentos. Assim, as tampas não decoradas e mesmo os alguidares ricamente pintados que serviam de tampa às urnas eram, antes, potes de uso doméstico. Sua borda, bem mais larga que o fundo, possui um formato próprio, por exemplo, para o preparo da farinha de mandioca e recipiente de alimentos sólidos e/ou líquidos, como o cauim. Da mesma forma que as tampas, as igaçabas que se tornavam urnas funerárias, como aparece claro nas anotações entre os chiriguanos acima transcrita, eram recipientes antes usados para a chicha ou cauim, bebida fermentada de milho que aparece associada a cerimônias coletivas.

Ao levar-se em consideração o tamanho que uma igaçaba deveria ter para receber em seu interior o corpo intacto de um adulto, há que se considerar o quanto demorado e custoso seria sua confecção. Para se ter uma idéia do quanto era oneroso esse trabalho, apenas uma comparação é ilustrativa. Testes tecnológicos feitos entre fragmentos de cerâmica dos tupiguaranis do Mogi-Guaçu revelaram que enquanto um vaso cerâmico de pequenas dimensões deveria ser submetido a uma queima que atingisse em torno de 550° C, as urnas funerárias precisavam de quase o dobro disso: 1.000° C. (Godoy, 1974, p. 171). Há ainda outro importante dado. De acordo com as diferentes informações etnográficas e históricas para os tupiguaranis e para os agricultores em geral, cada família tem sua própria roça e, deste ponto de vista, o preparo da comida é familiar e o uso ordinário obviamente não exige uma tralha cerâmica de grandes proporções. Assim sendo, e seguindo o caminho aberto por Carvalho (1983, 1992, 1999), os vasos de grandes proporções só eram fabricados quando o exigiam as cerimônias coletivas de cauinagem.

Entre os Tupinambás litorâneos os relatos históricos nos dão conta de que a mais importante cerimônia coletiva era a antropofagia ritual, para a qual chamavam parentes e amigos de diferentes aldeias. Uma festa tão grande e grandiosa exigia uma quantidade significativa de cauim. Métraux, em sua síntese das referências históricas sobre a religião dos tupinambás, a respeito do período que antecede o sacrifício do prisioneiro nos dá uma idéia disso:

As mulheres encarregavam-se da fabricação de numerosos vasos de formas e dimensões diversas, que decoravam com cuidado todo especial. Determinados potes serviam para guardar as bebidas fermentadas; outros a tinta com a qual o prisioneiro devia ser pintado. Certas moças estavam encarregadas de preparar o cauim. (Métraux, 1979, p. 124).

O preparo de igaçabas para receber grandes quantidades de cauim destinado à cerimônia da antropofagia ritual se aplica não só à área de ocupação histórica Tupinambá. Apesar de afirmações contrárias há indícios na documentação do século XVI que os Guarani da bacia Paraná – Paraguaia, então território castelhano, também a praticavam. Na primeira metade do XVI, Pedro de Mendonza fez uma viagem ao rio da Prata e um de seus acompanhantes, Antonio Rodrigues, em carta datada de 1553 escreve: “Chegamos à terra dos Carijós, que são gentios muito poderosos e grandes lavradores, e naquele tempo em extremo cruéis, que comiam carne humana” (apud Carvalho, 1999, p.9). Confirmam-no Métraux (1979, p. 138) citando Montoya e Cabeza de Vaca.

[...] Os costumes e ritos guaranis, nesse sentido, são muito parecido com os dos tupinambás. Era o prisioneiro bem tratado, alimentado e amimado; davam-lhe esposa; e, no dia fixado para a sua execução, os habitantes das aldeias próximas, convidados, acorriam numerosos. [...]. Começava, então, a bebedeira, que se prolongava até o dia seguinte, data do sacrifício [...] (Métraux, 1979, p. 139).

Embora então as melhores descrições do ritual antropofágico sejam referentes aos Tupinambá, ele era normal e comum também entre diferentes povos Tupiguarani, como os guaranis antigos e chiriguano. Portanto, pelas diferentes descrições, a confecção de grandes vasos cerâmicos não pode ser vista apenas em seu caráter utilitário, mas também simbólico porque associado, primeiro, à cerimônia mais importante do universo religioso Tupinambá e Tupiguarani e, depois, aos ritos funerários de chefes – guerreiros.

Esse estado de coisas levou Carvalho (1983, 1992, 1999) a formular a tese de que a sepultura do cadáver diretamente numa urna deve corresponder ao simbolismo antropofágico guerreiro descrito tanto para tupinambás como guaranis históricos. Ao chefe ou guerreiro que não terminasse seus dias sacrificado pelos inimigos reservava-se uma inumação num grande vaso de cauim ou chicha para ele mesmo ser devorado pelos deuses canibais (Viveiros de Castro, 1986).

Para chegar, porém, com a reflexão até aí, faz-se necessário retroceder um pouco a seqüência do raciocínio. Para os diferentes grupos Tupi situados tanto na Amazônia como fora dela a guerra e a morte ritual do inimigo, seja na forma da antropofagia ou das cabeças – troféu, significa, para o matador e seu grupo, a chance de conquistar status e posições cerimoniais, como atualmente vislumbrou Fausto (2001) para os Parakanã, entre os quais só o matador – flechador é autorizado a participar do ritual de nomeação. Diferentemente dos Jê, entre os Tupi as posições cerimoniais e os nomes não se transmitem. Os atributos, os títulos e os status de prestígio são, por assim dizer, conquistados na guerra e no canibalismo (Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro, 1985). Por esta lógica, a economia política tupi não é a produção de bens, mas de pessoas, pois, no contexto antropofágico, inimigo cativado não é escravizado, mas consumido (Fausto, 2001, p. 506) e a ele, como bem notou Métraux (1979, p. 117 e ss), era dado um tratamento muito especial que o tornava, desde então, assimilado pelo grupo. Nessas condições, o consumo do inimigo é uma produção produtiva, familiarizante (Fausto, 2001), porque através dela se produzem pessoas e se apropriam nomes, cantos e rituais dos inimigos. Para o matador e seu grupo a morte ritual do inimigo significava a renomeação, a marca corporal e a apropriação da memória do inimigo.

O modo de ser Tupi fazia o homem se constituir enquanto matador e vingador. Até o seu fim: como vítima da vingança do inimigo ou inumado numa igaçaba. Para a vítima que se portava a altura –valente até o último momento- a morte gloriosa (cuja forma particular era o esfacelamento do crânio) conduzia sua alma para o caminho rápido e seguro da terra sem males, “o paraíso dos matadores e vingadores e não dos perdoadores” (Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro, 1985, p.199). Ao chefe - guerreiro que em vida não lhe foi dada a honra então de cair em combate ou devorado pelos inimigos, se lhe reservava a inumação e a devoração no *pos mortem*. A julgar pelas concepções que Viveiros de Castro (1986, p.516-

520) vislumbrou entre os Araweté –índios Tupi da Amazônia- existe no xamanismo uma forma cosmológica de antropofagia: deuses canibais que devoram as almas dos mortos (matadores em vida) tornando-os igualmente imortais.

Por estas vias, o enterro direto em urnas deve ter algumas ligações lógicas com a concepção de deuses canibais. Certos padrões rituais presentes na inumação do cadáver tornam possíveis associações simbólicas sugestivas dessa passagem. Cardim (1980, p. 94) menciona que os Tupinambás lavam o defunto, e “pintão muito galante, como pintão os contrários”, sugerindo a pintura que é feita no inimigo que será devorado nos rituais antropofágicos; e Souza (1964, p. 582) fala que os mesmos Tupinambá untam com mel o corpo do defunto antes de colocá-lo na urna. Além disso, os registros arqueológicos que indicam o sepultamento no meio da floresta (Morais, 1999/2000, p. 208) podem indicar a volta para a natureza, tornando-o não mais humano, mas fera que precisará ser domesticada através da predação familiarizante. A inumação numa urna –vaso usada para cocção de alimentos, também sugere, simbolicamente, o cozimento do morto. Há, então, neste caso, uma série de transformações que se operam entre natural – transformado; natureza – cultura; perene – permanente tornando as urnas funerárias e o enterramento primário tema do xamanismo. Essas séries de associações tornam possíveis pensar que o homem no *pos mortem* é assado e servido como inimigo - fera ao banquete dos deuses e, como mencionado, as concepções que Viveiros de Castro (1986, p. 516-520) registrou entre os Araweté parecem confirmar essas suposições: os deuses (Maï) matam as almas que chegam à sua aldeia e as devoram, tornando-as igualmente deuses e imortais.

Por estes princípios, se nos sítios tupiguarani registrados nos Campos de Araraquara são encontrados em sua maioria os sepultamentos secundários em urna, talvez isso possa ser explicado pelo fato dos mesmos serem sítios de ocupação recente, nos quais a diminuição da guerra e o fim da antropofagia ritual, normalmente atestada nos diferentes grupos Tupi ao longo do período histórico, tornam justificável os registros de sepultamento secundário em urnas em detrimento ao primário. A despeito disso está claro pelos registros fósseis que os tupi e guaranis dominaram grandes áreas de ocupação desde o médio Tietê, no trecho entre os rios

Piracicaba e Jaú, estendendo-se ao norte-nordeste cortando os Campos de Araraquara até atingir o rio Mogi-Guaçu, e a oeste até o Jacaré-Pepira.

Porém, segundo ainda os vestígios arqueológicos, os Tupiguaranis não ocuparam essa área de forma exclusiva, tendo-a compartilhado com outros grupos não tupis. Na micro-região de Araraquara, as evidências fósseis dessa ocupação são mencionadas desde o século XIX, embora tenham passado despercebidas (Braga, 1893/1994).

Quando na segunda metade do oitocentos Cincinato Braga escreve sobre a história de São Carlos ele indica com precisão a existência de sítio contendo cemitério de indígenas e objetos de uso na localidade da antiga estação ferroviária da Colônia, então denominada Conde do Pinhal.

Tinham hábitos sedentários e proviam aos mortos com que si fossem para uma segunda vida. É confirmação desses assertos o facto de ter uma tribo habitado, ao que parece por muito tempo, as adjacências da actual estação da Colônia, da via-ferrea Rio-Claro. Os primeiros visitantes ou povoadores civilizados desta região alli encontraram ainda cemitério delles e objectos de seu uso.

[...]. Nos campos, á margem direita do riacho que deslisa próximo daquella estação, muitos vasos de barro foram achados, bem acabadas urnas funerárias (sabaqués), dentro das quaes só havia [...] os dentes dos sepultados. (Braga, 1893/1994, p. 3, 4)

A secura de suas informações e a falta de ilustrações, esboços ou desenhos referentes a esses achados não permitem afirmar categoricamente qual tradição modelou as urnas e os objetos aí encontrados. Não há evidências de quais sejam e como sejam os chamados *objetos de uso*, nem ao menos o estilo e a decoração cerâmica. Ademais, nos museus da região não há nada sobre essa nota, o que sugere o fato de talvez ela ter sido colhida verbalmente por Braga e reproduzida por gerações de historiadores são carlenses (Camargo, 1916; Castro, 1916-1917; Neves, 1983). Há na descrição evidências apenas do sepultamento secundário em urnas, mas este não é privilégio Tupi. Na ausência de informações substantivas outras pistas oriundas dessa nota devem ser seguidas. Primeiro, esse provável sítio aparece em contexto de bosques de pinheiro. “Encontraram-no alli os primeiros conhecedores do terreno. Delle vem a designação Pinhal dada á sesmaria” (Braga, 1893/1994, p. 4). Segundo, o etnônimo usado por Braga para fazer referência à população original de São Carlos é guayanazes. Ora, os guaranis

no final do século XIX quando escreve Braga já eram bastantes conhecidos e os guayanazes, embora desde cedo presentes nos registros históricos, parecem ser um termo, tal como Tapuia, que se opõe ao Tupi, como aparecerá no próximo capítulo. E, terceiro, em reprodução recente dessas informações Neves (1983, p. 2), embora com as mesmas lacunas apresentadas por Braga cem anos antes, informa que “pesquisa arqueológica mais recente identificou outra aldeia desses silvícolas **nas nascentes** do Monjolinho”.

Pelo exposto até aqui, bosques de pinheiros, nascentes de rios e guayanazes (como ainda aparecerá) não se identificam, em nada, com os tupiguaranis pré-coloniais. Parecem, muito mais, ser referências a Jê meridionais, alguns dos quais conhecidos também historicamente como guayanazes (Debret, 1975). Mas para afirmar isso há um elemento complicador: na tradição Itararé, que caracteriza os Jê meridionais pré-coloniais, as urnas funerárias não são elementos diagnósticos, e há informações sobre esses mesmos guayanazes afirmando que eles enterravam seus mortos diretamente em covas (Carvalho, 1992, p. 458). Esse estado de coisas poderia inicialmente descartar a associação entre esses vestígios nos Campos de Araraquara e os Jê meridionais, não fossem outros indícios. Apesar das urnas não serem um dos elementos diagnóstico dos Jê meridionais, no século XIX, sob o etnônimo ora de guyanases e ora de coroados, Debret (1975, p. 46) fala dos povos, que no século XIX, habitavam as florestas de pinheiro do planalto meridional e colocavam seus mortos em vasilhames de barros chamados “camucis”. Sobre os Guayanazes que ocupavam as “florestas de pinheiro do Brasil meridional”, ele escreve: “[...] conservam ainda o costume de guardar os despojos mortais de seus chefes dentro de grandes vasilhames de barros, chamados camucis” (ibid, p. 46). E sobre os Coroados, dos quais, segundo suas próprias palavras, os “mais civilizados se encontravam na extremidade meridional da província de São Paulo” diz que “[...] tinham, antigamente, o costume de enterrar seus chefes de um modo peculiar: os despojos mortais do cacique venerado eram enfeixados dentro de um grande vasilhame de barro, chamado camuci” (ibid, p. 32).

A localização meridional, a ocupação de bosques de pinheiros, o uso do mesmo termo - camuci- para urna e a mesma referência a inumação de chefes fazem crer que estas descrições tratam de uma mesma etnia. A relação Guayaná – Coroados aí invocada sustenta, antes de qualquer coisa, a ineficácia das designações usadas por aquele cronista que, por serem feitas

por um olhar estrangeiro, não podem ser entendidas como etnônimos, mas como construções - tema que se abordará no último capítulo. Em consequência, o uso genérico e indiscriminado desses dois termos, bem como o contexto ecológico em que os mesmos são mencionados, levam à idéia de que eles não se referem aos tupiguaranis, mas a grupos Jê. O próprio Debret (1834/1975, p. 31), como acima mencionado, afirma que os Coroados são “fragmentos da grande nação dos Tapuias”, isto é: não tupis. Colabora ainda com isso o fato de Nimuendaju (1912/1982, p. 44) já ter demonstrado que os Coroados da região sul se autodesignavam Kaidngygn, e também por já ter sido sustentada por diversos autores, entre os quais Monteiro (1984) e Carvalho (1992), a relação dos Guayná do sul com os mesmos Kaingáng –tema que também aparecerá no próximo capítulo. Assim, se entre os Jê meridionais é aceita a inumação de chefes em igaçabas, como já mencionado isso é entendido por uma intrusão recente adotada por empréstimo dos tupiguaranis (Carvalho, 1992, p. 473). Certas semelhanças fonéticas entre o termo “camuci” anotado por Debret entre os Guayaná – Coroado e o termo “yambui” dado pelos chiriguanos ao vaso de chicha depois usado como sarcófago (Carvalho, 1999, p. 9) podem ajudar nessa associação -tema que fica em aberto para ser investigado pelo olhar mais competente dos lingüistas.

Além disso, no século XIX os tupiguaranis já eram bastantes conhecidos para não serem identificados, seja por Debret (1834/1975) ou por Braga (1893/1994). Por isso, tanto na área meridional do Brasil como na micro-região de Araraquara os vestígios fósseis associados aos bosques de pinheiros e ao termo Guayaná devem ser interpretados como não tupis. E se na região sul a presença de igaçabas nesses contextos não invalida essa constatação, o mesmo vale para os vestígios mencionados nas proximidades da atual cidade de São Carlos. Nesse sentido, os vestígios arqueológicos até agora disponíveis mostram que as ocupações tupiguaranis pré-coloniais nos Campos de Araraquara não ocupavam esse território de forma contínua ou exclusiva, mas o repartiam com grupos não tupis.

Dados irrefutáveis sobre a ocupação pré-colonial de populações ceramistas não Tupi nos Campos de Araraquara foram, por sua vez, encontrados definitivamente nos anos de 1990. Ao longo de todo esse decênio arqueólogos da USP, liderados pela Profa. Márcia Angelina Alves, desenvolveram um programa sistemático de escavações no município de Monte Alto, cerca de 100 Km ao norte da cidade de Araraquara pela rodovia Washington Luiz. Por meio

do “Projeto Turvo” eles identificaram e estudaram três sítios (Água Limpa, Anhumas I e II) na serra de Jaboticabal dentro do vale do rio Turvo, afluente meridional do Grande. Os três sítios a céu aberto foram identificados como do tipo “lítico-cerâmico-colinar” de “assentamento horticultor ceramista” (Alves e Calleggio, 1996, p. 123), com “um único estrato lítico cerâmico” (Alves e Cheuiche Machado, 1995, p. 298).

Nas sucessivas escavações realizadas em um desses sítios –Água Limpa- foram encontrados vestígios habitacionais, área de sepultamento primário e secundário, restos de combustão, restos alimentares e mais de 10.000 peças entre cerâmicas (lisa e pintada), líticos (lascados e polidos) e artefatos confeccionados a partir de ossos e chifres de animais. Juntos, eles permitem compor um quadro da ocupação humana naquela localidade entre aproximadamente o século IV e XVI d. C. (Alves, 1999), período estimado de acordo com a datação por termoluminescência aferida de amostra de cerâmica coletada em área de evidência de fogueira, que apontou para 1554 anos a. p. (Alves e Calleggio, 1996, p. 127; Alves e Cheuiche Machado, 1995, p. 298; Alves, 1999). Essa datação confirma, como já assinalado para os tupiguaranis, a ocupação recente do atual interior paulista por grupos ceramistas agricultores.

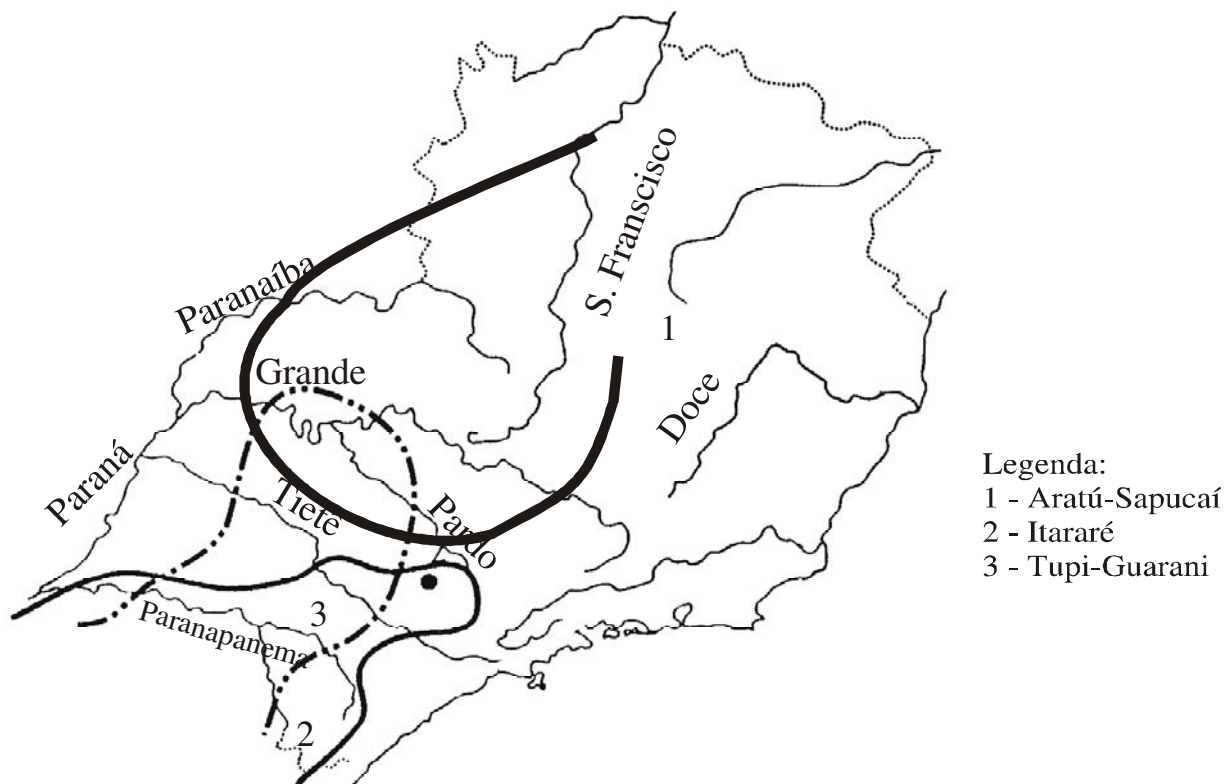
Os vestígios de ocupação pré-colonial encontrados ao norte dos Campos de Araraquara, à semelhança das ocupações tupiguaranis, se caracteriza por ser do início da era cristã e comportar grandes aldeias agrícolas sedentárias. No entanto, as semelhanças cessam aí, porque mesmo essas grandes aldeias apresentam, ao contrário do modelo tupiguarani, um padrão regular de composição das unidades habitacionais. No sítio Água Limpa –cuja área estudada é de 5.865,60 m²- nove manchas escuras ovaladas foram identificadas, oito perfiladas no sentido leste – oeste e uma, ao norte das mesmas, medindo 10,0 metros de extensão, 1,50 de largura e 2,0 de profundidade (Alves e Cheuiche Machado, 1995, p. 298). Dado o fato dessas manchas representarem áreas habitacionais, a composição dessa aldeia pré-colonial é entendida como casas comunais de formato oval compondo um eixo linear de frente a uma construção ou praça central. Nos vestígios arqueológicos, a tradição de grandes aldeias lineares (como a revelada pelo sítio Água Limpa), é identificada, tais como as de formato circular, oval ou em ferradura, com os povos da tradição Aratú-Sapucai que correspondem aos agricultores ceramistas pré-coloniais do Brasil central (Morais, 1999/2000, p. 209; Oliveira e

Viana, 1999/2000, p. 163; Prous, 1992, p. 351). Inclusive a forma espacial de aldeias circulares se associa etnologicamente às aldeias dos Jê centrais, como Bororo, Xavante e Cayapó. Não que exista uma relação imediata entre as populações que deixaram os vestígios de ocupação pré-colonial e os grupos historicamente conhecidos, mas que certos padrões de similaridades podem ser encontrados. As grandes casas ovaladas dispostas em relação a uma praça central apresentam um paralelo morfológico importante entre esses vestígios e os conjuntos habitacionais dos Jê centrais.

Além disso, tais como os Jê centrais a tradição Aratu-Sapucaí ocupou no passado as matas e cerrados do Brasil central (Guidón, 1992, p. 56), tendo se expandido em direção ao sul e ao litoral onde devem ter se chocado, no atual estado de São Paulo, como os Tupiguaranis que se expandiam em sentido contrário, rumando de sul ao norte e ao litoral. Segundo as sínteses gerais do sistema de povoamento Aratú-Sapucaí ele é considerado como uma das tradições do Brasil central, com ingerências significativas pelo território sudeste (Moraes, 1999/2000, p. 209) e cuja distribuição no centro leste do país devia corresponder, no passado, a uma linha contínua que vai desde Minas Gerais, na altura de Belo Horizonte, até o Mato Grosso, passando pelo norte de São Paulo (Prous, 1992, p. 350). Na última dessas áreas, à qual correspondem os sítios pré-coloniais de Monte Alto, os tupiguaranis então nunca conseguiram se firmar, tendo que frear sua expansão ao norte. Mesmo correspondendo a áreas ecologicamente atraentes aos tupiguaranis, como o vale do rio Grande, eles aí cessaram seu avanço em virtude justamente da pressão de grupos numerosos, compostos de grandes aldeias agrícolas que se filiam à tradição central Aratu-Sapucaí (ver mapa 8). Ao fazer referência aos sítios tupiguaranis em Minas Gerais, Prous (1992, p. 412) comenta essa situação:

[...] no estado de Minas Gerais, os sítios Belverde, no vale do rio Grande, apresentam sobretudo cacos vermelhos; mas a fase é considerada recente e o desenvolvimento do engobo vermelho pode resultar de uma influência dos sítios Sapucaí vizinhos, que dominam esta área, onde os Tupiguaranis nunca chegaram a se implantar firmemente.

Nesse sentido, os sítios do vale do rio Turvo, ao norte dos Campos de Araraquara no atual estado de São Paulo, representam as ocupações mais meridionais da tradição ceramista Aratu-Sapucaí. E outros indícios dos sítios do município de Monte Alto conduzem a essa conclusão.



Mapa 8 : Distribuição das Tradições ceramistas mencionadas.

Tal como exposto para as outras tradições ceramistas agrícolas pré-coloniais até aqui discutidas, os elementos que podem conferir –embora com restrições- uma certa identidade ao que se convencionou chamar de tradição podem ser, entre outras, seu padrão cerâmico, a predileção por um determinado tipo de ambiente e as formas de habitação. Para o último desses itens ficou acima exposto como o formato e a disposição das unidades habitacionais do sítio Água Limpa em Monte Alto (que reconstruía uma aldeia de casas ovaladas dispostas de forma linear em relação a uma construção central), é aceito como característico da tradição Aratu-Sapucai. Assim como esse elemento, a cerâmica e seu emprego mortuário, e a adaptação a um determinado ambiente também levam a concluir por essa relação.

Nas escavações procedidas nos solos de manchas pretas e nos catorze vestígios de fogueiras circulares internas e externas às áreas habitacionais encontrados em Água Limpa (Alves e Calleffo, 1996, p. 300) foi achada uma farta coleção de cacos cerâmicos que permitiram a reconstituição de alguns objetos de uso ordinário. De acordo com a bibliografia

esses cacos apresentavam invariavelmente a forma lisa, raramente pintada (Alves e Cheuiche Machado, 1995, p. 299). Parte do material cerâmico desse sítio, exposto no Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto, mostra exatamente isso: uma série de utensílios em forma de vasos cônicos e cuias ou tigelas de base plana, feitos com material cerâmico não decorado, de aspecto liso e tonalidade negra. Esse padrão cerâmico, na forma e no tratamento, se assemelha ao modelo que é descrito para as populações ceramistas pré-coloniais do Brasil central. Sítios do sudoeste de Minas Gerais, divisa com São Paulo, próximo à Represa de Furnas no rio Grande, revelam uma cerâmica igualmente negra e de decoração inexistente (Prous, 1992, p.338), embora em alguns casos com tratamentos de superfície, como o engobo vermelho, que os arqueólogos (Prous, 1992; Guidón, 1992) dizem ser produzidas pelos ancestrais dos Puri-Coroados (Jês), ora identificados como tradição Una (quando aparecem as formas e os vasos de dimensões pequenas) ou Aratu-Sapucaí (quando aparecem os grandes vasos que comportam dezenas e até centenas de litros). Em comum, ambas as tradições identificadas como centrais pelos arqueólogos, e tal como nos vestígios cerâmicos de Monte Alto, não apresentam a ocorrência comum de grandes pratos ou assadores, o que deve ter implicações lógicas com a ausência da mandioca brava como um dos produtos básicos da agricultura dos grupos ceramistas centrais.

As evidências do uso mortuário dessa cerâmica em Monte Alto aparecem tanto nos sepultamentos secundários em urnas como também nos primários fora de urnas. Nas primeiras campanhas de escavação, do início dos anos 1990, foi identificada no espaço do sítio – aldeia Água Limpa, mas fora dos núcleos de mancha preta (áreas habitacionais), área de sepultamento primário fora de urnas de onde foram exumados dez esqueletos humanos adultos de ambos os sexos (Alves e Cheuiche Machado, 1995). Dos nove sepultamentos analisados²⁸ quatro apresentavam acompanhamentos funerários associados, entre outros, a cerâmica que recobria certas regiões anatômicas. Destes quatro, dois sepultamentos femininos apresentavam uma pequena tigela de cerâmica lisa e negra repousada sobre a parte inferior do corpo (fêmur e pés); e dois sepultamentos masculinos continham fragmentos de cerâmica lisa e negra recobrimdo o crânio dos sepultados (Alves e Cheuiche Machado, 1995, p. 305). Essas

²⁸ O sepultamento número 10, o corpo feminino inteiro datado de 1044 anos a. p., foi preservado para exposição no Museu Municipal de Arqueologia de Monte Alto, não tendo sido analisado.

diferenças no tratamento mortuário dos sexos, segundo as autoras, podem estar relacionadas a certos padrões sociais difíceis de traçar em vista apenas dos vestígios fósseis. Em caráter de hipótese, Alves e Cheuiche Machado (idem, p. 306) concluem:

Em síntese, as diferentes características simbolizadas nos ritos funerários da população do sítio de Água Limpa estariam relacionadas à organização da própria sociedade horticultora pré-histórica, não hierarquizada, considerando-se aspectos ideológicos, divisão de trabalho e status (valor pessoal) conquistado pelo indivíduo em atividades específicas na comunidade.

A presença de cerâmica negra, sem decoração, associada aos ritos mortuários não está apenas nos sepultamentos primários diretamente no solo, mas aparecem também nos sepultamentos secundários em urnas. Durante as escavações do sítio de Água Limpa a equipe encontrou fora das manchas pretas e da área de sepultamento primário duas urnas globulares de cerâmica sem decoração contendo vestígios de ossos humanos. Uma delas com tampa continha ossos de adulto e outra sem tampa continha restos esqueléticos de uma criança e, em ambos os casos, “as evidências sugerem tratar-se de enterramentos secundários” (Alves e Cheuiche Machado, 1995, p. 304). Como se vem insistindo, os sepultamentos secundários em urnas aparecem igualmente em contexto arqueológico dos tupiguaranis, só que nestes casos as urnas ou as tampas aparecem com decorações corrugada e/ou policrômica. Em Monte Alto, a ausência da decoração nas urnas e na tampa, associada aos cacos de cor escura, ao formato globular e não piriforme das urnas e as grandes dimensões das mesmas, ao lado das quais aparecem recipientes pequenos também sem decoração e cor escura, tal como expostos no Museu de Monte Alto, sugerem sua associação não com as culturas ceramistas meridionais, mas centrais, tal como é encontrado na cerâmica Aratu-Sapucaí em Minas Gerais e no Mato Grosso (ver figura 7) que apresentam as mesmas características diagnosticadas no sítio Água Limpa (Morais, 1999/2000, p. 209; Oliveira e Viana, 1999/2000, p. 162 e ss; Prous, 1992, p. 350 e ss).

Nesse sentido, a cerâmica do vale do rio Turvo, tal como as formas e a disposição das áreas habitacionais já também discutidas, conferem legitimidade à suposição de relação desses assentamentos com os Proto – Jês do Brasil central. E, finalmente, o último elemento escolhido para associar os sítios do norte do atual estado de São Paulo, nos Campos de

Araraquara, às tradições ceramistas centrais Aratu – Sapucaí, qual seja, a predileção por um determinado tipo de ambiente e o manejo dos ecossistemas, também indica a mesma direção.

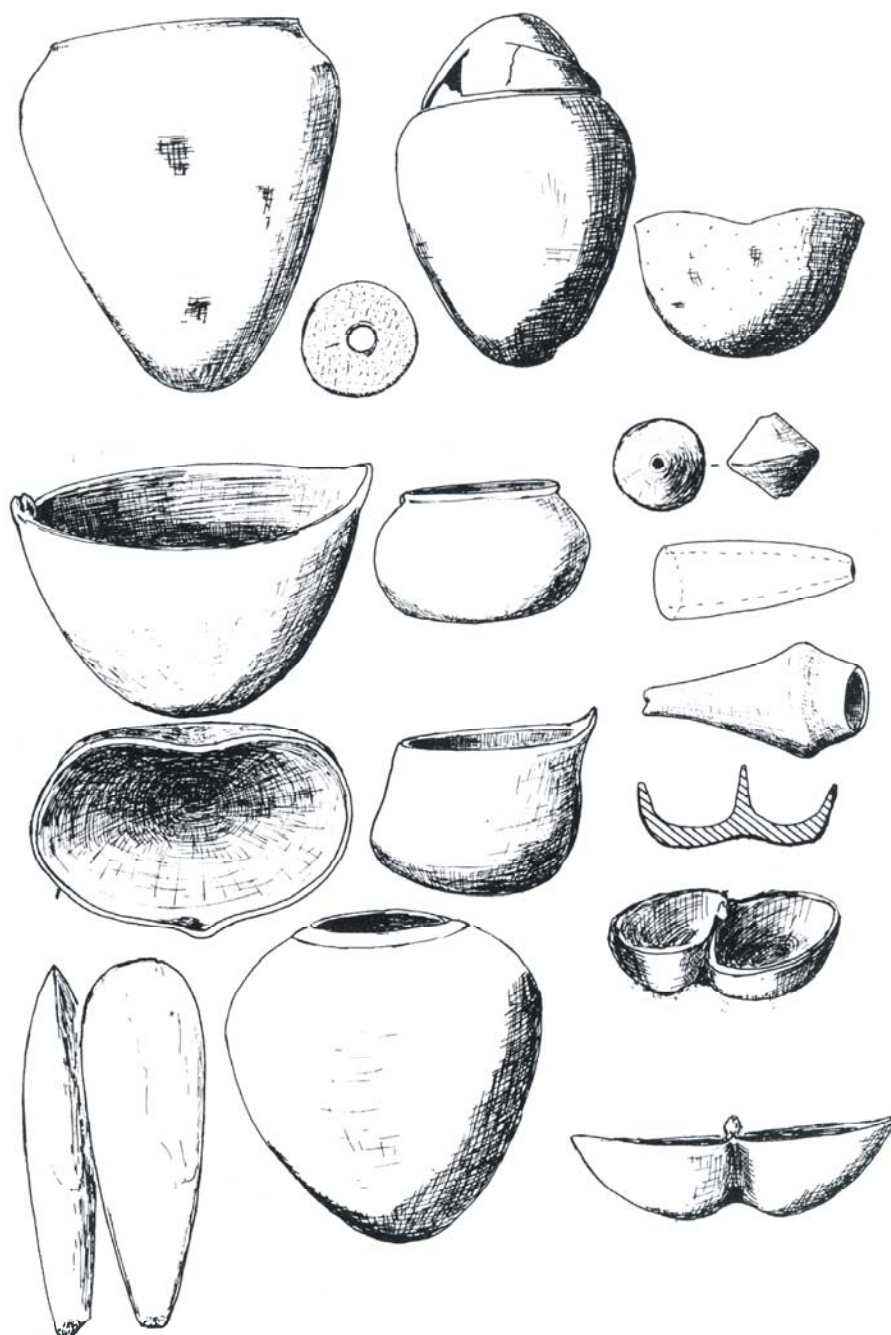


Figura 7: Formas cerâmicas e líticas típicas da tradição Aratu-Sapucaí
Fonte: Prous, 1992

Geralmente as tradições centrais, tanto do ponto de vista arqueológico como etnográfico, são interpretadas como adaptadas às condições ecológicas do cerrado. Há, no entanto, como discutido no capítulo 1 desta parte do trabalho, um grande gradiente no que se entende por cerrado, cujos vários ecossistemas são conscientemente usados ainda hoje pelas populações humanas. Além disso, há que se considerar ainda um outro fato: o de tanto os grupos ceramistas pré-coloniais Aratu-Sapucaí, como os grupos Jê centrais historicamente conhecidos, estarem desde cedo engajados na agricultura. Isso supõe que, embora utilizando os ambientes de cerrado, as florestas eram ocupadas para a agricultura de coivara e isso comprova a localização dessas aldeias e sítios. Como já apontado em outro trecho deste trabalho, do ponto de vista da etnografia os remanescentes Jê que ocupam o Brasil central habitam geralmente em aldeias circulares dispostas a um meio termo entre a mata e o campo. Como estes, a localização dos sítios ceramistas pré-coloniais da tradição Aratú-Sapucaí no norte do atual estado de São Paulo e Minas Gerais também se encontram quase que invariavelmente em regiões colinares perto de rios ocupando grandes superfícies de até 500 metros (Prous, 1992, p. 350) numa região definida como “o universo regional das chapadas, domínio de matas e cerrados” (Moraes, 1999/2000, p. 209); ou ainda, “ambientes abertos, de relevo ondulado suave a forte, geralmente em ambiente de mata e raramente nos cerrados” (Oliveira e Viana, 1999/2000, p. 162). Na região de Monte Alto os vestígios apontam, tal qual essa tendência geral, para a exploração de diferentes ecossistemas, com o manejo tanto de “ambientes tipicamente de florestas”, como “cerrado ou áreas não florestadas” (Alves e Calleffo, 1996, p. 136), e isso se encaixa perfeitamente nas descrições dos ambientes dos Campos de Araraquara onde o cerrado aparece entremeado a florestas e matas subtropicais – como ficou exposto no capítulo anterior.

Ante o fato dos grupos Aratu-Sapucaí serem agricultores especializados em produtos como o milho, feijão e tubérculos, embora com a ausência de mandioca amarga (Oliveira e Viana, 1999/2000, p. 163) –o que explica a quase inexistência em sua tralha cerâmica dos grandes pratos ou assadores-, os sítios de Monte Alto ocupavam áreas sobre latossolo vermelho (terra roxa). Quando Alves e Cheuiche Machado (1995, p. 303) escreveram artigo sobre os padrões de sepultamento do sítio Água Limpa elas relataram que se teve “problemas específicos durante a escavação e a análise devido às características do solo argiloso e úmido”.

Esse solo úmido, argiloso, de tonalidade escura –o chamado latossolo vermelho- é considerado o solo mais fértil do interior do atual estado de São Paulo e foi usado durante os diferentes momentos de ocupação humana na região como solo para plantio. Não obstante a isso, a análise de restos alimentares colhidos no sítio Água Limpa (Alves e Calleffo, 1996) apontam para uma subsistência baseada no manejo de diferentes áreas. Além de ocuparem lugar propício para a agricultura, atividade que segundo alguns arqueólogos (Oliveira e Viana, 1999/2000, p. 163) era a responsável pela principal parte do sustento dos grupos da tradição Aratu-Sapucaí, os vestígios faunísticos (fragmentos ósseos encontrados junto às fogueiras e às cerâmicas) apontam para uma dieta variada que incluía moluscos, crustáceos, mamíferos, répteis, aves e, em menor quantidade, peixe (Alves e Calleffo, 1996, p. 130). A análise dos restos alimentares permitiu identificar a coleta de moluscos (caramujos) de água doce de rios e lagos e de lesmas terrestres; a caça de répteis, como lagartos, serpentes, crocodilos e tartarugas; a caça de mamíferos como a anta, o porco do mato, roedores, primatas, veado campeiro; e a caça de marsupiais, como as principais atividades produtivas da população pré-colonial de Monte Alto. Isso levou, dentre outras, a duas constatações.

Primeira, que os animais caçados representam adaptações a ecossistemas diferentes, tais como o fluvial, o ribeirinho, a floresta e áreas de campo, denotando, com afirmado, o manejo de diferentes ambientes. Sobre este aspecto, os estudos no sítio de Água Limpa concluíram efetivamente que “alguns dos animais encontrados nesse sítio são tipicamente de ambientes de floresta, enquanto outros são típicos de áreas de cerrado ou não florestadas” (Alves e Calleffo, 1996, p. 136). E, segunda constatação, que os assentamentos Aratu-Sapucaí em Monte Alto, diferentemente dos assentamentos tupiguaranis nos quais a pesca aparece como elemento importante da dieta, a caça exerce um papel mais significativo na captura de proteína animal. Quando esses mesmos trabalhos sobre o sítio Água Limpa foram publicados os dados sobre os restos alimentares de peixe indicavam apenas a existência de uma única vértebra encontrada (Alves e Calleffo, 1996, p. 134). Uma vez colocados em relevo, esses dados levaram à afirmação da importância da caça nos seguintes termos:

[...] Alguns ossos apresentavam vestígios de queima e muitas vezes estavam associados a carvão de fogueiras e vasilhames cerâmicos fragmentados, o que indica que esses animais foram consumidos e que a dieta desse grupo foi

baseada quase que exclusivamente na caça, onde os valores da carne podem ser determinados de alto valor. (idem, p. 132)

Os resultados da análise desse material está permitindo então os pesquisadores concluir que a população que deixou esses vestígios materiais de ocupação tinham hábitos sedentários, pois se localizavam em região favorável à caça e plantio de subsistência, tendo habitado a região por mais de 1000 anos, entre o século IV d. C. até aproximadamente 1550 (Alves, 1999). Eram agricultores – ceramistas que conservavam como prática social a caça, coleta e, em menor escala, pesca e, de acordo com as características do material escavado e das discussões acima propostas, pertenciam à tradição Aratu-Sapucaí, conclusão que aparece, também, nos comentários da arqueóloga responsável pela equipe de escavação em Monte Alto (Alves, 1999).

Por tudo que ficou arrolado até aqui a região à direita do médio Tietê, nos Campos de Araraquara, entre o Mogi-Guaçu a leste, o grande ao norte e o Paraná a oeste, serviu de palco à movimentação e fixação de diferentes grupos ceramistas agricultores pré-coloniais, com evidências claras da ingerência de grupos meridionais e centrais, tal como foi constatado também para as ocupações de grupos pré-ceramistas (ver mapa 8). Para o caso dos grupos ceramistas a área entre o médio Tietê, após a confluência do Piracicaba, com o médio Mogi-Guaçu a norte-nordeste e o rio Jacaré-Guaçu a oeste, foi uma área onde a ocupação contínua de povos tupiguarani repartia o território, daí para norte e noroeste, com povos não tupis, tais como os da tradição central Aratu-Sapucaí. Os tupiguaranis ocuparam preferencialmente áreas florestais e margens de rios piscosos e os Aratu-Sapucaí áreas de florestas e cerrados.

Tal como se vem insistindo, os vestígios fósseis de ocupação humana pré-colonial nos Campos de Araraquara indicam, pois, a ingerência de elementos centrais e meridionais em sua configuração. Com isso em mente, a partir de agora buscar-se-á confirmar para o período colonial ou histórico esse quadro de ocupação, usando como base de pesquisa os vestígios ou indícios que brotam da documentação histórica e da bibliografia disponíveis.

3. O Contexto Indígena em Tempos Históricos

Ao chegar a este ponto do trabalho algumas conclusões já são evidentes. Após ter na Parte I reconstruído o processo de reconhecimento na documentação e na cartografia paulista de uma área definida historicamente como Campos de Araraquara; na Parte II, que termina com este capítulo, intenciona-se inserir a dinâmica das populações indígenas no contexto das abordagens sobre a história dessa região. Para isso procurou-se até aqui não se limitar a reproduzir as esparsas notícias da historiografia regional sobre essas sociedades, mas, antes, construir um quadro geral comparativo em bases adaptativas, etnológicas e arqueológicas para a partir delas discutir as fontes documentais.

Grosso modo, essa área foi definida como histórica na Parte I deste trabalho e é isso que dá a ela uma unidade constitutiva passível de ser apreendida em termos investigativos. Não há por assim dizer outros elementos através dos quais se possa reconhecer uma homogeneidade para essa região. Assim sendo, tal como aparece na Parte II, essa área não pode, primeiro, ser definida como área geográfica, pois seu meio ambiente apresenta a intersecção de diferentes ecossistemas. Por consequência, ela não se limita a apresentar fatores para uma única possibilidade de estratégia adaptativa das populações humanas, mas dá condições para o desenvolvimento de atividades voltadas para exploração e manejo de ambientes tão diferentes como o cerrado e a floresta, ou a combinação de ambos. Segundo, os Campos de Araraquara tampouco se configuram como área etnográfica, pois ao contrário de uma pretensa homogeneidade de traços e/ou elementos culturais desde cedo essa região serviu de palco a movimentos e assentamentos de grupos distintos culturalmente. Nesse sentido, o que se vem insistindo desde o capítulo 1 desta segunda parte do trabalho é que esta área pode ser mais bem entendida se situada num contexto de diferentes ingerências culturais, com intrusões de elementos meridionais e centrais em sua formação. Sobre este último ponto, os dados apresentados no capítulo anterior permitiram concluir, para as duas etapas do povoamento humano ali discutidas (os sítios líticos de grupos caçadores-coletores-pecadores e os sítios lítico-ceramistas de grupos agricultores), pela intrusão e ingerência de elementos centrais e meridionais. Ainda que a linha da continuidade entre grupos pré-ceramistas e ceramistas pré-coloniais não possa ser estabelecida, há certos padrões de semelhança entre a

ocupação da região norte do atual estado de São Paulo em ambas as fases, que as diferenciam da ocupação das regiões central e sul. Enquanto ao norte dos Campos de Araraquara se apresentam elementos centrais representados em ordem cronológica pela Tradição pré-ceramista Itaparica e pela Tradição ceramista Aratu-Sapucaí; no sul e centro do atual estado de São Paulo os elementos meridionais estão representados em ambas as fases de povoamento pelas Tradições pré-ceramistas Umbu e Humaitá e as Tradições ceramistas Itararé e Tupiguarani. De um modo amplo isso indica que as tradições centrais em processo de expansão no sentido norte-sul teriam se chocado ao norte e centro do atual estado de São Paulo, nos Campos de Araraquara, com as tradições meridionais que se expandiam em sentido contrário.

Dessa forma, após ter apresentado no capítulo anterior os povos ceramistas e pré-ceramistas nos Campos de Araraquara como filiados às tradições centrais e meridionais, com ingerências significativas no período cerâmico de tupiguaranis e não tupis (Proto-Jês - centrais), este capítulo pretende usar as pistas documentais para ampliar temporal e discursivamente as questões referentes ao contexto de ocupação de povos indígenas na região. E tal como foi possível aferir dos modelos adaptativos e dos registros arqueológicos, os documentos e a bibliografia utilizados para elaborar a Parte I deste trabalho também apresentam indícios para compor um cenário de ingerências culturais distintas em tempos históricos, indicando tanto ocupações tupis e guaranis como não tupis.

No entanto, ao propor discutir agora quais povos indígenas aparecem na documentação, certas questões podem fazer crer que se pisa em terreno pantanoso. Problemas relativos a uma suposta lacuna documental sobre a presença indígena na região têm, até hoje, não só obstruído os caminhos da pesquisa como feito proliferar enganos e dogmas.

Parte da crença na dificuldade em se traçar uma história sobre os índios nos Campos de Araraquara é sustentada por razões de ordem histórica que não se pode negligenciar. Documentos importantes como o ofício de Luís Pedroso de Barros de 1724 no qual aparece a primeira menção direta ao topônimo Araraquara, ou relatos monçoneiros sobre o trecho do médio Tietê (Ordonhes, 1784/1976, p. 208), nada informam a respeito de índios. Além disso, devido ao fato da região não ter despertado o interesse do poder público dos séculos XVII e XVIII (como ficou anotado na Parte I deste trabalho) ela caiu no esquecimento das autoridades

legais, o que fez os contatos iniciais serem quase sempre movidos por iniciativas isoladas e particulares que não foram documentadas (Corrêa, 1967, p. 26).

Caso ilustrativo é o de Pedro José Neto, fundador da cidade de Araraquara. Fugido da Justiça de Itu ele perambulou pela região de 1790 a 1805 e estabeleceu diversas posses numa região que se estende por no mínimo 100 Km de extensão em linha reta, entre os atuais municípios de São Carlos, Araraquara, Boa Esperança, Gavião Peixoto e Jaboticabal. Porém, não há de seu próprio punho nenhum documento até agora encontrado sobre os episódios que se sucederam nos quinze anos que ficou internado nos Campos de Araraquara. Aliás, não há de seu próprio punho nenhum documento, o que sugere o fato dele ter sido talvez analfabeto. Seu nome aparece associado aos Campos de Araraquara em documentos cartoriais (R.S. vol 4, p. 241, 263, 266, 449), ofícios (D.I., vol. 44, p. 120-121) e na bibliografia sobre a região (Aguiar, 2003; Almeida, 1948; Braga, 1994, p. 11; Corrêa, 1967, p. 28; França, 1915; Lemos, s/d, p. 88; Secondo, livro 4, fl. 117; livro 19, fl. 30).

Apesar dessa aparente lacuna há fortes indícios para se crer no contato que ele deve ter estabelecido com povos indígenas nos Campos de Araraquara. Conforme se tem presente nos documentos, ele e seus dois filhos pediram a posse de uma sesmaria nas cabeceiras do rio Jacaré (R.S., vol. 4, p. 449) e doaram ou venderam no mínimo mais oito posses às autoridades de Itu e Piracicaba (R.S., vol. 4, p.241, 263, 266). Ao todo, ele e sua família teriam aberto num prazo de quinze anos cerca de nove posses num trecho de sertão de mais de 100 Km. Em face do curto espaço de tempo e dos poucos braços disponíveis para a empreitada, outros autores já levantaram a hipótese dele o haver conseguido com a ajuda de índios. Lemos (s/d, p. 120) e Secondo (livro 4, fl. 147; livro 19, fl. 30) referem-se à tradição dele ter “conseguido atrair a simpatia do gentio que o ajudou a explorar essa extensa região”. Não há ainda provas documentais desses fatos, mas se for levado em consideração algumas questões de ordem prática é claro que apenas um homem e dois filhos não poderiam ter percorrido essa grande extensão territorial e aberto tantas posses.

É certo que desde pelo menos o segundo quarto do XVIII quando Luís Pedroso de Barros abre caminho do Tietê ao Paraná, os caminhos que passam pelos Campos de Araraquara são batidos. Porém, o sentido de ocupação das posses de Pedro José Neto não se direciona no sentido do Tietê por onde seguiu aquele caminho, mas no das cabeceiras dos

afluentes de sua margem direita, e daí em direção nordeste ao Mogi-Guaçu. Esta região ainda era no final do XVIII um incógnito sertão, cujos obstáculos naturais foram tantas vezes mencionados por viajantes como Lacerda e Almeida (1788/1841, p. 58), que ao encontrar “uns montes que lhes chamão de Araraquara” diz: “[...] É tradição que n’estes montes há muito ouro. Varias pessoas tem tentado chegar a elles, e o não tem conseguido pelos muitos pantanaes e obstáculos que se encontram [...]”. O desconhecimento e as dificuldades do terreno, o caráter solitário-familiar (casal e dois filhos) dessa empreitada, as questões práticas de sobrevivência (alimentação, abrigo e defesa), os desafios constantes para superar obstáculos naturais e os limites do corpo durante 15 anos no sertão, e ainda assim a disposição para correr caminhos, abrir florestas e campos, marcar e tomar posse parece façanha demais para a epopéia de um herói solitário. Deste ponto de vista e dos vestígios arqueológicos já discutidos, a presença indígena é desde cedo presente nos tempos históricos, mas permanece invisível.

Em face dessas orientações as primeiras lacunas documentais sobre a presença indígena na região devem ser sanadas, pois, com um quadro comparativo e um recorte espacial abrangente que são os próprios tecidos desta tese. No primeiro desses casos, toda parte II deste trabalho vem compondo modelos adaptativos e arqueológicos de ocupações humanas que culminam com a constituição deste último capítulo. E sobre o recorte espacial entende-se, inclusive, que parte da crença naquela suposta lacuna se explica, também, pelo fato da maioria da bibliografia sobre a área ter se baseado num recorte espacial geográfico restrito às bacias do alto e médio Jacaré-Guaçu e Jacaré-Pepira. Ao contrário disso, o fato de tratar aqui o topônimo Araraquara como um designativo bastante abrangente permite olhar tanto para o interior dessa área quanto para as bacias do Paraná, do Grande, do Tietê e do Mogi-Guaçu. E esse olhar abrangente tem suas raízes não apenas no fato de como se entende neste trabalho o topônimo Araraquara, mas também de já ser evidente que, do ponto de vista da ocupação humana, os contornos do espaço geográfico e histórico são frágeis. Nesse sentido, olhar para o que ocorre na bacia do rio Grande no seu lado mineiro, ou para a região entre a bacia do Tietê e Paranapanema ao sul, ou para a região mato-grossense do rio Paraná não é desviar o olhar dos Campos de Araraquara, mas é sim iluminá-lo a partir de referências a movimentação de povos e grupos que tiveram ingerência sobre a região. Assim entendida, as condições para

uma história sobre os índios com base nos documentos aumentam significativamente, pois ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX foram produzidas informações suficientes nessa vasta área para resgatar momentos ou retratos etnográficos.

Talvez assim desobstruídos os caminhos da pesquisa se possa dialogar com os enganos e dogmas reproduzidos acriticamente que se proliferaram ante a suposta lacuna documental sobre a presença indígena na região.

Entre os enganos está recentemente a de um historiador jauense que escreveu sobre a colônia de Potunduva no XIX como um “alvo fácil dos ataques dos índios Kaingangs, do grupo Tupi, sempre a repelir a presença agressiva dos brancos no seu dialeto mandeva” (Claro, 1998, p.6). Apesar do esforço em reunir informações documentais o desconhecimento da etnologia leva esse autor a um enorme engano ao tratar Tupis (Guarani - nhandeva) e Jês (Kaingáng) como um único e mesmo grupo. Este fato mostra como ainda hoje se cometem erros graves com referência a uma história sobre os índios na região. Por sua vez, entre os dogmas está a aceitação acrítica do etnônimo Guayaná para fazer referência a um suposto povo indígena homogêneo nos Campos de Araraquara, tema reproduzido a exaustão e ainda hoje por diferentes autores (Aguiar, 2003; Almeida, 1948; Braga, 1994; Castro, 1916-1917; Corrêa, 1967; França, 1915; Neves, 1983).

Ao tocar nesses velhos e novos problemas, e ao fechar a tese com este capítulo, pretende-se mostrar que aquela suposta invisibilidade da presença indígena na região, às vezes geradora desses enganos e dogmas, esconde uma realidade na qual se apresenta os Campos de Araraquara como um corredor de influências culturais distintas, tema que se vem tecendo desde o capítulo 1 da Parte II deste trabalho.

A movimentação desses diferentes grupos por essa área, como já o comprovam os vestígios arqueológicos, é bastante anterior às primeiras entradas oficiais no século XVIII. A partir do início desse século, quando as expedições oriundas de São Paulo cruzaram os caminhos em direção ao sertão de Goyazes ou a Cuiabá, elas o fizeram rumando no sentido da área historicamente delimitada como Campos de Araraquara (ver Parte I). Se levar em consideração a assertiva de S. Buarque de Holanda (1957) de que as entradas se fizeram por caminhos já existentes, o que comprova a rapidez com que esses traçados são feitos, ela indica que os caminhos que passavam pelos denominados Campos de certo tinham uma existência

anterior aos tempos históricos. E assim de fato devia ser, pois somente a existência de vias pré-coloniais “pelas quais se comunicavam os índios de diferentes tribos e grupos da mesma tribo” (Holanda, 1957, p. 23) consegue, por exemplo, explicar os achados ocasionais de elementos arqueológicos centrais (como os machados semilunares) em sítios meridionais Itararé e Tupiguarani do sul do país e interior do atual estado de São Paulo.

Como na arqueologia, os amplos quadros explicativos que procuram dar conta da presença humana original nos campos e florestas do planalto meridional brasileiro revelavam também essa heterogeneidade, mencionando a ocupação do planalto ocidental paulista, do qual faz parte os Campos de Araraquara, por populações de filiação cultural Tupi e Jê. Von Ihering (1904 e 1907), baseado em Hans Staden e Martius, afirma serem os Tupiniquim (índios Tupi que hoje vivem no litoral do atual estado de Espírito Santo) os habitantes originais da região, informação compartilhada por Capistrano de Abreu (Abreu, 1930) que vai ainda mais longe, afirmando que tanto o litoral como o sertão do estado de São Paulo era habitado pelos Tupiniquim. Já Angyone Costa (1959) menciona como habitantes primitivos da região os Bororo e Cayapó (ambas populações Jê que atualmente ocupam os campos do Brasil Central). Por sua vez, Egon Schaden (Schaden, 1954) se refere a uma ocupação dos extintos Guayana, prováveis ancestrais dos Kaingang (Jê meridionais), e também a Tupi que repartiam um território contíguo, daí para o Norte, com os Cayapó meridionais um grupo filiado aos Jês centrais.

Nas fontes históricas disponíveis até o momento sobre essa área a situação também não aparece de forma diferente. Antes, porém, de arrolá-las, é bom dizer que o tratamento dos termos constantes nas fontes merece certas ressalvas. Primeiro porque eles são construídos ao longo do contato entre as tropas paulistas e os povos do sertão, e por isso muitos desses termos ou “etnônimos” apresentam um caráter genérico que não coincide com uma “etnotaxonomia social” (Erickson, 1992, p. 242). Isso porque geralmente os termos são construídos a partir de um determinado modelo de representação que classificou os grupos indígenas em mansos e hostis, língua geral e língua travada e, em consequência, os mesmos termos podem ser entendidos como reagrupamentos efetuados por um olhar estrangeiro, como acontece com o etnônimo Guayaná que adiante se tratará. Nesse sentido são problemáticas nas fontes não só as

referências taxonômicas que diferenciam os grupos entre si, como são também as referência a supostos elementos aglutinadores e identitários que justificaram nomenclaturas como povos Tupi, Guarani, Jê, Aruak etc. Muitas vezes o caráter ideológico, desigual e exterior das fontes quis emprestar a esses termos uma unidade cultural e lingüística que às vezes é incompatível com a realidade etnográfica. Como bem lembrou J. Monteiro (1992, p. 477) sobre as tentativas de buscar nas fontes seiscentistas condições para a elaboração de uma demografia histórica Guarani:

“[...]. Não muito distante do modelo Tupi, o constante abandono e regeneração de aldeias, o quadro mutável de alianças e hostilidades e as migrações de longa distância mobilizadas por carismáticos profetas são fatores que se contrapõem a qualquer visão monolítica de uma ‘nação’ Guarani. [...]”.

Finalmente, outra ressalva ao tratamento dos termos constantes na documentação é a de que se deve entender os movimentos populacionais indígenas no interior de São Paulo em tempos históricos como sendo, em grande parte, ocasionado pela transferência cada vez maior de índios escravos de diferentes regiões para os sítios paulistas desde o século XVII, como o caso dos Bororo assentados no século XVIII em Itu e no triângulo mineiro por Antonio Pires de Campos (D.I., vol. 22, p. 210-211; Taunay, 1975, vol. 2, p. 245, 248), ou o enorme número de índios Guarani do Guairá que, tornados escravos em São Paulo no XVII, tomavam parte das expedições aos sertões, ou ainda, no século XX, a transferência de índios Terena para a reserva do Araribá (Diniz, 1978). Sob estas circunstâncias, os retratos que a partir sobretudo do século XVIII começam a ser esboçados dos Campos de Araraquara podem inicialmente ser entendidos como resultado de uma série de movimentos populacionais que, assim como comprovadamente anterior à presença do não índio na região, é também marcado pelos acontecimentos que se seguiram aos séculos XVII e XVIII.

As primeiras notícias históricas de ocupação indígena no interior do atual estado de São Paulo, em direção ao médio Tietê, são da segunda metade do século XVI e se referem a índios Tupis que, possivelmente, mantinham contato com o planalto de Piratininga. De acordo com informações consultadas, entre 1553 e 1554 o padre Anchieta descera o rio Tietê para

fazer contato com índios Tupi. Ele diz que a 300 milhas portuguesas “viva um principal Tupi, que fora procurar os padres para ser doutrinado e receber o batismo” (apud Prezia, 1997, p. 167,8). Há indícios não só dessa viagem ter de fato ocorrido, como há também provas de que a viagem de Anchieta ao médio Tietê para catequizar índios Tupi não é o único relato documental da presença desses grupos na região no século XVI. Nas cartas jesuíticas publicadas por Serafim Leite (1954) se fez reproduzir uma correspondência atribuída ao padre Pero Correia, datada de 1551, na qual está relatada que esse referido padre fez um percurso de nove dias pelo Tietê para buscar um português que vivia “hecho índio” num grupo Tupi (Leite, 1954, vol. 1, p. 220; 230). E de acordo com Prezia (1997, p. 168) há também escritos do padre Manoel da Nóbrega que relatam a intenção do mesmo em descer o Tietê para “ir cem léguas [...] fazer uma casa, e nela recolher os filhos dos gentios”.

Nesses diferentes relatos não há referências diretas ao local preciso em que vivam esses grupos Tupi, mas certos indícios indicam para a região do médio Tietê. Segundo relatos indiretos, durante a viagem do Pe. Anchieta acontece um acidente numa das cachoeiras perigosas do caminho em decorrência do qual ele teria ficado por algum tempo submerso (Taunáy, 1976a). Este incidente faz situar a queda do rio Sorocaba, pois conforme tradição relatada por documentos setecentistas a cachoeira aí situada era ainda conhecida por Abaremenduaba ou Avaremenduava, cujas diferentes traduções dadas se aproximam de uma representação daquele acidente, tais como o “lugar onde o padre mergulhou” ou o “lugar onde foi a pique um jesuíta” (Barros, 1730/1976, p. 142; Camello, 1727/1976, p. 117; Juzarte, 1769/1976, p. 241). Isso sugere, primeiro, que a viagem de Anchieta de fato ocorreu e, segundo, que nessa viagem ele passou pelo rio Sorocaba em direção ao médio curso do rio Tietê a buscar contato com grupos Tupi. O rio Sorocaba de certo fazia parte do trajeto nessa descida, mas não era este o ponto final da incursão.

Essa última colocação se baseia nas diferentes indicações de distâncias que aparecem nos relatos. Anchieta fala de 300 milhas portuguesas; Nóbrega fala de cem léguas e Pero Correia fala de uma viagem de nove dias pelo Tietê. Se considerarmos que a milha náutica equivale a 1.852 mts (Houaiss, 2001, p. 1921), as 300 milhas de Anchieta corresponderiam a aproximadamente 555 Km. Se fizermos o mesmo cálculo para as léguas, teremos aproximadamente a mesma distância: uma légua portuguesa equivale a 5.572 mts (Houaiss,

2011, p. 1737), portanto 100 léguas são 557 Km. Se os cálculos fossem feitos em medidas do Brasil²⁹ essa distância aumentaria em cerca de 100 Km, atingindo o equivalente a 660 km Tietê abaixo. Num caso como no outro, essas distâncias teriam avançado para muito além do rio Sorocaba. De acordo com instruções náuticas o rio Tietê, em todo seu curso, desde a nascente na Serra do Mar até sua foz em Itapura no rio Paraná, percorre uma extensão de aproximadamente 1.150 Km. Nesse sentido, 555 ou 660 Km se localizariam no médio curso do rio Tietê, nas proximidades das embocaduras dos rios Jaú, Jacaré-Pepira e Jacaré-Guaçu que cortam os Campos de Araraquara.

Em auxílio a esta conclusão há ainda a indicação dos nove dias de viagem pelo Tietê abaixo feita pelo padre Pero Correia para buscar um português que vivia feito índio num grupo Tupi (Leite, 1954, vol. 1, p. 220). Embora não haja indicações toponímicas na carta desse jesuíta certas projeções permitem calcular a provável distância percorrida. Em 1730, Manoel Barros (1976) dá notícia do roteiro de viagem de São Paulo a Cuiabá, indicando em dias de viagem a localização das cachoeiras. Diz ele que a dez dias de viagem pelo Tietê encontraram a cachoeira de nome Pederneiras (Barros, 1730/1976, p. 143) que fica exatamente nas proximidades da confluência do rio Jaú. Por tudo isso é aceitável a idéia de que os documentos quinhentistas estivessem justamente se referindo a índios Tupis no médio Tietê, em plenos Campos de Araraquara.

Para fortalecer esse argumento há ainda a seu favor duas outras menções nos documentos quinhentistas sobre a presença de Tupi no Tietê. Taunay (1976a, p.18), ao citar um documento espanhol do Guairá, e Prezia (1997, p. 166), ao mencionar um texto de Nóbrega, revelam que em 1558 se passou ao Tietê o combate entre guaranis aliados de espanhóis contra os Tupi da costa do Brasil. Em carta de 1559, reproduzida por Prezia (idem), Nóbrega escreve:

O anno passado me escreveram que vieram os Castelhanos a vingar a morte de alguns Christão e Índios Carijós, que os tupis de S. Vicente haviam morto [...] pelo qual vieram Castelhanos e Carijós a vingar a isto, e foi a mortandade tanta que fizeram nos Tupis, que despovoaram o rio Grande [Tietê] e vinham fugindo para o mar de S. Vicente [...]

²⁹ A légua no Brasil equivale a 6.600 mts e a milha a 2.200 mts. (Houaiss, *ibid*). Sejam 100 léguas ou 300 milhas os cálculos coincidem em exatos 660 Km.

Esse estado de coisas não só comprova a ocupação dos Tupi ao longo do Tietê como levanta uma série de outras questões. Em primeiro lugar, o uso do caminho fluvial é notório, pois está claro nos relatos que esses diferentes grupos espalhados pelo Tietê estabeleceram uma rota de comunicação entre o litoral, o planalto e o interior através deste rio. Não só Nóbrega menciona as correrias de Tupis e Guaranis pelo Tietê como Anchieta, ao escrever que um principal Tupi veio procurar o batismo, indica (apesar do caráter ideológico subjacente) que esse índio Tupi que vivia 300 milhas Tietê abaixo desde o planalto usava o rio como estrada e como rede de comunicação. Neste caso, o uso da canoa como meio de transporte e a adaptação e locomoção pelos grandes cursos d'água são elementos típicos tanto dos Tupis como Guaranis que se ajustam perfeitamente ao complexo das sociedades de Cultura Floresta Tropical -discutido em capítulo anterior.

Em segundo lugar, as informações que saltam desses primeiros documentos corroboram também com os dados arqueológicos à medida que falam então de um continuum Tupi desde o planalto de Piratininga até o médio Tietê.

Se forem corretas essas considerações há que se pensar ainda em outro elemento de implicações importantes para se entender os retratos históricos da ocupação indígena nos Campos de Araraquara. De acordo com o relato de Nóbrega acima transcrito, e que Taunay (1976a) confirma com uma outra fonte quinhentista, os Tupi do médio Tietê estavam em conflito com os Guaranis da região Paraná-Paraguaia. Conforme o relato, nesse episódio os Guaranis revidavam uma agressão cometida pelos Tupi na região do Paraguai, tendo passado a luta entre uns e outros para a bacia do Tietê. Esses indícios, uma vez reconstituídos, indicam que através do Tietê os Tupi procuravam criar desde o litoral e planalto uma via de acesso à região Paraná-Paraguaia, e que os Guaranis, levando a batalha até o rio Tietê, reagiram a essa expansão. Segundo dados documentais e arqueológicos a área Paraná-Paraguaia era um reservatório de populações guaranis numerosas e sedentárias que se encontravam em processo de expansão pela calha sul do atual estado de São Paulo (González, 2000; Morais, 1999/2000; Rodrigues, 2000; Susnik, 1975). Os Tupi que de acordo com os documentos citados se locomoviam em sentido leste oeste seguindo o curso do Tietê devem ter encontrado nessas populações Guaranis uma forte resistência. Esses elementos fizeram propor que a região do Paranapanema era no primeiro século do período colonial uma área de disputa entre os grupos

Guarani e Tupi (González, 2000; Prezia, 1997, p.170). Apesar dos conflitos que existiram, tal como no período pré-colonial, na era histórica essa calha sul tornou-se área de ocupação Guarani (Monteiro, 1994a, p. 61) que, a partir daí, passou a um processo de expansão no sentido sul norte para ocupar os Campos de Araraquara, onde certas indicações de cunho arqueológico –como já indicado- apontam para uma ocupação recente.

Conforme os documentos é a partir dos séculos XVI e XVII que grupos Guarani provenientes da região Paraná-Paraguai se estendem até o rio Tietê. Nos primeiros relatos jesuíticos sobre este último rio, à exceção do texto de Nóbrega que se vem discutindo, não há menção a Guarani ou Carijó. Isso leva a crer que é só após os conflitos do século XVI que grupos Guarani ocupantes da calha sul do atual estado de São Paulo passaram a ocupar a bacia do rio Tietê. Em uma das críticas que Monteiro (1992) faz à demografia histórica dos guarani elaborada por J. Hemming, ele também indica precisamente nessa mesma direção.

“[...] nada na documentação autoriza sua referência (de Hemming) a 25 mil ‘Carijó no Anhembi’ (rio Tietê), embora existam indícios de migrações de pequenos grupos Guarani, provavelmente oriundos do Guairá, para esta região durante os séculos XVI e XVII” (Monteiro, 1992, p. 478).

Essas evidências desenham um cenário cujos traços essenciais levam a algumas considerações. Antes de tudo, esse cenário leva a confirmar a hipótese de que os grupos guaranis historicamente mencionados no médio Tietê e Campos de Araraquara são oriundos de levadas migratórias provenientes do sul, mais propriamente das calhas dos rios Paraná – Paranapanema e Paraguai. Nesta última região, os Guarani aí relatados em diferentes momentos, desde o século XVI até hoje, são a continuidade dos tupiguaranis ceramistas pré-coloniais (Caldas, 1887; Nimuendaju, 1910/1982). Como já tratado em capítulo anterior, durante o período pré-colonial Guarani e Itararé teriam competido entre si pela ocupação da calha sul do atual estado de São Paulo. Posteriormente, no pré-colonial recente e no início do período histórico, os Guarani já se encontravam firmemente estabelecidos na região de forma a refrear uma provável expansão dos Tupi e continuar eles mesmos o seu avanço em direção ao norte. Finalmente, e sob as condições em que esses primeiros registros são produzidos, diferentes autores (Prezia, 1997; Schaden, 1954) já indicaram que no início da era colonial a fronteira meridional entre as ocupações Tupi e Guarani se localizava na posição geográfica em

que se encontra o atual estado de São Paulo. No litoral, desde a altura de São Vicente e daí em direção ao sul, e no interior desde os limites entre as bacias do Tietê e Paranapanema e daí em sentido oeste e sul, os Guarani ocupavam uma vasta extensão territorial. Quando os primeiros registros sobre os Guarani são produzidos é possível afirmar que embora não de forma homogênea ou exclusiva eles ocupavam as vésperas da conquista um amplo território que de leste a oeste ia do Atlântico ao Chaco e de norte a sul abrangia o que são hoje os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte de países vizinhos.

A partir do século XVII esse numeroso contingente populacional Guarani experienciou uma nova ordem de contato que acelerou os processos de movimentações de seus grupos. Conforme as variadas informações arqueológicas já discutidas e os registros documentais e etnográficos, os Guarani estavam secularmente adaptados às condições de rivalidades, alianças, trocas etc. com outros grupos indígenas; mas a presença de espanhóis pelo lado oeste na região Paraná-Paraguai e portugueses na costa Atlântica iria inserir mais um elemento às suas migrações. Ao longo do seiscentos, junto às causas internas de migrações voluntárias dos Guarani (a busca da terra sem males) as transferências “forçadas” promovidas por portugueses e paulistas iria conduzir levadas cada vez maiores desses índios para diferentes regiões do planalto e interior do atual estado de São Paulo.

Como já mostrou J. Monteiro (1992, 1994a) tanto os jesuítas espanhóis no Paraguai como os jesuítas portugueses na costa Atlântica que atuaram entre os Guarani tinham como intuito o “provisionamento de mão de obra para a empresa colonial” (Monteiro, 1992, p. 487). Do lado leste, a partir de São Vicente pelo litoral Atlântico, desde o início do XVII os portugueses se dirigiam ao sul, à região da atual Laguna em Santa Catarina que esse mesmo autor diz ser o local predileto dos portugueses para fazer o resgate com o Carijó –termo genérico no XVII para o Guarani.

[...] o principal alvo dos missionários era a região denominada dos Patos, atual litoral de Santa Catarina, onde buscavam persuadir os Guarani a se deslocarem para os aldeamentos das capitanias do sul. Sem dúvida aí alcançaram algum êxito, pois o aldeamento de Barueri, fundado na primeira década do século XVII nas imediações da vila de São Paulo, teve como base os Carijó conduzidos pelo jesuíta João de Almeida (Monteiro, 1992, p. 487).

Do lado oeste, na região da bacia Paraná-Paraguaia, os jesuítas espanhóis ganharam estímulo com a criação da Província do Paraguai (1607) e, a partir daí, passaram a arregimentar um número cada vez maior de guaranis para serem “catequizados”. As missões jesuíticas espanholas nos territórios do atual Paraguai e estados de MS, PR e RS, apesar de terem desenvolvido uma certa autonomia política e econômica ao longo do tempo (que certa historiografia interpretou como um modelo de “império teocrático jesuítico”), elas permaneceram, na verdade, ainda fortemente vinculadas aos planos coloniais hispânicos. A utopia de um “Estado” jesuítico se revela inconsistente à medida que uma série de estudos recentes, baseados nos documentos do XVII e XVIII (apud Monteiro, 1992), revela que as reduções jesuíticas se inseriam na sociedade e economia coloniais através do pagamento de tributos, prestação de serviços militares principalmente para a defesa das fronteiras, e subordinação às autoridades civis e eclesiásticas externas. Prósperas, essas missões se tornaram no segundo quarto do século XVII o alvo das armações paulistas.

Entre 1628-41 o surto sertanista oriundo de São Paulo iria se voltar justamente para os Guaranis das missões espanholas no Guairá, Itatim e Tape. Tornados escravos, esses guaranis foram transferidos para as diferentes regiões do planalto e interior de São Paulo, pois como já ficou salientado em outra parte deste trabalho as bandeiras de apresamento não tiveram nada a ver com o roteiro das economias mercantis exportadoras do nordeste. Ao invés de transferi-los das missões jesuíticas para os engenhos de açúcar do nordeste, os paulistas coloniais introduziram maciça e permanentemente essa mão de obra indígena em diferentes funções: na agricultura, no transporte e no sertanismo.

Esse quadro de referências além de mudar o enfoque da história econômica e social de São Paulo como alertam as teses recentes discutidas na Parte I, revela também que muitos Guaranis ou Carijós mencionados nas fontes paulistas estão associados a esses movimentos forçados. A partir do século XVI uma crescente população indígena organizada de acordo com os critérios de apresamento passou a habitar as propriedades rurais e vilas da região de São Paulo que, desde o planalto, se aproximavam geograficamente dos Campos de Araraquara. Taunay (1976b, p. 52, 57, 69) em mais de uma ocasião fala que ao longo do XVII a maioria das “aldeias domésticas” de São Paulo era formada por índios Carijós, informação

compartilhada por Monteiro (1992, 494-496; 1994a) que por meio da consulta dos Inventários bandeirantes afirma que os chefes paulistas que atuaram no Guairá se tornaram respeitáveis senhores de terras e donos de escravos índios no planalto e em vários sítios pelo interior paulista.

É nesse movimento que os núcleos formados ao longo do século XVII pelo curso do Tietê tinham sua formação básica apoiada nas relações entre paulistas e índios cativos, como também já se mencionou. Tal como as próprias vilas de São Paulo e Santana de Parnaíba outras que seguiam ao interior rumando no fluxo daquele rio, como Jundiaí, Sorocaba e Itu são exemplos disso. Sobre os séculos XVI e XVII, “documentos nas fazendas de Jundiaí mostram que havia de 40 a 50 índios em cada uma delas e até 100 índios nas fazendas de bandeirantes famosos [...] (e ainda em 1750) 20% da mão de obra era indígena [...]” (Jundiaí, s/d, p. 1). Por sua vez, Sorocaba e Itu resultaram do assentamento de dois irmãos bandeirantes que ao voltarem do Guairá repartiram entre si os índios guaranis escravizados. Domingos Fernandes funda capela em louvor a Nossa Senhora da Candelária dando origem a Itu, e Baltazar Fernandes formou com seus carijós as bases de Sorocaba. (Bandeichi et alii, 1971, p. 252; Monteiro, 1992, p. 494). O modo de vida paulista que aí se constituía e que seria responsável pelo surgimento documental da toponímia e do território designado historicamente como Campos de Araraquara, como já se disse, nascia mesclado ao indígena e tomava de empréstimo dos cativos formas de sociabilidade e organização que lhes tornavam novas, uma fusão cujo motor é uma verdadeira adaptação de paulistas e guaranis a essa nova situação.

Nesse sentido, o que existe de novo nesses núcleos não se deve apenas à ação histórica do paulista, mas também do próprio indígena como sujeito social. Já está devidamente demonstrado -e não só para este caso- que a lógica nativa orientou as relações históricas dos Guarani (e outros índios cativos) com os paulistas, e isso teve impactos decisivos na estrutura desses núcleos. Estudos relativamente recentes mostram, do lado guarani, a convergência de motivações míticas (heróica e messiânica) e históricas para a ação no contexto colonial (Meliá, 2000); uma ação que se traduz assim como consciente e que deve ter-lhes, de certo, garantido condições de acordos e opções políticas (Kók, 1998; Monteiro, 1990, 1992, 1994a). É nesse contexto que é observado por uma bibliografia recente não só uma resistência dos Guarani ao cativo, manifestada por meio de revoltas e assassinatos cometidos pelos índios contra as

autoridades às quais estavam submetidos; como uma adaptação que manteve resquícios da organização política nativa, espaços para o desenvolvimento de atividades tradicionais, a prática da poligamia e fugas³⁰.

A última dessas estratégias, que à primeira vista pode representar apenas uma resistência ao cativeiro –tal como pensou uma historiografia convencional-, no caso dos Guarani em São Paulo representou também uma adaptação que atuou no “limiar entre tradição e mudança”. Isso porque longe de representar uma volta para o modo de vida tribal e indígena as fugas devem ter apresentado outros significados. De acordo com o que é apresentada por aquela bibliografia recente acima citada, a maioria dos guaranis fugitivos tinha três destinos possíveis. As fugas para outras propriedades rurais; os “fugidos para o sertão”, isto é, alistados voluntária ou forçosamente nas expedições paulistas, e o engrossamento das legiões de brancos e mestiços pobres que constituíam a maioria da população rural (Monteiro, 1992). Assim, a fuga não representava a busca bucólica e saudosa da aldeia natal, não era o retorno da tradição ou a redenção, mas o exemplo de ações mediadas pela preservação da liberdade (máxima da vida tradicional) e adaptação à nova condição.

[...] Em suma, com respeito às fugas, o sentido da liberdade não é aquele ingenuamente atribuído pela historiografia convencional; tratava-se da recuperação da liberdade de movimento, do reencontro com familiares separados nas partilhas, do refúgio de um senhor cuja autoridade não era mais aceitável.

É essa busca, operando no limiar entre tradição e mudança, que une a história dos Guarani de São Paulo à dos Guarani em outros lugares e tempos. [...] (Monteiro, 192, p. 497).

Os retratos que se quer produzir da ocupação indígena no interior paulista em geral e aos Campos de Araraquara em particular não podem então negligenciar esses fatos. As formas de reorganização indígena nos interstícios da vida social (nas propriedades rurais, povoados e vilas) de São Paulo colonial indicam pelo menos duas questões importantes. Primeira, que não houve uma simples fusão de elementos paulistas e guaranis nesses novos núcleos, mas a coexistência de linhas de ação que combinavam continuidade e mudança. Segundo, a persistência nos documentos do XVII e XVIII de Guarani ou Carijó no caminho do Tietê e nos

³⁰ Para uma discussão mais demorada e exemplificada desses aspectos veja, entre os citados acima, sobretudo o estudo de Monteiro sobre o papel do guarani na história colonial de São Paulo (1992).

Campos de Araraquara se deve, em parte, à movimentação forçada e fugas de guaranis originalmente trazidos pelos paulistas da região Paraná-Paraguaia.

Por isso, parte da população Guarani no interior paulista deve ser entendida como resultado dessas intrusões recentes e forçadas. As bases de Itu, por exemplo, estão originalmente associadas ao aldeamento de guaranis do Guairá feito escravos por Domingos Fernandes. Como resultado, é somente a partir desse episódio, ocorrido em 1658, que os documentos passam a mencionar carijós nos Campos de Pirapituingui (Lemos, s/d, p. 122). A partir daí, o etnônimo e o topônimo aparecem desde sempre associados. Assim, quando Azevedo Marques (1954, p. 358) diz de Itu ter sido “edificada em lugar onde se presume ter sido aldeamento indígena, visto ter-se encontrado em escavações vasos de barro, contendo ossos humanos”, é possível que indiretamente ele estivesse mencionando vestígios desses mesmos indígenas. Como o trabalho desse autor se resume a apontamentos, não há nada que indique a natureza dessas igaçabas ou das condições de suas escavações. Mas apesar desses limites, alguns elementos contidos na sua afirmação podem sugerir pistas a serem seguidas. Primeiro ele menciona apenas o achado de urnas. Não há indicações a outros elementos de cunho arqueológico, tais como o termo “objetos de uso” que outros autores costumavam empregar no século XIX (Braga, 1893/1994). Isso sugere que estes vasos foram escavados em contextos isolados, isto é, fora de um quadro de referências que podem compor, como já discutido em capítulo anterior, sítios pré-coloniais. Isoladas desses contextos, as urnas escavadas não permitiram àquele autor subtrair de sua escrita o termo “presume”. Talvez Itu tenha se edificado sobre os alicerces de antiga aldeia indígena, mas, de certo, indígenas com o costume de enterramento em urnas aparecem historicamente associados às bases iniciais de sua fundação.

Aqui, ao invés então de se presumir, apóia-se no fato histórico da presença de guaranis apresados na região por Domingos Fernandes. E, por isso, se houve uma aldeia em Itu, essa foi provavelmente a que a documentação da época chamava de “aldeia doméstica” (Taunay, 1976b, p. 42). Quando em 1658 aquele paulista ergue capela em louvor a Nossa Senhora da Candelária onde assenta esses indígenas, é pouco provável que ele o tenha feito próximas a habitações de índios “livres”, “não domesticados”. E mesmo que ele tivesse erigido as bases da futura Itu sobre antigas aldeias pré-coloniais ou próximas às mesmas, os vestígios citados

por Azevedo Marques deveriam aparecer em contexto com outros elementos. É bem mais provável que a propriedade de Domingos Fernandes fosse assentada fora dos perímetros de uma provável ocupação indígena. Sob essas condições, os vasos –igaçabas- citados por Azevedo Marques em Itu podem ser de origem desses guaranis escravos que preservaram na propriedade rural algumas formas tradicionais de sepultamento. Só o desenvolvimento de trabalhos arqueológicos mais sistemáticos na região poderão desvendar este problema. Documentalmente, porém, é só a partir da segunda metade do XVII que o etnônimo Guarani ou Carijó aparece na documentação referente aos Campos de Pirapintigui e isso comprova a idéia de que parte dos Guaranis mencionados nas fontes paulistas era originária dessas primeiras levas agrupadas de acordo com os critérios de apresamento.

Tal como Itu, todos os povoados que cingiam o interior do atual estado de São Paulo se formavam sobre a presença de índios Carijós. Quando em 1751 d. Antonio Rolim, o conde de Azambuja, descreve a vila de Mogi, sua descrição é por ele mesmo generalizada para todas as outras que viu no interior paulista. Escreve ele: “[...] a vila é pequena, como todas as que vi na Comarca de São Paulo, porque a maior parte de seus moradores assistem nos seus sítios [...] mandando os seus carijós adquiridos pelo sertão com grandes trabalhos [...]” (Rolim, 1751/1976, p. 182,3). E quando em continuidade dessa viagem desde São Paulo até Cuiabá ele passa pelo médio Tietê, próximo à embocadura do rio Jahu, encontra em “Pintunduba dois moradores com seus carijós” (ibid, p. 187), fato também mencionado um quarto de século antes por documentos oficiais (Camello, 1727/1976, p. 115; Rebelo, 1727/1976, p. 103). Como já discutido em capítulo anterior, Potanduva era desde o primeiro quarto do século XVIII o ponto mais avançado de ocupação no Tietê. Diz Taunay (1976a, p. 69): “o último ponto de civilizados no Tietê era Pontanduva” e se, de acordo com Rolim acima citado, os paulistas tinham nos seus sítios carijós adquiridos pelo sertão, está claro que mesmo em Potanduva, como em Mogi, Itu, Sorocaba e outros povoados, esses carijós eram, em parte, índios Guarani tornados escravos pelos paulistas.

A constatação de que parte dos guaranis e carijós mencionados nas fontes documentais do interior paulista esteja, pois, associada aos movimentos recentes e forçados, não deve, porém, descartar a existência de migrações voluntárias de guaranis desde a região Paraná-

Paraguaia em direção ao médio Tietê. Provas da existência de comunidades guaranis autônomas na região são as aldeias pré-históricas estudadas nas bacias dos rios Mogi e Jacaré-Guaçu -tratadas em capítulo anterior. Do ponto de vista da documentação histórica, desde o século XVI são observados movimentos messiânicos na área paraguaia e sul mato-grossense (Metraux, 1979, p. 179), tanto a oeste, como para leste no sentido da bacia do rio Tietê. Em direção a oeste os chiriguanos teriam se expandido desde a região do atual Paraná em direção ao Paraguai e à Bolívia oriental (Metraux, 1927, p. 18). Em direção a leste, os apapocuvás (Guarani-nhandeva) teriam migrado do sul do atual Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai (Nimuendaju, 1912) e nos séculos XVI e XVII migrações de pequenos grupos Guarani do Guairá teriam chegado a atingir o Tietê (Monteiro, 1992, p. 478).

Apesar de algumas dessas migrações terem se orientado para a bacia do Tietê, ao que tudo indica esses grupos não devem ter se fixado por muito tempo na calha deste rio. Na documentação dos séculos XVI e XVII há certas menções aos mesmos nessa área. Porém, a partir do século XVIII são obliteradas as informações documentais sobre índios Tupi ou Guarani livres na região do rio Tietê.

Em 1723 um ituano conhecedor dos sertões da capitania, o capitão Antonio Pires de Campos (o Pay-Pirá), deixa claro o despovoamento indígena do rio Tietê. Em uma de suas notícias ele escreve: “Principio a falar do Rio-Grande, porque do Rio Tietê que é o primeiro que se navega, saindo de povoado, e tem de navegação um mês, o não faz por não haver nelle gentio [...]” (Campos, 1723/1976, p. 181). Mais tarde, em 1784, Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, em viagem de São Paulo a Cuiabá deixa também a mesma impressão do Tietê ao escrever que este rio “não tem gentio, ainda que no último salto já apareceu” (Ordonhes, 1784/1976, p. 208). De certo, a ausência documental de índios ao longo do século XVIII tem seus limites e está associada a condicionantes tanto da narrativa como da natureza da adaptação indígena ao contato. Do lado do observador essa ausência está relacionada a um olhar que não ultrapassa as margens do rio; e do lado do indígena, o tráfego cada vez mais constante e intenso de monções pelo sistema fluvial Tietê-Paraná forçou-os a uma ocupação mais interiorana justamente na intenção de fugir ao contato, estratégia usada historicamente e ainda hoje por inúmeros povos indígenas.

Dessa forma, os prováveis grupos Guarani que ocupavam o médio Tietê nos séculos XVI e XVII devem ter subido pelo curso de seus afluentes. Isso é justificável não só pelos vestígios materiais encontrados no interior dos Campos de Araraquara atribuídos a esses indígenas, em Rincão, Brotas, Rio Claro, Pirassununga, como inclusive as datações para esses sítios são exatamente dos séculos XVII a XIX, portanto posteriores às primeiras levadas migratórias de guaranis para a região do rio Tietê. Ao falar da ocupação do vale do Mogi-Guaçu, Godoy indica precisamente nessa mesma direção:

Os primeiros humanos foram índios da grande família Tupi-Guarani que aqui chegaram por volta de 1625 e aqui permaneceram até o ano de 1880 (cerca de 255 anos de ocupação).

[...] Provavelmente, um grupo Tupi-Guarani que entrou pelo sul do Estado, continuou na sua marcha, atingiu a região do atual Rio Piracicaba, continuou até chegar ao vale do Mogi-Guaçu [...] (Godoy, 1974, p. 149 e 151)

Nisto se vislumbra, pois, o cenário de uma migração geral dos Tupi Guarani no sentido sul norte. No século XVI, desde o sul do atual estado de São Paulo migrações voluntárias de grupos Guarani teriam atingido o médio curso do rio Tietê. A partir do XVII e XVIII, com o incremento do tráfico monçoneiro, esses grupos teriam se expandido para a área norte do curso do Tietê, instalando-se próximos a cursos d'água importantes como os rios Jacaré-Guaçu e Mogi –Guaçu (Caldarelli, 1983a; Folha, 1972; Godoy, 1974). No século XIX, quando arrefece o tráfico fluvial por esse rio, grupos Guarani oriundos da bacia Paraná-Paraguai voltam a ocupar a região. Ao longo do oitocentos, grupos tanhinguas, oguaiuvas e apapocuvás (Metrax, 1979, p. 176) migrantes do sul do atual Mato Grosso do Sul entraram pelo sertão de Bauru e ocuparam a região do centro paulista. Mais tarde, junto a outros grupos Guarani transferidos do litoral pelo Governo de Estado, eles são aldeados na reserva indígena do Araribá em Avaí.

Embora logo após a instalação da “Povoação Indígena do Araribá” tenham aí chegado indivíduos de várias subculturas Guarani, um primeiro núcleo já vivia no “sertão de Bauru” desde fins do século passado (XIX). Estes Guarani que vieram para o Estado de São Paulo são provenientes de Mato Grosso, e suas migrações tiveram início no século XIX. [...] (Os Apapocuvás) antes de 1870, quando começam a emigrar para leste à procura da “Terra Sem Mal” viviam no baixo rio Iguatemy, na extremidade sul do Estado de Mato Grosso [...] (Diniz, 1978, p. 51).

Mesmo antes das notícias históricas do final do XIX de migrações Guaraní para a região do médio Tietê, há indícios de ocupações indígenas hostis nessa localidade. Quando em 1820 o capitão mor de Itu Antonio da Silva Leite noticia o despovoamento da colônia de Potanduva no médio Tietê ele escreve que “[...] dezampararam os colonos aquela paragem fértil, porem enfestada de selvagens [...]” (D.I., vol. 3, p. 154 - sic). Embora ele não chegue a mencionar nenhum etnônimo algumas conclusões são possíveis. Um século antes, na década de 1720, Potanduva era ponto de passagem e abastecimento das monções que desciam ou subiam o Tietê e, durante os anos em que foi constante o tráfego monçoneiro, só índios carijós (escravos) são mencionados na localidade. Passados cem anos e arrefecido o tráfego das monções, a presença indígena passa a ser um estorvo aos planos de ocupação não índia na área, fato que fortalece a idéia de reocupação da região por grupos indígenas livres.

Embora –como se disse- o documento não traga etnônimos, muito provavelmente os chamados “selvagens” deviam ser levas de grupos Guaranis e/ou Kaingangs (aos quais se voltará mais adiante). A assertiva de se poder tratar também de grupos Kaingáng (Jê meridionais), antes mesmo de ser colhida dos dados documentais sobre a ocupação desse grupo no interior do atual estado de São Paulo, se deve aos próprios dados colhidos na documentação sobre os Guaranis na região do médio Tietê. Quando entre o final do século XIX e início do XX os Guaranis são transferidos pelo Governo de Estado desde o litoral até a região de Bauru novamente eles estavam sendo reaproveitados pelos interesses oficiais na conquista do sertão e de grupos hostis, desta vez os Kaingáng.

Algum tempo antes da entrada de Monsenhor Claro (1901), o Governo do Estado havia transferido do litoral de Itanhaém para Jacutinga, nas proximidades de Bauru, uma reduzida e decadente tribo de índios guaranis, instalando-a em simples ranchos de pau-a-pique, cobertos de sapé, mas deixando-a em liberdade e quase completo abandono, na errônea expectativa de poder aproveitar aqueles indígenas na obra de redução dos Caingangues [...]. (Morais Filho, 1951, p. 43 apud Diniz, 1978, p. 51).

Esses dados, uma vez reconstituídos, permitem observar dois pontos. Primeiro: a existência durante os séculos XIX e XX (tal como no XVI e XVII) de migrações forçadas e voluntárias de guaranis para a região e, segundo, que essa área não era ocupada de forma exclusiva ou homogênea pelos mesmos. No mapa etnohistórico do Brasil, entre o período de 1890 a 1912 (esta última data é a da criação da Reserva do Araribá), os Guaranis são

mencionados, junto com os Kaingáng, na região do médio curso do Tietê em ambos os lados de seu curso (IBGE, 1980). Aos Kaingáng se voltará mais à frente. Por ora, e para encerrar os retratos históricos da ocupação de grupos Guarani nos Campos de Araraquara, algumas informações referentes ao final do século XIX e primeira metade do XX servirão para ilustrar a constante presença desses grupos nos Campos de Araraquara. Na segunda metade do XIX, quando as colunas de Miguel Landim, firmadas em Araraquara, penetram mais ao interior para fundar Ibitinga, localizada no baixo curso do rio Jacaré-Guaçu, elas encontram uma aldeia de índios Guarani que lhes impôs batalhas sistemáticas. De forma esparsa, algumas fontes mencionam a “luta contra o gentio para depois fundar Ibitinga” (Lemos, s/d; Secondo, livro IV, fl. 185), indicando com isso que o grupo aí localizado abandonou posteriormente o local. Deles restaram apenas a toponímia: Ibitinga, palavra composta de *I'mbĩ* substantivo tupi “terra”, “chão” + *tinga* elemento de composição pospositivo do tupi “branco”, “claro”, “cor branca” (Houaiss, 2001, p. 1561; p. 2720); portanto literalmente terra branca, talvez referência aos solos arenosos de parte dessa região.

[...] próxima a povoação existiu uma pequena mas terrível tribu de índios tupi-guaranis [...] (Secondo, livro V, fl. 21)

As colunas de Miguel Landim (sofreram) [...] a emboscada dos índios que assediavam a outra margem do Tietê. Os selvícolas se rebelam contra os desbravadores que [...] defendiam contra o gentio a terra ocupada. (Secondo, livro IV, fl. 185).

Até a primeira metade do século XX existiam remanescentes Guarani já mesclados à população local, vivendo nas regiões de Pirassununga e Rio Claro. Um deles, remeiro e pescador no rio Mogi-Guaçu próximo à cachoeira de Emas foi entrevistado na década de 1940 por Manuel Pereira de Godoy que escreveu que este mestiço, de nome Raimundo Rosa, “viera ainda pequeno de Rio Claro para Pirassununga” e ainda “se lembrava da figura de índio do pai com arco e flecha na mão” (Godoy, 1974, p. 157). Os últimos remanescentes de grupos Guarani no cento leste do atual estado de São Paulo, oriundos dos diferentes momentos e modalidades de suas migrações, foram aldeados na década de 1940 na reserva indígena do Araribá em Avaí (Diniz, 1978).

Após dispor essas fotografias em ordem cronológica pode-se afirmar que ao longo de todo período que abrange do século XVI ao XX, as fontes documentais revelam a constante ocupação de grupos Tupi e Guarani no trecho do médio Tietê e nos Campos de Araraquara. Os Tupi estão nas fontes quinhentistas, e logo após as mesmas e da notícia do combate que tiveram com os Guarani ainda no século XVI nas imediações do Tietê (Taunay, 1976a, p. 18; Prezia, 1997, p. 166), eles desaparecem totalmente das fontes documentais. Por sua vez, os Guarani que se locomoviam forçosa ou voluntariamente no sentido sul-norte aparecem documentados desde o século XVI e as informações aos mesmos, embora às vezes de forma esparsa, atravessa os séculos XVII, XVIII, XIX e XX.

Mas, como se disse, os Tupi e Guarani não ocuparam de forma exclusiva ou homogênea a região do médio Tietê e dos Campos de Araraquara. Tal como para os dados arqueológicos discutidos em capítulo anterior, documentalmente há também uma avalanche de notícias sobre a ocupação dessa mesma área por grupos não Tupi ou Guarani associados, sobretudo, aos Jê centrais e Jê meridionais. Essa afirmação, antes de querer dar crédito a uma suposta origem pré-colonial dos grupos historicamente documentados, tem a intenção primeira de levar em conta que, tal como no passado pré-colonial, no período histórico existem informações suficientes para propor essa área como de trânsito de grupos cultural e adaptativamente diferentes.

Entre os povos Jê mencionados nas fontes aparece sobejamente indicada a designação genérica Cayapó. Como se sabe, esse é um termo que não corresponde a uma etnotaxonomia social. Ao contrário, ele parece indicar justamente a construção de uma modalidade etnocêntrica do contato que orbitava em torno de uma classificação entre índios mansos e hostis, civilizados e selvagens, língua geral e língua travada -como já se fez referência em outra parte deste trabalho. Como tantas outras palavras que surgem do tratamento da documentação, Cayapó é um termo construído pelos Tupi ou Guarani e ele significa, literalmente, “como macaco” (Turner, 1992, p. 311). Em face ao menos de dois fatos essenciais: primeiro, o de muitos intérpretes do contato terem sido índios Guarani tornados escravos pelos paulistas e, segundo, da língua geral ou nheengatú ter sido a língua oficial das

entradas e bandeiras do XVI ao XVIII, o termo Cayapó pode ser visto como um apelativo construído nessa língua para ser aplicado a uma série de grupos ou subgrupos que não compartilhavam características Tupi ou Guaraní. Em consequência, uma das dificuldades de se tratar os termos constantes nas fontes documentais é saber que, muitas vezes, um mesmo termo poderia ser usado com referência a grupos diferentes ou que termos diferentes poderiam ser aplicados a um mesmo grupo. O caso Cayapó serve para ilustrar isso. De acordo com estudos lingüísticos e etnográficos (Nimuendaju, 1940/1982; Turner, 1992; Urban, 1992) atualmente são conhecidos vários dialetos ou subgrupos filiados à designação genérica Cayapó (Kubenkrakren, Kubenkrañoti, Mekrañoti, Kokraimoro, Gorotiré, Xikrin, Txukahamãe, Kren–Akarôre, Panará, Mebengokre) que a documentação referente à área em estudo não permite, porém, identificar. Em casos isolados existem sim as possibilidades de aproximação entre as designações constantes nos documentos históricos e os grupos conhecidos pela moderna etnologia; mas -no geral- não há como retirar das letras fossilizadas a particularidade de subgrupos ou dialetos. O que de fato se enxerga ao tratar os documentos é, como já se disse, a construção de termos homogeneizadores feitos por um olhar estrangeiro. Assim, ao invés das autodenominações grupais aparece quase que invariavelmente o termo genérico Cayapó.

Sob essa designação desde cedo eles aparecem ocupando, na região aqui em estudo, uma extensa área ao norte e noroeste do atual estado de São Paulo e triângulo mineiro, fazendo incursões ao centro do interior paulista, nos chamados Campos de Araraquara. De acordo com a documentação consultada, durante os séculos XVII, XVIII e XIX eles mantiveram uma presença bastante ampla e pareciam ocupar um território contínuo que se estendia por todo o norte do atual estado de São Paulo até às imediações do Distrito Federal e, no sentido leste – oeste, do triângulo mineiro ao norte de Mato Grosso do Sul. A presença marcante desses grupos e a belicosidade dos mesmos condicionaram por todo os séculos XVII e XVIII o acesso luso-brasileiro às minas de Mato Grosso e Goiás. Vários documentos da época relatam episódios sangrentos envolvendo os ataques Cayapó aos viajantes e habitantes dos caminhos que conduziam às minas. Em um Registro de Bando datado de 1745 assinado por d. Luiz de Mascarenhas se lê:

[...] Gentio bárbaro da nação Cayapó, e os mais q.'infestão o caminho de povoado emthé as minas de Goiaz [...] matando e roubando aos Viajantes que vão, e vem, e aos roceyros insultandoos em suas próprias cazas, queymando-

lhes citios, e os payoys em que tem recollido os seus fructos matandolhes também os seos escravos, cavallos, porcos, e mais criações havendose com tão bárbara crueldade, que nem as crianças perdoam, nem dão quartel a pessoa alguma [...] (D.I., vol 22, p. 185).

Devido a diferentes episódios históricos dessa natureza os Cayapó foram, por um lado, o paradigma anunciado da barbárie e forneceram às autoridades coloniais as ferramentas para a construção de uma “alegoria da colonização”. Por outro lado, através de sua ação histórica os Cayapó recriaram na relação com o não-índio (os outros) a ação mitológica e a razão de sua organização sócio-espacial.

Do lado da razão não-índia as táticas de guerra Cayapó foram apropriadas como ilustrações para a construção da noção de índio bárbaro e selvagem. Dentre várias descrições que no século XVIII se fizeram sobre esses grupos estão comentários tais como os de que “tudo levam de traição e rapina” (Campos, 1723/1976, p. 182), ou então que “guerreiam com traição [...] e se sustentam de imundice do mato” (Barros, 1976, p. 148-149), ou ainda que este é o “mais traidor de todos” (Camello, 1727/1976, p. 115). Foi essa visão que justificou no século XVIII as guerras de extermínio contra esses indígenas. Sob o prisma da razão não-índia, foi em represália aos “repetidos insultos, contínuas mortes, estragos e roubos q. o gentio bárbaro da nação Cayapó” tinham cometido (D.I., vol. 22, p. 185), que em regimento de 1742 d. Luiz de Mascarenhas dava instruções claras ao capitão Antonio de Lemos e Faria sobre a conquista e extermínio do gentio Cayapó.

[...] não se rendendo os ditos Gentios, e sendo tomada as mãos na pelleja os passarão a espada sem distinção ou differença algũa de sexo, só não executarão a da. pena de morte nos meninos e meninas de dês annos pa. baixo, porque estes os conduzirão a esta Va. para delles se tirar o quinto de S. Mage. E os mais se repartirem por quem tocar. (D.I., vol. 22, p. 168).

Mas se por um lado existem as justificativas para se promover uma guerra de extermínio contra esses indígenas, por outro essas mesmas fontes ocultam as verdadeiras condições de existência da guerra para a sociedade Cayapó. Um desfocamento do olhar permitirá entender que tanto a ampla distribuição espacial que eles historicamente apresentaram, como a sua indiscutível belicosidade, só podem ser compreendidas a partir da sua própria lógica e de sua sociedade.

Conforme os recentes estudos etnográficos e etnohistóricos referentes a alguns de seus subgrupos (Giraldin 1997; Turner, 1992) há certas características inerentes ao modo de organização social e à visão de mundo desses indígenas que explicam as suas históricas correrias. Entre elas, as freqüentes mudanças de aldeia e a constante existência de grupos em deslocamento ou expedições são elementos que explicam não só o fato deles cobrirem um extenso território de ocupação, como também a existência de expedições de caça e ataque. Segundo Turner (1992), as duas modalidades de deslocamentos cayapós: de comunidades inteiras ou de grandes grupos, são estratégias relacionadas não simplesmente à produção alimentar, mas, principalmente, à própria produção da ordem social cayapó. Extremamente comuns entre os grupos Cayapó, esses deslocamentos são fatos sociais essenciais (idem, p. 323) na manutenção do equilíbrio social e político. É por isso que mesmo sem referências diretas ao modo de produção alimentar, comunidades inteiras movimentavam-se continuamente por diferentes locais de aldeamento e assim chegavam a cobrir uma grande extensão territorial.

[...]. Não há, na verdade, nenhuma evidência de que os Kayapó jamais precisassem se deslocar em grupo de uma aldeia permanente para obter toda carne, peixe e vegetais, sem mencionar a terra adequada ao plantio de que têm necessidade. Apesar disso, as aldeias kayapó antes da pacificação tendiam a mudar-se regularmente a cada período de dois a cinco anos. Uma mesma comunidade podia ter até uma dúzia de locais de aldeamento, e ocupar a maioria delas ao longo de um período de vinte anos. (Turner 1992, p. 323).

Essa oscilação entre a mobilidade e a residência na aldeia principal são, segundo esse mesmo autor, modos complementares da organização social cayapó. Seu argumento é o de que os deslocamentos tendem a colocar em ação o exercício da liderança masculina e a solidariedade coletiva que são freados na vida na aldeia principal. Para ele, as aldeias são unidades auto-suficientes nas quais a organização da vida, baseada na agricultura, na caça e pesca (realizadas individualmente), reforça os laços familiares e domésticos (a família extensa como unidade de produção) em detrimento aos laços entre sexo e idade. No espaço das roças e da família o papel da mulher se sobressai nas aldeias cayapó e por isso, como um todo, em seu sistema de relações a aldeia pode ser qualificada como de descendência matrilinear e residência “uxori” ou “matrilocal” (idem, p. 324). Ao contrário disso, o movimento,

organizado em escala comunitária, é um esforço coletivo no qual as atividades são organizadas a partir de sexo e idade, em vez de famílias isoladas. Em geral, a atividade central das expedições é a atividade dos homens adultos como caçadores e tais estratégias reforçam e reafirmam a solidariedade política e social dos agrupamentos masculinos. Os deslocamentos funcionariam assim como um componente vital do equilíbrio político das comunidades cayapó e a respeito disso Turner (1992, p. 324) sentenciou:

As expedições, em todos esses aspectos, são uma forma de atividade que enfatiza a posição central dos homens adultos, tanto como produtores da subsistência material (isto é, caçadores) como enquanto líderes políticos, e a importância dos grupos masculinos coletivos [...]. Mais especificamente, retiram a ênfase do princípio da matri-uxorilocalidade e da segmentação da sociedade nela baseada em favor de uma espécie de patrivilocalidade coletiva.

Seria então por meio da necessidade intrínseca de reprodução da sua organização social que as comunidades cayapó apresentam um padrão de movimento entre vários locais de aldeamento. Entre outros, isso explica a grande distribuição espacial que eles apresentavam ao longo dos séculos XVIII e XIX, na medida que esses diferentes locais de habitação, às vezes bastante dispersos entre si, poderiam estar distantes uns dos outros até 200 Km (Turner, 1992, p. 329). Sem dúvida, esse padrão de movimentação fazia com que nessas andanças os Cayapó cobrissem uma vasta extensão territorial. Nesse sentido, grupos inteiros situados, por exemplo, no triângulo mineiro, podiam percorrer grandes áreas ao norte e centro do atual estado de São Paulo. Quando já no século XX (1916) Alexandre de Souza Barbosa contacta índios Cayapó autodenominados Panará na confluência do Rio Grande com o Paranaíba, no ângulo agudo do atual triângulo mineiro, ele escreve que “fazem nas terras paulistas deshabitadas à margem esquerda deste rio pequenas roças para ceva da caça” (Barbosa, 1918, fl. 09), fato que denota, um: o constante tráfego entre diferentes regiões e, dois: a outra modalidade de movimentação dos grupos Cayapó – a de grupos de homens adultos como caçadores e guerreiros.

De acordo com os mesmos dados etnográficos e etnohistóricos que se vem apresentando, além das movimentações comunitárias que levam às mudanças de aldeia, são bastante comuns entre os Cayapó os longos deslocamentos para caça, coleta e ataques realizados a partir de um núcleo fixo e apenas por homens adultos. De acordo com certas

estimativas (Turner, 1992; Vidal, 1995), estas expedições chegam a ocorrer duas ou três vezes ao ano podendo durar até três meses.

Dentre essa última categoria de expedições, as que deixaram historicamente afamados os povos Cayapó foram as expedições de guerra. A elas fazem referências a maioria dos documentos dos séculos XVIII e XIX que se ocuparam em relatar os episódios ocorridos nos caminhos de Cuiabá e Goiás. Ao que tudo indica, as atividades guerreiras sempre estiveram presentes entre esses indígenas e poderiam ser, no passado, bastante constantes. Dados apresentados por Turner (1992, p. 329) referentes a grupos mekranoti da década de 1950 indicam em média mais de uma expedição guerreira por ano; 65% delas voltadas contra brasileiros e o restante contra outros grupos cayapó e não-Jê. Nestes diferentes assaltos o objetivo era sempre capturar bens que seriam incorporados ao repertório cayapó. Nos diferentes documentos dos séculos XVIII e XIX, as investidas contra os viajantes e habitantes dos caminhos de Goiás e Cuiabá sempre foram fulminantes. Nelas, os Cayapó sempre procuravam matar a todos e carregar o maior número de bens possíveis sem fazer nenhum cativo, fossem homens, mulheres ou crianças.

De fato, os ataques dos Cayapó eram tidos como extremamente violentos. Segundo os relatos da época, eles não deixavam de matar quem fosse possível alcançar. Além disso, não há nenhuma evidência de que tenham raptado qualquer pessoa em todos os ataques que realizaram [...].

[...] em todas as outras informações de ataques cayapó, a regra se mantém: matavam a todos, pilhavam bens que podiam carregar e queimavam as casas [...] (Giraldin, 1997, p. 46-47).

Se por um lado essas táticas justificaram as guerras de extermínio como já se disse, por outro elas foram mecanismos através dos quais os Cayapó incorporaram os não-índios à sua visão de mundo e ao seu discurso semântico. É lição aprendida que em qualquer contexto a construção social da pessoa, sua identidade, se constrói na percepção da existência de outros ou, como escreveu R. Ortiz (1994, p. 6), “toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença”. Assim, tal como aos olhos de paulistas, portugueses e seus escravos guarani o Cayapó era “como macaco”, aos olhos dos Cayapó essa nova categoria de gente era também estranha; atitude que, de ambos os lados, lembra a advertência de Lévi-Strauss (1989b, p. 334) quando a respeito do etnocentrismo escreve que “a humanidade cessa nas fronteiras da tribo, do grupo lingüístico, às vezes mesmo da aldeia”. Tal como as outras

categorias não-Cayapó ou não-Jê (“Mekakrit” ou “povo sem importância” –Turner, 1992, p. 329), os não índios que se interpunham nos caminhos das minas (antigos caminhos indígenas) foram definidos pelos Cayapós como “*hi’pe* ou *kahen*, inimigo, o qual pertencia a uma categoria que era definida como hostil e, portanto, deveria ser morta” (Giraldin, 1997, p. 50).

Sobre esse contexto, viajantes e habitantes dos caminhos de Goiás e Cuiabá forneciam aos Cayapó as chances deles atualizarem historicamente as suas ações mitológicas e engendrar a própria máquina social cayapó. Mais de uma vez os autores modernos mencionaram o papel importante desempenhado pelas expedições de guerra na organização dos principais rituais. O ritual de nominação, de perfuração de lábios e orelhas e de escarificação que denotam a produção social da pessoa cayapó dependem em certa medida dessas expedições. São, em sua maioria, rituais de dor que o homem suporta porque os inimigos os tornaram bravos. Em outras palavras, o ideal do Cayapó guerreiro e bravo (Giraldin, 1997, p. 49) só se realiza na relação com os inimigos. Estes (*hi’pe*) são para os Cayapó criaturas revoltantes e guerreiras, mas fontes de certos poderes e bens. Se o contato com inimigos torna os homens cayapós bravos e resistentes à dor é porque, por esta lógica, os inimigos são fornecedores de bens simbólicos como a bravura e de bens materiais que são mitologicamente apropriados pelos Cayapó nas suas expedições guerreiras, tais como plantas, armas de fogo e objetos exóticos.

Além disso, o fato de não fazerem cativos e estarem em guerra permanente com os não-índios também são explicados por algumas de suas razões sócio-culturais. Em primeiro lugar, entre eles não há a possibilidade de cativo ou adoção de cativos, pois, ao contrário dos Tupi, entre os grupos Jê os nomes e as posições cerimoniais se transmitem (Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro, 1985) e nos funerais são os afins (membros da metade oposta) que cuidam do morto (Viertler, 1999). Essa descendência espacial e seu arranjo social não abrem muitas brechas para a adoção de estrangeiros. Embora algumas fontes mencionem a captura de crianças (Campos, 1723/1976; Turner, 1992), nos episódios históricos das relações com não-índios não há relato de rapto ou cativo como já se disse. Outro elemento que pode em parte explicar as guerras cayapó é o de que, na visão dos mesmos -e aqui também oposta ao modelo Tupi-, a guerra exige uma conclusão e é pensada como uma troca (Lévi-Strauss, 1976). Ela é sempre a vingança das mortes e ofensas sofridas pelo grupo que, uma vez revidadas, exigiam seu fim (Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro, 1985). Isso talvez

explique porque em vários documentos os cronistas se referiam ao fato dos Cayapó, uma vez “[...] batidos, não tardavam a voltar à carga em novas e terríveis correrias” (Taunay, 1975, vol. 2, p. 247). Em suas relações com não índios isso contribuiu não só para aquecer o paradigma da ferocidade, como também para tornar a guerra Cayapó interminável.

São essas condições da própria existência real dos Cayapó que dão sentido tanto à sua ampla distribuição espacial quanto às suas permanentes correrias. A partir daí é possível entender como eles assolaram continuamente os caminhos que levavam São Paulo às regiões das minas, passando pelos Campos de Araraquara. Nessa região eles são mencionados tanto nas franjas como no interior da área e invariavelmente associados, nos documentos desses séculos, às suas guerras e às represálias da administração colonial.

Isso posto e já então cientes de seu modo de aparição, tem-se a intenção agora de apresentar, com base nos documentos escritos, a localização desses indígenas na área aqui em estudo.

Embora a primeira menção direta ao etnônimo Cayapó só apareça em 1723, alguns autores (Monteiro, 1994, p. 63; Neme, 1969) já levantaram a hipótese de no século XVI os Cayapó serem conhecidos como Bilreiros³¹ ou Ibirajara, “senhores do tacape” segundo Schaden (1954, p. 397). Mas, à exceção do uso do bilro, nenhuma dessas afirmações apresenta evidências sobre a relação entre ambos. A única aproximação se deve ao fato de que tal como entre os tais Bilreiros, documentos setecentistas, nos quais fartamente aparece a designação Cayapó, mencionam o uso do porrete ou bilro por esses indígenas. Quando em 1723 Antonio Pires de Campos deixa o primeiro relato histórico dos Cayapó, a certa altura de sua descrição ele escreve: [...] e também usam de garrotes, que são de páu de quatro ou cinco palmos com uma grande cabeça bem feita, e tirada, com os quais fazem um tiro em grande distância, e tão certo que nunca erram a cabeça; é a arma de que mais se fiam, e se prezam muito dela [...] (Campos, 1723/1976, p. 182). Quatro anos depois dessa descrição, o capitão João Antonio

³¹ O nome Bilreiro deriva de bilro, uma pesada borduna com uma das pontas mais grossas usada pelos índios e que se assemelha aos bilros das rendeiras do nordeste.

Cabral Camello (1727/1976, p. 115) descendo em viagem pelo Tietê até Cuiabá também fala do uso do bilro pelos Cayapó. Ele os encontra “[...] em jangadas próximos ao salto Itapuyras na Barra do Theaté com o Grande [...] e usam o porrete ou bilro [...]”.

Se forem lícitas essas aproximações, talvez se deva colocar em relação com os Bilreiros – Cayapós, os índios Quirixá (Araxá?) encontrados pela bandeira do Anhanguera em 1722 quando entrou ao descobrimento das minas de Goiás. Após atravessar o rio Grande e já estando na altura do atual triângulo mineiro ou sul de Goiás, a bandeira estava perdida quando encontrou “rancharias do gentio e seus fogos”. Silva Braga, que noticiou ao Pe. Diogo Soares essa entrada, após usar o termo “Tapuia” para se referir a esses indígenas “por ser sua língua diversa da língua geral” (Braga, 1723-1734/1976, p. 126) complementa sua descrição:

Chamava-se este gentio Quirixá, vive aldeado, usa do arco, flecha e porrete [...] Tinha 19 ranchos todos redondos, bastantes altos, e cobertos de palmito, com uns buracos junto ao chão em lugar de portas; em cada um destes viviam 20 e 30 casais juntos, as camas eram uns cestos de buritis, que lhes serviam de colchão e cobertor; eram pouco mais de 600 almas; estava situada toda esta aldeia, junto d’um grande córrego [...] (Braga, 1723-1734/1976, p. 128).

Assim, se for correta a aproximação entre os Bilreiro e Cayapó baseada única e exclusivamente no uso do porrete ou bilro, a eles deve-se também incluir os Quirixá. Embora não haja na descrição de Silva Braga que foi publicada por Taunay (1976b) nenhuma referência direta ao etnônimo Cayapó, certos autores modernos afirmam de forma segura que esses índios estiveram em contato com a sociedade colonial em 1722 quando esta bandeira que descreve os Quirixá, “chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, descobriu as minas de ouro da região de Serra Dourada, às margens do rio Vermelho, onde se localiza hoje atual cidade de Goiás” (Giraldin, 1997, p. 55). Além dessas inferências, e na ausência de dados mais precisos para a aproximação Bilreiro-Cayapó-Quirixá, ao menos outros dois indícios presentes na descrição sobre o último desses grupos permitem a aproximação com grupos Jê: ausência da rede de dormir e a língua diversa da geral. O primeiro desses itens -a rede de dormir- é um elemento etnograficamente associado aos Tupi (Laraia, 1986, p. 45) e portanto sua ausência revela tratar-se de grupos não Tupi ou Guarani, certeza confirmada na descrição da língua Quirixá como diversa da geral. São, pois, Tapuias como diz o documento e

não Tupis. Isso, como se verá mais adiante, os aproxima seguramente de grupos Jê, tal como os Cayapó são modernamente classificados.

Como Bilreio eles aparecem no interior do atual estado de São Paulo já no início do século XVII. Em 1607 eles são contactados pela bandeira de Belchior Dias Carneiro e em 1612 pela bandeira de Domingos Jorge Velho (Neme, 1969). O primeiro desses bandeirantes, neto do lendário João Ramalho, embarcou em 1607 no porto de Pirapitingui (atual Itu), no Tietê, e desceu este rio em direção a “região dos bilreiros ou caiapós” (Carvalho Franco, 1989, p. 108-109). O segundo desses bandeirantes, afamado pela historiografia tradicional por ter destruído o quilombo de Palmares, fez entradas ao Guairá e, de acordo com Mário Neme (1969), também entrou na região dos bilreiros. Este mesmo autor (idem), baseado em testamentos deixados por esses dois bandeirantes, afirma que os Bilreio ocupavam, em princípios do século XVII, uma parte do noroeste do atual estado de São Paulo. Segundo seus argumentos, e ao contrário do que pensa Carvalho Franco (1989, p. 109), a primeira dessas bandeiras manteve relações amistosas e comerciais com esses índios (Neme, 1969, p. 114), enquanto a segunda parece ter aprisionado e escravizado vários bilreiros, os quais a Câmara de São Paulo pediu que fossem devolvidos à sua aldeia (Neme, 1969, p. 117). Segundo Monteiro (1994a, p. 63), no XVII “os Kayapó meridionais –bilreiros -, grupo Jê ocupava uma extensa faixa territorial a noroeste da vila de São Paulo”. Assim, se esses indícios estiverem corretos eles apontam para uma ampla distribuição dos Cayapó no interior do atual estado de São Paulo desde pelo menos o início do XVII. Nos documentos posteriores, quando já se fazem referências explícitas ao termo Cayapó, desde essa área mais meridional, sua localização se estendia ao triângulo mineiro, sul de Mato Grosso e sul de Goiás.

Como se disse, a primeira menção direta ao etnônimo Cayapó aparece somente em 1723 através da *Breve Notícia do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas do Cuiabá [...]* dada por Antonio Pires de Campos (Taunay, 1976b, p.181-200). Homem prático do sertão, esse paulista de Itu fez no mínimo vinte e quatro entradas ao sertão no início do século XVIII (Kók, 1998, p. 24). A entrada que resultou na primeira descrição histórica dos Cayapó foi feita desde Itu pelo Tietê abaixo até a sua foz no rio Paraná, e subindo o curso deste até o rio Paranaíba ela entrou no sul dos atuais estados de Goiás e Mato Grosso do Sul.

Nesse trajeto os Cayapó são mencionados em grande extensão territorial a partir da margem direita do rio Paraná e a descrição deixada contrasta em alguns aspectos com a imagem de índios corsários e nômades que fizeram crer as “alegorias da colonização”, embora isso não exclua —é claro— as correrias e o modo de vida guerreiro.

[...] e falando do Rio Grande (em que mete o Tietê e perde seu nome) navegando por ele acima, se dá em um rio chamado Pernaíba, e por ele acima habita o gentio chamado Caiapó. Este gentio é de aldeias, e povoa muita terra por ser muita gente, cada aldeia com seu cacique, que é o mesmo que governador, a que no estado de Maranhão chamam principal, a qual os domina, estes vivem de suas lavouras, e no que mais se fundam são batatas, milho e outros legumes, mas os trajes desses bárbaros é viverem nus, tanto homens como mulheres, é seu maior exercício é serem corsários de outros gentios de várias nações e prezarem-se muito entre eles a quem mais gente há de matar, sem mais interesse que de comerem seus mortos [...] e nos assaltos que dão aqui e presas que fazem reservam os pequenos que criam para seus cativos [...] (Campos, 1723/1976, p. 181-182).

Nota-se então que desde essa primeira descrição histórica os Cayapó são apresentados como extremamente numerosos, pois “povoa muita terra por ser muita gente”. E ao invés de nômades ou “nação que não tem domicílio certo, nem plantas ou lavouras” como aparece em outro documento do XVIII (Barros, 1976, p. 148), essa primeira descrição retrata os Cayapós como agricultores sedentários que tinham como cultígeno básico a batata, planta que a moderna etnografia (Galvão, 1979, p. 232) identifica como o principal alimento cultivado pelos povos indígenas do Brasil central. Além disso, nessa descrição eles são apresentados como detentores de uma organização sócio-política elaborada em que “cada aldeia tem seu cacique, que é o mesmo que governador”.

Segundo estudos recentes, a organização e a cultura cayapó baseavam-se num sistema de comunidades grandes que eram totalmente auto-suficientes e autônomas.

A organização dessas grandes aldeias pode ser resumidamente descrita como segue: Todas as aldeias kayapó eram organizadas como grandes círculos ou casas de famílias extensas em torno de uma praça central, onde havia uma casa dos homens. [...] As aldeias são geralmente construídas junto de um rio ou riacho, de preferência rico em peixes; a distância até o riacho mais próximo nunca é, de qualquer modo, grande. Há roças em torno da aldeia que varia algumas dezenas de metros até 10 Km ou mais de canoa. Nas vizinhanças das aldeias há também grandes áreas de floresta e cerrado cheias de caça e frutos silvestres [...] (Turner, 1992, p. 317).

Dentre outras implicações, aquela primeira descrição histórica dos Cayapó, auxiliada por uma projeção etnográfica, esmorece não só uma certa visão que se produziu sobre esses indígenas em particular, mas dos povos Jê em geral. Como já tratado em capítulo anterior, os povos de língua Jê foram durante muito tempo chamados impropriamente de “tribos marginais” ou “horticultores incipientes” (Schwerin, 1985, p. 20) e essa primeira descrição histórica dos Cayapó, ao invés de apresentá-los como povos marginais, retrata-os exatamente ao contrário: como numerosos, habitando em aldeias sócia e politicamente organizadas e engajados em uma agricultura intensiva. Finalmente, desde essa breve notícia dada por Antonio Pires de Campos os Cayapó são apresentados como guerreiros cruéis, o que de fato o eram. Assim, à exceção da menção ao hábito dos Cayapó serem antropófagos e de fazerem cativos, todas as outras informações presentes nessa primeira descrição são confirmadas por outras fontes históricas e etnográficas. De acordo com essas diferentes fontes, os Cayapó estavam secularmente adaptados aos cerrados e florestas do Brasil central e se estendiam (muito provavelmente desde o século XVII como Bilreiro e seguramente desde o século XVIII como Cayapó) por boa parte do atual território paulista, sobretudo sobre a porção norte e noroeste do estado, passando à área aqui em estudo.

As informações do século XVIII os apontam tanto no limite leste como oeste e norte da região historicamente definida como Campos de Araraquara e, ao longo do XIX, certos documentos apontam para a intrusão dos mesmos no interior dessa região. Esse fato, fique claro, não ilustra um processo histórico de ocupação desde as bordas ao interior como a cronologia dos documentos pode fazer crer. Antes disso, esses retratos de ocupação Cayapó devem ser entendidos em virtude do próprio processo de produção da documentação histórica. Ao longo do século XVIII as menções aos Cayapó nas franjas da região é resultado do fato da maioria da documentação desse período ter sido produzida com referência aos dois principais caminhos que ligavam São Paulo às regiões auríferas do centro oeste: o caminho fluvial para Cuiabá e o caminho terrestre para Goiás. O primeiro seguia o Tietê – Paraná e o segundo cortava todo o interior de São Paulo em trajeto que seguia paralelo ao rio Mogi-Guaçu - Pardo até atravessar o Grande para entrar no triângulo mineiro. Como várias vezes neste trabalho já se disse esses caminhos marcavam então, naquele momento, os limites entre o conhecido e o

desconhecido. Por esses dois caminhos “assolavam o gentio Cayapó” como se referiram diferentes documentos ao longo do XVIII. (D.I., vol. 3, 7, 22, 44; Taunay, 1975; 1976a; 1976b). Ao avançar o século XIX, com ele se expandem também pelos Campos de Araraquara o processo de expansão não-índia pelo interior que resultou na produção de documentos escritos. A partir daí, a menção aos Cayapó passa a povoar não só os documentos referentes às bordas da área em estudo, como se juntam a elas referências a ocupação dos mesmos no interior dessa região (D.I., vol. 3, p. 105 e ss; vol. 44, p. 120; Secondo, Livro 1, fl. 22).

Ao longo do caminho que no XVIII levava a Cuiabá mencionaram-nos Antonio Pires de Campos em 1723. Quatro anos mais tarde, em 1727, o capitão João Antonio de Cabral Camello, ao se referir aos saltos que estão no curso do baixo Tietê, escreveu:

[...] o terceiro está perto da barra, em que entra o Theaté no rio Grande, chama-se Itapuyras [...] a este salto dizem que vem muitas vezes o gentio Cayapó (Caiapó) em suas jangadas. Este é o gentio que usa de porrete, ou bilro, e o mais traidor de todos. (Camello, 1727/1976, p. 115).

Mais adiante nesse relato ele deixa entender que o principal núcleo de habitação dos Cayapó na região ficava na região do rio Verde e Pardo, afluentes da margem direita do Paraná: “[...] Mais abaixo, defronte de uma ilha entra da parte direita do rio Grande o Verde onde assistem comumente os Caiapó” (ibid, p. 116), informação confirmada por uma série de documentos posteriores (Juzarte, 1769/1976, p. 225; Ordonhes, 1784/1976, p. 209; Rebelo, 1727/1976, p. 103) e pela cartografia do século XVIII. Na coleção de mapas antigos da cartografia paulista publicada por Taunay (1922), mais de uma prancha que procurou retratar o trajeto que de São Paulo levava a Cuiabá ilustra, depois do rio Paraná, ao norte a “Serra dos Caiapós” e ao sul “dos gentios Cavalheiros e Guaycurus” (a estes últimos se voltará mais adiante neste trabalho). Nesse caminho, durante todo o século XVIII, os Cayapó infernizaram o acesso luso-brasileiro às regiões auríferas de Mato Grosso e, por causa disso, esses Cayapó dos rios Verde e Pardo foram nesse século o terror dos monçoneiros. Em documentos de meados do XVIII e em conformidade com a razão sócio-cultural cayapó acima traçada, eles são descritos como “volantes e de corso [...] conduzindo-o de uma parte, para outra e assim por sua causa se não pode tomar o R. Verde [...] o gentio Caiapó, que valendo-se das noites, queimam as casas e mata a gente [...]” (Barros, 1976, p. 149; 151).

A partir dessa posição a oeste do rio Paraná, nas suas diferentes expedições os Cayapó ocuparam e transitaram também por boa parte da região a leste deste rio em território do atual estado de São Paulo. Há registros suficientes de incursões dos mesmos na foz do Tietê, em Itapura, e a montante da mesma entrando nos chamados Campos de Araraquara. Na segunda metade do século XVIII eles são registrados no salto de Avandava já próximos ao médio curso do rio Tietê. Entre abril e dezembro de 1772 d. Luiz Antonio de Souza, o Morgado de Mateus, escreveu diversas ordens e providências para o capitão José Gomes da Gouvea, nas quais se lê que é “[...] p.^a dar no gentio Cayapó, q’ agora nos infesta a Navegação do Cuyabá desde Avandava em thé o rio Pardo [...]” (D.I., vol. 7, p. 133); ou que é para “[...] dezinfeastar do Gentio Cayapó a navegação do Cuyabá, tanto no certão de R. Pardo como nas margens do Tietê, onde proximam.te tem feito o mesmo Gentio algumas surtidas [...]” (D.I., vol. 7, p. 136). Locomovendo-se nesse trajeto os Cayapó colocaram em prontidão as tropas militares (auxiliares e ordenanças) de Itu, Piracicaba e Porto Feliz que entraram numa campanha de guerra contra esses índios. Este parece, inclusive, ter sido um ponto estratégico para as autoridades coloniais. A ele, Morgado de Mateus deu a mesma atenção despendida para a criação da Praça Nossa Senhora dos Prazeres às margens do rio Iguatemi, inserida na intricada questão das fronteiras meridionais. De acordo com aqueles mesmos documentos Morgado de Mateus tinha pressa em desobstruir o caminho de Cuiabá e por isso afirmou ao capitão José Gomes da Gouvêa que todos aqueles que participassem da empreitada “[...] pode segurar [...] q’ hão de ser pagos pela Real Fazenda com os mesmos soldos q’ vencem os das Expedições de Tibagy e Guatemy [...]” (D.I., vol. 7, p. 133).

Como bem lembrou Neme (1974, p. 45), desde 1733 – 1737 sertanejos de Piracicaba, Porto Feliz e Itu já atuavam nas expedições de guerra contra os povos do sertão. Pelo menos desde 1732 já havia em Itu ordens sobre a conquista dos “gentios que infestam o caminho de Cuiabá” (D.I., vol. 22, p. 12-15) e, na segunda metade do XVIII, as ordens eram explícitas para atacar os Cayapó que obstruíam esse caminho fluvial. Numa daquelas ordens que Morgado de Mateus escreveu ao capitão José Gomes de Gouvea ele expressou que quando “[...] chegar a barra do Piracicaba donde se achará prompto todo o mais mantim.to necessro. pa. a viagem [...]” (D.I., vol. 7, p. 133; vol. 33, p. 40). Tal situação indica que esta região do médio Tietê era no século XVIII o ponto de apoio consolidado para as investidas ao interior,

oferecendo sertanejos e infraestrutura para os movimentos das expedições paulistas que se lançaram contra os Cayapó. Estes, por sua vez, mantiveram as suas investidas seguras contra os viajantes e moradores do caminho Tietê – Paraná até pelo menos o início do século XIX, quando ainda são registrados ataques nos saltos de Avanhandava e Itapura (D.I., vol. 3, p. 124; 128; 131). Aos poucos, porém, ao longo do XIX os contatos desses grupos Cayapó se modificou radicalmente.

Os documentos produzidos até o primeiro quarto do oitocentos continuaram sim mencionando ocupações Cayapó no caminho fluvial de Cuiabá, sobretudo nos saltos de Avanhandava, Itapura e Urubupungá, este último localizado no rio Paraná pouco acima da foz do Tietê. Mas se de fato existe uma continuidade temporal e espacial de ocupação desses indígenas na região do Tietê e Paraná, a modalidade de contato que se estabeleceu no XIX é substancialmente diferente daquela do XVIII. Se antes os Cayapó dessa região eram descritos como “nação que nunca foi conquistada pelos sertanistas” (Barros, 1976, p. 148), no XIX - entre 1809 e 1820- padres, aventureiros e “comerciantes”³² que iam e vinham de Cuiabá mantiveram contato pacífico com esses grupos (D.I., vol. 3). Essa mudança de estratégia nas relações de contato talvez se deva à freqüente e sistemática relação que os Cayapó foram estabelecendo com a sociedade envolvente. Tanto no sentido do fluxo monçoneiro, como no sentido de Goiás para o sul, os Cayapó foram desde o início do século XVIII alvo de expedições oficiais de extermínio e escravidão. De Vila Boa de Goiás, desde pelo menos 1742 haviam sido expedidos documentos para se fazer a conquista do gentio Cayapó (D.I., vol. 22, p. 166-169), e de Itu, Piracicaba e Porto Feliz, desde 1772 também já se haviam os regimentos para combater esses mesmos indígenas no caminho de Cuiabá. Por um lado, isso acarretou, é claro, a depopulação paulatina dos grupos Cayapó e, de outro, provocou migrações que procuravam recuo e refúgio. É nesse contexto que Giraldin (1997, p. 121) propõe uma migração dos Cayapó no sentido N-NO desde a região do Paraná, passando pelos rios Sucuriú

³² Este termo deve ser entendido como o de “comerciar os índios” e não com os índios. De acordo com Carta Régia de 1809 só poderiam ser tornados escravos aqueles índios que fossem comprados e não aqueles que viessem por livre vontade ou dados para serem criados. Nesse sentido, o comércio deve ser entendido como um argumento que justificava a escravidão dos mesmos; sendo essa estratégia bastante usada pelas autoridades, comerciantes e padres das vilas de Itu, Porto Feliz, Capivari, Mogi Mirim que entraram em contato com os Cayapó das margens do Paraná no primeiro quarto do século XIX.

-Araguaia - Teles Pires até o rio Peixoto de Azevedo ao norte do atual estado de Mato Grosso, divisa com o Pará. Isso quer dizer que grupos Cayapó estavam empreendendo uma migração na intenção de fugir ao contato; hipótese consubstanciada por Turner (1992) que rejeita a ocupação de grupos Cayapó ao norte de Mato Grosso no século XVII. Escreve este último autor que “à luz de uma leitura crítica das fontes escritas e de relatos históricos kayapó contemporâneos [...] a afirmação de que os Kayapó estavam presentes, no norte de Mato Grosso às cabeceiras do Xingu desde o século XVII devem ser rejeitadas” (Turner, 1992, p. 312). Assim sendo, é bem provável que só a partir do XVIII e XIX, movidos em parte pelo contato com não-índios, eles tenham migrado no sentido da ocupação dessas áreas mais recuadas.

Nesse contexto de intenso contato, os Cayapó que se encontravam no século XIX na região Tietê-Paraná desenvolverem, então, novas táticas de convívio. De acordo com certos registros (D.I., vol. 3, p. 132) alguns desses indígenas eram fugitivos dos aldeamentos de Goiás, e esta condição era sustentada não só porque alguns deles ostentavam nomes de batismo (Manuel, Antonio e José), como por saberem o português (D.I., vol. 3, p. 129-130) e terem conhecimento das autoridades coloniais (D.I., vol. 44, p. 121). Nestas condições estão reiterados não apenas o tráfego desses grupos por uma grande extensão territorial como acima já se fez referência, como também o longo contato dos mesmos com a sociedade envolvente, o que explica as novas modalidades de contato que esses grupos travaram no século XIX.

Segundo certos relatos, é entre 1803 e 1809 que se tem notícias aos Cayapó da região do salto de Urubupungá. Quando d. Francisco Mascarenhas, o conde de Palma, foi Governador e capitão geral de Goiás entre os anos supra mencionados, ele mandou fazer várias explorações dos rios daquela capitania, tanto para o norte como para o sul. “[...] Nestas explorações foi que os seus enviados travaram conhecimento com os índios moradores do Urubupungá e vizinhanças e dahi veio terem os mesmos índios conhecimento de seu nome [...]” (D.I., vol. 44, p. 126 – nota 20). Isso confirma, mais uma vez, o fato desses grupos de Cayapó serem fugitivos de Goiás. Na documentação paulista do século XIX, esses índios aparecem a partir de 1809 associados às intenções de escravidão e catequese movidas por habitantes e autoridades de Porto Feliz, Itu, Piracicaba e Capivari.

Em setembro de 1809 o capitão mor de Porto Feliz, Antonio José de Almeida deu notícia ao governador de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta, da chegada àquela vila do comandante cuiabano José da Costa Leite “[...] em cuja companhia, ou munção vierão trez rapazes do Gentio Cayapó, existentes nas margens do Rio Paranã, que amigavelm.te se quizerão transportar para esta Capital, offerecendo-os os Pais” (D.I., vol. 3, p. 104). Esse episódio cria entre os paulistas a expectativa de conquista fácil desses indígenas ante a “docilidade dos Indios, que habitão aquellas margens do Rio Paraná [...]” (D.I., vol. 3, p. 114). Em face disso, ao longo de todo o primeiro quarto do século XIX se lançaram sobre eles os moradores daquelas vilas e povoados da região do médio Tietê.

Imediatamente em seguida àquela notícia, em outubro de 1809, o Padre Manoel Ferraz de Sampaio Botelho, vigário de Porto Feliz, envia carta ao governador se dispondo a catequizar os índios Cayapó das margens do Paraná. Nessa carta o referido padre se apóia nas informações daquele comandante cuiabano e resume de forma paradigmática a visão que se fez desses grupos no século XIX.

São estes huns povos sem fereza [...] qe. ha m.to tempo não fazem mal aos negociantes, elles apparecem atodos, qe. por alli passão dando festivos signaes de paz, e amizade; fallão e familiarm.te tractão com a nossa gente, aqm. pedem muitas coizas, e tãobem dão outras, e com demonstrações de quererem viver comnosco. [...] offertão e entregão os seus proprios f.os., e estes com o mesmo empenho deixão deus pays [...]. Agora proximam.te succedeo hum facto idêntico com o tem.te José da Costa, qe. vindo pelo d.o caminho, sahirão-lhe os ditos Gentios nas praias [...] (D.I., vol. 3, p. 106-107).

No plano de catequese que o Padre Manuel Ferraz estabeleceu (D.I., vol. 3, p.109-113) existia a indicação de construção de uma aldeia para agremiação desses indígenas. Segundo seu plano, esta aldeia deveria localizar-se entre o rio Pardo e o salto do Urubupungá (D.I., vol. 3, p. 110). Em ofício de 1810 em que comentava este plano, o ouvidor Miguel Antonio de Azevedo Veiga aprovou a idéia de catequese, mas discriminou como local adequado para o estabelecimento desse aldeamento a barra do rio Piracicaba (D.I., vol. 3, p.115). No entanto, os documentos posteriores não confirmam a construção da mesma e, muito pelo contrário, ao invés do aldeamento os Cayapó dessa região foram distribuídos entre as fazendas da região do médio Tietê. Desde esses primeiros contatos nos primórdios do século XIX, em 1809 e 1810, é

possível perceber alguns novos elementos para uma análise da história Cayapó. Chama a atenção não só a mudança na modalidade de contato, mas também uma nova região de ocupação e a escravidão sem guerra a que os mesmos foram submetidos.

Em primeiro lugar, até então não havia aparecido na documentação referências à ocupação de afluentes do Paraná, acima do salto de Urubupungá. Durante o século XVIII, a documentação propõe que o núcleo de habitação dos índios Cayapó localizava-se nos rios Pardo e Verde, afluentes ocidentais do Paraná abaixo da foz do Tietê. No início do XIX, a documentação aponta também para o rio Sucuriú, afluente do Paraná, pouco acima da foz do Tietê. “Chegando na barra do Tyethê ao rio Grande, fronteando aqual está o rio Sucuryhy, que he o centro, e âmago do gentilíssimo [...]” (D.I., vol. 3, p. 111), informação que outros documentos do período confirmam. E, em segundo lugar, paulatinamente, a partir da segunda década do século XIX, os Cayapó habitantes no Urubupungá e Sucuriú seriam aliciados e “comercializados” para a escravidão nas vilas e povoados do interior paulista, sobretudo do médio Tietê onde se iniciam os chamados Campos de Araraquara.

Os episódios que os documentos permitem reconstituir indicam exatamente para essas questões. Quer tenham sido iniciativas isoladas e particulares ou expedições oficiais, quer fossem movidas por clérigos ou por leigos, os eventos históricos envolvendo relações com os Cayapó do baixo Tietê, Paraná e Sucuriú no início do século XIX se manifestam da mesma forma. Para entendê-las, vamos aos fatos.

Apesar da disposição e do plano estabelecido pelo Pe. Manuel Ferraz, o governador de São Paulo, Franca e Horta, preferiu enviar o Tesoureiro Mor da Sé de São Paulo, padre João Ferreira de Oliveira Bueno, para procurar contato com esses índios. Na sua entrada, realizada em 1810 com cinco canoas e cerca de trinta pessoas assalariadas (D.I., vol. 3, p. 139), ele acampou numa ilha do Tietê pouco acima da foz do Paraná de onde fez quartel para entrar em contato com os Cayapó, encontrando-os dias depois na margem paulista do Paraná e na “margem oriental do Tietê”. A partir deste grupo que habitava uma aldeia no salto de Urubupungá, o referido padre recebe informações de que havia mais duas aldeias acima deste Salto e três no rio Sucuriú (D.I., vol. 3, p. 126-127). De acordo com suas informações (idem), na ocasião ele também comprou alguns índios, cujo argumento deve ter sido empregado como

estratégia para garantir o cativo dos mesmos, conforme acima mencionado. Como João Ferreira Bueno de Oliveira além de padre e Tesoureiro Mor da Sé era, também, proprietário de um engenho nas margens do rio Capivari, afluente do Tietê (Giraldin, 1997, p. 111), está claro qual foi o destino destes Cayapó. Esta situação é, inclusive, confirmada por outro documento do período: a carta que o capitão mor de Porto Feliz, Francisco Correa de Moraes Leite, escreveu em 15 de novembro de 1810 ao governador de São Paulo (D.I., vol. 3, p. 125). Quanto à informação do Padre João Ferreira de Oliveira Bueno ele mesmo se pronunciou da seguinte forma:

Cheguei ao Paraná, falei aos Chefes de um Alojamento de Selvagens situado na margem occidental abaixo do Salto de Uruvupungá [...] e desta Aldeia trouxe comigo 18 selvagens entre homens e mulheres, e cinco menores; e depois de persuadir os chefes que deixassem aqueles bárbaros Sertões segurarão-me que para o ano os fosse buscar [...] e que além dos desta Aldeia haviam convocado mais gente de duas Aldeias situadas acima do Salto do Uruvupungá, que vivem debaixo de seu comando, e de três grandes Aldeias situadas no rio Sucuriú sujeitas a outros chefes. (D.I., vol. 3, p. 126).

Na documentação consultada não há informações se esta viagem para trazer os Cayapó de fato tenha acontecido por parte deste padre; mas de certo e documentalmente provado outros mantiveram até aproximadamente 1820 entradas para comerciar os índios Cayapó das margens do Tietê, Paraná e Sucuriú. Um deles foi o vigário de Porto Feliz, padre Manuel Ferraz de Sampaio Botelho. Mesmo sem o apoio do governador Franca e Horta esse padre reuniu alguns particulares e prometendo-lhes que encontrariam ouro “na paragem chamada Pinhal, e no rio Tibagi” (D.I., vol. 3, p. 131) e que dividiriam os índios que fossem trazidos do sertão, ele faz sua primeira entrada em julho de 1810, tendo depois disso voltado aos sertões ao menos mais duas vezes, em 1812 e 1815. Na primeira acompanhavam-no 22 homens (D.I., vol. 3, p. 127; 131) sendo que

[...] os principais desta campanha foram – Antonio Antunes Córdia com dois escravos; José de Almeida, filho do Capitão Antonio de Almeida da Va. de Itu, com outros dois escravos; Pedro Gomes com três filhos; e todos com mantimentos, pólvora exumada, dispostos em dois batelões, e uma canoinha [...] (D.I., vol. 3, p. 131)

Assim, em 10 de julho de 1810 essa expedição partiu de Porto Feliz “com destino de ter sucesso não só com os caiapós, mas outros quaisquer povo, que encontrasse por todo o rio

grande [...]” (D.I., vol. 3, p. 127). Logo no início da viagem a expedição se deparou abaixo do salto de Avanhanda com índios hostis tratados no documento (idem) de Goanhanaz (ao qual voltar-se-á adiante neste trabalho) em cujo incidente resultou a morte do barqueiro Francisco Nobre. Descendo o rio Tietê continuou a viagem “vendo os fogos desta gente, e outras, que habitão a parte septentrional do rio até o seg.do Salto de Itapura”. (D.I., vol. 3, p. 128). Logo ao entrar no Paraná a expedição manteve contato com índios Cayapó de uma aldeia próxima à foz do Tietê (Urubupungá), cujos capitães eram Antonio e José, sobre os quais o padre escreveu que “sabem sufficiente Portuguez” (idem). De acordo com o ofício do capitão mor de Porto Feliz Francisco Correa de Moraes Leite (D.I., vol. 3, p. 130-135) no qual ele registrou os depoimentos dos participantes dessa primeira expedição do padre Manuel Ferraz, nesse primeiro contato o padre procurou repreender os Cayapó por terem fugido de Goiás e andarem matando e roubando (D.I., vol 3, p. 132). Esse discurso rendeu-lhe uma situação embaraçosa da qual ele se viu livre após “repetir por todos elles quotidianos mimos de farinha, fumos e faccas” (D.I., vol. 3, p. 128).

Após esse incidente a expedição continuou a descer o rio Paraná e após três dias encontrou um outro “capitão” Cayapó de nome Manoel que informou ao padre que sua aldeia mais populosa ficava no rio Sucuriú (idem). Nesta viagem ele continuou a descer pelo fluxo do Paraná até a confluência do Tibagi e subiu por alguns dias o curso deste último rio. Após desentendimentos com o grupo que o acompanhava o padre volta ao rio Paraná “até o lugar de meus primeiros aliados Antonio e José [...] negociarão comigo oito índios, q.e os comprei por várias espécies de ferramentas” (D.I., vol. 3, p. 130; 156). Como acima mencionado, o argumento da compra era usado para legalizar a escravidão desses índios e assim, tal como os 18 cayapós levados para Capivari pelo padre José Ferreira de Oliveira Bueno, esses outros levados a Porto Feliz também tiveram o mesmo destino.

A repartição desses índios Cayapó entre os participantes da expedição parece ter causado alguns problemas e insatisfações, a tal ponto de ter havido certas contestações sobre o modo de aquisição desses índios. Francisco Alves Tosta, um dos participantes dessa expedição de 1810, afirmou ao Capitão mor de Porto Feliz em 1811, que os Cayapó “[...] negociarão dois rapazes, e huma rapariga, e os d.os Pais advirtirão q’ não negociavão os filhos pa. serem

captivos, e sim pa. seos filhos [...]” (D.I., vol. 3, p. 134). Apesar disso, o destino desses índios já estava selado.

Segundo essas mesmas fontes documentais, o padre Manuel Ferraz de Sampaio Botelho, escrevendo em março de 1822, afirmou ter feito ao menos mais duas entradas no sertão para ter comércio com os Cayapó das margens do Paraná. “No anno de 1812, mandando eu alguns mimos áquella gente, para exercitar a nossa amizade, mandou-me o Casique quatro índias incluindo huma própria Filha de nome –Coxim- agora Gertrudes”. (D.I., vol. 3, p. 157). Três anos depois, em 1815 ele pessoalmente volta à região do Paraná:

No anno de 1815 tornei ao dito Certão, onde no mesmo lugar antigo fui recebido já pelos dois Casiques antigos, que tinham reunidos os dois Alojamentos em hum [...] soube que havião mais três alojamentos dos mesmos índios em diversos lugares circumvizinhos [...] E depois de cumprir e conseguir os fins de minha viagem voltei com 20 índios, que trouxe a esta Villa aos 10 de Dezembro [...]. (D.I., vol. 3, p. 157)

Em carta ao governador datada de 31 de agosto de 1816, o desembargador e ouvidor de Itu, Miguel de Azevedo Veiga, deixa entender que a expedição de 1815 foi também financiada por particulares e os mesmos, tal como ocorrera com a expedição de 1810, “ficarão pouco satisfeitos com a Contabilidade, e distribuição que o mesmo Pe. fez dos Índios [...]” (D.I., vol. 3, p. 150).

Apesar disso, nada na documentação consultada indica que os Cayapó trazidos das margens do Paraná pelo Pe. Manuel Ferraz deixaram de ser escravizados. Muito pelo contrário, a intensificação desse comércio parece estar indicada nas próprias atitudes do governo que autorizava através de licenças qualquer um que quisesse ter comércio com esses índios. O entusiasmo com que se lançaram os paulistas de Itu, Porto Feliz e outras vilas de São Paulo para a região Cayapó “he por interesse immediato de Se servirem dos Índios, que de lá trazem, e nada mais” (D.I., vol. 3, p. 150).

É nesse contexto que outros “comerciantes” realizaram as viagens até o rio Paraná com o mesmo “interesse imediato”. Destes, ao menos dois foram devidamente documentados: José Góes e Pacheco, comerciante de Mogi-Mirim, e José Velho Moreira. Em junho de 1816 o ouvidor de Itu escreveu ofício ao governador Conde de Palma no qual relatou que José Velho

esteve “duas vezes no Salto de Urubupungá, no Rio Grande, comerciar com os Índios que ali habitão” (D.I., vol. 44, p. 117).

E em dezembro desse mesmo ano, o mesmo ouvidor escreveu a respeito de José Góes e Pacheco:

Não afianço a melhor conducta moral, e politica do Capitão José Góes para com os mesmos Índios do Paranã: mas tendo em vista por outra parte, que o mesmo Góes não tracta mal os índios que dalli tem conduzido [...] exaqui porque me pareceu mal menor facultar ao mesmo Góes a Licença incluza [...] (D.I., vol. 3, p. 150-151)

Esses rápidos indícios indicam que ambos “comerciantes” mantinham comércio regular com esses Cayapó. O primeiro havia estado na região ao menos duas vezes, e na licença de comércio expedida para o segundo se lê que o mesmo “não tracta mal os índios que dalli tem conduzido”, fatos que revelam então aquele comércio regular. Na maioria dos casos, e tal como o ocorrido com os Cayapó conduzidos pelos dois padres (João Ferreira e Manuel Ferraz), os índios eram distribuídos entre os moradores de Porto Feliz, Itu, Piracicaba, Mogi-Mirim e Capivari. Na última expedição noticiada de José de Góes Pacheco autorizada pelo ouvidor de Itu, ele levou 23 Cayapó. A lista com o nome e idade dos mesmos, bem como das pessoas interessadas em adquiri-los encontra-se transcrita na página 153 do volume 3 dos *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*.

Sob essas condições, menos de dez anos depois desses últimos registros dos Cayapó do baixo Tietê e Paraná, em 1825, a expedição científica de Langsdorf não encontra nenhum índio na foz do Tietê e, ao visitar a aldeia de Urubupungá, encontra-a também abandonada (Florence, 1977, p. 54,55). Esse estado de coisas indica uma série de questões sobre a história dos Cayapó.

De certo, as estratégias de contato estabelecidas por esses índios no início do XIX que os conduziu à escravidão sem guerra não devia ser uma unanimidade dentro do grupo. Os documentos revelam que tanto padres como leigos negociavam com os chefes a compra de índios, pagando-os com machados, foices, facas e outras quinquilharias. Esse comércio pacífico não deixou, no entanto, de gerar conflitos internos. Na expedição de 1810 realizada pelo padre João Ferreira de Oliveira Bueno, da qual trouxe 18 índios que assentou no seu engenho em Capivari, houve um incidente após os acertos de compra no qual primeiro um

homem, e depois uma mulher, se voltaram enfurecidos contra o chefe e o padre. Os ânimos do homem foram apaziguados pelo padre com o discurso do Aldeamento, e os da mulher com tesoura, espelho e fumo (apud Giralдин, 1997, p. 113). Essa situação revela que de certo havia debates e cismas dentro do grupo sobre a melhor maneira de atuação nas relações de contato e que, possivelmente, podem ter havido destinos diferentes para os grupos Cayapó que no XIX habitavam o baixo Tietê e Paraná. Alguns devem ter partido numa saga migratória no sentido N-NO desde a bacia do Paraná até o norte de Mato Grosso, como acima mencionado. E aqueles que ficaram e que decidiram pelo contato sofreram aos poucos uma desagregação com as famílias sendo desestruturadas pela separação, doenças, depopulação e escravização. Os Cayapó das margens do Tietê e Paraná foram repartidos e distribuídos como escravos nas fazendas de Porto Feliz, Piracicaba, Itu, Capivari e Mogi-Mirim. Assim sendo, tal como os Guaraní trazidos pelos paulistas do Guairá e outras regiões no século XVII, muitos Cayapó que se encontravam no XIX no caminho fluvial de Cuiabá passaram a servir como mão de obra escrava nas lavouras dos paulistas, sobretudo na região do médio Tietê onde se iniciam os chamados Campos de Araraquara.

Por todo século XVIII e início do XIX, ao mesmo tempo em que os Cayapó estavam ocupando o baixo Tietê e Paraná, limite sul e oeste dos Campos de Araraquara, eles também são fartamente mencionados nas proximidades do rio Mogi-Guaçu e Pardo, limite leste da área em estudo, e no triângulo mineiro, limite norte. Como já se fez referência nas páginas anteriores, da mesma forma que é através da documentação produzida sobre o Caminho de Cuiabá que se tem notícias dos Cayapó no Tietê e Paraná, as notícias aos Cayapó no limite oeste e norte da área historicamente conhecida como Campos de Araraquara estão relacionadas à documentação que se produziu sobre o Caminho de Goiás. E tal como para as fontes que até aqui já se discutiu, no século XVIII a presença dos Cayapó na documentação referente ao último desses caminhos está associada, também, às suas correrias e às represálias das autoridades coloniais.

Os conflitos entre Cayapó e não-índios no Caminho de Goiás aconteceram desde cedo e de forma ampla por todo o seu percurso, passando pelos atuais estados de São Paulo, Minas

Gerais e Goiás. Tanto os documentos do XVIII como historiadores paulistas do XX indicam a presença ameaçadora dos Cayapó neste caminho desde que o mesmo fora “aberto” por Bartolomeu Bueno da Silva. Em registro de bando de 1745 d. Luiz de Mascarenhas escreveu:

Os repetidos insultos, contínuas mortes, estragos e roubo q’. Gentio bárbaro da nação Cayapó, e os mais q.’ infestão o caminho de povoado emthé as minas de Goyaz desde o tempo em que ellas se descobrirão emthé o presente tem sido tão excessivos, e lamentáveis, principalmente o q’. de próximo cometterão, matando e roubando aos Viajantes [...] e aos roceyros [...] (D.I., vol. 22, p. 185).

Ainda de acordo com documentos do século XVIII, os Cayapó “residiam no planalto de Matto-Grosso, entre as cidades de Cuyabá e Goyaz, e desciam até o triângulo mineiro a dar caça aos viajantes para as minas de Goyaz” (D.I., vol. 22, p. 210). Mesmo documentos do XIX mencionam o fato dos Cayapó entranharem-se “no sertão parte da boa estação do anno à coleta de mel caça e de caça, e presume-se que n’estas excursões eles chegam até a estrada de Goyaz, e tem ahi cometido malefícios [...]” (Jardim, 1846/1847, p. 551).

Apoiado nessa mesma documentação, muito tempo depois Taunay (1975, vol. 2, p. 246) afirma:

Desde os primeiros anos da descoberta de ouro e do povoamento de Goiás, apuseram-se os caiapó ou bilreiros, tenazmente, à marcha dos civilizados que de São Paulo iam ter às novas terras da promessa. Espalhavam-se por enormes áreas, eram numerosos, muito bravos e aguerridos, inspirando verdadeiro terror aos que demandavam aos longínquos páramos centrais.

Tais indícios, somados à razão e lógica social cayapó acima apresentada, permitem aventar a hipótese de que a maior concentração de suas aldeias estavam no sul de Goiás entre os rios Paranaíba e Araguaia, local onde se documentou a primeira descrição história dos Cayapó (Campos, 1723/1976), onde aconteceram os seus primeiros ataques, e onde a geografia ainda hoje reconhece em topônimos (Serra e rio dos Cayapós e Caiapônia) a presença marcante desses indígenas. Não obstante a essa concentração, os indícios e a razão social cayapó levam a crer que eles percorriam um grande território de ocupação para o sul. Por meio das expedições constantes, os Cayapó dessa região não só transitavam e se comunicavam com os outros grupos Cayapó que nesse mesmo período se encontravam nos

afluentes e margens do Paraná (Sucuriu, Tietê, Verde e Pardo); mas atingiam, por um trajeto mais a leste, o triângulo mineiro, rio Grande, e norte do atual estado de São Paulo, atacando então o caminho terrestre que levava São Paulo a Goiás. Muito provavelmente, esses índios Cayapó estavam utilizando caminhos já conhecidos e usados por eles para percorrer esse território de exploração e ocupação mais amplo, no qual o aparecimento de uma nova categoria de gente foi vista como intrusa, inimiga e hostil. Neste trajeto, através de estratégias de ataques rápidos promovidos por um grupo composto por poucos indivíduos, os Cayapó se atualizavam como pessoas e como coletividade e, assim, começavam uma guerra interminável com a sociedade colonial.

Os primeiros ataques documentados dos Cayapó contra os povoadores de Goiás são da década de 1730 e estão associados aos contatos que se sucederam às descobertas de ouro do Anhnaguera II em território goiano. Após ter feito as primeiras descobertas no rio Vermelho, Bartolomeu Bueno da Silva explorou os rios da região sul do atual estado de Goiás, divisa com o triângulo mineiro e Mato Grosso, entre os rios Araguaia e Paranaíba. Aí, ao mesmo tempo em que encontrou ouro nos rios Pilões e Claro, começou a sofrer os ataques dos Cayapó (Giraldin, 1997, p.67). Em virtude de conflitos dessa natureza acontecidos entre 1732 e 1734, em 1736 o conde de Sarzedas expediu uma portaria autorizando os moradores a atacarem os Cayapó (D.I., vol. 22, p.102-121). A partir dessa data e por todo o século XVIII esses grupos do Caminho de Goiás seriam sistematicamente perseguidos. Em 1740, d. Luis de Mascarenhas edita um bando no qual autorizava a população não só atacar como escravizar os índios Cayapó que capturassem em suas guerras (D.I., vol. 22, p. 153-154). Um ano mais tarde, escrevendo de Vila Boa de Goiás, esse mesmo governador deu ordens para a criação de duas companhias de soldados carijós e bastardos, cuja incumbência era a de exclusivamente atacar os Cayapó.

Porquanto sou informado, q'. os Carijós e bastardos forros por não trabalharem, andão vadiando de q'. procedem fazerem dezaforos, e convem ao bem publico, q'. se atalhem o q'. não farião se tivessem em que se occuparem; e como novamente determino levantar duas Comp.as para se desenfestar as campanhas dos subúrbios desta Villa do Gentio bárbaro Cayapó [...] (D.I., vol. 22, p. 165-166)

Na tentativa de desobstruir e policiar o caminho de Goiás, em 1745 d. Luiz de Mascarenhas emitiu outro bando no qual reproduzia as mesmas ordens dadas nos anteriores. Nele, pedia que se fizesse contra os Cayapó “[...] guerra positiva, continuando-a até o domesticar, ou afugentar, e extinguir, pa. o que tenho determinado levantar duas Companhias de Soldados Aventureiros [...] lhe heyde dar em nome de Sua Mage. todo o gentio que apanhar por captivo [...]” (D.I., vol. 22, p. 186). Estas duas companhias de soldados criadas em 1745 atuaram por um ano na região do rio Grande, quando chegou ao triângulo mineiro o coronel Antonio Pires de Campos (o Pay-Pirá).

Apesar das diferentes tentativas e da criação de companhias de soldados para policiar o caminho e atacar os Cayapó em suas aldeias, a situação dos ataques Cayapó no caminho de Goiás permaneceu insolúvel para as autoridades coloniais até a segunda metade da década de 1740 quando entram em cena o referido coronel com seu exército de índios Bororo. Antes, porém, de ir aos fatos, deve-se ter claro, em primeiro lugar, que os soldados Bororo devem ter sido conquistados em manobras de guerra. Há indícios suficientes para se propor que, no início do século XVIII quando Pay-Pirá fez várias entradas ao sertão, ele tenha atacado e dominado aldeias Bororo de Mato Grosso, transferindo-os para São Paulo, Goiás e triângulo mineiro. O capitão João Augusto Caldas, quando escreveu as memórias históricas de Mato-Grosso no século XVIII, afirmou: “Antes mesmo do descobrimento de Cuyabá, havia em S. Paulo índios Bororós tirados destes sertões, os quaes já domesticados serviam de guia aos sertanistas para a conquista de outras nações [...]” (Caldas, 1887, p. 18). Conforme documentos do século XVIII, em 1748 Antonio Pires de Campos atacou e dominou uma aldeia bororo inteira (D.I., vol. 66, p. 213-216), transferindo-a para o caminho de Goiás. E de acordo com Taunay (1975, vol. 2, p.245), Antonio Pires de Campos era proprietário de uma “fazenda em Itaici, a 20 Km de Itu. Ali chegou a ter centenas de índios aldeados”. Colocados à sua disposição, esse sertanista chegou a contar, entre 1748 e 1751, com 500 índios Bororo na guerra contra os Cayapó (D.I., vol. 210-213).

Já em 1742 Antonio Pires de Campos havia acordado com d. Luiz de Mascarenhas a guerra contra esses indígenas (D.I., vol. 13, p. 279). Nesse ano ele transfere 120 Bororo de Cuiabá para Goiás instalando-os na aldeia de Santana do rio das Velhas. Mais tarde, em ordem real de 1746, ratificada por regimento de 15 de julho de 1748 (D.I., vol. 22, p. 210), Antonio

Pires de Campos assenta outros soldados Bororo no atual triângulo mineiro, à beira do caminho de Goiás. No “regimento que hade observar o Coronel Antonio Pires de Campos no estabelecimento dos Bororo” (D.I., vol. 22) d. Luiz de Mascarenhas deu a ele instruções para policiar o dito caminho e, quando necessário, atacar os Cayapó nas suas aldeias. Para isso, o governador pedia àquele coronel que seus bororos fossem estabelecidos “[...] na estrada na paragem chamada Rio das Pedras [...]” e que, “crescendo o n.º dos Bororos, será obrig.do a ter hú lote delles na paragem chamada Lanhoso [...]” (D.I., vol. 22, p. 210-211).

Assim sendo, as aldeias de Santana, fundada em 1742, e as de Rio das Pedras e Lanhoso em 1748 foram os locais, no atual triângulo mineiro, onde Antonio Pires de Campos instalou vários grupos Bororo. A partir dessas bases seu exército começou “a lançar bandeiras parciais contra o gentio caiapó, espalhado principalmente na região entre o rio Mogi e Vila Bela” (Carvalho Franco, 1989, p. 104).

Segundo Taunay, (1975, vol. 2, p. 248), com essa estratégia Antonio Pires de Campos “[...] tornou mais praticável o caminho de São Paulo, fundando as aldeias Sant’Anna, Rio das Pedras e Lanhoso que foram ao principio povoadas de bororos”. Embora os diferentes documentos de meados do XVIII mencionem a fundação apenas dessas três aldeias bororo no triângulo mineiro, fontes posteriores ao século XVIII citam o número bem maior dessas “aldeias ou destacamentos”. Carvalho Franco (1989, p. 104), baseado nas “Memórias sobre a Capitania de Goiás” do padre Silva e Sousa, cita seis aldeias bororos. Barboza e Bernardes (1911, p. 9) afirmam que no ano de 1821 havia 10 aldeias bororos entre os rios Paranaíba e o Grande; e Costa (s/d), por sua vez, anota 18 destacamentos bororos nessa mesma região em 1816, totalizando 872 indivíduos (ver Apêndice).

Se essas informações estiverem corretas, elas indicam que ao longo da segunda metade do século XVIII e início do XIX houve um crescimento demográfico dos Bororo aí originalmente aldeados por Antonio Pires de Campos. Não há, porém, na documentação consultada, indícios que apontem para o modo como houve esse crescimento das aldeias bororo na região entre os rios Paranaíba e Grande. Mas se esses dados forem aceitos eles permitem entender como o contexto intertribal numa região pode ser resultado de movimentações promovidas também pelo contato com a sociedade colonial, tal como ocorreu

desde o século XVI com os Guarani, depois com os Cayapó do caminho de Cuiabá e agora com os Bororo.

Entre 1746 e 1751 Antonio Pires de Campos e seu exército bororo foram, então, os protagonistas na guerra contra o gentio Cayapó no caminho de Goiás. Escreve Carvalho Franco (1989, p.104) que “foi uma refrega tão crua que por muito tempo os caiapós não ousaram aproximar-se das lavras mineiras [...]”. Desses constantes ataques o resultado esperado foi a morte de Antonio Pires de Campos flechado por um Cayapó. Em 1751, saindo ao encalço de um grupo Cayapó ele foi atingido por uma “flecha ervada”, vindo a falecer no arraial de Paracatu em decorrência do ferimento sofrido (Carvalho Franco, 1989, p. 104; Giralдин, 1997, p. 76).

Na segunda metade do século XVIII, além da persistência do conflito com os Cayapó em Goiás, ele atinge São Paulo. Embora posam ter havido incursões de guerra contra os Cayapó no caminho de Goiás quando o mesmo atravessa o atual território paulista ao menos desde 1746, é só na documentação referente ao governo de Morgado de Mateus (1765 – 1775) que há registros escritos que fazem referências diretas aos Cayapó nessa região, limite oeste dos Campos de Araraquara. Talvez isso possa ser explicado pelo fato da capitania de São Paulo ter sido extinta em 1748 quando começou a efervescência dos conflitos no triângulo mineiro e em Goiás. Com sua recriação em 1765 sendo d. Luiz Antonio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, nomeado o seu capitão-general, ressurgem as preocupações das autoridades em São Paulo e, em consequência, os registros escritos sobre os ataques dos e contra os Cayapó no atual território paulista.

Os primeiros documentos são de 1766 e tratam de uma bandeira que foi organizada em Mogi-Mirim por José Gomes da Gouvêa. Através de um Bando de janeiro de 1767, Morgado de Mateus informava que mandou uma bandeira na tentativa de conquista do gentio Cayapó (D.I., vol. 65, p. 129-130). Entre 1767 e 1772 pelo menos mais duas bandeiras foram organizadas por ordem de Morgado de Mateus, tendo à frente José Gomes da Gouvea. Em portaria de 29 de setembro de 1772 ele escreveu:

Por esta se levará em conta ao Cap. Manoel Roiz Belém oito libras de pólvora e huma arroba de chumbo com q’ assistio ao Cap. Jozé Gomes de

Gouvêa p.^a as duas Bandr.as q' mandou em seguim.to do Gentio Cayapó q' enfestava as campanhas de Mogy Guaçu [...]. (D.I., vol. 7, p.134).

Entre maio e dezembro de 1772 expediram-se ordens explícitas para que em Jundiaí, Mogi-Mirim e Mogi-Guaçu se formassem companhias de mulatos, bastardos e carijós para acompanhar José Gomes da Gouvea nessa diligência (D.I., vol. 7, p. 136-137; D.I., vol. 33, p. 60). Segundo os indícios presentes nesses documentos, confirmados por Giralдин (1997, p. 84), as ordens de Morgado de Mateus para fazer “seguimento do gentio Cayapó” implica que essas bandeiras comandadas por Gouvea estavam atacando os Cayapó em “seus alojamentos”. Como eram bandeiras que deviam atacar “Gentio Cayapó q' enfeita a campanhas de Mogiguassú”, elas partiam de Mogi-Mirim ou Mogi-Guaçu e percorriam a região localizada entre os rios Pardo e Grande no caminho de Goiás.

As preocupações notificadas de moradores de Mogi-Mirim e Mogi-Guaçu de ataques Cayapó (D.I., vol. 7, p. 134) diziam que desde a vila de Mogi Mirim até o rio Grande, os Cayapó cometiam os seus ataques. Em suas correrias por esse caminho há indicações de que, na segunda metade do século XVIII, eles chegaram até Jundiaí (Taunay, 1975, vol. 2, p. 246). Essas informações, embora fragmentadas, ajudam a entender a ampla distribuição e localização de aldeias Cayapó em território paulista durante toda a segunda metade do XVIII. Isso levou inúmeros historiadores regionais, que se ocuparam em discutir a história de cidades como Ribeirão Preto e Franca que surgiram em torno do caminho de Goiás, a afirmar, acertadamente, que “os primeiros habitantes das terras roxas foram os índios Caiapós [...]” (Cione, 1989, p. 46).

Documentalmente, as menções a esses indígenas por toda extensão do rio Pardo até o Grande e triângulo mineiro avançaram pelos séculos XIX e XX. Em 1810 uma bandeira chefiada pelo major Antonio Eustáquio da Silva e Oliveira, saída da atual Uberaba³³, fez “exploração da zona ocidental do triângulo mineiro, então chamado sertão da Farinha Podre, e encontrou raras choças panarás” (Barbosa, 1918, fl. 26). Seis anos depois dessa bandeira, o desembargador e ouvidor geral da Comarca de Itu escreveu ao governador Conde de Palma

³³ Até hoje existem entre os moradores dessa cidade pessoas com o sobrenome Cayapó.

sobre o “comércio” que José Velho Moreira realizava com os índios Cayapó e sugere que a localização das aldeias com as quais este comerciava os índios se encontravam no rio Grande.

Porque José Velho naquela ida do anno passado só teve por fim subtrahir-se a pedir licença para negociar com os ditos Índios, procurando iludir-me, deixando a navegação do Tieté para seguir a do rio Mogygassú e Rio Grande, a ver se podia achar duas aldêas dos mesmos Índios [...] (D.I., vol. 44, p. 118).

Em 1819 quando Saint-Hilaire (1816-1822/1976) viajava de Goiás a São Paulo ele afirmou que a margem ocidental do caminho de Goiás era habitada por índios Cayapó. Sobre essa localização ele escreveu:

[...] depois dessa área já povoada pelo homem branco estendem-se vastas terras selváticas habitadas por hordas de índios Caiapós. Nas vizinhanças da Farinha Podre, os fazendeiros já tratavam relações com esses indígenas. Mas ainda que não façam nenhum mal aos brancos, evitam comunicar-se com eles. (Saint-Hilaire, 1976, p. 96).

Por essas pistas está claro que os Cayapó deveriam ainda no século XIX ocupar uma extensa área que desde a margem direita do rio Grande, no atual triângulo mineiro, avança por toda extensão do norte e noroeste do atual estado de São Paulo, com aldeias extremamente numerosas, conforme fica explícito num comentário escrito pelo cônego uberabense Antonio José da Silva. Ele afirma que em 1820 existiam “Índios Aldeitados amargem do Rio Grande na distância de 40 léguas do Arraial, cujo número excede a 1:000 de ambos os sexos. Estes Índios (Caiapós) passeião de tempos em tempos por toda a Freguezia; mas não cometem a menor hostilidade [...]” (Silva, 1896, p. 341). De acordo com Alexandre de Souza Barbosa (1918, fl. 27) em 1830 existiam no triângulo mineiro três aldeias de índios Panará: Macahuba, na margem esquerda do rio Paranaíba; São Francisco Salles, no arraial de mesmo nome e Água Vermelha, na margem direita do rio Grande.

Do lado direito do rio Paranaíba, já em território do atual estado de Mato Grosso do sul existiu entre 1835 e 1882, o aldeamento de Santana do Paranaíba e Piqueri que foi ocupado por índios Cayapó. Em ofício dirigido ao Governo imperial datado de 12.05.1846, o presidente da Província de Mato Grosso, coronel Ricardo José Gomes Jardim menciona duas aldeias Cayapó: a aldeia “junto à povoação de Santa Anna do Paranaíba na extrema d’esta província com as de Goyaz e S. Paulo [...] e uma no lugar em que a primeira picada para a nova estrada

de S. Paulo corta o rio Piquiry” (Jardim, 1846/1847, p. 549), esta última também confirmada por fonte posterior (Caldas, 1887, p.19). A respeito dessas duas aldeias o presidente da Província de Mato Grosso escreveu em 1846:

A aldêa de S. Anna do Paranaíba contava de 150 a 160 Índios Cayapós d’ambos os sexos, que emigraram das aldeãs de Goyaz em 1835, dos quaes muitos se tem dispersado, empregando-se uns como camaradas de tropas, e outros trabalhando a jornal para moradores do districto [...]

A aldeia do Piquiry contava com 300 e tantos índios da mesma tribu, igualmente emigrados das aldeãs de Goyaz [...] Estas famílias como trouxeram à sua frente o mesmo chefe que obedeciam em Goyaz, têm-se conservado quase todas reunidas [...] (Jardim, 1846/1849, p. 550-551).

Este mesmo texto deixa entrever que esses dois aldeamentos, por não serem oficiais e regulares permitiram aos Cayapó manterem viva parte de sua cultura, como as expedições de caça e guerra. A certa altura desse texto, Jardim (idem) escreveu que “os homens entranhavam-se no sertão durante parte de boa estação do anno à coleta de mel e caça, e presume-se que n’estas excursões eles chegam às vezes até o caminho de Goyaz, e tem ali cometido parte dos malefícios [...]”.

Através desses fatos percebe-se que o contínuum de ocupação Cayapó que ia de Goiás ao triângulo mineiro, passava ao sul de Mato Grosso e daí descia até os afluentes da margem direita do Paraná e baixo Tietê para alcançar o chamado caminho de Cuiabá; e a leste, subindo o curso do rio Grande, esse contínuum entrava ao norte do atual estado de São Paulo. Nesse sentido, o tráfego dos Cayapó tanto no caminho fluvial para Cuiabá, como no caminho terrestre para Goiás formavam um só e único contingente populacional, extremamente denso em ambos os sentidos.

Com relação à região do rio Grande, fronteira norte dos Campos de Araraquara, de fato a concentração de índios Cayapó de ambos os lados de seu curso parece ter sido relativamente numerosa tanto no XVIII como no XIX, a ponto de ter havido, em 1827, tentativas de se estabelecer um aldeamento desses índios na região. Barbosa (1918, fl. 26) afirma que o padre Leandro Rabelo Peixoto e Castro fundou em Campo Belo (atual cidade de Campina Verde) a cinco léguas do rio Grande uma aldeia para os Panarás, tendo sido encarregado de sua direção

o padre Davi José de Urzedo. Essa missão teve, no entanto, segundo esse mesmo autor, uma duração efêmera.

A partir da segunda metade do século XIX as informações sobre os Cayapó nas adjacências dos Campos de Araraquara, pelo caminho de Goiás começam a escassear. Os últimos registros de aldeias Cayapó nesse território são da segunda década do século XX. Em 1911 o agrimensor Alexandre de Souza Barbosa esteve a serviço no distrito de São Francisco de Sales, da comarca de Frutal no triângulo mineiro e lá encontrou cerca de 50 índios vivendo na aldeia de Água Vermelha.

Em 1911 encontrei no extremo oeste do Estado de Minas, junto à confluência dos rios Grande e Paranaíba, índios da aldeia de Água Vermelha, que se chamavam Panarás.

Estes índios chamados Cayapós pelo nosso povo, são provavelmente representantes do grupo indígena Cayapó do sul (Barbosa, 1918, fl. 2)

Ainda de acordo com essas informações a zona de ocupação desses índios era o rio Paranaíba, Grande e norte do atual estado de São Paulo. Nesta aldeia Barbosa encontrou traços originais da cultura Cayapó tais como a disposição da aldeia em círculo e, no centro da aldeia uma casa central chamada *piruá* (idem, fl. 9). Nas terras da aldeia de Água Vermelha Barbosa encontrou poucas plantas, embora tenha afirmado que “fazem nas terras paulistas deshabitadas à margem esquerda deste rio (Grande) pequenas roças para ceva da caça” (idem). Um ano após esse contato, em 1912, a Comissão Arqueológica e Antropológica do estado de São Paulo encontrou essa aldeia Cayapó na cachoeira Vermelha, no rio Grande, entre Frutal e São Francisco de Sales. É bem provável que parte desses Cayapó tenham aprendido a conviver com a população regional, pois ainda há entre as famílias residentes em Uberaba o termo Cayapó transformado em sobrenome. De certo, e como lembrou Nimuendajú (1940/1982, p.219) a partir do segundo quarto do século XX os Cayapó meridionais desapareceram como tribo. Como síntese, pode-se tomar novamente as palavras desse autor. Em 1940 ele escreveu que Cayapó é

[...] nome dado na segunda metade do XVIII a tribo Gê que ocupava o sul de Goiás (afluentes da margem direita do Paranaíba e formadores do Araguaia), sudeste de Mato Grosso (afluentes da margem direita do Paraná até o rio Pardo-Nhandui, Alto Taquari e Piqueri Correntes), no noroeste de São Paulo e no triângulo mineiro [...] em 1910 [...] ambas as margens do rio Grande,

abaixo do Salto Vermelho (19°. 50' 1. s, 50°. 30' long. 0). Hoje os Kaiapó meridionais desapareceram como tribo (Nimuendaju, 1940/1982 p. 219).

Por tudo que foi até aqui arrolado, é fácil propor o amplo tráfego dos Cayapó pela região aqui estudada, situação confirmada pelo mapa etnohistórico do Brasil (IBGE, 1980) que aponta uma área de ocupação Cayapó desde a margem direita do rio Tietê até o rio Araguaia. Documentalmente, como se discutiu até aqui, desde pelo menos o século XVII como bilreiro e seguramente desde o início do século XVIII como Cayapó, esses indígenas são mencionados nas franjas sul, oeste, leste e norte dos Campos de Araraquara. Disso resulta que toda área interposta entre os rios Tietê, Paraná, Grande e Mogi-Guaçu historicamente conhecida como Campos de Araraquara poderia ser facilmente entendida como área de tráfego, ocupação e comunicação entre vários grupos Cayapó.

No interior dessa área, menção a esses indígenas associada diretamente ao topônimo Araraquara é feita só no início do século XIX. Em 09.10.1816, o Dr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, proprietário da sesmaria do Monjolinho, redigiu de próprio punho em nome dos moradores de Araraquara, requerimento ao Pe. Manuel Joaquim D'Amaral Gurgel, vigário de Piracicaba, pedindo que a Capela de São Bento do Bairro de Araraquara fosse erigida em freguesia, desmembrando-se de Piracicaba. O requerente então alegava que a distância da Freguesia de Piracicaba era muita, e “um padre não poderia vir até o povoado de Araraquara, devido ser uma viagem mui penosa e arriscada devido a muitas onças e índios selvagens Cayapós” (Secondo, livro 1, fl. 22 e 23). Isso indica, primeiro, a existência de índios Cayapó mansos (domesticados ou escravizados), fato já observado em páginas anteriores quando a depopulação dos Cayapó das margens do Paraná e baixo Tietê indicaram que os mesmo estavam sendo empregados como mão de obra escrava nas fazendas da região do médio Tietê. E também indica a existência de correrias Cayapó no interior da região, longe do curso daqueles rios principais ou dos caminhos de Goiás e Cuiabá. Essa certeza é confirmada por outros dois documentos desse mesmo período. Por volta de 1815, o padre Manoel Ferraz de Sampaio Botelho que se auto-encarregava de manter o contato com índios Cayapó do baixo Tietê e Paraná (D.I., vol. 3), recomendou aos “habitantes da margem esquerda do Paraná, fronteira as terras desses índios, e às autoridades da povoação de Araraquara, que os admitissem às suas práticas [...]” (Secondo, livro 1, fl. 186). E, finalmente, escrevendo ao

Conde de Palma em 1816, o desembargador e ouvidor da Comarca de Itu sugeriu a construção de uma estrada desde o salto de Urubupungá no rio Paraná até a fazenda de Pedro José Neto para melhor acessar o contato com os Cayapó aí residentes: “[...] finalmente como no centro dos grandes campos de criar, situados na margem direita do Rio Grande e de huma e outra parte do Paraná e de Araraquara [...] temos os Índios ali residentes a desejarem a civilização [...]” (D.I., vol. 44, p. 120).

Ao juntar essa série de informações fragmentadas pode-se enfim propor que, na região aqui em estudo, os Cayapó ocupavam grandes extensões de terra ao norte, leste e oeste chegando até o médio Tietê onde suas ocupações e incursões deviam fazer limites com os Guaraní -já descritos nas páginas anteriores. Locomovendo-se nessa grande extensão territorial os Cayapó, em seu modo de adaptação, sempre procuraram usufruir os diferentes ecossistemas que vicejam na região. Embora não haja, nos documentos até agora comentados, descrições precisas do ambiente sobre os quais os diferentes grupos se encontravam; alguns indícios que brotam destas mesmas fontes apontam a existência de condições sociais e formas de produção que pressupõem o uso simultâneo de diferentes ambientes. No geral, essas descrições mencionam tanto as aldeias numerosas, sedentárias e agricultoras; como unidades menores e grupos em expedição cuja atividade principal é a pesca ou a caça.

Por um lado, tanto os primeiros relatos produzidos no século XVIII como os de cem anos depois fazem descrições que só podem existir quando esta sociedade está ocupando áreas de solo rico, latossolo, comuns nas áreas florestais. Antonio Pires de Campos, em 1732, escreveu que a agricultura cayapó estava baseada no cultivo da batata e do milho (Campos, 1732/1976, p. 181) que são cultígenos exigentes no seu requerimento de proteínas e, por isso, só se fazem possíveis sobre solos ricos. Nessa mesma descrição, as aldeias numerosas às quais ele genericamente fez referências de certo só poderiam existir caso houvesse uma fonte de alimento segura e ilimitada. Tanto arqueológica, como etnograficamente, sabe-se que em geral as aldeias numerosas coexistem com uma agricultura intensiva. Assim, tanto como a descrição de Pires de Campos, quando o cômego Antonio José da Silva (1896, p. 341) menciona em 1820 uma aldeia cayapó no triângulo mineiro próximo ao rio Grande com 1.000 indivíduos, embora ele não mencione as suas atividades produtivas, ao mesmo tempo fica claro que só

uma dieta baseada na agricultura e complementada com a caça, pesca e coleta poderia sustentar esse contingente demográfico.

Não obstante a existência desses indícios sugestivos da ocupação de solos ricos em nutrientes para a agricultura do milho e da batata há, por outro lado, nesses mesmos documentos, informações que apontam para uma subvalorização da agricultura em algumas aldeias cayapó. O presidente da Província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, quando em 1846 escrevia sobre as aldeias de Santana de Paranaíba e Piqueri no extremo leste do atual estado de Mato Grosso do sul, divisa com Goiás e São Paulo, mencionou que “[...] pouco se tem dado aos trabalhos agrícolas: os homens entranham-se no sertão [...] à cata de mel e de caça [...]” (Jardim, 1846/1847, p. 551). Outro documento, produzido quarenta anos deste (1816) e se referindo aos Cayapó do baixo Tietê e Paraná, informou a pesca como atividade produtiva dominante: “[...] o peixe de que ali gosam e de que fazem presentemente o principal sustento, abundancia que lhe provem de dois saltos, o sobredito (Urubupungá) no rio Grande e o Itapura no Tietê [...]” (D.I., vol. 44, p. 121). Cem anos depois, já no início do século XX (1911) Alexandre de Souza Barbosa (1918) que visitou a aldeia de Água Vermelha entre os rios Paranaíba e Grande escreveu que “na aldeia há poucas plantas”, e embora fizessem “pequenas roças na outra margem do rio Grande, em território paulista”, “a pesca no rio Grande é o seu principal sustento” (Barbosa, 1918, fl. 9).

Essas diferentes descrições, ao invés de serem tratadas como excludentes entre si devem apresentar uma realidade etnográfica inquestionável, qual seja: a utilização de recursos variados e a transição por diferentes ecossistemas. Tal como se apresentam nas etnografias modernas dos povos do Brasil central, as sociedades Jê procuram fazer suas aldeias a um meio termo entre a floresta e o campo, próximas a cursos d’água. Em uma citação de Turner (1992, p. 317), já comentada páginas atrás, há mostras de um certo padrão para a localização das aldeias Cayapó. Nesta passagem ele escreve:

[...] As aldeias são geralmente construídas junto de um rio ou riacho, de preferência rico em peixes; a distância até o riacho mais próximo nunca é, de qualquer modo, grande. Há roças em torno da aldeia que varia algumas dezenas de metros até 10 Km ou mais de canoa. Nas vizinhanças das aldeias há também grandes áreas de floresta e cerrado cheias de caça e frutos silvestres [...] (Turner, 1992, p. 317).

Via de regra, as florestas são usadas para a agricultura de coivara e os campos como área de caça por onde transitam os grupos de homens em suas expedições. A inexistência da canoa como meio transporte entre os povos Jê em geral e os Cayapó em particular, tornaram-nos excelentes andarilhos, a ponto de alguns autores (Turner, 1992) falarem de um “seminomadismo” entre os Cayapó. Só essa disposição a longas caminhadas explica as suas correrias e sua ampla distribuição espacial ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX. Pelo lado prático dessa atividade, a escolha dos campos e áreas abertas, ao invés das áreas fechadas e florestais, é a alternativa mais rápida e fácil para as locomoções e grande distância. Enfim, a presença de grupos Cayapó próximos a saltos e cachoeiras nos rios Paraná, Grande e Tietê deveriam compensar o uso dos recursos ribeirinhos já que a concentração da biomassa fluvial acontece quase que invariavelmente nessas áreas. Nesse sentido, e como descrito em capítulo anterior, as áreas de floresta e campos – cerrados que se integram na constituição dos macro-ambientes da região conhecida como Campos de Araraquara e áreas vizinhas (tal como o triângulo mineiro) deveriam oferecer aos diferentes grupos Cayapó que por ele transitavam recursos diferentes que eram plenamente utilizados.

Neste caminho, a presença numerosa dos Cayapó citados nas diferentes fontes permite concluir certas questões tratadas nos capítulos anteriores. Em primeiro lugar, ao levar em consideração o contínuo geográfico que liga os campos e savanas do Brasil central com os cerrados do triângulo mineiro e planalto ocidental paulista onde se situam os chamados Campos de Araraquara, foi fácil propor essa área como uma rota de ocupação e perambulação de grupos Jê. A dinâmica de movimentação espacial desses grupos pelos cerrados já foi revelada por dados arqueológicos, lingüísticos, etnográficos e etnohistóricos (Schwerin, 1985; Urban, 1992). Em conformidade com os mesmos, as linhas gerais de expansão dos grupos Jê se deu desde os cerrados do Brasil central até o sul na área de ocupação dos Jê meridionais. De acordo com as fontes documentais referentes à região em estudo, a presença inquestionável e numerosa dos Cayapó desde o sul de Goiás até o interior do atual estado de São Paulo reforça essa hipótese e, nesse sentido, os Cayapó seriam uma espécie de elo de transição e elemento assegurador da continuidade espacial entre os Jê do Brasil central e os Jê meridionais (Kaingáng e Xoklém) conforme então já se propôs.

E também no caso destes últimos grupos, mais uma vez os dados que brotam da documentação permitem concluir essa hipótese. Em síntese, pode-se afirmar que as ocupações e correrias Cayapó desde as regiões mais centrais em direção ao sul avançavam pelos Campos de Araraquara vindas, em relação ao curso do rio Tietê, de norte, noroeste e nordeste. Nesta região, os Cayapó devem ter esbarrado com as ocupações de grupos Tupi-Guarani que se expandiam em sentido contrário. Arqueológica e documentalmente os Guarani estavam na região do médio Tietê e médio Mogi-Guaçu pelo menos desde o século XVI. Os Cayapó, desde o triângulo mineiro ao sul, deveriam encontrar a fronteira Guarani na altura dos cursos baixos dos rios Jaú, Jacaré-Guaçu e Jacaré-Pepira. A partir daí em direção a sul e leste no sentido do rio Piracicaba, médio Mogi-Guaçu e alto curso do Tietê era área de ocupação dos Tupi e Guarani.

Por sua vez, a região a oeste do médio Tietê após a confluência dos rios Jaú, Jacaré-Guaçu e Pepira, os Cayapó faziam fronteira com outros grupos, entre os quais os Kaingáng – Jê meridionais. De acordo com o mapa etnohistórico do Brasil (IBGE, 1980) no estado de São Paulo o rio Tietê parece ter sido a fronteira de ocupação dos grupos Cayapó e Kaingang; os primeiros ocupando áreas ao norte da calha deste rio e os segundos áreas ao sul até o Aguapeí, afluente da margem esquerda do Paraná, e rio Paranapanema, fronteira sul do atual estado de São Paulo.

Em conformidade com as linhas gerais de migração propostas para os povos Jê (Schwerin, 1985; Urban, 1992) e de acordo com estudos etnohistóricos, Pinheiro (2003) propôs que os Kaingang, um dos grupos indígenas conhecidos como Jê meridionais, se desmembrou do tronco lingüístico Macro-Jê e empreendeu uma viagem ou rota migratória desde o Brasil central acompanhando o curso dos rios Rio Araguaia, Grande e Tietê. Esta rota os conduziu à ocupação das bacias dos rios Tietê, Aguapeí, Peixes e Paranapanema no sul do atual estado de São Paulo, e daí passando às regiões dos atuais estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ocupando originalmente as regiões de campo e florestas de pinheiro do interior (Carvalho, 1994, p. 14; Monteiro, 1992, p. 476; Santos, 1997, p. 15).

Na documentação histórica, os Kaingáng dessa região são ora apresentados como Coroados, ora como Guayanás, podendo ambos os termos ser identificados com construções efetuadas por um olhar estrangeiro. Como Coroado, eles aparecem nos afluentes do rio Paraná em 1810 e aí continuam a aparecer em 1834 (Debret, 1976) e entre os anos de 1887 e 1912, “estabelecidos nas vertentes do rio dos Peixes” (Rodrigues, 2000, p. 46). Em 1810, na viagem que o vigário de Itu, padre Manoel Ferraz de Sampaio Botelho, fez para entrar em contato com os Cayapó do baixo Tietê e Paraná, ele desceu o último desses rios até a barra do rio dos Peixes, no qual navegou por um dia e meio até encontrar um grande aldeamento de índios que ele chamou de Coroados (D.I., vol. 3, p. 156).

[...] e chegando na barra do Rio do Peixe; entrei por este acima hum dia, e meio athé encontrar um grande Alojamento de **índios de outra nação**, que supponho serem chamdos - **Coroados** - com os quaes não pude fallar pela timidez da minha gente, que não passando de oito pessoas capazes de pegarem em armas, ficarão tão aterrados pela multidão de selvagens que fugirão todos, deixando-me no meio destes bárbaros com dois Camaradas somente [...] (D.I., vol. 3, p. 156 – grifo meu)

Embora não tenha ocorrido o contato do padre com esses indígenas, em outra carta por ele escrita sobre essa viagem ele mencionou que, após ter sido abandonado por seis de seus companheiros e por já ser tarde para manobrar uma fuga, decidiu passar a noite escondido em sua canoa no rio dos Peixes enquanto ouvia as conversas desses indígenas sobre a perfuração das orelhas dos rapazes e seus ataques com machados: “[...] e alli passei a noite ouvindo as conversas dos taes, brincos dos rapazes, golpes de machados, etc [...]” (D.I., vol. 3, p. 129-130). A partir desses fragmentos é possível propor que os tais Coroado não eram grupos Guarani nem Cayapó. A associação com o primeiro desses grupos fica descartada pelo fato do padre mencionar um elemento cultural que é típico dos Jê: a perfuração das orelhas. E a associação com o segundo desses grupos fica também descartada pelo fato dele se referir aos Coroado como “outra nação”. Ora, como originalmente essa viagem de Manuel Ferraz era para fazer contato com índios Cayapó dos quais ele tinha conhecimento, o uso do termo “outra nação” faz sugerir que não eram, pois, índios Cayapó os que ele encontrou no rio dos Peixes. De certo, esses tais Coroado não eram Guarani nem Cayapó, mas eram grupos Jê e descrições posteriores parecem indicar nessa direção.

Em 1834 Debret (1976, p. 31 e ss) revela então outras pistas sobre essa relação. Ao se referir aos Coroados ele colocou em pauta dois elementos que colaboram com essa associação. Primeiro ele escreveu que os Coroados “mais civilizados estão na extremidade meridional da Província de São Paulo”, localização que coincide com os Coroados descritos pelo padre Manuel Ferraz. E depois afirmou que esses Coroados são os antigos Goitacazes “e um dos fragmentos da grande raça dos Tapuias” (Debret, 1975, p. 31). Isso implica em aceitar que se tratavam de povos não Tupi ou Guarani, e sim Jê.

Mas embora haja indicações que permitam a associação Coroados – Jê, ainda não há nesses documentos nenhuma pista que permita afirmar tratarem-se de grupos Kaingáng. Indícios dessa relação aparecem, definitivamente, somente em 1912 quando Nimuendajú procura fazer a pacificação dos chamados Coroados. Em sua *Carta sobre a pacificação dos Coroados* (1912/1982) Nimuendaju indica as pistas finais que permitem sustentar a relação Coroados - Kaingáng. Diz ele que “os coroados têm cerâmica, mas não canoa, enquanto os Kaioás (guaranis) possuem os dois” (p. 39); se autodenominam Kaidngygn (p. 44) e dividem-se em dois clãs exogâmicos: aueru e kabmé. Nessa série de descrições sobre os Coroados há relações claras com grupos Jê, tais como a ausência da canoa e o dualismo. Além disso, os termos anotados por Nimuendajú são claramente Kaingang, não só pela grafia da autodesignação por ele colhida, como também pelos nomes das metades: aueru e kabmé que aparecem modernamente como respectivamente kanhru e kamé (Mensajeiro, 1988, p. 25) como metades Kaingang.

Se essas conclusões estiverem corretas, parte dos Coroados citados na documentação pelo menos desde o início do século XIX na região sul do atual estado de São Paulo, podem ser aceitos como grupos Kaingáng.

Ao longo dos séculos XIX e XX, desde essa área sul do atual estado de São Paulo, do lado oriental da bacia do Paraná entre os rios Paranapanema e Tietê, os Kaingáng incursionaram ao norte atingindo a região do médio Tietê na direção da atual cidade de Bauru. À exceção da colônia de Potanduva no século XVIII, próxima a foz do rio Jaú, até final do XIX a região centro-oeste paulista, onde se localiza Bauru, ainda era um incógnito sertão. A cartografia da época, por exemplo, ilustra particularmente bem essa situação. O *Mapa*

Chorográfico da Província de São Paulo desenhado pelo engenheiro e marechal Daniel Pedro Miller em 1837 (Taunay, 1922), enquanto enche fartamente de topônimos a região entre os rios Tietê, Mogi-Guaçu, Paraná e Grande, deixa totalmente em branco a área que se estende do rio Tietê ao Paranapanema sobre a qual aparece impresso apenas o termo “sertão desconhecido”. Devido a isso, existem certas lacunas documentais referentes a esse período que impossibilitam retratar a ocupação indígena de forma precisa na calha sul do rio Tietê. Mesmo assim, a partir do XIX existem pistas para indicar a ocupação dessa região por índios Kaingáng. Aí, próximos ao salto de Avandava, os encontra em 1810 o mesmo Pe. Manuel Ferraz de Sampaio Botelho sob o etnônimo Guayaná.

Neste m.mo rio logo abaixo do primeiro salto Goanhandava aos trinta do mez encontrei os Gentios Goanhanaz, q. vindos das partes do rio Paranapanema estão infestando com suas vivendas os matos, e campos adjacentes a este rio Tyethé da parte meridional [...] forão tomar-me o passo em um Estreito chamado Funil, a ahi armados em linha de batalha [...] fizerão disparar sobre nós hum chuveiro de flexas [...] e nesta peleja perdi o meu guia traspassado p.r hua flexa.

[...] continuei a viagem vendo sempre os fogos desta gente, e outras, q.e habitão a parte setemptrional do rio athé o seg.o salto de Itapura [...]. (D.I. vol. 3, p. 127, 128)

Nesse contato com os chamados Goanhanaz no qual foi morto o barqueiro daquela expedição, o referido padre mencionou ao menos dois elementos que devem ser comentados. Primeiro escreveu que os mesmos vêm da região do Paranapanema e infestam os matos e campos que se estendem ao sul da calha do rio Tietê, e segundo, que atacaram a partir de um barranco do rio previamente escolhido. A ligação entre os Guayanaz e a região do Paranapanema faz sugerir a aproximação com os Kaingáng – Coroados. Por sua vez, a tática de ataque desse grupo Guayaná contra a expedição do padre Ferraz se assemelha perfeitamente àquelas que seriam descritas no início do século XX para os Kaingáng do oeste de São Paulo. N. Pinheiro (1994), ao comentar os ataques Kaingáng promovidos contra a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo em 1906 e 1907 nos rios Feio, Aguapeí e dos Peixes, baseada no relatório dessa Comissão indica que

[...]. Segundo os próprios conquistadores, uma atenta vigilância seria suficiente nas situações de risco [...]. As flechadas contra a Comissão Geográfica e Geológica vinham de lugares estrategicamente escolhidos e não provocavam mais de que um único ferido (Pinheiro, 1994, p. 20).

Esses fatos indicam a possível associação entre os Guayaná e os Kaingáng. E, de fato, há outros elementos suficientes para isso, pois de acordo com uma descrição dos Guayanás do sul feita por Montoya em 1628 e reproduzida por Preziosi (1997, p. 218), alguns elementos aproximam claramente esses Guayanás dos Kaingáng. Na descrição de Montoya aparecem casas subterrâneas, coleta do pinhão, agricultura do milho, ausência da rede de dormir e o costume de cremação dos corpos, elementos que também a arqueologia e a etnografia comprovam para as áreas de ocupação Kaingáng.

Tal como a relação Coroados – Kaingang, a relação Guayaná – Kaingang também já foi proposta por uma série de autores, entre os quais Schaden (1954), Monteiro (1984), Carvalho (1992) e Noelli (1999). Para fechar este ciclo e confirmar definitivamente essas associações, falta então relacionar os Guayanás com os Coroados. Tal aproximação se torna possível na medida que Debret (1834/1975) descreveu os povos que habitavam o Brasil meridional no século XIX ora sob o etnônimo de guayanases e ora de coroados. Esse cronista escreveu (Debret 1975, p. 46) que ambos os grupos habitavam as florestas de pinheiro do planalto meridional e colocavam seus mortos em vasilhames de barros chamados “camucis”. Sobre os Guayanazes que ocupavam as “florestas de pinheiro do Brasil meridional”, ele escreve: “[...] conservam ainda o costume de guardar os despojos mortais de seus chefes dentro de grandes vasilhames de barros, chamados camucis” (ibid, p. 46). E sobre os Coroados, dos quais, segundo suas próprias palavras, os “mais civilizados se encontravam na extremidade meridional da província de São Paulo” diz que “[...] tinham, antigamente, o costume de enterrar seus chefes de um modo peculiar: os despojos mortais do cacique venerado eram enfiados dentro de um grande vasilhame de barro, chamado camuci” (ibid, p. 32).

A localização meridional, a ocupação de bosques de pinheiros, o uso do mesmo termo - camuci- para urna e a mesma referência a inumação de chefes fazem crer que estas descrições tratam de uma mesma etnia. A relação Guayaná – Coroados aí invocada sustenta então se tratem ambas de designações genéricas sobre as quais, em parte, eram conhecidos os Kaingáng nos séculos XVII, XVIII e XIX, alguns dos quais praticando a inumação em igarabás por empréstimo recente dos tupi-guaranis -como discutido no capítulo anterior.

Se for lícita essa associação, as menções aos Kaingáng, sob o etnônimo Guayaná, já aparecem na região sul do atual estado de São Paulo, desde pelo menos o século XVII. Mencionaram-nos documentos espanhóis do ano de 1676 (Mello Nóbrega, 1948, p. 71) e, no médio Tietê, eles foram aldeados por Fernão Dias Pais (Taunay, 1975, vol. 1, p. 95).

Em 1676, certo documento do arquivo de Assunção, citado por Carvalho Franco, já fixava os caminhos para o Guairá, a partir de São Paulo: o primeiro pelas cabeceiras do Paranapanema, pelo Ivaí e Piquiri, atravessando “los piriane y tierra de los infieles Guayanás” [...] (Mello Nóbrega, 1948, p. 71).

Por volta de 1651 Fernão Dias Paes Leme empreendeu uma jornada ao sul do Paranapanema, a serra de Apucarana e lá, segundo Taunay (1975, vol. 1, p. 94,5) e Noelli (1999, p. 5) submeteu os caciques de três grandes tribos Guayaná, transferindo-as para a região do médio Tietê abaixo de Santana de Parnaíba. Citando Pedro Taques, Taunay (1975, vol 1, p. 95) escreve: “A cinco mil daqueles gentios e ao seu rei Tombu localizou Fernão Dias Pais às margens do Tietê, abaixo de Parnaíba, em terras férteis pelas sementeiras de milho, feijão e trigo” Diogo de Vasconcelos (1948, p. 48,9) ao se referir a esses Guayaná feito escravos por Fernão Dias mencionou que “[...]. Praticavam a monogamia, não eram antropófagos por hábito, cultivavam a terra, viviam em aldeias e mostravam alguma noção de governo acima do comum”.

Essas transferências forçadas de índios Guayaná-Kaingang para a região do médio Tietê também foram, como no caso Guarani e Cayapó, acompanhadas de movimentações voluntárias (embora às vezes não concomitantes e ocorridas em séculos posteriores). Em 1810, o padre Manuel Ferraz teve contato não amistoso com Guayanaz no baixo Tietê e afirmou que estes infestam as margens meridional e setentrional do rio Tietê (D.I., vol. 3, p. 128). Por essa indicação é bem provável que neste trecho eles tenham avançado sobre a região ao norte da calha do Tietê, penetrando nos Campos de Araraquara. Segundo as reconstituições de sua localização no atual território paulista, eles “viviam no vale do rio Tietê, passando pelas bacias do rio Feio, Aguapeí e do rio Peixe” (Carvalho, 1994, p. 14). Como são grupos prioritariamente caçadores e coletores (Monteiro, 1992, p.477) “os Kaingang se deslocavam constantemente de uma região para outra, e de um lugar para novos lugares [...]” (Pinheiro, 1992, p. 111). Nessas locomoções é aceitável que tenham avançado a partir da calha sul do rio

Tietê ao norte em direção aos Campos de Araraquara. E isso pode ser aventado não apenas pela indicação de sua localização e mobilidade, mas também por circunstâncias ecológicas que já foram apresentadas. Existem nos Campos de Araraquara algumas áreas de floresta antropogênicas, dentre as quais a araucária, espécie originária da região sul do Brasil. De acordo com fontes históricas e etnográficas (Monteiro, 1992, Pinheiro, 1992; Santos, 1997) os Kaingang e Xokleng são os grupos que dominavam as áreas de bosques de pinheiros do sul do país e a fauna a ela associada. Por isso, entre os grupos que aparecem documentalmente na área estudada e que foram até agora apresentados (Guarani, Cayapó e Kaingáng) são esses últimos que, oriundos do sul, desde tempos imemoriais dominavam, usavam e manejavam os bosques de pinheiro e a fauna que neles viceja. Em vista disso, é cabível propor –ao menos indicativamente- uma penetração Kaingáng também ao interior dos Campos de Araraquara e não só a sua ocupação permanente na borda sul dessa área. Para o seu interior, não há como sustentar, através apenas dos documentos, a opinião se essa ocupação tenha sido prolongada ou fugaz. Já para a fronteira sul, os dados são inquestionáveis quanto à existência de uma ocupação densa e prolongada. Desde o século XIX há indícios claros disso e, ao longo da segunda metade desse século e início do XX, as informações continuaram a sustentar essa visão.

Nesse período o centro oeste paulista, desde Bauru e do médio Tietê ao sul e oeste tornou-se uma frente de expansão agrícola – cafeeira. Desde esse ponto, o café e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil avançaram sobre os territórios a oeste do atual estado de São Paulo e lá encontraram uma forte resistência dos Kaingáng. Esses índios “costumavam advertir aqueles que levantavam moradias e abriam roças em seus territórios. Caso a advertência não fosse considerada pelos invasores, eles investiam contra os que ousavam fazer e os massacravam” (Pinheiro, 1992, p. 114). E quando então chegam os exploradores oficiais e os trabalhadores da Estrada de Ferro, os ataques passam a ser mais constantes. Dessa forma, entre 1850 e as primeiras décadas do século XX, colonos, aventureiros, trabalhadores e exploradores oficiais saídos de Bauru, Lençóis e Campos de Guarapuava entraram em conflito com diferentes grupos Kaingáng (Pinheiro, 1992; 1994 e 2003). Sua densidade populacional nessa área não só freou a velocidade do avanço da linha férrea como fez propor várias tentativas de aldeamento por freis capuchinos e pela administração provincial (Rodrigues,

2000), sendo que houve, inclusive, transferências de grupos Guaraní do litoral para a região próxima a Bauru na tentativa de reduzir os Kaingáng (Diniz, 1978, p. 51). Todas se mostraram, porém, infrutíferas e o empecilho representado por esses índios para as frentes de expansão cafeeira legitimaram mais uma vez a visão do bárbaro e uma política sistemática de extermínio. Nesse momento os Kaingáng iriam, então, substituir os Cayapó no papel que estes desempenharam nos séculos XVIII e XIX como paradigma da ferocidade. Ao longo de mais de cinquenta anos, a defesa sistemática que os Kaingáng fizeram de seus territórios teve que lhes custar a saída de seu ambiente preferencial -os campos- para procurar refúgio e esconderijo na floresta (Carvalho, 1994; Pinheiro, 1992).

Sistematicamente perseguidos, a partir de 1912 os grupos Kaingang no atual estado de São Paulo começam a sofrer o seu processo de “pacificação”, iniciado por Nimuendaju (1912/1982). Atualmente, no centro e oeste do atual estado de São Paulo, entre a calha do Tietê e o Paranapanema, existem cerca de seis aldeias Kaingang, concentradas nas reservas indígenas de Vanuíre, no município de Arco-Íris; Icatu, no município de Braúna; e Araribá no município de Avaí (Vários Autores, 2001a, p. 55; Pinheiro, 2003).

Ao chegar a este ponto do trabalho já deve estar devidamente claro que, tal como as condições ecológicas e a arqueologia dos Campos de Araraquara, a documentação histórica pesquisada aponta essa região como área de tráfego e fronteira entre grupos indígenas diferentes. De forma explícita e notória aparecem constantemente nessa documentação, ao longo dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, os três grupos até agora apresentados: Tupi-Guarani, Cayapó e Kaingáng. Além desses, há nos relatos e na bibliografia consultada indicações a outros grupos, embora esses não sejam tão recorrentes nas fontes impressas como aqueles três anteriores. Como, porém, um dos objetivos deste trabalho é mapear e discutir essas diferentes ocupações e procurar retratar o contexto indígena nos Campos de Araraquara, os mesmos serão rapidamente apresentados, mesmo com a pouca qualidade e quantidade de informações a eles referentes.

Assim sendo, além das pistas reluzentes usadas para discutir as ocupações Guarani, Cayapó e Kaingáng, há pistas opacas sobre a intrusão na região de mais dois povos Jê: os Xavante e os Bororo.

A primeira dessas etnias é mencionada na região do Paranapanema e margem direita do Paraná com intrusões ao norte na direção da atual cidade de Botucatu no médio Tietê (Nimuendaju, 1982; Rodrigues, 2000). Por volta de 1860, quando mineiros entrantes descobrem os Campos novos de Guarapuava, entre as matas da serra do mirante e as do rio Paranapanema, eles mencionaram aí uma pequena tribo de índios à qual eles deram o nome de Xavante (Nimuendaju, 1910/1982, p. 34).

Nos campos circunjacentes aos rios Capivara, Jaguaretê e Laranja doce descobriram os colonizadores uma pequena tribo que se distinguiam perfeitamente dos selvícolas coroados e dos Kaioás mansos dos rios; e, como era povo indestro do mato, os chamaram de Chavantes (Nimuendajú, *ibid*).

Neste relato nota-se, primeiro, a clara distinção que, desde o primeiro contato, é feita entre esses indígenas e os Guarani (Kaioás) e Kaingáng (Coroado); e, segundo, que o termo Xavante, como vários que se discutiu até aqui, é um termo construído. Conforme Nimuendajú (*idem*), Xavante é nome brasileiro usado para fazer referência a dois grupos: os *Akués* de Goiás e os *Opaiés* (Ofaié) da margem direita do rio Paraná, localizados em terras do atual Mato Grosso do Sul. Para Lopes da Silva (1992, p.357), o primeiro desses etnônimos –*Akwe*– provém da autodesignação *A'uwe* que os Xavante de Mato Grosso e Goiás usam e por isso, segundo essa mesma autora, é usado na literatura para diferenciar dos Ofaié. Estes últimos, segundo (Carvalho, 1992, p. 474), viviam nas áreas do rio Paraná limítrofes com o estado de São Paulo. Eram caçadores – coletores falantes de língua Jê que, na virada do século XIX – XX, contavam ainda com 2.000 indivíduos. “Dados como extintos na década de 1950, foram ‘redescobertos’ na década de 70, e hoje constituem, próximos a Brasilândia/MS, um pequeno grupo de uns trinta indivíduos” (Carvalho, *ibid*). Dados dos anos 1990 indicam 87 indivíduos Ofaié-Xavante em Mato Grosso do Sul (Lopes da Silva e Grupioni, 1995, p. 41).

Apesar dessa diferenciação entre os Akwe- Xavante e Ofaié-Xavante, os Xavante contactados no final do século XIX na extremidade do atual estado de São Paulo, segundo Nimuendajú (1982) que entrou em contato com os mesmos na década de 1910, se

autodenominavam *Oti*. De acordo com as descrições desse mesmo autor, eles não conheciam canoa nem cerâmica, viviam e caçavam exclusivamente nos campos e sua pequena aldeia ficava próxima a um córrego. Sobre a moradia dos Oti escreve Nimuendaju (1910/1982, p. 34-35) que suas

[...] choças construídas em linha nas margens de qualquer corrente d'água, em pleno campo, eram feitas de ramos metidos no solo e cobertas de folhas de palmeiras e tão pequenas e baixas que dificilmente poder-se-ia ficar assentado dentro delas; cada aldeia compunha-se de 30 – 40 cabeças e a tribo poderia ter 500 almas.

As várias descrições coincidem com povos Jê adaptados ao cerrado. A ocupação de áreas descampadas, a não utilização da canoa e a não menção à agricultura e à cerâmica levam a essas inferências adaptativas. As projeções etnográficas que foram feitas dos Oti, baseados nesses mesmos dados históricos, optaram por classificá-los como grupos caçadores-coletores, muitos belicosos que construía seus abrigos em zonas descampadas (Prous, 1992, p. 330-331). De fato os dados apontam nessa direção. Mas, além desse, eles também apontam para a possibilidade de uma outra inferência adaptativa que, embora possa conduzir a uma nova direção, enfoca –como a anterior- a ocupação de áreas abertas.

Esses Oti-Xavante, tal como acima descritos, podem ser ainda analisados como grupos em abrigos temporários durante expedições de caça. Neste caso, embora Nimuendaju não coloque no seu texto qual a estação do ano em que foi feito o contato, a exclusividade da caça, a aldeia pequena e a ausência de cerâmica podem indicar exatamente a sazonalidade das estratégias para aproveitamento dos recursos naturais. Entre os Xavante do Brasil central uma descrição, feita no início do século XX, já apontava para a existência de aldeamentos provisórios na época chuvosa quando os Xavante viviam nos campos e basicamente da caça (Loukotka, 1901/1991, p. 47), sendo ainda hoje estratégia observada por diferentes grupos Jê do Brasil central. Nesses aldeamentos Xavante, e tal como também ocorre com as expedições dos Cayapó (Turner, 1992, p. 324), os abrigos são leves e dispostos em aglomerações relativamente desorganizadas; do mesmo modo que Nimuendaju descreve para os Oti-Xavante. De qualquer forma e quaisquer que sejam as inferências adaptativas, em ambos os casos possíveis as descrições feitas (ausência da canoa, da cerâmica e da agricultura, e a

exclusividade da caça nas áreas de campo) se ajustam perfeitamente à modalidade de adaptação aos campos e cerrados.

Esse pequeno contingente de Oti-Xavante encontrados no final do século XIX, quer fossem grupos exclusivamente caçadores e coletores ou grupos em expedição de caça, deviam cobrir uma extensão territorial significativa. Porque, ao menos em vista dessas atividades básicas de produção, elas requerem um certo nomadismo e, em consequência, uma perambulação por um território de exploração. E isso as poucas informações documentais disponíveis permitem acertar. As primeiras informações sobre esses grupos Oti – Xavante no interior paulista se deram na segunda metade do século XIX na região dos rios Laranja-doce, Capivara e Jaguaeté que são afluentes do médio e baixo rio Paranapanema. Entre os últimos anos do oitocentos e a primeira década do XX, eles são mencionados desde Avaré –cidade que se encontra bem mais a leste do curso daqueles três rios, até o rio Rebojo, outro afluente do médio Paranapanema. No final do XIX, por volta de 1887, o Diretor Geral de Índios da Província de São Paulo ainda insistia na fundação de aldeamentos nos campos novos de Paranapanema em Lençóis, ao sul do atual estado de São Paulo, e Botucatu, na região central do estado já próximo ao médio Tietê, onde “vagavam índios Xavantes e Coroados num sertão de mais de trinta léguas” (apud Rodrigues, 2000, p. 56). Se esses dados estiverem corretos, tal como os Kaingáng os Oti-Xavante deveriam transitar pelo sul do atual estado de São Paulo acompanhando as vertentes do rio Paranapanema, e daí ao noroeste até as imediações do médio Tietê.

No interior da área conhecida historicamente como Campos de Araraquara há referências indiretas de que em episódios ocorridos no primeiro quarto do século XIX estivessem envolvidos os Xavante. De forma genérica, Corrêa (1967, p. 22), sem indicar a fonte de suas referências, afirma que “grupos indígenas assaltaram fazendas da região” e Lemos (s/d, p. 178), também com a mesma lacuna sobre as referências documentais, é mais preciso e indica, diretamente, dois ataques Xavante. Escreveu ele que a 22.07.1822 Xavantes deram assalto a uma fazenda da Freguesia de São Bento de Araraquara e dois dias depois,

“Adriano de 20 anos e Generoso de 18, filhos de Salvador Pais, foram mortos a frechadas pelo gentio Xavante”³⁴.

Pela forma de suas citações, os Xavantes nos Campos de Araraquara deveriam ser grupos excursionistas, pois, salvo esses poucos registros e rápidos incidentes, não há mais nenhuma menção aos mesmos na região. Na área sul do estado os Oti-Xavante são sistematicamente perseguidos entre as décadas de 1870 e 1880, e a tal ponto de Nimuendaju (1982, p. 37) chegar a afirmar que por volta de 1890 os Oti estavam reduzidos há cerca de 50 pessoas. No início do século XX esses indígenas, seja sob a grafia de Xavante ou Oti, desaparecem completamente da documentação referente ao estado de São Paulo. Quando em 1910 aquele mesmo autor entra em contato com os Oti-Xavante das cabeceiras do rio Comprido, um afluente do Laranja-doce e também no campo da Confusão, já na região do rio do Peixe, afluente do Paraná, ele afirmou que restavam apenas um homem e duas mulheres Oti e sentenciou: “com a morte de José morre o último homem da tribo Oti” (Nimuendaju, 1910/1982, p. 40).

Além dos Cayapó e Xavante, outro grupo Jê mencionado nas fontes é o Bororo. Ele aparece no interior do atual estado de São Paulo e nas imediações dos Campos de Araraquara em virtude de movimentos populacionais promovidos pelos paulistas, sobretudo por Antonio Pires de Campos. Conforme acima discutido, desde o início do século XVIII esse sertanista recrutou índios Bororo para combater os Cayapó que assolavam o caminho de Goiás (D.I., vol. 22, p. 210-211; Taunay, 1975, vol. 2, p. 248). Tornados escravos e soldados dos paulistas, os Bororo tomaram parte nas guerras, nas monções e nas entradas ao sertão. Caldas (1887, p. 18), por exemplo, sugeriu que os Bororo foram guias nas entradas que Bartolomeu Bueno da Silva fez no início do século XVIII. Não há, porém, prova documental para sustentar essa afirmação; mas, de certo, na segunda metade do século XVIII esses indígenas estavam também servindo para esse fim. Quando o comboio que levava moradores ao Iguatemi parte de Porto Feliz em 1769, “[...] achava-se entre os Índios, que acompanhavam essa expedição um Índio da nação Bororó casado com uma Índia da mesma nação” (Juzarte 1769/1976, p.

³⁴ As referências documentais a esses incidentes talvez possam ser encontradas no Livro de Óbitos e Batismos da Capela de São Bento contendo lançamentos de 1817 a 1830 e depositado na Matriz de São Bento daquela cidade, ao qual, infelizmente, não tive acesso.

222). Ao que tudo indica, desde o início do XVIII os Bororo reduzidos e conquistados por Antonio Pires de Campos estavam aldeados em Itu (Taunay, 1975, vol. 2. p. 245). Em 1734, uma bandeira partida de Cuiabá contra os Payaguá era comandada por Pires de Campos e um contingente bororo (Viertler, 1990, p. 35). E, pelo menos desde 1746-1748, esse sertanista havia aldeado os Bororo no triângulo mineiro. Nesta última região, os Bororo estiveram plenamente adaptados por quase um século, visto terem permanecido até a terceira década do XIX. Em 1816 dezoito aldeias Bororo são recenseadas no sertão situado entre os rios Paranaíba e Grande, totalizando 872 indivíduos (Costa, 1816). Cinco anos depois, em 1821 (Barbosa e Bernardes, 1911), ainda permaneciam nesse local 10 aldeias Bororo (ver Apêndice) que posteriormente devem ter migrado para o Mato Grosso.

Finalmente, além dos Guaranis, Jê centrais e meridionais citados nas fontes documentais e na bibliografia especializada, a região historicamente conhecida como Campos de Araraquara também assistiu a rápidas incursões de uma das hordas dos Guaycuru, índios que D. Ribeiro (1993, p. 252) na década de 1960 classificou lingüisticamente como Pano. Estudos mais recentes sobre as línguas nativas no Brasil fazem, no entanto, uma diferenciação entre uns e outros. A família Pano é localizada no sul da Amazônia e “[...] está mais ou menos concentrada no oeste do Brasil e no Peru, assim como na Bolívia [...]” (Urban, 1992, p. 97). Por sua vez, a família Guaycuru, cujo grosso das línguas se encontra no norte da Argentina e do Paraguai, “[...] está localizada ao longo da fronteira entre o Brasil e o Paraguai e estendendo-se para o norte até a junção com a Bolívia [...]” (idem, p. 97-98). As localizações dessas famílias lingüísticas mostram que, ao contrário dos Pano, os Guaycuru se encontram totalmente fora da bacia Amazônica e sua concentração histórica está na região da bacia Paraná-Paraguai, na margem ocidental do Grande Chaco.

De acordo com esse mesmo estudo lingüístico e as análises históricas de Carvalho (1992), a família Guaycuru se divide em diferentes grupos ou línguas. Nas palavras de S. Carvalho (1992, p. 462): “[...] Os Guaykuru eram as tribos mais extensamente distribuídas na parte meridional e central do Chaco. Compreendiam os Abipón, Mocovi, Tobo, Pilagá, Payaguá e Mbaya [...]”. Desses diferentes grupos Guaycuru os que mostraram maior

mobilidade ao longo do período colonial foram os Guaycuru-Mbaya (conhecidos como cavaleiros) e os Payaguá, este último documentado desde o século XVI na bacia Paraná-Paraguai e que, no século XVIII, se encontra próximos da região do baixo Tietê e no caminho fluvial para a Cuiabá.

Os Payaguá formavam grupos nômades, extremamente aguerridos que dominaram durante os séculos XVI – XVII e XVIII os rios do Pantanal. A eles, sempre se fizeram referências como sendo os mais hábeis canoeiros da região do Paraguai (Camello, 1727/1976, p. 128). Sua autodenominação *evuevi* ou *euébe* -“povo do rio” ou “povo da água” (Carvalho, 1992, p. 463)-, revela exatamente isso: um povo adaptado ao ambiente ribeirinho e às locomoções rápidas em canoas. Assim, com o sustento baseado nos recursos dos rios, sobretudo na pesca, e a vida voltada para o ambiente aquático, os Payaguá se tornaram excelentes corsários fluviais. Entre os povos que circulavam pelos caminhos fluviais os Payaguá foram, sem dúvida, os mais temidos tanto por outros povos indígenas como pelos não índios. Em seus diferentes assaltos sempre matavam um grande número de inimigos como visavam reféns que lhes propiciassem não os festins antropofágicos (como entre os Tupi e Guarani), mas moedas de troca com produtos de outras culturas.

Nos séculos XVI e XVII, no delta do Paraná e margem esquerda do Paraguai, seus principais reféns eram os Guarani (Carvalho, 1992, p. 464) além de outras nações como Guaxi, Guató, Bororo, Cayapó, Guaná (Kók, 1998, p. 233). A partir do século XVIII, mostrando uma grande mobilidade pelos caminhos fluviais, grupos Payaguá se deslocaram para o Pantanal onde passaram a assolar as monções paulistas (Kók, 1998, p. 233) e a fazer, também, reféns portugueses. Sobre este hábito, já em 1730 uma notícia prática escrita na cidade do Paraguai (atual Assunção) e dada por d. Carlos de los Rios Valmaseda avisava da venda “que fizeram os Paiaguás dos cativos portugueses naquela mesma cidade” (Valmaseda, 1730/1976, p. 138-140). Esse episódio indica ao menos três pontos: um, o uso dos reféns como moeda de troca; dois: a prática comum de guerras e assaltos com reféns portugueses e, três, o trânsito Payaguá entre a área de ocupação portuguesa e espanhola, desde o atual Mato Grosso até o Paraguai, guerreando e capturando reféns portugueses no caminho fluvial para Cuiabá e tentando vendê-los no Paraguai.

Essa rota de viagens seguidas diversas vezes pelos vários grupos Payaguá tornaram-nos dominadores soberbos de toda extensão do rio Paraguai desde a cidade de Assunção até a confluência com o rio São Lourenço em Mato Grosso (Caldas, 1887, p 8). Desde a bacia do Paraguai e Paraná e locomovendo-se pelos vários rios do Pantanal, os Payaguá foram historicamente responsáveis neste trecho do Brasil por ataques sangrentos contra as monções paulistas que iam e vinham de Cuiabá. Vários cronistas do XVIII disseram que “três nações gentias foram o pesadelo dos monçoneiros nas primeiras décadas da conquista de Cuiabá: dos paiaguás, a mais temível de todas, dos guaicurús e caiapós” (Taunay, 1976a p. 77).

Em incursões a leste da região chaquenha os Payaguá, durante o século XVIII, passaram a assaltar as monções paulistas no território do atual Mato Grosso (Camello, 1727/1976, p. 109-110; Corrêa, 1967, p.22). A primeira notícia de ataques desses hábeis canoeiros às monções é de 1725, embora eles já fossem conhecidos dos espanhóis desde 1535 na bacia do Paraguai (Carvalho, 1992). Em 1725 a monção de Diogo de Souza é atacada por Payaguás que matam cerca de 600 pessoas. Sobre este episódio Barbosa de Sâ (1775/1904, p. 15) escreveu: “[...]. Não se sabia que gente era adonde habitava e que nome tinha por não ser o nome de Payogoa thê então conhecido [...]”. Desconhecidos dos portugueses até essa data, a partir daí eles não dariam mais tréguas e voltariam sempre a atacar. Machado d’Oliveira (1897, p. 111) na síntese desses episódios que se sucedem a partir de 1725 escreveu que os paulistas, a procurarem caminho para Cuiabá, “seguiram por terra, desviaram-se dos Paiaguás no Tietê, de cuja navegação haviam se apossado”. Ainda que este autor tenha superestimado a posse do Tietê pelos Payaguá, está claro que ao longo de suas locomoções desde a bacia do Paraguai e do Paraná em direção nordeste eles chegaram a atacar próximos ao Tietê.

Durante todo o oitocentos serão praticamente constantes as notícias aos Payaguá e Guaycuru ao longo do caminho das monções para Cuiabá (Barboza de Sâ, 1775/1904; Camello, 1727/1976; Rolim, 1751/1976; Juzarte, 1769/1976). Em 1727 o capitão João Antonio Cabral Camello foi atacado na região do rio Paraguai por “50 canoas Paiaguá [...] em cada uma de 10 a 12 bugres de agigantada estatura, todos pintados e emplumados [...] cobriu-nos de uma tão espessa nuvem de flechas que escureceu o sol” (Camello, 1727/1976, p. 128). Em 1730, no governo de Caldeira Pimentel os Paiaguá, na embocadura do rio Jaguari, atacaram uma frotilha de canoas chefiada pelo ouvidor geral da Comarca de Paranaguá

Antonio Álvares Lanhês Peixoto (Caldas, 1887, p. 8; Neme, 1974, p. 44; Taunay, 1976a). Neste episódio, com 90 canoas de guerra os Payaguá mataram 400 pessoas e deixaram escapar apenas dezessete (idem). E assim, ao longo do XVIII eles atacaram continuamente não só as monções, mas povoados às margens do rio Paraná (Kók, 1998, p. 255).

Esse estado de coisas fez com que ao fim do primeiro quarto do XVIII estivesse declarada guerra positiva contra os Payaguá. Apesar dos malogros das primeiras tentativas, elas aparecem já em 1730. Neste ano, a notícia prática dada pelo capitão Domingos Lourenço de Araújo ao padre Diogo Soares (Lourenço de Araújo, 1730/1976, p. 134-137) informava a chegada ao rio Paraguai de tropas vindas de Cuiabá para combater os Payaguá. Eram “84 canoas de gente lusida, e prática do Sertão e não menos experiência do gentio pela maior parte dela ser Paulista: traziam consigo mais de 300 armas de fogo, fora flechas, de que usavam os índios domesticados [...]” (idem, p. 135). Em 1732 a guerra contra os Payaguá chegaria a Itu. Em 23 de dezembro daquele ano o Pe. Manuel Nunes Henrique, assistido por uma provisão real de 6 de março daquele mesmo ano, pedia ordem ao Conde de Sarzedas para a conquista do Gentio Payaguá (Giraldin, 1997, p. 186) Finalmente, em 1734 partia do interior paulista as bandeiras de extermínio e escravidão contra os Payaguá. Uma delas, comandada por Antonio Pires de Campos à frente de seu exército Bororo levaria a morte 600 índios payaguá e outros 266 seriam cativos (Viertler, 1990, p. 55). Neste mesmo ano, outra bandeira chega a Cuiabá.

Em maio de 1734 chegou a Cuiabá o tenente de mestre de campo general Manoel Rodrigues Carvalho, para se dar execução a provisão de 6 de março de 1732, pela qual mandára Sua Magestade dar guerra ao gentio Payaguá e confederados, que lhes queimassem e destruíssem as aldeãs, ficando captivos os prisioneiros, que se repartissem pelas pessoas que entrassem na dita guerra, pagando o quinto. (Coelho, 1850, p. 152)

Apesar disso, os Payaguá continuaram seus ataques até o final do século XVIII. Em 1788, Lacerda e Almeida (1841) viajando de Cuiabá a São Paulo encontra os Payaguá praticamente aniquilados, afirmando Taunay (1976a, p. 79) que a sua ruína se devia aos Guaycuru.

Estes, aparentados dos Payaguá, são também conhecidos na documentação histórica como Cavaleiros devido ao domínio da montaria. Como os Payaguá e os Cayapó, os Guaycuru estiveram no XVIII aterrorizando o caminho de Cuiabá, mas não existe informação histórica

de que eles tenham feito incursões pelo interior de São Paulo e/ou Campos de Araraquara. Eles costumavam atacar em território hoje sul mato-grossense entre os rios Iguatemi e Taquari. Ao contrário dos Payaguá que atacavam em canoas pelos rios, os Guaycuru preferiam combater a cavalo e em campo aberto, dominado, junto com os Payaguá, o rio Paraguai e seus afluentes. E não obstante à classificação etnográfica desses cavaleiros como hordas Guaycuru – Mbaya, algumas descrições históricas os aproximam, ao invés disso, de grupos Coroados (Ofaiés, Kaingángs ou Cayapó meridionais, todos Jê). Theotônio José Juzarte os encontrou em 1769 próximos ao Iguatemi e descreveu o corte de cabelo em forma de coroa, o uso do tembetá e a língua não tupi ou tupiguarani:

[...] no beijo de baixo tem um furo por donde penduram um canudinho que tem de comprido um bom gemio, e lhe fica pendurado por cima da barba [...] tem na cabeça uma coroa à semelhança do frade Bento [...] sua língua é embaraçada [...] (Juzarte, 1769/1976, p. 263).

Talvez de fato não fossem índios Guaycuru que Juzarte estivesse descrevendo, mas, ao longo da documentação, uma copiosa documentação histórica sintetizada por Carvalho (1992) se refere a hordas de índios Cavaleiros no caminho de Cuiabá. E embora, com acima referido, não haja nenhuma fonte a indicar sua presença em território paulista, sua movimentação e seu caráter extremamente guerreiro, com os do Payaguá, deve ser considerado como elemento que ajudou a caracterizar o contexto intertribal na região a oeste do curso do rio Paraná. Os documentos referem-se a alianças destes com os Payaguá por um período de cerca de 45 anos (Kok, 1998), tal com também se referem à vassalagem que grupos Guaycuru e Payaguá faziam de outros grupos indígenas, tais como os Guarani e Arawak (Carvalho, 1992, p. 467). Tal com os Payaguá, os Guaycuru eram grupos caçadores que, após o domínio da montaria, passaram a ter uma maior mobilidade e, em alguns casos, a garantir a proteção de grupos agricultores mais indefesos aos ataques de espanhóis e portugueses. Isso lhes permitiu “intermediar o escambo de produtos entre os europeus e os indígenas, e entre culturas indígenas diferentes” (Carvalho, *idem*). Assim sendo, embora não haja informações documentais sobre sua presença na região a leste do rio Paraná, sua mobilidade e o contato que mantiveram com outros grupos indígenas talvez possa ser responsável pela introdução de elementos chaquenhos no planalto meridional brasileiro. Atualmente, a família Guaycuru tem apenas um representante

remanescente no Brasil, os Kadiwéu, localizado na fronteira entre o Brasil e o Paraguai (Urban, 1992, p. 97).

Após ter percorrido nas páginas acima as pistas e os indícios documentais sobre a presença indígena na área em estudo, tem-se a certeza, por tudo então que foi arrolado, que a área interposta entre os rios Grande, Paraná, Tietê e Mogi-Guaçu, conhecida historicamente como Campos de Araraquara era, desde tempos pré-coloniais e ao longo do período histórico, uma área de contato entre povos de diferentes tradições culturais. Não obstante a isso, a reprodução do etnônimo Guayaná permaneceu até agora inquestionável.

Antes de ir a ela, talvez a idéia de contato entre grupos e culturas nos Campos de Araraquara possa ser mais bem entendida, ou digerida, à luz de um quadro geográfico e etnográfico mais amplo e abrangente. O planalto ocidental paulista, no qual se situam o denominados Campos, poderia ter facilmente servido como região de intenso tráfego de elementos culturais, via de escoamento e corredor de influências porque sitiado, a um lado, pelas serras de Piratininga e o litoral atlântico; por outro pela região do Chaco que se forma a oeste da bacia do Paraná; ao norte pelos campos e matas do Brasil central; e ao sul pelos campos férteis do Paraná e os pampas.

Cada uma dessas áreas geográficas, ocupada por populações indígenas culturalmente diferentes - Guarani (Mbya e Nhandeva), Tupi, Guaycuru-Mbayá, Arawak, Jê, entre outras - parece ter contribuído para o trânsito de diversas culturas nessa região. Como um todo é possível traçar, a partir dos dados apresentados, alguns quadros gerais.

Quando no século XVI os espanhóis penetraram pelo oeste da região onde se situa o atual Paraguai, a bacia do rio homônimo, sobretudo no seu alto curso, era densamente ocupada por diversos grupos Guarani sedentários e agricultores, sendo provavelmente muito mais densa essa concentração no período pré-colonial, fato observado nitidamente no largo e rápido florescimento alcançado pelas missões jesuíticas espanholas em território do atual Paraguai, as quais, logo cedo, foram atacadas pelas expedições paulistas.

Caminhando desde o alto curso do rio Paraguai mais para o norte e leste, em direção à área do Chaco (do Quêchua “Chacu”) que se estende em parte do sul mato-grossense, encontravam-se diversos grupos indígenas que antes do contato com os Guaraní eram coletores nômades, caçadores e pescadores que se reagrupavam em pequenos bandos constituídos de algumas poucas famílias (Carvalho, 1992). Com a penetração dos espanhóis no século XVI, o deslocamento dos Guaraní para leste deve ter empurrado alguns desses povos ainda mais para o interior, entrando em contato com o planalto meridional brasileiro. Dentre essas populações, os Guaycuru-Mbaia eram os que evidenciavam uma maior mobilidade e, como resultado disso, é exatamente uma horda desses indígenas –os Payaguá-, como mencionado, que entram no século XVIII na bacia do Paraná e proximidades do Tietê. Neste caso, esses Payaguá podem ter entrado em contato com os Cayapó que estavam nesse mesmo período no baixo Tietê e Paraná e, pelos indícios documentais e arqueológicos, deviam aí estabelecer um continuum de contato com os Jê do sul, pois os Kaingáng aparecem, também nesse mesmo período, exatamente nos afluentes orientais do Paraná, entre o Tietê e o Paranapanema. A temática de um continuum Jê desde os campos do Brasil central até os campos do Brasil meridional passando pelos Campos de Araraquara, vem sendo sugerida desde o capítulo 1 desta parte do trabalho. A documentação na só colabora com os dados ambientais e arqueológicos, como, somada à distribuição territorial das línguas Macro Jê (cuja maior concentração está nas savanas do Brasil central) confirma a tese de que a expansão Macro-Jê se expandiu no sentido norte-sul com os Jê meridionais tendo então se deslocado para suas áreas atuais vindos do norte (Urban, 1992, p. 91). Em tempos históricos, um desses grupos Jê meridionais, os Kaingáng, não se encontravam ilhados no sul do país, mas tinham, através dos Cayapó um elo continuo Jê que os ligava ao Brasil central.

De outra perspectiva, se olharmos a região a partir do planalto de Piratininga pelo Tietê em direção oeste e norte, os dados documentais e arqueológicos, como vimos, apontam para uma ocupação tupi ou tupiguarani. Essa ocupação se estendeu à direita da calha do Tietê até o vale do Mogi-Guaçu e curso baixo dos rios Jacaré-Guaçú, Jacaré-Pepira e Jaú. E, finalmente, se olharmos a partir do triângulo mineiro e rio Grande e daí passando ao interior dos Campos de Araraquara, novamente aparecem os Cayapó.

Caso ilustrativo dessa divisão etnográfica pode ser observado na nomenclatura dos ramais da estrada de ferro ao longo do final do XIX e início XX. Saindo de Araraquara, o ramal que seguia a leste em direção ao Mogi-Guaçu levava o nome de Tymbiras e Guarany e o ramal que seguia a oeste em direção a Bauru levava o nome Guayanaz e Tapuya (Companhia Paulista de Estradas de Ferro, 1918).

Apesar de todos esses indícios, o penúltimo desses etnônimos, o Guayaná, sem nenhum fundamento foi usado acriticamente pela historiografia regional. Os Guaianá, Guanhanã, Goianases, Goanhanaz -conforme as diferentes grafias com que são registrados- aparecem em diferentes momentos e em diversos autores (Aguiar, 2003; Almeida, 1948; Braga, 1994; Camargo, 1916; Corrêa, 1967; França, 1915; Lemos, s/d; Neves, 1983) como a população indígena dos Campos de Araraquara no período pré-colonial.

[...] esta região onde está o município de Araraquara era habitada pela nação Guayanas [...]

Ahi os goiá-nás preferiram ficar para derramar-se pacífica e lentamente pelos valles do Mogy-Guassú e do Tietê até os Campos de Piratininga e a serra de Paranapiacaba [...]

Eis ahi como esta zona que constitue o município de Araraquara, com as suas mattas e campos [...] era outr'ora do domínio dos guayanás que neste lugares tinham suas tabas e aqui realisavam suas danças guerreiras e faziam suas excursões venatórias, falando uma língua extranha [...] (França. 1915, p. V)

Ou ainda: que a região “[...] era habitada pela grande nação dos Guaianás “[...] que se estendiam pelos vales do Moji-Guaçu e do Tietê, até os campos de Piratininga e serra de Paranpiacaba” (Almeida, 1948, p. 15).

Tal como a etimologia do topônimo Araraquara traduzida por Pio Lourenço Corrêa (1937) como “morada do sol” permaneceu inquestionável, ao longo de quase um século a aceitação acrítica do etnônimo Guayaná também reproduzida acriticamente pelos historiadores regionais permaneceu até agora inquestionável. Em 1893 Braga (1994, p.3) escreveu: “O território, que hoje constitue o município de S. Carlos, faz parte da vasta zona ocupada pela confederação dos indios guayanazes [...]”. Noventa anos depois deste, em 1983, Neves (1983, p. 02), ao falar das terras de Araraquara e São Carlos ainda reproduziu: “[...] apenas os pés nus do indígena goana as percorreram por cetúrias, nas suas andanças nômades [...]”. Lemos (s/d, p. 120) escreveu que em “1816 a região ainda estava enfeitada de remanescentes da tribo dos

guaianases”. E assim, um a um, desde Braga (1893/1994) no século XIX, continuaram a perpetuar a idéia de uma nação Guayaná nos Campos de Araraquara.

Documentalmente esse etnônimo é mencionado na região aqui em estudo às margens do Tietê em 1661 (Taunay, 1975 vol. 2, p. 95), nos rios Paranapanema, Ivaí e Piquiri ao longo do XVII -no caminho de São Paulo para o Guairá- e no salto de Avanhandava em 1810 (D.I., vol. 3, p. 131). Mas com acima já ficou apresentado, esses Guayaná ou Coroados seriam nessa região associados aos Kaingáng –grupo Jê.

A associação Guayaná – Kaingang não é, porém, a única possível, pois enquanto historicamente os Kaingang são mencionados nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o etnônimo Guayaná aparece muito cedo na documentação histórica, já no século XVI (Cardin 1583-90/1980, Sousa 1587/1964), e em várias regiões do Brasil de norte-nordeste a sul, desde o Maranhão aos estados do Brasil meridional. Sua ocorrência documental é tão freqüente a tal ponto que mesmo a arqueologia aceitou a existência de uma nação Guayaná no interior do Brasil. Segundo as palavras de Prous (1992, p. 331) “os Guayaná são antigas populações litorâneas empurradas para o interior pelos invasores Tupinikin [...]”.

No atual estado de São Paulo há menções documentais aos Guayaná no planalto de Piratininga, no litoral e no interior. No início do século XX esses Guayaná de São Paulo suscitaram um grande debate que lançou as pedras angulares da discussão sobre a questão Guayaná: Tupi ou não Tupi? (Putoni, 1997). Como sintetizou Monteiro (1992b), nesse debate se estabeleceram duas correntes ou tradições: a tradição histórica, liderada por Capistrano de Abreu e posteriormente apoiada por Sampaio e W. Luiz que apontavam os Guayaná de São Paulo como grupos Jê; e a tradição insistente, chamada também de tradição paulista, liderada por Afonso de Freitas e Plínio Ayrosa, que afirmavam serem os Guayaná de São Paulo grupos Tupi (Monteiro, 1992b, p.127).

Nesse debate estava em jogo mais que uma simples questão etnográfica. Tratava-se também, com propôs esse mesmo autor, de um debate no qual se colocava em jogo a construção histórica de São Paulo. De um lado a imagem idealizada do Tupi, de outro a ferocidade de grupos que ao longo dos séculos XVIII – XIX e início do XX se colocavam como obstáculos à “civilização”, tais como os Cayapó e Kaingáng. Na esteira dessa discussão,

para a segunda dessas tradições: a insistente ou paulista, tratava-se de construir uma imagem de São Paulo associada à civilização, da qual se prestavam notavelmente os povos Tupi idealizados como mansos, não antropófagos, “amigos” dos portugueses e paulistas. Neste caminho Freitas (1910, p. 18) diz que Guayaná é o mesmo que Guayani e não Tapuias. Para a primeira daquelas tradições, ao contrário de Guaranis ou Tupis, os Guayaná eram Jê.

Seguindo as pistas indicadas pelos mais recentes estudos etnohistóricos sobre os termos Guayaná e Tapuia (Monteiro, 1992b; 2001; Putoni, 1997) os mesmo devem ser entendidos não propriamente como etnônimos, mas como construções. Tal como foi tratado o topônimo Araraquara na parte 1 deste trabalho, o etnônimo Guayaná também deve ser entendido como uma construção dirigida por índios ou mestiços com intérpretes do contato. O significado de Guayaná, como o de Tapuya, está associado à noção de barbárie e, desde a documentação do século XVI, esses termos vinham acompanhados de descrições que os opunham aos Tupi. Geralmente associada a uma distinção lingüística, como em Cardim para o qual Tapuia é aquele que fala língua travada; ela também acompanhou desde cedo a distinção nós (Guaranis e Tupis) e Outros, como em Simão de Vasconcelos (1663/1977, vol. 1, p 109) para o qual o nome Tapuia equivale à de contrário ou inimigo dos tupis. O termo Guayaná, associado ao de Tapuia, vem a ser igualmente um termo genérico dado a não tupis (Schaden 1954). A tradução para este termo seria, segundo Preziosi (1997, p. 187) guai = gente + ânâ = selvagem, portanto, literalmente, “gente selvagem”.

Ao longo do século XIX, essa subdivisão Tupi – Tapuia respaldou a mistificação de um Tupi imaginário como símbolo da nacionalidade, na qual se prestaram aquelas tentativas da tradição paulista em associar os Guayaná de São Paulo com os índios “mansos”. Aos outros, Guayaná e Tapuya, associava-se o mito da barbárie. Assim, aquelas populações não tupis que ao longo do período colonial até a metade do século XX impuseram luta armada contra a conquista portuguesa e paulista do interior, ou simplesmente permaneciam ou queriam permanecer como povos autônomos, tais como os Kaingáng e os Cayapó, foram vistos como inimigos, selvagens, bárbaros, cruéis, de língua embarçada etc.; apelativos impostos por um olhar estrangeiro a querer remodelar o mundo em uma bipolaridade. Assim, a ferocidade histórica de alguns grupos opunha-se a docilidade do Tupi e Guarani imaginados.

Nesse sentido, assim como nunca existiu uma nação Tapuia no Brasil (Putoni, 1997), também nunca existiu uma nação Guayaná para os Campos de Araraquara. Este é um termo genérico que, desde cedo, a colonização e os tupi-guaranis, intérpretes do contato, fizeram crer existir. Refere-se ele genericamente a povos não-tupi. Sua utilização, antes de estar fazendo referência a uma realidade etnográfica, estava-a construindo por um imaginário. Nos Campos de Araraquara, documentalmente temos índios Kaingáng e Cayapó como não Tupis e sociedades extremamente aguerridas, tratadas muitas vezes na documentação até aqui apresentada como “selvagens”, “traidores”, “vagantes do mato”, “andarilhos”, “sem domicílio certo”, se alimentando de “imundices dos matos” etc (Camello, 1727/1976, p. 115; Campos, 1723/1976, p. 182; Barros, 1976, p. 148), descrições que as crônicas igualmente fazem para os Guayaná (Prezia, 1997, p. 188 – 203). Por isso, Guayaná deve ser antes o termo usado para tratar desses grupos hostis. E essa visão, inclusive, se ajusta melhor a certos vestígios arqueológicos e documentais sobre a região que são os próprios conteúdos desses dois últimos capítulos deste trabalho.

Por isso, no território interposto entre os rios Grande, Paraná, Tietê e Mogi-Guaçu nunca houve um etnônimo Guayaná e, longe de representar uma área cultural do ponto de vista da etnografia, essa região se encontra como uma área de transição e intersecção culturais. Grupos tupiguaranis repartiam esse território com os Cayapó e Kaingáng, além de assistir intrusões históricas de outros grupos, como Xavante, Bororo e Payaguá. O rio Tietê parece ter sido, no interior do atual estado de São Paulo, o limite de ocupação entre esses dois grupos Jê majoritários na região: os Cayapó e Kaingáng. Quanto à área de ocupação Guarani, esta devia se estender desde o Piracicaba pelo médio Tietê à altura da embocadura do rio Jaú e daí a noroeste passando pelas cabeceiras dos rios Jacaré-Guaçu e Jacaré-Pepira até o médio Mogi-Guaçu. Ao norte e oeste dessa linha era área de ocupação Jê.

Assim sendo, ao contrário do que mostra a historiografia regional, segundo a qual “o conhecimento dos grupos indígenas é bastante obscuro” (Correa, 1967, p. 25) este trabalho mostra uma avalanche de informações fundamentais para se compor uma história sobre os índios na região. A ausência dos povos indígenas nos diferentes estudos históricos sobre os Campos de Araraquara legou uma lacuna historiográfica e uma crença na existência de uma suposta nação Guayaná que são agora colocados em xeque. Em relação aos trabalhos até agora

À guisa de ilustração, o mapa que se segue deverá ajudar o leitor a visualizar a ocupação desses diferentes grupos indígenas nas imediações, bordas e interior da área historicamente conhecida como Campos de Araraquara.



EPÍLOGO

Quando se deu início a este trabalho o objetivo principal era pensar a ocupação indígena na região situada entre as *cuestas* basálticas do médio Tietê e o planalto ocidental paulista à margem direita desse rio, conhecida historicamente como Campos de Araraquara. Partia-se ao mesmo tempo de uma certeza e de uma constatação. A certeza de que as explicações históricas sobre a formação de uma determinada área ou região devem inserir em seus discursos os povos indígenas e seus contextos. A constatação da irrelevância dada, até pouco tempo, para a construção de uma história sobre os índios naqueles denominados campos.

No percurso deparou-se, porém, com uma série de questões problematizantes que colocaram em relevo a necessidade de discutir o real significado dessa área tanto do ponto de vista da história como da etnografia. Em ambos os casos tratou-se, então, de entender os processos de reconhecimento e ocupações humanas de uma determinada região do interior do atual estado de São Paulo. Considerada antes de tudo como área histórica, foram levantados ao longo do trabalho alguns aspectos que colocaram questionamentos quanto à toponímia e à etnonímia dessa área.

Agora, ao chegar a este ponto do trabalho, intitula-se epílogo não o fim das possibilidades de pesquisa ou do tema e assuntos abordados, mas o encerramento de um momento. Os motivos, as raízes, o desenvolvimento, o ritmo e o resultado se mesclam, em grande parte, às próprias condições objetivas e subjetivas que o geraram. Decidir colocar epílogo é antes -e nesse mesmo sentido- uma necessidade de ordem prática. O leitor atento deve ter observado que vários caminhos são apenas indicados, alguns dos quais decorrentes dos principais, que precisariam de um novo exercício para reunir dados e informações. Abrir vias e sondar hipóteses foi, em alguns desses casos, o possível a fazer. As grandes linhas gerais, porém, permaneceram e puderam consolidar discussões que se enquadram no campo da história e da antropologia.

Sob essa dupla ordem de olhares, o trabalho desenvolvido permitiu estudar e analisar as informações históricas, bibliográficas, arqueológicas e ecológicas referentes aos Campos de Araraquara e aos povos indígenas que o ocupavam. Nesse sentido, foi trabalhada uma vasta

fonte de documentos que incluiu a documentação histórica deixada por agentes da administração colonial, cronistas, viajantes, padres e exploradores que entre os séculos XVII e XIX atuaram na região, bem como as informações bibliográficas produzidas por historiadores regionais e dados sobre a arqueologia paulista em geral e dos Campos de Araraquara em particular.

As informações existentes nessa vasta documentação foram, por sua vez, agrupadas de acordo com os interesses da pesquisa em quatro grandes quadros. No primeiro, as informações referentes a toponímia e à localização dos referidos campos puderam ser consideradas dentro de uma perspectiva histórica que possibilitou entender o processo de construção da área e de seu topônimo. No segundo, os dados referentes ao meio ambiente foram abordados a partir dos quadros gerais de explicações para o modo de ocupação e adaptação aos ecossistemas vigentes. No terceiro, os vestígios fósseis e arqueológicos foram trabalhados com vistas a se ter um retrato das tradições culturais em tempos pré-colônias. E, finalmente, no quarto, as informações históricas sobre os povos indígenas na região foram lidas em uma perspectiva etnográfica que visou um mapeamento de suas ocupações durante o período colonial. Nesses diferentes momentos e em vista do material utilizado, as informações garimpadas, de natureza muitas vezes fragmentada, foram tratadas como vestígios ou pistas que, uma vez reunidas, permitiram organizar e elaborar retratos da ocupação humana aos Campos de Araraquara.

O trabalho, assim realizado, ao procurar conjugar os interesses da antropologia e da história, permitiu irradiar uma série de interpretações sobre essa área que é bom nesse momento destacar.

Do ponto de vista da história, foi de interesse demonstrar que a área conhecida como Campos de Araraquara só pode ser apreendida como unidade passível de investigação se tratada como espaço paulatinamente reconhecido na documentação e na cartografia paulistas dos séculos XVII ao XIX. Por isso, tratou-se a área como constructo histórico. Mais do que um espaço geográfico delimitado pelo curso dos rios Tietê, Grande, Paraná e Mogi-Guaçu, os Campos de Araraquara ilustram particularmente bem como ambientes físicos abióticos são, também, produtos históricos. Esta área não apresenta por assim dizer nenhum elemento geográfico e/ou ecológico que a torne uma unidade classificável. O que confere à mesma uma

identidade e uma unidade é o seu modo de aparecimento nas fontes documentais. De incógnito sertão no seiscentos, nos séculos posteriores -XVIII e XIX-, essa região passa a ser reconhecida e palmilhada, brotando assim seu topônimo e sua extensão na documentação referente a esses séculos. Disso resulta entender que ambos –o topônimo e a área propriamente dita- têm seus construtores e estes, tal como os Campos de Araraquara, também são históricos.

Nesse sentido, o construtor também é, ele mesmo, construído, não só como ser biótico, mas como ser que produz e se conforma a uma determinada estrutura sócio, política, econômica e cultural que comporta a relação entre brancos reinóis, paulistas e índios cativos. Visto através do tempo, entre os séculos XVII e XIX, há uma relação de continuidade, ruptura e transição entre o fenômeno bandeirante do XVII - XVIII e os patenteados militares do final do XVIII e XIX. Os primeiros –bandeirantes- em suas andanças na preação de índios e busca de lavras ajudaram a mapear os contornos da área e os limites entre o conhecido e o desconhecido; e os segundos, compostos nas tropas militares, não só continuaram esses processos como já rastrearam e desbravaram o interior da área. Assim, quando os Campos de Araraquara passam a ser ocupados para povoamento não exclusivamente índio no final do XVIII, o papel da Capitania militarizada de São Paulo correspondia então a uma transição entre o modo de vida bandeirante errante e do agricultor criador sedentário. E isso tem repercussões para o processo de construção dos Campos de Araraquara. Primeiro porque seu reconhecimento na documentação está associado ao processo de movimentação das “frentes de expansão” paulistas durante os séculos XVII a XIX. Segundo porque ao longo desse período, e como resultante dessa movimentação, a toponímia Araraquara passou por um processo de extensão e restrição de sua aplicação a uma realidade física.

Ainda com referência à construção histórica dessa área foi de interesse demonstrar que longe de representar ou significar “morada do dia” ou “morada do sol”, como havia se eternizado na consciência e na história local, o apelativo Araraquara é construído por brancos reinóis, paulistas e índios cativos ao longo do processo de reconhecimento da região e significa, isto sim, “buraco ou morada das araras”.

Do ponto de vista do ambiente, esse estudo permitiu identificar que os Campos de Araraquara, longe de apresentar uma paisagem homogênea é constituído pela intersecção de

diferentes ecossistemas. Por consequência, essa área não se limita a apresentar fatores para uma única possibilidade de estratégia adaptativa das populações humanas, mas dá condições para o desenvolvimento de atividades voltadas para exploração e manejo de ambientes tão diferentes como o cerrado e a floresta, ou a combinação de ambos. Como fundo de base para projeções etnográficas apresentou-se o modelo preferencial de adaptação Jê aos cerrados e o modelo preferencial de adaptação Tupi às florestas, tornando ciente que os Campos de Araraquara poderiam servir de corredor entre os Jê centrais e Jê meridionais através de seus extensos campos e cerrados e que as áreas de florestas facilitariam a penetração de povos tupi e guarani. Além disso, ao longo da caracterização dos ecossistemas e dos modelos adaptativos tradicionais das populações humanas, novamente surgiu a constatação de que os espaços geográficos são produtos históricos. Mas agora não do ponto de vista do reconhecimento e nomeação, e sim de manipulação, uso e construção de espaços propícios à exploração humana, tais como florestas, campos e solos antropogênicos, elementos que garantem uma profundidade temporal significativa para o processo de ocupação humana dos Campos de Araraquara.

Do ponto de vista da arqueologia, os vestígios fósseis e suas datações permitiram dividir as ocupações pré-coloniais em grupos não ceramistas caçadores – coletores – pescadores e grupos ceramistas agricultores. Em ambos os casos, verificou-se que, em conformidade com os modelos adaptativos, a área assistiu a ingerências de grupos centrais e meridionais. Na fase não ceramista observou-se a existência de vestígios filiados às tradições meridionais Umbu e Humaitá e à tradição central Itaparica. Os vestígios Humaitá permitiram apontá-los como caçadores – coletores – pescadores de florestas tropicais úmidas. Enquanto esses possuem um padrão de ocupação especializado às matas ciliares ou de galeria, os Umbu parecem ter ocupado áreas menos arborizadas e realizado raras incursões nas encostas do planalto. Seus vestígios de ocupação a céu aberto apontam para uma preferência dos campos localizados nas bordas do planalto e elevações artificiais construídas nas planícies. Por sua vez, a tradição Itaprica apareceu adaptada às condições de cerrados e cerradões.

A partir aproximadamente do século IV a.C., um novo modelo adaptativo entre em cena nos Campos de Araraquara representado por populações sedentárias, agricultoras e

habitantes de grandes aldeias. Tal como nos vestígios líticos, os vestígios ceramistas associados a essas sociedades também registraram a ocupação de tradições centrais e meridionais. De modo algum é possível afirmar a continuidade entre as tradições líticas pré-ceramistas e as tradições ceramistas nos vestígios encontrados nos Campos de Araraquara. Na verdade, os registros recolhidos apontam para uma introdução tardia da agricultura e da cerâmica no interior do estado de São Paulo e, a partir das datações absolutas e das características estilísticas e adaptativas dos grupos ceramistas na região em estudo, foi possível observar tanto uma ocupação Tupi-Guarani, cuja migração geral no sentido sul – norte deve ter se chocado no centro do atual estado de São Paulo, nos Campos de Araraquara, com os grupos da tradição ceramista central Aratu-Sapucaí que se expandiam em sentido contrário. Ao observar esse mapa de ocupações pré-colônias tem-se a certeza que essa área também não apresentava uma homogeneidade ou unidade arqueológica.

Finalmente, do ponto de vista da etnografia e em conformidade com os resultados das análises ecológicas, adaptativas e arqueológicas foi possível também entender que a região historicamente conhecida como Campos de Araraquara apresenta a incursão de grupos de diferentes tradições culturais associados aos Tupi-Guarani e Jê. A documentação histórica dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX traz informações sobre índios Guarani, Cayapó, Kaingang, Bororo, Xavante e Payaguá. Apesar disso, a historiografia regional insistiu na menção a uma suposta ocupação de índios Guayaná. No entanto, esse etnônimo não representa uma realidade etnográfica, mas deve antes ser entendido como uma construção que os intérpretes do contato, falantes do nheengatu, fizeram de povos arredios ou hostis que não compartilhavam características Tupi ou Guarani. Deste ponto de vista, e ao contrário do que pensa uma secular historiografia regional, nunca existiu uma nação Guayaná nos Campos de Araraquara. Tal como o ambiente e a arqueologia, também não é possível fazer referência a uma homogeneidade cultural ou etnográfica para essa região. Embora seja difícil traçar a linha de continuidade entre grupos pré-agricultores e agricultores pré-coloniais ou mesmo enxergar as origens pré-coloniais dos grupos indígenas historicamente documentados, em todos esses momentos foi possível verificar a ocupação e trânsito de grupos e etnias cultural e adaptativamente diferentes.

Nas fontes documentais, a partir da segunda metade do século XIX as informações aos grupos indígenas vão rareando até definitivamente desaparecerem. Em seu lugar, surge um modo de vida caipira. Como já mostraram alguns documentos e historiadores, no final do século XVIII e início do XIX, o norte de São Paulo assiste uma nova onda de penetração não-índia -agora direcionada no sentido norte-sul- por mineiros em expansão da atividade agrícola-pastoril. Por volta de 1790, uma série de famílias com poucos pertences (os seus “trens”) começam a entrar nessa região e, a partir de 1820, se sucede uma corrente migratória contínua. Nos Campos de Araraquara, esses mineiros migrantes ou entrantes, tocando gado, ocuparam áreas de campo para criar gado vacum e áreas de floresta para agricultura de subsistência. Criaram em suas posses um modo de vida roceiro, incipientemente mercantil, com um horizonte cultural limitado e um arraigado catolicismo que ajudaram, no final do XIX, a emergência do coronelismo. Sua lavoura básica de subsistência de milho, algodão e tabaco, a produção de seus próprios panos, a produção do queijo e a criação de gado e suínos marcaram suas atividades econômicas. Em suas formas de sociabilidade (casamento, residência), adaptação, linguagem etc. esse modo de vida caipira guarda rupturas e continuidades com o modo de vida indígena; mas a substituição de um pelo outro já é, no entanto, um outro capítulo desta história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

Fontes Manuscritas

ATAS DAS SESSÕES DA CÂMARA DE ARARAQUARA. Arquivo Público Municipal Prof. Rodolpho Telarolli, Araraquara, docs. 490 a 503, brochuras, período 1833 – 1905.

BARBOSA, Alexandre de Souza. Descrição dos índios Cayapós e Panarás. Vocabulário e mapa da região ocupada pelos Caiapós, documentado datado de Uberaba, 2 de setembro de 1918. Arquivo Público de Uberaba. Resgate Histórico de Odair Giraldin.

COSTA, Odorico. Apontamentos sobre a história do Arraial Nossa Senhora do Desterro do Desemboque, vulgo Farinha Podre – 1816. Transcrito pelo Prof. Pedro Coutinho, Uberaba, 09.12.2004. Arquivo Público de Uberaba.

GÓIS DE ARANHA, Vicente da Costa Taques. Ofício dirigido ao Presidente da Província de São Paulo em 29.11.1819. In: Ordenanças de Itu. Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 55A, maço 55, pasta 3, doc. 104.

MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA.

Caixa 1 – Documentos de Araraquara, documento avulso. Cópia do Ato de Criação da Freguesia de Araraquara, separando-a da de Piracicaba. 09.10.1816.

Caixa 2 - Documentos de Araraquara, pasta 015 – doc. 140. Cópia da Certidão dos Autos de Demarcação da Sesmaria do Santo Antonio do Lageado de propriedade do capitão Domingos Soares de Barros, nos Campos de Araraquara, termo da Villa de Itu, 04.01.1812.

Caixa 2 – Documentos de Araraquara, pasta 015 – doc. 141. Cópia da Carta de Sesmaria a Pedro José Netto, José da Silva e Joaquim Ferreira Netto, de três léguas de terras de testada, e huma de sertão nos Campos de Araraquara, termo da Vila de Itu, 07.11.1811.

Caixa 2 – Documentos de Araraquara, documento avulso. Carta de Afonso d'Escragnolle Taunay a José Ferrari Secondo, 8.11.1940.

Caixa 2 – Documentos de Araraquara, documento avulso. Mapa da Capitania de S. Paulo em 1800 – Escala de 1:3.660.000.

PEDROSO DE BARROS, Luís. Ofício dirigido a d. Rodrigo César de Meneses em 02.05.1724. In: Ordenanças de Itu. Arquivo Público do Estado de São Paulo, caixa 55, maço 55, pasta 1, doc. 9.

SECONDO, José Ferrari. Livros de recortes sobre a história de Araraquara. Arquivo Público Municipal Prof. Rodolpho Telarolli, Araraquara, 15 caixas – livros 1 a 19.

SECONDO, José Ferrari. Estudos sobre a história de Araraquara. Museu Histórico e Pedagógico Voluntários da Pátria, Araraquara, Caixa Documentos de Araraquara, documento avulso.

Fontes Impressas.

ACUNÃ, Cristobal de. **Descobrimento do rio das Amazonas**. Coleção Brasileira, vol. 203. São Paulo: Nacional, 1941.

BARBOZA DE SÂ, Joseph. Relação das povoaçoens do Cuyabá e Mato grosso de seos princípios thé os presentes tempos. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol. 23, p. 5-58, 1904.

BARROS, Manoel de. Notícia 7ª Prática –Roteiro verdadeiro das Minas do Cuiabá, e de todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varradouros, e descarregadouros das canoas, que navegam para as ditas minas, com os dias de navegação e travessia, que se costumam fazer por mar, e por terra. In: TAUNAY, Afonso. **Relatos monçoneiros**. 2. ed. São Paulo: Livrara Martins Editora, 1976, p. 141-147.

_____ Entrada no Rio Grande que vem das Minas Gerais, e com os mais, que nele entram, se unem ao Paraguai, e formam ambos o Rio da Prata. In: TAUNAY, Afonso. **Relatos monçoneiros**. 2. ed. São Paulo: Livrara Martins Editora, 1976, p. 148-159.

BETENDORF, João Felipe de. Chronica da missão dos padres da companhia de Jesus. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, vol. 72, 1910.

BRAGA, Alferes Peixoto da Silva. Notícia 1^a. prática que da ao P. M. Diogo Soares o Alferes Peixoto da Silva Braga, do que se passou na primeira bandeira, que entrou ao descobrimentos das Minas dos Guayazes até sair na cidade de Belém do Grão Pará. In: TAUNAY, Afonso d'E. **Relatos sertanistas**. 2^a. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p. 121-137.

CALDAS, João Augusto. **Memória histórica sobre os indígenas da Província de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Moraes e Filhos, 1887.

CAMELLO, João Antonio Cabral. Notícias práticas das Minas de Cuiabá e Goiasés, na Capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao reverendo Padre Diogo Soares, o capitão João Antonio Cabral Camello, sobre as viagens que fez às minas de Cuiabá em 1727. In: TAUNAY, Afonso d'E. **Relatos monçoneiros**. 2^a ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976. p. 114-123.

CAMPOS, Antonio Pires de. Breve notícia do gentio bárbaro que há na derrota das minas de Cuiabá e seu recôncavo, na qual declara-se os reinos [...] In: TAUNAY, Afonso d'E. **Relatos sertanistas**. 2^a ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, p. 181-200.

CARDIM, Fernão. **Tratado da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980.

CARVAJAL, Gaspar de. **Relación del nuevo descubrimiento del famoso rio Grande que descubriu por muy ventura el Capitan Francisco de Orellana**. Tradução de Mello Leitão. Coleção Brasileira, vol. 203. São Paulo: Nacional, 1941.

CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

CASTELNAU, Francis. **Expedições às regiões centrais da América do Sul**. Coleção Brasileira, vol. 266 – A Tomo II. São Paulo: Nacional, 1949.

CÉSPEDES XERIA, Luis de. Carta do capitão general governador do Paraguay, Don Luiz de Céspedes Xeria a Felipe IV sobre a sua navegação no Tietê e no Paraná (1628). In: TAUNAY, A. **Relatos monçoneiros**. 2. ed. São Paulo: Livrara Martins Editora, 1976, p. 92-97.

COELHO, Felipe José Nogueira. Memórias chronológicas da Capitanis de Mato-Grosso principalmente da Provedoria da Fazenda Real e intendência do ouro. Revista trimestral de história e geographia – **Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro, vol.13, n. 18, p. 18-119, 2 trimestre de 1850.

COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADA DE FERRO. **Álbum Ilustrativo da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (1868 – 1918)**. São Paulo: s/e, 1918.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Tomo 1, vol. 1, 6^a ed. São Paulo: Martins, Brasília:INL, 1975.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, volumes 2, 3, 4, 6, 7, 9, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 32, 33, 44, 55, 65, 66. São Paulo: Imprensa do Estado.

FLORENCE, Hércules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. São Paulo: Cultrix/EDUSP. 1977.

GODOY, Joaquim Floriano de. **A Província de S. Paulo** – trabalho estatístico, histórico e noticioso. São Paulo: Governo do Estado, coleção Paulística, vol. XII, 2^a. ed., 1978.

HERIARTE, Maurício. Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupa e rio das Amazonas. In: VARNHAGEN, Francisco. **História geral do Brasil**, vol. 3. 8^a ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975. p. 171-190.

JARDIM, Ricardo José Gomes. Creação da Diretoria dos Índios na Província de Mato Grosso (officio dirigido ao Governo Imperial pelo presidente da sobredita Província o Exmo. Sr. coronel Ricardo José Gomes Jardim). **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, vol. 9, 1847, p. 548-554.

JUZARTE, Theotônio José. Diário de Navegação do rio Tietê, rio Grande Paraná, e rio Guatemi em que se dá relação de todas as coisas mais notáveis destes Rios, seu curso, sua distâncias, e de todos os mais rios, que se encontram, Ilhas, perigos, e de tudo o acontecido neste Diário, pelo tempo de dois anos e dois meses. Que principia em 10 de Março de 1769. In: TAUNAY, A. **Relatos monçoneiros**. 2. ed. São Paulo. Livrara Martins Editora. 1976. p. 217- 273.

LACERDA E ALMEIDA, Francisco José. **Diário de viagem pelas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo, de 1780 a 1790**. São Paulo: Typographia Costa da Silveira, 1841.

LEITE, Serafim (org). **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil** (1538 – 1563). São Paulo, comemoração do IV centenário da cidade de São Paulo, 1954.

LEVERGER, Augusto de. Breve memória relativa à chorographia de Mato Grosso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 28, p. 129-155, 1864.

LOURENÇO DE ARAÚJO, Domingos. Notícia 3ª prática dada pelo Capitão mor Domingos Lourenço de Araújo ao Reverendo padre Diogo Soares sobre o infeliz sucesso, que tiveram no rio Paraguai as tropas que vinham de S. Paulo no ano de 1730. In: TAUNAY, A. **Relatos monçoneiros**. 2. ed. São Paulo. Livrara Martins Editora. 1976. p.134-137.

MACHADO D'OLIVEIRA, José Joaquim. **Quadro histórico da Província de São Paulo**. 2 ed. São Paulo:Typografia Brasil. 1897.

ORDONHES, Diogo de Toledo Lara e. Carta de um passageiro da monção (1784). In: TAUNAY, A. **Relatos monçoneiros**. 2. ed. São Paulo. Livrara Martins Editora. 1976. p. 203-214.

REBELO, Gervásio Leite. Notícia 6 prática e relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de SãoPaulo para as minas de Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses, governador e capitão general da Capitania de São Paulo e suas minas descobertas no tempo de seu governo, e nele mesmo estabelecidas. In: TAUNAY, A. **Relatos monçoneiros**. 2. ed. São Paulo. Livrara Martins Editora. 1976. p. 101-113.

Repertório das Sesmarias Concedidas pelos Capitães de São Paulo (1721 – 1821), vols. 4 e 6. São Paulo: Tipografia Globo, 1944.

ROLIM, Antonio. Relação da viagem que fez o conde de Azambuja, d. Antonio Rolim, da cidade de São Paulo para a cidade de Cuiabá. In: TAUNAY, A. **Relatos monçoneiros**. 2. ed. São Paulo. Livrara Martins Editora. 1976, p.182-202.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem à Província de São Paulo**. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

SÁ E FARIA, José Custódio de. Diário de viagem que fez o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria da cidade de S. Paulo à praça Nossa Senhora dos Prazeres do rio Iguatemi (1774 – 1775). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro vol. 39, 1876.

SILVA, Antonio José da. Uberaba - história topographica da Freguezia de Uberaba. In: **Revista do Archivo Publico Mineiro**, Ouro Preto: Imprensa Official de M. Geraes, anno 1 – fascículo 2 – abr.-jun. 1896, p.339-346.

SEQUEIRA, Joaquim da Costa. Compendio histórico chronológico das notícias de Cuyabá, repartição da Capitania de Mato-Grosso desde o principio do anno de 1778 até o fim do anno de 1817. Revista trimestral de história e geographia, **Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, vol. 13, n.17, p. 5-124, 1 trimestre de 1850.

SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brazil em 1587. In: **Boletim Geográfico**, Conselho Nacional de Geografia – IBGE, ano XXIII, n. 182, set. out. 1964.

TAQUES, Pedro. **Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania (1597-1772)**. São Paulo: Livraria Martins Editora. s/d.

VALMASEDA, Carlos de los Rios. Noticia 4ª. Prática vinda da cidade do Paraguai à nova Colônia de Sacramento com aviso de venda, que fizeram os Paiaguas dos cativos portugueses naquela mesma cidade. 04.11.1730. In: TAUNAY, A. **Relatos monçoneiros**. 2. ed. São Paulo. Livrara Martins Editora. 1976, p.138-140.

VASCONCELOS, Simão. **Crônica da Companhia de Jesus**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes/NL/MEC, 2 vols., 1977

VASCONCELOS, Diogo, **História antiga das Minas Geraes**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

ZALUAR, Augusto Emílio. **Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)**. São Paulo: Livraria Martins, 1954.

Bibliografia.

ABREU, J. Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1930.

AB'SABER, Azis Nacib. A terra paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, p. 5-38, jul. 1956.

AFONSO, Marisa Coutinho. A ocupação dos grupos caçadores - coletores pré-históricos no vale médio do rio Pardo (estado de São Paulo). **Revista de Pré-história**. São Paulo, vol. 7, p. 69-88, 1989.

AGUIAR, Aparecida J. G. **Araraquara – aspectos de sua história**. Jaboticabal: Gráfica Santa Teresa, 2003.

ALLAND Jr., A. Adaptation, **Annual Review Anthropology**, n. 04, p. 59-73, 1975.

ALCÂNTARA MACHADO. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

ALMEIDA, Nelson M. de (org). **Álbum de Araraquara**. São Paulo: Empresa O Papel Ltda. 1948.

ALTENFELDER SILVA, Fernando. Arqueologia Pré-Histórica da região de Rio Claro, **Pré-História Brasileira**. Instituto de Pré-História da USP. Empr. Gráfica Revista dos Tribunais. 1968.

ALVES, Márcia Angelina. Pré história paulista. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 mai. 1999. 3º. caderno – Cotidiano, p. 1-2.

ALVES, Márcia A & CALLEFFO, Myriam E. V. Sítio de Água Limpa, Monte Alto – São Paulo – estrutura de combustão, restos alimentares e padrões de subsistência. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, vol. 06, p.123-140, 1996.

ALVES, Márcia A & CHEUICHE MACHADO, L. M. Estruturas arqueológicas e padrões de sepultamento do sítio de Água Limpa, município de Monte Alto – São Paulo. In: Anais da VII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, **Coleção Arqueologia** n. 01, vol. 02, p.295-310, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995/96.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Viagem mineralógica na província de São Paulo. In: FERREIRA, José Francisco. **Dicionário geográfico das minas do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

ANGYONE COSTA, João. **Introdução à arqueologia brasileira**, 3 ed. Série Brasiliana. São Paulo: Nacional, 1959.

ARAUJO, A G. Melo. **Caçadores – coletores pré históricos do alto Taquari, Estado de São Paulo: abordagem geoarqueológica**, 1995. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo.

ASSIS, Cecy Fernandes de. **Ñe’e ryru avañe’e – Palavras guarani**. Projeto Karumbe. São Paulo: Própria, 2000.

ASSIS CINTRA. **Araraquara. O município, a cidade e o povo**: Monografia Ilustrada de Araraquara. São Paulo: Casa Duprat e Casa Mayença Reunidas,. 1928.

AYTAI, Desidério. As gravações rupestres de Itapeva. **Revista da Universidade Católica de Campinas**, vol. 14, n. 33, p. 29-61. Campinas, 1970.

_____. Deformação na ossada dos tupi guarani do Mogi-guaçu. **Publicação do Museu Histórico de Paulínia**, n. 61, p. 29-35, Paulínia, maio 1994.

AZEVEDO MARQUES, Manuel E. de. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo**. 2 vols. Biblioteca Histórica Paulista. São Paulo. Livraria Martins. 1954.

BALDUS, Hebert. **Tapirapé, tribo tupi no Brasil central**. Coleção Brasileira, vol. 17. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1970.

BALÉE, Willian. Análise preliminar do inventário florestal e etnobotânico Ka'apor (Maranhão). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, série botânica,. vol. 2, p.141-167. 1986.

_____. The culture of Amazonian forest. **Advances in Economic Botany**, New York, 07, p. 1-21, 1989.

BALÉE, W.; GELY, A. Managed Forest Succession in Amazonia: The Ka'apor Case. **Advances in Economic Botany**, New York, 07, p. 129-158, 1989.

BANDECCHI, Brasil et al. **Novo dicionário de história do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BARBOSA, Alexandre de Souza; BERNARDES, Silvério J. **A estrada do Anhanguera**. Uberaba: Typographia Jardim e Cia, 1911.

BECKERMAN, Stephen. A Amazônia estava repleta de gente em 1492? In: NEVES, Walter Alves (org.) **Adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia**. Coleção Emílio Snethage. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1990, p. 143-160.

BELTRÃO, Maria da Conceição de M. Quelques données nouvelles sur les sites préhistoriques de Rio Claro, état de São Paulo. Congresso Nacional de Americanistas, **Actas**, vol. 1, p. 445-450, 1966.

_____. Datações arqueológicas mais antigas do Brasil. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, vol. 46, n. 02, p. 211 – 251, 1974.

BELTRÃO, Maria C. et alii. “Sur l’arrivée de l’homme en Amérique: datations par thermoluminescence des silex brûlés du site archéologique d’Alice Boër (Brésil). **Académie des Sciences**. Paris, série II (295), p. 629-632, 1982.

BORDONI, Orlando. **A língua tupi na geografia do Brasil**, 3 vols. Campinas: Gráfica Muto LTA, BANESTADO –Paraná, s/d.

BOSI, Alfredo et al. **Tempo e História**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BRAGA, Cincinato. **Contribuição ao estudo da história e geografia da cidade e município de São Carlos do Pinhal**. Série Documentos, São Carlos: ASSER, dez. 1994.

BRANCO, Samuel M. **Cerrado – origem, natureza e curiosidade**. São Paulo: Moderna, 2000.

BROCHADO, José Joaquim P. A tradição cerâmica tupi-guarani na América do Sul. **Clio**. Recife, vol. 3, p. 117-164, 1981.

_____. A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica.

Dédalo, São Paulo, n. 27, p. 65-82, 1989.

BUENO, Eduardo. **História do Brasil**. São Paulo: Empresa Folha da Manhã, 1997.

BUENO, Silveira. **Vocabulário tupi-guarani – português**, 5 ed. São Paulo: Brasilivros, 1987.

CACERES, Florival. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2000.

CALDARELLI, Solange Bezerra. Pesquisas arqueológicas no interior do estado de São Paulo.

Revista de Pré História, Instituto de Pré História, USP São Paulo, vol. 2, p. 85 – 91, 1980.

_____. Aldeias tupi – guarani no vale do Mogi – Guaçú, estado de São Paulo. **Revista de Pré História**, Instituto de Pré História, USP São Paulo, vol. 5. p. 37 – 124, 1983a.

_____. **Lições da pedra. Aspectos da ocupação pré-histórica no vale médio do rio Tietê**, 1983b. Tese (doutorado em arqueologia). Universidade de São Paulo - USP, São Paulo.

CAMARCK, R. M. Ethnohistory: a review of its development, definitions, methods and aims. **Annual Review Anthropology**, 01, p. 227-246, 1972.

CAMARGO, Theodorico de. **Almanaque-álbum de São Carlos**. São Carlos: Tipografia Artística, 1916.

CARNEIRO, Robert. L A theory of the origin os State. **Science**, vol, 169, p. 733-738, 1970.

_____ Cultivo de coivara entre os Kuikuru e suas implicações para o desenvolvimento cultural da bacia amazônica. **Terra Indígena**, UNESP, Araraquara, ano IV, n. 32, jan. 1985.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Os mortos e os outros**. São Paulo:Hucitec, 1978.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. **Journal de la société des americanistes**, Paris, LXXI, p. 191-208, 1985.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo. ed. Cia das Letras. 1992.

CARVALHO, Edgard A et alli. **Índios no Estado de São Paulo**. resistência e transformação. São Paulo: Yankatu – Comissão Pró Índio, 1984.

CARVALHO, Marivaldo Aparecido. Os nômades, etno-história Kaingáng e seu contexto: São Paulo 1850 – 1912. um livro a ser publicado pela EDUNESP. In: **Terra indígena**, Boletim do Centro de Estudos Indígenas, UNESP, Araraquara, ano XI, n. 70. p. 12-18, 1994.

CARVALHO, Silvia M. S. de. A cerâmica e os rituais antropofágicos. **Revista de Antropologia**. USP, São Paulo, vol. 26, p. 39-52, 1983.

_____ O trickster como personificação de uma práxis. **Perspectivas**, UNESP, São Paulo, n. 8, p. 177–187, 1985.

_____ O desenvolvimento do conceito de propriedade. In: **Terra indígena**, Boletim do Centro de Estudos Indígenas, UNESP, Araraquara, ano V, n. 42. p. 07-27, 1986.

_____. Chaco: Encruzilhada de Povos e 'melting pot' cultural, suas relações com a bacia do Paraná e Sul mato-grosense. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. Manuela (org).

História dos índios no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 431-456.

_____. A morte heróica do guerreiro. In: VARIOS AUTORES, **Rituais indígenas brasileiros**, São Paulo: CPA, 1999, p. 7 – 15.

CASTRO, Franklin (org). **Almach-album de São Carlos.** São Carlos: Typographia Artística, 1916 - 1917.

CATHARINO, Eduardo Luís Martins. Árvore do mês. **Araucária.** Disponível em <<http://www.cotianet.com.br/jornalatuante/mato19.htm>>. Acesso em: 21 jun 2001.

CHERNELA, Janet. Pesca e hierarquia tribal no alto Uaupés. In: RIBEIRO, Berta (org). **Suma etnológica brasileira**, vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 235-250.

CIONE, Rubem. **História de Ribeirão Preto.** Ribeirão Preto: IMAG, 2^a. ed., 1989.

CLARO, Waldo. **Jaú – a semente e a terra.** Jaú: edição comemorativa do 90^o. aniversário do Jornal Comércio do Jahu, 1998.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Mapa: Ribeirão Preto** (Folha Ribeirão Preto), 1926.

Costa, João Anygone. **Introdução à arqueologia brasileira.** 3^a. ed. São Paulo: Nacional, 1959.

CORRÊA Ana Maria Martinez. **História social de Araraquara (1817-1920)**. 1967. 419 f. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade de São Paulo. São Paulo.

CORRÊA, Pio Lourenço. **Monografia da palavra Araraquara**. Estudo histórico-lingüístico do nome da cidade de Araraquara. São Paulo. ed. Fernando Camargo e Cia Ltda. 1937.

COUTINHO, Leopoldo Magno. O cerrado e a ecologia do fogo. **Ciência hoje**. SBPC, vol. 12, n. 68, p. 22-30, nov. 1990.

COUTO DE MAGALHÃES. **O selvagem**. Edição prefaciada e revista pelo sobrinho do autor Dr. Couto de Magalhães. São Paulo, Rio de Janeiro: Livraria Magalhães, 1913.

DÉSCOLA, Philippe. **La nature domestique** – symbolisme et praxis dans l’écologie des Achuar. Paris: Maison des Sciences de l’Homme, 1986.

_____ Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **Mana**, UFRJ - Rio de Janeiro, vol. 4, n. 1, p.23-45, abr. 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Anna. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DINIZ, Edson Soares. Uma reserva indígena no centro-oeste paulista – aspectos das relações interétnicas e intertribais -. **Coleção Museu Paulista**, série etnologia, vol. 3. São Paulo: USP, 1978.

DUFOR, Darna. Nutrition in the northwest amazonian. In: HAMES, R.; VICKERS, W. (org). **Adaptative responses of native Amazonians**. New York: Academic Press, 1983, p. 329-355.

_____ Insect as food: a case study from the northwest Amazonian. **American Anthropologist**, n. 89, p. 383-397, 1987.

DURKHEIM, Emile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, José Albertino. **Durkheim**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 1. São Paulo: Ática, 1978, p.183 –203.

EDEN, M. et alii. Terra preta soils and their archeological context in the Caqueta basin of SE Colombia. **American Antiquity**, vol. 49, n. 1. p.125-140, 1984.

ELLIS Jr., Alfredo. **O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano**. São Paulo: Nacional, 1936.

FACCIO, N. B. **Estudo do sítio arqueológico Alvim do contexto do Projeto Paranapanema**. 1992. Dissertação (Mestrado em arqueologia) Universidade de São Paulo, São Paulo.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In; CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p.381-396.

_____. **Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia**. São Paulo: EDUSP, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambá**. São Paulo: Difel. 1958.

_____. **A função social da guerra na sociedade Tupinambá**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1970.

FERRAZ, Maria Cecília B. **São Carlos do Pinhal**. São Paulo: Cúpulo Ltda, 1955.

FOLEY, R. **Apenas mais uma espécie única**. São Paulo: EDUSP, 1993.

FOLHA DE SÃO PAULO. Em Araraquara descoberta mais duas urnas mortuárias indígenas. **Folha de São Paulo**, Quinta feira, 06.abr.1972.

FRANÇA, Antonio M. (org) **Álbum de Araraquara**, sob os auspícios da Câmara Municipal. São Paulo: João Silveira, 1915.

FREITAS, Afonso A.de. **Os Guaianás de Piratininga**. Rio de Janeiro: Tip. Laemmert & Cia, 1910.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 23 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

FRIKEL, Protásio. Agricultura dos índios Mundurukú. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 4, 1959.

_____. Áreas de arboricultura pré-agrícola na Amazônia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 21, 1ª. parte, p. 45-52, 1978.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, 21 ed. São Paulo: Nacional, 1986.

GALLOIS, Dominique. **Ka'a ete: Waiãpi, povo da floresta**. São Paulo: Acervo Plínio Ayrosa, FFLCH – USP, 1989.

GALVÃO, Eduardo. **Encontro de sociedades** – índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro:Zahar, 1979.

GIANNINI, Isabelle Vidal. O conhecimento indígena da natureza. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís Donisete B. (org). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 206-207.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GIRALDIN, Odair. **Cayapó e Panará – luta e sobrevivência de um povo Jê do Brasil central**. Campinas: UNICAMP, 1997.

GODELIER, Maurice. **Horizontes da antropologia**. Lisboa: Edições 70/Perspectivas do homem, s/d.

GODOY, Manuel Pereira de. **Los extinguidos paingüá de la cascada de Emas**. Instituto de Arqueología, Lingüística e Folklore “Dr. Pablo Cabrera”. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1946

_____ **Contribuição à história natural e geral de Pirassununga**, vol. 1. Pirassununga: Publicação oficial da Prefeitura de Pirassununga, 1974.

_____ O vale e a bacia do rio Grande – passado e presente. **Destaque IN**, Pirassununga, ano 8, n. 46, encarte especial, jul/ago 2002.

GONZÁLEZ, Erika M.R. Problemática arqueológica da ocupação de grupos ceramistas no Vale do Paranapanema. **Terra Indígena** – Boletim do Centro de Estudos Indígenas “Miguel A Menéndez”, UNESP, Assis ano XV, n.81, p.14-41, mar. 2000.

GUIDON, Niède. As ocupações pré históricas do Brasil (exetando a Amazônia)”. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). **História dos índios no Brasil**. SP: Cia das Letras, 1992. pp: 37-52

HARRIS, Marvin. The cultural ecology of the indian’s cattle. **Current Anthropology**, vol. 07, n. 01, p. 51-66, 1966.

HILL, Jonathan. (org). **Rethinking history and myth – indigenous south american perspective on the past**. Chicago: Univ. of Illinois Press, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HISTÓRIA do Brasil, vol. 1. Rio de Janeiro: Bloch editores, 1972.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geografia do Brasil - Região Sudeste**. Rio de Janeiro:Diretoria Técnica, 1977.

_____ Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes adaptado de Curt Nimuendaju (1904). Brasília; SPHAN, Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1980 (1:5.000.000).

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Mapa geomorfológico do estado de São Paulo**, Monografias, vol. 1, n. 5 e 6. Divisão de Minas e Geologia Aplicada – IPT. USP/São Paulo, 1981.

ISAAC, Paulo A M. Terena de Mato Grosso – da expropriação à periferia da cidade. **Terra Indígena** – Boletim do Centro de Estudos Indígenas “Miguel A Menéndez” –UNESP, Assis, ano XV, n.81, p. 108-143, mar. 2000.

JUNDIAÍ, Prefeitura Municipal de. **A história de Jundiaí** – a formação econômica e social. Perspectivas e realidades. Expo Municipal, 3ª. edição, s/d.

KERN, D. C. **Características pedológicas de solos com terra preta arqueológica na região de Oriximina, Pará**. 1988. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.

KOK, Maria de Glória Porto. **O sertão itinerante**: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. 1998, 422 f. Tese (doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo.

LAGES, José Antonio Corrêa. **Ribeirão Preto**: das origens à atualidade. Produção de Heluany Dias – apoio COC Sistema de Ensino. Ribeirão Preto, 2004, -1 cd-rom.

LARAIA, Roque de Barros. **Tupi**: índios do Brasil atual. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

LATHRAP, D. La economia de cazadores de la selva tropical de Sur América. Un ensayo de perspectiva histórica. **Boletín informativo de antropología**, Caracas, n. 7, p. 151-202, 1970.

_____ **O alto Amazonas**. Lisboa: Verbo, 1975.

LEACOCK, Seth. Economic life of Mawé Indians. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, nova série – Antropologia, n. 19, 1964.

LEAKEY, Richard. **A origem da espécie humana**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs). **História**: novos problemas, 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LEITE, Aureliano. **São Francisco de Paula de Ouro Fino das Minas Gerais**. São Paulo: Empresa Gráfica, 1941.

_____ **A história de Sam Pavlo em breve resumo chronológico desde MD a MCMXXX.** São Paulo: Livraria Martins, 1944.

LEMOS, Alberto. **História de Araraquara.** edição do Museu Histórico Pedagógico "Voluntários da Pátria" e Prefeitura Municipal de Araraquara. São Paulo: Typografia Fonseca,. s/d.

LÉVI-STRAUSS, C. **El pensamiento salvaje.** México: Fondo de cultura económica, 1964.

_____ **Lo cru y lo cozido –** Mitológicas, vol 1. México.:Fondo de cultura económica, 1968.

_____ **Totemismo hoje.** Petrópolis: Vozes, 1975.

_____ Guerra e comércio entre os índios da América do Sul. In: SCHADEN, Egon (org). **Leituras de etnologia brasileira.** São Paulo: Cia Nacional, 1976, p. 325-339.

_____ **Mito e significado.** Lisboa: Edições 70/Perspectivas do homem, 1985.

_____ **Antropologia estrutural.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____ **Antropologia estrutural dois.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989b.

LIMA, J.F.T. **A ocupação da terra e a destruição dos índios da região de Bauru.** 1978. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH – Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOPES DA SILVA, Aracy. Dois séculos e meio de história Xavante. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). **História dos índios no Brasil,** São Paulo: Cia das Letras, 1992. pp: 357-378.

LOUKOTKA, Cestmir. Os índios Kukura do rio Verde – Mato Grosso. **Terra Indígena**. Boletim do Centro de Estudos Indígenas, UNESP – Araraquara, ano VIII, n. 59, p. 46-49, 1991.

MANO, Marcel. **Etnohistória e adaptação Mawé**: uma contribuição para a etnografia Tupi da área Madeira - Tapajós, 1996. Dissertação (mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Os campos de Ara Coara: um ensaio de perspectiva etnohistórica. **UNIARA**, Revista do Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, ano II, n.03, p: 13-37, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MAUSS, Marcel. **Antropologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 11, organização de Roberto Cardoso de Oliveira, São Paulo: Ática, 1979.

MAXIMINO, Eliete P. B. **Sítios com pedrneiras no vale médio do rio Tietê**: um estudo de arqueologia histórica, 1985. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAYBURY – LEWIS, David. (ed.) **Dialectical societies**. The Gê and Bororo of central Brazil. Cambridge: Havard University Press, 1979.

_____. Algumas distinções cruciais na etnologia do Brasil central. In: **Terra indígena**, Boletim do Centro de Estudos Indígenas, UNESP, Araraquara, ano IV, n. 36. p. 06-33, 1985.

MEGGERS, Betty; EVANS, Cliford. A reconstituição da pré história amazônica. **Paleoclimas**, Revista do Instituto de Geografia, USP - São Paulo, p.1-19, 1974.

MEGGERS, Betty. **Amazônia. A ilusão de um paraíso**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977

MEILLASSOUX, Claude. Pesquisa de um nível de determinação na sociedade cinegética. In: CARVALHO, Edgard de Assis (org). **Antropologia econômica**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978, p. 85-100.

MELIÁ, Bartolomeu. **Tupi e Guarani: memória do futuro**. Trabalho apresentado na Ameríndia 2000 – 500 anos de Brasil, UNIARA – UNESP, Araraquara, 2000.

MELLO MOTA, L. T. **As guerras dos índios Kaingang no Paraná (1769 – 1924)**. Maringá: Ed. da Universidade Federal de Maringá, 1994.

MELLO NÓBREGA. **História de um rio (o Tietê)**. São Paulo: Livraria Martins, 1948.

MELO, Ediberto de Oliveira. **Raízes do militarismo paulista**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1982.

MENÉNDEZ, Miguel A. Uma contribuição para a etnohistória da área Madeira – Tapajós. **Revista do Museu Paulista**, USP São Paulo, n.s., n 28, p. 289-388, 1981/82.

_____. **Os Kawahiwa**. Uma contribuição para o estudo dos Tupi centrais, 1989. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de São Paulo, São Paulo.

MENSAGEIRO. **Ameríndia ontem e hoje**. Belém, estudo n. 4, ed. n. 52, jul. ago. 1988, 191 p.

METRAUX, Alfred. Lês migrations historiques dês tupi-guarani. **Jornal de la société des americanistes**, Paris, n.s., XIX, p. 1-45, 1927.

_____ **La civilización matérielle des tribus Tupi – Guaraní.** Paris: Librairie orientaliste Paul Geuthner, 1928.

_____ **A religião dos Tupinambás e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis**, 2 ed. São Paulo: Nacional; EDUSP, 1979.

MILLER, Eurico Theófilo. Resultados preliminares das escavações no sítio pré cerâmico RS-LN-1; Cerrito Dalpiaz (abrigo sob rocha). **Iheringia**, Porto Alegre, série Antropologia, vol 1, no. 43, p. 43-112, 1969.

MYAZAKI, N.; AYTAL, D. **A aldeia pré-histórica de Monte Mor.** Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1974.

MONTEIRO, John. Celeiro do Brasil: escravidão indígena e a agricultura paulista no século XVI. **História**, n.07. 1988. pp:01-12.

_____ De índio a escravo – a transformação da população indígena em São Paulo no século XVIII. **Revista de antropologia**, São Paulo, vol. 30/31/32, p. 151-174, 1989.

_____ Os escravos índios no século XVII: alguns aspectos demográficos: **Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**, n 05, p. 11-18; 1989/90.

_____ Brasil indígena no século XVI: dinâmica histórica tupi e as origens da sociedade colonial. **Ler História**, n.19, p. 01-103, 1990.

_____. Os guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI – XVII. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). **História dos índios no Brasil**, São Paulo: Cia das Letras, 1992. pp: 475-498.

_____. Tupis, tapuias e a história de São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo: CEBRAP, nov. 1992b, p. 125-135.

_____. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1994a.

_____. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luis Donisete B. (org) **Índios no Brasil**. Brasília: MEC, 1994b, p. 105-120.

_____. **Tupis, Tapuias e Historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de livre docência. Campinas, UNICAMP, 2001. Disponível em: <http://venus.ifch.br/ihb/estudos>. Acesso em: 16.08.2005.

MORAIS, José L. Arqueologia da região sudeste. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 194-217, dez. 1999 - fev. 2000.

MORÁN, Emílio F. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis. ed. Vozes. 1990.

MOREIRA, E. Análise dos restos de alimentos de origem animal – Programa arqueológico de Goiás, recolhidos nas escavações do abrigo GO-JA-01. **Anuário de divulgação científica**, Goiana, vol. 10, p. 98 – 112, 1981-1984.

MYAZAKI, N.; AYTAL, D. A aldeia pré histórica de Monte Mór. **Publicação avulsa da Pontifícia Universidade Católica de Campinas**, Campinas, 1974.

NEME, Mário. **História da fundação de Piracicaba**. 2 ed. Piracicaba: Franciscana – Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1974.

_____ Dados para a história dos índios Caiapó. **Anais do Museu Paulista**, n. 23-USP, São Paulo, 1969. p. 101-147.

NEVES, Ary Pinto das. **O jardim público de São Carlos do Pinhal**. São Carlos: Fundação Theodoreto Souto, EESC – USP, 1983.

NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luis Donisete B. (orgs) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 171-192.

NIMUENDAJÚ, Curt. The Maué and Arapiun. In: STEWARD, Julian (org) **Handbook of South American indians**, vol. 3. Washington, Bureau of American Ethnology, Bulletin 143, 1948, p. 245-254.

_____ A habitação dos Timbira. In: SCHADEN, Egon (org) **Leituras de etnologia brasileira**. São Paulo: Nacional, 1976, p. 44-60.

_____ **Textos indigenistas**. São Paulo: Loyola, 1982.

NOELLI, Francisco Silva. Índios, jesuítas, bandeirantes e espanhóis no Guairá durante os séculos XVI e XVII. In: **Revista Geonotas** – Departamento de Geografia – Universidade Estadual de Maringá, vol. 3, n. 3, jul.-ago.-set. 1999. Disponível em <http://www.dge.uem.br/geonotas/vol3-3/noelli.htm>. Acesso em: 30.08.2002.

NUNES PEREIRA, Manuel. **Os índios Maués**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.

OLIVEIRA, J. E.; VIANA, S. A. O centro oeste antes de Cabral. **Revista USP - Arqueologia Brasileira I**. São Paulo, vol. 44, p. 142-189; dez 1999, jan/fev. 2000.

OLIVEIRA, Priscila E. de. A política indigenista na República – a experiência Xokleng. **Terra Indígena** – Boletim do Centro de Estudos Indígenas “Miguel A Menéndez” –UNESP Assis, ano XV, n.81, p. 82-106. mar. 2000.

OLIVEIRA, Solange. **A questão étnica no discurso arqueológico**. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Reconstrução de Identidades – Ameríndia 2003. UNESP, Araraquara, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & identidade nacional**, 4. ed. São Paulo: brasiliense, 1994.

PALLESTRINI, Luciana. Camargo 76 – Município de Piraju, Estado de São Paulo, **Revista do Museu Paulista**, USP, São Paulo, nova série, vol. XXIV, p. 83-110, 1977.

_____ Cerâmica há 1500 anos, Mogi Guaçu, Estado de São Paulo. **Revista do Museu Paulista**, USP, São Paulo, nova série, vol. XXVIII, p. 115-129, 1981/1982.

PALLESTRINI, Luciana; CHIARA, F. Indústria lítica de Camargo 76 – Município de Piraju, Estado de São Paulo. **Coleção do Museu Paulista**. Série ensaios 2 – USP, São Paulo. 1978.

PAZINATO, Renato Parada. Uma segunda igaçaba de Capivari. **Publicação do Museu Municipal de Paulínia**, n. 23, p. 1-8, Paulínia, 1983.

PEREIRA, Maria Augusta et alii. Uma igaçaba de Capivari. **Publicação do Museu Municipal de Paulínia**, n. 21, p. 1-14, Paulínia, 1982.

PERIDES, Paulo Pedro. **Um exemplo de organização territorial** – a sub região de Jaú (1830 – 1930), 1980. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

PINHEIRO, Niminon S. **Os nômades: etno-história Kaingang e seu contexto** – São Paulo, 1850 à 1912, 1992. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual Paulista, Assis.

_____ Maneiras de perceber o mundo: o sincronismo homem e natureza entre os índios Kaingáng. In: **Terra indígena**, Boletim do Centro de Estudos Indígenas, UNESP, Araraquara, ano XI, n. 70. p. 19-25, 1994.

_____ **Identidade Kaingang**. Trabalho apresentado na Mesa redonda “Reconstrução de Identidades” - Ameríndia 2003. – Centro de Estudos Indígenas Miguel Angel Menéndez – UNESP – Araraquara, 2003.

PORRO, Antonio. **As cônicas do rio Amazonas** – tradução, introdução e notas etno-históricas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____ **O Povo das Águas** - ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis. ed. Vozes. 1996.

POSEY, Darrell. Manejo da Floresta Secundária, Capoeiras, Campos e Cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Berta. (org). **Etnobiologia - Suma Etnológica Brasileira**. vol. 1. Petrópolis. ed. Vozes. 1986a. p.173-188.

_____ Etnoentomologia de tribos indígenas da Amazônia. In: : RIBEIRO, Berta. (org). **Etnobiologia - Suma Etnológica Brasileira**. vol. 1. Petrópolis. ed. Vozes. 1986b. p 251-272

PRADO Jr., Caio. **Evolução política do Brasil (colônia e império)**. 16 ed. São Paulo: brasiliense, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. **Araraquara**: antecedentes históricos. Assessoria de Planejamento, jun. 1975.

_____ **Dados sobre o município de Araraquara.** Biblioteca Pública Municipal "Mário de Andrade" (seção de Obras Raras, código 981.41 Di 21), s/d.

PREZIA, Benedito. **Os indígenas do planalto paulista:** etnônimos e grupos indígenas nos relatos dos viajantes, cronistas e missionários dos séculos XVI e XVII, 1997, 254 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade de São Paulo, São Paulo.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira.** Brasília, ed. da UNB, 1992.

PUTONI, Pedro. Tupi ou não Tupi? Uma contribuição ao estudo da etnohistória dos povos indígenas do Brasil colônia. In: RISÈRIO, Armando (org.) **Invenção do Brasil.** Salvador: MADE, 1997, p. 49-55 (disponível também em www.biblio.utpe.br).

RADCLIFFE-BROWN, Arnold. O método comparativo em antropologia social. In: MELATTI, Julio César (org). **Radcliffe- Brown**, coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 3. São Paulo: Ática, 1978, p. 43-58.

RAPPAPORT, Roy. **Pigs for the Ancestors** - Ritual in the Ecology of a New Guinea People. New Haven: Yale Univ. Press 1967.

_____ Ecosystems, Populations and People. In: MORÁN, Emílio. F. (org). **The ecosystem approach in anthropology.** From concept to practice. Michigan: University. of Michigan Press. 1990. p. 41-72.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização** – a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6^a. ed., 1993.

_____ **O Povo Brasileiro.** A Formação e o Sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____ Sobre a mestiçagem no Brasil. In: SCHWARCZ, Lilia M.; QUEIROZ, Renato da S. (orgs). **Raça e diversidade**. São Paulo: EDUSP, 1996, p.187-211.

RIBEIRO, Berta. A contribuição dos povos indígenas à cultura brasileira. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luis Donisete B. (orgs) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995a, p. 197-220.

RODRIGUES, Ayron Dall'Igna. A classificação do tronco lingüístico Tupi. **Revista de Antropologia**. USP – São Paulo, vol 12, n.1, 2. jun. e dez. 1964.

_____ **Línguas brasileiras** – para o conhecimento das línguas indígenas, 2 ed. São Paulo: Loyola, 1994.

RODRIGUES, Edith P. **Informações históricas sobre S. Paulo**. São Paulo. Livraria Editora Martins. 1956.

RODRIGUES, Robson Antonio. **Refletindo o passado pré-histórico de Araraquara**. Trabalho apresentado na Semana do patrimônio histórico e arquitetônico de Araraquara. Prefeitura Municipal, Araraquara, 2003.

RODRIGUES, Sônia da S. Tentativas de aldeamentos em Campos Novos do Paranapanema (Sagrado Coração de Jesus da Serra dos Agudos e Catequese). **Terra Indígena** – Boletim do Centro de Estudos Indígenas “Miguel A Menéndez” – UNESP, Assis, ano XV, n.81, p. 43-80. mar. 2000.

ROHR, João Alfredo. Os sítios arqueológicos do planalto catarinense, **Pesquisas**, vol. 24, 30 p. São Leopoldo, 1971.

ROOSEVELT, Anna C. Determinismo ecológico na interpretação do desenvolvimento social indígena na Amazônia. In: NEVES, Walter A. (org). **Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia**. Museu Paraense Emílio Goeldi. SCT/CNPq. Belém, 1991, p. 103-142.

_____ Arqueologia Amazônica. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 53-86.

ROSALDO, Renato. **Ilongot headhunting 1883 – 1974**. A study in society and history. Standford: University Press, 1980.

ROSS, Eric. Food taboos, diet and hunting strategy. The adaptation to animals in Amazon cultural ecology. **Current Anthropology**, vol. 119, n. 1, p. 1-36, 1978.

SAHLINS, Marshall. A primeira sociedade da afluência. In: CARVALHO, Edgard (org). **Antropologia econômica**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978, p. 7-44.

_____ **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SAID, Edward W. **Orientalismo** – o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

SAMPAIO, Theodoro. Os Guaianãs da Capitania de São Vicente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. São Paulo, vol. VIII. s/d.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Os índios Xokleng** – memória visual. Florianópolis: ed. da UFSC; Itajaí: ed. da UNIVALI, 1997.

SCHADEN, Egon. Os primitivos habitantes do território paulista. **Revista de História**. USP - São Paulo, Separata do n. 18, p. 396-411, 1954.

_____ **Aspectos fundamentais da cultura guarani.** São Paulo: EDUSP, 1974.

SCHMIDT, Mário. **Nova história crítica.** São Paulo: nova geração, 1999.

SCHWERIN, Karl H. Aruak, Karib, Jê, Tupi: adaptação cultural e história da cultura na floresta tropical da América do Sul **Terra Indígena**, Boletim do Centro de Estudos Indígenas - UNESP – Araraquara, ano IV, n. 35, p. 6-33, abr. 1985

SECKLER, Jorge. **Almanaque da Província de São Paulo.** São Paulo: Editora Cia Industrial de S. Paulo, 1885.

SETZER, José. Contribuição Fotogeológica para o Reconhecimento do Campo Cerrado e Melhoramento das Pastagens Pobres. **Orientação.** Revista do Instituto de Geografia da USP. São Paulo, p 39-51, set. 1966.

SEVCENKO, Nicolau. As alegorias da experiência marítima e a construção do eurocentrismo. In: SCHWARCS, Lilia M.; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs). **Raça e diversidade.** São Paulo: EDUSP, 1996, p. 113-145.

STEWART, Julian. Culture areas of the tropical Forest. In: _____ **Handbook of South American Indians**, vol 3. Bureau of American Ethnologist, 1948, p. 883-889.

_____ **Theory of cultural change.** Urbana: University Illinois Press, 1955.

SUSNIK, Branislava. **Dispersión tupi-guarani pré-histórica.** Ensayo analítico. Assunción: Museo Etnográfico “Andres Barbero”, 1975.

TAUNAY, Afonso D’Escragnole. **Colletanea de mappas da cartografia paulista antiga**, vol. 1 – Museu Paulista. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

_____ **História das bandeiras paulistas**, 3 ed., 3 vols. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975.

_____ **Relatos monçoneiros**. 2 ed. Biblioteca Histórica Paulista. São Paulo: Livraria Martins Editora. 1976a.

_____ **Relatos sertanistas**. 2 ed. Biblioteca Histórica Paulista. São Paulo: Livraria Martins Editora. 1976b.

TEIXEIRA, Raquel F. A. As línguas indígenas no Brasil. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luis Donisete B. (orgs) **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 291-311.

TEIXEIRA, Sebastião. **O Jahú em 1900**: repositório de dados, informações e documentos para a história de Jahu. Jahu: Oficinas do Correio de Jahu, 1900.

TELAROLLI, Rodolpho. **O poder local na República velha**. São Paulo: Global, 1977.

TERRAIL, Jean P. La production “primitive” et l’histoire. **Cahiers internationaux de sociologie**. Paris, LVII, 1974.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins fontes, 1988.

TOP’TIRO, Adão; TSERETSU, Thiago. **Tsõ’rebtõñã ró hã**: salve o cerrado. Associação Xavante Warã – Aldeia Idzô’uhu – Terra Indígena de Sangradouro. Catálogo de exposição pela preservação do cerrado e da cultura Xavante. São Paulo, jan. 2000.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). **História dos índios no Brasil**, São Paulo: Cia das Letras, 1992. pp. 311 - 338

URBAN, Grég. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (org). **História dos índios no Brasil**, São Paulo: Cia das Letras, 1992. pp: 87-102.

VÁRIOS AUTORES. **Atlas das unidades de conservação ambiental no estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2001a.

VÁRIOS AUTORES. **O estado mundial do uso das terras**. Brasil – florestas de araucária. Food for all - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em <http://agest.org.br/projetos/fao/fa_caraac.html>. Acesso em: 21 jun. 2001b.

VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. **Leituras brasileiras**: itinerários no pensamento social e na literatura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

VICKERS, Willians. The faunal components of lowland South American hunting kills. **Interciencia**, vol. 9, n 6, p. 366-376. 1984.

VIDAL, Lux B. A aldeia Kayapó. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luis Donisete B. (orgs) **A temática indígena na escola**: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 386-387.

VIERTLER, Renate B. **A duras penas**; um histórico das relações entre índios Bororo e “civilizados” no Mato Grosso. São Paulo. FFLCH – USP – série Antropologia, 16, 1990.

_____ Implicações adaptativas do funeral ao processo de mudança social entre os Bororo de Mato Grosso. In. CARVALHO, Silvia et al. **Rituais indígenas brasileiros**. São Paulo: CPA, 1999, p.118-129.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os deuses canibais. **Revista de Antropologia**, USP, São Paulo, vols. 27-8, p. 55-88, 1984 –85.

_____ **Araweté**: os deuses canibais. Rio de Janeiro: Zahar/ANPOCS, 1986.

_____ Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, UFRJ, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 2, p. 115-144, out. 1996.

VON IHERING, Herman. Os Guaianãs e Caingangues de S. Paulo. **Revista do Museu Paulista**, USP, São Paulo, vol. VI, 1904.

_____ A Antropologia no Estado de São Paulo. Separata da **Revista do Museu Paulista**, USP, vol. 1907.

WÁLKER, Ilse. Ecologia e biologia dos igapós e igarapés. **Ciência hoje**, SBPC, vol. 11, n. 64, p. 44-53, jun – jul. 1990.

WÜST, I. **Continuidade e mudança – para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso**, 1990. Tese (doutorado em arqueologia), Universidade de São Paulo, São Paulo.

ZERRIES, Otto. Organização dual e imagem do mundo entre índios brasileiros. In: SCHADEN, Egon (org). **Leituras de etnologia brasileira**. São Paulo: Nacional, 19786, p. 87-126.

APÊNDICE

Aldeias e Destacamentos Bororo existentes em 1816 no sertão situado entre os rios Paranaíba e Grande – Triângulo Mineiro

Fonte: Odorico Costa (s/d) manuscrito depositado no Arquivo Público de Uberaba - MG

ALDEIA	HOMENS	MULHERES	CRIANÇAS	TOTAL
Paranaíba	5	4	4	13
Rio das Pedras	33	31	38	102
São Domingos	27	14	13	54
Estiva	20	23	31	74
Piçarrão	20	10	21	42
Boa Vista	11	14	30	55
Furnas	14	9	12	35
Santana	84	90	88	262
Rio da Velhas	7	5	8	20
Rocinha	3	3	5	11
Uberaba	2	3	3	8
Tijuco	8	8	7	23
Lanhoso	5	8	17	30
Uberaba Falso	13	15	38	86
Toldas	5	7	11	23
Posse	2	2	4	8
Espinha	5	7	21	35
Rio Grande	3	3	4	10
TOTAL	257	258	355	872

Aldeias Bororo no Triângulo Mineiro segundo Carvalho Franco (1989, p. 104)

NOME	LOCALIZAÇÃO
Rio das Pedras	80 léguas a sueste de Vila Boa
Piçarão	a seis léguas da primeira
Sant' Anna	a sete léguas de Piçarão
Guarinos	a três léguas da Vila do Pilar
Rio das Pedras	na freguesia de Sant' Anna
Lanhoso	a doze léguas do rio das Velhas

Aldeias Bororo existentes em 1821 no Triângulo Mineiro - Barboza e Bernardes (1911, p 9)

Sant' Anna

Rocinha

Uberaba (junto ao ribeirão Uberabinha)

Tijuco

Lanhoso

Uberaba – Falsa (rio Uberaba)

Toldas

Posse

Espinha

Rio Grande